



**JOÃO PAULO BRAGA**

**FAZER SABENDO E SABER FAZENDO: AGRICULTORAS E  
AGRICULTORES DA *ORGÂNICOS SUL DE MINAS* E A  
CONSTRUÇÃO COTIDIANA DA CERTIFICAÇÃO  
PARTICIPATIVA NA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA**

**LAVRAS – MG  
2018**

**JOÃO PAULO BRAGA**

**FAZER SABENDO E SABER FAZENDO: AGRICULTORAS E AGRICULTORES DA  
*ORGÂNICOS SUL DE MINAS* E A CONSTRUÇÃO COTIDIANA DA CERTIFICAÇÃO  
PARTICIPATIVA NA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, para a obtenção do título de Mestre.

Profa. Dra. Viviane Santos Pereira  
Orientadora

**LAVRAS – MG  
2018**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha  
Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com dados  
informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Braga, João Paulo.

Fazer sabendo e saber fazendo: agricultoras e agricultores da *orgânicos sul de minas* e a construção cotidiana da certificação participativa na transição agroecológica / João Paulo Braga. - 2018. 362 p.

Orientador(a): Viviane Santos Pereira.

.  
Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Lavras, 2018.

Bibliografia.

1. Agroecologia. 2. SPG. 3. Protagonismo. I. Pereira, Viviane Santos. . II. Título.

**JOÃO PAULO BRAGA**

**FAZER SABENDO E SABER FAZENDO: AGRICULTORAS E AGRICULTORES DA  
ORGÂNICOS SUL DE MINAS E A CONSTRUÇÃO COTIDIANA DA CERTIFICAÇÃO  
PARTICIPATIVA NA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA**

**HACER SABIENDO Y SABER HACIENDO: AGRICULTORAS Y AGRICULTORES  
DE LA ORGÁNICOS SUR DE MINAS Y LA CONSTRUCCIÓN COTIDIANA DE LA  
CERTIFICACIÓN PARTICIPATIVA EN LA TRANSICIÓN AGROECOLÓGICA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 26 de junho de 2018.

Dra. Viviane Guimarães Pereira      UNIFEI

Dra. Jacqueline Magalhães Alves      UFLA

Profa. Dra. Viviane Santos Pereira  
Orientadora

**LAVRAS – MG  
2018**

## RESUMO

Esta reflexão é sobre o protagonismo das agricultoras e agricultores da Central de Associação de Produtores Orgânicos do sul de Minas na construção e consolidação do Organismo Participativo da Avaliação da Conformidade (OPAC Sul de Minas) e Sistema Participativo de Garantia (Sistema Participativo de Garantia (SPG Sul de Minas). É analisado também este protagonismo na transição para a Agroecologia, mais do que apenas para obtenção do selo. O estudo tem como objetivo geral compreender o processo de busca por protagonismo na transição para Agroecologia, destacando os conceitos de empoderamento/autonomia das/os agricultoras e agricultores da OSM sobre o SPG e sobre os princípios da Agroecologia. Por se tratar de uma reflexão feita por um agricultor sobre a prática do SPG e os conceitos de Agroecologia, utilizou-se a metodologia da pesquisa-ação, tomando como ponto de partida o estudo de Hirata (2016), que destacava o capital social presente na OSM e que possibilitou a construção do SPG Sul de Minas; este estudo afirma que para a consolidação do SPG seria necessário estimular a participação mais ativa das agricultoras e agricultores para garantir que estes tivessem empoderamento sobre o sistema. A análise documental foi utilizada, primeiramente, para a construção de um embasamento histórico sobre a ocupação do território do sul de Minas Gerais relacionando com os acontecimentos no mundo e na formação do estado brasileiro. Com enfoque especial para a institucionalização da agricultura convencional e o posterior nascimento dos movimentos pela Agroecologia. Esta análise nos possibilitou conhecer o agroecossistema caipira, o jeito de produzir de forma agroecológica das agricultoras e agricultores do sul de Minas. Possibilitou conhecer também as gentes que se formaram em nossa região e numa aproximação progressiva, conhecer as agricultoras e agricultores que formam OSM, compreendendo, assim, as relações entre estas agricultoras e agricultores para formar as organizações, a relação destas organizações para criação e fortalecimento da OSM e as relações da OSM com sociedade através de seu OPAC/SPG. A Observação Participante e as prosas cotidianas durante os encontros coletivos realizados do ano de 2017 são a base para a compreensão da prática do SPG sul de Minas, com foco nos momentos decisivos do processo de certificação da qualidade orgânica e os momentos de formação das agricultoras e agricultores. Buscou-se, finalmente compreender a relação de agricultoras e agricultores com a Agroecologia e se SPG Sul de Minas contribui para nosso empoderamento/autonomia em relação aos princípios da Agroecologia e o próprio sistema de certificação participativa. Pudemos observar que as ações tomadas após os resultados de Hirata (2016), foram consideradas eficientes no estímulo à participação, contribuindo para o empoderamento de agricultoras e agricultores e na sua luta por autonomia dentro do SPG e na transição agroecológica, sendo a legislação para certificação orgânica considerada um entrave para o avanço dessa transição. Reforça-se a constatação de Hirata sobre a importância das parcerias com instituições públicas, em especial as de ensino, na consolidação do SPG como espaço de construção da transição agroecológica. Este trabalho propõe a construção de um movimento mais amplo que envolva outras organizações de agricultoras e agricultores, mais instituições de ensino da região, mais consumidores e agentes da cultura.

**Palavras-chave:** Agroecologia. Sul de Minas. SPG. Protagonismo.

## RESUMEN

Esta reflexión es sobre el protagonismo de las agricultoras y agricultores de la Central de Asociaciones de Productores Orgánicos del sur de Minas en la construcción y consolidación del Organismo Participativo de la Evaluación de la Conformidad (OPAC Sur de Minas) y El Sistema Participativo de Garantía (SPG Sur de Minas). Se analiza también este protagonismo en la transición hacia la Agroecología, más que apenas para obtener el sello. El estudio tiene como objetivo general comprender el proceso de búsqueda por protagonismo en la transición para la Agroecología, destacando los conceptos de empoderamiento/autonomía de las agricultoras y agricultores de la OSM sobre el SPG y sobre los principios de la Agroecología. Por tratarse de una reflexión hecha por un agricultor sobre la práctica del SPG y los conceptos de Agroecología, se utilizó la metodología de la investigación-acción, tomando como punto de partida el estudio de Hirata (2016), que destacaba el capital social presente en la OSM y que posibilitó la construcción del SPG Sur de Minas; este estudio afirma que para la consolidación del SPG sería necesario estimular la participación más activa de las agricultoras y los agricultores para garantizar que éstos tuvieran empoderamiento sobre el sistema. El análisis documental fue utilizado, en primer lugar, para la construcción de un fundamento histórico sobre la ocupación del territorio del sur de Minas Gerais relacionado con los acontecimientos en el mundo y en la formación del estado brasileño. Con un enfoque especial para la institucionalización de la agricultura convencional y el posterior nacimiento de los movimientos por la Agroecología. Este análisis nos posibilitó conocer el agroecosistema criollo, la forma de producir de forma agroecológica de las agricultoras y agricultores del sur de Minas. Posibilitó conocer también a las personas que se formaron en nuestra región y en una aproximación progresiva, conocer a las agricultoras y agricultores que forman OSM, comprendiendo así, las relaciones entre éstas agricultoras y agricultores para formar las organizaciones, la relación de estas organizaciones para la creación y el fortalecimiento de la OSM y las relaciones de la OSM con la sociedad a través de su OPAC/SPG. La Observación Participante y las conversaciones cotidianas durante los encuentros colectivos realizados del año 2017 son la base para la comprensión de la práctica del SPG sur de Minas, con foco en los momentos decisivos del proceso de certificación de la calidad orgánica y los momentos de formación de las agricultoras y agricultores. Se busca, finalmente comprender la relación de agricultoras y agricultores con la Agroecología y si SPG Sur de Minas contribuye para nuestro empoderamiento/ autonomía en relación a los principios de la Agroecología y del propio sistema de certificación participativa. Pudimos observar que las acciones tomadas después de los resultados de Hirata (2016), fueron considerados eficientes en el estímulo a la participación, contribuyendo al empoderamiento de agricultoras y agricultores y en su lucha por la autonomía dentro del SPG y en la transición agroecológica, siendo la legislación para certificación orgánica considerada un obstáculo para el avance de esa transición. Se refuerza la constatación de Hirata sobre la importancia de las asociaciones con instituciones públicas, en especial las de enseñanza, en la consolidación del SPG como espacio de construcción de la transición agroecológica. Este trabajo propone la construcción de un movimiento más amplio que involucre a otras organizaciones de agricultoras y agricultores, más instituciones de enseñanza de la región, más consumidores y agentes de la cultura.

**Palabras-clave:** Agroecología. Sur de Minas. SPG. Protagonismo.

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA</b> .....	8
2	<b>OBJETIVOS</b> .....	19
3	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	20
3.1	A agricultura no mundo.....	22
3.2	Agroecologia.....	24
3.3	Certificação orgânica .....	27
3.4	SPG sul de Minas .....	29
3.5	Participação.....	32
3.6	Capital Social .....	33
3.7	Empoderamento/autonomia .....	35
4	<b>CAMINHOS METODOLÓGICOS</b> .....	39
4.1	Percurso metodológico .....	39
4.2	O caminho escolhido .....	42
4.2.1	A Pesquisa-ação.....	43
4.2.2	Afinal, como vai ser a pesquisa? .....	46
5	<b>RESULTADOS</b> .....	48
5.1	Da história da gente .....	51
5.1.1	Resumindo Séculos.....	52
5.1.2	Anos 1500 e 1600, a raiz do sul de Minas .....	53
5.1.3	Anos de 1700, o sul de Minas como passagem.....	54
5.1.4	Anos 1800, do lugar de passagem ao lugar de plantar.....	58
5.1.5	Anos de 1900, consolidando o que somos hoje .....	66
5.2	As gentes que formam nós .....	73
5.2.1	As primeiras gentes .....	73
5.2.2	Gentes no meio do caminho .....	75
5.2.3	As gentes que vão ficando .....	77
5.2.4	E ficaram de vez .....	79
5.2.5	O café, base da agriCULTURA sul mineira.....	82
5.3	<b>AgriCULTURA resistindo, agroNEGÓCIO avançando e AGROECOLOGIA surgindo</b> .....	87
5.3.1	Chegada dos pacotes da “revolução verde” .....	88
5.3.2	Agricultura do veneno se tornando uma convenção.....	90
5.3.3	Ditadura pautando a consolidação do Agronegócio e a Agroecologia resistindo .....	91
5.3.4	Expansão do debate sobre a Agroecologia e globalização das lutas no mundo da economia globalizada.....	95
5.4	Construindo relações .....	96
5.5	Os nós da rede .....	109
5.5.1	Uma gente se entendendo como uma só .....	113
5.5.2	Proseando sobre os laços.....	114
5.5.3	E daí vamos certificar? .....	116
5.5.4	Certificamos, e agora? .....	121
5.5.5	Nos capacitando para ampliar o trabalho e promovendo novas relações .....	125
5.6	Um caso de um ano de SPG sul de Minas .....	143
5.6.1	E daquilo que a Aloisia já falou? .....	144
5.6.2	A primeira das reuniões itinerantes .....	147
5.6.3	Como a gente certifica.....	150
5.6.4	Encontro de Formação de Coordenadores.....	152

5.6.5	Visita de pares 2017 .....	181
5.6.6	Segunda Reunião itinerante.....	184
5.6.7	Outras atividades .....	188
5.6.8	A terceira reunião itinerante .....	190
5.6.9	A quarta reunião itinerante: conhecendo a reforma agrária e abrindo horizontes na reflexão política .....	194
5.6.10	Visita de Verificação 2017.....	198
5.6.10.1	Recebendo a visita.....	203
5.6.10.2	Coordenando uma visita .....	208
5.6.11	Auditoria MAPA .....	211
5.6.12	Reunião final do processo de certificação e Assembleia da OSM .....	215
5.6.12.1	Reunião para conferência dos PMO.....	215
5.6.12.2	Assembleia da OSM .....	216
5.6.12.3	Reunião para decisão final sobre a certificação do OPAC Sul de Minas.....	220
5.6.13	“A gente ainda briga com a lei” .....	224
5.7	Agroecologia pra nós.....	226
5.7.1	Todo mundo tem uma referência .....	227
5.7.2	A sabedoria que vai de geração em geração.....	230
5.7.3	A ruptura com o modelo convencional e a transição para a Agroecologia ....	234
5.7.4	Os pilares da Agroecologia na visão das agricultoras e agricultores da OSM.....	236
5.7.5	A sabedoria prática .....	239
5.7.6	A prática do SPG colabora com a construção do conhecimento Agroecológico? .....	239
5.7.7	Resistência e permanência .....	242
5.7.8	Se não for “nóis” vai ser quem? Empoderamento/autonomia da agricultora e do agricultor .....	243
5.7.9	Mulheres à frente .....	247
5.7.10	Os jovens vão ficar? .....	250
5.8	“Nós” é muito maior .....	255
5.8.1	O papel da cultura.....	256
5.8.2	O desenho do Agroecossistema caipira .....	258
5.8.3	O papel da academia .....	260
5.8.4	Entendendo que quem pratica também pesquisa .....	262
5.8.5	Vocês também formam uma rede e “pode chegar que o café tá quentinho”. .....	263
5.8.6	Uma programação de pesquisa.....	265
6	CONCLUSÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MOVIMENTO DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA .....	268
	REFERÊNCIAS .....	275
	APÊNDICES .....	297
	ANEXOS .....	341

## 1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Para facilitar a compreensão do texto, inicio na primeira pessoa do singular. EU. Pois esta pesquisa tem seu ponto de partida em uma experiência pessoal de vida. É no íntimo do EU onde surgem as primeiras dúvidas e desafios para enfrentar a empreitada de uma pesquisa acadêmica em um programa de pós-graduação.

Antes de pesquisador acadêmico, sou agricultor e participante na construção da Agroecologia na região de Pedralva, Minas Gerais, cidade onde moro e trabalho. Nasci no dia 30 de junho de 1980, chegada do Papa João Paulo II ao Brasil. Era a primeira vez que o tal Papa vinha ao país, que estava em polvorosa. Minha mãe, Vilma, moça de 17 anos, solteira, ainda sem saber muito bem o que fazer com a maternidade, não tinha escolhido meu nome. Na maternidade, as religiosas eram maioria e insistiram para que minha mãe homenageasse o Papa, dando nome ao filho (eu) de João Paulo. Assim se fez. Daí minha primeira relação com a cultura religiosa do país, herdando o nome da principal representação católica. Minha família é de católicos atuantes. Avô ministro da Eucaristia, organizador de encontros. Minha avó em sua devoção caseira. Minha Tia atuante nas Comunidades Eclesiais de Base e pastorais das mais diversas. Minha mãe foi educadora do campo e hoje, próxima da aposentadoria, trabalha na cidade, ainda com crianças da rede municipal, dela herdei o gosto pela educação, em especial a do campo, e provavelmente um pedacinho da terra onde meu avô, seu Antônio e minha avó, dona Benedita, criaram seus filhos<sup>1</sup>.

Por causa do trabalho, minha mãe teve que ir morar próximo às escolas, em diversos bairros, e me deixou com os avós e tios na cidade pra ter melhor acesso ao estudo<sup>2</sup>. Meu avô, indo todo dia às 6 da manhã pra roça, minha avó nas coisas da casa, minha tia indo trabalhar de balconista numa das poucas lojas da cidade e meu tio como companhia principal da infância. Este tio, Paulo, era deficiente físico por uma doença congênita herdada dos tempos em que as famílias já muito próximas entre si, primos às vezes, se reuniam em casamento

---

<sup>1</sup> - Mendonça (2013) constata que os mecanismos de herança variam por grupos rurais e regiões, na OSM constata-se várias modalidades daquelas identificadas em seu estudo e pode-se observar os objetivos destacados pelo estudo: “conservar pelo menos um herdeiro na terra e evitar a venda da terra para pessoas de fora do grupo familiar”. Apoia-se posteriormente em outros estudiosos para traçar um cenário onde a sucessão no campo aparece ameaçada, como destacado por muitos agricultores dentro da OSM, além disso, a diminuição percebida em seus estudos no número de jovens envolvidos com a produção familiar bem como um aumento no número de filhos ocupados em atividades urbanas. Indica também como constatado por nós a importância dada à educação seja para manter-se na produção ou para migrar.

<sup>2</sup> - Mendonça (2013) também cita Carneiro (1998), Marteletto (2002) e Santana e Costa (2004) sobre a elevação da escolaridade e da emigração de jovens rurais e observa em seu estudo que “a migração também é um momento de aprendizado” e entre suas conclusões “A educação é culturalmente considerada um dos meios para garantir “futuro” aos filhos e filhas diante das dificuldades do meio rural; mas não é o único meio nem torna moralmente obrigatória a saída do campo”.

como o acontecido com meus avós. Era o segundo caso na família, o primeiro caso era outro tio, João, que havia morrido meses antes de eu nascer. Meu tio me apresentou a música, grande paixão desde pequenininho, de onde eu gostei do rock por influência e de música regional por um gosto. Vilela (2011) afirma que na música, o caipira encontra a sua maneira de perpetuar a própria história, sua cultura e seus valores, enquanto Macêdo (2011) nos lembra da realidade que é a música que deu “melhores frutos” na cultura tradicional em comparação com a erudita, um “povo inculto criando aqui uma música nativa que está entre as mais belas e mais ricas”.

A ida de meus avós com os filhos para a cidade aconteceu alguns anos antes do meu nascimento devido às doenças dos meus tios, que, na distância do bairro onde moravam, teriam dificuldades para encontrar médicos<sup>3</sup>. O bairro, nos contrafortes da serra da Pedra Branca, é a Pedra Batista, nome da família de minha avó que tradicionalmente ocupou aquelas terras. Meu avô nascera na cidade vizinha de Maria da Fé-MG, no frio bairro da Reserva, descendente de camponeses tradicionais portugueses que por aqui chegaram aos fins do século XIX, originários da região de Braga buscando o que Wanderlei (1996) chama de um *“um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores”*. De Braga também veio o sobrenome que chegou até mim, assim como a condição camponesa; Martins (1981), observa que, neste período após o fim da escravidão, o campesinato foi colocado em novos termos, pois libertaria ao mesmo tempo em que subjugaria o camponês em relação à grande propriedade e abriria caminho para um novo campesinato de pequenos proprietários dependentes do mercado, predominante no sul e sudeste do Brasil. Além de minha mãe e dos dois tios que moravam comigo, meus avós tiveram outros quatro tios que não moravam conosco. Três, Adilson, Carlos e Luiz, após a vinda para cidade e a possibilidade de fazer um curso técnico, migraram para São José dos Campos-SP e trabalhavam na Embraer. Outra tia, Marisa, havia se casado e mudado para o mesmo bairro onde minha mãe teve seu primeiro trabalho, o bairro do Pedrão. Ela também tinha sido mãe ainda solteira e tinha uma filha, minha prima-irmã Tarcilla, que havia nascido quatro dias antes de mim. Fomos criados como irmãos.

---

<sup>3</sup> - Wortman (1990) inicia seu artigo com a afirmação de que o campesinato ao longo de sua trajetória de migração “dissolve a dicotomia rural-urbano” unificando as experiências de vida com o rural e urbano, o que pude constatar em minha experiência pessoal e diversos casos entre os agricultores da OSM. São diferentes tipos de migração abordados no artigo, como a emigração definitiva, empreendida por meu avô e sua família para a cidade com a manutenção do sítio, fato recorrente na OSM; a migração do pai, no meu caso, em contraponto, a migração da mãe para o trabalho e que se repete em especial entre os membros do MST, que fazem parte da OSM; e a migração pré-matrimonial, talvez a mais comum, que aconteceu comigo e acontece com a maioria dos jovens da OSM, principalmente para ter acesso a oportunidades de estudo. Cabe também lembrar a importante contribuição sobre o fato de a Migração fazer parte da divisão familiar do trabalho.

Meus dias passavam: manhã o tio e a música de seu quarto, a expectativa pela chegada do avô (quase pai) no fim da tarde, o aprender com a avó e a humanidade e o trabalho da tia. De manhã, no quarto, eu era apresentado a Milton Nascimento, Sá, Rodrix e Guarabyra, Pink Floyd, Paulinho Pedra Azul, Beto Guedes e tantos outros. Minas e Rock, principalmente. Meu tio era fã da eletrônica que aprendeu um pouco com os outros irmãos e também sozinho com suas revistas e livros. Fez um rádio transmissor e tinha sua própria rádio pirata para alguns quarteirões próximos.

Meu avô, na família, era o que tinha menos leitura, porém foi ele que me ensinou a ler o mundo e também a ter curiosidade pelas letras e números. Sua tática, placas de carro, anúncios em cartazes, tudo durante os passeios pela rua. Foi também ele que me ensinou o amor incondicional ao próximo, todos eles. Tornei-me amante das raízes. Da minha raiz (meu avô) e das raízes da minha cultura (folia de reis, música caipira, festas religiosas interioranas, e a agricultura caipira), Brandão (1981) trata da existência de “uma ordem própria de trabalho, de saber e de garantia de identidade comunitária” entre os grupos camponeses, que se tornou periférico nos modos de produção urbano-industriais (VILELA, 2011). A Cultura do lar, da casa, da família, das relações próximas, tudo aprendi com minha avó. Cozinhar, lavar, limpar, arrumar. Vovó sempre foi a mais dura e doce da casa. Bate-assopra sem fim. Minha tia, Daura, chegava na hora do almoço, varria toda a casa, comia e já saía. Voltava no fim da tarde, arrumava os últimos detalhes da casa e sentava na cadeira do quarto pra ler, rezar, descansar. Dormia cedo. Chamava minha atenção sua calma, amor nos olhos e dedicação às outras pessoas da casa e de fora. Nos fins de semana, ia pras missões da pastoral ou para reuniões. Envolvia-se com política e sempre tinha uma visão crítica sobre tudo. Sociedade e trabalho, aquilo me intrigava. Minha mãe chegava aos fins de semana. Esgotados de saudade, ela e eu permanecíamos juntos. Saía junto com ela e as amigas para as praças e os bares. As meninas eram as babás em revezamento. Com a família de meu pai tive pouco contato, a relação foi se firmando ao longo dos anos. Mesmo o sobrenome ficou registrado somente o da família do meu avô materno. Minha primeira relação com o trabalho, como na maioria das histórias de vida, se deu nas tarefas cotidianas da casa de meus avós e, esporadicamente, na casa de minha mãe, além, com muito gosto, das idas pra Toca d’água, sítio de 4ha onde meu avô fez toda sua vida na agricultura familiar caipira.

A pré-escola e os anos iniciais do Ensino Fundamental foram na Escola Estadual Coronel Gaspar, hoje municipal e que já mostra no nome a característica do processo de colonização do território onde hoje é Pedralva (que será descrito mais adiante nos resultados), O mesmo “coronel” que dá nome à escola, segue na praça em sua forma de estátua pelo correr dos anos. Os nomes também estão nas ruas e obras públicas. O perceber das leituras da tia, do

tio e a relação escolar de minha mãe me fizeram gostar logo do novo ambiente. Entrei adiantado em relação aos colegas, por isso era o mais novo e o menor da turma, coisa que só serve pra gente virar mascote e apanhar. Desta época me marcou a morte de um tio, Adilson, um dos que trabalhava na Embraer, devido a um câncer, doença bastante presente entre parentes próximos<sup>4</sup>. Minha mãe, pouco depois, se casou com o Rodolfo, meu padrasto, com quem teve duas filhas, minhas irmãs Thaís e Elvira. Vieram pra Pedralva, minha mãe para trabalhar na Escola Municipal onde eu tinha estudado e, meu padrasto, pra ajudar meu avô na roça. Minhas irmãs ficavam por conta de minha avó, meu tio e de mim.

Na Escola Estadual Comendador Mário Goulart Santiago, fiz os últimos anos do Fundamental e o Ensino Médio. Foi o período das amizades com os colegas, funcionários, professores que me marcaram profundamente pra vida toda e me prepararam para o grande desafio seguinte, ser o primeiro da minha família a ingressar num curso superior, como também podemos observar em diversas famílias da região, conto aqui o caso de meu amigo Breno, filho mais velho da Luciene, uma das entrevistadas neste trabalho, também é o primeiro da família a ingressar num curso superior, no caso o curso de Gestão Ambiental no *Campus* Inconfidentes do Instituto Federal do Sul de Minas. Tão logo Breno ingressou no curso, já passou a fazer parte do grupo Raiz do Campo e fará estudos relacionados a OSM. Importante também contar o caso do Álvaro, meu grande amigo e parceiro deste mestrado, cuja história se confunde bastante com a minha. Álvaro também foi o primeiro de sua família de Agricultores tipicamente familiares a ingressar no Ensino Superior e continuar a formação aqui neste mesmo programa de pós-graduação e mesma turma (PPGDE 2016-1), desenvolvendo todos os seus trabalhos acadêmicos sobre a OSM e, mais especificamente, sobre a Associação Agroecológica de Ouro Fino (AAOF).

Meus professores e colegas do Ensino Médio me incentivaram a conhecer também o mundo fora da escola, em especial meus professores de história como a Patrícia e o Ito. Fui atuante na vida da comunidade. Igreja, movimentos sociais, política, debates, aventuras noturnas, boemia, cultura de todas as formas, heterogênea, diversa. Dessa época um grande choque, a morte de meu tio, grande companheiro até então por complicações da sua deficiência associadas a um câncer. A situação do câncer talvez seja uma das principais razões apontadas pelos agricultores parceiros da OSM, que um dia fizeram a agricultura convencional como determinante para a mudança do sistema de produção.

---

<sup>4</sup> - Esta questão também é fundamental para entender minha opção pessoal pela Agroecologia, importantes estudos como realizados pelo INCA, alertam para questão, na região um estudo interessante sobre O agricultor familiar e o uso (in)seguro de agrotóxicos no município de Lavras/MG, de Abreu (2014) chama atenção, além dos inúmeros casos contados entre os agricultores

Meu primeiro emprego com carteira assinada foi de secretário da Associação de Pais e Mestres da escola onde fiz o Ensino Médio. Na mesma época, iniciei com as aulas de música, sonho antigo incubado na viola de meu avô, violeiro. Como é mais costumeiro nas cidades do interior, comecei pelo violão, tendo como professor um companheiro de trabalho e uma pessoa muito importante na musicalização de crianças em nossa região, o João Carlos. Destas duas atividades vinha a minha renda para as aventuras da juventude e pra fazer uma poupança pra seguir nos estudos. O desejo de fundo, sempre foi trabalhar na roça. Eu sonhava com o tempo em que eu acordaria todos os dias de manhã na Toca d'água, ajudando meu avô a fazer uma agricultura que se integrasse à vegetação exuberante da serra da Pedra Branca, onde eu podia sair da área de cultivo e entrar na mata virgem sem perceber a diferença. Crescia um desejo pela prática agroecológica que eu nem sabia ainda o que era, mas que já me cativava.

Ingressei na Universidade Federal de Juiz de Fora no curso de Ciências Biológicas em novembro de 1998. A Universidade vinha de uma longa greve com todos os impactos que geram uma greve, ainda mais no então governo Fernando Henrique Cardoso que estava no momento de sua reeleição. As Universidades estavam em frangalhos. A conjuntura me levou a participar do movimento estudantil. Eu era um acontecimento raro. O único vindo de uma escola pública entre as cinco últimas turmas do curso. Ciências Biológicas foi uma escolha pela diversidade da vida. A ação política foi uma escolha pela diversidade das pessoas. Segui entre os estudos, a militância, o trabalho sob todas as formas pra me manter, a música e agricultura (trabalhando com mudas, depois com melhoramento de milho e finalmente com botânica e biodiversidade). Após a intensa vida universitária a solidão do futuro incerto<sup>5</sup>.

Voltei pra Pedralva, à cidade natal. Continuei os estudos de forma espontânea sobre a biodiversidade da região. Das idas, durante a infância e depois, para a Toca d'água com meu avô, sempre me marcou muito a imagem de um imenso jequitibá-rosa logo abaixo do terreiro de café e o enorme muro verde que era (e ainda é) a serra da Pedra Branca. Sempre quis conhecer a fundo aquelas matas e toda vida guardada por ela e, principalmente, sua relação com as mulheres e homens dali. Comecei a lecionar em cursinho pré-vestibular popular na cidade. Mantinha a ação política e comunitária, em especial ligada ao desenvolvimento rural, cultura e meio ambiente. Em 2006 passei a prestar consultoria para licenciamento ambiental de pequenas hidrelétricas para alguns amigos da Universidade Federal de Itajubá e empresas pequenas. Em 2007, iniciei um trabalho de monitoramento de biodiversidade e de estruturação de uma escola ligada à Agricultura na cidade de Delfim Moreira, a Fundação

---

<sup>5</sup> Castro et al. (2013), abordam a questão atual da juventude rural, agricultura familiar e as políticas públicas para este grupo, percebi que pouco se alterou desde que me formei e me deparei com as incertezas do futuro)

ROGE. Nesta época, escrevemos e aprovamos um laboratório para capacitação técnica nas áreas de agricultura e agroenergia junto a Eletrobrás e formamos na fundação uma equipe para trabalhar com licenciamento ambiental que tinha a função de gerar recursos para manutenção da escola. O trabalho me levou a ingressar no Mestrado em Engenharia da Energia na Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), para trabalhar com energia de biomassa e fluxos de energia nos ecossistemas. Fui morar em Itajubá. Não me encontrei em um mestrado que priorizava a perspectiva cartesiana e se mostrava extremamente hierarquizado. Abandonei por vontade própria após um ano. No ano seguinte, ingressei no Mestrado em Meio Ambiente e Recursos Hídricos na mesma instituição. Devido ao trabalho, que me obrigava a intermináveis viagens sem descanso, fiquei três meses afastado da cidade e conseqüentemente do mestrado, não consegui concluir as disciplinas para as quais eu havia me inscrito, perdendo a vaga que havia conquistado. Neste ano conheci Letícia, minha companheira inseparável de vida desde então. Ela havia entrado para a Especialização em Meio Ambiente e Recursos Hídricos e queria trabalhar com Agroecologia e educação no campo. Apaixonei-me por ela e por sua forma de enxergar o mundo. Comecei a ver uma enorme perspectiva de futuro no trabalho com a Agroecologia, que tão bem unia minha herança cultural com minha formação acadêmica. Saí da Fundação Roge e fui trabalhar numa empresa de consultoria ambiental em Itajubá e Maria da Fé, após uma divisão feita entre os diretores. Por apoio da Letícia, da família e de alguns amigos, entrei mais uma vez para o mestrado em Meio Ambiente e Recursos Hídricos, desta vez pra trabalhar com a percepção ambiental das pessoas na cidade de Pedralva e sua relação com as políticas públicas. Nesta época comecei a entender melhor os conceitos de extensão universitária e utilização de metodologias participativas para projetos de pesquisa, sendo um empecilho a falta de professores interessados em trabalhar desta maneira dentro do programa, restando um único professor, Marcos Bernardes, que aceitou o desafio, mas posteriormente se mudou para outra instituição. Nesta época, minha irmã do meio, Thaís, teve uma doença renal que a deixou bastante debilitada e sob cuidados intensos por parte de minha mãe e de minha irmã mais nova, Elvira. Meu avô e minha avó passaram a requerer de cuidados de minha tia. Sempre dentro de nossa família nos ajudamos muito. Mesmo meu emprego fora e de meus tios, buscavam a reprodução de toda família, não somente o benefício individual, uma estratégia recorrente na agricultura familiar (CASTRO et al., 2013; WANDERLEY, 1996; WORTMAN, 1990). Foi impossível continuar. Abandonei o sonho do mestrado, do emprego, peguei o dinheiro guardado pra pagar as contas de minha mãe e voltei pra Pedralva. Passei a ajudar a Letícia com a produção orgânica da família e a colaborar com a ONG Transparência

Pedralva. Em 2012, minha irmã morreu, aos 23 anos. Meus avós, após a perda de três filhos e agora de uma neta, ficaram com a saúde ainda mais debilitada. Todo este turbilhão de emoções nos fez decidir por uma mudança de vida que seria também um retorno às minhas origens culturais. Mudamos para as terras do avô da Letícia e passamos a nos dedicar exclusivamente à construção da Transição Agroecológica do território, de nossas vidas e na tentativa de estimular os que estavam ao nosso redor. Aquilo que vinha sendo incubado passou a ser realidade. Havíamos nos tornado agricultores definitivamente. Wanderlei (1996) resgata a afirmação de Cândido (1964) de que a parceria permite certa recampezinização e afirma que este processo ganha novas faces, o meu caso pessoal de certa forma se encaixa neste tipo de recampezinização, termo abordado por Ploeg (2009) ao estudar os camponeses europeus<sup>6</sup>.

O leitor deve ter percebido o uso da primeira pessoa do plural. NÓS. De agora em diante, este texto passa a contar uma história coletiva, não mais a história individual deste agricultor-pesquisador que aqui escreve. Deve ter percebido também como muito da realidade descrita na primeira pessoa pode ser projetada para outros inúmeros casos dentro das organizações coletivas.

A primeira destas organizações coletivas a ser tratada é a “unidade familiar de produção”, um conceito do pesquisador russo Chayanov, extraído de Abramovay (1992). Após nossa ida para a Fazenda Nossa Senhora do Belo Ramo, propriedade do avô da Letícia, iniciamos a construção de uma vida baseada nos conceitos da Agroecologia, num primeiro momento este termo ainda nos era distante. Estávamos mais próximos da realidade de *produtores orgânicos* (simplesmente por obedecer às normas legais e ser certificado por auditoria) que queriam implantar a *permacultura* (conceito de cultura de permanência elaborado por Bill Mollison). Vem deste período nossa ligação com a Associação Permacultural Montanhas da Mantiqueira (APOMM), iniciada por vínculos afetivos com alguns membros desta organização, a participação na construção da Central de Associações de Produtores Orgânicos do sul de Minas (OSM) e o desenrolar da vida profissional e pessoal até os dias de hoje. Somos agricultores na maior parte do tempo, feirantes, além de comercializar cestas em domicílio duas vezes por semana, eu ainda presto consultoria em Monitoramento Ambiental de Pequenas Centrais Hidrelétricas, em especial usinas antigas, construídas antes

---

<sup>6</sup> - Ploeg (2009), sustentado por Veltmeyer (1997), afirma que o MST no Brasil é responsável pela recampezinização de 400 mil novas unidades de produção, caso de muitos dos integrantes do MST membros da OSM. Recorre também a Toledo (2011) sobre a descrição do movimento agroecológico como uma forma de recampezinização, onde enquadrámos os neo-rurais e o retorno de jovens agricultores familiares às unidades de suas famílias.

da legislação que instituiu os processos de Licenciamento Ambiental, mas que faço apenas quatro vezes ao ano pra dar uma ajuda na renda.

A Agroecologia interliga todos os pontos. Diretamente através do trabalho como agricultor e feirante na perspectiva prática, agora como mestrando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão (PPGDE-UFLA), dentro do campo da teorização, além das organizações que ajudamos a construir, a face política da construção da Agroecologia.

Arrendamos uma terra. Nela plantamos nossa vida. Letícia tem relação direta e emocional com a terra, a propriedade de 43ha é do avô. O arrendo vem no meu nome, são 20ha, metade da propriedade, algo que ainda estamos negociando para que seja dividido em mais “arrendos” e para que a Letícia também tenha em seu nome. Construimos a paisagem agroecológica neste pedaço, pra aprender e depois tentar arrendar toda a propriedade. Em uma das casas fizemos um lar. Casa de colono abandonada desde a década de 80. Reformamos o básico e moramos nela desde então. Plantamos grãos e hortaliças por enquanto. As quartas, sextas e domingos são dedicados à roça. Comercializamos em duas cestas entregues em domicílio divulgadas pela internet em Pedralva, Itajubá e Santa Rita do Sapucaí.

Abro um parêntese para novamente falar como EU. Durante os últimos dois anos, as segundas e terças foram dedicadas exclusivamente ao mestrado. Foi o momento da teorização sobre a prática diária. Nestes dias, o esforço maior foi da Letícia, que além de me levar até Pouso Alegre para pegar carona, ainda ficava por conta de todas as atividades da roça e de casa. Admito que senti extrema dificuldade nesta volta à academia, dado o tempo desde a última experiência acadêmica, a forma traumática como aconteceu e o trabalho prático como agricultor. Mas o desafio lançado pela organização me motivou a seguir na caminhada. A heterogeneidade do percurso talvez tenha sido ao mesmo tempo, o ponto positivo (principalmente), o negativo e uma esperança de futuro. Minha construção foi heterogênea e alicerçou uma vida também assim. Diversidade de vida. Como agricultor, feliz pela vida camponesa, praticante da Agroecologia e agora pesquisador, minha expectativa é a de continuar este ciclo entre a prática e a teoria ao longo da vida. É o que a realidade, materialmente, me oferece. Minha prática é a promoção da vida. Talvez esta seja a grande tarefa do agricultor, senão de toda a humanidade.

A decisão por enfrentar o mestrado e seus desafios foi minha, mas sempre com o apoio de muita gente. Quem primeiro me chamou a atenção para o PPGDE-UFLA, foi a Aloísia Hirata, grande amiga e incentivadora, que no início da construção da história do Sistema Participativo de Garantia da OSM (SPG sul de Minas) era estudante do programa e

desenvolvia seu trabalho conosco. Posteriormente, veio o apoio incondicional e desinteressado da Letícia, companheira incansável para todas as horas, sustentando no amor esta tarefa pesada. Família, amigos, parceiros da OSM... enfim, uma construção coletiva.

Voltemos a NÓS. A construção da Agroecologia como um novo paradigma para se cultivar alimentos, não se dá apenas individualmente, por isso estou organizado junto a outros agricultores da região através da Rede Agroecológica da Mantiqueira (RAMA). A importância da organização requer o uso também da primeira pessoa do plural ao longo deste texto, em seu percurso metodológico. Portanto, NÓS. No coletivo se dá a motivação do estudo e também é no coletivo que se realiza a Agroecologia. Nossa organização atua nas cidades de Pedralva, Itajubá, Marmelópolis, Delfim Moreira e Santa Rita do Sapucaí no extremo sul do estado de Minas Gerais na vertente norte da serra da Mantiqueira, uma região montanhosa, no alto da bacia do rio Sapucaí, região com grande diversidade de cultivos e ainda muita vegetação preservada, com forte presença da agricultura familiar em pequenas propriedades que reproduzem o modo de vida caipira, o campesinato sul mineiro.

Estamos também, através da RAMA, organizados em torno da OSM, junto com outras 11 organizações como a nossa. Somando assim, cerca de 400 famílias, a maioria agricultores familiares, mas também alguns pequenos proprietários não familiares, assentados da Reforma Agrária, além de colaboradores que, juntos, desenvolvem uma experiência de transição agroecológica na região sul de Minas Gerais. A OSM surgiu da necessidade de interação e fortalecimento dos grupos de produtores orgânicos que já existiam na região sul de Minas Gerais e que trabalhavam de forma isolada com raras parcerias na comercialização. A OSM, conta atualmente com 123 camponeses certificados pelo seu SPG (BRASIL, 2015). A certificação na maioria das vezes é fundamental para geração de renda dos camponeses. Estes camponeses estão ligados a diferentes organizações em várias cidades do sul de Minas Gerais, o que evidencia a importância socioeconômica deste tipo de estudo para o desenvolvimento regional.

A produção científica acadêmica acaba reproduzindo o discurso ideológico dominante, não abrindo espaços para outros atores sociais, senão a comunidade acadêmica, desenvolverem criticamente um conhecimento realmente útil para prática diária da agricultura. Antes de tudo é necessário acabar com o mito de que o cientista é uma pessoa que pensa melhor que as outras (ALVES, 1981). Na construção dos saberes para o processo de transição para a Agroecologia, será fundamental a participação dos camponeses, inclusive ocupando o espaço universitário.

Para fortalecer o SPG é necessário entender como se dão os processos de mediação que acontecem nos momentos de decisão da conformidade orgânica, uma vez que a pluralidade de atores envolvidos requer um esforço coletivo para resolução de conflitos. Através do entendimento do processo de mediação é possível entender como se dá o processo de empoderamento/autonomia dos camponeses e a formação de lideranças ou referências como trataremos aqui. A liderança é uma posição dentro de uma configuração de papéis que se dá através de disputas pelo lugar social (LIMA, 2008), que está relacionada intimamente com a formação de um grupo que tem por um dos fundamentos a responsabilidade solidária entre os membros e onde se faz, constantemente, o embate entre classes, gênero, raça e etnia. Também foi necessário o entendimento da relação do grupo com os demais atores sociais direta ou indiretamente envolvidos com a atividade agroecológica que desenvolvemos e identificar como nos inserimos no âmbito das políticas públicas e como se dá o estímulo à adoção de práticas agroecológicas e à comercialização dos alimentos provenientes de Sistemas Agroecológicos.

Com a implantação do sistema e o desenrolar da prática de certificação participativa, algumas problematizações surgiram entre nós e foram o ponto de partida para este estudo:

- a) como entender a legislação que regula os Sistemas Participativos de Garantia e como nos adaptaremos a ela para sermos capazes de garantir a qualidade orgânica e quais as vantagens deste tipo de certificação para nós?
- b) como compreender os conceitos básicos sobre a Agroecologia e a sua aplicação prática, a partir de seus princípios, para nos tornarmos protagonistas da transição agroecológica?
- c) como podemos nos apoderar do processo como um todo, tanto no que envolve o entendimento sobre a Agroecologia, quanto ao fato prático de se dar credibilidade a um sistema participativo de garantia da qualidade orgânica?

A Agroecologia no sul de Minas carecia de um diagnóstico sobre o pensamento agroecológico local que fosse protagonizado pelos camponeses. A construção coletiva do SPG sul de Minas, nos mostra um importante caminho para nosso empoderamento/autonomia em busca da transição agroecológica, o que analisamos ao longo deste estudo. O entendimento coletivo sobre os aspectos socioeconômicos, ambientais, culturais e agronômicos envolvidos no processo de certificação participativa feita pelos próprios camponeses pode contribuir para o fortalecimento do SPG Sul de Minas, além de servir de estímulo para outros camponeses praticantes da Agroecologia ou que estão em transição

agroecológica, dando credibilidade ao processo e aumentando os espaços de comunicação entre os camponeses, verdadeiros atores da Transição Agroecológica, e a sociedade.

O presente estudo se apresenta como uma ferramenta para o fortalecimento deste SPG, apresentando respostas para algumas das perguntas que foram ponto de partida e trazendo outros questionamentos para o fortalecimento da nossa compreensão sobre os conceitos e práticas da Agroecologia. Buscamos, fundamentalmente, compreender como se dá o nosso empoderamento/autonomia sobre a temática da Agroecologia, apresentando uma resposta direta a uma necessidade prática de certificação dos alimentos cultivados por nós, para melhorar nossa relação com a comunidade e processo de certificação da qualidade orgânica, buscando no mais íntimo pensamento, se tornar uma ferramenta para a construção de um movimento pela Transição Agroecológica na região.

## 2 OBJETIVOS

O objetivo geral do estudo foi compreender o processo de busca por empoderamento/autonomia das/os agricultoras e agricultores da OSM sobre o SPG e sobre os princípios da Agroecologia. Com os resultados que serão apresentados, objetivamos colaborar com este processo de empoderamento/autonomia e contribuir para geração de credibilidade do SPG, para que nós, agricultoras e agricultores, sejamos protagonistas no processo de transição para a Agroecologia em nossa região.

Os objetivos específicos foram:

- a) apresentar um embasamento histórico sobre a ocupação do território do sul de Minas Gerais, relacionando com os acontecimentos no mundo e na formação do estado brasileiro. Com enfoque especial para a institucionalização da agricultura convencional e o posterior nascimento dos movimentos pela Agroecologia.
- b) compreender as relações. Como nós, agricultoras e agricultores membros do SPG sul de Minas, nos relacionamos formando organizações. Como estas organizações se relacionam dentro da OSM e, finalmente, como a organização se relaciona com a sociedade.
- c) compreender a prática SPG sul de Minas, durante os encontros coletivos realizados ao longo do ano de 2017, em especial os momentos decisivos do processo de certificação da qualidade orgânica e os momentos de formação;
- d) compreender nossa relação, de agricultoras e agricultores, com a Agroecologia e se SPG sul de Minas contribui para nosso empoderamento/autonomia em relação aos princípios da Agroecologia e o próprio sistema de certificação.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

Nosso estudo se propõe, deste o princípio, a colocar a busca do protagonismo como central. Nesta construção, também é referencial teórico, toda contribuição nos momentos de prosa, reflexão, formação dos membros do SPG sul de Minas. Nestes momentos construímos teoricamente as estruturas para nossa prática de certificação participativa. Estas grandes referências práticas, que também são teóricas, serão apresentadas nos resultados deste estudo, pois este reconhecimento do saber teórico (que também é prático) de meus pares também é um resultado que pude observar ao realizar esta pesquisa.

Para melhor compreensão, este referencial segue dividido em tópicos temáticos que contextualizam e embasam a pesquisa.

Precisamos nos reconhecer enquanto indivíduos e como grupo e, para tal, será necessário fazer aqui uma contextualização sobre quem são as mulheres e homens que compõe a OSM. Quem somos? Quem é este ser social que se pretende protagonista da Transição Agroecológica no sul de Minas Gerais? Nossa intenção inicial é entender como nos entende a academia, ou como afirma Lamarche (1993) em sua comparação internacional sobre a agricultura familiar, como “definem as lógicas de produção e classificam as populações agrícolas”, mas, sobretudo, com o resultado deste estudo, nos reconhecemos (individual e coletivamente) dentro da OSM e como nos compreendemos durante e a partir da reflexão teórica aqui apresentada.

Entre nós, a grande maioria se define como “agricultora/agricultor”, alguns acrescentam o termo “familiar”, outros ainda, se assumem camponesas/camponeses, alguns poucos como produtoras/produtores.

O termo Agricultora/Agricultor vem da associação direta com a cultura. Aquele que culturalmente trabalha na produção de alimentos. Aquele que pratica a Agricultura. Não há, no entanto, para o grupo, uma definição conceitual exata, afinal, sob este título, podem estar diferentes tipologias de acordo com a academia. Alguns parceiros da OSM, sempre alertam para a necessidade de reflexão política por parte dos membros, para que possam se posicionar frente à sociedade<sup>77</sup>. Para compreender nosso grupo, o termo agricultora/agricultor, ao mesmo tempo em que abrangente, talvez não dê conta de representar toda a diversidade, que talvez seja uma característica importante na busca pelo protagonismo.

---

<sup>77</sup> - Estes parceiros são Aloísia Hiratas e Luiz Carlos Dias Rocha, ambos do Instituto Federal do Sul de Minas. Sempre insistiram sobre a importância do grupo se fazer representar politicamente frente a sociedade, para que nos tornemos protagonistas. Aloísia, traz a mais importante contribuição para este estudo (HIRATA, 2016a).

Aqueles que se apropriam do termo agricultor familiar, são geralmente aqueles contemplados pelas políticas públicas, em especial o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Este programa é de suma importância na perpetuação do conceito de agricultura familiar no Brasil, para a publicação “Novo Retrato da agricultura Familiar: o Brasil Redescoberto (GUANZIROLI; CARDIM, 2000.)” a criação do Pronaf, somado a elevação do número de agricultores assentados pela reforma agrária, refletiram e alimentaram o debate em torno deste conceito na sociedade. Esta publicação delimita o universo familiar como aquele onde simultaneamente “a direção dos trabalhos do estabelecimento era exercida pelo produtor” e “o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado”. Wanderley (1996) afirma que agricultura familiar não é uma categoria social recente, um novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno. A agricultura familiar contém inúmeras formas, como pode ser visto na OSM, ela não seria apenas uma parte da diversidade, seria “toda a diversidade”, como afirma Lamarche (1993).

Para Wanderley (1996), agricultura familiar é um conceito genérico e que o campesinato seria uma destas formas particulares da agricultura familiar para se adaptar e se reproduzir nas sociedades modernas sem produzir uma ruptura com as formas “anteriores”, gestando um agricultor portador de uma tradição camponesa, que lhe permite adaptar-se às novas exigências da sociedade. Para Martins (1981), o termo camponês é uma importação política feita pelas esquerdas e desejosa por se tornar também um “destino histórico”, que talvez tenha se alcançado graças a atualidade da forma camponesa (MARQUES, 2008).

Ploeg (2016) lembra a importante divisão sobre o pensamento que os grandes teóricos tinham sobre o campesinato pós Revolução Russa. De um lado, os leninistas e, de outro, os chayanovistas, que divergiam quanto à posição de classe do campesinato e a estabilidade das formas de produção camponesas. Pode parecer ultrapassado, mas ainda hoje estas discussões se fazem principalmente quando questionamos como fazer reforma agrária. Os campesinistas (chayanovistas) e os descampesinistas (leninistas) seguem em discordância.

De toda forma, o que não se discorda é a posição histórica de marginalização de todas as formas de campesinato, o que persiste nos dias de hoje.

“Os agricultores familiares da região Sudeste apresentam uma grande desproporção entre o percentual de financiamento recebido e a área dos estabelecimentos. Esses agricultores possuem 29,2% da área e somente recebem 12,6% do crédito rural aplicado na região” (GUANZIROLI; CARDIM, 2000).

A maciça expulsão de colonos ocorrida após o início do processo de industrialização, crescimento do mercado interno e conseqüente erradicação dos cafezais em São Paulo, com reflexos no sul de Minas Gerais, é registrada por Martins (1981), estes colonos, desempoderados, sem a mobilização política, se tornaram boias-frias nos bairros pobres das cidades do interior, trabalhadores temporários da agricultura, em nosso caso especialmente na cultura do café, ou ainda se tornando operários das indústrias, sendo a posse da terra um mecanismo eficiente de exclusão e o nomadismo é uma característica marcante do campesinato brasileiro, presente também entre nós agricultores da OSM, que aqui na região sul mineira são historicamente designados pelo mundo “urbano”, como caipiras, que mais adiante será descrito com amparo em Brandão (1983), Cândido (1964), Queiroz (1973) e Ribeiro (1995), um grupo formado pela intensa mistura de culturas que chegaram na região desde a invasão portuguesa.

Toda esta diversidade da qual falam Lamarche (1993) e Wanderley (1996), aparecem entre nós. As metodologias aplicadas ao longo neste estudo nos ajudaram a nos conhecer um pouco mais, como poderá ser visto nos resultados deste estudo.

### **3.1 A agricultura no mundo**

O cenário da agricultura no mundo inteiro tem se consolidado pelo predomínio político e econômico do agronegócio. O modo de fazer das culturas tradicionais ligadas ao meio rural foi definitivamente excluído para uma posição marginal afetando comunidades indígenas, quilombolas, trabalhadores sem-terra, agricultores familiares, enfim, os setores mais oprimidos pelo modelo do agronegócio.

O agronegócio atua de forma deliberada na produção de conhecimento dentro das instituições de ensino e pesquisa e a extensão rural passou a ser mera transferência de tecnologia, muitas vezes com o conhecimento preservado sob propriedade intelectual das grandes corporações, ele se baseia num pacote tecnológico desenvolvido em larga escala por uma empresa que utiliza das empresas de assistência técnica e extensão rural na extensão (venda) deste conhecimento (produto) ao agronegócio e conseqüentemente aos demais setores mais fragilizados do campo.

Em meados do século XX, apoiada pela ideia da “revolução verde”, houve uma disseminação em larga escala do uso de insumos químicos na agricultura. Fungicidas, herbicidas, raticidas, inseticidas. Rachel Carson (1962), afirmou que estas substâncias

deveriam ser chamadas de biocidas, pela função primeira de exterminar vidas. Hoje, as grandes corporações dominam o mercado mundial de sementes, insumos e implementos. São incalculáveis os danos socioambientais causados por este modelo de agricultura, que tornam reféns os camponeses em todo o mundo.

A “revolução verde” foi o início de uma importante ruptura da agricultura como a coprodução de pessoas e natureza, uma nova realidade que vai de encontro com a natureza e a ética da sociedade (PLOEG, 2016). A relação coevolutiva dos grupos humanos nos diferentes ecossistemas foi totalmente modificada em nome da “modernização da agricultura”.

O aqui chamado modelo do agronegócio e a “revolução verde” promoveram um “abrupto e multifacetado processo de mercantilização” (PLOEG, 2009). O mercado financeiro internacional atuou de forma decisiva no processo de concentração de recursos do setor agrícola na mão de grandes empresas (STEDILE, 2015), promovendo a chamada financeirização da agricultura, esta financeirização se tornou um empecilho para as agricultoras e agricultores familiares, contribuindo para sua marginalização (DELGADO, 1985). Os camponeses se integraram em maior ou menor grau a este mercado e a produção de mercadorias dentro dele (CHAYANOV, 1966 citado por PLOEG, 2016). Entre estes, surge o “empreendedor agrário” (PLOEG, 2006) que se apropria da terra, da água, das cotas, dos símbolos e do acesso aos mercados (PLOEG, 2016). Surgem também os grandes empreendimentos agrícolas capitalistas (SCHUTTER, 2011 citado por PLEG, 2016) que controlam de forma monopolista os canais globalizados do mercado de alimentos, formando o que Ploeg (2009) denomina de “impérios alimentares”, a agricultura sendo subordinada aos setores agroindustrial e financeiro por mecanismos complexos e variados, alterados de acordo com a conjuntura (FREDERICQ; CORANDINI, 2015).

O que se denomina “revolução verde”, em países como o Brasil, se caracterizou pela difusão do modelo euro-americano e seus pacotes tecnológicos, como lembrado por Romeiro (1998), em estudo que compara o caso brasileiro com outros casos ao redor do mundo, lembrando que o caso brasileiro se diferencia dos demais apresentados por uma capacidade científico-tecnológica já em construção e uma elite que não se interessava por um desenvolvimento não excludente.

Romeiro (1998) resume o quadro brasileiro como de sucesso de culturas de exportação com escassez relativa de alimentos, exploração da natureza e escravização seguida de precárias condições de acesso a terra e emprego, a expansão em grandes latifúndios nas zonas de fronteira e criação extensiva de gado, restando áreas residuais para a produção de alimentos. Martins (1981) e Wanderley (1996), afirmam sobre a importância que a grande

propriedade tem na conformação da agricultura brasileira e a exclusão permanente sofrida pelo campesinato e a agricultura familiar, sempre relegados a um lugar subalterno, ambas concordam que a história deste grupo é uma história de lutas por espaço. Segundo MDA/FAO (2000) A área média dos estabelecimentos familiares no Brasil é de 26ha, sendo 30ha para a região sudeste, enquanto que a patronal é de 433 ha, sendo 223ha no sudeste. Percebe-se que a região sudeste apresenta uma diferença menor em relação à média nacional. Fredericq e Corandini (2015) atestam como resultado um endividamento crônico dos agricultores e a necessidade de intervenção estatal para equilibrar através do crédito, garantia de preços mínimos e intervenção na produção.

A autarquia característica de alguns grupos camponeses se viu ameaçada, com tendência para a integração desigual ao complexo agroindustrial dos impérios agroalimentares, vendendo matérias-primas a preços baixos que vão ao mercado com preços controlados pelas grandes corporações monopolistas (ABRAMOVAY, 1992; FREDERICQ; CORANDINI, 2015; LAMARCHE, 1993; PEIXOTO, 2004; PLOEG, 2008, 2009; STEDILE, 2015; WANDERLEY, 1996, 2013).

Tamanho o domínio do modelo industrial/empresarial de agricultura, fez com que, culturalmente, nossa sociedade passasse a aceitar este modelo como uma convenção, daí temos a “agricultura convencional”, que busca a maximização da produção e do lucro (GLIESSMAN, 2001). Tudo que fugisse a esta convenção passou a ser chamado especialmente de “agricultura alternativa” (ALVES, 2012; CANUTO, 1998; FONSECA, 2009; LEITE, 2013).

Em nossos resultados apresentaremos uma aproximação maior desta realidade para o caso específico do território sul mineiro, quando desenvolvermos de forma mais profunda questões como a ocupação do território pelos diferentes grupos de pessoas ao longo do tempo, as formas de ajuste social e ambiental dessas populações, o desenvolvimento da forma tradicional de se fazer agricultura, as interferências do estado ao longo do processo, a formação da gente que faz agricultura no sul de Minas Gerais.

### **3.2 Agroecologia**

A Agroecologia aparece como uma forma de resistência ao modelo imposto (agronegócio, agricultura industrial, agricultura empresarial para os grandes e o modelo convencional sendo empurrado para os pequenos).

A difusão de tecnologia da revolução verde não alterava o sistema de produção dominante da monocultura e não era destinada a atender a demanda dos pequenos produtores. Romeiro (1998) questiona o modelo frente os desafios ambientais, em especial nas regiões tropicais, dada a inadequação tecnológica, propondo que a ciência aplicada ao manejo da natureza seja a ferramenta de mudança. A capacitação técnica, que não é um processo de adestramento animal, jamais pode estar dissociada das condições existenciais dos camponeses, de sua visão cultural, de suas crenças (FREIRE, 1977).

Os camponeses têm conseguindo preservar, ao longo do tempo, a sabedoria cultural sobre a produção de alimentos, aliando tecnologias sustentáveis de cultivo de alimentos e modos de socialização alternativos (ALTIERI, 2012). O trabalho “Marco Referencial em Agroecologia” (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA, 2006), foi a primeira fonte de referência teórica para aquilo que nós conhecíamos apenas na prática. Este estudo afirma que “do ponto de vista histórico, a origem da Agroecologia é tão antiga quanto às origens da agricultura”, o que pra nós, que geralmente aprendemos na família, com os mais velhos, é a mais pura verdade. Este estudo faz um breve resumo sobre alguns conceitos básicos da Agroecologia que se daria em contraposição aos princípios da agricultura moderna pela incorporação de uma dimensão ecológica em vários estilos de agricultura, sob um conjunto de princípios gerais abstratos que se concretizam quando aplicados na realidade local, construindo o conhecimento sinérgico entre os saberes populares e científicos, orientada por uma base epistemológica e metodológica transdisciplinar, e se apoiando em autores clássicos sintetiza: “Agroecologia é um campo de conhecimento transdisciplinar que contém os princípios básicos para o desenho e o manejo de agroecossistemas sustentáveis” (EMBRAPA, 2006).

Seria um equívoco gnosiológico tratar a Agroecologia como um tipo de agricultura (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2009). Interessante a abordagem de Gliessman (2001) por entender a Agroecologia, do ponto de vista prático, como a “aplicação de conceitos e princípios ecológicos na desenho e manejo de agrossistemas sustentáveis”. Altieri (1998, 2012) destaca que “os sistemas agrícolas tradicionais surgiram no decorrer de séculos de evolução biológica e cultural”, valorizando a prática dos agricultores em seu território. Outro estudo importante é o de Francis et al. (2003), que apresenta uma tabela histórica sobre os autores com a abordagem ecológica na agricultura, que serão analisados na fase seguinte deste estudo, em especial Gliessman e Altieri.

Caporal, Costabeber e Paulus (2009), afirma que é impossível tecnicamente o termo agricultura sustentável, nos moldes dos conceitos clássicos de sustentabilidade como Capra

(1992), o relatório “Nosso Futuro comum” (CMMAD, 1987) e Sachs (2002) por isso devemos buscar um processo de transição a estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas mais sustentáveis e que a Agroecologia seria um enfoque científico em apoio à transição para modelos mais sustentáveis de agricultura. Longe de querer aqui reduzir a Agroecologia apenas ao campo da ciência, mas essa abordagem é uma forma de adentrar este universo fechado que é a academia.

Portanto, a adesão ao enfoque agroecológico não supõe pleitear ou defender uma nova “revolução modernizadora”, mas sim uma ação dialética transformadora, como já vem ocorrendo ao longo de um horizonte temporal. Este processo modernizador, parte do conhecimento local, respeitando e incorporando o saber popular e buscando integrá-lo com o conhecimento científico, para dar lugar à construção e expansão de novos saberes socioambientais, alimentando assim, permanentemente, o processo de transição agroecológica (CAPORAL, 2001b, p. 8).

A transição Agroecológica será tratada em nosso estudo nos moldes apresentados por Caporal (2009), Costabeber e Moyano (2000), Gliessman (2001) e Siliprandi (2002). Inúmeros estudos apontam para necessidade de uma abordagem sistêmica da agroecologia que leve em consideração o saber popular, camponês, tradicional (ALTIERE, 2012; BORSATTO; CARMO, 2012; BRANDÃO, 1999; CAPORAL, 2001a; CARVAJAL, 2011; GLIESSMAN, 2013; GÓMEZ; RÍOS-OSORIO; ESCHENHAGEN, 2015; LACEY, 2015; LEFF, 2002; RAVANELLO, 2015; ROCHA; ECKERT, 2008)<sup>8</sup>. A nossa participação, enquanto camponesinato, é fundamental para o sucesso desta abordagem. Ou resumindo:

É necessário adotar não só ações de tipo interdisciplinar ou transdisciplinares como também promover o diálogo de saberes, articulando os conhecimentos científico e “tradicional”. Ou seja, é preciso superar a concepção de ciência como fonte única do conhecimento válido, pois os conhecimentos produzidos pela “epistemologia natural” também representam importante alternativa na recuperação e manutenção dos recursos naturais ou na construção da sustentabilidade, em suas várias dimensões (GOMES, 2005, p. 97).

Esta sustentabilidade, entendemos novamente como em Capra (1992), Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD (1987) e Sachs (2002), de forma multidimensional e atentos à característica do mundo rural pelo trabalho de Veiga (2010). A transição para modelos de agricultura mais sustentáveis abriram campo para que se iniciasse um processo de certificação de alimentos oriundos de sistemas com estas características (SAMINÊZ, 2008).

---

<sup>8</sup> - a Extensa lista de referências sobre a agroecologia e uma abordagem que valoriza o saber tradicional, mostra o quanto a academia deve estar preparada para realizar esta valorização, conseqüentemente sua sistematização e promover a comunicação entre estas experiências.

### 3.3 Certificação orgânica

As primeiras normas de regulamentação da produção orgânica surgiram pela International Federation of the Organic Agriculture Movements – IFOAM, 2014), no início da década de 1990. No país, as primeiras iniciativas de regulamentação da agricultura orgânica ocorreram em 1994, porém sem chegar a um consenso sobre os mecanismos de garantia (LEITE, 2013). Após debates ocorridos durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 (Eco-92), seguiram-se as Portarias 178/1994, 190/1994, 192/1995 e 505/1998 (HIRATA, 2016) e em 1999, a Instrução Normativa nº 007 estabeleceu as normas de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e de certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal no Brasil (BRASIL, 1999; SAMINÊZ, 2008). Esta legislação não atendia às reivindicações dos movimentos ligados à agricultura de base sustentável, deixando de lado situações de confiança entre agricultores e consumidores, como no caso da Rede Ecovida, do sul do Brasil (SANTOS; MAYER, 2007).

Ainda sobre a experiência da rede Ecovida:

(...) tudo foi gerado no momento que as pessoas nos perguntavam como fazíamos. Aí éramos obrigados a dizer, falar das visitas, do ‘aval cruzado’, a gente começou a falar como se fazia, porque a gente fazia. Nisso começamos escrever e sintetizar como era feito, definir a metodologia e os conceitos da certificação participativa que vigoram até hoje (MEIRELLES, 2015 citado por HIRATA, 2016, p. 51-52).

Esta e outras razões incentivaram, a partir do início da década de 2000, as discussões da sociedade com o governo, culminando com a criação do Grupo de Agricultura Orgânica (GAO) o 1º Encontro Nacional de Agroecologia (I ENA) e como desdobramento, em 2002, o surgimento da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que resultaram nas alterações da legislação a partir de 2003 (FONSECA, 2009).

Hoje, para ser reconhecido pelo estado como produtor orgânico, agroecológico e suas diferentes denominações, o camponês deve seguir as normas da Lei 10.831/2003 e seus regulamentos. Muitas destas regras pouco levam em conta a realidade do camponês, portanto, nós temos que nos adequar às normas regulamentares e muitas vezes até mesmo alterar as práticas tradicionais de cultivo (BRASIL, 2003). Desta forma, a legislação e o processo de certificação, na maioria das vezes, são vistos como um fardo. A constituição do SPG sul de minas, tratada por Hirata (2016) e Hirata et al. (2016), foi um processo que se deu muito graças ao apoio da academia e da EMATER-MG, esta pesquisa, como afirma a própria autora:

“ (...) trouxe benefícios ao próprio SPG Sul de Minas, traduziu-se numa oportunidade para aprofundar a discussão sobre a percepção que os agricultores têm de si mesmos, da sua atuação diante do processo e diante do seu trabalho” (HIRATA, 2016, p. 23-24).

Este trabalho deixou de ser apenas se adequar às normas da produção orgânica, como passamos a ter que compreendê-las profundamente para certificar de forma participativa.

O termo agricultura orgânica é frequentemente usado para designar um sistema de produção que não utiliza produtos químicos e adota manejo sustentável (HIRATA, 2016). Não se deve confundir a profundidade da Agroecologia com o simples termo agricultura orgânica, pois a segunda seria apenas uma prática agrícola definida por certos princípios tecnológicos e mercadológicos que pode ou não respeitar os princípios da Agroecologia (MELÃO, 2010). São chamados de agricultura orgânica, os sistemas de produção denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultural (BRASIL, 2003). Meireles (2000), atenta para o risco de se criar uma “agricultura orgânica de mercado”, baseada somente na lei.

Ao regulamentar o sistema orgânico de produção, a lei buscou transformar os princípios e percepções de diferentes grupos do que seja um sistema orgânico de produção, em forma de conceito, estabelecendo limites para a produção, criando regulamentos que condensam em artigos as formas de se produzir alimentos saudáveis, sem degradação ambiental, protegendo, assim, as técnicas e o meio ambiente, além de dar aos consumidores, a garantia do alimento saudável. (HIRATA, 2016, p. 35).

Vale lembrar que a certificação importa para as relações de mercado, de comercialização, não há outro sentido na certificação, de acordo com a lei, que não a inserção nos mercados tradicionais. Tornando-se a produção orgânica um nicho de mercado. Mesmo que este tipo de produção esteja basicamente composto por produtores familiares ligados geralmente a associações, que representam 90% do total de agricultores e respondem por cerca de 70% da produção orgânica brasileira (TERRAZZAN; VALARIN, 2009). Vale lembrar que, desde 2003, o Brasil criou um rico conjunto de dispositivos legais que estabelece as regras para a produção, certificação, industrialização, comércio e rotulagem de produtos orgânicos (HIRATA, 2016), não se resumindo somente à Lei 10.831/2003, que só passou a ser realmente efetivada com seu regulamento Decreto nº 6.323/2007 (BRASIL, 2007). Este regulamento define a certificação orgânica como:

“ato pelo qual um organismo de avaliação da conformidade credenciado dá garantia por escrito de que uma produção ou um processo claramente identificados foi metodicamente

avaliado e está em conformidade com as formas de produção orgânica vigentes” (BRASIL, 2007).

### 3.4 SPG sul de Minas

Hirata (2016) fala da necessidade do desenvolvimento de mecanismos que promovam reestabelecimento das “relações perdidas” entre os agricultores e consumidores, garantindo a qualidade do processo de produção. A comercialização exigiu que os produtos fossem certificados por Organismos de Avaliação da Conformidade (OAC) reconhecidos (ALVES; SANTOS; AZEVEDO, 2012; SÂMINEZ, 2008).

“Falar que não queríamos certificar não pegou bem, dava a sensação que estávamos com algum medo em relação à qualidade orgânica, e não era isso, éramos resistentes à ideia, ao método e aí criamos o selo e dizíamos que já certificávamos” (MEIRELLES, 2015 citado por HIRATA, 2016, p. 50).

Surgiu daí a ideia de se certificar a qualidade orgânica de forma participativa. Entre as formas permitidas para certificação estão os Sistemas Participativos de Garantia (SPG).

a certificação participativa foi bastante espontânea e não tínhamos uma metodologia ou um procedimento definido, mas quando nos perguntávamos como fazíamos, dizíamos que acontecia nos encontros de consumidores e produtores que era uma forma participativa de certificar. A palavra participativa estava em alta, usava para tudo, metodologias, pesquisas e também adotamos para certificação. Começamos a usar este selo nos produtos, não selávamos tudo obviamente, mas começamos a usar mais. Era quase um protesto, uma forma de verbalizar nossa resistência; nem tínhamos a intenção de selar tudo como forma de garantir a qualidade orgânica, mas de protesto contra a lei europeia que estava influenciando o Brasil a criar sua lei copiando o modelo europeu (MEIRELLES, 2015 citado por HIRATA, 2016, p. 50).

Com o Decreto nº 6.323/2007, foram estabelecidas diferentes formas de relações de mercado e certificação para produtos Orgânicos, como as Organizações de Controle Social (OCS), e o SisOrg composto pela Certificação por Auditoria e os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) (BRASIL, 2007; HIRATA, 2016), uma grande conquista para os movimentos da Agroecologia.

O SPG seria, de acordo, com o decreto nº 6.323/2007 um:

conjunto de atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa, visando assegurar a garantia de que um produto, processo ou serviço atende a regulamentos ou normas específicas e que foi submetido a uma avaliação da conformidade de forma participativa.  
(BRASIL, 2007)

A “OSM”, segundo definição do próprio site da Instituição, “é uma central de associações de produtores orgânicos da região do Sul de Minas Gerais, que nasceu da necessidade de interação e fortalecimento dos grupos de produtores orgânicos já existentes, com o objetivo principal de fomentar o desenvolvimento da Agroecologia com maior eficiência de produção, por meio de assessoria técnica, extensão rural, pesquisas, práticas educativas, conferências e cursos aos grupos de agricultores orgânicos do Sul de Minas. Além disso, busca defender, com os recursos disponíveis, os direitos e os interesses das associações e dos produtores a ela vinculados, além de estabelecer mecanismos de formalização da Certificação Participativa, por meio da criação do OPAC (Organismo Participativo da Avaliação da Conformidade)”. Criada em novembro de 2012, a Orgânicos Sul de Minas conseguiu a regularização de seu SPG, no ano de 2013. De acordo com o Art 2 do Decreto nº 6.323/2007 o credenciamento é:

procedimento pelo qual o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento reconhece formalmente que um organismo de avaliação da conformidade está habilitado para realizar a avaliação de conformidade de produtos orgânicos, de acordo com a regulamentação oficial de produção orgânica e com os critérios em vigor (BRASIL, 2007).

Nós, agricultoras e agricultores, organizados, iniciamos a construção de um Sistema Participativo de Garantia (SPG), uma das três modalidades de controle da qualidade orgânica estabelecidos pelo Governo brasileiro (BRASIL, 2008, 2017) e que se firma em dois fundamentos, o Controle Social e a Responsabilidade Solidária de todos os membros pelo cumprimento da legislação (BRASIL, 2008), além de estimular o olhar crítico do consumidor (BRASIL, 2009d). Os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente devem apoiar a construção de Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica (BRASIL, 2007).

Os SPG funcionam sob certos princípios. O sistema deve expressar a **Confiança** e basear-se na capacidade das comunidades criarem mecanismos sociais e culturais de controle. A geração de credibilidade se efetiva pela **Participação** de todos os interessados na produção e consumo. As/os envolvidas/os estão cientes sobre funcionamento e quem não está no sistema pode verificá-lo, pessoalmente ou nos registros, promovendo a **Transparência**. O sistema proporciona mecanismos e estimula um desenvolvimento integral, com o fortalecimento da autonomia dos agricultores, pela nossa **Autodeterminação**. O sistema respeita, resgata e valoriza as diferentes culturas construindo um **Diálogo de Saberes** (HIRATA, 2016).

O SPG é um espaço de mediação, onde se conflitam diferentes universos de significação.

Na vida social o que não é mediação? Todos os atos do conhecimento pressupõem mediações, ao mesmo tempo parte da construção e da reconstrução da vida social (NEVES, 2008). É através da mediação de diferentes pontos de vista que se constrói a decisão da conformidade orgânica por parte dos integrantes do SPG. O processo de constituição de um SPG para promover a certificação das propriedades agroecológicas do Sul de Minas se deu após exaustivos processos de discussão para criação da Central das Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas (HIRATA et al., 2013; IFSULDEMINAS, 2012) da mesma maneira como segue até hoje na manutenção do sistema, com a necessidade de construir um senso comum sobre a Agroecologia e como ela se apresenta no espaço e no tempo, que nos ajude a tomar a decisão sobre a conformidade orgânica nos espaços do SPG. Agroecologia é um conjunto de conhecimentos de natureza multidisciplinar, cujos ensinamentos pretendem contribuir na construção de estilos de agricultura de base ecológica e na elaboração de estratégias de desenvolvimento rural, tendo-se como referência os ideais da sustentabilidade numa perspectiva multidimensional (CAPORAL; COSTABEBER, 2002), é necessário o entendimento de que a Agroecologia depende da heterogeneidade dos conhecimentos para efetivar como ferramenta para o desenvolvimento rural sustentável (GUIVANT, 1997). A tomada de consciência, como uma operação própria da mulher e do homem, resulta de sua defrontação com o mundo, com a realidade concreta, que se lhe torna presente (FREIRE, 1977), para tal é importante que o campesinato se torne protagonista no processo de conscientização sobre a Agroecologia para replicá-la na sua prática diária.

O Art. 38 do Decreto nº 6.323/2007 em seu parágrafo primeiro, considera como membros de um SPG os produtores, comercializadores, transportadores, armazenadores, consumidores, técnicos e organizações públicas ou privadas que atuam na rede de produção orgânica (BRASIL, 2007). O SPG sul de Minas é composto então por seus membros fornecedores (nós), além dos parceiros (consumidores, técnicos e organizações públicas). A Instrução Normativa nº 19 de 2009, define o Organismo Participativo da Avaliação da Conformidade (OPAC) a organização que assume a responsabilidade formal pelo conjunto de atividades desenvolvidas num Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica (BRASIL, 2009c). Os SPGs devem utilizar métodos de geração de credibilidade, adequados às realidades sociais, culturais, políticas, territoriais, institucionais, organizacionais e econômicas; deve se caracterizar pelo controle social (estabelecido pela participação direta dos membros do SPG, que estabelecem e dinamizam ações coletivas de avaliação da

conformidade dos fornecedores), a participação (efetiva atuação dos membros nas ações do SPG, poder compartilhado nas decisões e responsabilidade na garantia da qualidade orgânica resultante do processo) e a responsabilidade de todos os membros pelo cumprimento dos regulamentos (BRASIL, 2018).

A “Carta Foro Latino-americano de SPG” define estes sistema como “sistemas de garantia de qualidade construídos a partir do empoderamento das comunidades” (CARTA FORO LATINOAMERICANO DE SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTÍA, 2009). Os SPGs, enquanto metodologia de organização social promovem o empoderamento das agricultoras e agricultores, valorizando seu conhecimento tradicional e difundindo os resultados práticos (LEITE, 2013).

### **3.5 Participação**

Ghon (2004) apresenta alguns pressupostos sobre a Participação: é o único caminho possível para uma sociedade democrática; as mudanças se dão no plano micro, mas não se resumem a ele; é num dado território que se concentram as energias e forças sociais da comunidade, o poder local onde ocorrem as experiências, a fonte do verdadeiro capital social, que nasce e se alimenta da solidariedade como valor humano, gerando autoconfiança, solidariedade, coesão social, forças emancipatórias, fontes para mudanças e transformação social; e, por fim, é no território que se localizam instituições importantes na vida da população e que o poder local de uma comunidade tem que ser organizado, respeitando as culturas e diversidades locais, que criem laços de pertencimento e identidade sociocultural e política.

A participação é uma ação que se aprende, se conquista e se constrói; já, a confiança, como componente básico do capital social, é construída pelas relações sociais que promovem a cooperação, ou seja, é necessário construir relações e, para isso, exige participação (HIRATA, 2016). Baixos índices de potencial de empoderamento e de capital social são reflexos da falta de estímulo à participação do cidadão (BAQUERO, 2007). Na construção de um sistema de garantia de qualidade orgânica necessitamos estimular esta participação que gera a confiança entre as partes e que reflete na confiança por parte da sociedade (BEDUSCHI FILHO; CAMARGO, 2013).

A Participação pode ser resumida como o “fazer parte” verdadeiramente de algo ((BORDENAVE, 1983), mas ela ocorre de forma diferente entre os indivíduos e os grupos. As pessoas podem fazer parte de um SPG sem participar (tomar parte) e/ou podem fazer parte, mas não tomarem parte das decisões importantes (HIRATA, 2016).

Dada esta constatação sobre as diferentes formas de participação vale relembrar que:

(...) a metodologia dos SPGs deve, não só cuidar para que os membros do sistema participem dos diferentes espaços (...) como também promover uma participação em graus e níveis elevados, visto ter como princípios a confiança. (...) o modelo de gestão horizontal, sem hierarquias, com poder de decisão compartilhado entre os membros que compõem a rede, deve proporcionar maior aproximação e convívio dos membros do sistema, favorecendo o desenvolvimento do capital social (HIRATA, 2016, p. 65).

Na conclusão de seu trabalho, Hirata (2016) afirma que os agricultores se apropriem dos procedimentos, por meio de uma participação ativa, e sejam protagonistas desse processo. Portanto, será necessário criarmos mecanismos de incentivo à Participação para que o SPG cumpra sua função. Somente participando nós teremos voz e poder para decidir sobre nosso destino.

### **3.6 Capital Social**

Interessantes as contribuições de Putnam sobretudo o conceito de comunidades cívicas, cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, promovem relações políticas igualitárias em uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração”, onde os hábitos democráticos derivam de relações horizontais, espírito de reciprocidade e cooperação) e o de Capital Social que deveria ser analisado por analogia com as noções de capital físico (objetos físicos) e capital humano (propriedades dos indivíduos), tendo no cerne a ideia de que as “redes têm valor”, referindo-se à conexão entre indivíduos, redes sociais e às normas de reciprocidade e lealdade que nascem deles, uma “virtude cívica” que é mais poderosa quando imersa numa densa rede de relações sociais recíprocas (PUTNAM, 1993, 2000 apud GHON, 2004).

Reis (2003) faz um interessante estudo sobre a obra de Putnam Making Democracy Work de 1993. O autor analisa, com base na teoria dos jogos, os círculos vicioso (da tirania) e virtuoso (da democracia) apresentados por Putnam e fala da tendência ao “egoísmo universal” em contraposição à cooperação universal, que seria um equilíbrio condicional, orientadas pelo capital social (que em Putnam substitui o conceito de “comunidade cívica) existente, sendo fundamental a característica da confiança. A confiança interpessoal é o mecanismo pelo qual o capital social produz seus efeitos sobre o desempenho institucional (REIS, 2003). O capital social seria o facilitador da “cooperação voluntária” na criação de “círculos virtuosos” e diz respeito a características como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a

eficiência da sociedade (ou organização), facilitando as ações coordenadas (PUTNAM, 1993 apud REIS, 2003). Reis afirma que Putnam baseia sua definição de capital social principalmente em *Foundations of Social Theory*, um estudo de James Coleman, de 1990.

Capital social expressa, basicamente, a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos (D'ARAÚJO, 2010), destacando a confiança, reciprocidade e cooperação como características fundamentais a serem adquiridas pelos indivíduos (AGUIAR; FERREIRA NETO, 2014).

(...) confiança torna-se mais fácil de ser desenvolvida em âmbito mais restrito, ou seja, em grupos pequenos onde as relações são mais intensas e a participação mais estimulada. Em contextos maiores como em um SPG, é necessária a utilização de metodologias que promovam maior aproximação e convívio entre seus membros, além de um controle por meio de regimentos e normas que promovam a participação e o cumprimento das regras (HIRATA, 2016, p. 63).

Dessa forma, o empoderamento surge como uma forma de distribuição de capital social, é um novo elemento na equação que vislumbra a igualdade e propõe uma sociedade assentada na cooperação” (FERRAREZI, 2003).

Wanderley (1996) afirma que o campesinato brasileiro tem características particulares que servem hoje de fundamento a este “patrimônio sociocultural”, com que deve adaptar-se às exigências e condicionamentos da sociedade brasileira moderna, o que poderia também ser entendido como um capital social. A existência de capital social vem sendo associada como uma condição para a implantação de um SPG, visto que os ativos do capital social, também são condições básicas requeridas no funcionamento desse sistema (HIRATA, 2016). Para implantação de um SPG onde o capital social não esteja consolidado, é necessário que ele seja trabalhado, partindo do interesse, da cultura ou das diferentes relações já existentes (CAMARGO, 2015 apud HIRATA, 2016). Hirata conclui, em seu estudo, que o SPG sul de Minas possuía um capital social preexistente, que reforçado pelo apoio de instituições de ensino e ATER, dentro de uma conjuntura favorável, tornou possível a consolidação do SPG, que a confiança, base para o controle social e a responsabilidade solidária dos SPGs, são preexistentes ao SPG Sul de Minas, assim como a participação em atividades sociais e de cooperação mútua. Percebe, por fim, que há certo grau de dependência da nossa parte em relação a estas instituições parceiras.

### 3.7 Empoderamento/autonomia

Falaremos, portanto, sobre empoderamento num quadro onde as palavras depreciativas como, o termo caipira presente em nossa região, foram sendo substituídas com o passar do tempo graças às lutas camponesas, que com uma marcante característica de exclusão política e sistematicamente massacrados pela força militar, tornaram-se lutas de caráter político, o que fez da História da formação política do campesinato brasileiro como uma história de resistência de classe (MARTINS, 1981). Já se constata muito que, de alguma forma, o camponês, historicamente, tem o poder de resistir. Abramovay (1992) faz um histórico sobre os estudos realizados para compreender o mundo camponês ao longo da história. Este autor relembra que Weber, assim como os clássicos marxistas, questiona a compatibilidade do campesinato com o capitalismo, assim como Romeiro (1998), mas lembra de que estes autores não poderiam prever que uma forma familiar fosse predominante, resistindo ao capitalismo. Martins (1981) atenta para o fato de diversos movimentos e organizações, em especial os Partidos e a Igreja, sempre terem tentado tutelar o movimento camponês e direcionar suas lutas, mas que sua resistência é fruto de sua autonomia, com forte caráter de luta pela terra e contra a renda fundiária. Abramovay (1992) também cita Chayanov como sendo contra a ideia de aversão ao progresso técnico e isolamento social do campesinato, as opiniões fatalísticas sobre seu futuro a integração vertical; ao contrário, Chayanov afirmava sobre o camponês, um “sujeito criando sua própria existência”, devendo se estudar seu comportamento enquanto “unidade subjetiva teleológica” e não sua inserção na divisão social do trabalho. Sempre houve, portanto, uma tentativa de desempoderamento do camponês e, conseqüentemente, de todas as outras formas de agricultura familiar, seguidas, conseqüentemente, da resistência e da luta.

Hirata (2016) aborda que sua pesquisa criou um espaço propício à reflexão que favoreceu o empoderamento do grupo de camponeses da OSM, o que fez despertar o interesse por esta temática dentro da abordagem desta pesquisa. Esta afirmação é sustentada em Romano e Antunes (2002), e a capacidade da organização assumir o controle de seus próprios assuntos e tomar consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir. Importa em nosso estudo uma abordagem que coloca as pessoas e o poder no centro dos processos de desenvolvimento (ROMANO; ANTUNES, 2002). Também nos chama atenção a abordagem do projeto que deu origem ao estudo de Cavino (2012), onde a autora relata:

A forma consolidada como se deu a conversão para a agricultura ecológica despertou-me o desejo de conhecer melhor o grupo e, em 2005, retornei ao município para trabalhar no projeto “Construção e Articulação de Atores Sociais: Empoderamento e Intervenção para um novo modelo de Desenvolvimento Local e de Relações Socioambientais”, desenvolvido pela ONG Centro de Assessoria Sapucaí, em parceria com a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo - COOPFAM e com a Associação dos Pequenos Produtores Familiares de Poço Fundo (CAVINO, 2012, p. 2).

A ONG de acessoria Sapucaí é importante em diversos momentos da construção do movimento agroecológico do sul de Minas, sempre buscando “empoderar” os agricultores da região. Percebemos que é recorrente a teorização sobre o empoderamento nos estudos ocorridos no sul de Minas.

Encaramos aqui neste estudo o conceito de empoderamento a partir da crítica de Horochoviski e Meirelles (2007), sob a ótica dos movimentos progressistas, antagônica ao pensamento de empoderamento propagandeado pelos movimentos neoconservadores e neoliberais, respaldado também pela crítica de Perkins (1995), para qual alguns usam o conceito para o incentivo ao voluntarismo e políticas privadas, enviesadas pelo pensamento neoliberal que tira a responsabilidade estatal. Adotamos, portanto, a visão:

“de inspiração gramsciana e, mais recentemente, freireana e habermasiana, concebe a sociedade civil como espaço público de transformação de pensamentos em ação, espaço de emancipação dos grupos dominados e excluídos (HOROCHOVISKI; MEIRELLES, 2007, p. 492).

O empoderamento é um processo de reflexão e tomada de consciência quanto à sua condição atual, uma clara formulação das mudanças desejadas, e da condição a ser construída. A estas variáveis, deve somar-se uma mudança de atitude que impulse a pessoa, grupo ou instituição para a ação prática, metódica e sistemática, no sentido dos objetivos e metas traçadas, abandonando-se a antiga postura meramente reativa ou receptiva (SCHIAVO; MOREIRA, 2005).

O “empoderamento” da comunidade, para que ela seja protagonista de sua própria história, tem sido um termo que entrou para o jargão das políticas públicas e dos analistas, neste novo milênio (GHON, 2004).

Pase (2007) apresenta o empoderamento como sendo nos níveis individual organizacional e comunitário e, conclui que o capital social facilita o empoderamento que contribui com o desenvolvimento enquanto um processo de produção e distribuição de riquezas, qualidade de vida, sustentabilidade e equidade. O capital social é constituído pelo conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de

relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento. (BOURDIEU, 1980 citado por PASE, 2007).

Numa perspectiva emancipatória, empoderar é o processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão, ter poder de agenda nos temas que afetam suas vidas (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007). Atentemos, também, para a contribuição de Sen (1997), para o qual o empoderamento é uma necessidade para a equidade social. Para que este estudo possa se transformar em uma ferramenta efetiva de empoderamento do campesinato sul mineiro, que traga resultados para nossas necessidades práticas e fortaleça nossa relação com os demais atores sociais, é necessário que a gente tenha direito à participação direta e plena em todas as fases. Só assim se constrói uma Ciência com a possibilidade de ser Compartilhada. Essa ciência é nova em suas premissas e métodos mudando as funções de técnicos e camponeses, deixando os primeiros de serem meros repassadores de conhecimento e os outros meros consumidores de tecnologia (COELHO, 2014).

Trata-se de fazer ciência como resistência a um modelo imposto, onde as coisas acontecem cada uma em seus devidos lugares: a Universidade o lugar de produzir Ciência, o extensionista como vendedor da mercadoria e camponês como consumidor final. Além, claro, de buscar a consolidação SPG sul de Minas com o nosso empoderamento. Hirata (2016) constata que o capital social do SPG sul de Minas poderia ser entendido como a rede de contatos, acesso a informações e serviços e/ou a própria certificação, ressaltando as visitas de verificação do SPG e o Circuito Sul Mineiro de Agroecologia (CSMA) como sendo importantes para a consolidação deste capital social da OSM como um todo. Observamos que o CSMA<sup>9</sup> é uma forma de acesso à informação e serviços que se torna possível através da rede de contatos formada pela organização e que as visitas de verificação são a expressão do processo de certificação do SPG na consolidação do capital social e na busca pelo empoderamento de nosso grupo de agricultores.

O capital social também é definido pela cooperação dentro e entre os diferentes grupos sociais, por meio das relações compartilhadas, valores e normas, um recurso da comunidade construído pelas suas redes de relações, que estão condicionados a fatores culturais, políticos e sociais (MARTELETTO; SILVA, 2004 citado por HIRATA, 2016).

---

<sup>9</sup> - compreendendo aqui que o Circuito Sul Mineiro de Agroecologia, assentado na metodologia “agricultor para agricultor”, é uma forma de Orientação Técnica, para maioria dos agricultores, antes resumida à EMATER

Empoderamento pode se referir ao:

(...) processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas; (...) como poderá referir-se a ações destinadas a promover simplesmente a pura integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos, atenção pessoal etc. (GHON, 2004, p. 23).

Hirata (2016) lembra, em suas conclusões, que diante dos desafios para um maior empoderamento, o SPG Sul de Minas busca estratégias para envolver mais os agricultores nos espaços de planejamento, execução e avaliação das atividades, devendo buscar mais que uma certificação de baixo custo, mas benefícios além do selo. Na construção desta pesquisa, através da metodologia de pesquisa, torna-se necessário avaliar se estamos buscando estratégias para promoção desta participação, quais são e se elas conseguem promover o empoderamento.

Uma aproximação se faz necessária para que entendamos definitivamente o empoderamento que se busca explicar neste estudo e que aqui surge pela sua constatação em Hirata (2016). Esta aproximação se dá com o conceito Freiriano de autonomia (FREIRE, 1996). Para Freire, ao tratar da autonomia do educando, afirma que nossa postura epistemológica deve se dar através de uma relação dialética entre teoria prática para que “a reflexão crítica sobre a prática se torne uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e prática, ativismo” (FREIRE, 1996). A autonomia se assegura na relação entre os homens e entre estes e o conhecimento. Por isso, o entendimento da nossa autonomia se dará neste trabalho pela necessidade de conseguirmos realizar uma leitura crítica na nossa realidade para transformá-la.

A busca pela autonomia em nossa práxis é a busca pela emancipação que vamos consolidando ao longo do tempo. Este trabalho aqui apresentado se relaciona a momentos do “ciclo gnosiológico”, como relatado por Freire, onde:

“o que ensina e se aprende o conhecimento já existente e o em que se trabalha a produção do conhecimento ainda não existente. A do-discência – docência-discência – e a pesquisa indicotomizáveis, são assim práticas requeridas por estes momentos gnosiológicos” (FREIRE, 1996).

O respeito à autonomia acontece quando nos tornamos conscientes de que somos “seres inacabados”, sendo um “imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder ao outro” (FREIRE, 1996). Ter autonomia implica em aceitar a autonomia do outro.

## 4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Em nosso trabalho diário, sempre nos deparamos com inúmeros caminhos a seguir, mas estes nós sabemos aonde vai dar, por isso o medo não é tão grande e a gente enfrenta de peito aberto na hora de decidir sobre onde, quando e como plantar, como manejar, ou a hora de colher. Na academia exige-se o método. Pra que sejamos entendidos, precisamos procurar pela linguagem científica, para que sigamos por este percurso. Mas como decidir o caminho? Como ser ao mesmo tempo científico e ser entendido pelos meus pares? Este foi o grande dilema durante a construção deste trabalho.

### 4.1 Percurso metodológico

Ao nos defrontarmos com as inúmeras perguntas-problema levantadas ao longo da prática do SPG, percebemos a importância de se proceder a uma pesquisa científica exploratória, pois o assunto em questão ainda não foi devidamente estudado e necessitamos de um embasamento para a tomada de decisão do grupo. Esta, talvez, foi a primeira decisão a ser tomada ao longo do percurso. Dada a distância existente entre o conhecimento científico e o senso comum, tão bem discutida por Alves (1981), foi preciso ter cautela na seleção dos caminhos desta pesquisa. Fomos defrontados com o “*paradigma da modernidade*” e a crise do “*paradigma dominante*” para enfrentar o que Santos (1987) propõe como a construção de um novo “*paradigma emergente*”. De certa forma, as dificuldades se iniciaram pelo fato de o percurso ser o inverso do que naturalmente ocorre. Aqui não se trata de um pesquisador que observa a sociedade em busca de um grupo de agricultores que possam ser estudados para elucidar alguns fatos sobre os SPG's. Antes, trata-se de um grupo de agricultores que decide por teorizar sobre a sua prática. Eu sou apenas um entre estes agricultores, a quem coube a função de sistematizar as ideias e a quem cabia apresentar os caminhos a serem escolhidos para o percurso metodológico. Aqui tratamos de fazer uma ciência a serviço do campesinato (PETERSEN; SOGLIO; CAPORAL, 2009).

A tarefa nunca pareceu fácil, mas daí a necessidade de se ingressar em um programa de pós-graduação para tentar uma aproximação cada vez maior com a academia e, dessa forma, conseguir as ferramentas para execução da tarefa. Talvez a mais importante destas ferramentas, a possibilidade de contar com o auxílio de professores-pesquisadores experientes que pudessem orientar como construir um texto em uma linguagem que, ao mesmo tempo cumprisse com os requisitos da escrita científica sem, no entanto, deixar de ser acessível aos verdadeiros interessados: nós, agricultores.

Partimos do conceito de pesquisa científica apresentado por Gil (2007, p. 17):

(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

A formulação de perguntas problematizadoras não foi, necessariamente, uma dificuldade, uma vez que eram várias as situações de nossa prática cotidiana que careciam de uma teorização. Estas perguntas foram apresentadas na introdução e colaboraram decisivamente para o delineamento da pesquisa. Quanto ao processo de pesquisa em si, nossa primeira necessidade foi entender qual a natureza da pesquisa científica. A literatura, como em Gerhardt e Silveira (2009), Gil (1994, 2007) e Minayo (2002), nos apresenta a pesquisa pura ou a pesquisa aplicada como a primeira encruzilhada. Optamos pela segunda por razões óbvias, mas que também se sustentam nestas mesmas fontes de pesquisa. Gil (2007) recomenda a pesquisa aplicada, pelo interesse na “aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos”, voltados à “aplicação imediata numa realidade circunstancial”, que de certa forma entendemos que traria respostas mais rápidas e objetivas para nossos questionamentos.

Na forma tradicional de ciência, esta pesquisa investigaria por meio de um sujeito, o pesquisador, um objeto da realidade, no nosso caso, o grupo de agricultores da OSM, tentando comprovar experimentalmente hipótese sobre a capacidade de construção coletiva dos indicadores da qualidade orgânica, descrevendo tudo posteriormente. Desta forma, a primeira ideia surgida foi a identificação dos indicadores utilizados pelas agricultoras e agricultores no processo de certificação participativa, realizando uma pesquisa sobre a nossa percepção sobre a Agroecologia e a construção coletiva dos indicadores a serem utilizados na certificação, tomando como base Ferraz (2003). Num primeiro momento, a ideia era que as agricultoras e agricultores fossem os objetos de pesquisa e eu, pesquisador, o sujeito. Daí algumas dúvidas: como me definir como sujeito se também seria objeto? Os demais agricultores de nossa organização também não seriam sujeitos? Estaria o “eu” pesquisador, alheio ao universo da pesquisa? Há separação entre o sujeito pesquisador e o objeto estudado?

Posteriormente, após conversas dentro da organização e com pesquisadores da região, percebemos que o fato de o SPG “empoderar” os agricultores quanto às práticas da agricultura orgânica era de fundamental importância e deveria ser investigado. Decidimos, portanto, incluir a investigação sobre este empoderamento, além da investigação sobre a percepção dos agricultores quanto à Agroecologia como em Borges (2000) e a construção coletiva de

indicadores para uso do SPG. Delimitado este problema de pesquisa, cabia encontrar o método de estudo mais adequado para alcançar os objetivos primeiros de conhecer a realidade sobre a percepção agroecológica, a criação de uma referência de indicadores utilizados pelo sistema e servir de estímulo a outras experiências semelhantes.

Minayo (2007, p. 44) define metodologia como:

(...) a) a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer; b) a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) e a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas.

Dessa forma, estabelecemos que fosse realizada uma pesquisa documental, além da observação participante, como metodologia básica. Mais alguns questionamentos surgiram: Não estaríamos exagerando nas intenções da pesquisa, podendo correr o risco de não realizá-la no tempo previsto? A metodologia dava conta de alcançar os objetivos traçados? Este tipo de pesquisa seria relevante para nosso grupo? A pesquisa tradicional seria capaz de nos dar as respostas que precisamos? Mais uma vez a encruzilhada entre o modo tradicional de fazer ciência e uma opção que fosse emancipadora e com a participação direta de nós, agricultoras e agricultores, como sujeitos na pesquisa. Vamos então encarar o item “c” apresentado por Minayo e construir uma pesquisa criativa, com uma marca, não pessoal, mas coletiva e específica para a situação.

A partir de então, comecei a estudar outros métodos de pesquisa para tentar estimular a participação dos agricultores na construção do caminho metodológico da pesquisa. Em uma atividade que ocorre anualmente na OSM, o Encontro de Formação de Coordenadores (EFC), refletimos sobre nós mesmos e definimos alguns pontos que foram fundamentais para uma mudança geral nos caminhos da pesquisa.

A primeira percepção foi de que o modelo tradicional não seria viável, pelo fato de eu também fazer parte do grupo estudado e, os demais, também tinham a vontade de se tornarem sujeitos da pesquisa, se esforçando no exercício de reflexão sobre a realidade, uma situação que já é comum dentro do grupo, em especial no EFC. Este fato reforçou o que foi apontado por pesquisadores parceiros (HIRATA, 2016), da necessidade de se estudar o empoderamento do camponês dentro do SPG. Da mesma forma, um levantamento de indicadores nos pareceu menos importante para este momento. A questão da participação também foi assunto bastante discutido neste encontro, como vem sendo desde alguns anos para cá, após a criação do SPG.

Foram horas discutindo formas de estimular a participação para efetivar a garantia da qualidade orgânica de forma participativa. Vem deste mesmo período, uma leitura fundamental que fiz da dissertação apresentada pela pesquisadora e parceira Aloísia Hirata para o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão (PPGDE-UFLA). Neste estudo, a autora analisa “A constituição do sistema participativo de garantia Sul de Minas e sua contribuição para a Agroecologia na região” e chega à conclusão:

os processos de geração de credibilidade e avaliação da conformidade no SPG Sul de Minas, vale ressaltar que a existência do capital social, expresso pela capacidade de organização, participação e relações de confiança preexistentes nas organizações que compõem a Orgânicos Sul de Minas, foi importante para o processo de implantação e funcionamento dessa rede (HIRATA, 2016, p. 146).

Os conceitos de “capital social” e “participação”, expressos neste estudo intensificaram a necessidade de compreender o processo de empoderamento dos agricultores dentro do SPG<sup>10</sup>. Ao mesmo tempo, tive contato com a “Pesquisa-ação” e pude enxergar uma grande possibilidade para construção de uma pesquisa com outros valores, que não somente o da ciência tradicional. A possibilidade de uma constante tarefa de reflexão-prática-reflexão aberta pela metodologia de pesquisa-ação, delimitou ainda mais o universo de pesquisa e dessa forma pudemos chegar a um caminho metodológico possível para o que necessitávamos. Importantíssimas e decisivas foram as contribuições das duas orientadoras que tive neste período, Mauricéia Silva de Paula Vieira e Viviane Santos Pereira. Mauricéia, em sua disciplina ministrada para o Programa junto com a coordenadora Sabrina, elucidaram a questão metodológica e, posteriormente, em conversa pessoal, Mauricéia me chamou a atenção de forma decisiva pela questão do empoderamento e da observação participante como metodologia que eu já realizava ao longo do percurso metodológico. Com a mudança de orientação, passei a ser orientado pela Viviane Santos Pereira que, finalmente, com muito carinho, paciência e dedicação, colaborou na definição dos rumos do projeto.

## 4.2 O caminho escolhido

Quando decidido de que se tratava de uma pesquisa social, a primeira bibliografia que tive contato foi Gil (2008). O caminho aqui traçado segue, de certa forma, o caminho explicativo de seu livro e também da segunda bibliografia que tive acesso Gerhardte e Silveira (2009). O objeto de estudo passa então a ser o SPG, sempre o trataremos na terceira pessoa.

---

<sup>10</sup> - a relação entre os conceitos de capital social, participação e empoderamento são apresentados no referencial teórico.

Os sujeitos (NÓS), são todos que colaboraram na cocriação desta pesquisa, em especial os agricultores membros do SPG sul de Minas, aí incluindo este agricultor que aqui escreve (EU). O fenômeno a ser observado é o empoderamento/autonomia destes agricultores dentro do SPG.

Não se trata de construir a ciência nos moldes da ciência tradicional, a “crença mais respeitável a partir da modernidade”, como conceitua Minayo (2007), uma modernização que envolve uma base ideológica centrada na difusão de tecnologia e distanciamento entre ciência acadêmica e realidade (THIOLLENT, 1984). Trata-se, então, de construir uma pesquisa dentro daquilo que Santos (1987) propõe como um novo paradigma emergente onde o conhecimento científico-natural é científico-social, e todo conhecimento é local e total, autoconhecimento e tende a tornar-se senso comum. Uma ciência pós-moderna (SANTOS, 1995).

A base lógica para este trabalho, de acordo com Gil (2008), seria naturalmente o método dialético, uma vez que parte do princípio de diálogo<sup>1111</sup> e busca uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade. Mas também pode se entender como um método fenomenológico por, como nas palavras de Gil (2008), procurar resgatar os “significados atribuídos pelos sujeitos ao objeto que está sendo estudado”. Os meios técnicos, ou em relação aos procedimentos como em Gerhardte e Silveira (2009), seriam, primordialmente, o método observacional, por se preocupar com algo que já acontece ou que acontece.

Quanto ao nível de pesquisa (GIL, 2007) ou quanto ao objetivo (GERHARDTE; SILVEIRA, 2009), nossa pesquisa é exploratória. Utilizamos da pesquisa bibliográfica e documental, propomos a realização de entrevistas e é, por base, um estudo de caso (ARAÚJO, 2015).

#### **4.2.1 A Pesquisa-ação**

Quanto ao envolvimento do pesquisador, de acordo com Gil (2008), nossa pesquisa é uma pesquisa participante (BRANDÃO, 1990), podendo ser construída como Pesquisa-ação, que são tratadas em Gerhardte e Silveira (2009) como tipos de procedimentos de pesquisa. Esta pesquisa tem, portanto, caráter de pesquisa-ação emancipatória por buscar uma mudança na forma de agir da organização a partir da percepção de um problema que será estudado e

---

<sup>11</sup> - Gil (2007) cita este princípio vindo da conceituação da dialética de Platão, mas que aqui foram amparados pela visão da dialética marxista Netto (2011) formando a base lógica deste estudo, embasando fundamentalmente a escolha da pesquisa-ação emancipatória como método)

discutido politicamente de forma participativa e colaborativa. A utilização da pesquisa-ação vem da tensão entre as nossas práticas como agricultoras e agricultores e no processo de Certificação Participativa e a necessidade de buscar respaldo teórico para estas práticas, promovendo uma situação social que gere a melhoria da qualidade da ação. A pesquisa-ação se legitima como forma de pesquisa feita por quem vive a realidade prática e busca adaptá-la às formas exigidas da academia. Caldeira (1988) trata da presença do autor nos estudos sobre antropologia, afirmando a ambiguidade da situação, onde o autor ao mesmo tempo precisa mostrar-se revelando a experiência pessoal e esconder-se para garantir objetividade. A mesma autora conclui afirmando:

O estilo do texto se define em função do objeto e do tipo de análise que se pretende — e talvez seja da consciência dessa flexibilidade mais do que de receitas textuais que nós precisemos (...) faz parte do novo papel do antropólogo/autor a busca do estilo que melhor se adapte aos seus objetivos, a definição crítica desses objetivos, e a responsabilidade pelas suas escolhas (CALDEIRA, 1988, p. 157).

A opção por esta metodologia se deu após consulta a Thiollent (1983) para minimizar possíveis problemas com a aplicação da metodologia. Trip (2005), em sua introdução metodológica à pesquisa-ação, traça um breve histórico, sem, no entanto, afirmar onde exatamente teria surgido este tipo de metodologia, mas afirma ser muito utilizada como estratégia de professores e pesquisadores para o desenvolvimento e aprimoramento do ensino e o aprendizado de seus alunos.

“é pouco provável que algum dia venhamos a saber quando ou onde teve origem esse método, simplesmente porque as pessoas sempre investigaram a própria prática com a finalidade de melhorá-la” (TRIPP, 2005, p. 445).

Essa é a finalidade objetiva da metodologia da pesquisa-ação, que é utilizada em diferentes aplicações como: administração, desenvolvimento comunitário, mudança organizacional, ensino, mudança política, conscientização, outorga de poder (empoderamento), desenvolvimento nacional na agricultura, em negócios bancários, saúde e geração de tecnologia (DESHLER; EWART, 1995 citado por TRIPP, 2005, p. 445).

Nossa opção foi trazer esta metodologia para nossa realidade de agricultoras e agricultores e propô-la como ferramenta viável a outras (os) agricultoras (es)-pesquisadoras(es). As questões como “mudança política” (mudança no ser-agir político), conscientização (se saber no mundo em relação aos outros e ao meio), “outorga de poder” (para entender a relação entre empoderamento e autonomia) (FREIRE, 1972, 1982 citado por TRIPP, 2005). A utilização desta técnica, por nós, agricultoras e agricultores, é uma

adaptação, querendo ser uma contribuição para futuros estudos feitos por outras agricultoras e agricultores que queiram ser também pesquisadoras e pesquisadores sobre sua realidade.

A “pesquisa-ação é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática” (TRIPP, 2005).

Utilizamos, então, da pesquisa documental, observação participante e entrevista.

Tripp também chama a atenção de que se trata de um tipo dentro do termo genérico “investigação-ação”. Trata-se de um ciclo da praxis, onde se navega constantemente entre a prática e a teoria, entre a ação e a reflexão. Resgatamos aqui a seguinte definição:

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo (THIOLLENT, 1985, p. 25).

Baldissera (2001) afirma que pode ser qualificada de pesquisa-ação quando houver uma ação por parte das pessoas envolvidas na pesquisa, pois parte da solução de problemas coletivos e está centrada no agir participativo e ação coletiva, como no caso da situação aqui apresentada. Tripp (2005) apresenta em um quadro as características da pesquisa-ação, seriam elas: deve ser uma inovação; mais contínua que ocasional; pró-ativa em respeito às mudanças e baseada em uma ação estratégica; é participativa, incluindo todos os que estão envolvidos nela e é colaborativa no modo de trabalhar; a pesquisa-ação ocorre em cenários sociais sendo mais intervencionista que experimental; começa a partir da problematização; é sempre deliberativa porque se intervém na prática rotineira; tende a documentar seu progresso com informações da prática rotineira; exige a compreensão dos fenômenos e não sua teorização; o conhecimento obtido destina-se a ser compartilhado com outros na mesma organização e tende a ser disseminado por meio de rede e ensino.

A pesquisa-ação deveria ser capaz de fazer a ligação tanto da teoria para a transição da prática quanto da prática para a transformação da teoria (TRIPP, 2005), por isso também propomos um trabalho colaborativo com a academia, como indicarão os resultados que serão apresentados, para que possamos também buscar uma mudança na maneira como as instituições de pesquisa da região trabalham conosco na transição para a Agroecologia.

#### **4.2.2 Afinal, como vai ser a pesquisa?**

De acordo com Minayo (2007), a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade, sendo esta abordagem utilizada nesta pesquisa. A opção pela pesquisa aplicada é sustentada por Gil (1994) e se dá pelo interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos e sua aplicação imediata numa realidade circunstancial. Como parte do delineamento da pesquisa, como proposto por Gil (2008), os procedimentos, como definidos por Gerhardte e Silveira (2009), faremos:

##### **Pesquisa bibliográfica e Pesquisa Documental**

Foram utilizados estes dois procedimentos de pesquisa para alcançar dois dos objetivos específicos: I. Apresentar um embasamento histórico sobre a ocupação do território do sul de Minas Gerais relacionando com os acontecimentos no mundo e na formação do estado brasileiro, focando a institucionalização da agricultura convencional e o posterior nascimento dos movimentos pela Agroecologia. II. Compreender como nós, agricultores membros do SPG sul de Minas, nos relacionamos formando organizações, como estas organizações se relacionam dentro da OSM e como a organização se relaciona com a sociedade. Primeiramente, realizamos uma pesquisa documental, analisando os documentos de constituição da OSM, como Ata de Fundação e os registros subsequentes até o momento de decisão de credenciamento de seu SPG/OPAC, bem como seus regulamentos mais importantes e Regimento Interno e o Manual de Procedimentos, juntamente com uma pesquisa bibliográfica sobre a temática geral e consulta aos pesquisadores parceiros do SPG sul de Minas que já realizaram estudos sobre o SPG. Todos nós da OSM espontaneamente acabamos, ao longo do ano, nos debruçando sobre os documentos da OSM, como será demonstrado nos resultados. A curiosidade das agricultoras e agricultores sobre a formação histórica do sul de Minas, em especial sobre a história de nossa agricultura, nos conduziu a pesquisar em documentos antigos, bibliografia especializada e em sites de prefeituras da região.

##### **Observação participante**

É evidente que este estudo trata-se de uma pesquisa de campo. Gil (2008) ressalta que este tipo de estudo se utiliza muito mais da observação que da interrogação, como nos levantamentos. Apresentamos, então, a proposta de realização da observação participante, pela característica identificada em Gerhardte e Silveira (2009) do meu envolvimento e identificação, como pesquisador responsável pela sistematização dos resultados, com os

demais agricultores da OSM. Esta observação participante foi realizada a partir do acompanhamento dos procedimentos, como membro<sup>12</sup> do SPG Sul de Minas ao longo do ano de 2017, sendo eles: os momentos decisivos do processo de certificação da qualidade orgânica, **visitas de pares** e as **visitas de verificação**, além da **reunião final de certificação**; as **reuniões de OPAC** e as **reuniões de diretoria** ao longo do ano; **Assembleia Geral da OSM**; além do importante momento de formação, o **Encontro de Formação de Coordenadores ou Curso de Formação de Coordenadores** (o que será explicado nos resultados), onde as principais decisões sobre os procedimentos de certificação são tomadas e onde ocorre o treinamento dos coordenadores dos grupos de certificação. A postura adotada durante a pesquisa segue o proposto por Seerva e Jaime Júnior (1995).

Esta metodologia buscou entender como construímos a credibilidade do SPG Sul de Minas. Tudo foi registrado em caderno de campo (COSTA, 2002) e de outras formas possíveis, atentando para os conflitos e a mediação entre os participantes do SPG, além da análise posterior dos documentos gerados nas reuniões.

### **Prosa cotidiana**

Da prosa a gente não foge. A gente prosea em toda oportunidade. A gente gosta de se encontrar e jogar conversa fora. A riqueza destes momentos não poderia ser deixada de lado. Sempre com o caderno de campo, uma folha ou celular, anotava as coisas interessantes destes momentos. Por fim, achamos conveniente fazer uma entrevista para o levantamento de alguns dados, mas nada com formalidade ou estrutura, pois perderíamos a essência socializadora que tem o diálogo.

Foi realizada uma Entrevista Informal, como em Gil (2008), o menos estruturado possível e só se distinguindo da simples prosa porque tem como objetivo de coletar dados dentro de um estudo que é exploratório. Foi feita em encontros pessoais e durante os Encontros de Formação de Coordenadores, primeiramente para definir um agricultor referência que responderia a uma entrevista não estruturada com abordagem direta para entender o processo de empoderamento na perspectiva dos agricultores e atender ao objetivo de dialogar diretamente com os camponeses para compreender sua relação pessoal com a Agroecologia e o SPG sul de Minas, de que forma este contribui para seu entendimento sobre o assunto e a partir daí, coletivamente, os agricultores se empoderam em relação aos métodos do sistema.

---

<sup>12</sup> - No meu caso um membro fornecedor, caracterização de todos as/os agricultoras e agricultores membros do SPG de acordo com nosso estatuto.

## 5 RESULTADOS

Para alcançar o objetivo primeiro de construção da Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas (OSM), a participação das agricultoras e agricultores foi fundamental, daí ao processo de constituição do Sistema Participativo de Garantia (SPG) Sul de Minas e o credenciamento do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) junto ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) em 2012, num trabalho que segue até hoje. Foi o primeiro OPAC credenciado pelo MAPA no estado de Minas Gerais, experiência fundamental para a disseminação da ideia em outras regiões do estado, sendo replicada e aprimorada por outros grupos de agricultoras e agricultores como a Orgânicos Jequitinhonha (Associação das Agricultoras e Agricultores Familiares e Feirantes de Turmalina) e a Brota Cerrado (Associação Brota Cerrado Serra da Canastra de Certificação Participativa).

De primeiro, reparamos uma dependência dos agricultores pelas decisões tomadas pelos técnicos parceiros dentro do processo, destacando que foi importante o apoio dado às agricultoras e agricultores por parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS) e da EMATER-MG na constituição de nosso Sistema Participativo de Garantia (SPG). Esta experiência não teria sido possível sem estes apoios institucionais. As agricultoras e agricultores, a princípio, apresentavam dificuldades e aguardavam que as soluções viessem destas instituições parceiras, não havia protagonismo destacado por parte dos agricultores.

A busca pelo protagonismo sempre foi uma das metas na organização desde as primeiras reuniões. Entendemos e agradecemos a importância da academia e das empresas de ATER, que nos ajudaram a acreditar que uma verdadeira transição agroecológica deve trazer a agricultora e o agricultor para uma posição central. Aloisio, Leonel, Alexandre e Augusto pela EMATER-MG e Aloísia e Luizinho pelo Instituto Federal do Sul de Minas, em especial do Campus Inconfidentes, nos ajudaram a compreender que o SPG só teria sentido com a nossa participação, fato abordado pela Aloísia em seu trabalho defendido neste mesmo programa de mestrado, denominado: A constituição do Sistema Participativo de Garantia sul de Minas e sua contribuição para a Agroecologia na região e que é a base para o desenvolvimento deste trabalho aqui apresentado.

A agricultora e o agricultor devem ser os donos de seu destino na busca pela agroecologia. As parcerias continuam e têm aumentado gradativamente com outras instituições da região como as universidades, mas, ainda hoje, somente estas duas citadas

continuam como parceiras oficiais. Na OSM, os agricultores exercem hoje a grande maioria das funções e cargos para o funcionamento da organização, em especial de nosso OPAC.

Vale também ressaltar a importância do protagonismo, neste período, das mulheres e jovens. A presidência da organização foi exercida por uma mulher agricultora nos dois primeiros mandatos, assim como a coordenação do OPAC, nos últimos dois anos sob responsabilidade de uma jovem agricultora, são os dois cargos de maior responsabilidade dentro da organização. Existe também a certificação do Café Feminino, cujo protagonismo na produção é todo das mulheres, assim como na produção de rosas do grupo Mulheres Organizadas Buscando Independência (MOBI). Além disso, as agricultoras, recentemente, construíram o primeiro Encontro de Mulheres em SPG's, onde puderam trocar experiências com outras mulheres participantes da transição agroecológica em outras regiões do país, além de uma mulher, a Letícia, minha companheira, ter nos representado no Congresso Orgânico Mundial em Nova Delí, na Índia, no mês de novembro de 2017.

Os jovens também são maioria na coordenação dos grupos de certificação e entre os novos ingressantes do SPG. As (os) estudantes do IF-SULDEMINAS também atuam diretamente junto à OSM através do Grupo Raiz do Campo, um núcleo de estudos em Agroecologia que apoia projetos ligados ao tema na região, tendo inclusive uma área certificada pelo SPG dentro da instituição para realização da prática agroecológica em parceria constante com as agricultoras e os agricultores e a realização de estágios de vivência em propriedades da região.

Vale também lembrar a formação dada a jovens agricultores, principalmente através do Encontro de Formação de Coordenadores de Grupo que acontece anualmente. Neste curso, são três dias de interação entre os membros, buscando promover o empoderamento das agricultoras e agricultores para assumir a responsabilidade de dar a garantia da qualidade orgânica. A formação é tema central da OSM como forma de empoderar cada vez mais as agricultoras e os agricultores como agentes da Transição Agroecológica.

Outra forma de reforçar o protagonismo do Agricultor, foi a criação do Circuito Sul mineiro de Agroecologia (CSMA), baseado na metodologia “de agricultor para agricultor”, onde uma agricultora/agricultor em sua terra mostra uma experiência prática em Agroecologia para outras agricultoras e agricultores, além de estudantes e técnicos que o visitam em um dia de campo.

Existe também um trabalho em parceria com a Associação Biodinâmica sobre produção de sementes, com as agricultoras e os agricultores se envolvendo também com a pesquisa e experimentação, como forma de ganhar autonomia na produção de sementes

através do melhoramento participativo, com apoio de nosso parceiro Vladimir Moreira, além da criação de nossa “Casa de Sementes” instalada no IF-SULDEMINAS Campus Inconfidentes, mas cujo funcionamento foi decidido pelas agricultoras e agricultores que também exercem a função de guardiãs e guardiões de sementes.

Importante destacar a parceria com a Cooperativa dos Camponeses Sul Mineiros (Camponesa), pois a Reforma Agrária também é central para a Transição Agroecológica. Para além do processo de certificação participativa, a interação entre os assentados e acampados da Reforma Agrária com os demais agricultores da região, fortalece o entendimento da questão agrária.

Com o decorrer dos anos, as agricultoras e agricultores passaram a entender sua importância como atores na Transição Agroecológica e não apenas espectadores de um processo distante deles. É este talvez o maior legado destes anos de existência da OSM, a crescente participação em todas as instâncias de decisão, pesquisas, cursos, projetos, etc.

Estas primeiras linhas que apresentamos nestes resultados, foram apresentadas durante a qualificação pré-defesa. Nem um semestre se passou e muitas coisas aconteceram. As contribuições da banca formada pela Dra Jacqueline Magalhães Alves, Dra. Wânia Rezende Silva e minha orientadora, Dra. Viviane Santos Pereira, além do ritmo de decisões tomadas e a grande quantidade de acontecimentos importantes dentro da organização, junto, claro, com toda a consulta bibliográfica feita desde então, fizeram com que os trabalhos ganhasse novos rumos, sem fugir da metodologia proposta, sendo necessária um ou outro ajuste.

Passamos agora a tratar detalhadamente o que o trabalho de voltar a academia fez na cabeça desse agricultor-pesquisador, os caminhos sinuosos deste percurso e o que ele traz para nós como resultados. O objetivo geral do estudo foi compreender e colaborar na prática com o processo de busca por empoderamento/autonomia das agricultoras e agricultores da OSM na construção cotidiana de nosso SPG sul de Minas e sobre os princípios da Agroecologia, gerando credibilidade para o sistema e nos tornando protagonistas da transição para Agroecologia no sul de Minas.

Apresentaremos primeiramente um embasamento histórico sobre a ocupação de nosso território, relacionando com os acontecimentos no mundo e a formação do estado brasileiro, começando pelas sucessivas divisões políticas do território que foi se conformando até meados do século passado no que hoje é o sul do Estado de Minas Gerais. Seguiremos uma ordem cronológica para a apresentação destas reflexões. A seguir, nosso enfoque especial se dá para a institucionalização da agricultura convencional e o posterior nascimento dos movimentos pela Agroecologia. O foco na região sul de Minas nos mostrará como se deram

as primeiras relações entre os membros da OSM na construção de suas organizações. Passaremos, então, a mostrar como aconteceu a reunião destas organizações para a formação da OSM, constituição do SPG sul de Minas e credenciamento de nosso Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), evidenciando a relação de nosso grupo com a sociedade. Seguiremos contando um caso sobre o ano de 2017 em nosso SPG, refletindo sobre nossa prática nos momentos decisivos do processo de certificação da qualidade orgânica e os momentos de formação. Por fim, buscamos compreender nossa relação, de agricultoras e agricultores, com a Agroecologia e se o SPG sul de Minas contribui para nosso empoderamento/autonomia em relação aos princípios seus princípios e o próprio funcionamento de nosso sistema de certificação.

### **5.1 Da história da gente**

Entendi de primeira vista, que era preciso viajar lá pra trás na história, pra entender como esse grupo de mulheres e homens praticantes da agricultura no sul de Minas foi se formando até chegar aqui, neste atual momento histórico. Seria necessário reconhecer nossa história agrária para que apresentemos as ferramentas de construção de uma alternativa real por meio da Agroecologia, fazendo uma hibridação necessária destes dois conceitos (MOLINA, 2011).

A dialética marxista sempre chamou a minha atenção e eu sabia que pra chegar a qualquer conclusão neste trabalho, eu precisaria saber da história de como essa gente foi formada. Eu necessitava “examinar em detalhes as condições de existência” da formação social do sul de Minas “antes de deduzir dela ideias” que sejam correspondentes (MARX-ENGELS, 2010 citado por NETTO, 2011).

A prática como contador de história junto com meus companheiros do grupo Sapucaiaços, também me leva a optar por começar assim, contando história, casos antigos. É prática também a nossa participação no SPG e na transição agroecológica, daí a necessidade de se teorizar sobre nossa prática. Entendemos deste modo, a teoria como uma “modalidade peculiar do conhecimento”, interessada em reproduzir no pensamento a “estrutura e dinâmica” do objeto de estudo, no caso aqui, a autonomia dos agricultores na prática agroecológica e na certificação participativa, sendo sujeitos fiéis ao nosso objeto de estudo. Não nos pretendemos neutros e a instância de aprovação maior para a teoria que desenvolvemos é a nossa própria prática social e histórica. Somos sujeitos ativos em uma pesquisa que busca a essência de nosso objeto de estudo, a sociabilidade resultante de nossa

práxis, num movimento dinâmico que busca superar as contradições que conduzirão a um novo processo (e não coisa acabada) de superação de outras contradições. Não poderíamos deixar de buscar a compreensão da formação histórica de nossa gente pra saber como chegamos até onde chegamos; esta forma complexa (situação presente) que vem de outras formas menos complexas. O SPG é nossa totalidade complexa, estruturada, articulada e dinâmica contradição entre todas as totalidades menos complexas que são a razão da dinâmica do todo mais complexo. Cabendo-nos descobrir as relações entre as totalidades que constituem o todo complexo. Relações que são mediadas internamente e pelo todo (NETTO, 2011).

### **5.1.1 Resumindo Séculos**

Já na qualificação, fiquei de ler, a pedido da Dra. Jacqueline, o livro “Parceiros do Rio Bonito”, de Antônio Cândido (CÂNDIDO, 1964) e o livro O caipira de São Paulo de Brandão (BRANDÃO, 1983). Eu havia falado na apresentação sobre uma coisa que começava a me inquietar, a importância de entender nossa cultura, pra nos entendermos como agricultoras e agricultores. O que nós, agricultoras e agricultores organizados na OSM, somos? Como a nossa gente se formou? Responder a essas perguntas se tornou importante pra compreender qual AgriCULTURA nós fazemos. Só assim eu responderia ao objetivo geral do trabalho que apresentei naquela qualificação e que permanecem nesta dissertação final. O objetivo foi compreender como é o processo de empoderamento das agricultoras e dos agricultores na busca de sua autonomia dentro do SPG sul de Minas. Autonomia no processo de Transição Agroecológica, como um todo, e autonomia dentro do sistema de certificação participativa. Com este trabalho, queremos contribuir para geração da credibilidade do SPG e para o processo de empoderamento/autonomia para que nós, agricultoras e agricultores, nos tornemos protagonistas da transição para a Agroecologia em nossa região.

Durante a primeira leitura de Cândido (1964), logo nas primeiras páginas me deparei com Saint Hillaire, um autor que eu havia lido na adolescência e que tinha me cativado pelo relato da nossa região sul de Minas Gerais no primeiro e segundo século pós invasão portuguesa. Eu ficava imaginando (como fico até hoje) como deveria ser chegar naquele matão que era nossa terra. Árvores enormes, animais de todo tipo, muita água. Já tinha viajado muitas vezes acompanhado de Saint Hillaire, em seu Viagem às províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais (SANIT-HILAIRE, 1938), fui me lembrando também de Câmara Cascudo e seu Dicionário do folclore brasileiro (CASCUDO, 1972) e toda mitologia criada

junto com as gentes daquele período, além de *O povo brasileiro*, de Darcy Ribeiro (RIBEIRO, 1995), *A história de Itajubá*, de Armelim Guimarães, que não consegui reler neste trabalho, mais recentemente, com o livro *Cantando a própria história: música caipira e enraizamento*, do sul mineiro Ivan Vilela (VILELA, 2013) e “*Quilombo do Campo Grande: história de Minas, que se devolve ao povo*”, de Tarcísio José Martins (MARTINS, 2008). Percebi então a necessidade de me aprofundar na história da formação do sul de Minas para entender como ele é hoje. Fiz então uma breve pesquisa na base de dados IBGE-cidades e em sites de algumas prefeituras da região, além das referências já citadas.

### **5.1.2 Anos 1500 e 1600, a raiz do sul de Minas**

Por volta de 1500, os europeus começavam a invasão dessa terra que eles iam chamar de Brasil e onde tudo que se plantava, dava. Parecia que nosso destino de fornecedor de alimentos para o mundo já estava traçado. Aqui no sul de Minas o movimento era no ritmo natural da vida indígena e a natureza do domínio dos mares de morro florestados que iam rumo noroeste em transição para o cerrado (AB'SÁBER, 2008). O solo sul mineiro era coberto, na serra da Mantiqueira por um mosaico partindo dos campos de altitude nos pontos mais altos da serra e entrando pela Floresta Ombrófila Mista Automontana, caracterizada pela presença da Araucária e a Floresta Ombrófila Densa em direção aos vales dos rios Grande, Verde e Sapucaí. Seguia uma formação Alto Montana, nas serras mais altas perto da Mantiqueira e se tornando Montana, na maior parte desse marzão de morros da região, transitando daí para a Floresta Estacional Semidecidual Montana, nos contrafortes das serras mais ao norte e daí até as savanas do cerrado mais ao norte ainda da região (VELOSO et al., 1991). Desde os livros do Armelim Guimarães, que eu sabia que por aqui na região de Pedralva, onde moro, estavam os Puris. Meu amigo Antônio Nélcio de Abreu, o Chinho, falecido recentemente, é uma das maiores referências culturais da minha vida, grande sabedor da história de Pedralva, nunca me deixou esquecer os Puris. Eles estavam por toda serra da Mantiqueira. Neste início de pesquisa constatei que na região de Poços de Caldas, concentravam-se os Tapuias e Cataguases, se estendendo então até mais ao norte no Rio Grande. Era isso até a chegada das primeiras bandeiras em 1596. As entradas, que respeitavam o Tratado de Tordesilhas, não adentraram o “sertão” brasileiro, na cola delas vieram as bandeiras, estes sim, sertanistas, que adentraram o sertão sem respeitar o Tratado de Tordesilhas. O que sabemos sobre o século XVII em nossa região, devemos aos seus relatos e aos relatos informativos dos Jesuítas.

A raiz Puri, Tapuia e Goitacaz está muito presente no nosso modo de se relacionar com a natureza no cultivo de alimento. São os primeiros marginalizados, característica que acompanha até hoje os grupos de agricultoras e agricultores que se formou na região sul mineira. Eram itinerantes, viviam de passagem pelos lugares, afinal toda terra era comum. O território sul mineiro era dos índios que o habitavam, um bem comum. Paravam logicamente, em lugares de boa caça, boa pesca, bom abrigo. Hoje nós vemos os vestígios destes povos, seus acampamentos, sua arte rupestre, seu artesanato.

Os primeiros relatos de fixação em um lugar do sul de Minas pelo homem branco, vem de uma bandeira, partindo de São Paulo, em 1601, que seguiu o curso do Paraíba, desde onde hoje é São José dos Campos, até Cachoeira (provavelmente Cachoeira Paulista-SP), e passando a serra da Mantiqueira entre a Serra Fina e o Itaguaré, seguiu para a região onde hoje é Pouso Alto e Baependí, onde fizeram um acampamento fixo. Os bandeirantes entravam, passavam e seguiam rumo norte, alguns ficavam quando se achava ouro, mas a maioria seguia em busca de minas mais vantajosas, que logo iriam encontrar na região central de Minas. Os que ficavam são os primeiros descendentes de europeus a fixar em nosso território, uma mistura de índios e brancos que detalharemos posteriormente. Em 1646, na busca do ouro, chegaram pelos sertões de Guaratinguetá ao planalto do rio Verde. Nesta primeira metade do século XVII, poucos ficaram, a maioria estava de passagem, seguindo viagem. Martins (2008) destaca a “importância” da bandeira de Fernão Dias, iniciada em 1674, por ter povoado caminhos e plantado roças que permitiram a exploração do interior de Minas Gerais, com ele mais gente veio pra ficar. Os primeiros brancos ricos, se estabelecem no Pouso do São Lourenço em 1675 numa sesmaria que vai até o alto da Mantiqueira e se estabeleceu onde hoje é Pouso Alto. Em 1692 chegaram a Baependy alguns paulistas para se estabelecer e outros vieram em 1694 ao planalto do rio Verde. Enquanto isso as bandeiras adentravam o sertão atrás de outras riquezas, principalmente os metais que eram raros aqui nessas bandas.

### **5.1.3 Anos de 1700, o sul de Minas como passagem**

O ouro reluziria lá pras bandas de Vila Rica (Ouro Preto) na chegada do século XVIII. Já em 1701, surgiu o "Arraial Novo do Rio das Mortes" (São João Del Rey) que teria grande influência na formação do sul de Minas. Em 1703 chegavam outros europeus à região do Pico dos Marins (divisa de Marmelópolis e Delfim Moreira em Minas com Piquete SP) e Planalto do Capivari (Campos do Jordão – SP) e fixavam residência na mina de Itagybá (onde hoje

fica a cidade de Delfim Moreira). A região onde moro, de Pedralva/Itajubá, pela experiência pessoal e pelo relato detalhado de Armelino Guimarães, reproduzido em vários sítios de internet, terá um destaque inevitável. Com a riqueza do ouro, a coroa decidiu, em 1709, pela Incorporação da região à capitania de São Paulo e Minas de Ouro, no mesmo período em que, bem mais ao norte, acontecia o conflito dos Emboabas<sup>13</sup>.

Em 1711, após a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro ser desmembrada da capitania do Rio de Janeiro, aconteceu a primeira divisão do território mineiro: Vila Ribeirão do Carmo (atual Mariana), Vila Rica (atual Ouro Preto) e Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, (atual Sabará). Em 1712 a região passa a fazer parte do município de Vila Rica (Ouro Preto). Em 1713 a vila de Rio das Mortes (São João Del Rey) desmembrou-se de Vila Rica, passando todo sul de Minas a responder a esta vila, que estabelece comarca em 1714. Baependy já começava a iniciar a formação de um vilarejo por volta de 1715.

Em 1720, com a riqueza já exuberante do ouro, a coroa portuguesa criou a Capitania de Minas Gerais desvinculando de São Paulo, mas permanecendo o sul de Minas vinculado ao bispado de São Paulo. Baependy teve sua primeira igreja em 1723 e já era um vilarejo; em 1726 já se tem registro do Quilombo do Ambrósio em Cristais e em 1729 surgiu o Arraial de Lavras. Em 1737 surgiu o arraial em forma de vila com o nome de “São Cipriano”. (hoje Campanha), que se desenvolveu rapidamente e se tornou, em 1741, Freguesia de Campanha do Rio Verde, passando a centralizar as atividades de exploração do território sul mineiro.

Em 1746 outros bandeirantes chegaram na região do Vale do Sapucaí e descobriram ouro nos ribeirões de Ouro Fino. Em 1747 foi entregue a sesmaria do local chamado “Lagoa, para cá da serra da Boa Esperança”, exatamente no lugar indicado como Primeira Povoação do Quilombo do Ambrósio, hoje, cidade de Cristais-MG (MARTINS, 2008). No arraial de Ouro Fino, em 1749, o povo levantou a capela de São Francisco de Paula, e a comunidade foi elevada a paróquia, por iniciativa do governador do Bispado de São Paulo ao qual estava vinculada a região no período, mas ao final do mesmo ano passou à Capitania de Minas Gerais sob a jurisdição da vila de São João Del Rey, que em 1752 englobava a Freguesia de Campanha da Princesa da Beira e foi criado o distrito de Pouso Alto, pertencente ao distrito criado com a denominação de Santa Maria de Baependy e também se estabeleceu a Vila de Soledade e Itajubá, que se torna paróquia no ano seguinte. Esta é a situação terminada à primeira metade do século XVIII.

---

<sup>13</sup> - Disputa pela exploração do ouro na região central das Minas, entre os bandeirantes paulistas e os emboabas baianos.

As povoações já estavam mais ou menos dispersas pelo território e começou uma exploração guiada pela coroa Portuguesa. Já nesta época, o sul de Minas se tornou a principal rota de migração populacional da colônia, todos rumando para a região central de Minas Gerais em busca do ouro numa integração, que seria definitiva, ao sistema capitalista em expansão pelo mundo, sendo nós, colônias a periferia dependente deste sistema (FERNANDES, 1973; PRADO JÚNIOR, 2011).

No Brasil, o que tivemos como organização econômica, desde o início da colonização, foi a escravidão servindo de base a uma economia mercantil. Com a abolição legal da escravidão (precedida de um processo de substituição progressiva do trabalho escravo pelo trabalho livre, desde a supressão do tráfico africano), era natural que as classes dominantes e senhores dos meios e fatores de produção, inclusive e sobretudo a terra, procurassem se aproveitar da tradição escravista ainda muito próxima e viva, para o fim de intensificarem a exploração do trabalhador (...) as formas peculiares de relações entre proprietários rurais e seus trabalhadores, que resultam daquela situação. (formas essas aliás em franco declínio, na medida em que a última geração de escravos se extingue e desaparece), não tem nada de “feudais”. (...) O emprego de expressões que de qualquer maneira evocam o feudalismo, nas referências às relações de trabalho na agropecuária brasileira, é assim pelo menos imprópria (PRADO JÚNIOR, 1979).

A primeira interferência do estado a afetar esta área de passagem, de interregno, ao sul das Minas, foi a cobrança de impostos pela passagem nos rios Sapucaí e Verde, desde 1757 (VEIGA, 1874), uma vez que o *quinto*<sup>14</sup> pouco incomodava por aqui. A coroa entendia se tratar de um local importante de passagem para que as riquezas seguissem para a Europa, já tinha total noção sobre as riquezas das minas de ouro no centro do estado, começava a cobiçar a região como entreposto e produtora de alimentos em fazendas que começariam a se desenhar no formato das primeiras “plantagens escravistas”, que ganhariam maiores dimensões com o café no século seguinte (GORENDER, 2015). Martins (2008) relata o ocorrido no ano de 1760, quando 20 canoas chegaram pelo rio Grande, de Lavras até a Serra das Esperanças, também chamada de Serra da Boa Esperança região dos atuais municípios de Aguanil-MG, Cristais-MG e Guapé-MG, onde ficava realmente a Primeira Povoação do Quilombo do Ambrósio e no mesmo ano é transferida a paróquia de Carrancas para Lavras, a coroa estava com esta atitude, se mostrando incapaz de conviver com o Quilombo, que “atrapalharia” a colonização. Seria muito “arriscado” deixar o Quilombo de Campo Grande em paz com toda a riqueza que existia nas minas e precisava chegar até Portugal alimentando o capitalismo em expansão (PRADO JÚNIOR, 2011).

---

<sup>14</sup> - o imposto sobre a “quinta parte” do ouro extraído nas áreas das Minas. O Almanach Sulmineira de 1874 detalha este imposto e o imposto sobre a passagem pelos rios.

A região onde moro, Pedralva, tem seu primeiro registro em documento oficial da coroa no batistério de Campanha sendo chamada de Pedra Branca de Santa Catarina,<sup>15</sup>. Logo a coroa decidia pela transferência de sua sede na colônia para o Rio de Janeiro, enquanto aqui ocorria anexação da região sul de Minas, à margem esquerda dos rios Grande e Sapucaí estendendo os limites da capitania das Minas de Ouro, aproximadamente, até a divisa com o atual estado de São Paulo. Porém, essa região ao sul das Minas de Ouro continuou pertencendo ao Bispado de São Paulo. Em 1768 surgiu o Arraial de N. S. da Ajuda (Três Pontas) e foi celebrada a primeira missa na localidade de Palmital (Pedralva)<sup>16</sup>, erguendo-se no ano seguinte a primeira capela, na mesma época surgiu bem pertinho o arraial dos Cumquibus (Cristina).

Enquanto o mundo começava a ver algum sinal de um movimento pelo fim da escravidão, aqui no sul de Minas ela começava a se fazer mais presente, com o surgimento de diversos arraiais, vilas e outros lugarejos crescendo com a agricultura. O sistema de plantagens ia se estabelecendo (GORENDER, 2015) enquanto estabelecíamos cada vez mais firmemente uma relação de dependência econômica (FERNANDES, 1973).

Em 1778, Campanha da Princesa da Beira (Campanha) se tornou vila, emancipando-se de São João del Rey e em 1779 arraial de Ouro Fino passou à freguesia de Campanha, em 1780 foi povoada a região dos campos de Caldas e as nascentes da Fazenda de Trás da serra (hoje Lambari) foram descobertas (literalmente) por um grupo de caçadores, “após a derrubada da mata que cobria o local”. Daí até o final do século, iniciou-se a “institucionalização” da região e seu vínculo definitivo com a coroa, que momento histórico decidia de vez que o Brasil não poderia ter indústrias<sup>17</sup>, o que decretaria nosso destino de produtor de matérias-primas minerais (pedras preciosas, ferro, petróleo e até o risco para as águas hoje em dia), vegetais (da extração da madeira à agricultura para exportação) e animais (que cresceu devagar e se tornou hoje um dos principais setores da indústria nacional) para abastecer o mundo do norte em desenvolvimento (FERNANDES, 1973; PRADO JÚNIOR, 2011).

Enquanto tinha ouro no centro de Minas, a região sul mineira é rota e passagem, a agricultura que aqui se desenvolveu é a caipira, que será detalhada em outro momento no

---

<sup>15</sup> - Nome da região que hoje engloba os municípios de Pedralva, Cristina, Maria da Fé, São José do Alegre, Conceição das Pedras, Natércia, Santa Rita do Sapucaí, Virgínia, Olímpio Noronha e Carmo de Minas.

<sup>16</sup> - Deram o nome de palmital pela grande quantidade de palmito jussara (*Euterpe edulis*) que se encontrava nos contrafortes da serra da Pedra Branca e do Barreiro. O nome serra do Barreiro se refere aos “barreiros de sal” local onde as caças desciam em busca do mineral. Isso mostra a importância da caça e da coleta para estes primeiros habitantes com resquícios da cultura indígena.

<sup>17</sup> - Alvará de 1785 que impede a instalação de fábricas e manufaturas no Brasil. Vigorou até 1808.

texto. Em 1784 surgiu a Sesmaria Alfenas, em 1788 a sesmaria no atual território de Boa Esperança. No centro de Minas só se falava da Inconfidência Mineira, com poucos reflexos, aparentemente, no sul de Minas. Em 1793 surgiu a sesmaria Pedra Branca (Três Pontas), em 1791, Lavras do Funil (Lavras) se tornou Distrito. Em 1797 iniciou-se o “desbravamento do sertão da Pedra Branca” (região de Pedralva, Maria da Fé e Cristina) após a divisão das sesmarias, tudo pertencente à extensa comarca do Rio das Mortes (sediada em São João Del Rey), ao município de Baependi e à paróquia de Pouso Alto, que também aparece como vila emancipada a partir do ano de 1798. Tudo com centralidade em Campanha, que respondia a São João Del Rey, que intermediava trocas de mercadorias e gente com São Paulo, Rio de Janeiro, mas já sobre o manto da coroa portuguesa. Do ouro, poucas localidades chegaram a ter algum destaque como Campanha, Baependi, Pouso Alegre e Lavras (VEIGA, 1884).

#### **5.1.4 Anos 1800, do lugar de passagem ao lugar de plantar**

O século XIX começou com grande integração da região à Coroa e, conseqüentemente, ao mercado mundial. Os povoamentos se estabeleceram, cresceram em número e população. Em 1808, com a vinda da corte para o Brasil, a ocupação do território começou a se acelerar e as fábricas e manufaturas puderam voltar a se instalar, iniciou-se um novo período no Brasil ainda sustentado pela riqueza do ouro das Minas e agora também de Goiás, Mato Grosso e Pará, para o qual ainda estava voltada a maior parte das forças produtivas, já integrado ao sistema capitalista que vai se globalizando.

O sul de Minas continuava como passagem do ouro, ligando Rio de Janeiro e São Paulo (as duas cidades que mais se desenvolveriam de agora em diante) à região central das Minas, em especial Vila Rica (a cidade que mais se desenvolvia no momento), a região mais rica do Brasil, entendendo neste caso a riqueza das minas de ouro, o que tinha valor para a coroa portuguesa naquele momento. As forças produtivas do país, pelo seu desenvolvimento resultante do ciclo do ouro, iniciam um processo de reordenação para a Agricultura e a industrialização agora permitida de nascer. Nossa dependência permanece, só muda de forma, como nos alerta Fernandes (1973). Estamos atrelados economicamente à coroa e esta ao restante do capitalismo em desenvolvimento, principalmente a Inglaterra (PRADO JÚNIOR, 2011). Em 1810, Pouso Alegre, em franco crescimento pelo impulso do pouco ouro que saía dali, mas que era bastante em relação ao restante do sul de Minas, se tornou Distrito, em 1812 a Fazenda de Trás da serra passou a se chamar Fazenda das Águas virtuosas (Lambari), já com o sucesso medicinal das Águas minerais. Em 1813 estabeleceu-se a Freguesia de Lavras

do Funil, também pelo impulso de algum ouro na região das Lavras , o povoado conhecido como “Campos de Caldas” se tornou freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio do “Rio Verde das Caldas” e foram criados Freguesia e distrito com a denominação de Dores da Boa Esperança (Boa Esperança). Percebemos que esse desenvolvimento econômico dos arraiais ocorre à medida que vão se integrando ao mercado, seja pelo ouro, pela posição estratégica no controle da circulação de mercadorias, seja pela boa água.

Em 1814 o Arraial de Baependy passou à Vila de Santa Maria do Baependy e surgiu o Arraial da Capituba (Pedralva). Em 1815 o Brasil se tornava reino. Em 1817 os moradores da Nossa Senhora da Soledade do Itagybá (hoje Delfim Moreira) desceram em busca de um local mais “aprazível” para a freguesia, chegando às margens do Sapucaí e edificando a capela de Nossa Senhora da Soledade, criando-se o povoado da Boa Vista (Itajubá) em 1819, já menos interessados no ouro que era raro nas minas de Itagybá (Delfim Moreira) e já pensando principalmente no desenvolvimento a partir comércio e da posição de passagem, vislumbrando a fertilidade do vale do Sapucaí para agricultura.

Em 1822 o Brasil se tornou “independente” de Portugal, numa guerra mansa que foi até 1824, quando o país se tornou império com o aval das potências do momento: Inglaterra, principalmente por ser a grande beneficiada pelo que viria até meados do século, Estados Unidos beneficiado pelo que teria a partir de meados do século seguinte, e Portugal, que acabou por aceitar, graças à riqueza conquistada nos séculos anteriores. O Brasil construído pelos portugueses é pra servir ao mundo<sup>18</sup>.

Por aqui, no sul de Minas ainda era pouco o movimento, continuavam a predominar o estilo de vida caipira nos lugarejos menos povoados e alguma urbanização residual pela descoberta ou passagem do ouro em outros. Em 1825 ficou pronta a primeira capela do arraial da Capituba. Em 1829 Cumquibus se tornou distrito de paz. Em 1831 Lavras do Funil e Pouso Alegre se tornaram Vilas, enquanto Dom Pedro (o mais velho) ia pra Portugal e Dom Pedro (a criança de 5 anos) se tornava imperador do Brasil. Em 1832 surgiu a freguesia e paróquia de São Sebastião da Capituba (Pedralva), Freguesia de N. S. da Ajuda (Três Pontas, vinculada à Lavras) Vila de Pouso Alegre foi oficialmente desmembrada de Campanha), arraial de Ouro Fino passou a integrar Pouso Alegre, enquanto se tornava Freguesia, o povoado de Boa Vista de Itajubá. Em 1833, ocorria a revolta de Carrancas, na Fazenda Campo Alegre, onde hoje é o município de Carrancas, quando escravos decidem se rebelar

---

<sup>18</sup> - Lembro aqui de Boa Ventura de Sousa Santos (2010) e a epistemologia do sul Santos e Menezes (2010), importante para construção deste trabalho partindo das constatações de Formação do Brasil contemporâneo : colônia de Caio Prado Júnior (2011) e Capitalismo dependente e Classes Sociais na América Latina de Florestan Fernandes (1973).

contra os donos da fazenda e apesar de alguns sucessos foram fortemente reprimidos. Em 1838, São João Del Rey se tornou cidade e continuou regendo administrativamente toda a região sul de Minas Gerais. Em 1839, a Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio do Rio Verde das Caldas foi elevada à categoria de Vila passando a denominar-se Villa de Caldas e surgiu o Arraial de São Francisco do Rio Grande (Guapé). No período de 1835 a 1840, ocorreram inúmeros conflitos por todo Brasil, como a Revolta dos Malês em Salvador, a Guerra dos Cabanos no Pará, a Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul, a Sabinada na Bahia, a Balaiada no Maranhão, um país que se forma em contradições e lutas de resistência desde sua formação (PRADO JÚNIOR, 2011).

A primeira cidade a ser reconhecida no sul de Minas Gerais foi Campanha da Princesa da Beira, mudando a denominação para Campanha, passando a centralizar administrativamente boa parte da região. Campanha era lugar de passagem, com pouco ouro, sua importância administrativa para a coroa era como entreposto. Em 1841, surgiram as Vilas de N. S. da Ajuda (Três Pontas), Vila de Varginha e Vila de Campos Gerais e Espírito Santo dos Cumquibus (Cristina) se tornou freguesia. Em 1842, Distrito de São Thomé das Letras deixou de pertencer a Lavras, passou a integrar Baependy e surgiu o Distrito sede de Três Pontas. Em 1847, Brasópolis passou à paróquia de Pouso Alegre, que, no ano seguinte, se tornou Cidade juntamente com Itajubá, desmembrando-se de Campanha, e com a instalação do município de Itajubá, Brasópolis passou a fazer parte deste.

Durante a década de 1850, Águas Virtuosas (Lambari) passou pela criação da paróquia até o estabelecimento como distrito, seguindo a fama de suas águas milagrosas (Almanaque Sul-mineiro, 1874), Cristina passou a ter comarca e foi criado o distrito de Campos de Maria da Fé, Baependi e Três Pontas se tornam Cidades. Na década de 1860, Caldas, que também se destacava pelas suas águas sulfurosas e suas terras de origem vulcânicas bastante férteis, se desmembrou em várias Vilas (Andradas, Alfenas, Poços de Caldas, Cabo Verde, Campestre, Ibitiura de Minas e Santa Rita de Caldas), Ouro Fino se tornou Vila, Lavras do Funil (passando a se chamar Lavras) e Alfenas. Itajubá, agora cidade “perdeu” Brasópolis para São José do Paraíso (Paraisópolis) que também se tornou cidade, e Dolores da Boa Esperança se tornou Vila e, logo, também cidade, enquanto as tropas do Império do Brasil estavam ocupadas sob tutela da Inglaterra na covardia contra o Paraguai.

Na década de 1870 formaram-se os povoados de São Francisco de Paula do Machadinho (Poço Fundo), que logo foi elevado a distrito da recém criada cidade de Santo Antônio do Machado (Machado), criados também os distritos de Encruzilhada (Cruzília), São José do Picu (Itamonte), ambos pertencendo a Baependi que viu Pouso Alto se desmembrar,

tornar-se Vila e Cidade, além da criação do distrito de Santana do Capivari. Foi também criado o distrito de Carmo da Cachoeira como parte de Três Pontas, e Cristina se tornou cidade. Em 1878, mais uma vez as águas medicinais da região fizeram surgir povoação ao redor das minas de Cachambú, na região de Baependí e Cambuquira, próximo às Águas Virtuosas na região da Campanha.

Na década de 1880, a região onde moro passou de Freguesia à Distrito e então Cidade de São Sebastião da Pedra Branca, compreendendo 3 distritos: o da Sede, o de São José do Alegre e o de Campos de Maria da Fé, vem desta época um registro que tive contato ainda na infância, de uma carta patente concedendo o funcionamento da "Machina Siqueira". Esse equipamento fabricava farinha de mandioca e polvilho, a primeiro registro histórico oficial de uma agroindústria por aqui. Cambuí e Ouro Fino também se elevaram à cidade neste período. Surgiu o distrito de Córrego do Bom Jesus, pertencente à Cambuí. Minha terra, São Sebastião da Pedra Branca, passou a se chamar simplesmente Pedra Branca. O Município de Ouro Fino passou englobar os distritos de Jacutinga, Monte Sião e Campo Místico, hoje Bueno Brandão. Foi criado o distrito de Santa Rita de Cássia do Rio Claro e anexado ao município de Caldas e o distrito de Machadinho (Poço Fundo), anexado ao município de Machado. Cristina passou a ter os distritos de São Lourenço e Dom Viçoso, enquanto Campos de Maria da Fé se tornou Vila. Pouso Alegre se dividiu nos distritos de Carmo da Borda (Borda da Mata), Nossa Senhora da Conceição da Estiva (Estiva), Retiro, São José do Congonhal (Congonhal). Foram criados os distritos de Martinho Campos e Santana da Vargem e anexados ao município de Três Pontas. Criado o distrito de São Francisco de Rio Grande e anexado ao município de Dolores da Boa Esperança. Santa Rita do Sapucaí se elevou à cidade.

Do final deste século, mais precisamente de 1874 e 1884, surge uma das primeiras publicações detalhadas sobre a ocupação do sul de Minas naquele momento, trata-se do Almanach Sul-mineiro este almanaque, é importante fonte de informação para este histórico e traz considerações interessantes para compreendermos o desenvolvimento da região, em especial no tocante à agricultura. Agora, definitivamente, as “plantagens passariam a dominar a paisagem, nossa economia giraria em torno do nascente ciclo do café sob o sistema de plantagens (GORENDER, 2015).

Resumimos no quadro seguinte, adaptado do Almanach Sul-mineiro, a organização administrativa do sul de Minas, nesta época, os dezesseis municípios de então somavam cerca de 350 mil habitantes, sendo ordenados do maior para o menor: Pouso Alegre, Passos, Itajubá, Caldas, Campanha, Jaguaray, Alfenas, Jachuí, Aiuruoca, Três Pontas, Lavras, Baependí e Cristina.

Figura 5.1 - Divisão administrativa do sul de Minas em 1874.

<b>Comarcas</b>	<b>Cidades-municípios</b>	<b>Freguesias</b>
Rio Verde	Campanha (sede)	Campanha, São Gonçalo, Mutuca, Lambari, Águas Virtuosas e Rio Verde
	Cristina	Cristina, Carmo, São Sebastião da Capituba, Santa Catharina e Virgínia
Jaguary	Pouso Alegre (sede)	Pouso Alegre. Borda da Mata. Santana do Sapucaí. Ouro Fino. Estiva. Jacutinga.
	Jaguary	Jaguary, São José do Toledo, Cambuí e Santa Rita de Extrema
Cabo Verde	Caldas (sede)	Caldas, Campestre, São Sebastião do Jaguary e Santa Rita de Cássia
	Cabo Verde	Cabo Verde, São José da Boa Vista, Conceição da Boa Vista e São José dos Botelhos
Jachuy	Passos (sede)	Passos, Dores do Aterrado, Ventania, Carmo do Rio Claro, Santa Rita de Cássia e Santa Rita do Rio Claro
	São Sebastião do Paraíso	São Sebastião do Paraíso, Jachuy, Monte Santo, Guaxupé e Santa Bárbara de Canoas
Três Pontas	Alfenas (sede)	Alfenas, São Joaquim da Serra Negra, Carmo da Esperança, Machadinho, Machado e Douradinho
	Três Pontas	Três Pontas, Varginha, Carmo do Campo Grande e Córrego do Ouro
Sapuchay	Lavras (sede)	Lavras, São João Nepomuceno, Carmo da Cachoeira, Perdões e Luminárias
	Dores da Boa Esperança	Dores da Boa Esperança, Espírito Santo dos Coqueiros e São Francisco do Aguapé
Baependy	Baependy (sede)	Baependy, Conceição do Rio Verde, Pouso Alto, São José do Picu, São Thomé das Letras e Passa Quatro
	Aiuruoca	Ayuruoca, Livramento, Lagôa, Serranos, Bocaina e Passa Vinte
Itajubá	Itajubá (sede)	Itajubá, Soledade, São Rita da Boa Vista, Pirangussú e São Caetano da Vargem Grande
	São José do Paraíso	São José do Paraíso, Capivary e São João Baptista das Cachoeiras

Fonte: adaptada de Veiga (1874).

Da estimativa feita sobre a população na publicação de 1884, que apresenta dados de um censo demográfico iniciado no ano de 1873, a população subiu de 341.078 para 383.393 habitantes nas 72 freguesias recenseadas, afirmando o autor que, no ano de 1884, já devia se aproximar dos 500.000. A libertação dos escravos era, para o autor, uma necessidade para muitos fazendeiros da região, aqui se registra o caso de Itajubá que decidiu libertar os escravos antes mesmo da Lei Áurea. No entanto, isso não se comprova de acordo com Eisenberg (1980), pois ao analisar os registros do congresso agrícola de 1878, onde os fazendeiros sul mineiros, no geral, o autor constata que demonstravam preocupação com a falta de braços na agricultura se acontecesse libertação dos escravos, reforçavam as teses sobre o trabalho forçado e demonstravam preconceitos regionais com imigrantes, apesar de sentir sua necessidade se os escravos fossem libertos. Resultado da expansão das agroindústrias, aumentava também a oferta de produtos para a exportação, registrando-se por ordem de importância: fumo (em diversas formas), toucinho, aguardente, polvilho, cal (Lavras, Dolores da Boa Esperança, Carmo do Rio Claro, Ventania e Passos), farinha de milho, café (em franco crescimento), feijão, milho, queijos, galinhas, gado, porcos, cabras e carneiros, além de cavalos. Como dito anteriormente, eram numerosas as agroindústrias ligadas ao fumo e velas de cera; Ouro Fino, entrava na indústria do chá, o vinho era produzido em novas localidades como Mutuca, Santa Rita do Sapucaí, Varginha, três Pontas, Córrego do Ouro, Machado, Campestre, Monte Santo, Muzambinho, Caxambú, Virgínia, Itajubá, Campo Místico, São José de Toledo, Alagoa e Pouso Alto, além das já citadas anteriormente. Cervejas e licores eram produzidos em Campanha, Varginha, Lavras, Três Pontas e Dolores da Boa Esperança. Com a integração ao mercado, via exportação e importação de gêneros, as vias de escoamento, antes restritas às navegações nos rios Sapucaí, Verde e Grande, passaram a ser um ponto importante para o autor, que relata a abertura de vias ligando as principais localidades da região, além, principalmente, da estrada de ferro em estudo que passaria a ser a mais importante via de escoamento de mercadorias, que se daria na já iniciada estrada de ferro Rio-Minas. Desta publicação segue a adaptação do quadro sobre as subdivisões administrativas.

Figura 5.2 - Divisão administrativa do sul de Minas em 1884. (Continua)

<b>Comarcas</b>	<b>Cidades-município</b>	<b>Freguesia</b>	
Rio Verde	Cidade da Campanha (sede)	Campanha, Águas Virtuosas, Lambary, Espírito Santo da Mutuca, Três Corações do Rio Verde e Cambuquira	
	Cidade de São Gonçalo (sede)	São Gonçalo do Sapucahy, Machadinho, Santa Isabel, Retiro, Santa Rita do Sapucahy e Volta Grande	
Três Pontas	Cidade de Três Pontas	Três Pontas, Carmo do Campo do Grande, Córrego do Ouro e Santana da Várzea	
	Jachuy	Cidade de Dolores da Boa Esperança	Dolores da Boa Esperança, Espírito Santo dos Coqueiros, São Francisco do Aguapé e Congonhas
		Cidade da Varginha	Espírito Santo da Varginha e Carmo da Cachoeira
		Cidade de Alfenas	Alfenas, São Joaquim da Serra Negra, Areado, Conceição da Boa Vista, São João do Barranco Alto
		Cidade de Carmo do Rio Claro	Carmo do Rio Claro e Nossa Senhora Aparecida
Cidade do Machado	Santo Antônio do Machado, Carmo da Escaramuça e Douradinho		
Passos	Cidade de Passos	Passos, Ventania e Santa Rita de Cássia	
	Cidade de São Sebastião do Paraíso	São Sebastião do Paraíso, Dolores do Aterrado, Pratinha, Garimpo das Canoas e Peixotos	
	Cidade de Jachuy	São Carlos de Jachuy, São Pedro da União e São Francisco do Monte Santo	
Caldas	Cidade de Caldas	Caldas, Santa Rita de Cássia, Campestre, São Sebastião do Jaguary e Poços de Caldas	
	Cidade de Cabo Verde	Cabo Verde, Santa Rita do Rio Claro, São José dos Botelhos, Monte Belo e Senhor Bom Jesus da Penha	
	Cidade do Muzambinho	Muzambinho, Dolores do Guaxupé e Santa Bárbara das Canoas	

Figura 5.2 - Divisão administrativa do sul de Minas em 1884. (Conclusão)

<b>Comarcas</b>	<b>Cidades-município</b>	<b>Freguesia</b>
Jaguary	Cidade de Pouso Alegre	Pouso Alegre, Borda da Mata, Estiva, Sant'Anna do Sapucahy e São José do Congonhal
	Cidade de Jaguary Ouro Fino	Jaguary, Cambuy, Campo Mystico, São José de Tolledo, Santa Rita da Extrema e Bom Retiro Ouro Fino, Jacutinga e Monte Sião
Itajubá	Cidade de Itajubá	Itajubá, Vargem Grande, Soledade do Itajubá e Pirangussú
	Cidade de São José do Paraiso	São José do Paraiso, Capivary, Sant'Anna do Sapucahy Mirim, Conceição dos Ouros e São João Baptista das Cachoeiras
Christina Pouso Alto	Cidade Christina	Christina, Virginia, Carmo de Rio Verde, Santa Catharina e São Sebastião da Pedra Branca
	Cidade de Pouso Alto	Pouso Alto, Capivary, São José do Picu e Passa Quatro
Baependy	Cidade de Baependy	Baependy, São Thomé das Letras, Encruzilhada, Conceição do Rio Verde e Águas do Cachambu
Itatiaya	Cidade de Ayuruoca	Ayuruoca, Alagôa, Bocaina, Passa Vinte, Livramento e Serranos
Lavras	Cidade de Lavras	Lavras, São João Nepomuceno, Canna Verde, Perdões de Lavras e Luminarias

Fonte: adaptada de Veiga (1884).

O número de comarcas sobe, em 10 anos, de 8 para 12 e o de cidades de 16 para 24. As Freguesias eram 79 em 1874 e passaram a 103 em 1884.

### **5.1.5 Anos de 1900, consolidando o que somos hoje**

O Brasil se transformaria totalmente após a “abolição” da escravatura, em 1888, e a Proclamação da República no Brasil em 1889. Em 1895, ocorreu a formação da unidade administrativa do Estado de Minas Gerais, iniciando-se uma readequação das divisas territoriais que culminariam no final da primeira década do século XX na seguinte conformação das 49 cidades de então, com seus 134 distritos. Formava-se definitivamente a paisagem do sul de Minas que conhecemos hoje, com cerca de 150 municípios. O resultado desta rápida expansão da quantidade de municípios pode ser explicado pelo auge do ciclo do café, grande impulsionador econômico da República, pela “abolição” da escravidão e a chegada de milhares de imigrantes europeus para substituir a mão de obra escravizada como colono “livre”. Dessa forma temos o seguinte quadro:

Figura 5.3 - Divisão administrativa do sul de Minas após 1910. (Continua)

<b>Antigas Comarcas</b>	<b>Cidades</b>	<b>Distritos</b>
RIO VERDE	Campanha	Campanha e Conceição da Ponte Alta
	Três Corações Cambuquira	
	Águas Virtuosas	Águas Virtuosas e Jesuânia
	São Gonçalo	São Gonçalo, Volta Grande (Careçu), Santa Isabel (Heliodora) e Retiro (Turvolândia)
	Santa Rita do Sapucaí	Santa Rita do Sapucaí, São Sebastião da Bela Vista e Santa Catarina (Natércia)
TRÊS PONTAS	Três Pontas	Três Pontas, Martinho Campos e Santana da Vargem.
	Campos Gerais (antiga Carmo do Campo Grande)	Campos Gerais, Córrego do Ouro e Coqueiros
	Dores Boa Esperança (Boa Esperança)	Dores da Boa Esperança, Congonhas da Boa Esperança e São Francisco do Rio Grande. Surgindo o Arraial de Campo do Meio.
JACHUY	Espírito Santo da Varginha (Varginha)	Espírito Santo da Varginha e Carmo da Cachoeira
	Alfenas	Alfenas, Fama, São João Barranco, Serra Negra e Serrania.
	Vila Gomes (Areado)	
	Carmo do Rio Claro	Carmo do Rio Claro e Conceição da Aparecida.
	Machado	Santo Antônio do Machado, Machadinho, e Douradinho

Figura 5.3 - Divisão administrativa do sul de Minas após 1910. (Continua)

<b>Antigas Comarcas</b>	<b>Cidades</b>	<b>Distritos</b>
<b>PASSOS</b>	Passos	Passos, São João Batista do Glória e São José da Barra (ventania)
	Santa Rita de Cássia	Santa Rita de Cássia, Dores do Aterrado, Espírito Santo da Forquilha, Dores da Ponte Alta e Garimpo das Canoas.
	São Sebastião do Paraíso	São Sebastião do Paraíso, Espírito Santo do Prata, Peixotos e São Tomaz de Aquino.
<b>CALDAS</b>	Monte Santo	Monte Santo e Posses
	Jacuí	Jacuí e Santa Cruz das Areias
	Guaranésia	Guaranésia e São Pedro da União
	Caldas	Caldas, Ipuina e Santa Rita de Caldas.
	Campestre	
	Poços de Caldas	
	Cabo Verde	Cabo Verde, Barra e Conceição da Boa Vista (Santa Rita do Rio Claro e Senhor Bom Jesus da Penha)
<b>JAGUARY</b>	São José dos Botelhos (Botelhos)	
	Muzambinho	Muzambinho, São Sebastião da Barra Mansa e Monte Belo
	Guaxupé	
	Jaguary (Camanducaia)	Jaguary e São José de Tolledo (Toledo)
	Santa Rita de Extrema	
	Cambuí	Cambuí, Bom Retiro e Córrego do Bom Jesus
	Pouso Alegre	Pouso Alegre, Carmo da Borda da Mata, São José do Congonhal e Nossa Senhora da Conceição da Estiva.
	Ouro Fino	Ouro Fino, Campo Mystico (Bueno Brandão), Monte Sião e Piedade (Crisólia) e Jacutinga

Figura 5.3 - Divisão administrativa do sul de Minas após 1910. (Conclusão)

<b>Antigas Comarcas</b>	<b>Cidades</b>	<b>Distritos</b>
ITAJUBÁ	Itajubá	Itajubá, Soledade de Itajubá e Piranguçu
	Vila Braz São José do Paraiso	Vila Braz e Piranguinho São José do Paraiso, Conceição dos Ouros, São João Baptista das Cachoeiras, Sant'Anna do Sapucahy Mirim.
CRISTINA	Cristina Campos de Maria da Fé Pedra Branca Silvestre Ferraz Virginia	Cristina e Rosário de Dom Viçoso  Pedra Branca e São José do Alegre Silvestre Ferraz e São Lourenço
	POUSO ALTO Pouso Alto Passa Quatro	Pouso Alto, Sant'Ana do Capivarí, São José do Picu e Itanhandú.
BAEPENDI	Baependi	Baependi, São Thomé das Letras e Encruzilhada (Cruzília)
	Conceição do Rio Verde Caxambú	
ITATIAYA  LAVRAS	Aiuruoca	Aiuruoca, Alagoa, Bom Jesus do Livramento, Carvalhos, Passa Vinte, Rosário da Bocaina e Bom Sucesso de Serranos.
	Lavras Nepomuceno	Lavras, Nossa Senhora do Carmo das Luminárias, Carrancas, Conceição do Rio Grande, Ingaí, Ribeirão Vermelho, Rosário e Santo Antônio da Ponte Nova.
	Perdões	

O ciclo do café foi a consolidação da entrada do sul de Minas no mercado capitalista que estava se globalizando. As plantagens passavam por uma transformação após a abolição da escravidão e com a chegada do imigrante europeu e a, cada vez maior, oferta de mão de obra livre. Elas são o embrião dos latifúndios do agronegócio que se formarão na região. O ciclo do café foi o auge político-econômico para as elites da região, fazendo surgir presidentes e outros personagens de poder dentro de nossa elite cafeeira.

O essencial da estrutura agrária brasileira legada pela colônia se encontrava assim como que predeterminada no próprio caráter e nos objetivos da colonização. A grande propriedade fundiária constituiria a regra e elemento central e básico do sistema econômico da colonização, que precisava desse elemento para realizar os fins a que se destinava. A saber, o fornecimento em larga escala de produtos primários aos mercados europeus (PRADO JÚNIOR, 1979).

Já na década de 1920, com o ciclo do café e república do café com leite em declínio, surgiu o distrito de Crisólia em Ouro fino; Vila Bráz se tornou o município de Brasópolis; foi criado o distrito de Ibitiúra, desmembrado do distrito de Santa Rita de Caldas e anexado ao município de Caldas; Poço Fundo desmembrou-se de Machado (antigo Santo Antônio do Machado) e, com parte do distrito de Campestre, mudou o nome para Gimirim. Foram desmembrados de Pouso Alto os distritos de Itanhandu e São José do Picu que passaram a formar o município de Itanhandú, passando Silvestre Ferraz e o distrito de São Lourenço a fazer parte de Itanhandú; o Distrito de Rosário de Dom Viçoso foi transferido de Cristina para Silvestre Ferraz; Campos de Maria da Fé passou a se chamar Maria da Fé. Desmembram-se do município de Pouso Alegre o distrito de Carmo da Borda da Mata, passando a se chamar Borda da Mata, o distrito de Nossa Senhora da Conceição da Estiva tomou a denominação de Estiva. Em Três Pontas, distrito de Santana da Vargem Grande tomou a denominação de Mombuca e o distrito de Martinho Campos passou a chamar-se Pontalete. Em Lavras o distrito de Nossa Senhora do Carmo das Luminárias passou a denominar-se Luminárias, o distrito de Conceição do Rio Grande passou a chamar-se Ijaci e o distrito de Rosário tomou o nome de Coruja (depois Itumirim) e Santo Antônio da Ponte Nova (Itutinga), Desmembrou-se o distrito de Campo do Meio da sede do Município de Campos Gerais; Guapé se desmembrou de Dores da Boa Esperança com 3 distritos: Guapé ( ex São Francisco do Rio Grande), Araúna (ex Araújos) e Capitólio (ex São Sebastião dos Franciscos), os dois últimos, desanexados do município de Piumhi; o distrito de Congonhas (ex-Congonhas da Boa Esperança) passou a se chamar

distrito de Ilicínia. São Lourenço desmembrou-se de Pouso Alto. Este processo de reestruturação teve seu auge no ano de 1923, após o período em que Venceslau Braz e Delfim Moreira (dois sul mineiros) ocuparam a presidência da República e passaram a ter grande influência política.

Com a crise econômica mundial e o declínio definitivo do ciclo do café e o fim da república do café com leite, a região passou a tomar as feições que tem hoje. Da década de 1930, posteriormente com o estabelecimento do período conhecido como Estado Novo (1937-1946) e depois o breve período democrático até a ditadura de 1964, foram se conformando os limites administrativos da região sul de Minas Gerais.

Já no início da “era Vargas”<sup>19</sup>, ocorreu a mudança do nome da cidade de Águas Virtuosas para Lambari. Dores da Boa Esperança, já em 1933, era formada pelos distritos de Dores da Esperança, Coqueiral, Ilicínia e Itaci, que logo se tornaram municípios. Em 1937, Brasópolis era formada pelos distritos de Candelária (hoje distrito de Luminosa) e Piranguinho, que se tornaria município. Em 1938, foi criado o distrito de Olímpio Noronha, vinculado à Cristina, o Distrito de Delfim Moreira se emancipou de Itajubá e o distrito de São José do Congonhal tomou a denominação de Congonhal; o distrito de Carrancas passou a denominar-se Nossa Senhora da Conceição de Carrancas, que passou ao município de São Francisco Sales. Em 1939 foi criado o distrito de São Sebastião do Rio Verde e anexado ao município de Pouso Alto; criado o distrito de São José do Alegre, pertencente à Pedralva que se tornou município com este nome em 1943, ano também agitado com o desenrolar da guerra e talvez pelo “Manifesto dos Mineiros”<sup>20</sup>. No mesmo ano, o município de Dores da Boa Esperança passou a denominar-se simplesmente Boa Esperança; desmembrou-se do município de Parreiras os distritos Santa Rita de Caldas e Ipuiuna, para formar o novo município de Santa Rita de Caldas; Encruzilhada passou a se chamar Cruzília; Itajubá era então formada pelo distrito sede, Bicas do Meio (Wenceslau Braz) e Piranguçu. Desmembraram-se do município de Lavras os distritos de Itumirim, Ingaí, Itutinga e Luminárias, para constituírem o novo município de Itumirim. O distrito de Candelária, em Brasópolis, passou a chamar-se Luminosa. Capitólio passou de Guapé para Piumhi.

Pós-guerra, 1948, ano agitado novamente. Parreiras voltou a se chamar Caldas; Cruzília se emancipou de Baependí; Lambari perdeu o distrito de Jesuânia; Monsenhor Paulo se emancipou de Campanha; desmembrado do município de Pouso Alegre, o distrito de Estiva

---

<sup>19</sup> - Período de 1930 e 1945, desde a entrada na de Getúlio Vargas na presidência até o fim do Estado Novo.

<sup>20</sup> - Documento que marcou o início da oposição aberta ao Estado Novo, que exigia a redemocratização.

foi elevado à categoria de município e foi criado o distrito de Senador José Bento e anexado ao município de Pouso Alegre; desmembrou-se do município de Lavras o distrito de Ribeirão Vermelho, elevado à categoria de município; desmembrou-se do município de Campos Gerais o distrito de Campo do Meio; desmembrou-se do município de Boa Esperança o distrito de Coqueiral, que se tornou município.

As mais recentes e definitivas divisões do território sul mineiro se deram em 1953 e 1962. Com a volta de Getúlio Vargas à presidência em 1953, a criação da Petrobras (O BNDES um ano antes) que trouxe consigo o desenvolvimento da indústria petroquímica nacional e que traria consequências para o jeito de se fazer agricultura no sul de Minas Gerais e em todo o Brasil, com a introdução de substâncias químicas derivadas do petróleo. Neste ano, o município de Gimirim mudou o nome para Poço Fundo, devido à grande produção de fumo em corda principalmente na localidade denominada Cachoeira Grande do Poço Fundo; o Município de São José do Alegre foi desmembrado de Pedralva; desmembrou-se do município de Boa Esperança o distrito de Ilicínia, sendo elevado à categoria de município; e de Pouso Alegre desmembram-se os distritos de Congonhal e Senador José Bento, para constituírem o novo município de Congonhal, assim como Córrego do Bom Jesus se emancipou de Cambuí, já simbolizando politicamente o que viria em 1954, quando se iniciavam as obras da Rodovia Fernão Dias, a principal rota rodoviária que atravessa o sul de Minas Gerais, trazendo consigo um surto de urbanização das cidades sul mineiras. Em 1962, já no governo democrático de João Goulart e com as eleições gerais que elegeram governadores, inclusive em Minas Gerais, mais um surto de divisões políticas. Criação do município de Piranguinho, formado pelos distritos de Piranguinho e Olegário Maciel; desmembrou-se do município de Pouso Alto o distrito de São Sebastião do Rio Verde, passando à categoria de município; de Caldas, se desmembrou Ibitiura, se tornando o município de Ibitiúra de Minas; Olímpio Noronha se desmembrou de Cristina; São Thomé das Letras se emancipou de Baependí; Piranguçu e Wenceslau Braz se emanciparam de Itajubá; desmembrou-se do município de Três Pontas o distrito de Santana da Vargem, que se tornou município; desmembrou-se do município de Lavras o distrito de Ijaci, também se tornando um município; e, por fim, São Sebastião da Bela Vista se desmembrou de Santa Rita do Sapucaí.

Daí em diante pouco se alterou na divisão política da região e as pessoas por aqui foram se acomodando nas cidades cada vez mais urbanizadas, mas ainda dependentes quase exclusivamente da Agricultura que começava a sofrer sérias transformações com o avanço do modelo da Revolução Verde. O Campesinato se refugiou na solidariedade dos bairros e por lá

resistimos até hoje, apesar do aperto de espaço que sobra com a expansão da população e da concentração de terras.

## **5.2 As gentes que formam nós**

Nós somos constituídos de muitas gentes que estiveram neste território ao longo de muito tempo. Gentes de todo tipo que construíram um modo de viver neste território. As agricultoras e agricultores da OSM tinham grande interesse em saber quem eram essas gentes e como construíram esta agricultura que a gente faz.

### **5.2.1 As primeiras gentes**

O que sabemos dos primeiros povos que aqui habitavam - os Puris, Tapuias e Cataguases - além dos registros rupestres e de vestígios de seus acampamentos, são os relatos dos Sertanistas do século XVII. Antes deles, chegaram as entradas e bandeiras, um século depois do início da invasão. Neste período, as comunidades indígenas daqui já sentiam a debandada de outras comunidades que antes se encontraram com o branco europeu, começando aí uma característica importante do território sul mineiro. Nossa região é um lugar de passagem, seguido de permanência e novamente passagem. Acompanharemos, ao longo deste texto, a evolução deste conceito. Foi a partir da chegada dos bandeirantes que a situação se complicou para os indígenas. No sul de Minas estamos no meio, entre a capital de Minas e a de São Paulo. Somos herança das Bandeiras e entradas e sua invasão brutal, o achado dos ouros e pedras preciosas em Minas, nos formamos nesta busca e seu roubo em direção à Europa, via Estrada Real e o caminho das esmeraldas e depois com a consolidação de centros importantes em Vila Rica e São Paulo, estávamos no caminho, como uma pedra, sempre estivemos. Uns que já estavam por aqui, outros que foram chegando e se fixando. Juntamos os que por aqui estavam e os que chegaram em vários movimentos históricos. A chegada do escravo africano pra trabalhar nas minas e na agricultura. A mistura constante de sangue e cultura entre Índios e europeus, negros e europeus, índios e negros. Firmamos-nos como lugar de passagem, de caminho, de travessia.

Os brancos mestiçados que compunham as entradas e bandeiras chegaram pelo Alto Sapucaí no ano de 1596. As bandeiras e entradas avançaram por grandes porções de territórios num processo de invasão ecológica nômade e predatória, formando a Paulistânia e nesta surgiu “uma variedade sociocultural do tronco português” misturada com a cultura nativa

chamada de “cultura caipira” (CÂNDIDO, 1964)<sup>21</sup>. Junta-se, então, a chegada dos primeiros escravos fugidos de São Paulo e Rio de Janeiro, que formaram quilombos, um perto da Serra de Três Pontas e outro próximo à localidade de Quilombo Nossa Senhora do Rosário. Os indígenas não estavam mais sozinhos. Brandão (1983), Cândido (1964) e Ribeiro (1995) afirmam também a formação de um novo povo, o mameluco, o índio-branco, junto com os mulatos negro-branco, que partiam sertão adentro buscando um lugar. Os Sertanistas desprezariam este povo e sua relação com o meio de forma detalhada, porém cheia de preconceitos, que mais tarde ganhariam força com o caipira de Monteiro Lobato, apesar de este autor ao mesmo tempo em que arraigou preconceitos sobre o caipira, também o fez aparecer como figura histórica representativa do campesinato que se estabeleceu na região da Paulistânia. Cândido (1964) chama a atenção para a diferenciação entre os paulistas e os mineiros feita por Saint Hilaire, o *melhor conhecedor do Brasil* em sua construção, que apresenta um *quadro pouco ameno* do paulista rústico:

acha-o primitivo e brutal, macambúzio e desprovido de civilidade, em comparação o mineiro. E como nas Minas encontrou em abundância mulatos amáveis, concluiu que a mistura branco índio, dominante no Paulista, é fator de inferioridade, dando produtos muito piores que os de branco negro (CÂNDIDO, 1964, p. 52).

Cândido, afirma que as impressões de Saint Hilaire sobre o mineiro, são daqueles que viviam na região central do estado, relativamente urbanizadas e beneficiadas pela mineração e sua relação com a capital do País, e que o habitante do sul de Minas (e do oeste) despertou em Saint Hilaire, o mesmo desagrado que os paulistas, por sua *vida rústica e pouca educação*, sendo populações *disseminadas*, onde os pobres viviam da agricultura de subsistência e os *remediados* de uma pecuária atrasada, *sem núcleos urbanos, conforto, nem polidez*. Cândido percebe a aproximação histórica e étnica do caipira paulista, descrito por ele, e o sul mineiro descrito por Saint Hilaire, fruto deste pedaço de caminho transcorrido por populações migrantes em todas as épocas, primeiro os Índios, depois os europeus miscigenados das bandeiras, o negro fugido, o negro escravizado, o português colono no desenvolvimento da agricultura, posteriormente pela passagem de norte mineiros e nordestinos rumo às metrópoles do centro-sul do país.

---

<sup>21</sup> - A cultura caipira, com variações locais, abrangia o território da Paulistânia se estendendo além de São Paulo para Minas Gerais, em especial as regiões sul e sudoeste do estado, Goiás e Mato Grosso, essa cultura se baseia em formas mínimas de subsistência e sociabilidade para manter a vida e a coesão dos bairros, sendo portanto, características de sítiantes pequenos com posse precária da terra ou como agregados de fazendas maiores (CÂNDIDO, 1964).

### 5.2.2 Gentes no meio do caminho

O sul de Minas é um caminho migratório constante na história do Brasil. Iam ficando, neste caminho, gente que ia tratando de fazer roçada, queima e plantação para alimentar a exploração das terras; daí surge a agricultura camponesa característica de nossa região, feita pelo índio e aprendida pelo mameluco e o mulato, tem herança, mas não é totalmente um camponês com as feições do europeu como relata Prado Júnior (2011). Essa é a roça parecida com a do camponês europeu, mas já misturada com a sabedoria indígena e o trabalho do negro. Há relatos de sertanistas de que, em 1681, Baependi já possuía “alguma criação”. É o primeiro registro da pecuária sendo desenvolvida na região, onde antes era só a caça do Índio. A cultura caipira começava a tomar forma no sul de Minas, à sua maneira, adaptada ao meio<sup>22</sup>.

Com a descoberta de ouro em abundância em Vila Rica, cada vez mais gente passava por aqui com destino à região que começava a se despontar como a mais “rica” do país. Até então, o campesinato insipiente dominava a paisagem, os negros em seus quilombos e suas formas típicas de cooperação, religiosidade ancestral, populações indígenas, maiores conhecedoras do ambiente, em via de extinção; os mamelucos paulistas que se decidiram por fixar de maneira autárquica, independente, com resquícios do campesinato europeu centrado na produção familiar (CHAYANOV, 1924 citado por PLOEG, 2016) mulatos sem lugar no mundo transitando entre o quilombo e a vida familiar também resquício do povo europeu mestiçado; os mais recentes descendentes de índios e negros, que se acostumariam forçosamente a uma vida de marginalização (BRANDÃO, 1983; CÂNDIDO, 1964; QUEIROZ, 1973; RIBEIRO, 1995). Começaram a se formar os pequenos povoados, sempre ao redor de uma igreja, onde era evidente a herança do catolicismo europeu e a formação das vilas rurais, no estilo europeu e nos moldes que foi trazida pelos jesuítas (QUEIROZ, 1971; RIBEIRO, 1995), mas já com grande influência e controle dos mamelucos paulistas.

Cândido (1964) faz seu estudo sobre o caipira paulista baseado nas estratégias para reprodução do modo de vida caipira, em especial a exploração dos recursos naturais através da agricultura, com características marcantes do nomadismo (queimar a mata, fazer o preparo da terra, plantar, exaurir os recursos e abandonar a área em pousio longo para se recuperar, partindo de forma nômade para uma nova roça não tão distante onde se reinicia o ciclo) para conseguir seu alimento e as formas de estrutura social que permitem a sobrevivência em

---

<sup>22</sup> - Para entender este meio a leitura das obras de Saint-Hilaire é fundamental.

grupo. A “*mobilidade recria o meio*” permitindo as condições de equilíbrio, quando *o caipira desprende-se do meio, considerado de integração total dos elementos naturais, reajustando-se de diversas formas a meios parciais*. A um ajustamento total, sucede uma pluralidade de ajustamentos” (BRANDÃO 1981; CÂNDIDO, 1964)<sup>23</sup>.

Este nomadismo, herança da cultura indígena e práxis do mameluco bandeirante, marcou para sempre o campesinato desta região, um lugar onde as gentes e as coisas estão de passagem. Esta sociedade caipira construiu técnicas que permitiram uma estabilidade nas relações de grupo e deles com o meio em que viviam, conhecendo profundamente os recursos naturais e explorando de maneira a conseguir o mínimo vital dentro de uma economia fechada e de subsistência, quase autárquica, mais autônoma<sup>24</sup>. Cândido recorre a Sérgio Buarque de Holanda para compreender a forma como se construía o equilíbrio entre o grupo e o meio a partir do entendimento sobre os fatores que ajudam a admitir ou rejeitar hábitos, condutas, técnicas e instituições, *forças seletivas que agem em benefício de sua unidade orgânica* até que estes novos fatores se integrem na estrutura tradicional (HOLANDA, 1949 apud CÂNDIDO, 1964). Cândido afirma que a sociedade caipira surgida na Paulistânia entre os séculos XVI e XVIII, assimilou e conservou elementos da origem nômade indígena, portuguesa e pela ação dos bandeirantes, com uma *economia permeada pelas práticas de presa e coleta*, dependente da mobilidade dos indivíduos e dos grupos e que caracterizaram suas habitações, dieta e caráter, que estão presentes até os dias de hoje. Para isso, era necessário conhecer o que o mato e a terra tinham pra oferecer.

A vida no rancho, no sítio, na roça, quase não dependia da cidade. Parecido com o que Karl Marx observara nos camponeses franceses:

“Cada família camponesa é praticamente autossuficiente, produzindo diretamente a maior parte do que consome e obtendo, assim, os seus meios de subsistência mais da troca com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade” (MARX, 2011, p. 142).

Os utensílios e pertences demonstravam bem esse conhecimento sobre o meio em que vive o caipira desde o chapéu de junco, a “percata” (alpargata), as roupas feitas em casa fiadas com algodão plantado pra isso; a vasilha de porunguetê, cuia de beber, pote de barro, a colher de pau; a pólvora de crindiúva e balas de chumbo; iluminação com candeeiro de barro e pavio de algodão ou uma lata com azeite de mamona ou banha de porco; o açúcar, rapadura e

<sup>23</sup> Interessante perceber a semelhança com os equilíbrios apresentados por Chayanov (1920) e retomados por Ploeg (2016).

<sup>24</sup> Nos resta atentar que esta autarquia, a vida de subsistência da unidade familiar de produção (CHAYANOV, 1920), não é totalmente aplicável nos conceitos dos bairros rurais que se formarão no território caipira como descritos por Brandão (1983), Cândido (1964), Queiroz (1971) e Ribeiro (1995). Ela é uma autarquia relativa. Uma autoafirmação dentro de um grupo. Uma vida que seria mais autônoma que autárquica.

garapa dos pequenos engenhos artesanais, com moendas de madeira fruto da engenharia caipira, assim como o forno de barro, formas e tachos de lata e cobre (CÂNDIDO, 1964; RIBEIRO, 1995).

Quem de nós não sabe que um cabo de guatambú é o melhor que tem pra ferramenta? Imortalizada nas músicas caipiras e ainda por luxo importante pra fazer o berimbau, ferramenta da alegria e resistência negra. São as mulheres e homens construindo sua vida com a biodiversidade, não contra ela. O jeito de viver e, conseqüentemente, de trabalhar a roça, de socializar, de se divertir, vai desenvolvendo a cultura caipira sul mineira.

Cândido (1964), afirma ainda que a agricultura itinerante, as atividades de coleta, caça e pesca, são herança do nomadismo bandeirante (lembrando aí também da herança indígena) e que encontraram forma de sobreviver ao longo do tempo, ao lembrar-se do característico uso de queimadas de mato, recorre a Saint Hilaire, que havia sido o primeiro a registrar cientificamente esta prática e ressalta a afirmação deste sobre a necessidade de se usar arado e adubo para que o homem se fixasse à terra. O autor, no entanto, lembra que isto era a estratégia viável de sobrevivência para estes grupos isolados, criando um *equilíbrio ecológico* com o meio, não tinham, portanto, a necessidade de se fixar.

Os caipiras sempre causaram estranheza ao colonizador do território (o europeu, o bandeirante) e do colonizador do pensamento (a academia, a assistência técnica, os vendedores do mercado convencional). Os costumes rudes, a esquivança (essa bem característica no imaginário mineiro) e o laconismo, foram enfiados na tradição pelos relatos de administradores, viajantes e memorialistas. Estes comportamentos só foram abrandados com o sedentarismo proveniente da expansão da agricultura a partir do século XVIII (BRANDÃO, 1983; CÂNDIDO, 1971). Mas o modo de vida caipira, dependente de atividades seminômades, continuará sob o olhar preconceituoso da elite dominante.

### **5.2.3 As gentes que vão ficando**

Como já falado anteriormente, a coroa portuguesa, percebia a riqueza das minas de ouro na região de Vila Rica e começava a cobiçar a região sul mineira como entreposto e produtora de alimentos em fazendas no formato das primeiras “plantagens” de cana-de-açúcar no nordeste brasileiro, a utilização de grandes porções de território, a especialização na produção comerciais destinados ao mercado mundial, um trabalho por equipes sob comando hierárquico unificado, o aumento da complexidade dos processos de produção de mercadoria e a divisão quantitativa e qualitativa do trabalho (EISENBERG, 1980). Este fato começaria a

alterar o modo de vida daquele campesinato que se formara na região sul de Minas, se tornando cada vez mais difícil a sua permanência, obrigando este grupo a se reorganizar em locais cada vez mais marginais, uma vez que as melhores terras ocupadas são latifúndio (PRADO JÚNIOR, 2011). A natureza, antes intacta, começa a sofrer com a exploração da madeira e o aumento das áreas de agricultura que começa a se tornar menos itinerante, além das impossibilidades de deslocamento geradas pelo aumento da população.

No final do século XVIII e início do XIX, inicia-se a integração definitiva da região ao funcionamento da coroa. Definitivamente a região se torna a passagem da riqueza proveniente das Minas que seguia rumo à Europa e, com isso, os povoados se multiplicam. Começam a se formar também povoados menores e mais isolados que são a origem dos bairros rurais de hoje<sup>25</sup>. O bairro se caracteriza por dois elementos: território e sentimento de localidade. Que seja, o sentimento de se pertencer a um determinado pedaço de território, gerado pela proximidade geográfica e as relações sociais estabelecidas. *As características da vida caipira se prendem à coexistência e interferência dos dois tipos de comportamento*, as relações entre a família e a vizinhança são uma relação intermediária que caracteriza a vida do caipira e tem forte vinculação à questão da propriedade da terra (CÂNDIDO, 1964), que neste momento só era segura para os representantes da Coroa. O latifúndio que nascia, produzia a sociabilidade dos bairros. Os caipiras, antes mais autárquicos, agora desenvolvem uma sociabilidade centrada no bairro sem, no entanto, perder sua autonomia<sup>26</sup>. Quase todos os povoados se edificavam em torno das igrejas. Um elemento importante da sociedade caipira, destacado por Brandão (1983), Cândido (1964) e Queiroz (1971) é a vida lúdico-religiosa, onde trabalho e religião se associam no funcionamento da sociabilidade do bairro, seja centrado em um núcleo mais povoado em torno de capelas e igrejas, seja nas festas esporádicas ou nas rezas nas casas das pessoas, como na folia de reis, fandango, catira, cateretê.

Esta integração se dá principalmente através do ouro e da agricultura que se inicia, pois neste momento a coroa havia impedido o Brasil de se industrializar. Era “necessário” que o Brasil ocupasse um lugar no mercado mundial que florescia. O lugar reservado para nós foi o de produtor de matérias-primas e fornecedor de mão de obra, uma economia dependente (FERNANDES, 1973). Exploramos as matas para enviar a riqueza pra Europa, depois

<sup>25</sup> - No estudo de Cavino (2002) a autora cita textualmente: “Nos estudos sobre agricultura familiar, leva-se em consideração o espaço onde se inserem as comunidades rurais ou bairros rurais.” “Bairro rural pode ser definido como um lugar formado por elementos com características semelhantes, que podem ser o tamanho das propriedades, o cultivo desenvolvido, a forma de organização e as relações estabelecidas entre os moradores dessa localidade.” Muitos estudos sobre as ruralidades da região sul de Minas são feitos utilizando-se os bairros rurais como referência).

<sup>26</sup> - Cândido (1964), atenta para o risco de anomia destes caipiras marginalizados, coisa que a formação do bairro evitou. Se juntar em bairro é um ato autônomo de resistência de grupo.

exploramos os metais preciosos e enviamos mais riquezas e com o declínio das minas voltaríamos a exportar o fruto do trabalho na terra, o resultado da AgriCULTURA, se antes a cana-de-açúcar no nordeste, logo seria o café (PRADO JÚNIOR, 2011).

Com a divisão em capitanias para ocupar o território, logo os últimos indígenas perderiam seus refúgios, assim como os negros perderiam seus quilombos, a começar pelo magnífico Quilombo de Campo Grande. Os brancos europeus, com títulos das terras, passavam a ocupar e “desbravar” a região. Antes de tudo, para exercer a posse, mas posteriormente, para garantir a passagem das riquezas do centro de Minas e, um pouco mais tarde, garantir alguma produção agrícola. Tudo isso ficou institucionalizado com a integração do sul de Minas à Capitania das Minas de Ouro, permanecendo ainda por um tempo sob a tutela religiosa do bispado de São Paulo, esta marca é inapagável no sul mineiro, que é meio mineiro (um pouco mais) e meio paulista (um pouco menos). Com a emancipação da Vila de Campanha, logo o sul de Minas estaria totalmente integrado ao funcionamento da Coroa que se consolidará no início do século XIX. Brandão (1964) recorre a Caio Prado Júnior para quem “a pequena propriedade é quase sempre relegada para zonas de menor fertilidade natural”, acrescento também as de difícil acesso, como acontece na região entrecortada por montanhas no sul de Minas. Com o povoamento acelerado da região os caipiras partem para estes locais secundários, longe dos interesses do latifúndio nascente, ocupam os grotões, os altos de serra, as terras menos férteis e vão reestabelecendo um modo de vida parecido com o camponês europeu, com centralidade no trabalho da família, buscando se adequar às formas mínimas de sobrevivência no meio (CHAYANOV, 1920; MARTINS, 1981; NAVARRO, 2014; PLOEG, 2009, 2016; WANDERLEY, 1996).

#### **5.2.4 E ficaram de vez**

Já na primeira metade do século XIX, com a vinda da corte para o Brasil e a retomada de uma pequena industrialização, o país começou a se urbanizar. Vila Rica já era uma grande cidade, integrava-se a São Paulo e Rio de Janeiro, outras grandes cidades, sendo a segunda a capital do Império a partir de 1808, para escoar a riqueza rumo à Europa. As passagens pelo território sul mineiro de grande quantidade de riqueza e gente, fizeram a urbanização acontecer por aqui também, apesar de mais tímida. Os latifundiários cada vez mais requeriam mão de obra escrava, que começava a chegar em grande número, para tocar suas grandes fazendas, agora, definitivamente assentadas no modelo das plantagens, como foi com a cana-de-açúcar, o café ainda não havia tomado as proporções gigantescas que viria a tomar, mas o

formato das fazendas, sendo de café, algodão, fumo ou cana, já estava definido (GORENDER, 2015). Os caipiras iam adentrando cada vez mais os matos bravos, as terras ruins. Com a instalação definitiva do Império após a “independência” do Brasil em relação a Portugal em 1822, inicia-se um processo de nova dependência com a Inglaterra, na busca de modernizar o império. O latifúndio da capitania, sob controle de europeus fortemente ligados ao império, ia reconstruindo a paisagem, restou ao caipira seguir seu rumo para lugares longínquos onde resistiria em sua sociabilidade diferenciada. Os negros resistiram à escravidão em Carrancas, no ano de 1833, mas suas lideranças foram perseguidas, capturadas e mortas nos anos seguintes. Após Campanha se tornar a primeira cidade sul mineira, iniciou-se um processo de acelerada redivisão política do território para evitar revoltas que colocassem em risco a circulação do ouro e a ocupação do território pelo latifúndio.

A diferenciação cultural se dá entre os proprietários de terra que utilizavam de mão de obra externa à família e os caipiras, os primeiros não representam a cultura caipira. Esta diferenciação foi se intensificando ao longo do tempo, formando o sítio e a fazenda e suas relações sociais próprias. Assim foram se formando os latifúndios. Os caipiras, homens livres, não aceitaram a servidão nem o colonato, resultando na sua marginalização social nas novas configurações que surgiam, mas lembremos de que seu caráter de resistência fez com que a cultura caipira ainda esteja presente nos dias atuais como forma de adaptação e sobrevivência, tendo influenciado também os modos de vida dos colonos e dos escravos pós-abolição.

A presença do escravo e depois do colono estrangeiro gerou uma recomposição dos bairros rurais, cultura tradicional, com o abandono dos mais ricos das formas de cooperação entre os vizinhos, diferenciando cada vez mais o sítio da fazenda. Os latifúndios formados à custa dos proprietários menores, por compra ou espoliação, não aceitaram o homem livre que não se enquadrou na escravidão nem no sistema de colonato. A cultura tradicional, dessa forma, tende a se marginalizar, tornando-se um sistema de vida daqueles que não se adaptaram aos novos modos de produção, resistindo quando possível conservar seu caráter autônomo, enquanto famílias, dentro de uma sociabilidade de bairros mais ou menos dependentes das relações com o mercado.

Ficaram de vez, estes caipiras em suas taperas isoladas, formando bairros isolados, mas sem se isolar totalmente, de forma autônoma, mais do que autárquica. A origem primeira da maioria dos povoamentos está vinculada a uma unidade familiar parecida com aquela apresentada por Chayanov (1920) e Ploeg (2016) e os desdobramentos de suas relações de vizinhança, os bairros (BRANDÃO, 1983; CÂNDIDO, 1964; QUEIROZ, 1971). Muitos bairros ainda são nomeados pelas famílias que primeiro ocuparam aquele território. A ideia

*exagerada* de isolamento dos caipiras, já era alertada por Cândido (1964), pois guardavam formas diferentes de socialização. O mutirão é a manifestação mais importante das relações sociais caipiras. Cândido (1964) cita d'Alincourt, sobre o mutirão, afirmando que é uma atividade importante que viabiliza a agricultura da gente pobre e onde as noites se *passam alegres com seus toques e folias*, importante para a vida cultural do caipira. Também viabiliza o processamento de alimentos, uma vez que seria impossível ser feito individualmente. A solidariedade familiar ou entre vizinhos, indica uma proximidade maior e contato direto entre os participantes, diferente da sociabilidade promovida pelo estado em suas formas administrativas, que é virtual (CÂNDIDO, 1964; QUEIROZ, 1971).

O caipira típico se formou na camada inferior de cultivadores fechados em sua vida cultural e o sentido sociológico da autarquia econômico-social deve ser buscado no bairro caipira com sua cultura e sociabilidade voltadas para si mesmo. Tendo conseguido elaborar formas de equilíbrio ecológico e social, o caipira se apegou a elas como expressão da sua própria razão de ser, enquanto tipo de cultura e sociabilidade.

A cultura do caipira, como a do primitivo, não foi feita para o progresso: a sua mudança é o seu fim, porque está baseada em tipos tão precários de ajustamento ecológico e social, que a alteração destes provoca a derrocada das formas de cultura por eles condicionada (CÂNDIDO, 1964, p. 97).

O equilíbrio vai além do tipo familiar, caracterizado por Chayanov (1920), interpretado por Ploeg (2016) e trazido pra nossa realidade por Martins (1981) e Wanderley (1996). É também um equilíbrio social centrado nas relações de bairro como em Cândido (1964), Queiroz (1971) e Ribeiro (1995).

Brandão caracteriza a cultura caipira baseado em 6 elementos: **Isolamento**, referente ao grupo de vizinhança e não o indivíduo, autonomia e não autarquia; **posse da terra**, com situação legal precária, na maioria das vezes inexistente; **trabalho doméstico**, predominância do trabalho familiar e próximo ao local de moradia; **auxílio vicinal**, reforçando a relação de vizinhança em especial nos momentos de mutirão, **disponibilidade de terras**, como fator de reequilíbrio em situações difíceis pela adaptação à vida seminômade; e **margem de lazer**, só possível por ser uma cultura baseada em padrões mínimos, como em Chayanov (1920) e Ploeg (2016), por sua herança “aventureira e itinerante” e pela “desnecessidade de trabalhar” após conseguido o equilíbrio sobre padrões mínimos, em oposição ao estereótipo de preguiçoso que foi reproduzido pela elite latifundiária.

Buscamos, de certa forma, compreender como se comportou a cultura caipira (nossa herança cultural) ante os fatores de perturbação representado pelo latifúndio produtivo

comercializado, aqui principalmente o café; o desenvolvimento urbano, aqui se formavam uma rede de pequenas cidades; o trabalho escravo e a chegada do imigrante, enquanto se formava administrativamente o sul de Minas que temos hoje. Cândido (1964) nos mostra que o convívio entre “monocultura e a pequena policultura, o latifúndio e o sítio, o imigrante e o caboclo, o presente e o passado”, ressaltam a “vitalidade da cultura cabocla” como mecanismo de “ajuste” que estabelece um equilíbrio “ecológico e social”.

### **5.2.5 O café, base da agriCULTURA sul mineira**

O café é quase parte da gente. A história da formação da sociedade sul mineira está intimamente ligada à cultura do café. Cândido (1964), constata e destaca o surto demográfico ocorrido com o café na região de Bofete, no interior de São Paulo. O sul de Minas também sentiu fortemente esta explosão demográfica na transição entre o século XIX e XX. Além dos povos que já estavam por aqui, chega a figura nova do imigrante, que iria trabalhar no sistema de colonato nos grandes cafezais. Trariam, paradoxalmente, uma ameaça à cultura caipira tradicional pelo aumento da população e a disputa por terra e trabalho, ao mesmo tempo que um novo alento ao modo de vida camponês nos moldes do campesinato europeu (autárquico, sustentado pela agricultura de subsistência), muito semelhante ao caipira em suas formas de organização do trabalho e na capacidade de sobreviver dentro de padrões mínimos<sup>27</sup>.

Na segunda metade do século XIX, o café passou a ser um importante fator de desenvolvimento das forças produtivas na região, que se urbanizou aceleradamente. Era a riqueza do ciclo econômico do café iniciado no interior da região sul do Rio de Janeiro e vale do Paraíba em São Paulo chegando ao território sul mineiro. Chegou junto o latifúndio, a intensificação da utilização de escravos, a marginalização das populações camponesas, a dependência econômica em relação ao Império e sua subserviência a toda poderosa Inglaterra (PRADO JÚNIOR, 2011). Aquela agricultura caipira antes dominante, sedia lugar definitivamente às plantagens de café para exportação, vinculando-se firmemente ao capitalismo internacional (GORENDER, 2015), através da subserviência a Portugal e este, à Inglaterra. Os negros escravizados passaram a ser boa parte da população sul mineira, somados aos que viviam nos quilombos, os donos de terra europeus também cresciam em

---

<sup>27</sup> - Já falamos das diferenças e semelhanças entre as idéias de equilíbrio do campesinato. Por um lado apresentamos os equilíbrios identificados por Chayanov (1920) e destacados por Ploeg (2016), sendo os dois mais importantes o equilíbrio da unidade familiar camponesa, sem patrão e sem salário, e o equilíbrio entre trabalho e consumo, utilidade e penosidade. Por outro destacamos o equilíbrio social e ecológico dos caipiras, o campesinato da paulistânia, centrado na sociabilidade dos bairros e no jeito de fazer agricultura, como em Brandão (1983), Cândido (1964), Queiroz (1971) e Ribeiro (1995).

número, muitos camponeses mestiços, expulsos de suas terras, tornavam-se trabalhadores semiescravidados na fazenda, com início das relações de parceria (que serão tratadas mais a frente), seguiam sertão a dentro como os primeiros sem terras, despojados do chão que tinham tomado para seu ao deixar a vida seminômade do século anterior e passam a rumar para norte, sertão adentro, no mesmo caminho seguido pelos índios (FERNANDES, 1973). Começou a se registrar mais intensamente a chegada de imigrantes europeus para o trabalho com o café em substituição ao trabalho escravo que seria “abolido” no final da década de 1880. Com o início do ciclo histórico que passaria a ser chamado de República Velha, a região passou a ter destaque político e o desenvolvimento populacional passou a ser fortíssimo. Iniciou-se um período também conhecido como república do café com leite, que me lembro das aulas de história e pela marca cultural deixada em nossa região. A última década do século marca esta importante transição política, social e econômica que engloba todo o Brasil, mas teria características particulares aqui no sul de Minas.

O Almanach Sul-Mineiro (Veiga, 1874), primeira grande publicação a destacar o sul de Minas, surge no momento de franca expansão dos cafezais, pouco antes da “abolição” da escravatura e da proclamação da república. É de grande valia pra entender como estavam as coisas por aqui e, principalmente, podermos analisar com o que e como sobrevivia a gente do sul de Minas. Inicia com uma explanação geral sobre as características da região, do que mais nos interessa, da relação do homem com a terra, a práxis do campesinato sul mineiro, onde ele aprende com o meio para transformá-lo. Das madeiras, as primeiras que se extraíram por aqui foram os ipês, jacarandás, canelas, amoreiras, ingá, peroba, cedro, massaranduba, sassafráz, araucária, aroeira, bálsamo, candeia, pereira, sobraji, sucupira, tiriba, cedro-do-brejo e canjerana. Essa é a matéria-prima das casas, dos currais, dos ranchos, das taperas, das fazendas, das ferramentas, dos meios de transporte e até hoje muito usadas (LORENZI, 2000). Para usos medicinais, a quina, barbatimão, arnica, caroba, ipecacunha e canfístula, plantas bastante comuns naquele momento, sendo que algumas permanecem por aí até hoje, em grande quantidade e sendo muito utilizadas. Na época, se alimentavam principalmente de mandioca, pinhão, jacatupé, milho, feijão, arroz, batatas, araruta, inhame, trigo e centeio. Já vemos aí a mandioca, o milho, o feijão e o arroz, que foram a base da alimentação dos primeiros caipiras (ALTIERI, 1998; BRANDÃO, 1981, 1983; CÂNDIDO, 1864; KINUPP, 2014; RIBEIRO, 1995; SAINT-HILLAIRE, 1922, 1938; VILELA, 2011). O fumo era o principal, quando não o único gênero de exportação<sup>28</sup> para muitas localidades, principalmente

---

<sup>28</sup> - O fumo, o algodão e o café são citados por Eisenberg (2011), como sendo lavouras de exportação presentes na região.

Pouso Alegre, Baependí, Jaguari, Itajubá, Cristina, Campanha e Lavras; além disso eram cultivadas as exóticas: o café (Pouso Alegre, Alfenas e Jaguari), algodão (Jaguari, Lavras, Alfenas e Caldas), vinha (especialmente na região de Caldas, mas também Campanha, Lavras e Alfenas), chá (Pouso Alegre e Jaguari), laranjeira, limoeiro, limeira, bananeira, marmeleiro, mangueira, mamoeiro, abacateiro, pessegueiro, o bambu, hortaliças e cana, que dava em toda região e era para comércio local de açúcar e alguma exportação de aguardente, além das nativas: mamona, pitangueira, goiabeira, jaboticabeira, annanazeiro, cultivadas em quintais próximos às casas, como verdadeiros quintais agroecológicos, onde já se criavam neste período vacas; sendo este um dos principais itens de exportação da região, com destaque para Alfenas, Passos, São Sebastião do Paraíso, Caldas, Três Pontas e Dolores da Boa Esperança; porcos, sendo destacada a produção de toucinho que se exportava principalmente para São Paulo, cavalos, em especial na região de Aiuruoca e Cruzília, onde se desenvolve a raça sul mineira manga larga marchador; além de bestas, carneiros, cabras, galinhas, patos, perus e marrecos. Era forte a produção do mel das abelhas e bichos-da-seda, na maioria das vezes para consumo local, mas algumas cidades com potencial para exportação, como o mel de Pedralva. Nas casas se faziam queijos, principalmente em Dolores da Boa Esperança, Caldas e Lavras. Uma verdadeira biodiversidade de plantas, animais e de culturas humanas que formaram embrionariamente a agricultura da região sul mineira<sup>29</sup> e que se mantém em alguns locais até os dias atuais e serão a principal proposta desta dissertação para realizarmos a Transição Agroecológica. Este conceito, abordado no referencial teórico, será retomado mais adiante, sendo muito importante neste trabalho e talvez a contribuição mais significativa da orientação dada pela Dra. Viviane Santos Pereira.

Das agroindústrias, aquelas que processavam os produtos vindos da agricultura, destaca-se, em Machado, a indústria do tecido de algodão e lã, que nas outras localidades ainda era exclusividade dos teares caseiros, principalmente no atendimento às populações de bairros rurais mais isolados; a indústria de chá em Pouso Alegre; a de fumo picado e cigarro em Baependi; e principalmente monjolos, moinhos engenhos espalhados por quase toda região de forma artesanal e de pequena escala, percebemos aí o beneficiamento dos principais produtos para exportação, que é uma das características do sistema de plantagens escravistas (GORENDER, 2015). Este almanaque também traz a importância dos rios Sapucaí e Verde na formação das povoações no sul de Minas, bem como sua utilização para navegação e

---

<sup>29</sup> - Santana (2008) trata em seu estudo da percepção de professores e pesquisadores sobre a diversidade da agricultura sul mineira e Simão (2005) afirma o potencial desta diversidade como alternativa para o desenvolvimento regional.

desenvolvimento da região, esta importância será destacada em outro momento, quando começarmos a construir um caminho rumo a transição agroecológica de nossa região. A publicação também destaca que nesta época a agricultura, a indústria e o comércio ainda não haviam se desenvolvido plenamente graças à disseminação da população num território amplo, às dificuldades de comunicação e transportes, além de uma “certa prevenção contra o trabalho agrícola” que as pessoas de então achavam “ser próprio do escravo”. Eisenberg (1980), fala da importância dada pelos fazendeiros sul mineiros às melhorias nas comunicações e transportes, durante o congresso agrícola de 1878, eles necessitavam se integrar aos mercados. Claro, se oculta aqui as populações concentradas nos bairros rurais, cuja vida girava em torno da agricultura de subsistência, com vínculos de ajuda vicinal mútua e toda uma cultura desenvolvida em cima de patamares mínimos para sobrevivência (BRANDÃO, 1981; CÂNDIDO, 1964; QUEIROZ, 1973, RIBEIRO, 1995). Lembramos que se trata de um momento de transição coincidente com a explosão do café, a chegada de imigrantes europeus e a total integração da região aos mercados mundiais.

Na segunda publicação do Almanach Sul-mineiro (VEIGA, 1884), dez anos após a primeira, já se percebia, neste tempo, a derrubada das matas para ampliação da área cultivada, para o qual o autor alerta o risco de se extinguir as boas madeiras já citadas anteriormente, porém destaca a iniciativa rara de alguns proprietários<sup>30</sup> plantarem árvores de madeiras nobres para se dispor no futuro, bem como o plantio de espécies de outros usos, como a tinturaria e a medicina natural, em especial na cidade de Ouro Fino, e cita novas espécies: carapiá, bardana, beladona, caapeba, camomila, carqueja, cicuta, cinamomo, copaíba, sapé, taiuva, trapoeraba e velame. Isso nos mostra que muito do que pensamos hoje na maneira de se praticar a Agroecologia, já era praticado naquele momento, como a utilização de espécies nativas e a diversificação de culturas, indo no caminho inverso (espécies comerciais em monoculturas) o latifúndio. Destaca finalmente o café, ainda incipiente no primeiro estudo, mas já com grande força neste ano de 1884, sendo já considerado o principal cultivo agrícola da região<sup>31</sup>, superando o fumo e o algodão. Surgem novos cultivos exóticos como a macieira, pereira, ameixeira e pessegueiro, além de novas plantas nativas como cambucazeiro e o palmito, lembro aqui que o primeiro nome do local onde moro, foi Palmital, graças à visão do explorador bandeirante dos contrafortes da serra do Barreiro, a mesma visão que tenho todos

---

<sup>30</sup> - Lembrando que estes proprietários de fazenda o faziam através de uma racionalidade econômica (para se dispor no futuro) e não em uma racionalidade camponesa (CHAYANOV, 1920) que sustentaria um equilíbrio ecológico dinâmico.

<sup>31</sup> - esta informação pode não ser verdadeira com esta sentença, seriam, sim, os principais cultivos agrícolas da região destinados ao comércio.

os dias de minha casa. Sobre os animais, o estudo traz apontamentos sobre a caça (bastante coincidente com o apresentado por Brandão (1981), Cândido (1964) e Ribeiro (1995) sendo os jacus, nhambus, urus, codornizes, perdizes, bugios, macacos, pacas, catetos, cutias, antas, lobos, veados, capivaras, onças, macucos, emas, seriemas, papagaios, araras e arapongas os preferidos, muitos hoje em vias de extinção. Das criações sobressaem gado, porcos e galinhas, que se tornaram preferenciais na região e em todo Brasil, e sobre as abelhas, destaca o crescimento da produção de cera para velas em quase todas as freguesias, além da ainda usual criação de bicho-da-seda.

A chave do equilíbrio relativo das populações caipiras está na alimentação, o equilíbrio de trabalho e consumo de Chayanov (1920) e elaborado de forma um pouco diferente por Cândido (1964) e Queiroz (1973), que citam Ellis Júnior, para o qual o paulista tinha alimentação variada e equilibrada, mas que contrasta com a realidade “das rotas de penetração” o caminho das bandeiras, onde um sistema de plantações só se consolidou no fim do século XVII, e segue com os relatos de Otoniel Mota e a perspectiva de uma variação na dieta ao longo do tempo e lembra a importância de se discriminar a alimentação dos povos da vila de São Paulo e do interior, assim como a variação ao longo do tempo e as diferenças entre o fazendeiro e a gente abastada, do sertanista, do povoador, da alimentação do caipira, que o *mínimo alimentar*, corresponde a um *mínimo vital* e um *mínimo social*, que sustentava a vida e uma *organização social limitada à sobrevivência do grupo*”. Ploeg (2009, 2016), sustenta que os equilíbrios são a razão da sobrevivência, resistência e permanência do campesinato. Especificamente sobre o caminho das bandeiras, Cândido relembra um “*Regimento*”, sobre a manutenção das tropas, onde ordena que toda pessoa que for ao sertão para descobrimentos deveria levar milho, feijão e mandioca e plantá-las e, mais adiante, obriga a semear roças de milho, feijão e abóbora, evidenciando a forte influência indígena nesta dieta mínima do caipira, diversificadas pelas frutas da terra, jabuticabas, maracujás, araticuns, goiabas, jaracatiás, pitangas, bananas, juá-manso e gravatá, além dos palmitos<sup>3232</sup>. Cândido também cita Antonil e sua descrição do caminho das Minas onde haviam roças de *milho, abóbora e feijão e quando muito algumas batatas*, plantadas pelos bandeirantes, o que não se diferenciou tanto ao longo dos séculos seguintes. Cita a seguir outros autores onde prevalece a percepção da base da alimentação dos primeiros caipiras como sendo feijão, milho, mandioca (*triângulo básico da alimentação caipira*, de origem indígena), alguma carne (de caça e pesca) e mais raramente, após a fixação de alguns poucos em consequência

---

<sup>32</sup> - Em citação de Cornélio Pires, *Conversas ao pé do fogo*, que não tive a oportunidade de consultar neste estudo, mas que pode ajudar em futuros estudos sobre o caipira sulmineiro.

da passagem das bandeiras, leite, toucinho, trigo e arroz (incluindo principalmente espécies *bravas*, nativas), o açúcar da cana em forma de garapa e rapadura (e a cachaça por consequência), principalmente, o ajuste de técnicas indígenas *permitiram estreitar laços com a terra, penetrando em suas formas de equilíbrio ecológico*<sup>333</sup>, apegando-se aos alimentos da terra, lembra também da batata-doce, cará e mangarito, raízes nativas. Já os modos de preparo e os temperos, receberam maior influência da culinária portuguesa (com exceção das pimentas nativas), assim como as hortaliças que se adaptaram mais rapidamente, como a couve, a chicória e a serralha. Além dos citados, incluímos para o sul de Minas, várias espécies nativas que já são utilizadas há muito tempo: o pinhão, marolo, cambuci, guabiroba, sete-capotes, araçás, jervivá, jurubeba, urucum, pimentas, taioba, carurus, bertalhas, capiçobas e radites.

### **5.3 AgriCULTURA resistindo, agroNEGÓCIO avançando e AGROECOLOGIA surgindo**

Construiu-se, portanto, o caipira sul mineiro, de matérias-primas diversas. Sempre chegando e saindo gente e misturando tudo o que tava aqui. Os diferentes povos originários, com suas diferentes culturas, somando-se às diferentes culturas das diversas nações africanas pra cá trazidas, as diferentes culturas europeia, árabe e judia chegadas em diferentes épocas, um povo novo e diferente dos demais que se fazia da mistura do indígena com o negro, do indígena com o europeu, do negro com o europeu e as múltiplas misturas que daí surgiram. Nasce então esse povo das diferenças. Que vão se ajeitando com o tempo na construção de uma cultura multidiversa. Essas diferenças formarão uma gama de trabalhadores do campo que originarão a diversidade da agricultura familiar estudada por Lamarche (1993), para Europa e Wanderley (1996), para o Brasil. Apesar de sutis diferenças inter-regionais, no sul de Minas se formou um grupo cultural semelhante em suas bases e que possibilitaram a união destes grupos hoje em torno da OSM.

---

<sup>333</sup> - que será retomado mais adiante como fundamental ao equilíbrio do Agroecossistema Caipira.

### 5.3.1 Chegada dos pacotes da “revolução verde”

Após a crise mundial da década de 30, com reflexos para a economia em torno do café no Brasil, um novo tipo de agricultura que vinha se incubando, começa a tomar força. É o nascente Agronegócio, nesta época ainda o latifúndio coronelista. Com as políticas de Vargas, a industrialização e a urbanização definitivamente se aceleravam, o rural brasileiro começava a dar sinais de esvaziamento. O programa liderado pelo presidente, “pregava um desenvolvimento econômico mediado pelo conceito corporativista de sindicalização, como maneira de organizar as forças produtivas da sociedade e assim pacificar os conflitos” (WELCH, 2006) e, com isso, até 1932 foram reconhecidos seis sindicatos de trabalhadores rurais, graças à pressão do Partido Comunista Brasileiro (PCB)<sup>34</sup>. Era o início da organização dos agricultores para além da solidariedade da família e do bairro, só que parou por aí, pelo interesse maior do Governo em incentivar a sindicalização dos operários nas indústrias. Os modos de produção camponesa, com pouca ou nenhuma terra, não podiam competir economicamente com o latifúndio, muito menos com a indústria nascente. Os homens do campo começaram a ir pra cidade (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; MARTINS, 1981; MENDONÇA, 2013; PEIXOTO, 2004; VEIGA, 2005) trabalhar como operários nas indústrias e viver nas periferias das grandes cidades, que só cresciam. As forças produtivas, impulsionadas pelo estado, estavam concentradas na urbanização e industrialização e a “modernização dos campos”.

Surgia um novo modo de produção agrícola, centrado em grandes impérios agroalimentares (PLOEG, 2009), começava a tomar forma uma agricultura dependente de uma assistência técnica desempoderadora, nos moldes norte-americanos dos pacotes tecnológicos, tomando conta das instituições de pesquisa e a assistência técnica (ROMEIRO, 1998) que se trata a partir de então, de mera transferência de tecnologia, com o conhecimento preservado sob propriedade intelectual das grandes corporações, como um pacote tecnológico desenvolvido em larga escala por essas corporações, que utiliza das empresas de assistência técnica e extensão rural, na extensão como venda de um conhecimento como produto, tendo como público-alvo os latifundiários e, conseqüentemente, os demais setores mais fragilizados do campo enganados pela propaganda. Estes pacotes incluíam novos produtos sintéticos que se propagandeava como novidades fundamentais da agricultura e maravilhas da indústria química<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> - desde 1928 o PCB havia decidido em congresso pelo incentivo à “sindicalização dos assalariados agrícolas”.

<sup>35</sup> - Em especial a petroquímica, impulsionada no Brasil pela criação da Petrobrás, financiada pelo BNDES (criado pouco antes), que também financiaria este novo modelo de agricultura desde a era Vargas até hoje.

Desde a década de 1920, alguns movimentos camponeses, com o apoio de poucos cientistas, começavam a perceber os problemas de uma agricultura artificializada. Na Europa, surgiu o movimento de “agricultura orgânica”, na Inglaterra, o movimento de “agricultura biodinâmico, na Áustria e Alemanha e a agricultura organobiológica, na Suíça e na Áustria. Enquanto estes movimentos ainda eram nascentes, avançava a primavera silenciosa da “revolução verde” (CARSON, 1962). Todos estes fatores reforçavam o domínio do capital internacional sobre a agricultura brasileira (FREDERICQ; CORANDINI, 2011), com a integração da agricultura brasileira aos impérios agroalimentares (PLOEG, 2009). A “revolução verde” chegava definitivamente. Os danos socioambientais em nome da “modernização da agricultura” resultantes deste modelo são catastróficos (ALTIERI, 2012; BOFF, 2003; CARSON, 1962; GLIESSMAN, 2001; HOWARD, 1943; LOWY, 2005; VEIGA, 2010).

O modo de fazer das culturas tradicionais ligadas ao meio rural foi definitivamente excluído para uma posição marginal, afetando comunidades indígenas, quilombolas, trabalhadores sem-terra, todas as formas de campesinato, enfim, os setores mais oprimidos pelo modelo do latifúndio. Foi uma importante ruptura da agricultura como a coprodução de pessoas e natureza, de uma relação coevolutiva dos grupos humanos nos diferentes ecossistemas, uma nova realidade que vai de encontro com a natureza e a ética da sociedade (Ploeg, 2016). Acentuou-se o processo de mercantilização (PLOEG, 2009), onde o campesinato se integrou em maior ou menor grau à produção de gêneros destinados ao mercado (CHAYANOV, 1966 citado por PLOEG, 2016). A agricultura caipira, como agricultura camponesa europeia, se tornou uma forma de resistência (TRES, 2006) a este modelo imposto. Resistência à desintegração cultural, resistência contra o avanço da revolução verde, resistência como forma de sobrevivência (PLOEG, 2016). Romeiro (1998) resume uma situação secular brasileira de exploração da natureza, seguida do sucesso de culturas de exportação com escassez relativa de alimentos, sustentada pela escravização e, posteriormente, por precárias condições de acesso a terra e emprego, com crescente expansão em grandes latifúndios nas zonas de fronteira e criação extensiva de gado, restando áreas residuais para a produção de alimentos. Disso, resultou um país extremamente desigual na distribuição dos meios de produção, em especial o acesso à terra, dependente economicamente do capitalismo mundial desde suas origens (FERNANDES, 1973; PRADO JÚNIOR, 2011). A elite é quem controla tudo. Na produção de alimentos, o capitalista é o “empreendedor agrário” (PLOEG, 2003) que se apropria da terra, da água, das cotas, dos símbolos e do acesso aos mercados (PLOEG, 2016).

### 5.3.2 Agricultura do veneno se tornando uma convenção

Durante a segunda guerra mundial houve grande avanço na indústria química industrial e farmacêutica. Grande quantidade de novos “biocidas” (CARSON, 1962) haviam sido descobertas e seriam usadas na “guerra contra as pragas” da agricultura. Esta guerra também era contra a humanidade, em especial os camponeses de todo mundo, obrigados a viver num mundo de venenos. A base para o tripé de sustentação da “revolução verde” (motomecanização, manipulação genética e agroquímicos) estava fixada. O sucesso deste tripé na promoção da agricultura dos países destruídos pela guerra foi a garantia da perpetuação e do crescimento do modelo dos pacotes tecnológicos. Nesta época, também aconteceu a publicação do livro “An agricultural testament” (HOWARD, 1943), talvez o primeiro livro a abordar a prática da agricultura orgânica anterior à revolução verde e criticar o modelo industrial de agricultura. Na contramão da revolução verde, surgiram novos movimentos ao redor do mundo, como a agricultura natural, no Japão, a agricultura regenerativa, na França, a agricultura biológica, nos Estados Unidos, além das formas de produção já existentes, como a biodinâmica e a orgânica. Seguindo em resistência os povos camponeses ainda não organizados ao redor do mundo.

O PCB iniciava mais firmemente a tentativa de organizar politicamente o campesinato brasileiro, em 1949 o “partido publicou o primeiro jornal camponês de circulação nacional – Terra Livre<sup>36</sup> – redigido unicamente para identificar os problemas dos trabalhadores rurais e mobilizá- los para reivindicar soluções frente às autoridades” e, em 1954, o partido organizou a primeira conferência nacional dos trabalhadores rurais e fundou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) (WELCH, 2006).

Verifica-se [...] que enquanto os pequenos estabelecimentos, cujo número representa 85% do total, ocupam somente 17% da área recenseada, os médios (6% do número total) ocupam 8% da área, e os grandes, que são apenas 9%, ocupam 75% da área. O alto grau de concentração da propriedade agrária é aí patente (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 17).

Esta concentração crescente da terra é o estímulo da luta pela Reforma Agrária<sup>37</sup>, que passou a ganhar corpo em todo país a partir de então. O movimento das Ligas Camponesas

---

<sup>36</sup> - esta publicação seguiu até 1964 com o golpe militar e a proibição da atividade política do PCB.

<sup>37</sup> - a luta pela Reforma Agrária é a mais importante do movimento camponês no Brasil desde sua origem. Um país que optou pela forma da plantagem assentada no latifúndio e excludente para os pequenos proprietários ou despossuídos. Camargo (2017) fala dos conflitos isolados de Porecatu, no norte do Paraná (1950-1951) e o movimento de Formoso (1953-1954) que precederam a formação das Ligas Camponesas.

começou no engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, nos limites da região do Agreste com a Zona da Mata de Pernambuco. O movimento foi criado no dia 1º de janeiro de 1955 com o nome Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP). Os setores conservadores batizaram a sociedade de "liga", temerosos de que ela fosse a reedição de outras ligas que, em período recente (1945-1947), haviam proliferado abertamente na periferia do Recife e nas cidades satélites, sob a influência do PCB. O objetivo da Liga era gerar recursos para a assistência educacional e de saúde, e para comprar adubos, com a finalidade de melhorar a produção (CAMARGO, 2017).

A questão agrária passou, finalmente, a ser pautada politicamente no Brasil. A partir de 1960, a Igreja Católica, as Ligas Camponesas e políticos populistas entraram na concorrência para ser identificados como representantes autênticos dos trabalhadores rurais. Criado em 1963, uma nova entidade do governo – a SUPRA – Superintendência da Política de Reforma Agrária – foi incumbida de ajudar os trabalhadores e seus representantes a formarem centenas de sindicatos (WELCH, 2006, p. 62).

Prado Júnior (1979) valorizou o caráter progressivo do movimento sindical entre os trabalhadores rurais que tinha surgindo desde antes do Governo Vargas e que cresceria com a sindicalização promovida pelo Governo de João Goulart e nos sustenta quanto ao caráter paternalista daqueles que queriam tutelar o movimento camponês. como a igreja, os partidos progressistas e o estado, como afirmado por Martins (1981). Em 1963, foi criada a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), fazendo crescer a organização camponesa e de um novo tipo de agricultor, de posse precária, mais integrado ao mercado e afastado um pouco da cultura tradicional que viria a formar a agricultura familiar institucionalizada.

### **5.3.3 Ditadura pautando a consolidação do Agronegócio e a Agroecologia resistindo**

A pauta da Reforma Agrária, tomada pelo Governo de João Goulart, começou a desagradar a velha oligarquia rural. Com a ditadura militar, a agricultura iniciou um avanço mais decisivo em direção à financeirização da agricultura, para integrar o setor à globalização da economia capitalista. Após o golpe de primeiro de abril, O Estatuto da Terra, lei 4.504 de 30 de novembro de 1964, foi uma das primeiras ações da ditadura militar que se instalou no poder do Estado brasileiro. A intenção do Estatuto da Terra era “acalmar” os movimentos camponeses com a institucionalização pelo Estado do conceito de Reforma Agrária, e satisfazer os interesses da oligarquia rural, sustentadora do golpe, dando sustentação jurídica

para expansão do latifúndio. Está expresso no seu primeiro artigo: “regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola” (BRASIL, 1964). Destes fins, o primeiro não apenas nunca se concretizou, como os movimentos que defendiam a Reforma Agrária foram duramente reprimidos. Na prática, a ditadura militar fez uma Reforma Agrária às avessas, dando terra a quem já tinha terra e marginalizando os grupos camponeses despossuídos. Fez por acentuar ainda mais a massa de despossuídos com as grandes obras de infraestrutura pelo país. Aqui no sul de Minas, podemos destacar a multidão expulsa de suas terras com a Represa de Furnas que formariam os movimentos pela Reforma Agrária. A tal da “política agrícola” expressa no documento, seria a implementação definitiva de grandes empreendimentos capitalistas alinhados com a velha política do latifúndio, monocultor, exportador. A força dos movimentos, mesmo calados pela ditadura militar, fez com que fosse criada a Lei Nº 5.889, de 8 de Junho de 1973 (Lei do Trabalho Rural), que regulamentava o trabalho rural no Brasil (BRASIL, 1973). O mercado financeiro internacional atuou de forma decisiva no processo de concentração de recursos do setor agrícola na mão de grandes empresas (STEDILE, 2015). Surgiram os grandes empreendimentos agrícolas capitalistas (SCHUTTER, 2011 citado por PLOEG, 2016) que controlam de forma monopolista os canais globalizados do mercado de alimentos, formando o que Ploeg (2009) denomina de “impérios alimentares”, a agricultura sendo subordinada aos setores agroindustrial e financeiro por mecanismos complexos e variados, alterados de acordo com a conjuntura (FREDERICQ; CORANDINI, 2015). Tamanho o predomínio do modelo industrial/empresarial de agricultura, fez com que, culturalmente, nossa sociedade passasse a aceitar este modelo como uma convenção, daí temos a “agricultura convencional”, que busca a maximização da produção e do lucro (GLIESSMAN, 2001). O capital financeiro passou para uma posição central de controle da produção agrícola (DELGADO, 1985). Tudo que fugisse a esta convenção passou a ser chamado especialmente de “agricultura alternativa” (ALVES, 2012; CANUTO, 1998; FONSECA, 2009; LEITE, 2013). Esta fuga da convenção, com uma agricultura sem o uso do pacote tecnológico da revolução verde, uniu camponeses, mais ou menos integrados ao mercado desde os que praticavam uma agricultura de subsistência; pequenos agricultores-empresários mais pobres que formariam o que hoje se enquadra no termo genérico de agricultura familiar (LAMARCHE, 1993; WANDERLEY, 1996); ambientalistas, preocupados com os danos ambientais causados pelo modelo nascente do agronegócio (ALTIERI, 2004; BOFF, 2003; FONSECA, 2009; ROSSET, 1998; TRES, 2006); e os movimentos sociais e políticos (BOFF, 1999; FOSTER, 2014; LOWY, 2005).

Começou a se formar, como resistência, o movimento agroecológico. Aqui no sul de Minas ainda não haviam organizações preocupadas com este tema, apesar dos montantes de caipiras despossuídos, que só aumentaram após a construção da represa de Furnas. O café se manteve como escolhido para ser a monocultura de exportação dos latifúndios sul mineiros, seguido da pecuária leiteira. O campesinato caipira seguia sua sina de exclusão para os lugares difíceis ou de qualquer tipo de posse de terra com a decadência do colonato. Martins (1981) e Wanderley (1996), afirmam sobre a importância que a grande propriedade tem na conformação da agricultura brasileira e a exclusão permanente sofrida pelo campesinato e a agricultura familiar, sempre relegados a um lugar subalterno, ambas concordam que a história deste grupo é uma história de lutas por espaço. A autonomia característica de alguns grupos camponeses se viu ameaçada, com tendência para a integração desigual ao complexo agroindustrial dos impérios agroalimentares, vendendo matérias-primas a preços baixos que vão ao mercado com preços controlados pelas grandes corporações monopolistas (ABRAMOVAY, 1992; FREDERICQ; CORANDINI, 2015; LAMARCHE, 1993; PEIXOTO, 2004; PLOEG, 2008, 2009; STEDILE, 2015; WANDERLEY, 1996, 2013). Prado Júnior (1979) afirma que “essa nova e tão mais complexa estrutura social brasileira”, não superou o passado, sustentando-se “nos velhos quadros econômicos da colônia”, com um fundamental elemento de uma “obsoleta forma de utilização da terra e organização agrária” uma “grande exploração agro mercantil” que produz gêneros para os mercados externos. No encalce da reativação da cafeicultura agroexportadora e da pecuária leiteira para abastecer o mercado interno, os camponeses mais integrados ao mercado, começaram também a praticar a cafeicultura e a pecuária leiteira, que não competia economicamente com o latifúndio, mas foi importante no equilíbrio da vida de nossos caipiras integrados.

A agricultura de base ecológica é motivada também pelas organizações políticas que vão se construindo e que estão comprometidas na construção de um modelo de sociedade, baseado na equidade e justiça social, movimentos de transformação social (ASSIS, 2005). Surgiram no início da década de 1970 as primeiras iniciativas de se criar um movimento global entre os praticantes da “agricultura alternativa” como, por exemplo, o surgimento da International Federation of the Organic Agriculture Movements (IFOAM).

Abreu, Lamine e Bellon (2009) afirma que não havia até a década de 1970, manifestações de cunho ecológico de qualquer tipo apenas e que só em 1976, quando José Lutzenberger publicou “Manifesto ecológico brasileiro: “O fim do futuro?”, e a influência da obra em pesquisadores, ecologistas no Brasil, no sentido da necessidade de se criar alternativas ao moderno padrão tecnológico que se impunha a agricultura brasileira é que o movimento se fortaleceu.

Durante a década de 70, o movimento será marcado pela contestação ao modelo tecnológico da revolução verde e a degradação ambiental, mas também por uma crítica à crescente exclusão social. Neste período as ONGs ambientalistas, irão passar por um processo de fortalecimento, principalmente após a criação do Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA) que, em conjunto com a Federação dos Órgãos para Assistência Social e Econômica (FASE), irão centralizar a atuação de diversas organizações de agricultores alternativos. Como resultado desta organização é criado a AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa) que irá expandir de forma significativa o movimento de agricultores alternativos, articulando uma rede de organizações com entidades de dez estados brasileiros nas regiões sul, sudeste e nordeste (ABREU; LAMINE; BELLON, 2009, p. 1612-1613).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE apresenta dados que mostram um aumento da modernização da agricultura, que se intensificou a partir da década de 1970, quando houve um aumento de 1.000% dos tratores ,em comparação com a década de 50 e a 6.512% na década de 80. A utilização de adubos químicos se intensificou 1.380%, entre 1965 e 1980 e o uso de veneno aumentou 377%. Entre a década 1970 e a década de 1980, foi reduzida a participação dos pequenos estabelecimentos com até 10ha no total da área do país, de 52,2% para 50,4%, enquanto aumentou a dos estabelecimentos com mais de 1.000 ha, de 0,7 para 0.9%. Reduziu também a área dos pequenos estabelecimentos em relação aos grandes. Terras antes ocupadas por pequenos produtores foram incorporadas por grandes proprietários. Nesta época, houve o grande êxodo rural da história do Brasil, mais de 30 milhões de pessoas deixaram o campo rumo às grandes cidades, como resultado (AGRA; SANTOS, 2001).

Já na década de 70, período áureo da modernização, as taxas de crescimento das principais culturas que compõem a cesta básica dos brasileiros foram inferiores à do crescimento populacional. O arroz cresceu 1,5%, o milho 1,7%, a mandioca 2,1% e o feijão teve crescimento negativo de -1,9%, enquanto a população cresceu 2,5%; já as lavouras de exportação apresentaram significativas taxas de crescimento: soja 22,5%; laranja 12,6%; cana-de-açúcar 6,3%. Em decorrência, verificou-se aumento do preço dos alimentos nas cidades, redução do consumo alimentar, agravamento dos índices de subnutrição crônica e de doenças causadas pela fome. Gasta-se mais para comer menos e pior (AGUIAR, 1986 citado por AGRA; SANTOS, 2001, p. 4).

Aqui no sul de Minas, todas as forças produtivas impulsionadas pela ditadura de estado se centraram no café para formar o complexo agroindustrial de exportação deste produto. Com o fim da Ditadura Militar e o princípio da redemocratização, começaram a surgir pelo país algumas organizações de camponeses e os agora chamados agricultores familiares. A cronologia da afirmação dos movimentos pela Agroecologia no Sul de Minas coincide com o processo de construção do movimento no Brasil todo (FONSECA, 2009; HIRATA, 2016; MEIRELES, 2000). A Agroecologia aparece como uma forma de resistência

ao modelo imposto (agronegócio, agricultura industrial, agricultura empresarial para os grandes e o modelo convencional sendo empurrado para os pequenos).

No Brasil, até a década de 70, a produção de orgânicos ainda era relacionada mais com movimentos filosóficos que buscavam o retorno do contato com a terra como forma alternativa de vida, porém com o crescimento da consciência de preservação ecológica e a busca por alimentação cada vez mais saudável, houve expansão de consumo dos produtos orgânicos e, na década de 80, organizaram-se muitas das cooperativas de produção e consumo de produtos naturais (FAVERET FILHO et al., 2002 citado por ALVES; SANTOS; AZEVEDO 2012, p. 20-21).

Os camponeses conseguiram preservar, ao longo do tempo, a sabedoria cultural sobre a produção de alimentos, aliando tecnologias sustentáveis de cultivo de alimentos e modos de socialização alternativos, sendo remontada às origens da agricultura a origem da Agroecologia (ALTIERI, 2012). Aqui no sul de Minas, esta sabedoria cultural foi preservada pelo modo de fazer do caipira (CÂNDIDO, 1964), que nós aprendemos na família, com os mais velhos. Os princípios e conceitos básicos da Agroecologia são diretamente antagônicos aos princípios da agricultura moderna (ALTIERI, 2012; CAPORAL, 2009; CASTILHO, 2004; GLIESSMAN, 2001; GOMES, 2005; SANTIAGO, 2012). A Agroecologia que se formou no sul de Minas, “no decorrer de séculos de evolução biológica e cultural” (ALTIERI, 1998, 2012) deve ser entendida não só como um tipo de agricultura (CAPORAL, 2009), mas de uma construção pela práxis, desenhando e manejando um agrossistema sustentável (GLIESSMAN, 2001).

A agroecologia surge como consequência de uma busca de suporte teórico para as diferentes correntes de agricultura alternativa e, como resposta aos críticos desses movimentos que citavam esses como uma tentativa retrógrada de volta ao passado na agricultura (ASSIS, 2005, p. 178).

### **5.3.4 Expansão do debate sobre a Agroecologia e globalização das lutas no mundo da economia globalizada**

Segundo Abreu, Lamine e Bellon (2009), é na década de 1990 que o debate se expande e a sociedade civil começa a tomar consciência da questão da Agroecologia. As discussões sobre a sustentabilidade iniciadas na década de 70, junto com as discussões acerca da Agroecologia, culminaram na realização Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 (Eco-92), quando se iniciou um processo de institucionalização dos movimentos e da própria Agroecologia por parte do estado. Camargo, Pessoa e Silva (2002) afirmam que foram discutidas questões sobre agricultura sustentável,

segurança alimentar, água potável e recursos pesqueiros, com foco na demanda mundial por modificação no processo produtivo, de forma a assegurar qualidade ambiental e alimentar. Os resultados foram divulgados pelos meios de comunicação e despertaram na sociedade a necessidade de formulação de políticas que incorporassem a questão ambiental, ressaltando os compromissos com a implementação da Agenda 21 (CAMARGO; PESSOA; SILVA, 2002).

Ocorreu, também, uma globalização das lutas dos movimentos sociais, por exemplo, como a criação da Via Campesina em 1992, movimento ao qual viria a se filiar o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) do Brasil em 1996, era a consolidação de uma história de resistência dos movimentos sociais do campo (MEDEIROS, 1989). A atual geração de políticas de desenvolvimento rural responde a referenciais distintos daqueles que orientaram a construção do PRONAF nos anos 1990, baseados na aposta da criação de instrumentos para a integração mercantil de estabelecimentos “em transição”, que apresentavam acesso parcial à inovação tecnológica e ao mercado e que considerava “[...] ilusão imaginar que poderiam responder também às dificuldades das cerca de 2,5 milhões de famílias que vivem em estabelecimentos totalmente marginais” (FAO/INCRA, 1994 citado por DELGADO; BERGAMASSO, 2017).

#### **5.4 Construindo relações**

Cabe agora à gente se relacionar. Essa gente que estava dispersa aqui no sul de Minas também começou a se mover no ritmo do mundo já globalizado. Alves Filho (2008) trata das estratégias de sobrevivência dos agricultores familiares da Associação dos Pequenos Produtores de Poço Fundo, muitas destas estratégias são aquelas também apresentadas ao longo do tempo pelos diversos grupos de caipiras dispersos pela Paulistânia. Uma dessas estratégias, que destacamos a partir de agora, são as organizações em grupo.

Cavino (2012) apresenta um histórico bastante profundo sobre a COOPFAM, que eu conhecia em retalhos, nas conversas dentro da OSM; no grupo estudado pela autora, os agricultores percebem três momentos dentro da organização: Período de subsistência, que vai até a década de 1970; Agricultura tecnificada (fase em que houve a influência de fatores externos) e Período da Agricultura Orgânica. Rosângela, durante a visita de verificação que realizamos em seu sítio, contou que o grupo começou a se organizar para combater o êxodo rural e fazer um comércio justo, que melhorasse a qualidade de vida das famílias de Poço Fundo. Rosângela contou que “começaram a se organizar por causa das Comunidades Eclesiais de Base” (CEB) que, na década de 1980, era forte no município e com atuação em

todo o país, promovendo discussões sobre a questão agrária e sobre o modelo de desenvolvimento agrícola adotado pelo Estado brasileiro. Durante a década de 1980 foram realizados os primeiros Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA)<sup>38</sup>. Cavino (2012) constata que as famílias de Poço Fundo deixaram de plantar arroz, feijão e tirar o leite e a carne pro “gasto” da família, muito pelo incentivo estatal para especialização na produção de café para exportação dentro dos moldes da Agricultura Familiar que seria institucionalizada em alguns anos (WANDERLEY, 1996), apesar de o conceito já aparecer no estatuto da Terra de 1964 e na Constituição Federal de 1988. No ano de 1983 foi criada a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) grande propulsora do movimento pela agricultura sustentável no Brasil. Em 1985, os povos da mata começaram a se organizar na luta pelo direito ao extrativismo, principalmente o movimento dos seringueiros liderados por Chico Mendes. A luta dos movimentos agroecológicos, que ainda engatinhavam, teve uma conquista a partir da regulamentação dos agrotóxicos trazida pela lei 7.802 de 1989 (BRASIL 1989).

Em 1991 foi publicado o primeiro documento normativo deste setor no âmbito do comércio internacional, por meio do programa instituído pelo Council Regulation da Comunidade Econômica Europeia (CEE) no documento 2092/91, de 24 de junho de 1991, foram estabelecidas as normas e os padrões de produção, processamento, comercialização e importação de produtos orgânicos de origem vegetal e animal nos seus estados membros, documento este que passou por frequentes alterações para incorporar os avanços nas práticas de produção, processamento e comercialização desses produtos (CEE, 2002, 2001 citado por ALVES; SANTOS; AZEVEDO, 2012, p. 21).

O ano de 1990 começou com o resultado da luta pelas Reservas Extrativistas, o decreto 98.897/1990 (BRASIL, 1990). Melo (2005), nos fala das experiências em gestão de bens comuns e inserção nos mercados por organizações rurais do estado de Minas a partir da Agricultura Familiar e economia solidária. Este é o ponto de partida para as organizações que hoje compõem a OSM a partir do apoio da ONG Centro de Assessoria Sapucaí, uma entidade criada no início da década de 1990 e que começou a apoiar os agricultores de Poço Fundo na sua organização, em 1991, em um diagnóstico sobre as comunidades e que resultou no início do período da “agricultura orgânica” constatada por Cavino (2012), quando foi então fundada a Associação dos Pequenos Produtores de Poço Fundo, MG. O estudo de Aguiar (1992) sobre o “Saber camponês e mudança técnica: um estudo de caso junto a pequenos produtores do bairro do Cardoso<sup>39</sup>”, que foi uma Dissertação defendida no Mestrado em Administração e

---

<sup>38</sup> - Nos anos de 1981, em Curitiba; 1984, em Petrópolis; 1987, em Cuiabá; 1989, em Porto Alegre.

<sup>39</sup> - O bairro do Cardoso hoje tem um grupo de agricultores que é vinculado à COOPFAM e se certifica pelo SPG sul de Minas. Sendo a Rosângela, que muito ainda vai aparecer neste trabalho, nascida e crescida neste bairro.

Desenvolvimento – Universidade Federal de Lavras (UFLA), é a primeira parceria entre a academia e o movimento de agricultores que crescia no sul de Minas. Na mesma época, o Centro de Assessoria Sapucaí também iniciou junto ao nascente movimento agroecológico brasileiro as discussões sobre a certificação de produtos orgânicos (MEDAETS; FONSECA, 2005).

Os objetivos do Centro de Assessoria Sapucaí estavam o de apoiar os agricultores na criação de condições favoráveis à produção sustentável de alimentos e na melhoria das condições socioeconômicas, assessorando as famílias no manejo agroecológico e na busca por meios de inserir a produção orgânica nos mercados locais, nacionais e internacionais (CAVINO, 2012, p. 2).

Ainda em 1991, surgiu a Lei nº 8.171 (BRASIL, 1991a), que dispunha sobre a política agrícola no Brasil, a Lei nº 8.212 (BRASIL, 1991b), sobre a organização da seguridade social, e a Lei nº 8.213 (BRASIL, 1991c) sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, que asseguraram os benefícios previdenciários aos trabalhadores rurais além de dar reconhecimento legal às políticas públicas para os agricultores com menos recursos. Estas leis foram fruto da luta dos movimentos sociais do campo. Sem a atuação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) e a pressão permanente da CONTAG (Confederação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura) não teria recomeçado a Reforma Agrária, como aconteceu em 1993, nem haver-se-ia aprofundado a demanda por uma política diferenciada em favor da agricultura familiar (GUANZIROLI, 1999), sem a qual estas leis nunca teriam sido implementadas.

Durante a 9ª Conferência Científica Internacional da IFOAM, em 1992, em São Paulo, foram abordados os aspectos da obrigatoriedade da certificação para os produtos orgânicos a partir da iniciativa dos movimentos brasileiros (MEDAETS; FONSECA, 2005). Do grupo de organizações da sociedade civil que representava um movimento Agroecológico em construção, vieram as primeiras propostas sobre a regulamentação da certificação de produtos orgânicos, resultando na Portaria do Ministério da Agricultura nº 178 de agosto de 1994, que criou Comissão Especial para propor normas de certificação de produtos orgânicos. No mesmo ano foi criado o Comitê Nacional de Produtos Orgânicos (CNPOrg), pela Portaria MA nº 190 de setembro de 1994, responsável por propor as estratégias para a certificação de produtos e, em abril de 1995 a Portaria MA nº 192 designou os membros que iriam compor a Comissão Nacional de Produtos Orgânicos (CAMARGO; PESSOA; SILVA, 2002), com representantes das ONGs atuantes no segmento naquele momento (AAO, ABIO, ASPTA, Coolméia, IBD), Mapa, Embrapa, Ministério do Meio Ambiente e universidades (FONSECA, 2009).

Enquanto duraram as discussões, o mercado de produtos orgânicos cresceu no Brasil e os que eram contra a certificação, em face da pressão do mercado, passaram a aceitar a possibilidade de uma certificação participativa, feita pelos técnicos das ONGs que apoiavam os projetos com Enfoque Orgânico e Agroecológico (EOA) (SOUZA; BULHÕES, 2002 citado por MEDAETS; FONSECA, 2005, p. 45).

Na mesma época, começava a se institucionalizar no Brasil a agricultura familiar, primeiro em 1994, quando houve a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), uma linha de crédito voltada para a pequena propriedade, sem êxito devido às rigorosas exigências impostas e, em 1995, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), objetivando fortalecer as atividades produtivas geradoras de renda das unidades familiares de produção (BRASIL, 2016). No mesmo ano, surgia a primeira política pública de impacto para a Agroecologia: o Subprograma de Projetos Demonstrativos (PDA), que incentivou ações para o desenvolvimento sustentável nos ecossistemas brasileiros.

Dos anos de 1995 e 1996, temos um retrato apresentado pelo Censo Agropecuário, onde o Brasil possuía 4.859.864 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 353,6 milhões de hectares, numa safra onde o Valor Bruto da Produção (VBP) Agropecuária foi de R\$ 47,8 bilhões e o financiamento total (FT) foi de R\$ 3,7 bilhões, sendo 4.139.369 estabelecimentos familiares, ocupando uma área de 107,8 milhões de ha, sendo responsáveis por R\$ 18,1 bilhões do VBP total, recebendo apenas R\$ 937 milhões de financiamento rural. Os agricultores patronais, representados por 554.501 estabelecimentos, ocupando 240 milhões de ha e recebiam quase 3 bilhões em financiamento. Os agricultores familiares representavam 85,2% do total de estabelecimentos, ocupavam 30,5% da área total e são responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional, recebendo apenas 25,3% do financiamento destinado a agricultura. (GUANZIROLI; CARDIM, 2000). O estado democrático de direito restaurado no Brasil na década anterior começava a valorizar um pouco mais os agricultores com menos posses, no entanto, ainda era evidente a preferência dada à agricultura patronal no desenvolvimento do rural brasileiro.

Na onda da ECO-92, começam a surgir organizações da sociedade civil preocupadas com a questão ambiental em todo Brasil. Em 1996, em Pedralva, surgiu o Grupo Excursionista Pedra Branca (GEPB), com a intenção de lutar pela preservação da serra da Pedra Branca; foi desta época o início de meu interesse com a questão ambiental associada à prática da agricultura que me transformaria num trabalhador pela Transição Agroecológica. Também em 1996, aconteceram conflitos entre partidários da certificação por auditoria e os partidários da certificação participativa, que resultou em uma reunião sem a participação

efetiva do movimento agroecológico, que resultou em projetos de lei, contra a vontade de alguns membros da CNPOrg. Também começou a tramitar o Projeto de Lei PL 1.957/96 na Câmara dos Deputados (FONSECA, 2000 citado por MEDAETS; FONSECA, 2005). No mesmo ano, o MST filiou-se à via campestre, entrando de vez numa luta global contra o modelo hegemônico da agricultura. Lucas e Vale (2014) nos contam que aqui no sul de Minas ocorreu a primeira ocupação do movimento em terras da usina Ariadinópolis que, no ano anterior, foi palco de uma greve 100 dias, articulada a pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campo do Meio (MG) e região (Alfenas, Coqueiral, Guapé, Ilícinea, Paraguaçu, Santana da Vargem, e Varginha), Central Única dos Trabalhadores (CUT) de Belo Horizonte, MST da região do Vale do Rio Doce. A fazenda foi desapropriada em maio de 1997:

(...) a luta pela reforma agrária teve início com uma articulação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, que culminou na formação, em 1997, do Assentamento Primeiro do Sul, na antiga Fazenda Jatobá, localizada no município de Campo do Meio, Sul/ Sudoeste do estado de Minas Gerais (Figura 1). Recebeu essa denominação por ser o primeiro grupo de trabalhadores rurais vinculados ao MST a concluir as negociações com o INCRA e a conquistar a posse da terra na mesorregião (LUCAS, 2011 citado por LUCAS; VALE, 2014, p. 10).

No Assentamento Primeiro do Sul, além das famílias de Campo do Meio, participaram trabalhadores do sul de Minas, de Santana da Vargem, São Sebastião do Paraíso, Campos Gerais etc., e trabalhadores do Norte de Minas (Porteirinha, Minas Novas e Novo Cruzeiro), a maioria trabalhadores volantes, explorados pela agricultura capitalizada e moderna do café (LUCAS; VALE, 2014).

Em meados de 1997, ocorreu nova reunião do CNPOrg para construção de um acordo quanto às normas, que criou o Fórum Orgânico (Forg), que se reuniu algumas vezes com participação de 15 a 30 ONGs e conseguiu definir um conjunto mínimo de normas técnicas e um rito processual comum (MEDAETS; FONSECA, 2005). No mesmo ano, se inicia o processo de certificação orgânica da COOPFAM junto a Associação de Agricultura Orgânica (AAO)<sup>40</sup> e em 1998 ela se torna a primeira organização do Brasil a conseguir a certificação Fair Trade (Comércio Justo). Cavino (2012), em seu estudo feito com os agricultores da COOPFAM, relaciona Agroecologia e Comércio Justo afirmando que ambos partilham uma perspectiva ambiental e, optando por um deles, o agricultor se torna adaptado ao outro. A dupla certificação favorece o acesso a um maior número de mercados. Quando adotados os princípios da Agroecologia e do Comércio Justo, abrem-se também os “circuitos de

---

<sup>40</sup> - A Associação de Agricultura Orgânica (AAO) é uma das precursoras do movimento agroecológico e de certificação de produtos orgânicos no Brasil.

comercialização solidários no mercado doméstico”. E por fim, os princípios da Agroecologia são similares àqueles do Comércio Justo, em especial quanto às relações com o meio ambiente e de solidariedade entre produtores e consumidores.

Em 16 de outubro de 1998, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) publicou a Portaria 505/1998, para apreciação e manifestação da sociedade civil sobre o processo de certificação de orgânicos no Brasil. A portaria tornou-se a Instrução Normativa 007, de 17 de maio de 1999 e criou um selo de qualidade para os produtos orgânicos, recusou os transgênicos e a radiação ionizante, tratou tanto do processo de produção, de industrialização e da rotulagem dos produtos. Abrange, por fim, desde os produtos denominados orgânicos, ecológicos, biodinâmicos, naturais, sustentáveis, regenerativos, biológicos, agroecológicos e de permacultura. Preocupou-se com a saúde ambiental e humana, e visou assegurar a transparência em todos os estágios da produção e da transformação, estabelecendo a criação do Colegiado Nacional, Conselho Nacional de Produção Orgânica (CNPOrg) e Conselhos Estaduais de Produção Orgânica (CEPOrg), paritários (público/privado), com a função de credenciar os Organismos Certificadores (OCs) responsáveis pela certificação e pelo controle da qualidade orgânica (BRASIL, 1999 citado por MEDAETS; FONSECA, 2005). Na Câmara dos Deputados surgiu o projeto de lei 659-A/99<sup>41</sup>, ao mesmo tempo, surgiu o Codex Alimentarius 1, que adotou, na sua 23ª Reunião, as Diretrizes para a produção, elaboração, rotulagem e comercialização de Alimentos Produzidos Organicamente visando a harmonização, em nível internacional, dos requisitos para a produção orgânica e assessorar os governos a estabelecer regulamentos nacionais (ALVES; SANTOS; AZEVEDO, 2012).

Em 1999 surgiu a Associação Agroecológica de Ouro Fino (AAOF), a primeira organização a se juntar em torno do conceito de Agroecologia na região. A organização pretendia fortalecer a produção orgânica e viabilizar a comercialização conjunta da produção, tendo sede em Ouro Fino e depois se expandindo para mais municípios da região. Surgiu também a Associação de Produtores de Agricultura Natural de Maria da Fé (APAN-FÉ), um grupo de agricultores que iniciou a conversão do manejo da produção, seguindo, inicialmente, os princípios da agricultura natural, por meio da Fundação Mokiti Okada. A história do grupo que deu origem à Associação Serras Verdes, também é desta época, quando dois agricultores ouviram falar de agricultura orgânica e procuraram por instruções de manejo. Viram então, que eram capazes de produzir morangos e legumes variados, sem uso de veneno e agrotóxico,

---

<sup>41</sup> - (substitutivo do PL 1.957/96), que passou pela Comissão de Política Rural, em novembro 2000 e depois na Comissão de Constituição e Justiça (MEDAETS; FONSECA, 2005).

ideia que levaram para seus vizinhos do bairro Campos dos Raposos em Córrego do Bom Jesus. Devido a muitos problemas de saúde pelo uso de agrotóxicos, alguns agricultores despertaram o interesse de trabalhar com agricultura orgânica no ano 2000, pela iniciativa do Sítio A Boa Terra que obteve certificação. Surgia também um grupo de pequenos agricultores de Sapucaí Mirim que começava a se organizar.

A Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica (ABD) tem atuado no sul de Minas Gerais desde o ano 2000, por meio de projetos de parcerias com associações de agricultores de base ecológica, entre elas destacam-se a Associação de Produtores Orgânicos e Biodinâmicos Serras Verdes (Serras Verdes) do município de Córrego do Bom Jesus, Associação de Agricultores Orgânicos e Biodinâmicos Serras de Santana (Serras de Santana) do município de Sapucaí Mirim e Associação de Produtores Naturais de Maria da Fé (Apanfé) no município de Maria da Fé (MOREIRA, 2017, p. 17).

São desta época as primeiras certificações dos membros da OSM. Alguns através das organizações da qual faziam parte e outros, ainda individualmente, como o caso de Paulo Bustamante Carneiro (RAMA) e Paulo Rogério Dias Siqueira (APOMM), certificados pelo Instituto Biodinâmico (IBD), ambos de Pedralva e que foram minhas primeiras referências práticas na certificação orgânica e no entendimento da Agroecologia. Neste mesmo ano, surge a primeira regulamentação nacional oficial sobre a produção orgânica a Instrução Normativa SDA/MA 007/1999, que trata da produção, processamento, acondicionamento e transporte de produtos orgânicos (BRASIL, 1999). Esta lei dava ao CNPOrg e os CEPOrgs a função de assessorar e acompanhar a implementação de normas e padrões nacionais para a produção orgânica de alimentos ou matéria-prima de origem vegetal e/ou animal (MEDAETS; FONSECA, 2005).

Com a chegada do novo milênio, o mundo parecia destinado a mudar quando ocorreu a Marcha das Margaridas, o maior movimento de luta das mulheres no Brasil, com destaque para a mulher camponesa. Também chegou a Portaria SDA/Mapa 42/2000, que designava os membros para comporem o colegiado nacional e em 2001 a Portaria SDA/Mapa 19/2001, traçou as diretrizes para regimentos internos dos órgãos colegiados federal/estadual e a Portaria SDA/Mapa 17/2001, estabeleceu critérios para acreditação das entidades certificadoras em uma consulta pública aberta por 30 dias com a participação da sociedade civil (MEDAETS; FONSECA, 2005). Este é o ano da primeira exportação de café certificado da COOPFAM.

Em 2001-2002 o centro de assessoria Sapucaí decidiu criar a Certificadora Sapucaí e participou nacionalmente das discussões sobre a regulamentação da certificação orgânica no Brasil junto a outras organizações como a Associação de Agricultura Orgânica (AAO), a

Associação de Agricultura Biológica do Rio de Janeiro (ABIO), Chão Vivo e Instituto Biodinâmico (MEDAETS; FONSECA, 2005). Neste ano surgia o Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), até hoje o principal espaço de articulação dos movimentos pela Agroecologia. Bensadon (2016) cita a participação de 21 organizações para a construção da primeira edição do ENA, que aconteceu no Rio de Janeiro. Este encontro resultou na criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). A Associação Biodinâmica (ABD), iniciou um trabalho com os agricultores de Sapucaí Mirim, com os agricultores do projeto de certificação do Sítio A Boa Terra, saíram para participar da fundação da associação “Orgânicos da Mantiqueira”, no projeto de certificação MG 113 do IBD. Do ponto de vista institucional, apareceu a Instrução Normativa SDA/Mapa 006/2002, que estabeleceu critérios para acreditação das entidades certificadoras de produtos orgânicos, que não passou pelo mesmo processo de interações e adequações às diferentes realidades e condições pela qual havia passado a IN 007/1999, incentivando a criação Grupo de Agricultura Orgânica (GAO) um grupo eletrônico de discussão com o objetivo debater a regulamentação na agricultura orgânica com participação social (BRASIL, 1999; MEDAETS; FONSECA, 2005). Observamos que a conjuntura dentro do Estado brasileiro, naquele momento de eleição de uma liderança progressista, era propícia para o atendimento das demandas dos grupos ligados à produção orgânico, como também às organizações do campesinato, agricultura familiar, indígenas e quilombolas.

Graças ao desejo de comercializar sem intermediários, em 2003, a Associação dos Pequenos Produtores de Poço Fundo mudou seu nome para Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região Ltda (COOPFAM). Em Brasópolis, por meio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), em parceria com a Prefeitura Municipal, EMATER-MG e as organizações de produtores rurais, realizou-se um diagnóstico rural participativo evidenciando as dificuldades dos agricultores em acessar e executar as políticas públicas. A APAN-FÉ realizou o evento “Domingo Orgânico”, que se repetiria nos anos seguintes com a ideia de promover em palestras e na vivência prática, a agricultura orgânica e biodinâmica (MOREIRA, 2017). No Senado federal, entrou em discussão o projeto de lei complementar (PLC) 14/2002<sup>42</sup> pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Assuntos Sociais. Na Câmara dos Deputados, o PL 659, passando pela comissão de meio ambiente e defesa do consumidor, foi aprovado por acordo de lideranças em Plenário. Surgiu também o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), um programa do Governo Federal que tinha o objetivo de

---

<sup>42</sup> - Tendo como origem o Projeto de Lei PL 659-A/99.

promover o “protagonismo dos atores sociais para a construção e governança do desenvolvimento dos territórios” (BRASIL, 2003). O conceito de território e a promoção do protagonismo são bases fundantes de qualquer política que se diga em benefício do desenvolvimento sustentável. Acontecia neste momento no Brasil, o III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, local decisivo na conformação dos movimentos sociais neste início de século. Durante o fórum, a Via Campesina lançou a campanha internacional: “Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade”, num contexto de penetração cada vez mais forte das grandes corporações no controle dos recursos genéticos estimulado pela crescente utilização de sementes transgênicas. Ocorreu também o primeiro Congresso Brasileiro de Agroecologia. O resultado de toda esta movimentação, ao final do ano, foi a publicação da Lei 10.831, de 23 de dezembro 2003 (BRASIL, 2003). Toda a tramitação foi acompanhada pelo GAO, o que garantiu a participação da sociedade em sua elaboração (MEDAETS; FONSECA, 2005).

O ano de 2004 teve logo de cara a criação da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), sendo a entrada definitiva da academia na luta pela Agroecologia. O recém-criado Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal passou, a partir da resolução PAA 12/2004, a permitir o pagamento de até 30% a mais para produtos agroecológicos e orgânicos. Na sequência, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que estimulava a adoção dos princípios da Agroecologia e sua aplicação no apoio às iniciativas de desenvolvimento rural sustentável. A portaria 158/2004 (BRASIL, 2004) determinou a criação do Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (PRO-orgânico), sob controle do CNPOR e dos CPOrg-UF (COMISSÃO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA DE MINAS GERAIS – CPORG (2017)). A IN 007/1999, em 2004, teve revogados os itens que tratavam da identificação, do controle da qualidade orgânica, da responsabilidade dos órgãos colegiados e das entidades certificadoras, passando a vigorar como IN 16/2004 (ALVES; SANTOS; AZEVEDO, 2012; BRASIL, 2004). Em Brasópolis, os resultados do diagnóstico realizado no ano de 2003 foram direcionados para criação de uma organização que reunisse as outras já existentes garantindo, assim, condições para uma infraestrutura de apoio, surgindo a Central de Associações de Brasópolis (CEABRA). Este formato de central de organizações foi nossa inspiração na construção da OSM. Cavino (2012) citou o projeto da “ONG Sapucaí, “Georreferenciamento das propriedades do projeto ATER 2004: Assessoria no Planejamento e Controle da Produção e Comercialização Agroecológica Familiar: Foco na Geração de Ocupação, Renda e Segurança Alimentar”, como sendo a base de seu trabalho. Os laços entre as organizações iam se fortalecendo.

Em 2005 surgiu a Associação Permacultural Montanhas da Mantiqueira (APOMM), com sede em São Lourenço-MG, mas integrando agricultores de diversas cidades do entorno. Os agricultores de Córrego do Bom Jesus decidiram sair da Associação Orgânicos da Mantiqueira e fundar a Associação de Produtores de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras Verdes, certificando seu manejo orgânico por auditoria, da certificadora IBD, projeto MG 144, bem como seus parceiros de Sapucaí Mirim que criaram a Associação de Agricultores Orgânicos e Biodinâmicos Serras de Santana. Neste ano surgia em Lapa-PR a Escola Latino Americana de Agroecologia (ELLA), uma das primeiras iniciativas de educação agroecológica. O Governo Federal lançou neste ano o PRONAF-Agroecologia, destinado à transição agroecológica de agricultores familiares.

Em 2006, foi fundada em Pouso Alegre a Associação dos Produtores Orgânicos Familiares de Pouso Alegre e Região, por um grupo de produtores que fazia a Feira Orgânica na cidade, contando com o apoio da COOPFAM e do Centro de Assessoria Sapucaí. A APAN-FÉ, junto com a ABD, promoveu a VII Conferência Brasileira de Agricultura Biodinâmica, em Maria da Fé, com o tema “Produção de Sementes Crioulas”, no mesmo ano a organização participou de um programa do Governo de Minas chamado “Projeto Semeando” e participou da criação da feira com produtos orgânicos e biodinâmicos no Bairro Alto da Boa Vista da cidade de São Paulo, sendo uma das primeiras feiras de alimentos biodinâmicos do Brasil. Enquanto a Associação Serras de Santana foi conhecer a Cooperativa Nacional Terra e Vida (COONATERRA) detentora da marca Sementes Agroecológicas Bionatur, para conhecer a produção de sementes de hortaliças agroecológicas (MOREIRA, 2017). Surgiu a Portaria Interministerial N°177/2006 instituída “com a finalidade de construir, aperfeiçoar e desenvolver políticas públicas para a inclusão e incentivo à abordagem da Agroecologia e de sistemas de produção orgânica nos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino, bem como no contexto das práticas e movimentos sociais, do mundo do trabalho e das manifestações culturais” (BRASIL, 2018). A abordagem agroecológica entrava definitivamente na base das políticas públicas do estado brasileiro. Na corrente, vinha o II ENA, em Recife, que trazia como objetivos:

Fortalecer os processos de construção do campo agroecológico e da ANA como sua expressão organizada. Buscar novos consensos no plano nacional em torno a princípios orientadores de um projeto alternativo para o mundo rural, dando visibilidade e reafirmando a agroecologia enquanto parte de um modelo mais amplo de desenvolvimento e de sociedade, mais justa, democrática, com respeito às diferenças e ao meio ambiente. Favorecer a intensificação das trocas de experiência, intercâmbios e aprendizado mútuo entre os praticantes da agroecologia, dentro das regiões e também entre elas. Demarcar politicamente os campos entre um projeto democrático e

sustentável de desenvolvimento, fundado na produção familiar e na agroecologia, em oposição ao projeto hegemônico do agronegócio, fundado na grande propriedade e no capital agroindustrial e financeiro. Discutir estratégias de construção de políticas públicas a partir do fortalecimento dos movimentos sociais e da experiência acumulada pelo campo agroecológico em programas de desenvolvimento local nos diferentes contextos socioambientais do país (FASE, 2006).

Buscava-se o fortalecimento do movimento Agroecológico em torno da ANA como sua expressão política, querendo demarcar sua posição de movimento de contraposição ao modelo do agronegócio e uma plataforma de construção de um movimento social para reivindicação política, que se apresenta na Carta Política do II ENA.

Em 28 de julho de 2007, a associação Serras Verdes realizou a 1ª Festa da Agricultura Orgânica do Sul de Minas e a Associação Serras Verdes foi representante na Conferência das Cidades, atuando em oficinas sobre sementes e tecnologia para a produção de adubos orgânicos (MOREIRA, 2017). Aconteceu também a primeira exportação de café feita pela própria organização e, a partir de então, a COOPFAM tem atuado ativamente no mercado internacional, razão pela qual os agricultores familiares institucionalizados nos moldes do PRONAF são maioria dentro da organização. Enquanto a APAN-FÉ iniciou as entregas de alimentos orgânicos produzidos pelos seus agricultores ao PAA. O Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil lançou neste ano a Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis. O Governo Federal regulamentou a lei 10.831/2003, por meio do decreto 6.323/2007. Estas são até hoje as duas principais normas reguladoras da produção orgânica no Brasil (BRASIL, 2003, 2007).

A ONG Sapucaí, por meio da Certificadora Sapucaí, era responsável pela certificação dos agricultores feirantes, além do apoio técnico às famílias da Associação dos Produtores Orgânicos Familiares de Pouso Alegre e Região, quando em 2008 alterou a denominação para “Associação dos Produtores Ecológicos do Sul de Minas - ECOMINAS” e com produtores de diversas cidades vizinhas passaram a se certificar pelo IBD no sistema de certificação por auditoria grupal, viabilizando diversas visitas entre os produtores. A Associação Serras Verdes, nasceu de um grupo dissidente da Orgânicos da Mantiqueira e foi uma das pioneiras na participação e organização da feira de produtos orgânicos e biodinâmicos de Santo Amaro em São Paulo no ano de 2008 (MOREIRA, 2017).

A CEABRA, em Brasópolis, passou a participar do PAA em 2009, mobilizando os agricultores para a comercialização por meio do PNAE, a partir de 2010, em diversos municípios da região. Também em 2009, talvez inspirados pela experiência da CEABRA, uma ONG ambientalista de Brasópolis, denominada Grupo Dispersores, criou o projeto “De

Olho nos Olhos”, que buscava unir as entidades ambientalistas da bacia do rio Sapucaí em torno de suas aspirações comuns e alavancar parcerias entre as partes, nos moldes da central de associações como a CEABRA e que viria a ser a OSM. Surgia também, em Lambari, a Associação Sítio Esperança, a primeira experiência de escola Agroecológica do sul de Minas. A Associação Serras de Santana, passou a ocupar o conselho da APA Fernão Dias, mostrando o interesse dos agricultores na questão ambiental. Este é o ano de algumas importantes normas de regulamentação que afetam a agricultura orgânica: Decreto Nº 6.913 de 23 de julho de 2009 (BRASIL, 2009a), que regulamenta a lei de Agrotóxicos; Decreto nº 7.048 (BRASIL, 2009b), 23 de dezembro de 2009, que faz alteração no decreto 6.323/2007; a Instrução Normativa Conjunta MAPA-MMA Nº 17 de 28 de Maio de 2009, regulamentando o extrativismo sustentável orgânico; Instrução Normativa Nº 18 de 28 de Maio de 2009, que regulamenta o processamento de produtos orgânicos; a Instrução Normativa Nº 50 de 05 de Novembro de 2009, que institui o Selo Federal do SisOrg; e a Instrução Normativa Nº 19 de 28 de Maio de 2009, que regulamenta todos os mecanismos de controle e formas de organização. Este último, pra nós, é muito importante, pois trata dos Sistemas Participativos de Garantia (SPG) da qualidade orgânica e das Organizações de Controle Social (OCS), grandes inovações da legislação brasileira de produção orgânica que hoje começa a ser reconhecida ao redor do mundo (BRASIL, 2009c, 2018). Em Antônio Prado, no Rio Grande do Sul, aconteceu o Foro Latino Americano de Sistemas Participativos de Garantia, um espaço de intercâmbio político sobre o tema na América Latina, esse evento resultou numa carta que apresentava as características básicas dos SPG, além de uma apresentação política sobre as potencialidades dos SPG e a reivindicação de que estes sistemas fossem amparados pelas leis nos diferentes países da região (CARTA FORO LATINOAMERICANO DE SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTÍA, 2009). Os agricultores da Associação Serras Verdes, Associação Serras de Santana, APAN-FÉ E AAOF, se associaram à Associação Biodinâmica-ABD em Botucatu-SP, para se certificar pelo sistema participativo, no OPAC ABD Botucatu. São os primeiros da região a terem contato com o SPG e destacam “o processo de participação dos agricultores em todas as etapas da certificação, assim como as práticas proporcionadas pelo SPG que aproximam uns agricultores de outros” (MOREIRA, 2017). Na academia começam a se fortalecer os grupos de Agroecologia, que promovem o I Encontro Nacional de Grupos de Agroecologia (ENGA) e criam a Rede dos Grupos de Agroecologia (REGA).

Em 2010, a ECOMINAS promoveu diversas reuniões para discutir a viabilidade de uma certificação participativa na região, por entender a complexidade e necessidade de apoio

das instituições de Extensão e Ensino, a ECOMINAS solicitou apoio à EMATER-MG e posteriormente do IFSULDEMINAS neste processo, o que resultou em uma forte parceria. A Associação Sítio Esperança passou a oferecer educação formal a crianças de 2 a 6 anos, tendo como transversalidade o tema da Agroecologia. Neste ano, Vladimir Moreira, grande parceiro da ABD, começou a desenvolver projetos de produção de sementes de hortaliças de polinização aberta junto às associações parceiras da ABD, com a intenção de fomentar a produção de sementes desse seguimento, uma delas, a Associação Serras de Santana, começou também a integrar o Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) do rio Piracicaba (MOREIRA, 2017).

No ano de 2011, com base na demanda apresentada pela ECOMINAS, a EMATER-MG promoveu uma discussão sobre a certificação participativa durante o evento Frutifica Minas (HIRATA, 2016). Neste encontro foram lançadas as bases para criação de um SPG no sul de Minas. Surgiu, nacionalmente, a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida e foi realizado o Encontro Nacional de Diálogos e Convergências sobre os saberes da Agroecologia, saúde e justiça ambiental, soberania alimentar e economia solidária e que reuniu trabalhadores do campo e da cidade, movimentos sociais, pesquisadores, estudantes e outras organizações ligadas ao tema, sempre com a condução política da ANA, que agora se articulava para participar ativamente das discussões em torno da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Novas regulamentações da produção orgânica também surgiram neste ano: Instrução Normativa Conjunta SDA-SDC Nº 02/2011 e a Instrução Normativa Conjunta SDA-SDC-ANVISA-IBAMA Nº 01/2011, que estabeleceram as especificações de referência de produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica; a Instrução Normativa Interministerial Nº 28/2011, que regulamenta a Produção de Organismos Aquáticos; a Instrução Normativa Nº 21/2011, que revoga a IN 16/2004; a Instrução Normativa Nº 23 de 01 de Junho de 2011, um regulamento técnico para Produtos Têxteis Orgânicos Derivados do Algodão; a Instrução Normativa Nº 24/2011 que regulamento o processamento de produtos orgânicos; a Instrução Normativa Nº 37/2011 que regulamenta o cultivo de cogumelos comestíveis; a Instrução Normativa Nº 38/2011 que regulamenta o cultivo de sementes e mudas orgânicas; a Instrução Normativa Nº 46/2011, que regulamenta a produção orgânica vegetal e animal com suas especificidades (BRASIL, 2018).

A Associação Serras Verdes sediou a II Festa das Sementes Orgânicas e Biodinâmicas do sul de Minas no ano de 2012, em parceria com a ABD. A atividade foi mola propulsora para as demais festas, pois a primeira festa das sementes foi realizada apenas com quatro associações de agricultores orgânicos e biodinâmicos do sul de Minas, sem a presença de

outras associações e de outros públicos de uma forma geral, como o urbano, o que vem a ser implementado a partir de 2012 (MOREIRA, 2017). Neste ano, Letícia e eu decidimos partir definitivamente para a Transição Agroecológica, arrendando uma terra e nos associando à APOMM. No mesmo ano, o Estado brasileiro lançou a Política Nacional de Agroecologia, lançando a Portaria N° 331/2012 sobre a composição da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e o Decreto N° 7.794/2012 (BRASIL, 2012, 2018), que Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

### **5.5 Os nós da rede**

A rede que construímos é forte pra aguentar muita gente. De fibra boa, embira. De nó bem dado, artesanato, dos Puris, dos Tapuias, Cataguazes, africanos de muitas nacionalidades, mamelucos, mulatos, europeus e tantos outros que chegaram depois. Somos muitos, muitos nós. Mas têm aqueles nós que seguram tudo pra não desmanchar. Estes nós são as organizações que hoje constroem, unidas, a Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas. Para muitos, a Orgânicos Sul de Minas, ou OSM. Somos uma rede. O campesinato caipira organizado buscando o protagonismo no processo de Transição Agroecológica na região sul de Minas Gerais. Apresentamos anteriormente uma reflexão para compreender nossas primeiras relações, ainda antes da construção da OSM e agora seguimos buscando a compreensão das relações entre nós, agricultoras e agricultores membros do SPG sul de Minas, em nossas organizações, entre as organizações dentro da OSM e, finalmente, da OSM com a sociedade.

Os primeiros nós foram apresentados brevemente nesta construção de relações, agora resumiremos a partir das informações produzidas pelas próprias organizações e sistematizadas por Hirata, Rocha e Nery (2018), além de alguns relatos feitos pelas agricultoras e agricultores, razão pela qual as informações apresentadas não são uniformes. As organizações serão apresentadas no texto em ordem cronológica a partir da entrada para a OSM.

#### **AAOF – Ouro fino**

A Associação Agroecológica de Ouro Fino (AAOF), com sede em Ouro Fino, MG e abrange cerca de 8 municípios da região. São, em grande maioria, agricultores familiares que cultivam hortaliças e frutas, tendo café como cultura principal, além de mel. Comercializa prioritariamente de forma coletiva nas feiras em Campinas e São Paulo, pelos benefícios aos agricultores associados, como garantia de melhor preço, conquista de novos mercados,

aquisição de veículos e infraestrutura para comercialização e processamento, garantindo maior integração e fortalecimento do associativismo.

existe dentro da associação uma busca constante por fortalecimento e resgate de pessoas, mais importante do que cumprir regra de certificação. Tem que valorizar o trabalho do agricultor como um todo, (...) os filhos devem se orgulhar do trabalho dos pais e pela produção de alimentos saudáveis, melhorando a sociedade. (Marcílio da AAOF, em intervenção durante o Encontro de Coordenadores).

### **APAN-FÉ – Maria da Fé**

A APAN-FÉ (Associação de Produtores de Agricultura Natural de Maria da Fé), com sede na cidade de Maria da Fé é uma organização de agricultores que iniciou a conversão do manejo através dos princípios da agricultura natural, da Fundação Mokiti Okada. Posteriormente, passaram a acrescentar os ensinamentos da agricultura biodinâmica com orientação do Instituto Biodinâmico e da Associação Biodinâmica. Cultivam hortaliças, frutas, possuem uma agroindústria coletiva para processamento da produção e realizam um trabalho de conscientização, multiplicação e produção de sementes orgânicas. Possui a missão de “Produzir alimentos saudáveis através da agricultura biodinâmica e orgânica, garantindo a sustentabilidade dos produtores”. Wilson afirmou que a APAN-FÉ decidiu pela certificação participativa para se aproximar de “agricultores que pensam igual a gente da APAN-FÉ” e para melhorar a relação com os consumidores.

### **APOMM – São Lourenço**

A Associação Permacultural Montanhas da Mantiqueira (APOMM) tem sua sede em São Lourenço-MG, mas atua em 10 municípios da Serra da Mantiqueira. Agricultores Familiares e neorurais que cultivam hortaliças, cereais, café, mel e frutas orgânicas, são associados com processadores e consumidores, com o objetivo de fomentar a produção e consumo de alimentos saudáveis e preservação do meio ambiente. Desenvolve e apoia ações voltadas para educação ambiental, educação alimentar, cultura, produção e comercialização de alimentos saudáveis. Realiza, aos sábados, na cidade de São Lourenço-MG, a feira de produtos orgânicos da APOMM que, além de ofertar grande variedade de alimentos saudáveis, conta também com diversas atrações culturais, o que tem sido considerado um espaço privilegiado para comercialização dos produtos e integração entre os membros e destes com a sociedade, sendo o ponto de encontro semanal dos associados.

(...) a associação é uma das pioneiras na agricultura alternativa na região, (...) no começo tudo era mais difícil, e que a motivação veio por vontade e amor. Naquela época somente isso é que podia favorecer e fortalecer o grupo. Em todos estes anos

(...) já teve várias pessoas que passaram e outras que chegaram, e hoje em dia há uma diversidade grande de perfil de associados, desde a filosofia à condição financeira. Mas a busca principal é por alimentos saudáveis e pela vida. (Ceres, APOMM, em intervenção durante o Encontro de Coordenadores).

### **CEABRA – Brasópolis**

A Central de Associações de Brasópolis (CEABRA) nasceu da mobilização da população rural, por um planejamento Rural Sustentável, dentro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) em parceria com a prefeitura e escritório local da EMATER-MG e as organizações de produtores rurais. Foi criada em 2004, após os resultados de um diagnóstico participativo feito em 2003, que determinou a criação de uma organização que reunisse as outras já existentes, surgindo a CEABRA em 01/07/2005. Com cerca de 100 associados, sendo a maioria agricultores familiares, é uma das principais articuladoras de Políticas Públicas do município, como o PAA e o PNAE, além de gerenciar a compra conjunta de insumos agrícolas como adubos, calcário, alevinos, mudas e sementes, priorizando a produção agroecológica e a agroindústria. Philippe afirma:

dentro do núcleo alguns agricultores decidiram pela certificação orgânica que foi auxiliada pela EMATER - MG para buscar a certificação através da OSM. Pra maioria o objetivo é conseguir melhores preços, mas outros já começam a se preocupar com o aspecto ambiental. (...) Dentro da CEABRA existem produtores orgânicos e não orgânicos, e assim, o grupo que está se certificando pode servir de incentivo à transição dos outros. (Philippe, CEABRA, em intervenção durante o Encontro de Coordenadores).

### **COOPFAM – Poço Fundo**

A pioneira COOPFAM, por já ter sido parte de muitos estudos de pesquisadores da região, teve uma apresentação detalhada anteriormente. A Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo atua em 23 municípios do sul de Minas, sendo cerca de 400 famílias beneficiadas por meio do cooperativismo e outras 500 beneficiadas direta e indiretamente através de seus projetos. Uma característica da COOPFAM é o forte envolvimento da família, não somente nas atividades produtivas, mas também nos espaços sociais, políticos e de formação promovidos pela cooperativa.

Rosângela da COOPFAM afirma estar no grupo por “ser agricultora e participar de coisas coletivas”, que começou o processo de “através da certificação por auditoria”, mas quando conheceu o processo participativo reconheceu que “o objetivo está para além da certificação, é para construir um mundo melhor, mais saudável” e para “compartilhar de experiências de vida”.

### **ECOMINAS – Pouso Alegre**

Também com as atividades bastante ligadas com o princípio do movimento agroecológico na região, a Associação dos Produtores Ecológicos do Sul de Minas – ECOMINAS, nasceu como “Associação dos Produtores Orgânicos Familiares de Pouso Alegre e Região, contou com o apoio da COOPFAM e do Centro de Assessoria Sapucaí, que também foi por muito tempo responsável pela certificação por meio da Certificadora Sapucaí. Os agricultores que fazem parte da ECOMINAS cultivam diversidade, com destaque para o café, morango, feijão, batata, cenoura, banana e diversas hortaliças. A comercialização é realizada por meio de feiras, entregas domiciliares e o excedente para compradores especializados.

Juliano, afirmou em uma intervenção que “a associação já passou por vários momentos, mas só os que acreditaram se mantém até hoje”. Afirmou ainda que “a ECOMINAS auxiliou no processo de construção da OSM, apesar de solicitar a avaliação da conformidade pelo “OPAC Sul de Minas posteriormente” e, hoje, a organização é composta principalmente por “agricultores familiares e feirantes” .

### **SERRAS VERDES – Córrego do Bom Jesus**

A Associação de Produtores de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras Verdes, sediada no município de Córrego do Bom Jesus – MG, é uma organização de agricultores familiares que cultivam hortaliças, frutas e grãos, com destaque para vagem, milho, feijão, ervilhas, morango, cenoura, tomate, inhame, além do importante trabalho de cultivo, preservação e multiplicação de sementes em parceria com a Associação Biodinâmica -ABD, sendo precursores da Festa das Sementes Orgânicas e Biodinâmicas do sul de Minas.

### **SERRAS DE SANTANA – Sapucaí Mirim**

A Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana (Serras de Santana), sediada no município Sapucaí Mirim-MG, possui história semelhante com a da Associação Serras Verdes. Tem por objetivos: a promoção do desenvolvimento da agricultura orgânica e biodinâmica na região da Serra da Mantiqueira; a divulgação do desenvolvimento da agricultura orgânica e biodinâmica em pequenas propriedades; a divulgação de informações sobre ecologia, sustentabilidade, questões socioeconômicas e conservação do meio ambiente; participação em eventos e cursos, promoção da comercialização de produtos orgânicos e possibilitar a certificação orgânica.

### 5.5.1 Uma gente se entendendo como uma só

Em uma parceria com o IFSULDEMINAS foi criado o “Projeto de Apoio ao Fortalecimento da Agroecologia, no Sul de Minas”.

Com o objetivo fomentar a constituição de uma rede agroecológica, na região, para viabilizar a certificação participativa. Iniciou-se com a identificação dos grupos formais e informais que trabalhavam com agricultura orgânica e Agroecologia. Na ocasião, foram identificados 13 grupos com essa característica, dos quais, 09 fazem parte da OSM até hoje (HIRATA, 2016, p. 78).

A primeira reunião aconteceu em março de 2012, com representantes das associações, extensionistas da EMATER-MG, servidores do IFSULDEMINAS e apoio do MAPA e ANC (Associação de Agricultura Natural de Campinas) na condução da atividade.

Esse encontro exigiu um grande esforço dos organizadores para mobilização dos grupos, pois, ainda, não existia qualquer tipo de vínculo ou aproximação desses grupos com os organizadores (IFSULDEMINAS) e a temática “Sistema Participativo de Garantia”, não era do conhecimento da maioria. Apesar dessa dificuldade e, até mesmo, insegurança sobre a proposta, esse momento foi imprescindível e marcou o início da construção da rede agroecológica no Sul de Minas (HIRATA, 2016, p. 79).

Interessante relatar que, neste momento, já havia interação entre os agricultores das diferentes organizações, seja pela proximidade geográfica, o encontro em reuniões, a participação em eventos de agricultura orgânica, a comercialização conjunta, a participação em feiras, a participação nos mesmos mecanismos de certificação. Esta união seria considerada o capital social responsável pelo fortalecimento da rede e que seria constatado por Hirata (2016).

As organizações continuavam com suas atividades próprias. A APAN-FÉ iniciou um projeto de Consumidores Sustentando a Agricultura (CSA), uma ideia que busca encurtar as distâncias entre o produtor e consumidor final. A Associação Serras Verdes realizou a II Festa das Sementes Orgânicas e Biodinâmicas do sul de Minas, em parceria com a ABD, atividade que foi “mola propulsora” para as demais festas, pois a primeira festa das sementes foi realizada apenas com quatro associações de agricultores orgânicos e biodinâmicos do sul de Minas, sem a presença de outras associações e de outros públicos de uma forma geral como o urbano (MOREIRA, 2017). Podemos dizer que foi um evento muito importante para o fortalecimento dos laços entre as organizações.

O Estado brasileiro lançou o decreto 7.794/2012, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), a mais importante política pública de promoção do desenvolvimento rural sustentável, que propiciou o crescimento das redes de Agroecologia em todo Brasil, inclusive a OSM.

Hirata (2016) sintetiza em seu trabalho que a constituição de um SPG no Sul de Minas, foi entendida como “a melhor forma de viabilizar a certificação participativa, promover a integração entre as associações de produtores orgânicos e destas com as instituições de ensino, pesquisa e extensão, que pudessem contribuir com essa ação”, sendo definida por unanimidade dos presentes ao final do encontro a “criação do SPG Sul de Minas, onde, uma comissão formada por representantes de cada grupo participante, além de servidores do IFSULDEMINAS e EMATER- MG, dariam prosseguimento nas ações”. A autora afirma a importância do grande número de parcerias no início do trabalho, pois nem todas seguiram da maneira desejada ou esperada: dos 16 extensionistas da EMATER-MG que participaram, apenas 4 seguiram; dos 7 servidores do IFSULDEMINAS, apenas 3 seguiram; e das cinco entidades de agricultores decidiram participar do SPG Sul de Minas, apenas 1 participou da assembleia de constituição.

Isso denota, também, que as organizações de agricultores já buscavam ser participativas e viam o SPG, com grande expectativa. A maioria dos agricultores da região eram certificados por auditoria e tiveram grandes problemas com este tipo de certificação, em especial pela falta de autonomia dada aos agricultores e o preço cobrado pela certificação. A experiência das organizações que já certificavam de forma participativa também foi decisiva. Nisso nós começávamos a nos entender como uma gente só.

### **5.5.2 Proseando sobre os laços**

A princípio, o laço que nos unia era a possibilidade de viabilizar a Certificação Participativa. Mas como constatou Hirata (2016), a formação de uma rede agroecológica viabilizaria a valorização dos saberes locais, a construção coletiva do conhecimento agroecológico e a conquista de mercados mais justos para os alimentos orgânicos.

O primeiro laço de união necessitaria do credenciamento de um OPAC (Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade) junto ao Ministério da Agricultura e, para isso, o grupo precisava ter personalidade jurídica, ter um CNPJ. Como forma de reconhecer o trabalho da Ong de Assessoria Sapucaí, foi apresentada a proposta de que esta abrigasse em seu CNPJ o OPAC Sul de Minas, porém com a manifestação contrária desta, decidimos por

criar uma nova organização que reunisse todas as associações/cooperativas envolvidas, de forma a fortalecer e valorizar o que já existia de relação, o seu capital social (Hirata, 2016). Adotamos o modelo de Central, com a inspiração da CEABRA. Sobre a escolha do nome Hirata, Rocha e Nery (2018) relata que:

(...) rendeu várias discussões, pois havia, no grupo, adeptos dos diversos modelos de sistema de produção, como permacultural, ecológico, agroecológico, biodinâmico e orgânico. A exemplo da legislação brasileira que, para efeito de certificação, entende todos esses sistemas como orgânico, o grupo entendeu que utilizar o termo “Orgânicos” seria uma forma de contemplar os diversos estilos de produção sustentável e o “Sul de Minas”<sup>43</sup> seria uma forma de valorizar e delimitar um território de atuação do SPG, além de aproveitar a boa lembrança que o Sul de Minas remete, como uma região montanhosa de terras férteis e água boa (HIRATA; ROCHA; NERY, 2018, p. 13).

A importância da colaboração do IFSULDEMINAS e EMATER-MG na discussão do estatuto e regimento interno, pelas dificuldades como a distância e a falta de interação entre os agricultores, foi destacado por Hirata (2016) e Hirata, Rocha e Nery (2018) e também é sempre lembrada e agradecida pelos agricultores de todas as organizações.

No dia 12 de novembro de 2012, no Campus Inconfidentes do IFSULDEMINAS, APOMM, ABAL, Serras Verdes, COOPFAM, AAOF e APREX<sup>44</sup> (Associação de Produtores Rurais de Extrema) realizaram a Assembleia de Constituição da Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas (Orgânicos Sul de Minas). Entrelaçávamos-nos de vez.

### **ABAL - Brasópolis**

Associação de Banicultores da Luminosa (ABAL). Luminosa é um bairro da cidade de Brasópolis, MG. O estatuto da associação só permite a participação de moradores do bairro Luminosa e é constituída por agricultores familiares especializados na produção de bananas comercializadas com empresas especializadas, com alguma produção de hortaliças, comercializando em feira e no PNAE. Foi criada no mesmo ano da constituição da OSM, tendo participado da fundação, por isso só foi apresentada agora, formando mais um nó de nossa rede.

Pompílio nos contou que a ABAL começou com a ideia de “fundar uma associação para suprir a falta de emprego, incentivando os agricultores a continuarem a produção”, sendo a conversão para a agricultura orgânica uma tentativa de se amenizar os problemas com o

<sup>43</sup> - Codonho (2013): Os neorurais forasteiros por sua vez, sabem que de nada adianta suas habilidades sem o lastro dos produtores rurais locais, que garantem os ares de rusticidade, de tradição e de credibilidade ligada à origem da produção: o sul de Minas Gerais. A autora ainda cita que o “sul de minas” no nome foi unanimidade entre os neo-rurais forasteiros. Sobre os neorurais do sul de Minas ver AUN (2013).

<sup>44</sup> - A APREX só participou nesta assembleia e após 2 anos sem participação, acabou sendo desligada.

“mal do Panamá nos bananais”, afirmando que hoje a “lavoura já está recuperada”. Ressaltou ainda que o “índice de câncer da região (de Brasópolis) é relativamente alto e a agricultura orgânica é uma alternativa”. Afirma, por fim, com orgulho, que hoje a ABAL “é referência na região do Sul de Minas na produção de bananas”.

### 5.5.3 E daí vamos certificar?

A Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas (OSM) seria nossa rede, e nós, enquanto organizações que se juntam, seríamos os pontos de união, os nós de nossa trama. Estávamos concentrados na constituição legal de um OPAC (o organismo legal responsável pela certificação) para formar nosso SPG (o sistema que une agricultores, técnicos e consumidores de forma participativa para dar garantia da qualidade orgânica), porém já percebíamos que esta união poderia trazer benefícios maiores para a transição agroecológica no sul de Minas do que apenas um selo

Certificado, será que a gente precisa mesmo? Será que o mais importante não é o que vem além do certificado? Certificado sem um trabalho consistente é um papel com seu nome escrito, nada mais que isso. (Marcílio da AAOF em entrevista).

Marcílio José Barbosa, da AAOF era uma das principais referências para nós desde o princípio, por sua experiência, junto com a AAOF, em sua certificação participativa. Na época, Letícia e eu fazíamos parte da APOMM, Marcílio foi grande colaborador durante o aprendizado que tivemos, em especial nas visitas. Sim, estávamos decididos em certificar de forma participativa, mas muita coisa boa poderia vir dessa união.

(...) (as) associações participantes, (...) viram, nessa organização, a possibilidade de alcançar outros benefícios além do selo, que não se configurava naquele momento um entrave para a maioria dos grupos que contribuíram na constituição da Orgânicos Sul de Minas. Conforme declarado, na ocasião, por essas organizações que já tinham algum tipo de certificação, a integração das associações e cooperativas de agricultores orgânicos e a parceria com as entidades públicas só tinha a trazer benefícios para a região. A existência de vários grupos de agricultores orgânicos já consolidados, o forte envolvimento e comprometimento dos parceiros e a disposição dos grupos em participar da proposta de criação de uma rede agroecológica na região, foram fatores que contribuíram muito para que a Orgânicos Sul de Minas fosse constituída e tivesse condição de abrigar o primeiro OPAC de Minas Gerais (HIRATA, 2016, p. 83).

Este é o capital social anterior à constituição da OSM que foi destacado por Hirata (2016). Nós, agricultoras e agricultores, com nossa organização em associações e cooperativas, estávamos dispostos a nos reunir em uma rede maior, de mais capilaridade e

com perspectivas para se tornar uma ferramenta importante para a transição agroecológica. Aliado às parcerias com o IFSULDEMINAS e a EMATER-MG, estávamos prontos para constituir o primeiro OPAC do estado de Minas Gerais.

A Central de Associações dos Agricultores Orgânicos do Sul de Minas nasceu com os objetivos de consolidar uma rede agroecológica que pudesse viabilizar um Sistema Participativo de Garantia no Sul de Minas e credenciar um OPAC para a certificação das unidades produtivas dos seus membros (HIRATA; ROCHA; NERY, 2018, p. 18).

O trabalho pesado começou com essa decisão. Criada a OSM, decidiu-se que a APOMM seria a pioneira na construção do Sistema Participativo de Garantia do Sul de Minas (SPG-Sul de Minas). Da criação da OSM, resultou uma comissão formada por agricultores, servidores do IFSULDEMINAS<sup>45</sup> e extensionistas da EMATER-MG encarregada de estudar profundamente a legislação e realizar os procedimentos para o credenciamento de um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), normatizado pela Instrução normativa do MAPA 19/2009 (BRASIL, 2009c).

Ao longo do ano de 2013, membros da Orgânicos Sul de Minas e futuros representantes do OPAC, ainda em fase de credenciamento, se alternaram entre as capacitações do Ministério da Agricultura, reuniões para elaboração de documentos e formulários, momentos de compreensão do funcionamento de um SPG e realização das atividades de campo: visitas de pares e visitas de verificação. Foram momentos ricos em aprendizagem e interação, mas também de grande insegurança, pois todos estavam aprendendo juntos. Com o apoio do MAPA, IFSULDEMINAS e EMATER-MG na orientação, articulação e ajustes dos documentos, além da boa vontade e participação dos agricultores, o processo de credenciamento aconteceu de maneira rápida, e, quando foi efetivamente protocolado, já não necessitava de muitos ajustes, possibilitando o imediato agendamento da visita de credenciamento pelo MAPA (HIRATA; ROCHA; NERY, 2018, p. 15).

Como diria o Marcílio em sua entrevista: “Eu sei das minhas limitações intelectuais e sei que tem uma grande demanda de formular documentos, gerar documentos e até mesmo as questões mais técnicas”. Nós sabíamos das dificuldades, mas enfrentamos, pois tínhamos segurança com o apoio dado pelas instituições parceiras.

Envolvidos neste processo, não pudemos participar do I Curso de Realidade Brasileira (CRB) do sul de Minas (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2013), apesar de entendermos a oportunidade para nossa formação política. Em 2013 também o MST, em

---

<sup>45</sup> - Rocha (2013), fala deste incentivo a projetos de extensão e pesquisa em Agroecologia no IFSULDEMINAS a partir de demandas de produtores do sul de Minas Gerais, graças a este primeiro projeto de extensão pudemos ter apoio institucional para constituição do SPG. Deste projeto de extensão “os envolvidos (IFSULDEMINAS por meio da Proex e Câmpus Inconfidentes, Emater-MG, MAPA e Orgânicos Sul de Minas) iniciaram a discussão das melhores formas de se concretizar um trabalho que representasse e envolvesse toda a coletividade orgânica e agroecológica do sul de Minas. Surgiu então o I Circuito Sul Mineiro de Agroecologia (I-CSMA)” (LABIGALINI, 2014).

parceria com o IFSULDEMINAS - Campus Machado, lançaram a primeira turma do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio em Regime de Alternância, atendendo assentados e acampados do MST do sul de Minas (IFSULDEMINAS, 2013a). Trataremos mais adiante da pedagogia da alternância como uma oportunidade de aprendizado acadêmico para agricultores em todos os níveis de ensino.

Em novembro de 2013, o Estado brasileiro também iniciou uma política pública de apoio à luta pela causa da Agroecologia com o início da implantação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) que passaria a colaborar com esta integração entre o setor público e a sociedade na promoção da Agroecologia. Neste mesmo mês, o Movimento dos Pequenos Agricultores entregou à presidência da República o Plano Camponês, um projeto popular para produção de alimentos saudáveis com vistas à soberania alimentar e a preservação do meio ambiente, graças à conjuntura favorável até aquele momento.

Aqui no sul de Minas, o IFSULDEMINAS aprovou um projeto de extensão para o fortalecimento da Agroecologia na região que pode nos dar a certeza de um apoio institucional na construção do SPG (ROCHA; HIRATA; PEDINI, 2013). Marcílio disse na entrevista que o “SPG é rico, resumo com isso, um veio rico que temos que explorar”. O SPG é formado pelo OPAC e seus colaboradores. Os parceiros, que estavam sendo cativados pelo processo, seriam os colaboradores que SPG necessitava. São parte desta riqueza presente no sistema. Rica também era a diversidade de saberes dos agricultores sul mineiros. Sentindo a necessidade de iniciar o intercâmbio de conhecimentos entre os agricultores, foi pensado o Circuito Sul Mineiro de Agroecologia (CSMA).

Passados meses de árduo trabalho<sup>46</sup>, encaminhamos a documentação para o credenciamento do OPAC. Restava-nos aguardar. Tudo parecia ter passado muito rápido desde a decisão de constituir a OSM até o encaminhamento da documentação para credenciamento do OPAC Sul de Minas. Nem bem tínhamos iniciado uma central de associações, já passamos à construção gradativa do nosso SPG e já pedíamos para o MAPA credenciar nosso OPAC. Rápido? Talvez no tempo certo, graças ao capital social que tínhamos e que foi registrado por Hirata (2016). Entre os dias 09 e 13 de dezembro de 2013, recebemos os auditores do MAPA, Lygia Bortolini e Marcelo Laurino, para a visita de

---

<sup>46</sup> - segue o relato de Hirata (2016a): Ao longo do ano de 2013, membros da Orgânicos Sul de Minas e futuros representantes do OPAC (ainda em fase de credenciamento) se alternaram entre as capacitações do Ministério da Agricultura, reuniões para elaboração de documentos e formulários, momentos de compreensão do funcionamento de um SPG e realização das atividades de campo (visitas de pares e visitas de verificação).

auditoria de nosso OPAC. Os dois auditores, foram grandes colaboradores no processo de construção do SPG “com análises criteriosas e orientações detalhadas e precisas sobre os ajustes necessários” (HIRATA, 2016), destacamos também o cuidado e a paciência que tiveram conosco, ainda inexperientes. Hirata, Rocha e Nery (2018) relata que os Auditores, visitaram as instalações da Orgânicos Sul de Minas, analisaram a documentação registrada e realizaram visitas de Auditorias Testemunhas em propriedades de agricultores em processo de certificação, mas não relata a aflição que sentíamos. Mesmo aqueles que já tinham passado por certificação ficaram tensos, pois agora não estávamos mais certificando nossas propriedades, estávamos certificando a garantia que nosso sistema de certificação participativa podia dar, estávamos auditando o nosso organismo de certificação recém-formado. O resultado da auditoria funciona como a metodologia de pesquisa-ação aqui apresentada, todo ano, como um ciclo, somos auditados pelo MAPA, que nos apresenta um relatório de auditoria, como este do anexo, do qual constam recomendações que serão realizadas ao longo do ano quando se inicia um novo ciclo. Todo ano somos convidados à teorizar sobre nossa prática com o fim de melhorá-la.

Terminada a visita de auditoria, aguardávamos ansiosamente o resultado, que poderia ser o credenciamento, se não houvesse não conformidades ou a negativa se o sistema tivesse alguma não conformidade com o que é exigido pela IN 19/2009 (BRASIL, 2009c). Este resultado chegou uma semana depois. No dia 20 de dezembro de 2013 o MAPA emitiu o Certificado de Credenciamento do OPAC Sul de Minas, Ofício nº 105/2013 COAGRE/DEPROS/SDC/MAPA (Anexo A), onde foi informado o credenciamento da Central de Associações de Produtores Orgânicos Sul de Minas.

O OPAC Sul de Minas foi o sexto a ser credenciado no Brasil e o primeiro de Minas Gerais.

A criação de um organismo participativo na região, proporciona autonomia aos produtores, além de um ganho organizacional e profissional. Os grupos de agricultores se reúnem e por meio do controle social e da responsabilidade solidária, um garante a qualidade orgânica do outro perante a sociedade (IFSULDEMINAS, 2013c).

**Festa na OSM! Tínhamos conseguido! Letícia comemorou:**

Um viva a todos!!!! (...) parabéns principalmente a Aloísia e Luizinho que fizeram este sonho se tornar realidade. Sem a ajuda de vocês isto não teria sido possível com esta agilidade, competência e organização. Um obrigada também ao Leonel da Emater que colaborou imensamente com seu conhecimento e dedicação ao projeto. Agradeço também aos auditores do MAPA, Lúgia e Marcelo, que se dedicam de corpo e alma para que a agricultura orgânica seja fortalecida e reconhecida!! (...)

Agora é continuar este lindo trabalho, pelo bem da agricultura orgânica e saúde de todos os brasileiros (Letícia, quando recebemos a notícia do credenciamento).

Hirata (2016) constatou e nós aqui deixamos mais uma vez registrado que o apoio institucional foi fundamental para a construção da OSM, de nosso OPAC e ainda hoje são importantes para a continuidade de nosso SPG<sup>47</sup>. O relatório de auditoria também destaca como ponto positivo esta interação entre as organizações de agricultores e com as instituições de ensino e extensão, nossos procedimentos também foram elogiados graças as capacitações e a organização de nosso OPAC e, finalmente, a participação ativa, as interações, a qualidade das relações interpessoais e a consistência das dinâmicas da APOMM, que demonstram nossa disposição na luta pelo protagonismo no processo. Este protagonismo foi garantido primeiramente, através da participação, o SPG devia ser empoderador, precisávamos nos apoderar dos conceitos da Agroecologia e dos mecanismos de certificação (legislação) para dar vida ao nosso OPAC, que com a participação autônoma de fornecedores e colaboradores, se tornaria uma ferramenta da transição para a Agroecologia.

No dia 28 de dezembro, em nossa feira em São Lourenço, foram entregues os primeiros certificados do OPAC Sul de Minas para nós, membros da APOMM. Aloísia e Luizinho, nossos grandes parceiros, estiveram conosco. Nossa recém-eleita presidente, Rosângela de Souza Paiva, da COOPFAM, foi a responsável pela entrega. Nosso companheiro de APOMM, Paulo Siqueira tinha sido designado para a função de coordenador de OPAC. Os primeiros certificados foram: Antônio Carlos Gomes (Caxambú), Antônio Santolíquido (Carmo de Minas), Beatriz de Carvalho Penna (Itamonte), Daisy Barros Moura (Itamonte), Daniel Hafran Filardi (Itamonte), Edna Ribeiro (Carmo de Minas), Germano Guirado Braga (Itamonte), Hélio Gomes (Carmo de Minas), João Paulo da Silva/Associação Sítio Esperança (Lambari), João Pereira Filho (Lambari), José Wilson da Silva (Pedralva), Manoel Carlos Moreira Gomes (Caxambu), Mariana Cassiano (Soledade de Minas), Moacyr Fontana Júnior (Virgínia), Paulo Bustamante Carneiro<sup>48</sup> (Pedralva), Paulo Rogério Dias

---

<sup>47</sup> Nunca é demais explicar, então segue a explicação de Hirata (2018): O OPAC Sul de Minas está “dentro” Orgânicos Sul de Minas e compõe o SPG Sul de Minas. Atua como um departamento de certificação da Orgânicos Sul de Minas, sendo responsável juridicamente por todas as decisões relativas à concessão, manutenção, extensão, suspensão e cancelamento do certificado de conformidade orgânica das unidades solicitantes da certificação junto ao Ministério da Agricultura. Fazem parte do OPAC Sul de Minas todos os agricultores (as) e processadores (as) que solicitam a avaliação da conformidade, ou seja, que estão certificados ou no processo de certificação e também os colaboradores que tem sua adesão formalizada junto ao OPAC Sul de Minas.

<sup>48</sup> - É o avô da Letícia e era representado por nós. Nossa terra arrendada, que recebeu a visita de verificação, não foi certificada por dois motivos: 1- Achávamos interessante ter uma unidade que entrasse em processo de transição para ser acompanhada nos momentos seguintes. 2- não teríamos prejuízo porque ainda não comercializávamos como orgânico.

Siqueira (Pedralva), Pedro Roberto Delmonte (Itamonte), Ramona Fernandes Vieira (Soledade de Minas), Rogério Fernando Legnari Vecchi (Soledade de Minas) e Sábias Comidas Com. Ind. Ltda<sup>49</sup> (Itamonte) (IFSULDEMINAS, 2013c).

#### 5.5.4 Certificamos, e agora?

Tínhamos agora um SPG no sul de Minas, com OPAC credenciado e, o mais importante, tínhamos uma rede que seria cada vez mais reforçada para a construção de um movimento de Transição Agroecológica. Decidimos certificar e certificamos.

O ano de 2014 foi de amadurecimento do trabalho. Aloísia Rodrigues Hirata entrava para o PPGDE-UFLA para poder desenvolver sua dissertação, o primeiro estudo iniciado com a OSM. Neste estudo, Aloísia analisaria a constituição de nossa organização, uma prévia do que seria sua dissertação de ser visto em Hirata (2013). É, como já foi dito muitas vezes, a base para este estudo aqui apresentado. Nós também não ficamos parados e agendamos duas atividades que seriam importantes para o início dos trabalhos de nosso SPG: o I Circuito Sul Mineiro de Agroecologia e uma oficina de Legislação com os parceiros do MAPA.

O Circuito Sulmineiro de Agroecologia foi idealizado para proporcionar maior interação entre as Associações que compõe a OSM, entre os agricultores e técnicos, estudantes e agricultores, para somar experiências e construção coletiva de novos saberes (LABIGALINI et al., 2014, p. 3).

A primeira etapa do CSMA foi em Pedralva, em julho de 2013 no Sítio Ibitiroy do Paulo Siqueira, membro da APOMM; em agosto, no Campo do Raposo em Córrego do Bom Jesus, onde o João Marcolino (João Sorriso) apresentou a experiência pela Associação Serras Verdes; a terceira etapa foi em Maria da Fé, em setembro com Seu Antônio e Seu Sérgio, da APAN-FÉ; o ano de 2013 se encerrou com duas etapas promovidas pela COOPFAM em Poço Fundo, nas propriedades do Sr. Miguel e do Luis Carlos Paiva. Após a pausa para acompanhar o processo de certificação, foi retomada em fevereiro de 2014, pela AAOF, o Seu Sérvulo Guerrero conduziu a atividade; sendo a sétima e última etapa na Associação de Banicultores de Luminosa, em Brasópolis, com o Ederson. Xavier (2014), defendeu sua dissertação no mestrado de Fitotecnia da UFLA, com o tema “Estado da arte em Agroecologia e suas relações com experiências no sul de Minas Gerais”, no qual acompanhou as experiências promovidas no CSMA e era frequente na feira da APOMM em São Lourenço, por ter acompanhado o Paulo Siqueira por um tempo no Sítio Ibitiroy.

---

<sup>49</sup> - processador de alimentos.

A Oficina de Legislação aconteceu em Pedralva, no mês de março, e foi conduzida pela Lygia Bortolini e Marcelo Laurindo, auditores do MAPA, para atender uma demanda da APOMM que já tinha iniciado seu processo de certificação pelo SPG Sul de Minas. Precisávamos nos apoderar das normas legais sobre a produção orgânica para que tivéssemos a autonomia para dar a garantia da qualidade.

Em maio, aconteceu um importante evento que sacudiu o sul de Minas - o III Encontro Internacional da Rede de Sementes Livres e a VI Festa das Sementes Orgânicas e Biodinâmicas. A OSM se envolveu fortemente com a luta pelas sementes a partir daí. O encontro aconteceu em Inconfidentes e Maria da Fé e foi promovido pela OSM, IFSULDEMINAS (em especial o Campus Inconfidentes com os parceiros do grupo Raiz do Campo), a ABD e com apoio do MAPA, Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Itaipu binacional. A Rede de Sementes Livres é integrada por agricultoras e agricultores dos países da América Latina, pesquisadores, estudantes e apoiadores, visando defender o patrimônio genético ancestral contido nas sementes e na agricultura tradicional ao redor do mundo (IFSULDEMINAS, 2014a). Contou com a participação de mais de 500 pessoas, oriundas de dez países. Em junho nós discutíamos o cadastro no MAPA e nossos documentos pendentes das recomendações da auditoria, sempre com apoio das instituições parceiras. Na APOMM, a gente discutia as planilhas de controle da produção. Uma dor de cabeça pra maioria, mas que, no fundo, todo mundo entendia que podia se tornar útil se a gente soubesse usar. Aprendizado na prática. Tinha que ser assim, pois em julho já iniciariamos a programação das visitas de verificação de 2014. O Álvaro Guerrero, da AAOF, que havia defendido recentemente sua monografia no IFSULDEMINAS (GUERRERO, 2014) havia representada a OSM na BioBrasil Fair (GUERRERO; HIRATA; ROCHA, 2014; IFSULDEMINAS, 2014c) a primeira representação em nome da OSM feita por um jovem agricultor do grupo. Em setembro participamos do II Encontro de Agroecologia de Machado (IFSULDEMINAS, 2014b), que tinha acontecido no ano de 2013 (IFSULDEMINAS, 2013b), mas do qual não pudemos participar devido aos trabalhos com o credenciamento do OPAC. Por fim, o ano de 2014 foi de crescimento, se no começo éramos 6 organizações, chegávamos à nossa assembleia de fim de ano com 10 organizações<sup>50</sup>: APOMM, ABAL, Serras Verdes, COOPFAM, AAOF, APANFÉ, ECOMINAS, Serras de Santana, APREX e AAFASD. Sobre as duas últimas, ficaram decididas duas coisas distintas em nossa reunião final do ano de 2014. A APREX, só havia comparecido nas reuniões de formação da OSM e nunca mais

---

<sup>50</sup> - 11 se considerarmos que no mesmo ano chegou o pedido da Associação de Produtores Rurais de Itajubá e Região, que foi indeferido por não ter passado do primeiro contato.

havia retornado os contatos, sendo decidida sua exclusão e caso quisesse se filiar novamente deveria entrar com nova solicitação de adesão. A CAMPONESA teve sua associação aceita, pois além de responderem aos contatos e solicitarem oficialmente a adesão, compareceram à reunião para apresentação e esclarecimentos. Os assentamentos do MST de Campo do Meio (Primeiro do Sul e Nova Conquista) e Guapé (Santo Dias) decidiram se associar pela cooperativa CAMPONESA. Durante a reunião, no entanto, acabou por acontecer primeiro a entrada da Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Santo Dias (AAFASD), para início da certificação no ano seguinte. A CAMPONESA também se associaria no ano de 2015 para certificar os assentamentos de Campo do Meio.

### **CAMPONESA – Campo do Meio**

A Cooperativa dos Camponeses Sul Mineiros (CAMPONESA), fundada em agosto de 2014, tem sede no município Campo do Meio e reúne agricultores dos três assentamentos da região do Sul do estado de Minas Gerais: o assentamento Santo Dias, no município de Guapé, o assentamento Primeiro do Sul e o assentamento Nova Conquista, no município de Campo do Meio. A Associação tem como objetivo proporcionar melhor qualidade de vida e inclusão social aos camponeses sul mineiros para o fortalecimento da solidariedade e da Agroecologia. Cultivam principalmente café, hortaliças, ervas medicinais e pimentas, com produção coletiva de sementes de hortaliças e de cana-de-açúcar, que é processada em açúcar mascavo, na AAFASD, em Guapé. Fazem preferencialmente comercialização direta e pela própria cooperativa em feiras, exposições, empórios e mercados institucionais.

Renato afirma que a CAMPONESA:

foi criada pelo movimento social do MST, através da agroecologia como base para a estruturação social. A agroecologia é uma orientação política do movimento. Quando entramos para o OPAC Sul de Minas percebemos que a orientação técnica da certificação fortaleceu a agroecologia dentro do MST na região. Acredito que foi bom pros dois lados. (Renato, CAMPONESA, em intervenção no Encontro de Coordenadores).

Durante a reunião, Aloísia resumiu as conquistas alcançadas até ali, lembrando que ainda não tínhamos dados como números de agricultores, produção, área plantada, mas que tínhamos crescido muito, lembrou a importância da criação do CSMA, que promovia a integração das organizações; que tinha sido o primeiro e ainda é o único OPAC do estado de Minas; que a AAFASD seria o primeiro assentamento do estado a ser certificado; que o IFSULDEMINAS abriu dois Editais de Agroecologia que apoiou projetos ligados a OSM; citou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), campo

que contava com a participação de várias associadas; lembrou o fato de a OSM ter sido uma das organizadoras do III Encontro Internacional da Rede de Sementes Livres; e, por fim, a aprovação de projetos junto ao CNPq e Ministério da Agricultura, além da parceria com a EMATER e a ABD no sul de Minas para dois projetos de sementes no período 2015-2016 e a proposta de criação de um banco comunitário de sementes. Foi seguida das lembranças do Luizinho sobre a participação nos eventos SuperAgro 2013, BioBrazilFair 2014 e na Agrorgânica em Sete Lagoas (2014). Alexandre Kurachi disse que solidificou ainda mais a parceria com a EMATER e em função da Organização da Orgânicos Sul de Minas, investiu na capacitação dos técnicos de mais de 30 técnicos da região em cursos de Agroecologia. Para nós as conquistas também eram visíveis. Sentíamos mais empoderados, como gosta de dizer a Rosângela. Letícia também destacava a aproximação com o consumidor dada pelo SPG, no entanto, ponderou e foi acompanhada pela maioria, que a nossa comercialização ainda era frágil. Foi falado também sobre o grande trabalho gerado pela exigência das documentações, problema que se agravava quanto menos participativos eram os agricultores. Nessa reunião compusemos a diretoria com a Rosângela (COOPFAM), presidente; eu (APOMM) assumi a função de vice-presidente; como primeiro tesoureiro, o Álvaro Ricardo Guerrero, acompanhado de seu parceiro de associação Marcílio José Barbosa; como primeiro secretário assumiu o Luiz Carlos Dias Rocha (Luizinho, da AAOF e IFSULDEMINAS), acompanhado da Ana Rita Oliveira Ávila Nossack, como segunda secretária; no Conselho Fiscal ficaram como titulares o Benedito Francisco de Melo (ABAL), Marcelo Francisco da Silva (AAFASD) e Wilson Gonzaga dos Santos (APAN- FÉ); como suplente do Conselho Fiscal ficou o Renato Moreira de Souza (AAFASD). Desde o princípio, os agricultores foram maioria nos cargos de direção. Uma mulher ocupar o cargo de presidente também era um sinal de que a participação feminina seria decisiva, mas ainda era incipiente. A participação dos jovens também é muito importante como veremos mais adiante. A dor de cabeça com as documentações resultou em todos os documentos necessários para o funcionamento do OPAC.

Como no ano anterior, fomos novamente auditados pelo MAPA e conseguimos nos recredenciar. Este processo se retoma todo ano. Atendemos àquelas sugestões apresentadas pelo MAPA ao longo do ano com a apresentação de um plano de correções. Desta forma, vamos, ano a ano, melhorando nosso sistema de garantia quanto às exigências legais. Uma prática iniciada neste ano e muito produtiva para todos, foi a Reunião final de OPAC, onde se encontram todos os coordenadores membros do OPAC para revisão de todos os documentos. Neste ano foram certificados os agricultores da AAOF, ABAL e da AAFASD, além da

APOMM, praticamente dobrando o número de certificados em relação ao ano anterior, passando a 55 agricultores com suas unidades e práticas certificados. Com mais organizações tendo seus agricultores certificados, iniciamos discussões sobre como seria a organização do SPG, surgindo uma dúvida que seria frequente, principalmente no ano seguinte: o conceito de Núcleo e Grupo, que será explicado mais adiante. A participação foi tema recorrente ao longo das reuniões, sendo encarada como uma exigência para a certificação, mas ponderada caso a caso como forma de aprendizado. Começávamos também a discutir a importante função de coordenação e como preparar os agricultores para exercê-la, além de iniciarmos a discussão sobre os custos do OPAC após prestação de contas apresentada pelo Álvaro, da AAOF, que assumiu neste ano a função de coordenador de OPAC em substituição ao Paulo Siqueira (da APOMM).

2014 foi internacionalmente o Ano da Agricultura Familiar para a ONU. Nacionalmente, o movimento pela Agroecologia capitaneado pela ANA, realizava o III ENA e se consolidava como espaço de construção de um movimento nacional pela Agroecologia. Nós ainda estávamos crescendo enquanto organização, mas já começávamos a pautar a necessidade de integração política com os movimentos estadual e nacional pela Agroecologia.

### **5.5.5 Nos capacitando para ampliar o trabalho e promovendo novas relações**

No ano de 2015, nós da APOMM, iniciamos um trabalho com sementes orientado pelo Vladimir Moreira, acompanhando o trabalho já desenvolvido pelas demais organizações. A ideia era que todas as organizações se envolvessem no importante trabalho com as sementes, que passariam a ter obrigatoriedade de procedência orgânica para que pudéssemos certificar. Claro que, para nós, esta situação seria muito difícil, tentaríamos cumprir a rigorosidade da lei, mas não sem antes questioná-la.

Como forma de preparar os coordenadores para realização do trabalho, colocamos em prática o Curso de Capacitação de Coordenadores de Grupo (IFSULDEMINAS, 2015b), que além de capacitar os agricultores, tinha o objetivo de fazer um calendário para as visitas que ocorreriam ao longo do ano, além de aperfeiçoar nossos documentos de registro visita. Sobre o problema de comercialização, iniciamos uma discussão sobre a possibilidade de se fazer a Declaração de Aptidão ao PRONAFF de forma coletiva no CNPJ da OSM (DAP-Jurídica), também acerca de nossa Declaração de Transação Comercial (DTC), uma obrigatoriedade do processo de certificação e estimular o diálogo sobre a comercialização conjunta de alimentos entre as organizações que faziam parte da OSM. O curso foi extremamente elogiado pelos participantes, como nos disse a Letícia:

Gostaríamos de agradecer e mostrar nossa alegria em fazer parte deste lindo trabalho. No fundo queríamos agradecer a cada um especialmente, mas como estamos num trabalho coletivo, o agradecimento vai para o grupo. Foram momentos muito especiais. Os três dias em trabalho coletivo, harmonioso, diverso e cooperativo trouxeram ótimos resultados. Conseguimos criar nossos próprios formulários (ufa!) e conseguimos trocar nossas experiências como coordenadores. Acreditamos que o resultado desejado foi obtido e fomos muito além. Estar 3 dias reunidos com vocês foi uma experiência maravilhosa, que nunca esqueceremos. Trouxemos para casa não só conhecimento teórico, voltamos com o coração transbordando amor e companheirismo (...) Destacamos a importância de encontros deste tipo, já que somos um grupo grande e cheio de diversidades. (Letícia em e-mail de agradecimento ao I Curso de Capacitação de Coordenadores).

O curso de capacitação promoveu, assim como o CSMA, um importante espaço de troca de saberes entre nós e com os colaboradores presentes. O potencial de se tornar algo mais amplo será tratado adiante. No ano de 2015 ficou a cargo da APOMM, mais especificamente nós do grupo Pedralva, realizar a V Festa das Sementes Orgânicas e Biodinâmicas do Sul de Minas, mais uma vez destacando a importância das trocas de sementes e saberes. Este trabalho desencadearia a construção coletiva de nossa Casa das Sementes, em parceria com o IFSULDEMINAS e a ABD (IFSULDEMINAS, 2015a). Este também foi o ano de adesão da Orgânicos das Águas Virtuosas (OAV) à OSM.

### **OAV - Lambari**

A Associação Orgânicos das Águas Virtuosas (OAV), tem sede em Lambari-MG e foi organizada como ação educativa da Escola Agroecológica Sítio Esperança, a partir de um grupo dissidente da APOMM por entenderem ser importante a proximidade entre os membros como forma de propiciar maior interação e participação. A OAV objetiva proporcionar a inclusão de novos agricultores familiares e conta com as ações educativas desenvolvidas pela Escola Agroecológica para promover esta inclusão. Cultivam hortaliças que são comercializadas na feira e o café orgânico.

Antes de se criar o Núcleo, apenas o Sítio Esperança era certificado junto ao grupo Carmo de Minas da APOMM. João Paulo Silva comentou que o um grupo “surgiu dentro da APOMM” e resolveu se tornar autônomo “por uma busca de identidade da região de Lambari” e, ligados pela Escola Agroecológica Sítio Esperança, tinham o objetivo de “fortalecer a Agroecologia e educação com as crianças da região”. Ressaltando um aprendizado coletivo durante o processo de construção onde encontravam “lições de tolerância amorosa”, de acolhimento aos agricultores e capacitação ao longo do tempo, “resgatando a identidade do produtor, da roça”.

Neste ano, Letícia e eu pudemos participar do II CRB Sul de Minas (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL, 2015), em Machado. O CRB será tratado mais adiante como oportunidade para formação política dos agricultores da OSM. Eu também iniciaria uma nova jornada. Ouvindo atentamente tudo o que a Aloísia falava sobre o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento sustentável e Extensão (PPGDE-UFLA), Álvaro e eu decidimos acompanhar nossos amigos Vladimir Moreira e Rogério Robs na aventura do mestrado, solicitando primeiramente a oportunidade de fazer como ouvintes algumas disciplinas, o que nos foi autorizado, iniciamos a disciplina PDS502 Extensão Contemporânea: Processos de mediação e novos atores sociais, da Prof<sup>a</sup>. Maria de Lourdes Souza Oliveira (Maroca). Tamanha foi a mudança nas nossas cabeças que ao final do ano, decidiríamos por tentar a aprovação como estudantes regulares do programa. Neste ano também, Letícia e eu, iniciávamos nossa aproximação com a Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), através de um grupo de estudantes amigos nossos e da Dra. Viviane Guimarães Pereira, o Dr. Luiz Felipe Silva, Dra. Janaína Roberta dos Santos, Marcelo Chuei Matsudo e o técnico Paulo Sérgio Marques e conseqüentemente também com a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), através do Dr. Adriano Pereira dos Santos. Nosso vínculo se deu com a implantação, através de um projeto de extensão – do Comitê Itajubá da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela vida. O interesse coletivo de professores e estudantes da UNIFEI na temática rural e o campesinato resultou, no fim do ano, na criação do Núcleo Travessia na Unfei, um Núcleo de Pesquisa, Extensão e apoio à Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (NÚCLEO TRAVESSIA, 2016d). Em Machado também se consolidava a formação do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEAPO) do IFSULDEMINAS – Campus Machado, quando também realizaram o III Encontro de Agroecologia. O NEAPO tem um trabalho de parceria muito forte com a CAMPONESA, pela proximidade geográfica, e com a AASFAD, pela proximidade das atividades das duas organizações. O até então Grupo de Agroecologia, Raiz do Campo, no Campus Inconfidentes, continuava firme, trabalhando conosco e os estudantes continuavam publicando coisas sobre nossos trabalhos, como Veiga (2015), monografia de conclusão de curso da Júlia, que contou sobre a “experiência de integração e formação da Central das Associações de Agricultores Orgânicos do Sul de Minas”; Franco (2015), monografia de conclusão de curso da Fernanda, que depois também entraria e seria grande parceira durante o mestrado; ambas apresentaram seus trabalhos no Congresso Brasileiro de Agroecologia daquele ano, junto com outros trabalhos do grupo (FRANCO et al., 2015; GÓMEZ; RÍOS-OSORIO; ESCHENHAGEN, 2015; TAVEIRA et al., 2015; VEIGA et al., 2015).

Fazendo feira em Pedralva e Itajubá, além das entregas em domicílio, Letícia e eu começávamos a sentir dificuldade de participar das reuniões da APOMM e queríamos arrumar uma solução que fosse boa para nós e não prejudicasse nossos parceiros da APOMM. Começamos a discutir dentro do grupo Pedralva, que começava a integrar agricultores de Delfim Moreira e Itajubá, a criar um Núcleo próprio para participar da OSM e certificar pelo OPAC sul de Minas, ideia que foi amadurecendo com o tempo. Neste ano a COOPFAM também passou a certificar pelo OPAC Sul de Minas, Clemilson, agricultor da COOPFAM comentou: Comentou que:

neste ano, iniciou com a certificação participativa e está vendo como oportunidade para o Núcleo, buscando um fortalecimento da base da cooperativa, buscando resgatar a interação entre os agricultores, não só para a certificação, mas também para a produção. (Clemilson, COOPFAM, em reunião de novembro de 2015).

No final do ano de 2015, em virtude do projeto aprovado pelo IFSULDEMINAS Campus Inconfidentes, chamado Projeto de Fortalecimento da Agroecologia e Produção Orgânica (PROAPO), um projeto que visava a integração definitiva entre os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) e Organismos de Controle Social (OCS), com o objetivo fortalecer a Agroecologia e a produção orgânica para ampliar o número de agricultores registrados no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (IFSULDEMINAS, 2015a). A Letícia participou deste encontro junto com os servidores e estudantes membros do grupo Raiz do Campo, e contou “que foi uma experiência sensacional conhecer outros SPG que se formaram no Brasil e poder trocar experiências”.

A OSM tinha, ao final de 2015, 7 organizações em processo de certificação, formando 7 núcleos de certificação (AAFASD, AAOF, ABAL, APOMM, CAMPONESA, COOPFAM e Sítio Esperança), somando 11 organizações associadas à central (incluindo APANFÉ, ECOMINAS, Serras Verdes e Serras de Santana), nosso SPG passava a ter o reforço da UFLA em algumas visitas, os 7 núcleos certificados se dividiam em 29 grupos, ultrapassando 150 certificados, sendo 86,4% agricultores familiares, mais da metade já tinham certificação há mais de 10 anos, somando 81% os que tinham certificado há pelo menos 5 anos (HIRATA, 2016).

Mas, afinal, o que é OSM, SPG e OPAC? Nós fazemos questão de explicar pra que não se faça confusão com tanta sigla. Assim como Hirata (2016) fez questão de explicar e nos apresentou a figura<sup>51</sup> reproduzida a seguir:

---

<sup>51</sup> - Aqui foi alterada a ordem das informações apresentadas no quadro de Hirata (2016a) por uma questão didática de apresentação de cada organismo.

Figura 5 - Organismos e composição função do processo de certificação no Sul de Minas.

<b>ORGANISMO</b>	<b>COMPOSIÇÃO FUNÇÃO</b>
Orgânicos Sul de Minas (OSM)	Central que congrega diversas organizações de agricultores orgânicos do sul de Minas e viabiliza a certificação pela criação do seu departamento de certificação.
Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade do Sul de Minas (OPAC-Sul de Minas)	É o Departamento de Certificação da OSM, sendo responsável legalmente pelas questões relacionadas à certificação.
Sistema Participativo de Garantia do Sul de Minas (SPG-Sul de Minas)	É o sistema construído pelo OPAC Sul de Minas para realizar a certificação. É constituído pelos grupos de agricultores que participam da OSM, o OPAC e os colaboradores, representados por instituições e consumidores.

Fonte: Hirata (2016).

Mais um ano de auditoria realizada pelo MAPA. Não haviam sido constatadas não conformidades, porém, houve algumas melhorias a serem feitas, constando: o modelo de nosso certificado e a referência aos produtos como escopos, para o qual já havíamos iniciado a correção; e em um dos projetos avaliados, havia um formulário de visita de pares com campo incompleto relativo à conformidade e registros. Apenas duas sugestões de melhoria e ambas simples de serem realizadas. Nosso sistema parecia estar funcionando muito bem, mas havia pontos fracos citados no relatório: quanto ao nosso formulário de Visita de Verificação, por não haver título indicativo de finalidade, não haver preenchimento de alguns campos em alguns documentos e com a sugestão de se colocar um item positivo sobre a visita de verificação, e, por fim, ajustar a data de permissão para uso de sementes não orgânicas para 20/12/2016, o que causou uma profunda discussão sobre a disponibilidade de sementes orgânicas no mercado que poderia inviabilizar o cumprimento desta norma; quanto ao nosso Plano de Manejo, onde deveríamos orientar os produtores a melhorarem os croquis de suas unidades de produção, informar a existência de produção paralela, áreas em conversão para o sistema orgânico dentro da unidade de produção orgânica, todo novo insumo ou técnica utilizado precisaria constar no Plano de Manejo e ser autorizado pelo OPAC para o uso; recomendou-se que o OPAC providenciasse planilha para controlar as correções de não conformidades, além de detalhes sobre as visitas testemunha realizadas durante a auditoria. Os pontos positivos destacados foram: boa organização dos arquivos na sede do OPAC e acompanhamento das atividades burocráticas e de campo por bolsistas do Instituto Federal do Sul de Minas, o que reforça o caráter de desenvolvimento social pelas oportunidades

oferecidas a jovens estudantes e a produtores rurais; para cada visita de verificação há eleição ou escolha de um “Coordenador de Visita”, alternadamente, dando assim oportunidade a todos no grupo de exercer esta função; na visita de verificação os grupos fazem as visitas cruzadas, isto é, um grupo visita o outro, possibilitando maior troca de informações e conhecimentos mútuos, além de garantir, buscando maior isenção; Forma de abordagem cortês e detalhada por parte dos coordenadores de grupo, o que facilita as participações dos envolvidos e trocas de informações. Os participantes das visitas de verificação acompanhadas pela equipe do MAPA demonstraram maturidade e coerência na tomada de decisão sobre a qualidade orgânica; os participantes do OPAC se mostraram muito envolvidos com os objetivos comuns buscados pelo grupo, sendo que alguns produtores compareceram à auditoria documental na sede do OPAC para acompanhar os trabalhos; destaque da visita de pares do OPAC no Sítio Cardoso, grupo COOPFAM, onde grupo decidiu pela manutenção de uma faixa de 10 metros a partir da cerca do vizinho, onde os produtos colhidos não poderiam ter certificação orgânica, pois a barreira vegetal ainda não estava formada, sendo a discussão para a tomada de decisão foi bem conduzida pelo coordenador da visita e teve a participação de todo o grupo. Por fim, apresentou a recomendação de realizar troca de experiência, capacitação e esclarecimentos a respeito das barreiras vegetais em divisas e talhões entre áreas orgânicas e não orgânicas. (Anexo B). Partíamos para mais um ano de nosso ciclo (2016) para nos enquadrarmos na legislação e podermos certificar nossos cultivos como orgânicos. Começamos a discussão sobre a criação de Grupos de Trabalho ou Câmaras técnicas/temáticas, sobre alguns temas pendentes da OSM que precisariam de respostas mais rápidas e elaboradas. Já havia um grupo discutindo as questões relativas à Casa de Sementes e pretendíamos ampliar a experiência. A recomendação do MAPA sobre capacitação em respeito das barreiras, nos fez ver a necessidade de um grupo que discutisse as questões mais técnicas do processo de certificação, para o qual seriam destinados também os assuntos relacionados ao Plano de Manejo Orgânico, às correções nos documentos e também relativas à qualidade da água e riscos de contaminação. Este grupo, como de praxe dentro da OSM, seria formado por representantes de todos os núcleos, além dos colaboradores técnicos. Utilizaríamos daquilo que foi destacado como positivo, participação dos agricultores, parceria com as instituições, abordagem cortês do grupo, para solucionar os problemas que o sistema apresentava. Eram estes os desafios do ciclo que se iniciaria. Um novo desafio seria também a discussão sobre a participação de grupos informais, sem personalidade jurídica, sem CNPJ, na OSM. A demanda foi apresentada por um grupo, do qual Letícia e eu fazíamos parte, que estava tendo dificuldades de participar das reuniões da APOMM pela distância e pelos dias de

feira. A organização decidiu que estudaria mais o caso, mas que neste ano ainda não seria possível.

Neste ano eu iniciaria o acompanhamento metodológico das atividades da OSM, se caso eu conseguisse entrar no mestrado, por isso informei aos meus pares nas últimas reuniões do ano anterior e questionei sobre o que achavam interessante ser pesquisado. Das minhas primeiras anotações em caderno de campo, são de interesse da OSM:

- a) Conhecer mais sobre a Agroecologia, foi o maior interesse. A maioria dos agricultores que se manifestaram sobre minha pergunta entendia que a Agroecologia era “muito mais além” que o “orgânico” e queriam saber mais a respeito;
- b) Comparar o SPG com a auditoria, também foi uma demanda recorrente, principalmente entre aqueles que já haviam sido certificados dessa forma e queriam “provar” que o SPG era “melhor”;
- c) Arrumar formas de melhorar a participação dentro do SPG também foi uma demanda estimulada pelas discussões ao longo do ano de 2015. Muitos tinham dúvida sobre o que fazer para melhorar a participação;
- d) Descobrir formas de não “cair no conto” do “pacote orgânico”, ou seja, alterar o manejo para formas mais limpas, sem, no entanto, alterar o modo de se fazer agricultura, pois muitos acreditavam que os agricultores tinham ficado “viciados” nos pacotes tecnológicos e esperavam “chegar a coisa pronta”;
- e) Achar uma maneira facilitar o entendimento da lei para atender principalmente àqueles que tiveram menos acesso à instrução, a maioria acreditava que muitos não participavam, pois não conseguiam entender direito;
- f) Saber mais da nossa história e cultura para voltarmos a ter acesso aos conhecimentos ancestrais, muitos acreditavam e ainda acreditam, que a grande saída para Agroecologia seria resgatar a sabedoria daqueles que cultivavam antes de existir veneno e também entender como antes eles conseguiam sobreviver da Agroecologia mesmo tendo menos recursos;
- g) Um pequeno grupo, mas também relevante, advogava que precisávamos nos aproximar mais dos técnicos pra conseguir achar soluções. Apesar de não aparecer frequentemente esta preocupação dentro do grupo, para mim foi interessante acrescentar porque eu teria que enfrentar este desafio quando entrasse para o mestrado.

Iniciado o ano de 2016, tive a felicidade de conseguir ingressar no PPGDE/UFLA. A história de como foi construída a pesquisa já foi apresentada em outro momento e, por isso, se

torna desnecessária aqui, ressaltando apenas que após ter conseguido o acesso, passei a implementar definitivamente uma metodologia para pesquisa participante, onde iria contar imensamente com meus pares. Em fevereiro, a Aloísia defendia sua dissertação sobre o SPG Sul de Minas, que seria a base para a minha dissertação.

As atividades da OSM, como se tornaria prática daí em diante, teriam início no Encontro de Coordenadores de Grupo. Como podem perceber, o nome de nosso momento de formação havia mudado. Antes, era Curso de Capacitação de Coordenadores de Grupo. Esta dúvida sobre o nome é explicada. Alguns acham que é mais um encontro, pela troca de experiências, que não é construído como um curso, outros acreditam que a palavra “curso”, pelo fato da educação ser muito importante para o agricultor, poderia despertar mais interesse. A dúvida persiste ainda hoje, como veremos.

Decidimos então que seria o nosso II Encontro de Integração da OSM e II Encontro de Formação dos Coordenadores de Grupo do SPG Sul de Minas, para o qual propusemos que todos os núcleos deveriam apresentar propostas de alterações em documentos (Regimento Interno para certificação APOMM<sup>52</sup>, Manual de Procedimentos, Regimento Interno OPAC (2018), Formulários de pares); proposta de agenda para as visitas de pares e verificação; nome do próximo coordenador de cada grupo e quaisquer outras sugestões para o bom funcionamento do nosso sistema. As bases deste evento foram estabelecidas. O evento teria como objetivo promover a **capacitação** dos coordenadores quanto aos **princípios da certificação participativa, tais como confiança, participação, transparência, autodeterminação e diálogo de saberes, além de conceitos e questões práticas relativas ao papel do coordenador**. Também neste encontro, os coordenadores realizariam todas as **revisões dos formulários e documentos de funcionamento do OPAC, além de elaborar o cronograma anual das atividades**, em especial: visitas de pares, visitas de verificação e Circuito Sul Mineiro de Agroecologia. Entretanto, mais importante que a capacitação dos nossos coordenadores para desempenharem o seu papel, seria **criarmos espaços de efetiva participação das representações das Associações e Cooperativas que compõe a OSM**, para discutir as dificuldades e alinhar as ideias e forças rumo à construção coletiva de soluções para problemas que são comuns.

---

<sup>52</sup> - Cada Núcleo vinculado ao OPAC deve ter o seu regimento próprio de certificação, dessa forma os núcleos teriam autonomia de decidir sobre o funcionamento interno para certificação sem necessidade de uma centralização comandada pela OSM. O Regimento Interno do OPAC é o documento que regula o funcionamento comum a todos os núcleos de forma padronizada. O Regimento Interno de cada organização regula a relação de cada agricultor individualmente, dentro de sua organização. O Regimento Interno do OPAC, regula as relações dos núcleos e grupos com o OPAC.

Foram três dias de um encontro bastante intenso que vale aqui ser resgatado. No encontro, a primeira questão a ser esclarecida seria a definição de Núcleo e Grupo de certificação, o que ainda era muito confuso para a maioria dos membros. De maneira bem simples: o NÚCLEO seria formado por cada organização, a APOMM é um Núcleo, a ABAL é um Núcleo e assim por diante; GRUPO é cada subdivisão feita no Núcleo de acordo com seu funcionamento próprio. Letícia e eu éramos, naquele momento, associados ao Núcleo APOMM, que em seu procedimento interno, se dividia por proximidade geográfica entre os Grupos: Pedralva (do qual fazíamos parte), Carmo de Minas, Soledade e Itamonte. Cada Núcleo apresentou sua subdivisão em grupos e o seu procedimento, para que todos os demais Núcleos e os colaboradores pudessem compreender. Posteriormente, foi apresentado o Setor de Agroecologia, aonde o grupo Raiz do Campo vinha desenvolvendo seus trabalhos, foi apresentada a casa de madeira como futura sede do grupo e possivelmente da OSM. Passamos então a discutir como seria o trabalho da Comissão de Sementes, falando da necessidade de se reunir para elaborar o regimento de funcionamento da Casa de Sementes, o apoio à Festa das Sementes que em 2016 seria sediada pelas Serras Verdes. Passamos à discussão sobre a necessidade de se encontrar formas coletivas de melhorar a comercialização dos alimentos, como, por exemplo, a DAP Jurídica e a comercialização em rede com a ECOVIDA. Daí seguimos para a discussão sobre a retomada do CSMA, agendando 5 etapas para o ano de 2016. Em seguida, houve a apresentação dos resultados da pesquisa de mestrado sobre o SPG Sul de Minas realizada pela Aloísia e após esse momento, foi feita uma reflexão e abordagem sobre os princípios da Agroecologia e do SPG por Marcelo Laurino. No segundo dia houve uma nova discussão conduzida pelo Luizinho sobre o funcionamento e a estrutura do SPG Sul de Minas, abordando o papel dos coordenadores e do OPAC, seguida da apresentação das dinâmicas próprias desenvolvidas por cada um dos Núcleos (reuniões, procedimentos de entrada de novos membros, sugestões para melhoria dos documentos e formulários e ainda apresentaram suas principais dúvidas em relação à certificação participativa). Sendo encaminhado: que o grupo seria o local de decisão sobre a entrada de novos membros de acordo com os procedimentos próprios do Núcleo a que pertence; que este membro novo deveria ser apadrinhado e capacitado por um membro antigo; que o grupo Raiz do Campo fizesse uma pesquisa com os coordenadores de Grupo, sobre quais informações os novos e atuais membros precisavam saber em relação ao processo de certificação participativa para elaboração de um caderno de formação ou cartilha de orientação, sendo uma dos prováveis produtos que poderiam ser gerados pelo meu trabalho de mestrado; que as visitas não programadas ou surpresas, aconteceriam de acordo com o estabelecido no regimento e IN 19;

que seriam retirados os membros da diretoria do quórum mínimo da visita de verificação, ficando então o agricultor visitado, um agricultor do grupo, um membro externo e um colaborado, com o incentivo cada vez maior à participação de consumidores; que os pagamentos atrasados deveriam ser quitados com o OPAC, sendo ressalvado o caso dos Assentados, por só terem renda após a venda do café; que pela impossibilidade de o Álvaro continuar na coordenação de OPAC, sendo escolhida a Letícia, como representante da APOMM, a nova coordenadora do OPAC, se antes a mais importante função do OPAC foi exercida por um jovem agricultor, agora seria exercida por uma jovem mulher agricultora. Foi decidida também a criação de uma comissão técnica que discutiria a lista de insumos permitidos pelo OPAC (uma exigência da legislação); as questões técnicas sobre as barreiras, graças ao que foi estimulado pela visita de auditoria anterior; as questões relativas à qualidade da água (pela exigência legal da análise) e do tratamento de águas residuais, como as fossas sépticas; além de definir o tempo para resolução das pendências encontradas durante as visitas. Esta comissão se reuniria para deliberação junto com a recém-criada comissão de comercialização. No dia seguinte, além do cronograma do circuito e das reuniões das comissões, foi definido o calendário das visitas de pares e verificação. Seguem algumas observações importantes dessa reunião:

Segundo Marcelo Laurino, do MAPA, o SPG Sul de Minas era um dos mais organizados que ele conhecia, porque vai além da certificação e discute temas de interesse dos agricultores. O importante não é só avaliação da conformidade, mas fazer as coisas juntas. Tem muita riqueza neste processo, que envolve agricultores, ensino, pesquisa e extensão. Lygia Bortolini, do MAPA, agradece a oportunidade e disse sobre o sentimento de “não ser bengala, mas ser parte”, pois ela sentia bem de estar ali junto com história do grupo sendo construída. Luizinho, disse que eram poucas as instituições que tinham aquela oportunidade, agradecendo nossa confiança neles, “Para mim, não poderia existir lugar melhor para eu estar nestes dias”, afirmou. Aloísia, agradeceu a todos, aos apoiadores e a confiança dos agricultores no trabalho que ela tinha desenvolvido até então e que pretendia seguir junto. O grupo avaliou que o encontro mostrou um amadurecimento e evolução do processo, que as experiências estavam sendo construídas e as pessoas habilitadas para se fazer de tudo, além de percebermos que um encontro de formação seria imprescindível. Para Igor, estudante membro do grupo Raiz do Campo, “o contato com o agricultor transforma o estudante e só tem a agradecer”, nós também tínhamos muito a agradecer nossos parceiros, por isso afirmo que não poderíamos deixar o processo educativo, temos que aproximar os dois lados, o conhecimento técnico e popular por meio do diálogo, o que buscávamos neste encontro, no

CSMA e nas visitas de certificação. Como disse a Raquel, da COOPFAM: “Não estou levando só conhecimento, mas um monte de amigos; vamos transmitir para os agricultores dos nossos grupos”.

As comissões de Comercialização e Técnica se reuniram na sede da COOPFAM em Poço Fundo, num dia importante de discussões. A Comissão de Comercialização decidiu estimular a participação em feiras já existentes, em especial a feira da OSM em Pouso Alegre, ou contribuir na construção de novas feiras, além da busca pela comercialização coletiva que poderia ser iniciada com trocas de produtos entre as associações aproveitando os momentos de encontro, mas antes os núcleos deveriam se reunir e enviar para a comissão quais alimentos estavam disponíveis para serem comercializados e em que quantidade. A Comissão Técnica decidiu que, tanto as barreiras quanto a análise de água, deveriam ser exigidas pelo OPAC seguindo uma avaliação dos riscos de contaminação, por isso seria uma decisão caso a caso devendo o OPAC capacitar os coordenadores para esta análise de risco, assim como o tratamento de águas residuais, deveria também levar em conta o risco de contaminação e as condições financeiras da agricultora ou agricultor para a construção de uma fossa.

A Comissão de Sementes se reuniu em nossa Casa das Sementes para construir o Regimento Interno da Casa, além de refletir mais intensamente sobre este trabalho. Desta reunião, com participação ativa das agricultoras e agricultores, resultaram os documentos que hoje regulam o funcionamento da Casa, ficando de se decidir o nome após votação das organizações participantes. Decidido o nome, teríamos agora a nossa Casa de Sementes Mãe Terra. Uma grande conquista que se deu graças ao apoio de nosso agricultor parceiro Antônio Santolíquido (Toninho), da APOMM Carmo de Minas, por ter conseguido a câmara fria, da ABD na pessoa do Vladimir, pela maneira amistosa e empoderadora como conduzia o trabalho técnico com as sementes e ao IFSULDEMINAS Campus Inconfidentes, que nos disponibilizou o local para instalação da Casa, além de garantir recursos para sua manutenção.

A função da coordenadora ou coordenador passou a ser mais destacada dentro de nossas reuniões. A agricultora ou agricultor que assumisse o lugar de coordenação deveria ser o elo entre os membros do grupo e o OPAC Sul de Minas. Na reunião de maio deste ano, o assunto foi a primeira pauta, para garantir o fluxo de informações que fazia o OPAC funcionar, como o envio de documentos, agenda de atividades, os repasses de decisões tomadas em reunião. A Coordenadora ou Coordenador de Grupo era o principal responsável por garantir a tão estimada e estimulada participação de todos os agricultores no processo de certificação, para que houvesse autonomia e não dependência. Por mais que o cargo tenha um caráter de representação, esta não pode ser feita de forma unilateral, deve ser Representação

com letra maiúscula, deve representar os interesses do grupo, caso contrário teríamos coordenadoras e coordenadores empoderados e um grupo sem autonomia. Meu companheiro Álvaro, que assumira a coordenação de OPAC e a tesouraria da OSM, pediu ao grupo para deixar os cargos em virtude do PPGDE-UFLA, ele acreditava que a sua representação poderia ser prejudicada com o mestrado. Marcílio, nosso segundo tesoureiro, assumiu a tesouraria, mantendo a AAOF nesta função. Letícia assumiu a função de coordenadora de OPAC, pela APOMM e decidimos que todas as associações deveriam ocupar este cargo pelo menos uma vez, como forma de democratizar o nosso sistema de certificação. Ainda sobre a necessidade de participação, decidimos que 10% do caixa da OSM seriam utilizados para garantir a participação e representação. Nesta reunião também foram agendadas uma reunião para planejamento das visitas de verificação, Assembleia da OSM e a reunião de OPAC. Neste encontro, Letícia e eu apresentamos o início da parceria com a UNIFEI e as possibilidades de futuro, iniciando pela participação na Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA) (NÚCLEO TRAVESSIA, 2016b) que naquele ano aconteceria na instituição pela primeira vez e na qual iríamos representar a OSM.

A JURA aconteceu no mesmo mês de maio em 04 instituições do Sul de Minas: UFLA, UNIFAL, IFSULDEMINAS – Campus Inconfidente e IFSULDEMINAS – Campus Machado. Letícia e eu participamos da JURA UNIFEI, como havia sido informado na reunião, tive o prazer de me apresentar com o grupo Sapucaiaços na cultural do evento, além de compartilhar a mesa redonda de debate com MST, representado pelo Marcos Bertachi e o Núcleo Travessia, representado pela Viviane Guimarães Pereira (NÚCLEO TRAVESSIA, 2016b). Neste mesmo ano, a Amanda Vieira, orientada pelo Dr. Luiz Felipe Silva, iniciou sua dissertação sobre “A saúde do trabalhador e da trabalhadora do campo sob a perspectiva da Agroecologia e do OPAC Sul de Minas”, onde realizou um estudo de caso com o Núcleo RAMA, uma abordagem que ainda era deficiente dentro de nosso grupo e que traz informações importantes sobre a saúde da trabalhadora e do trabalhador. Também iniciávamos a parceria definitiva com o Núcleo Travessia com a realização da I Travessia na Serra da Mantiqueira (NÚCLEO TRAVESSIA, 2016a), uma vivência que buscava aprimorar as relações entre os agricultores da região e o Núcleo Travessia. Neste evento, realizamos duas atividades práticas. Uma teve foco na recuperação e proteção de uma nascente no terreno da Fazenda Nossa Senhora do Belo Ramo, onde Letícia e eu vivemos nossa transição Agroecológica, que fornece água para diversas famílias do bairro, sendo conduzida pelo aluno Kalahan de Mello Battistton, enquanto outra oficina de implementação de um Sistema Agroflorestal (SAF), foi conduzida pelo aluno Bruno Salomão Pavan. Este último, após

aprovação da OSM, também iniciou seu estágio de conclusão de curso com as agricultoras e agricultores da RAMA, sendo oficializado pela OSM. O Núcleo Travessia também aprovou neste ano o projeto de extensão “Expressividade socioeconômica da agricultura familiar para o desenvolvimento territorial em municípios do sul de Minas Gerais”, sob coordenação da Dra. Viviane Guimarães, que pretendia analisar a potencialidade da agricultura familiar para o desenvolvimento territorial de Itajubá, Cristina e Pedralva, municípios do sul de Minas Gerais, onde identificariam potencialidades e limitações na organização de ações coletivas para o desenvolvimento rural, para gerar informações e conhecimentos para atividades de ensino, pesquisa e extensão (NÚCLEO TRAVESSIA, 2016c). Nossas relações com a UNIFEI se estreitariam dali em diante.

A parceria com a EMATER-MG precisava ser fortalecida, ainda tínhamos dificuldades do atendimento especializado em Agroecologia em algumas cidades. Demandamos através de Ofício que a EMATER disponibilizasse um técnico especializado na área para atender às demandas das agricultoras e agricultores orgânicos do sul de Minas. A este ofício, seguiu outro direcionado ao IFSULDEMINAS, onde pedíamos apoio para a demanda e “tomamos a liberdade de indicar o nome do Hildebrando Marcelo Campos, atualmente gerente regional em Juiz de Fora-MG, por ter contribuído na formação da Orgânicos Sul de Minas, seu “trabalho em associativismo, políticas públicas e agricultura orgânica no município de Brasópolis, MG” e sua formação em “Educação do Campo”. Houve intermédio da assessoria do Deputado Federal Padre João, na pessoa do Demes em discussão com a direção da EMATER. Fomos atendidos. Não foi indicado o nome do Hildebrando, porém a EMATER nos informou que melhor do que ter um técnico para atender todos os orgânicos da região, seria ter uma Gerência Regional de Agroecologia que capacitasse e apoiasse os escritórios locais na ATER voltada para a Agroecologia. Melhor que a encomenda. Não teríamos somente um técnico capacitado em Agroecologia, mas uma política de aperfeiçoamento de todo o corpo técnico para as práticas agroecológicas. A notícia se tornou ainda melhor quando o Leonel, nosso grande parceiro desde o princípio da OSM, foi indicado para esta função.

Durante a visita de auditora, realizamos uma reunião na presença dos auditores, para tomar algumas importantes decisões relativas ao nosso OPAC. Marcílio nos informou sobre a reunião com o presidente da EMATER, na qual foi nosso representante, afirmando que uma reportagem seria feita com a OSM, o dia de campo sobre saúde do solo já havia sido encaminhado, que os agricultores precisariam enviar demandas à EMATER de suas cidades, além de garantir o apoio nas atividades práticas do OPAC sul de Minas, afirmando por fim

que estas ações eram resultado deste diálogo. Letícia informou os andamentos da parceria com a UNIFEI e sugeriu a possibilidade de se celebrar um termo de cooperação para o oferecimento de estágios de vivência nas unidades certificadas pelo OPAC, para o que o grupo decidiu pela formalização da parceria entre as instituições e para que eles também apoiassem as atividades de visita do OPAC. Aloísia informou sobre interesse da Bionatur em firmar parceria com a OSM para produção de sementes, assim como o contato com a Embrapa Agrobiologia de Seropédica, para apoiar a Casa de Sementes para sementes de adubação verde. Daniel Rebuá, profissional parceiro de alguns agricultores da OSM, falou sobre sua intenção de enviar uma proposta para editais, como o da Fundação Banco do Brasil para implantação de unidades modelo em Sistemas Agroflorestais, tema que começava a entrar nas discussões da OSM apesar de já terem acontecido experiências com estes sistemas entre as agricultoras e agricultores da OSM. Sobre a questão da participação, uma decisão bastante importante foi a realização de reuniões periódicas, pré-agendadas e itinerantes, que seriam bancadas dentro dos custos de certificação e rateada entre todos os membros do OPAC Sul de Minas. A ideia com isso era incentivar a participação e não apenas exigí-la. Foi reforçado também que as organizações precisariam se aproximar de forma mais afetiva das organizações que tinham mais dificuldades com a participação. Sobre a eleição de diretoria que se aproximava, ficou estabelecido que todas as organizações, após debate, indicariam representantes para compô-la..

Quando a gente imaginava que tudo ia bem, um baque. A auditoria testemunha, desta vez, não foi tão tranquila na nossa visão. Lembro que na reunião final de auditoria o clima foi bastante tenso entre nós e, por vezes, achamos que os auditores estavam sendo muito rigorosos. No entanto, supomos que seria uma forma de engrandecer nosso SPG e agradecemos a observação da equipe de auditores, que foi bastante detalhista (Anexo C).

Restava-nos resolver os seguintes problemas no ciclo seguinte: Adriana (MAPA) apresentou as observações da equipe de auditoria testemunha:

- a) Destacou inconsistências na documentação do OPAC Sul de Minas, salientando que existiam “diferenças marcantes entre o conteúdo do caderno do plano de manejo, o certificado e o que está lançado no cadastro nacional (SigOrgWeb)”, sendo seguida dos auditores Renato Conceição e a Maria Cristina, que complementaram afirmando que “no cadastro e no certificado” deveria ser colocada “apenas a relação dos produtos que serão comercializados naquele ano”, pois a inclusão de todos os itens poderia gerar “uma expectativa por parte da sociedade quanto a disponibilidade de produtos orgânicos disponíveis para a comercialização”. Lembraram, ainda, a

necessidade de incluir uma lista das sementes produzidas nos PMO, caracterizando sempre a origem. O novo PMO, apresentado pela EMATER e discutido pelos Núcleos nas oficinas, traria boa parte das soluções para estes problemas encontrados, restando-nos fazer a devida orientação a todas as agricultoras e agricultores certificados pelo nosso OPAC.

- b) O OPAC não analisava e autorizava as alterações no PMO antes que as agricultoras e agricultores adotassem as mudanças, tendo como evidência o campo 3.1 de nosso formulário de visita de verificação, que indaga se houve modificações no PMO e no sistema de produção. Obviamente não havia má intenção de nossa parte, mas má interpretação da legislação. Não compreendíamos exatamente como deveria ser a aprovação do PMO. O GT havia trabalhado este assunto e seria facilmente resolvido, mas foi importante o alerta dos auditores sobre o nosso formulário, havia sido um detalhe que passou despercebido. Deveríamos corrigi-lo para votar alteração na assembleia do fim do ano.
- c) O OPAC era deficiente na análise da documentação sobre a produção, processamento e comercialização dos produtos, ou pelo menos era pouco profunda a análise dos riscos de acordo com PMO e, principalmente, nos “manuais de boas práticas de fabricação” e a “rastreadibilidade dos produtos”. As recomendações e exigências de outros órgãos deveriam também ser analisadas. Estas incoerências foram constatadas durante a visita testemunho, quando os auditores, acompanhados de um grupo do OPAC, avalia uma prática da certificação. O único escopo que tínhamos total segurança era o de produção primária vegetal, os demais sempre nos causaram medo. Quando decidimos por certificar o escopo de processamento de produtos orgânicos, entendíamos que deveríamos respeitar as decisões de outros órgãos, como a Vigilância Sanitária ou o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), por isso não aprofundávamos na análise da documentação. Deveríamos fazer um treinamento prático sobre a certificação do escopo de processamento, a primeira ideia seria usar o espaço do Encontro de Formação de Coordenadores.
- d) Foi constatado, também, que a emissão do Certificado não estava de acordo com a legislação, com inconsistências entre as datas de emissão e validade, uma vez que deveriam respeitar a validade de um ano, como está na IN 19/2009. Uma desatenção com este detalhe da legislação (BRASIL, 2009c). Também de fácil correção. Decidimos que deveria constar esta informação em nosso regimento e no próprio certificado emitido, para evitar a repetição deste erro. Além disso, fazíamos até então

a emissão sempre na mesma data, só alterando em caso de período diferenciado de conversão ou quando entrava uma agricultora ou agricultor que já passava por outro processo de certificação.

- e) O OPAC não verifica a rotulagem dos produtos que certifica. Esta era a afirmação feita pela auditoria. Forte mesmo, mas havia evidências. “Os rótulos do café da COOPFAM (letra preta em fundo preto e tamanho do selo muito pequeno na embalagem de 250g) e do Mel do Wilson Borges (traz a informação “Certificação Participativa” e não “Sistema Participativo”)”. Tínhamos a noção de nossa fragilidade com a rotulagem, principalmente com o aumento dos certificados para processamento. Já tínhamos feito uma oficina e criado um GT de rotulagem, mas a auditoria também nos revela uma autoavaliação quanto a estas duas ações. Decidimos pela manutenção do GT e a realização de mais oficinas.

Teríamos até trinta (30) dias para atender aos apontamentos, elaborando um Plano de Correções que deveria ser enviado por e-mail à equipe de auditoria. Apenas um mês. Muitos se declararam assustados com o prazo em meio ao término das visitas de verificação. Ao mesmo tempo, encararam como de fácil solução, ressaltando o problema com a certificação de escopos diferentes da produção primária vegetal. Tanto que não nos atentamos para o questionamento sobre aos escopos de produção animal e extrativismo sustentável.

Para finalizar, os auditores lembraram o assunto das barreiras, reforçando a necessidade de cultivar “barreiras efetivas” e para os casos de faixas de cultivos usados como barreira, que acontecia bastante na COOPFAM e um pouco menos na CAMPONESA, teriam um prazo para finalizar, com no máximo cinco anos para conversão. Maria Cristina reforçou “que ser orgânico não é simplesmente produzir um produto, mas uma mudança de vida”, o que todos ali sabiam na prática. Na visita de verificação, a decisão da conformidade deveria ser dada pelo grupo na presença da agricultora ou agricultor, atentando para o quorum, em uma reunião final no dia da visita, uma prática que alguns Núcleos já realizavam, mas que deveria se tornar prática comum ao OPAC. Nosso formulário da visita de verificação deveria “ter mais rigor no preenchimento e nas assinaturas dos presentes”, deixando clara “a função/representação de cada participante” e, por fim, deveria ser incluída uma Ata ao final do formulário, registrando a decisão do grupo se a agricultora/agricultor poderiam ou não ser considerados “orgânicos”.

De certa forma, tinha sido uma auditoria bastante dura, ao mesmo tempo bastante empoderadora. Sabíamos de nossas dificuldades, mas sabíamos que poderíamos resolver. A

legislação continuava sendo uma grande dificuldade, não apenas em sua interpretação, mas também na sua aplicabilidade. Os auditores salientaram ainda sobre a importância destes registros para manutenção e melhoria da atual política de Agroecologia no Brasil, dadas as circunstâncias políticas instáveis que estamos vivendo. O Brasil foi o primeiro país a estabelecer os SPG, e contava naquele momento com a “equivalência para Chile e em fase de estudo pelo governo do Japão”, lembrou a Maria Cristina, reforçando “que a legislação brasileira é a única que apresenta de forma textual as obrigações ambientais e trabalhistas”. Nós sabíamos e valorizávamos. Queríamos e lutaríamos pela possibilidade de se certificar de forma participativa. Para finalizar, com bons ares, abriu-se a possibilidade do certificado “constar o nome de todos os membros da família que estão inseridos na atividade da unidade certificada”, uma grande conquista para os camponeses e agricultores familiares da OSM. Agradecemos aos auditores do MAPA pelos apontamentos realizados e pela oportunidade de crescimento do OPAC Sul de Minas. Realmente tinha sido algo intenso. Na saída, um misto de alívio e aflição. Alívio pelo credenciamento e aflição pelas tarefas.

O Plano de Correções foi apresentado no prazo determinado. Como resposta, a auditoria informou que havíamos atendido à maioria das recomendações, como as correções no SisOrgWeb, o período de certificação e a emissão do certificado, além da verificação da rotulagem; mas algumas ainda não tinham sido atendidas totalmente, como a instância de decisão sobre o Plano de Manejo e a forma de alterá-lo, além da avaliação em profundidade dos documentos sobre o processamento de alimentos orgânicos. De toda forma, nosso SPG foi novamente credenciado e autorizado a se certificar.

Como já dito anteriormente, alguns agricultores do grupo do qual participo (Grupo Pedralva – Núcleo APOMM), estavam com dificuldades em participar das reuniões da APOMM que aconteciam os sábados na feira de São Lourenço. Após termos solicitado a avaliação da OSM sobre a entrada de grupos informais, começamos a nos encontrar para construir uma nova organização, onde pudessemos participar ativamente, uma vez que essa era a recomendação para todas as agricultoras e agricultores solicitantes da certificação pelo SPG Sul de Minas. Não queríamos sair da APOMM por discordância, e sim para que pudessemos ser participantes ativos e a APOMM não fosse prejudicada pela nossa não participação. Decidimos então pela criação da RAMA, segue a descrição como apresentamos para a composição da cartilha da OSM (HIRATA; ROCHA; NERY, 2018).

## **RAMA - Pedralva**

A Rede Agroecológica da Mantiqueira (RAMA) é um espaço para o encontro das pessoas que acreditam na Agroecologia e têm a Serra da Mantiqueira como seu lar. É uma Rede formada por membros fornecedores, os que produzem alimentos agroecológicos, membros amigos, os consumidores e qualquer pessoa que deseja fortalecer a luta pela Agroecologia. Juntos, os membros atuam em três frentes: na agrofloresta, pois acreditam no poder da floresta; na certificação participativa, pois creem na responsabilidade solidária e na integração entre os agricultores agroecológicos e, finalmente, na comercialização, pois acreditam na alimentação agroecológica para todos. A RAMA foi fundada em janeiro de 2017, conta com cerca de 30 membros amigos e fornecedores. Integra a Orgânicos Sul de Minas, desde então, como um grupo informal. Atualmente, possui 08 unidades produtivas certificadas pelo OPAC Sul de Minas. Entre eles, duas mulheres agricultoras certificadas e mais duas mulheres que trabalham na produção. Cultivam verduras, legumes, frutas, além do café da Mantiqueira e realizam mutirões onde compartilham os saberes da agrofloresta e da Agroecologia em harmonia com o território da Mantiqueira. Cestas semanais são fornecidas com alimentos agroecológicos aos consumidores do sul de Minas em um trabalho conjunto com finalidades na melhoria da produção agroecológica, aumento da oferta de alimentos agroecológicos e no acesso pelo maior número de pessoas possível.

Letícia ressaltou que a RAMA nasceu da APOMM, decidindo se separar em 2016 por “uma questão geográfica” e para possibilitar a “efetiva participação das agricultoras e agricultores”, a princípio com a “ideia era construir uma rede de agrofloresteiros”, mas posteriormente compreendendo a presença de “vários perfis” de agricultoras e agricultores que participam do processo de certificação, decidimos por denominar Rede Agroecológica.

Na RAMA, criamos nossos documentos próprios e apresentamos a proposta para a APOMM e a OSM, para aceitação de nosso grupo informal de agricultoras e agricultores. Em Assembleia da OSM, a entrada de grupos informais foi aceita após longa e proveitosa discussão sobre as potencialidades e os limites deste tipo de grupo, ficando decidido que o grupo deveria seguir todas as regras, da mesma forma que os demais e só seria permitida a sua entrada para a OSM caso alguma outra organização fizesse o papel de madrinhas. Nossas madrinhas foram a AAOF e a OAV.

Na mesma Assembleia formamos a nova diretoria, porém, devido a problemas pessoais de alguns componentes, decidimos de forma unânime realizar uma nova assembleia para recomposição da diretoria, que ocorreu em janeiro de 2017. A nova diretoria da OSM seria composta por: Presidente João Paulo Silva, da OAV; Vice-presidente João Batista

Marcolino (João Sorriso), da Serras Verdes; Primeiro Tesoureiro Lucas Muzzi Machado Diniz, da CAMPONESA; Segundo Tesoureiro Wilson Gonzaga dos Santos, da APAN-FÉ; Primeiro Secretário Felipe Ferreira Staboli, do grupo Raiz do Campo; Segunda Secretária Violeta Martinez Zepeda, da ECOMINAS; Titulares do Conselho Fiscal Marcílio José Barbosa (AAOF), André Luis Pereira (ABAL) e Giuliano Carlos Ferreira (COOPFAM); e como suplente do Conselho Fiscal Ramon Senra Coelho (APOMM). Nesta reunião também se continuou o planejamento para 2017 que será descrito adiante. Uma nota importante e triste, mas que não passou despercebida foi a participação de apenas uma mulher na diretoria. Letícia e Aloísia relataram a construção e participação do I Encontro Mulheres e SPG, em Torres-RS, onde ficou clara a necessidade de se empoderar as mulheres agricultoras e ampliar sua participação nas instâncias de representação. Informaram sobre a construção do Encontro de Mulheres em SPG da região Sudeste, que seria realizado no IFSULDEMINAS-Campus Inconfidentes, onde as agricultoras sul mineiras seriam as anfitriãs, um evento que contaria com o apoio do MAPA. Iniciou-se naquele momento a discussão sobre a possibilidade de a OSM adotar a paridade de gênero na composição de suas instâncias de decisão. Posteriormente, discutimos o Encontro de Coordenadores no início do ano seguinte e a necessidade de que ele fosse bem feito para não só formar bem os novos coordenadores, como também para cumprir as normas do Ministério. Falamos ainda sobre os custos da certificação que seriam alterados e sobre a possibilidade de se certificar o Extrativismo Sustentável do Pinhão, uma necessidade importante das agricultoras e agricultores da região da Serra da Mantiqueira.

## **5.6 Um caso de um ano de SPG sul de Minas**

O primeiro ciclo da pesquisa-ação foi espontâneo e providencial. O trabalho da Aloísia já havia levantado pra gente a questão da participação para que pudéssemos nos apoderar do processo de certificação, o que aumentaria nossa confiança mútua e, conseqüentemente, a credibilidade do SPG. Deveríamos construir a confiança por meio da participação (BEDUSCHI FILHO; CAMARGO, 2013) De certa forma, desde o primeiro ano dessa empreitada pela certificação participativa, nós já trabalhávamos sob os princípios da pesquisa-ação. Todos os encontros coletivos eram uma forma de teorizar sobre a prática. Sempre tínhamos que cumprir as exigências da auditoria do MAPA, que nos recomendava uma série de coisas, as quais tentávamos corrigir durante a prática do ano seguinte, dentro de um eterno ciclo. Já no ano de 2016, decidimos por aprimorar nossas formas de participação e promover a participação, não simplesmente exigi-la. Deliberamos, em reunião, que no ano de 2017

iniciariamos uma experiênciã com a realizaçã de reuniões periõdicas, prẽ-agendadas e itinerantes. Dessa forma aumentariamos as possibilidades de participaçã, todos saberiam das datas com bastante antecedênciã e todas as associações teriam a oportunidade de receber em suas sedes uma reuniã da OSM onde todos os seus membros seriam estimulados a participar. Ficou decidido que aconteceria reuniões de diretoria bimestrais, com a participaçã de representantes de todos os Nõcleos de forma itinerante, onde as coordenadoras(es) de grupo e coordenador(a) do OPAC Sul de Minas receberiam uma diãria e ressarcimento do combustõvel para participar destas reuniões do OPAC. Como ẽ importante entender a dinãmica das decisões tomadas para compreender o funcionamento do SPG, a histõria deste ano serã contada acompanhando a cronologia das atas e do caderno de campo. Buscaremos compreender a prãtica SPG Sul de Minas, durante os encontros coletivos realizados ao longo do ano de 2017, em especial os momentos decisivos do processo de certificaçã da qualidade orgãnica e os momentos de formaçã e nossa relaçã de agricultoras e agricultores com o SPG.

### **5.6.1 E daquilo que a Aloõsia jã falou?**

O SPG sul de Minas começou, sõ começou, começamos ontem, 5 anos nãõ ẽ nada. A gente tem que encarar tudo como um processo, um projeto, coisa que muda, que aprimora, que avança e que volta atrãs nas decisões. A gente tã na caminhada, um projeto de construçã coletiva de um sistema bacana que ẽ inclusivo, dã oportunidade desde o menorzinho ao maior de participar, basta se dispor a participar, entender o que o SPG vai trazer alẽm do certificado. (Marcõlio, AAOF, em entrevista).

Durante a explicaçã do percurso metodolõgico, me referi à metodologia de pesquisaçã como um ciclo da prãxis. À ida pra academia com o objetivo de teorizar sobre a minha prãtica, como um caipira praticante Agroecologia, dentro da OSM e, mais especificamente, do processo de Certificaçã Participativa do SPG Sul de Minas.

Seguindo a metodologia, tĩnhamos que partir de uma base, no caso, o trabalho da Aloõsia. Daĩ partir para utilizaçã de ferramentas de investigaçã que pudessem servir ao acompanhamento das atividades da OSM, principalmente as relacionadas ao processo de certificaçã participativa, no caso alẽm da consulta tradicional à bibliografia acadẽmica, tambẽm à anãlise documental de todos os documentos produzidos ao longo do processo de certificaçã participativa, com ênfase no ano de 2017 e inõcio de 2018. Ao mesmo tempo, eu construí um caderno de campo, emprestando a clãssica metodologia utilizada na Antropologia, para acompanhar todos os momentos de encontro durante o mesmo periõdo, cursos de formaçã, visitas de certificaçã, auditoria, assembleia.

O trabalho da Aloísia “A constituição do sistema participativo de garantia Sul de Minas e sua contribuição para a Agroecologia na região” (HIRATA, 2016), é considerado para nosso estudo o ponto de partida da metodologia da pesquisa-ação. Começamos por analisar a situação que é o contexto da pesquisação, no caso o SPG Sul de Minas após o trabalho da Aloísia e suas conclusões, as projeções e a implementação da mudança na prática e assim seguindo o ciclo da pesquisação, amparado pelo planejamento, implementação e avaliação dos resultados de cada ciclo, como sugerido por Tripp (2005).

Hirata (2016) destaca como **resultados** de seu trabalho, que é o contexto da nossa pesquisa-ação, que a implantação do SPG Sul de Minas foi “**favorecida pelo capital social existente nas diversas organizações que compõem a rede**” e “**pelo envolvimento de instituições públicas parceiras**”, isso foi o que demonstramos anteriormente enquanto contávamos um pouco da nossa história e buscávamos explicar detalhadamente qual é este capital social. A autora também acredita que existe **necessidade** de se **desenvolver** uma “**cultura da participação**” que fortaleceria “**as relações sociais e a confiança entre eles** (nós agricultores) **e no sistema (o SPG Sul de Minas)**”, começaremos por analisar como a ação de se fazer mais encontros coletivos com custos divididos entre os associados poderia contribuir para promover a participação. Continua afirmando que considera **relevantes** os “**procedimentos e a metodologia utilizada para a avaliação da conformidade**” na tentativa de garantir a participação, por tornar o sistema mais transparente e permitir “**a construção do conhecimento agroecológico por meio da troca de experiência e valorização dos saberes**”. Foi com base no sucesso dessas ações coletivas, onde as agricultoras e agricultores são protagonistas, que decidimos que elas seriam a melhor forma de promover a participação. Sobre a **como ações do SPG Sul de Minas contribuem para a Agroecologia na região**, Hirata (2016) destaca o **Circuito Sul Mineiro de Agroecologia (CSMA)**, as **feiras de produtos orgânicos**, o **trabalho com as sementes crioulas** e a “**influência no discurso e ações das instituições parceiras**, com destaque para “criação do grupo de estudos em Agroecologia Raiz do Campo IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes.” Partindo destas conclusões, proporemos o protagonismo das agricultoras e agricultores da OSM na promoção da transição Agroecológica da região sul de Minas. Dessa forma se inicia mais um ciclo de nossa práxis.

De uma perspectiva puramente prática, a pesquisa-ação funciona melhor com cooperação e colaboração porque os efeitos da prática de um indivíduo isolado sobre uma organização jamais se limitam àquele indivíduo (TRIPP, 2005).

A necessidade de se estimular a participação, alertada pela Aloísia, faz da escolha pela pesquisa-ação uma contribuição para que todos os agricultores pudessem participar do processo de pesquisa. Tripp (2005) sugere que a pesquisa-ação, para se tornar colaborativa, deve: tratar de temas de interesse mútuo (a participação dos agricultores passou a ser tema de interesse da organização e prática da organização, como já foi demonstrado); basear-se num compromisso compartilhado de realização da pesquisa (a proposta foi apresentada ao grupo em assembleia e nas conversas do dia a dia); permitir que todos os envolvidos participem ativamente do modo que desejarem (só deu entrevista aqueles que quiseram, só escrevi os nomes daqueles que permitiram, os direcionamentos da pesquisa em sua maioria se deram nas conversas com os demais agricultores); partilhar o controle sobre os processos de pesquisa o quanto possível de maneira igualitária (todos foram chamados a contribuir da forma como pudessem e quisessem da mesma forma e sempre mantinha atualizado sobre os resultados todos os interessados); produzir uma relação de custo-benefício igualmente benéfica para todos os participantes (sempre me questionei e questionei os demais agricultores sobre se estava valendo a pena a realização da pesquisa); e estabelecer procedimentos de inclusão para a decisão sobre questões de justiça entre os participantes (o trabalho na grande maioria das vezes acompanhou decisões tomadas em reuniões oficiais da OSM).

Além do selo, o SPG me traz o contato com as pessoas, que eu gosto muito de gente, com mais pessoas, a troca de experiências, conhecimento, essa autonomia de construir junto uma confiança do produto ali, que é alimento. Eu participei, eu vi é assim. (Rosângela, COOPFAM, em entrevista).

O primeiro ciclo da nossa pesquisa-ação se inicia após o trabalho da Aloísia e sua paciente insistência juntamente com o professor Luizinho em nossas reuniões, para que realizássemos ações que **promovessem a participação** mais ativa de todos os agricultores, planejamos e decidimos, partindo do problema de se **desenvolver a “cultura de participação”**, criar estímulos para que mais pessoas pudessem participar das atividades do SPG. Após refletir, **decidimos por realizar reuniões itinerantes**, com estímulo para que os Núcleos pudessem enviar representantes<sup>53</sup>. Esta opção por aumentar a quantidade de encontros, mesmo que com isso a OSM tivesse que investir em recursos financeiros, se deu pela constatação feita no trabalho da Aloísia e na nossa experiência prática sobre o sucesso dos “procedimentos e a metodologia” dos momentos de encontro para a avaliação da conformidade (visitas de pares e visita de verificação) na garantia da participação e por tornar

---

<sup>53</sup> - O rateio dos custos destas reuniões entre todos os membros do SPG como transporte, alimentação por conta da organização que está recebendo, além de uma diária

os sistema de avaliação mais transparente, além de permitir “a construção do conhecimento agroecológico por meio da troca de experiência e valorização dos saberes”, sendo este um benefício para além do selo que só é possível com a participação nas atividades coletivas. Depois de implementada esta decisão ao longo do ano de 2017, seriam avaliados os resultados a partir das entrevistas e da observação participante.

Essa troca de saberes que acontece nos encontros e nas visitas, iria acontecer se não tivesse o sistema? Eu acho que muito pouco. Foi o SPG que proporcionou esse contato entre os agricultores, eu mesmo num tinha. O contato é anterior ao conhecimento. Tipo pegar na mão, falar oi, perguntar o que tá fazendo. Hoje em dia a ligação das pessoas é o dinheiro, falo com você se eu tô interessado em comprar ou vender uma coisa pra você. No SPG a gente tem uma troca de energias, essa troca de saberes, de contar um caso, a gente entra na questão cultural também, que é esse lance de contar caso. De certa forma aqui a gente valoriza o saber do homem do campo. Eu tenho um amigo que fala assim: “as pessoas num leva muita fê no que eu falo não”. Às vezes só pelos trajes a pessoa já tem preconceito. Mas se chega um engomadinho, numa caminhonete e começa falar sobre uso de veneno, de um adubo, começa a vender o pacote pro agricultor, que tá vendo aquele tipo de cara aparecer na televisão, vendo a propaganda acontecer, mesmo os saberes dele fica em segundo plano, inda mais o saber do vizinho, porque a propaganda é forte. (João Paulo, OAV, em entrevista).

### 5.6.2 A primeira das reuniões itinerantes

As reuniões no OPAC Sul de Minas constituem uma importante estratégia para conferir maior transparência ao processo, dando oportunidade de participação e autonomia aos agricultores. Elas são importantes para manter as relações sociais e de confiança entre os membros do sistema, mas precisam ser bem conduzidas de modo a propiciar a participação e envolvimento de todos e todas. Nos grupos e nos núcleos as reuniões devem acontecer de maneira autônoma, para que os agricultores possam planejar e discutir ações do interesse do grupo e relativos à certificação (HIRATA; ROCHA; NERY, 2018, p. 57).

No dia 31 de janeiro de dois mil e dezessete, na Escola Agroecológica Sítio Esperança, em Lambari, MG, aconteceu a primeira destas reuniões itinerantes da OSM. Nesta reunião estiveram presentes representantes da ABAL (André e o Mauro); APOMM, (Toninho, Ramon e Bruna); APANFÉ (Amarildo, Carlos, José Maria e Wilson); AAOF (Marcílio, Igor e Rafael); CEABRA (Rita e Mário); COOPFAM (Clemilson e Gil); ECOMINAS (Violeta e Benedito); OAV (João Paulo e Gustavo); SERRAS VERDES, (Vilma e João Marcolino); RAMA (Letícia e eu); RAES (Juliana, Jesus, Mário, Consuelo, Osvaldo e Roberto Queiroz); EMATER-MG (Aloísio Nery, Alexandre, Augusto e Leonel); IFSULDEMINAS/Raiz do Campo (Felipe Staboli, Aloísia e Luiz Carlos) e a Nayara, estudante de Agronomia da UFV. Onze dos 13 Núcleos existentes até então, participaram da reunião. A EMATER e o IFSULDEMINAS, estiveram representadas como instituições parceiras do SPG, além de uma

visita que pretendia conhecer o SPG. Parecia que tínhamos sucesso na nossa decisão por estimular a participação.

Nesta reunião, a RAES – Rede de Agroecologia e Economia Solidária manifestou oficialmente seu interesse em participar da OSM. O presidente da OSM solicitou que os integrantes fizessem uma breve apresentação e justificativa de interesse em participar do OPAC e da OSM. O Marcílio, AAOF, questionou sobre o conhecimento dos integrantes sobre os processos e dinâmicas de um OPAC. A RAES disse que está em processo de aprendizado e que quer buscar esse conhecimento na prática, sendo esse um de seus objetivos. A certificação é uma demanda atual do grupo RAES. São 12 agricultores que têm o interesse em se certificar. Explicou-se, então, que existem algumas normas para a entrada de uma nova associação da OSM, tanto internas da Central e do OPAC quanto da Legislação Nacional. É necessário, também, um apadrinhamento de algum Núcleo já cadastrado para que possa se cadastrar na OSM, cumprindo assim o rito. Foi solicitado à Camponesa, por questão de localização, se haveria a possibilidade de apadrinhar a RAES. Foi sinalizada positiva a ação pela organização. Lucas Muzzi realizará visitas e o processo de instrução das normas e atividades que ocorrem dentro do OPAC. Após o *feedback* do Lucas, para a OSM, seguirá os próximos passos para o processo de certificação. Foi realizada a votação para a entrada da RAES e houve aceitação dos membros OSM.

### **RAES – Três Pontas**

O Sr. Osvaldo disse que saiu de São Paulo e que, atualmente, é agricultor. Porém, quando chegou na região, motivado para investir em sua saúde, percebeu uma terra degradada. Realizando pesquisas, conheceu os trabalhos de Agroecologia e Agrofloresta. Por meio dos trabalhos desenvolvidos pelo Ernst Gostch e de cursos, começou a desenvolver a Agrofloresta na propriedade, sendo um dos primeiros a desenvolver o trabalho na região. O projeto também tem o interesse em preservar o meio ambiente. A fruticultura é a base dos SAFs e também contam com um pouco de hortaliças. Atualmente, estão desenvolvendo uma feira. O Sr. Jesus, explicou que a região de sua propriedade, em Campanha, é um tanto dificultosa para que haja a criação de um grupo local de agricultores orgânicos.

A Rede de Agroecologia e Economia Solidária (RAES) surgiu em Três Pontas após um curso de aprendizagem sobre Sistemas Agroflorestais, realizado em outubro de 2016. Esse curso, que reuniu professores, universitários e agricultores que tinham em comum a necessidade de mudança de conceitos de cultivo e estilo de vida, que procuravam um modo mais saudável de viver, de se alimentar, de produzir seus alimentos. Ao final do aprendizado,

definiram pela criação da RAES e deram início à implantação de 10 áreas de cultivo agroecológico por sistemas agroflorestais. A RAES reúne agricultores das cidades mineiras de Três Pontas, Varginha, Santana da Vargem e Campanha. As feiras, mutirões e cursos promovidos pela RAES em parceria com a Universidade Federal de Lavras e Universidade Federal de Alfenas têm atraído diversos simpatizantes, sendo a maioria estudantes em processo de graduação em áreas como Engenharia Florestal, Biologia, Alimentos e Agronomia. A RAES tem como foco principal o fornecimento de Alimentação Saudável com participação em feiras e fornecimento de cestas para grupos de consumo, sendo 90% de sua comercialização realizada por meio das redes sociais.

Como já explicado anteriormente, a RAES necessitaria de uma organização madrinha. A CAMPONESA seria a madrinha da RAES, dada a proximidade geográfica entre elas. A RAES, assim como a RAMA, seria um grupo informal. Igor (AAOF) e Clemilson (COOPFAM) lembraram que era importante, mesmo sendo uma organização, que esta tivesse registros transparentes de sua atividade, sendo acompanhados do Marcílio, que afirmou que o histórico e a coesão do grupo eram mais importantes que um CNPJ. Ficou decidido que o apadrinhamento seria uma necessidade para novos grupos, sendo eles formais ou informais, e aconteceria obrigatoriamente uma visita da organização madrinha à organização ingressante para poder apresentar a OSM e o OPAC. A relação entre as organizações, já valorizada por Hirata (2016), continuava sendo valorizada e aprimorada já na primeira reunião do ano.

Posteriormente, a Letícia apresentou a programação dos custos do SPG que havia sido decidida em reunião anterior, um valor bem mais baixo do que o cobrado pelas empresas de auditoria, mas que foi questionado pela representação da CAMPONESA, podendo inviabilizar a participação da organização. Todos concordaram em rever os custos para que isto não ocorresse e seria decidido no Encontro de Coordenadores. Este encontro foi a pauta seguinte da reunião. Letícia explicou que ocorreria nos dias 27, 28 e 29 de março de 2017, em Inconfidentes e os coordenadores já deviam trazer uma agenda, flexível, para as datas das visitas de pares e de verificação, para que tivéssemos uma agenda a ser divulgada já no início do ano e assim podermos estimular a participação nas visitas, em especial dos consumidores, mas, também, para facilitar o agendamento da participação dos colaboradores. Dessa forma, conseguiríamos estimular a participação e garantir a transparência com desejado por Hirata (2016). Para o encontro, a EMATER iria sugerir uma adaptação do PMO para atender à legislação e ao requisitado pela auditoria do MAPA, nossas parcerias iriam colaborar para solucionar este problema, o que faz com que este estudo mais uma vez enalteça o trabalho das instituições parceiras no fortalecimento do SPG como já constatado por Hirata (2016, 2018).

A programação do encontro ficou estabelecida com as seguintes pautas: planejamento de visitas, papel do coordenador, prática de coordenação, trabalho das comissões temáticas (insumos, sementes, comercialização). Para que a participação não se restringisse aos coordenadores, estes deveriam levar a discussão ao grupo e elaborar coletivamente uma lista dos insumos que utiliza para que pudesse embasar o trabalho da Comissão de Insumos.

Esta primeira reunião, por mais que tocasse nos assuntos relativos ao SPG e OPAC, havia sido de diretoria da OSM. O OPAC, como já explicado, é apenas um organismo dentro da OSM, que junto com os colaboradores e consumidores, forma o SPG Sul de Minas. Importava, para nosso trabalho, compreender como se dava nossa certificação mais especificamente por isso, cabe a pergunta: Como a gente certifica?

### **5.6.3 Como a gente certifica**

Certificar é um troço engraçado. Porque eu, que faço tudo certinho, tenho que passar todo ano por isso e quem joga veneno adoidado num precisa? Eu tenho que colocar um selo pra falar que meu alimento é limpo, enquanto o agronegócio, com mínima fiscalização, segue produzindo suas commodities envenenadas? Desde minha primeira experiência com agricultura orgânica esta dúvida me inquietava. Feliz fiquei ao saber que, ao me organizar, meus pares compartilhavam das mesmas inquietações.

Certificar, por si só, é se submeter aos impérios agroalimentares (PLOEG, 2009), que pressiona o estado para normatizar o setor, enquanto o agronegócio se esforça pra se livrar de qualquer ônus, inclusive teimando em não querer o selo com a informação de transgênicos, em mudar o nome de agrotóxico para “defensivo agrícola”. A gente certifica para poder dizer que nosso alimento é orgânico na forma da lei. A gente não pode simplesmente falar que é, tem que comprovar para o Estado e para a sociedade civil. Graças a toda propaganda, a sociedade civil também é convencida pelo agronegócio a exigir a certificação dos orgânicos e ser conivente com o uso de agrotóxicos. É difícil ir contra a corrente. O movimento pela Agroecologia é de resistência ao modelo do agronegócio, que é imposto pelos impérios agroalimentares.

Cercados pelo Estado, pelo poder econômico do agronegócio e pela sociedade que consome em massa e impulsiona o sistema, nós, agricultores que simplesmente querem um pedaço de terra pra poder cultivar alimento sem veneno, para alimentar a família e a comunidade próxima, temos que resistir. É claro que o sistema tenta integrar o agricultor familiar, tentando torná-lo empresarial (LAMARCHE, 1993; WANDERLEY, 1996). Mesmo

aquele que não adere ao pacote da assistência técnica tradicional de monocultura, veneno, adubo, maquinário, semente monopolizada, commodity, pode se tornar um agricultor empresarial verde, por usar algumas técnicas orgânicas. E mesmo se decidir não querer veneno e adubação química, ainda pode ser um agricultor empresarial orgânico, dentro do “nicho de mercado” reservado para ele. Estes agricultores podem até fazer monocultura, substituindo o pacote antigo, por um novo pacote verde, ser intensivo no uso de insumos externos, produzir commodity para exportação, que continuará tendo garantido seu nicho de mercado orgânico, um mercado que, por toda especulação envolvida na formação de preços, se torna inacessível para a maior parte da população. Aliás, é exatamente pelo último fator citado, a produção para o mercado externo, que temos uma legislação para o controle da produção orgânica. Como contado anteriormente, os países desenvolvidos passaram a exigir adequação dos países em desenvolvimento à legislação de orgânicos, que nasceu na década de 1990 para que pudesse haver comercialização entre os países. Na verdade, uma armadilha do neoliberalismo que crescia mundialmente, para a entrada, pela porta dos fundos, império agroalimentar controlado pelo centro do capitalismo financeiro (STÉDILE, 2011). Nós, em nossa condição periférica de produtores de matérias-primas, obedecemos (FERNANDES, 1973; PRADO JÚNIOR, 1979).

A legislação de orgânicos no Brasil, apesar de seguir o curso da integração, foi sacudida com a entrada de um governo, ligado às pautas progressistas, no controle do Estado brasileiro. Um governo, até certo ponto, de contracorrente. Até onde puderam, os movimentos sociais avançaram. A legislação brasileira de orgânicos construída a partir de 2003 é resultado desta mobilização social de resistência ao modelo de dependência econômica.

Uma das inovações da legislação era a possibilidade de certificação participativa, que regulamentada em 2009, abriu caminho para que nós pudéssemos nos organizar e construir nossa central e nosso SPG a partir de 2011 e credenciar nosso OPAC em 2012. A legislação nos possibilitava ter o selo através de um sistema inovador, que quebrava com o monopólio das empresas de auditoria mais integradas ao mercado internacional. Mais importante, este selo envolvia a participação direta das agricultoras e agricultores na certificação e na garantia da qualidade orgânica, o que na prática já acontecia nos movimentos de resistência. Mais além, ainda permitiu que agricultores em Organizações de Controle Social (OCS), poderiam comercializar os alimentos como orgânicos de forma direta em feiras, em domicílio e na própria unidade de produção, sem a necessidade de selo. Baseado na confiança gerada pela proximidade entre o agricultor que cultiva o alimento e o consumidor final. A confiança, aliás, é o pilar fundamental das formas participativas de garantia (BEDUSCHI FILHO;

CAMARGO, 2013; FONSECA, 2009; HIRATA, 2016; MEDAETS; FONSECA, 2005; MEIRELES, 2007).

Quando nós, da OSM, decidimos por criar nosso SPG e credenciar nosso OPAC, nos baseamos em nossa confiança mútua.

Para o funcionamento de um OPAC, é importante que haja confiança entre os seus membros e que estes conheçam e se apropriem da sua dinâmica de funcionamento. Buscando envolver mais os agricultores nas ações de planejamento, execução e avaliação de atividades o SPG Sul de Minas passou a realizar o encontro de formação de coordenadores do OPAC. Esse encontro normalmente acontece em meados do primeiro semestre, tem duração de dois, três dias e reúne os coordenadores de grupo, representantes dos colaboradores e diretoria da Orgânicos Sul de Minas. O encontro tem o apoio do IFSULDEMINAS (Proex e Campus Inconfidentes) e MAPA. O espaço tem sido importante e promove a integração entre os presentes, a troca de experiências, a construção do conhecimento, além de importantes decisões tomadas em relação ao processo de avaliação da conformidade. Dentre os encaminhamentos importantes, destaca-se a definição do calendário anual de reuniões, visitas de pares e verificação, as equipes da comissão de avaliação, a reformulação de documentos e reflexões sobre os princípios do SPG Sul de Minas e papel dos coordenadores de grupo (HIRATA; ROCHA; NERY, 2018, p. 72).

#### **5.6.4 Encontro de Formação de Coordenadores**

A primeira reunião anual que acontece no âmbito do OPAC Sul de Minas é o Encontro de Formação de Coordenadores de Grupo do OPAC Sul de Minas. Em 2017, aconteceu nosso terceiro encontro, nos dias 10, 11 e 12 de abril, no IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes. Havíamos proposto em reunião que o Encontro deste ano seria construído de forma participativa desde as pautas, sua preparação, sua realização e sua avaliação. No decorrer dos primeiros meses do ano, com a forte participação na primeira reunião, começamos a acreditar que o problema da participação estava resolvido; mas, durante a preparação do Encontro, percebemos o contrário. Foram poucos os agricultores que puderam colaborar, não por desinteresse, mas pela dificuldade de usar a internet. Muitos me falaram durante o Encontro sobre esta dificuldade. Eu havia pedido um espaço, um momento onde eu pudesse trabalhar uma metodologia participativa se enquadraria no meu trabalho de mestrado, mas acabei abraçando a função de preparação e facilitação do Encontro. Por sorte, as pautas foram definidas pela reunião de janeiro e nesse ponto foram importantes as, mesmo poucas, participações nos grupos de e-mail e whatsapp. Havia uma dúvida ainda presente sobre o que era cada uma das instâncias da OSM (SPG e OPAC) que precisava ser compreendida pelos coordenadores de grupo. Estes precisariam ter clara qual seria a sua função dentro do OPAC e do SPG. Precisávamos, também, construir grupos de trabalho para

tratar de diversos assuntos: Lista de Insumos, Casa de Sementes, Comercialização, Plano de Manejo Orgânico (PMO), Manual de Procedimentos e Regulamento do OPAC, Formulários das visitas de pares, verificação e custos da certificação, além de discutir a certificação da produção animal e o Extrativismo Sustentável. Decidido o que seria pauta, precisávamos organizar a programação. Para esta atividade, a maioria das contribuições foi de nossos colaboradores. Durante o Encontro, questionei alguns de meus pares sobre a razão de não terem participado da organização, para o que afirmaram: não ter “tanto conhecimento desses Encontros”; ser “coordenador de grupo pela primeira vez”; não ter acesso à internet ou ter dificuldade pra utilizar; ser “certificado pelo primeiro ano”; não entender “direito alguns nomes e siglas”; estar “muito ocupado na roça”; e por não saber ler. Ainda falta, portanto, empoderar-se dos procedimentos para ter participação ativa, mas alguns de nós, cito aqui Marcílio, Rosângela, Amarildo, Letícia, João Sorriso, Paulo Siqueira, Álvaro, João Paulo Silva, Benedito Pereira, Felipe Staboli, Luciene e Rubens, relataram ao longo do ano que só se empoderaram do sistema após ter começado a participar. Nossa teoria de que o estímulo à participação, mais do que a cobrança, parecia se mostrar cada vez mais palpável. Não era necessário desespero pela falta de participação, precisávamos entender suas razões. Estas conclusões que chegávamos em grupo, foram delimitando o meu procedimento de pesquisa. Eu precisava buscar as razões dessa falta de participação que, conseqüentemente, não empoderava os agricultores e estes seguiam a sina de dependência, continuavam não tendo autonomia.

A situação que me encontrei durante a preparação do Encontro, me fez já entender aqueles resultados do estímulo à participação como resultados de nossa ação prática após as constatações feitas pela Aloísia. A minha percepção era que o ritmo das ações da OSM eram mais rápidas do que eu imaginava na formatação da pesquisa. Parecia que meu trabalho já tinha material de sobra naquele momento para já partir para as conclusões. Decidi observar o que aconteceria durante o Encontro antes de tomar qualquer decisão, mas já entendia que um novo ciclo da pesquisa poderia se iniciar a partir dali.

Decidi por me preparar e preparar uma proposta de programação detalhada do Encontro. Esta programação foi enviada a todos os coordenadores que participariam do Encontro e aos nossos colaboradores. Os Núcleos, as organizações da OSM que fazem parte do OPAC, deveriam levar para o Encontro, nas pessoas de seus coordenadores de grupo: a decisões tomadas internamente sobre as datas das visitas de pares e verificação, sobre as possibilidades de dias de campo e suas datas para o Circuito de Agroecologia; sobre quem seriam os Representantes do OPAC, lembrando que cada Núcleo indicaria 2 representantes

para a Comissão de Avaliação e 1 representante para a Comissão de Recursos, sobre os custos de certificação; levar os pagamentos das anuidades de certificação dos fornecedores membros de cada Núcleo e o pagamento da anuidade do Núcleo à OSM; levar a decisão sobre a participação nos Grupos de Trabalho; apresentar a lista com os insumos mais utilizados pelo Núcleo; e levar um símbolo que represente o Núcleo para ser utilizado na mística de Abertura. Havia também as recomendações para todos os participantes: levar algum alimento para ser compartilhado nos Cafés Solidários; dúvidas relativas à OSM e ao trabalho de coordenador de grupo; a disposição de exercitar a Responsabilidade Solidária dentro do SPG; a disposição ao diálogo.

No Encontro, estavam presentes as seguintes organizações da OSM: AASFAD, CAMPONESA, AAOF, ABAL, APOMM, APANFE, ECOMINAS, COOPFAM, RAMA, RAES, SERRAS VERDES, OAV, CEABRA. Estavam também nossos colaboradores de sempre: IFSULDEMINAS, EMATER-MG e Grupo de Estudos Raiz do Campo. Como programado, tivemos nosso Café Solidário, cujo objetivo é compartilhar o que cada um produz e promover uma acolhida no início das atividades. Esta ideia vem dos encontros da APOMM e lembra muito os encontros em torno da alimentação como é característico das culturas camponesas tradicionais do Brasil, como a cultura caipira (BRANDÃO, 1983; CÂNDIDO, 1964; MENASCHE; CHARÃO; ZANETTI, 2008; QUEIROZ, 1971; WOORTMANN; WOORTMANN, 1997).

Após as boas vindas feitas pelo Prof. Luiz Carlos (IFSULDEMINAS) eu assumi a facilitação do Encontro. Todos os coordenadores presentes, representando as 13 organizações da OSM participantes do Encontro se apresentaram para que todos pudessem se conhecer pelo nome, saber as funções de cada um e a qual organização pertencia, além de apresentar brevemente cada organização. Apresentaram-se também os colaboradores, especificando qual instituição representava e qual contribuição dava ao SPG Sul de Minas.

A primeira atividade prática do Encontro foi compreender o papel do coordenador, suas responsabilidades junto à OPAC. Foram discutidos os objetivos, as dificuldades enfrentadas pelos agricultores que se encontram há mais tempo no sistema e as expectativas dos mais novos. Elaboramos então um quadro conceitual sobre o papel do coordenador. Os participantes se reuniram de acordo com o Núcleo, entre os seus pares, e os colaboradores se reuniram entre si. Escreveram em um papel **duas funções** que consideram **mais importantes** para o **coordenador de grupo** e as **duas maiores dificuldades** encontradas no último ano **na prática da coordenação**, os Núcleos novos escreveram **duas expectativas** e **duas dúvidas sobre a coordenação**. Depois de reunidas as informações, foi feito um quadro conceitual

sobre a função do coordenador e depois comparado com as atribuições do coordenador descritas nos documentos oficiais do OPAC cujas alterações, se necessárias, seriam feitas nos grupos de trabalho.

Sobre as funções consideradas mais importantes de um coordenador, foram citadas: 4 vezes que o coordenador deveria ser o elo entre o OPAC, Núcleo e Grupo; 3 vezes que deveria ter conhecimento das normas e dos processos e que deveria perceber os problemas e buscar as soluções; 2 vezes que deveria cobrar disciplina com o Plano de Manejo; e houve uma citação sobre representar o Grupo e o Núcleo em visitas externas; que deveria planejar e organizar as visitas de pares; que deveria fazer a revisão e orientação sobre o preenchimento da documentação; que deveria estar atento às mudanças na legislação; que deveria incentivar o diálogo dentro do Grupo e do Núcleo sobre o SPG; e deveria compreender os documentos da certificação. Após construir este quadro, projetamos as funções dos coordenadores que constava em nossos documentos oficiais para que pudéssemos refletir. Observamos que todas as funções citadas, de alguma maneira, se encaixavam nas funções descritas em nosso documento, como mostraremos na comparação:

**I. coordenar as atividades do Grupo:** perceber os problemas e buscar as soluções; conhecimento das normas e do processo; atenção às alterações na legislação; e cobrar disciplina com o Plano de Manejo.

**II. organizar e implementar as visitas de pares:** planejar e orientar as visitas de pares.

**III. servir de elo entre o OPAC e o Núcleo, fazendo as comunicações necessárias para o bom funcionamento do SPG:** ser o elo entre o OPAC, Núcleo e Grupo; representar o grupo e o Núcleo em visitas externas; e incentivar o diálogo dentro do grupo e do Núcleo sobre o SPG.

**IV. se responsabilizar pela guarda e pelo encaminhamento ao OPAC dos documentos necessários ao processo de geração de credibilidade do Grupo a que esteja vinculado:** fazer a revisão e orientação sobre o preenchimento da documentação; compreender os documentos da certificação.

A seguir destacamos as maiores dificuldades encontradas pelos membros que já haviam passado pela coordenação, por ordem de importância:

- a) **sair para participar de reuniões e deixar a roça;**
- b) **preenchimento deficiente dos PMO por parte de algumas agricultoras/agricultores;**

- c) falta de comprometimento e compreensão do processo por parte de algumas coordenadoras/coordenadores;
- d) dificuldade para falar sobre o que a agricultora/agricultor visitado está fazendo de errado;
- e) perguntas no formulário que causam confusão na interpretação;
- f) falta de zelo das agricultoras/agricultores pela qualidade e disponibilidade dos registros;
- g) PMO não se adequa às necessidades da agricultora/agricultor;
- h) entendimento da legislação pelas agricultoras/agricultores mais novos no processo;
- i) não conhecer previamente o básico sobre as unidades a serem visitadas.

As maiores expectativas apresentadas pelos coordenadores que representavam novos grupos foram, por ordem de importância:

- a) adquirir o conhecimento necessário para ser uma boa coordenadora/coordenador;
- b) incentivar os associados a darem mais importância às reuniões;
- c) incentivar o grupo a participar das visitas de pares e verificação;
- d) conduzir o grupo a uma forma eficiente de certificação;
- e) colaborar na construção de uma rede fortalecida para produção e comercialização;
- f) atrair mais associados;
- g) fazer do OPAC um modelo de certificação para o Brasil;
- h) quebrar o paradigma de que a agricultura orgânica não dá lucro.

Por fim, as dúvidas mais recorrentes sobre a coordenação foram:

- a) como a dinâmica do OPAC pode fortalecer o empoderamento dos coordenadores no processo?
- b) qual a função global, a essência do processo?
- c) qual a independência do Grupo em relação ao Núcleo?
- d) como vencer as pragas e as doenças no orgânico?
- e) quais os produtos permitidos para o orgânico?
- f) até que ponto é permitido mudas convencionais para o orgânico?

Toda a discussão foi sistematizada com a intenção de gerar material para a elaboração de uma Cartilha que passaria a orientar os Coordenadores de Grupos. Dois coordenadores ficaram responsáveis pela proposta da elaboração da Cartilha; Rogério da APOMM e Osvaldo do RAES. Percebemos que o bom entendimento das funções descritas em nossos documentos, seria suficiente para resolver as dificuldades apresentadas por aqueles que já haviam sido coordenadoras/coordenadores. Escrevemos as dificuldades cada uma em uma folha de papel e fixamos em uma parede para que, ao longo do Encontro, pudéssemos escrever soluções para cada uma das dificuldades enquanto íamos nos formando. Resumiremos então o resultado desta metodologia.

**Sair para participar de reuniões e deixar a roça**, foi a dificuldade mais destacada. Já trazíamos prática das reuniões itinerantes para o ano de 2017 como forma de minimizar esta dificuldade, o que avaliaríamos no decorrer do ano. Além disso, esta dificuldade também poderia ser minimizada se os coordenadores **servissem de elo entre o OPAC e o Núcleo, fazendo as comunicações necessárias para o bom funcionamento do SPG**, pois ele dividiria a tarefa penosa da coordenação entre todos os membros que o ajudariam a **coordenar as atividades do Grupo, como organizar e implementar as visitas de pares e responsabilizar pela guarda e o encaminhamento ao OPAC dos documentos necessários ao processo de geração de credibilidade**, o que fariam com o devido **zelo pela qualidade e disponibilidade dos registros**. Para haver mais zelo com os registros, também decidimos que a contratação de uma estagiária poderia contribuir para receber e organizar os documentos na sede do OPAC. Sendo feito assim o **preenchimento deficiente dos PMO por parte de algumas agricultoras/agricultores**, não seria mais um problema, mas foi sugerida também uma Oficina sobre o PMO para ser realizada ao longo do ano, além da sugestão de se fazer o preenchimento do PMO em grupo, o que aproximaria os pares. Seria necessário que fizéssemos alterações para que nosso PMO **se adequasse às necessidades da agricultora/agricultor**, sendo sugerida a sua divisão, em partes o que facilitaria a atualização e acompanhamento, da mesma maneira as **perguntas no formulário que causam confusão na interpretação**, deveriam ser modificadas. Para tal, seria necessário termos **comprometimento e compreensão do processo por parte todas as coordenadoras/coordenadores**. Quanto mais as agricultoras/agricultores se apoderassem do funcionamento do SPG, menor seria a **dificuldade para falar sobre o que a agricultora/agricultor visitado está fazendo de errado**, ou simplesmente em desacordo com a legislação, pois não necessariamente é errado, devíamos, antes, encontrar formas para que não ocorressem problemas deste tipo. Por fim, todos deviam ser devidamente capacitados,

principalmente durante o Encontro de Coordenadores, que deveria promover o **entendimento da legislação pelas agricultoras/agricultores mais novos no processo**, como também deveríamos criar um procedimento para **conhecer previamente o básico sobre as unidades a serem visitadas** durante o processo de certificação, principalmente as unidades novas. Para isto deveríamos melhorar nossa comunicação dentro do grupo, melhorar nossa apresentação na internet, disponibilizando online todas as informações necessárias sobre as unidades certificadas, suas organizações, a OSM, seu OPAC e seu SPG. Reforçou-se a ideia de uma cartilha com estas informações básicas. Apresentei a proposta de também trabalhar para desenvolver uma Cartilha como produto final do mestrado, mas a pesquisa na forma cíclica da pesquisa-ação nos levaria a outro rumo.

Os novos Núcleos apresentaram suas principais dúvidas. Como muitas agricultoras/agricultores falaram na apresentação, que a própria prática da certificação era a principal forma de compreender o SPG e o OPAC, não era de se estranhar que a mais recorrente dúvida fosse **como a dinâmica do OPAC pode fortalecer o empoderamento dos coordenadores no processo?** A grande maioria das agricultoras e agricultores da OSM sempre compreendeu a prática da certificação como a principal escola e passaram a relatar aos mais novos como isso acontecia, destacando que a troca de conhecimentos entre agricultoras/agricultores e com os colaboradores era a principal responsável por isso. As dúvidas que se seguiram, por ordem de importância, foram: **qual a função global, a essência do processo? E qual a independência do Grupo em relação ao Núcleo?** Para o qual pedimos paciência, pois seriam respondidas na sequência do curso, pois estas dúvidas já eram esperadas por nós. As demais dúvidas, menos recorrentes, foram todas de caráter mais técnico: **Como vencer as pragas e as doenças no orgânico? Quais os produtos permitidos para o orgânico? Até que ponto é permitido mudas convencionais para o orgânico?** Elas seriam respondidas durante as discussões nos grupos de trabalho, em especial o de insumos.

As expectativas dos grupos novatos quanto ao trabalho de coordenação seriam analisadas nas atividades finais do Encontro, quando descobriríamos se conseguiram **adquirir o conhecimento necessário para ser uma boa coordenadora/coordenador**; se saberiam **conduzir o grupo a uma forma eficiente de certificação** para fazer de nosso **OPAC um modelo de certificação para o Brasil**. Nas próprias expectativas apresentadas, reparamos que já estavam algumas respostas. Todas as coordenadoras/coordenadores deveriam, para que a expectativa fosse atingida, se dedicar para **incentivar as associadas/associados a dar mais importância às reuniões e incentivar o grupo a participar das visitas de pares e verificação**, o que atrairia **mais associadas/associados** e colaboraria com a formação **de uma**

**rede fortalecida para produção e comercialização, que poderia quebrar o paradigma de que a agricultura orgânica não dá lucro.**

Na sequência do Encontro, apresentamos uma dinâmica onde construiríamos coletivamente os conceitos e posteriormente compararíamos com aquilo que estava em nossos documentos e apresentações públicas, alterando se necessário.

- Quem Somos (OSM)?

Em nosso Estatuto temos que a Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas, “Orgânicos Sul de Minas”, com sede na cidade de Inconfidentes, Minas Gerais, e foro na cidade de Ouro Fino, possui como base territorial no Sul de Minas e região. É uma Entidade Civil sem fins lucrativos, formada como Associação, e tem como princípios a liberdade, a democracia, a cooperação e a ajuda mútua, buscando o “equilíbrio ecológico e o bem estar social, por meio do desenvolvimento de uma agricultura socialmente segura, ambientalmente sustentável e economicamente justa”.

Em nossa página da internet e em todas as nossas apresentações públicas tínhamos a seguinte definição da organização:

A “Orgânicos Sul de Minas” é uma central das associações de produtores orgânicos da região do Sul de Minas Gerais, que nasceu da necessidade de interação e fortalecimento dos grupos de produtores orgânicos já existentes.

Atualmente, a Central conta com 11 instituições associadas e participação de mais de 400 agricultores, com abrangência em toda a região do Sul de Minas. (Definição apresentada pela OSM em suas apresentações públicas).

Uma pessoa, que não consegui registrar quem, alertou que uma mudança de Estatuto só poderia ser feita na Assembleia, caso houvesse necessidade. Essa informação assustou algumas pessoas que falaram ser desnecessário alterar os documentos. Ao analisar profundamente, percebemos que o que estava escrito era o necessário e não precisava mais que aquilo. Uma alteração poderia “encher muito” o documento. O Estatuto permaneceu como estava.

Sobre a nossa apresentação pública, foi lembrado que agora seríamos 13 instituições associadas e apenas isso deveria ser corrigido.

- Qual o objetivo da OSM?

São nossos objetivos, de acordo com o Estatuto:

- a) congregar e representar as Associadas, defendendo seus direitos e interesses, bem como os dos produtores a elas filiados no cumprimento de sua finalidade e na medida dos recursos disponíveis;

- b) fomentar o desenvolvimento da Agroecologia e adequação das unidades agropecuárias sustentáveis, visando melhorar as condições de vida de seus associados;
- c) estimular o aprimoramento e maior eficiência da produção agroecológica, por meio de assessoria técnica, extensão rural, pesquisas, práticas educativas, conferências e cursos;
- d) assumir formalmente a responsabilidade pela Avaliação da Conformidade Orgânica das unidades de produção das Associações de produtores orgânicos do Sul de Minas e dos produtores a elas associados, de acordo com Legislação pertinente;
- e) representar as associações dos produtores orgânicos e seus associados, perante qualquer instância;
- f) trabalhar as temáticas ambientais e hídricas, contribuindo para preservação/conservação do ambiente e dos corpos hídricos.

Que se resume em nossa apresentação pública:

Fomentar o desenvolvimento da Agroecologia com maior eficiência de produção, por meio de assessoria técnica, extensão rural, pesquisas, práticas educativas, conferências e cursos aos grupos de agricultores orgânicos do Sul de Minas. Além disso, busca defender, com os recursos disponíveis, os direitos e os interesses das associações e dos produtores a ela vinculados, além de estabelecer mecanismos de formalização da Certificação Participativa, por meio da criação do OPAC. (Apresentação pública da OSM).

A discussão que se seguiu foi extremamente proveitosa, podendo se resumir nos seguintes pontos mais citados entre o que deveria constar em nosso objetivo, com algumas observações que foram anotadas em caderno de campo:

- a) desconstrução e construção de conhecimento, de conceitos (citado por representantes da OAV, RAMA, APOMM, AAOF,);
- b) respeito ao conhecimento do agricultor (citado por representantes da COOPFAM, RAMA, RAES, CAMPONESA, APAN-FÉ)
- c) respeito à natureza e ao próximo (citado por representantes da ABAL, APOMM, CAMPONESA, AAOF, OAV, Serras Verdes, CEABRA. ECOMINAS)
- d) comércio justo – troca com consumidores (O primeiro lembrado por representantes da COOPFAM, AAOF E CAMPONESA, o segundo lembrado por RAMA, RAES, ECOMINAS)

- e) resgate do passado, de conhecimentos antigos e tradicionais do meio de produção (OAV, RAMA, COOPFAM, CAMPONESA, AASFAD, AAOF, RAES, Serras Verdes)
- f) incorporação de dimensões culturais, econômicas, etc. (APAN-FÉ, RAMA, COOPFAM, ECOMINAS, CEABRA, ABAL)
- g) economia solidária (RAES)
- h) sustentabilidade (APOMM, APAN-FÉ)

As intervenções denotam aquelas características que já foram mencionadas na apresentação de cada organização, que já se formam sustentadas por um aparato ideológico que buscam imprimir na OSM. O importante da apresentação e discussão da OSM é convencer todos entendedores de que somos parte de uma mesma organização. Que mesmo pertencendo a outras organizações, a união delas em torno OSM, nos torna parte também desta. E que esta organização maior pode trazer muitos benefícios. Por mais que no início, uma das principais razões de nossa união ter sido a possibilidade de certificação participativa, estávamos, sim, nos unindo para criar uma grande rede, com nós fortes, que pudesse nos representar num espectro maior do território e ser a promotora de um movimento em torno da Agroecologia. Como Marcílio insiste em dizer: “a OSM é maior que o SPG e o OPAC”. Significa que podemos trabalhar juntos para além da certificação. O SPG é uma conquista para a OSM por permitir a certificação. Todos que ali estavam pertenciam a uma organização, sabiam o que esta organização fazia. Quando suas organizações decidiram entrar pra OSM, sabiam o que esta última fazia. Para fazer parte do SPG, precisávamos nos capacitar, esta é a razão do Encontro. Seguimos então para as explicações sobre o SPG.

- O que é e o que fazemos no SPG Sul de Minas?

Para esta parte do Encontro, começamos por apresentar aos novos membros, a partir da experiência dos presentes, o que, basicamente era o SPG Sul de Minas, quem fazia parte dele e como ele tinha sido construído. Posteriormente, projetamos em tela as definições que constavam em nossos documentos e apresentações públicas.

A Instrução Normativa n 19, regula os mecanismos de controle e suas formas de organização. Seguindo o que estabelece a legislação, construímos nossos documentos e nossa apresentação pública com a seguinte definição de SPG:

Os Sistemas Participativos de Garantia – SPG caracterizam-se pela responsabilidade coletiva de seus membros, que podem ser produtores, consumidores, técnicos e quem mais se interesse em fortalecer esses sistemas. Os métodos de geração de

credibilidade são adequados a diferentes realidades sociais, culturais, políticas, territoriais, institucionais, organizacionais e econômicas (BRASIL, 2009c).

Hirata (2016) resume que SPG é “um organismo formado por membros interessados na certificação orgânica”, e acrescenta os aspectos além do selo por promover “ações de interesse do grupo visando ao seu fortalecimento e desenvolvimento”. Citando a seguir a Carta do Foro Latino Americano de Sistemas Participativos de garantia:

“SPG (são) sistemas de garantia de qualidade, a partir do empoderamento das comunidades, onde a certificação conta com a participação ativa dos atores envolvidos e tem como base a confiança, as redes sociais e o intercâmbio de conhecimento” (CARTA FORO LATINOAMERICANO DE SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTÍA, 2009, p. 1).

Todos estes conceitos estiveram presentes nas manifestações dos mais experientes complementadas pelas intervenções dos colaboradores. Hirata (2016) lembra a carta de princípios apresentados pelo Foro Latino Americano de SPG: **Participação e envolvimento**, onde os princípios, normas de produção e o funcionamento do SPG são gerados, apropriados, postos em prática e verificados por meio da participação efetiva dos interessados; **Transparência**, onde os envolvidos estão conscientes sobre como funciona o SPG, podendo ser verificado pessoalmente ou através de registros; **Confiança**, onde o SPG é considerado a expressão da confiança entre os atores envolvidos, refletindo a capacidade que as comunidades têm de demonstrá-la com mecanismos sociais e culturais característicos; **Autodeterminação**, pois o SPG estimula e proporciona mecanismos para apoiar o desenvolvimento integral, onde a autonomia das agricultoras e agricultores é fortalecida; **Diálogo de Saberes**, uma vez que o SPG repeita, resgata e valoriza os diferentes saberes e culturas, estimulando a integração (CARTA FORO LATINOAMERICANO DE SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTÍA, 2009).

Imaginávamos de antemão que uma dúvida seria certa, o que se confirmou: quem faz parte do SPG Sul de Minas? Devido a isto já havíamos iniciado o dia com a apresentação dos Núcleos, com seus grupos e fornecedores, e dos colaboradores, quem eram, onde trabalhavam e como contribuía. Imaginávamos, mesmo assim, que as dúvidas continuariam, por isso foi planejado para este momento a projeção sobre como é formado o SPG Sul de Minas, baseada em nossos documentos. Projetada a definição nós mostrávamos na prática quem era quem. Começando por mostrar quem eram os **Núcleos** solicitantes da certificação, formais ou informais, associados à OSM, além dos **colaboradores** do SPG e o departamento de certificação, o **OPAC**. Seguindo da demonstração na prática da função que exerciam aqueles que estavam presentes ao Encontro. A projeção seguinte mostrava, de acordo com nossos

documentos, quem eram os membros do SPG. Mostramos quem eram os **fornecedores**, agricultoras e agricultores no nosso caso até então, mas também poderiam requerer a entrada de empresas distribuidoras, comercializadoras, transportadoras e armazenadoras de produtos orgânicos que, pela lei, também devem ser certificadas. Também são membros do SPG todos os **colaboradores**, sendo para o nosso caso, até o momento, técnicos de organizações públicas (IFSULDEMINAS e EMATER), podendo ingressar também consumidores e suas organizações, técnicos de instituições privadas, ONGs e organizações de representação de classe. Um dos colaboradores presentes lembrou aos demais que o colaborador deve interferir o menos possível, manter o protagonismo do agricultor, contribuir com os aspectos legais e técnicos, dando segurança à produção do agricultor, além de fortalecer a relação entre os agricultores e técnicos. Foi apresentada a seguir uma projeção com as funções de fornecedores e colaboradores, também constante em nossos documentos. Seguimos com uma projeção, mais uma vez de acordo com nossos documentos, explicando os conceitos de **Núcleo** e **Grupo**, seguidos das funções de cada um.

Reproduzimos aqui estas definições que ainda geram dúvidas entre as agricultoras e agricultores:

**Núcleos** - São denominados núcleos do SPG Sul de Minas, as associações e cooperativas associadas à Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas, solicitantes da certificação participativa. Os núcleos não poderão ter número inferior a cinco (5) membros, solicitantes da avaliação da conformidade orgânica. O núcleo deverá indicar três (3) membros para compor o OPAC, sendo dois (2) para a comissão de avaliação e um (1) para a comissão de recursos;

**Grupos** - Os núcleos poderão se dividir em grupos, de acordo com a necessidade, localidade, produtos ou interesse do núcleo, não podendo o grupo ser em número inferior a 3 membros. Cada grupo, indicará um representante para o cargo de coordenador do grupo.

Relembrando, cada organização associada à OSM, forma um Núcleo de certificação, que de acordo com sua organização própria pode se dividir em quantos Grupos forem necessários, uma agricultora/agricultor faz parte de um grupo junto com seus pares. O Núcleo tem como funções: escolher, a cada 2 anos, três representantes que serão coordenadores de grupo para composição do OPAC Sul de Minas; elaborar, atualizar e encaminhar ao OPAC Sul de Minas a lista das unidades de produção que serão certificadas; estabelecer sua dinâmica própria de gestão e funcionamento que deverá ser registrada em documento próprio, assinada pelos membros e encaminhada ao OPAC Sul de Minas onde é registrada e guardada; garantir e se responsabilizar solidariamente pelo processo participativo de Avaliação da qualidade Orgânica; auxiliar e orientar os Fornecedores no preenchimento dos formulários e

na elaboração dos documentos necessários à geração de credibilidade; realizar Visita de Pares no mínimo uma vez por ano, a cada unidade de produção; promover troca de experiências e a correção das não conformidades apontadas no processo participativo de avaliação. O Grupo, na pessoa do coordenador, tem como função: coordenar as atividades do Grupo; organizar e implementar as visitas de pares; servir de elo entre o OPAC e o Núcleo; se responsabilizar pelo recebimento, guarda e pelo encaminhamento ao OPAC dos documentos necessários; compor a comissão de avaliação, quando indicado pelo Núcleo.

Dessa forma, foi constituído o nosso SPG. As agricultoras/agricultores devem ter a compreensão destes conceitos para entender o funcionamento do SPG. Como se uniram fornecedores e colaboradores pra buscar a certificação participativa. Um dos representantes de um Núcleo novo, após afirmar que tinha entendido da composição perguntou: “e a certificação em si, como é? Eu fui certificado de auditoria, não entendo ainda como a gente mesmo pode certificar. Quem certifica afinal?”

- O que é o OPAC Sul de Minas?

Quem certifica é o OPAC. Então seguimos com a explicação sobre ele. Mantivemos a mesma dinâmica, projetar as definições oficiais e discutir em plenária. Hirata (2016) afirma que “se pudéssemos comparar um OPAC à certificação por auditoria, este seria o departamento de certificação”.

Segundo a IN 19:

Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC): é uma organização que assume a responsabilidade formal pelo conjunto de atividades desenvolvidas num Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica (SPG), constituindo na sua estrutura organizacional uma Comissão de Avaliação e um Conselho de Recursos, ambos compostos por representantes dos membros de cada SPG (BRASIL, 2009c).

Portanto, o OPAC é a exigência mais básica da lei para que possamos certificar. O que o MAPA audita todo ano é nosso OPAC, o seu funcionamento na garantia participativa da qualidade orgânica. A mesma IN 19, decreta as características de um OPAC:

- I - ser o representante legal do (s) SPG (s) perante os órgãos competentes;**
- II - assumir a responsabilidade legal pela avaliação da conformidade;**
- III - ter na sua estrutura, no mínimo, uma Comissão de Avaliação e um Conselho de Recursos, ambos constituídos por representantes dos membros do SPG;
- IV - emitir documentos relativos ao funcionamento do SPG;**
- V - organizar e guardar os registros e documentos relativos à avaliação da conformidade;**
- VI - apontar as não conformidades e propor as ações preventivas e corretivas necessárias aos fornecedores; e**

- VII - possuir estatuto social que caracterize suas atribuições, contendo no mínimo:
- critérios para composição ou escolha dos membros da Comissão de Avaliação e Conselho de Recursos do OPAC;
  - requisitos mínimos de participação, direitos e deveres dos membros;
  - periodicidade das reuniões e assembleias dos membros;
  - sanções administrativas;
  - composição mínima de membros para se caracterizar um SPG e exigências mínimas de funcionamento; e
  - quorum mínimo para a deliberação nas assembleias.
- VIII - possuir regimento interno (BRASIL, 2009c).

Em negrito, destacamos as funções que estabelecemos para o nosso OPAC em nosso Regimento Interno, que é a própria característica obrigatória número VIII. Todas as demais características obrigatórias para um OPAC estavam descritas neste mesmo documento e no Manual de Procedimentos de nosso OPAC. Portanto, tínhamos dois documentos próprios que estabeleciam o funcionamento de nosso OPAC e que estavam feitos de acordo com o mínimo estabelecido em lei. Na discussão após a projeção, os mais novos no sistema se diziam confusos com tantas siglas e os mais velhos respondiam que só aprenderiam de verdade na prática. Seguiu-se uma intensa discussão sobre as exigências da lei que serão apresentadas em outro momento do texto.

A Figura 5.5 resume um pouco o que falamos:

Figura 5.5 - Tipos de atores e as funções que desempenham em um Sistema Participativo de Garantia.

TIPO DE ATOR	FUNÇÕES
Produtores	<ol style="list-style-type: none"> <li>Solicitar a avaliação da conformidade de seus produtos.</li> <li>Fornecer as informações necessárias, com os detalhes e com a frequência estipulados pelo SPG e solicitados pelo OPAC;</li> <li>Contribuir para a geração da credibilidade através de sua participação no SPG;</li> <li>Atender às orientações preventivas e providenciar a correção das não conformidades de acordo com as recomendações da comissão de avaliação;</li> <li>Garantir, individual e solidariamente, a conformidade dos produtos avaliados.</li> </ol>
Colaboradores	<ol style="list-style-type: none"> <li>Contribuir para a geração da credibilidade através de sua participação no SPG;</li> <li>Assumir a responsabilidade solidária pelos produtos avaliados.</li> </ol>
OPAC	<ol style="list-style-type: none"> <li>Ser o representante legal do(s) SPG(s) perante os órgãos competentes;</li> <li>Assumir a responsabilidade legal pela avaliação da conformidade;</li> <li>Emitir documentos relativos ao funcionamento do SPG;</li> <li>Organizar e guardar os registros e documentos relativos à avaliação da conformidade;</li> <li>Apontar as não conformidades e propor as ações preventivas e corretivas necessárias aos fornecedores.</li> </ol>

Fonte: Fonseca (2009 citado por HIRATA, 2016).

Por fim, projetamos os conceitos que são os pilares de sustentação do SPG Sul de Minas: **CONFIANÇA, RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA e PARTICIPAÇÃO**. Seguimos uma discussão sobre o entendimento destes conceitos para que nosso SPG funcionasse. Não era sem propósito fazer esta discussão. Antes de tudo estes conceitos básicos eram exigências legais para o credenciamento de nosso OPAC. Os conceitos aqui apresentados serão retomados posteriormente no texto, onde discutiremos como fazer em nossa organização para promovê-los.

A IN 19 decretava o controle social necessário para a certificação, como um processo de geração de credibilidade organizado de forma que as pessoas possam participar ativamente e interagir dentro de suas organizações, garantindo o poder compartilhado nas decisões e pela responsabilidade na garantia da qualidade orgânica, devendo haver comprometimento, transparência e confiança das pessoas envolvidas (BRASIL, 2009c). Quando trata dos procedimentos para avaliação de conformidade por meio de SPG, a mesma lei estabelece que devem utilizar métodos de geração de credibilidade, adequados às realidades locais, caracterizando-se pelo controle social, a participação e a responsabilidade de todos os membros pelo cumprimento dos regulamentos da produção orgânica.

Segundo a legislação brasileira, os SPGs são caracterizados pelo controle social, participação e responsabilidade solidária, devendo utilizar métodos de geração de credibilidade adequados às realidades sociais, culturais, políticas, territoriais, institucionais, organizacionais e econômicas (BRASIL, 2009c citado por HIRATA, 2016, p. 44).

Além, disso, faziam parte dos princípios estabelecidos pelos movimentos de Agroecologia para a certificação participativa. O Foro Latino Americano de SPG estabeleceu como características básicas dos sistemas: a **Participação** e o **Envolvimento**, a **Transparência**, a **Confiança**, a **Autodeterminação** e o **Diálogo de Saberes** (CARTA FORO LATINOAMERICANO DE SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTÍA, 2009). O envolvimento entre os pares através da participação ativa gera confiança (BEDUSCHI FILHO; CAMARGO, 2013) e, conseqüentemente, transparência e devíamos promover o empoderamento sobre os conceitos através do diálogo de saberes para que alcançássemos a autonomia e pudéssemos praticar nossa autodeterminação. Nosso Estatuto Social dizia que era competência do OPAC, entre outras coisas, se responsabilizar solidariamente pela avaliação da conformidade da produção orgânica de seus Associados Solicitantes em relação às normas técnicas de produção Orgânica estabelecidas pela legislação vigente. Em nosso Regimento Interno, tínhamos que nosso departamento de certificação era regido pelos princípios da legalidade, responsabilidade solidária, moralidade, publicidade, equidade e poder

compartilhado. Esta responsabilidade solidária se expressa no fato de que deixamos de pensar individualmente em nossa unidade de produção como requisito legal para um selo, e passamos a pensar coletivamente a transição para a Agroecologia.

A responsabilidade solidária está presente no trabalho e no compromisso de todos para o cumprimento das exigências técnicas para a produção orgânica. Quando as exigências não são cumpridas por algum dos seus membros, todos se responsabilizam de forma solidária (HIRATA; ROCHA; NERY, 2018, p. 54).

Hirata (2016) baseou-se nestes princípios para a elaboração de seu trabalho. Resgato aqui a fala de uma entrevista realizada neste estudo:

A convivência com outros núcleos desconhecidos gera receios, devido à responsabilidade solidária que todos assumem, mas a metodologia de conhecer os outros grupos pelas visitas é o que pode gerar essa confiança. (D.B.M. Entrevista 2015 citado por Hirata, 2016, p. 115).

O conhecimento sobre os conceitos se davam principalmente por meio de nossa prática, como evidenciado pela fala, que além do controle social realizado pela conferência da documentação (PMO, formulários de visitas e outros registros que julgarem importantes), os momentos de integração contribuía, por meio do diálogo com a troca de experiências em relação às práticas de manejo e de registros, um momento de exercício da participação ativa, do controle social e da responsabilidade solidária (HIRATA, 2016). A autora garante que o capital social existe nas organizações que compõem a Orgânicos Sul de Minas, identificando na pesquisa, que a “confiança, base para o controle social e a responsabilidade solidária dos SPGs, são preexistentes ao SPG Sul de Minas, assim como a participação em atividades sociais e de cooperação mútua”, ressaltando que as organizações que faziam parte da OSM tinham longa trajetória e desenvolveram esta relação de confiança e participação ativa, o que nem sempre se aplicava ao SPG Sul de Minas, evidenciando a necessidade de promover ações que garantam maior participação e integração entre os agricultores de diferentes núcleos, como as visitas de verificação e o Circuito Sul Mineiro de Agroecologia (CSMA).

Hirata, Rocha e Nery (2018) afirmam que o controle social e a responsabilidade solidária se iniciam e se fortalecem nos Grupos, entre aqueles que estão mais próximos, que são pares, daí se projeta para o Núcleo e, por fim, para toda rede, por meio da participação direta de todas(os) nas ações coletivas para avaliar a conformidade orgânica, o que gera a credibilidade do sistema. Resgatando a seguinte fala do Paulo Siqueira, da APOMM: “Todos nós somos pessoas ocupadas, mas sem participar a coisa não funciona”.

Após esta discussão, continuamos com a metodologia proposta, iniciando o planejamento das Visitas, do Circuito de Agroecologia e apresentação das datas de reuniões de OPAC e Diretoria. Desenhamos um calendário no quadro com as datas propostas para as reuniões itinerantes, que ficaria exposto ao longo dos três dias do Encontro. Neste calendário, os Núcleos escreveriam suas propostas de datas para a Visitas de Verificação e Circuitos de Agroecologia estimulando o debate durante os três dias de Encontro e a parceria entre os Núcleos na confecção de um calendário anual de atividades, uma novidade em nossa prática com vistas a já deixar marcado no começo do ano todas as atividades da OSM, estimulando assim a participação.

Dividimos posteriormente os Grupos de Trabalho (GT), uma proposta que estávamos discutindo ao longo do último ano de certificação e que começava a tomar forma. Estes GT foram pensados de acordo com as principais dificuldades encontradas pelos membros da OSM durante a prática do SPG e na transição para a Agroecologia. Foram definidos 7 Grupos de Trabalho:

**Lista de Insumos:** Trata-se do cumprimento de uma exigência da Auditoria do MAPA sobre a Lista de Insumos permitidos pelo OPAC. Nós, além daquilo que já consta na legislação (IN 46/2011 e IN 17/2014), deveríamos ter nossa própria lista positiva sobre o que e como utilizar como insumo. Tínhamos um questionamento trazido pela APOMM sobre a possibilidade de uso de substrato de cogumelo como insumo, além de inúmeras dúvidas quanto ao fato de utilizar “esterco do vizinho” ou da própria unidade.

**Casa das Sementes:** Nossa recém-criada Casa das Sementes Mãe Terra precisava de nosso carinho. Decidimos criar um GT especialmente pra tratar dela. Precisávamos definir como seria o funcionamento da Casa, para que ela pudesse ser utilizada na prática. Além disso, precisávamos estudar a legislação de sementes e mudas orgânicas e o uso de não orgânicas, pois estávamos sendo obrigados pela legislação a só utilizar sementes e mudas com certificado orgânico, apesar de ainda serem raras no mercado convencional. A Casa das Sementes seria nosso local de resistência pela manutenção do controle sobre a biodiversidade nas mãos das agricultoras e agricultores.

**Comercialização:** Todos nós estávamos em maior ou menor grau, integrados ao mercado, como já foi mencionado. A certificação e, como consequência, o selo, têm por finalidade a comercialização. Discutiríamos principalmente as possibilidades de comercialização conjunta, em especial por meio da DAP Jurídica.

**Plano de Manejo Orgânico:** Aloizio, da EMATER, nosso colaborador, apresentaria um modelo de PMO proposto pela EMATER. Haveria também uma conversa sobre as

anotações de campo, pois era consenso que deveriam melhorar e serem mais práticas. Precisávamos também definir um momento de aprovação do PMO e a forma atualização.

**Manual de procedimentos e regulamento:** Ainda havia muita confusão entre o que constava nos dois documentos. Eles precisavam ser “enxugados” para que pudessem ter a leitura e o entendimento facilitados, seriam alterados e votados na Assembleia do último dia para oficializar as alterações.

**Formulários das visitas de pares, verificação e custos da certificação:**

Precisávamos, primeiramente, incluir o escopo de produção em anexo no formulário de verificação para ser apreciado junto ao Plano de Manejo e os registros. Esta medida já ajudaria muito o funcionamento de todas as instâncias do SPG. Os formulários de visita também tinham perguntas confusas e precisavam ser alterados. Os custos da certificação, apresentados pela Letícia, Coordenadora de OPAC, também precisavam de uma aprovação definitiva.

**Novos Escopos:** Até então, nosso OPAC certificava apenas os Escopos de Produção Primária Vegetal e Processamento de Produtos de Origem Vegetal. A razão principal era o receio de nossa parte, agricultoras e agricultores, pela dificuldade no entendimento de outros escopos. Tínhamos medo de não dar conta de certificar. Já havíamos proposto ao MAPA em auditoria a inclusão do escopo Extrativismo Sustentável, já vislumbrando a situação já ocorrente do extrativismo de pinhão na Serra da Mantiqueira, o que havia se tornado uma demanda dentro do OPAC após a entrada da APAN-FÉ e Serras Verdes, que já tinham o extrativismo de pinhão certificados em seu processo anterior. Precisávamos de um Plano de Manejo para Pinhão da Serra da Mantiqueira, outras possibilidades como a demanda apresentada no início do Encontro pela RAES sobre o extrativismo de marolo, criando os formulários necessários. Outra demanda da auditoria era a inclusão da apresentação no PMO dos animais, mesmo que fosse de companhia, o que imediatamente nos levou a discutir também o escopo de Produção Primária Animal.

Os GTs apresentariam seus resultados no último dia do Encontro. Neste primeiro dia, buscamos evidenciar a importância da participação autônoma de todos os coordenadores e colaboradores, lembrando-se de como esta participação deveria ser estimulada também dentro de cada Núcleo. A metodologia de trabalho que apresentei e executei durante o primeiro dia de Encontro, buscava completar o ciclo da pesquisa-ação iniciado por Hirata (2016). Podemos constatar que a presença maciça de todos os coordenadores de grupo neste Encontro, além da chegada de novos Núcleos, era resultado daquelas tentativas de estímulo à participação iniciadas no ano anterior. Já havíamos tido sucesso na primeira reunião itinerante em Lambari

e agora tornávamos mais participativo o nosso Encontro de Formação de Coordenadores. As organizações que compunham a OSM entenderam que a participação seria fundamental para ter o entendimento maior sobre o SPG e poder construir um movimento em rede pela Agroecologia. Nós, agricultoras e agricultores, começamos a compreender que só participando poderíamos ser protagonistas. Tudo se confirmaria nos demais dias do Encontro, que desencadearam uma adaptação na metodologia e, principalmente, nos resultados que seriam apresentados após nossa pesquisa.

Nosso Encontro de Coordenadores, segundo Hirata (2016), foi criado com vistas a diminuir a dependência do OPAC em relação ao IFSULDEMINAS e à EMATER, sendo um importante momento de formação do SPG Sul de Minas, onde o coordenador de grupo assume a responsabilidade na geração de credibilidade, fazendo a ponte entre as agricultoras e agricultores do seu grupo com o OPAC e com os outros grupos do OPAC.

Além disso, ainda é um disseminador de informação e contribui na cadeia de relações de confiança. Esse encontro foi avaliado por todos como necessário para estabelecer e fortalecer as relações de confiança na rede, além de conferir maior autonomia aos agricultores para planejar e executar as atividades respeitando as especificidades dos grupos. Com isso, o evento passou a ser obrigatório e compor o calendário de atividades do SPG Sul de Minas, deixando de ser apenas um evento do IFSULDEMINAS (HIRATA, 2016, p. 123).

Todas as agricultoras e agricultores que abordei ao longo do Encontro, sem exceção, disseram que o Encontro de Coordenadores era o principal momento de aprendizagem sobre o SPG, tendo alguns, citado também as visitas e a reunião de Auditoria. Afirmaram também que precisávamos ampliar este Encontro para que mais agricultores além dos coordenadores pudessem aprender estas “coisas mais básicas do SPG”. Isso proporcionaria mais chances de participação nas decisões, empoderando das agricultoras e agricultores; fortaleceria nossa rede, melhorando nossas relações; e possibilitaria nossa autonomia quanto aos princípios da Agroecologia e quanto ao SPG.

A partir do segundo dia foquei mais na observação participante, acompanhado do caderno de campo e celular para dialogar com meus pares de forma mais próxima enquanto acontecia o Encontro. O dia começou com a entrega simbólica das chaves da Casa de Sementes Mãe Terra às agricultoras e agricultores do Sul de Minas (IFSULDEMINAS, 2017b). João Batista Marcolino (João Sorriso), um dos mais importantes guardiões de sementes de nossa organização foi escolhido para receber simbolicamente as chaves.

Hoje é um dia histórico para gente, porque falando das associações do Sul de Minas que integramos hoje, a casa para gente é o futuro. Uma vez que a gente iniciou esse trabalho das sementes, tivemos muitas percas por não ter um lugar para armazenar.

Trazendo a semente para cá ela estará protegida. (João Sorriso em entrevista para IFSULDEMINAS, 2017b).

Além do simbolismo óbvio, de deixar em nossas mãos as chaves da Casa, existe também simbolismo para este momento de empoderamento que é o Encontro de Coordenadores. Sairíamos dali com a certeza de que éramos realmente importantes no trabalho com as sementes. “Que legal, é uma conquista mesmo”, ouvi durante a fala do João Sorriso. Todos estavam muito animados. Dali, seguimos par o setor de Agroecologia do IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes. O setor de Agroecologia é certificado pelo nosso SPG, sendo junto com o Sítio Esperança, as duas primeiras experiências de certificação de áreas em instituições de ensino em nossa região. Para participar da certificação, o setor de Agroecologia é vinculado ao Núcleo AAOF, pela proximidade com a cidade de Ouro Fino e o manejo é feito pelo Grupo Raiz do Campo. Tanto o setor de Agroecologia quanto o Sítio Esperança, por seu trabalho na educação para a Agroecologia, são isentos das taxas de certificação da OSM. Os benefícios que trazem para a OSM são muito maiores. A visita ao setor se iniciaria na Casa de Madeira, sede do Grupo Raiz do Campo e que abrigaria, no futuro, a sede da OSM. A Casa foi feita com madeira reaproveitada de um eucalipto que havia sido derrubado no Campus. Ao redor da casa aconteciam as experiências do grupo Raiz do Campo.

Como se trata de uma área certificada, decidimos que faríamos uma experiência prática de visita, para melhor formação dos coordenadores que teriam esta responsabilidade prática ao longo do ano. Como éramos muitos, nos dividimos em equipes e cada uma delas faria a visita em uma parte do setor de Agroecologia. Eu não participei de nenhum grupo, porém observei todos de forma participante, além de fazer o registro fotográfico do momento. Importante também seria ter contato com nossos formulários de visita para que, se necessário, pudessem ser discutidos e alterados pelo GT responsável, que apresentariam propostas para serem votadas na Assembleia do dia seguinte.

Observei, durante a visita, que a maior dificuldade dos novatos era ter a confiança que eram capazes de certificar. “Eu num sei nada disso”; “mas cumé que eu vou dizer isso, vão ficar bravo comigo”; “mas é a gente mesmo que fala que pode ter selo? Eu acho que se num tiver um técnico num dá pra certificar”; “eu num entendi direito umas coisas aqui do formulário”; “é muita pergunta, num sei se dou conta de responder tudo”; “eu tenho dificuldade pra escrever aqui nesses espaços”. Estas foram algumas das intervenções que pude observar e que denotam esta falta de confiança na própria capacidade. Interessante foi observar os colaboradores e, principalmente, as agricultoras e agricultores mais experientes no SPG dizerem coisas do tipo: “É só fazendo mesmo que a gente aprende, no começo eu achava

tudo uma bagunça”; “não é tão difícil, é aquilo que vocês fazem no dia a dia”; “olha, a gente já sabe na prática, daí pra passar pro papel é só questão de treinar”; “a gente pode certificar sim, se o auditor que nunca trabalhou na roça pode, a gente também pode”; “a gente sabe o que fazer porque a gente faz”. Importante salientar que esta confiança se dá com a participação, com o trabalho prático. As agricultoras e agricultores mais experientes demonstram muita segurança quanto ao SPG, principalmente pelo fato de conhecerem a Agroecologia na prática. A maioria das dificuldades demonstradas por estes, era referente às possíveis alterações que poderiam ser feitas para melhorar o formulário de visita. A sabedoria da prática é muito valorizada por todos. Ao final da prática, questionei novamente aqueles que demonstraram insegurança e ouvi: “ah, o Marcílio sabe muito e deu pra entender direitinho”; “a gente vai pegando jeito enquanto for fazendo”; “nossa senhora, é difícil! Mas se todo mundo aqui consegue eu vou conseguir também”; “tem que participar, senão não aprende, vou ter que falar com todo mundo no grupo pra gente treinar bastante”. Esta prática para o aprendizado sobre as visitas foi elogiada por todos os presentes. Era uma inovação que trazíamos para este curso e os resultados foram bastante positivos.

Voltamos para auditoria onde estávamos no dia anterior para uma breve explicação sobre a característica das visitas de pares e de verificação enquanto mecanismos de controle social essenciais para a processo de certificação ser verdadeiramente participativo. Destacaremos mais estas visitas adiante quando relatarmos as visitas oficiais que ocorreram no ano de 2017. Fizemos uma breve reflexão sobre a prática feita no setor de Agroecologia onde decidimos: haveriam alterações em algumas perguntas do formulário e tentaríamos dividir em formulário para primeira visita de uma unidade e formulário de manutenção, onde muitas perguntas poderiam ser eliminadas; este tipo de treinamento também deveria ser feito nos Grupos; os Grupos novas teriam acompanhamento da organização madrinha em sua primeira visita de pares; esta visita se tornaria uma prática fixa em nosso Encontro de Coordenadores, dado as impressões positivas que todos tiveram.

Durante a tarde do segundo dia, se reuniram os GTs. A participação nos GTs seriam de forma espontânea, cada um escolheria o grupo que gostaria de participar de acordo com sua vontade, no entanto os Núcleos deveriam se esforçar ao máximo para participar do maior número possível de GT e nenhum GT poderia ficar sub-representado. Separados, os GTs foram munidos com folhas para sistematizarem suas discussões. No fim da tarde, cada GT apresentaria seus resultados na plenária de forma bastante participativa, buscando envolver todos os representantes do GT. Com esta base, cada GT teria autonomia para determinar sua forma de trabalho e de apresentação dos resultados.

O Grupo de Trabalho de Insumos apresentou uma lista prévia elaborada pelo que tinham em mão até o momento e propuseram que cada Núcleo, internamente, abrisse a discussão e apresentasse ao OPAC uma listagem dos insumos que utilizavam até a data da próxima reunião itinerante. Sobre o uso de substrato de cogumelo, o GT considerou arriscado até que tivéssemos uma avaliação dos riscos, que deveria ser feita pelas agricultoras e agricultores da APOMM, como haviam solicitado. Ficou estabelecido que devesse ser feita esta análise de risco sempre que o insumo viesse de fora da propriedade e deveria ser relatado no PMO quando proveniente da mesma unidade.

O Grupo de Trabalho da Casa de Sementes apresentou propostas de alteração no Regimento de Funcionamento da Casa para que pudesse ser votada na assembleia do dia seguinte, sugeriu-se que existisse um Grupo permanente composto por pelo menos uma agricultora ou agricultor de cada Núcleo para que pudesse ser feito um estudo mais aprofundado sobre a legislação de sementes e mudas orgânicas e o uso de não orgânicas, para capacitar a organização na certificação da produção de sementes orgânicas. A Casa das Sementes seria nosso local de resistência pela manutenção do controle sobre a biodiversidade nas mãos das agricultoras e agricultores. Foi proposta, por fim, a realização de um CSMA com o tema sementes, além de fortalecer o evento Festa das Sementes Orgânicas e Biodinâmicas do Sul de Minas, conseqüentemente, fortalecendo também a parceria com a ABD. Cada Núcleo se responsabilizou pela tarefa de apresentar uma listagem das sementes que possuíam e daquelas que tinham necessidade para ser apresentada uma semana antes da etapa do CSMA.

O Grupo de Trabalho sobre Comercialização teve pouco material para trabalhar, pois não sabiam exatamente o que cada Núcleo tinha para comercializar. Propuseram que cada Núcleo apresentasse os produtos certificados disponíveis para comercialização na mesma data marcada para o retorno sobre as sementes. Discutiram ainda sobre circuitos mais curtos de comercialização, como as feiras e as cestas em domicílio, sobre os programas de compra institucionais, sobre a possibilidade da DAP Jurídica e a comercialização com outras redes de Agroecologia. Sugeriram também um estudo sobre a viabilidade de um entreposto pra a OSM que centralizasse a comercialização na região de Pouso Alegre, por ser mais central.

O Grupo de Trabalho sobre o Plano de Manejo Orgânico voltou muito satisfeito com a proposta apresentada pela EMATER, tendo havido poucas alterações. Os Núcleos receberiam por e-mail o novo modelo de PMO para que pudessem opinar. Depois de finalizado o modelo, a EMATER realizaria oficinas com os núcleos para treinamento sobre o PMO. Já iniciaríamos a utilização do novo modelo de PMO ainda este ano. Sugeriram ainda a inclusão de instâncias

para aprovação do PMO, primeiro dentro do Grupo, depois do Núcleo e finalmente do OPAC, que aconteceria na reunião final de OPAC no fim do ano.

O Grupo de Trabalho sobre o Manual de Procedimentos e Regulamento definiu que estes dois documentos seriam unificados, apresentaram as frases que se repetiam em ambos e confusão que causava nos membros do OPAC. Isso diminuiria a burocracia e facilitaria a consulta quando necessário. Propuseram a continuidade deste Grupo de Trabalho para apresentar à OSM uma proposta pronta de alteração que pudesse ser votada no fim do ano e colocada em prática a partir de 2018.

O Grupo de Trabalho sobre os formulários das visitas de pares, verificação e custos da certificação, decidiu por fazer algumas alterações que foram apresentadas para discussão na plenária, além disso, as organizações teriam a tarefa de refletir sobre os formulários ao longo do ano para se fazer uma alteração definitiva ao final do ano. Os custos da certificação foram aprovados e seriam apresentados para votação na assembleia do dia seguinte.

O Grupo de Trabalho sobre novos escopos decidiu que tentaria já fazer para este ano a certificação. O Extrativismo Sustentável de Pinhão contaria com a experiência daqueles que já foram certificados, ficando responsáveis por repassar o modelo de manejo que utilizavam anteriormente, assim como o caso do marolo, que a RAES, mais experiente no assunto, buscaria estudos para embasar a certificação. Ficou decidido que todos deveriam registrar os animais, mesmo os de companhia, nos PMO, como forma de treinamento para pedir a autorização para certificação deste escopo.

O último dia se destinou ao fechamento planejamento anual onde seriam marcadas as visitas de pares e verificação, as etapas do CSMA e as reuniões itinerantes do OPAC, além da realização da Assembleia Geral da OSM. As visitas de pares foram marcadas entre os meses de abril, maio e junho, com limite no mês de julho, quando se iniciariam a visita de verificação, estas por sua vez, teriam como limite o mês de novembro, quando aconteceria a reunião final do OPAC. O CSMA teria etapas em maio, no IFSULDEMINAS-Campus Inconfidentes, sob a responsabilidade do Grupo Raiz do Campo; em julho em Sapucaí Mirim, sob responsabilidade da Associação Serras de Santana; e agosto, em Maria da Fé, sob responsabilidade da APAN-FÉ. As reuniões itinerantes do OPAC seriam em maio, no bairro da Luminosa em Brasópolis, sede da ABAL; julho, em Poço Fundo, sede da COOPFAM; e em setembro no Assentamento Primeiro do Sul, em Campo do Meio, sede da CAMPONESA. Nos meses finais do ano, novembro e dezembro, aconteceria a reunião final do OPAC e a Assembleia Geral da OSM. Aguardávamos também a data da visita de Auditoria do MAPA, que provavelmente seria no segundo semestre, mas sobre a qual não tínhamos como decidir.

Estava assim construído o Calendário Anual de Atividades da OSM. A ideia era que com a marcação das datas das atividades com antecedência, estaríamos estimulando a participação, pois todos os Núcleos teriam como se organizar e enviar representações. Além disso, as reuniões itinerantes dariam oportunidade de participação a todos integrantes dos Núcleos que receberiam a reunião.

Para finalizar o Encontro, realizamos nossa Assembleia Geral. Nosso presidente, João Paulo Silva, iniciou dizendo da necessidade de todos se “empoderarem do processo” e que as ações que estávamos tomando após a reflexão de nosso Encontro, eram uma forma de estimular este empoderamento. Na primeira pauta, foi aprovado e votado o regimento de nossa Casa das Sementes Mãe Terra, cujo GT seria composto pelo Rubens (RAES), Violeta (ECOMINAS), Rafaela (Raiz do Campo), Benedito (ABAL), Amarildo (APAN-FÉ), Elenice (CAMPONESA), Jennifer (Raiz do Campo) e João Sorriso (Serras Verdes). Seguimos com a discussão sobre a entrada de novos Núcleos, ficando estabelecida oficialmente a necessidade do apadrinhamento por outra organização já associada à OSM, que deveria orientar os interessados em ingressar, explicando nossa diretrizes, as responsabilidades e a socialização das informações necessárias. A solicitação de entrada deveria ser feita na Assembleia Geral do fim do ano, para que o grupo ingressante pudesse acompanhar durante todo ano seguinte até ser oficializado como membro, a aprovação do ingresso se daria após o acompanhamento pela organização madrinha, que ficaria responsável por esclarecer aos demais Núcleos sobre a entrada ou não. Marcílio fez a justificativa de que não é uma restrição de entrada de novos núcleos, mas uma medida de proteção para a OSM, a qual foi acompanhada da Aloísia que lembrou o que falava Paulo Siqueira de que “a porta de entrada deve ser pequena, um bom filtro, e a de saída deve ser bem grande”, a COOPFAM acrescentou que na cooperativa esta experiência já funcionava e dava certo. O novo Núcleo, portanto, deveria demonstrar interesse e preparação para a entrada na OSM. Para participação e preparação do novo Grupo, na primeira visita de pares, deveria participar a organização madrinha, para realizar um treinamento visando a “proteção mútua”. Osvaldo, da RAES, disse que o processo de entrada deveria ser mais suave e didático, pois tinha muita coisa pra aprender, acompanhado por mim, que reafirmei o caráter educativo do SPG para construção da Agroecologia. O Núcleo interessado no ingresso deveria arcar com os custos por todo o processo, inclusive com os custos deste treinamento dado pela organização madrinha. Grupos internos e já cadastrados na OSM que migrassem ou que por necessidade tivessem que criar outro Grupo interno, independente do que estava ligado anteriormente, não teriam a necessidade de todo este processo, bastando a aprovação da Assembleia. Leticia, coordenadora do OPAC, reforçou a

necessidade de incluir no Regimento os procedimentos aprovados para a migração. Luizinho, do IFSULDEMINAS, propôs que o GT responsável, iniciasse uma discussão para a união dos documentos de Regimento e Manual da OSM em um único documento, tornando assim mais fácil o entendimento, o que todos os presentes concordaram. João Sorriso argumentou que quanto menos documento e mais prática, melhor. Graças às explicações dadas pelo GT que havia discutido o tema, todos concordaram com a união dos dois documentos. Reforçamos na sequência a importância de que até o dia 12 de maio cada Núcleo trouxesse o que foi combinado e apresentado pelos GT, como o levantamento da necessidade de sementes e o que tem de sementes para contribuir, levantamento dos produtos para dar continuidade nas discussões do GT de comercialização, as contribuições sobre os insumos utilizados. João Paulo Silva chamou a atenção para a responsabilidade quanto ao “dever de casa dos Núcleos” que deveriam se organizar para apresentar as demandas dos GT, sendo acompanhado pela maioria. Letícia, como coordenadora de OPAC, solicitou a formação de um GT para a avaliação dos rótulos, uma demanda já importante dentro de nossa organização. Nossa parceria com a EMATER-MG possibilitaria uma capacitação, se possível, dentro de uma Etapa do CSMA sobre rotulagem de produtos, e contaríamos com a contribuição da Flora<sup>54</sup> da EMATER-Lavras. O GT de rotulagem seria formado com os participantes da capacitação da Flora.

Letícia seguiu com a proposta de contratação de um estagiário para a OSM. Letícia disse que o coordenador de OPAC ser remunerado é menos vantajoso para a OSM, pois sendo agricultora/agricultor “não poderia deixar a atividade do campo para assumir integralmente a coordenação do OPAC”, sendo importante que a coordenação do OPAC seja exercida por um membro fornecedor. A possibilidade de estágio, além disso, contribuiria para a formação das pessoas, que no futuro, seriam parte da luta pela Agroecologia. O estagiário poderia ser um estudante do IF. Luizinho se encarregaria da formalização da documentação da OSM perante a contratação do estagiário e pela seleção. Dessa forma, reforçaríamos o protagonismo das agricultoras/agricultores e a parceria com as Instituições de Ensino. Letícia e eu solicitamos uma mulher para representar a OSM na mesa de discussões da 2ª Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária na Unifei, fruto do início de parceria com esta instituição. Estas parcerias precisariam ser cada vez mais reforçadas. João Paulo Silva lembrou que quanto mais parceiras tivéssemos, melhor seria para o nosso fortalecimento, sendo acompanhado do

---

<sup>54</sup> - Flora Aparecida Teixeira Castro, da regional de Lavras. Seu estudo “Juventude rural e as contribuições do projeto transformar de capacitação de jovens rurais no Sul de Minas (2006-2013)” defendido no PPGDE/UFLA em 2016, será retomado adiante.

Marcílio, Amarildo e por mim. Aloísia lembrou a necessidade de formalização dessa parceria para também colaborarem com o OPAC.

Pela primeira vez nestes anos de OSM, pude observar e participar de uma discussão sobre a conjuntura política nacional, reforçando o caráter político da luta pela Agroecologia. Pouco tempo antes do Encontro, a COOPFAM se posicionou contra a Reforma da Previdência, discutimos a necessidade da OSM acompanhar esse posicionamento de uma de suas associadas. A COOPFAM estava utilizando uma estratégia de comunicação via aplicativo “WhatsApp”, recolhendo assinaturas para enviar aos políticos que tinham votos na região e pressionar sobre o posicionamento contra a Reforma da Previdência. O Sr. Miguel (COOPFAM) recitou um lindo poema autoral sobre a corrupção na política. O presidente João Paulo Silva, disse que esse posicionamento não era partidário, mas sim um ato de defesa dos direitos já conquistados pelo povo. A OSM decidiu, então, emitir um documento com um posicionamento para pressionar os deputados da região para que não aprovassem a Reforma da Previdência, ficando aprovado pela maioria da Assembleia, que a OSM se posicionaria de forma contrária a PEC 287/2017.

Terminada a Assembleia, conclui o trabalho que me propus durante os intervalos do Encontro, quando questionei os presentes sobre o que estavam achando daquele momento.

João Sorriso tinha dito ainda na Assembleia que “o encontro de coordenadores foi muito produtivo nesses 3 dias de trabalho”.

João Paulo Silva, nosso presidente, havia encerrado o Encontro dizendo que a função da Agroecologia é produzir força e conhecimento.

Nós produzimos água, regeneração do solo, vida. Neste mundo de hoje podemos deixar nossa marca com os benefícios da Agroecologia. Nós não estamos aqui por acaso e todos sabemos da importância da Agroecologia em nossa vida. Independente de selo ou não somos uma grande família e a tendência é crescer cada vez mais. (João Paulo Silva durante o Encontro de Coordenadores).

Eu, enquanto agricultor participante do processo, também estava satisfeito com os resultados do Encontro e podia perceber isto no semblante de todo o grupo, apesar do cansaço pelos três dias de reflexão. O Encontro de Coordenadores podia ser resumido desta forma: um momento de Reflexão sobre a nossa Prática do SPG. Cada vez mais eu estava convencido do acerto pela metodologia da pesquisa-ação, pois tinha ainda mais certeza de que já fazíamos assim dentro da OSM.

Resumimos no quadro os pontos positivos e o que poderíamos melhorar resultado da consulta aos participantes ainda na sala. A ordem de importância é colocada a partir dos questionamentos feitos nos intervalos e ao final do Encontro, como vemos na figura 5.6.

Figura 5.6 - Pontos Positivos e o que se pode melhorar na prática do SPG:

Pontos Positivos	O que podemos melhorar?
Troca de experiência de vida	Melhorar a participação dos Coordenadores
União entre os semelhantes	Mais comunicação
Aprendizado	Dividir tarefas
Integração entre os núcleos faz crescer a OSM	Aprofundar o conhecimento sobre Agroecologia
Fechamento do Cronograma Anual	Convite a consumidores <sup>55</sup>
Objetividade do Encontro	Aproveitar o espaço para atividades culturais <sup>56</sup>
Retomada dos GT e criação de novos	Núcleo trazer as demandas para o encontro
Dinamismo	Mais participação da diretoria
Esforço dos Coordenadores	Melhorar divulgação do Encontro
Comprometimento dos Núcleos com as dinâmicas e objetividade	Se levantar para falar Manter o foco Trazer o cronograma do ano anterior Crachá para identificação Dinâmicas de interação

Ressaltamos a importância dada à **troca de experiências**, como forma de **aprendizado** e **integração** entre as agricultoras e agricultores presentes e entre os **Núcleos**, o que faz **crescer a OSM**. O entendimento de que somos “**semelhantes**” que deveriam se **unir**. Os principais pontos positivos destacados vão nessa linha e reforçaram a ideia de que a participação mais intensa, propiciada por estes momentos de encontro, troca e reconhecimento, possibilitaria nosso empoderamento acerca do SPG. O **fechamento do cronograma anual** também foi destacado por “facilitar a participação”, pois ninguém teria a “desculpa de que não sabia”. A **objetividade e dinamismo do encontro**, foram destacadas, pois “a gente fez tudo o que tinha pra fazer”, como afirmou Marcílio ou “a gente sai daqui com um tanto de tarefa, mas sabendo que resolvemos outro tanto de problema”, disse o João Sorriso. A **retomada dos GTs e a**

<sup>55</sup> - Esta questão aparece como mais importante nos questionamentos feitos após o Encontro e pode ter sido influenciada por ter sido o último ponto sugerido como melhora dentro durante a realização do Encontro. Este autor concorda com a importância de mais participação dos consumidores.

<sup>56</sup> - Também pode ter sido influenciada pelos questionamentos feitos no dia seguinte à nossa noite cultural, onde pudemos socializar longe das responsabilidades do encontro.

**criação de novos** foram destacadas principalmente pelos nossos colaboradores presentes, que entendiam a importância destes para dinamizar o trabalho do OPAC. Por último, apareceram o **esforço dos coordenadores** e o **comprometimento dos Núcleos com as dinâmicas e a objetividade**, por mais que entendêssemos que este esforço e comprometimento tenham sido importantes para a dinâmica e objetividade, sabíamos que estes pontos eram falhos.

Foi valorizado o esforço, mas seria necessário **melhorar a participação dos coordenadores**, como demonstra a mais citada quando a pergunta era “o que podemos melhorar”. Interessante que aqui não se trata da participação em si, mas da qualidade desta. Deveríamos melhorar a participação. Encontrar formas de participação além daquelas que já propúnhamos após o alerta dado por Hirata (2016). Talvez a falta de eficiência de nossa **comunicação** tenha sido o fator responsável pela maioria dos problemas relatados. A questão da **divisão das tarefas** apareceu como uma importante melhoria para acontecer, muitos de meus pares acharam que eu tinha me sobrecarregado demais durante a realização do Encontro e por isso achavam que todos deviam se propor na hora da divisão de tarefas. **Aprofundar nosso conhecimento sobre Agroecologia** apareceu por dois motivos. Alguns achavam que o Encontro também deveria ser um momento de se ter cursos sobre a temática da Agroecologia, outros pela discussão política que diferencia a agricultura orgânica, como forma de se conseguir selo para o mercado da Agroecologia, que tem seu pilar político e de movimento. “A gente tá criando uma coisa muito maior do que só um grupo que quer certificar, a gente é um movimento pela Agroecologia” lembrou João Paulo Silva, enquanto Marcílio afirmava “a OSM é mais do que o OPAC, a gente não pode esquecer, e a gente tem esse papel no movimento pela Agroecologia”. O mesmo Marcílio, havia alertado da importância da presença dos consumidores, Letícia lembrou que devíamos fazer o **convite aos consumidores** para participarem do SPG, Amarildo lembrou “a gente cultiva com amor para o consumidor, a gente tem que chamar ele pra ver isso”. João Paulo Silva, João Sorriso, o grupo Raiz do Campo, entre outros, afirmaram que devíamos **aproveitar o espaço para atividades culturais**, porque era um momento pra gente se conhecer mais intimamente, fora da “parte burocrática do encontro”, pra poder “jogar conversa fora”, “falar de outros assuntos”, “conhecer mais nossa cultura”, pois a “Agroecologia também é cultura”. João Paulo Silva falou que “se o grupo e o Núcleo fizessem “todas as tarefas”, as coisas iam “render”, Marcílio também destacou que teria sido ainda mais dinâmico se todos “tivessem feito aquilo que foi pedido”, Luizinho lembrou que ia “ser menos cansativo”, pois usaríamos nossas forças com mais objetividade. Os demais pontos, foram destacados somente durante após a Assembleia, mas todos foram específicos sobre o funcionamento do Encontro de Coordenadores em si.

Constatamos que nossas impressões sobre a importância da participação reforça o que foi relatado em Hirata (2016). A partir de seu estudo, nossa base, fizemos as projeções e implementamos mudanças na nossa prática, como as Reuniões Itinerantes, o reforço a importância do Encontro de Coordenadores, o financiamento pela OSM dos deslocamentos e diárias para possibilitar a participação, a criação de GT para aumentar as possibilidades de participação. De alguma forma, este Encontro de Coordenadores já estava fazendo uma avaliação dos resultados. Reforço o que disse anteriormente de que, na prática, já executávamos constantes ciclos de pesquisa-ação para melhorar o que já praticamos. Talvez cada uma das atividades seja o encerramento de um ciclo e o início do seguinte. Principalmente o Encontro de Coordenadores, pela intensidade da reflexão sobre a nossa prática. Meus pares também perceberam isso. Amarildo me disse durante o Encontro: “parece que a gente tá indo mais além do que previmos”, seu Benedito, da ABAL, disse que “o bão é que a gente já tá mudando o jeito da gente fazer as coisas, sempre pra melhor”, Violeta disse: “legal que a gente não sai daqui igual, a gente quer melhorar cada vez mais”. Podemos entender cada período entre encontros como um miniciclo da nossa eterna pesquisa-ação. As deliberações trazidas pelo encontro seriam nossas projeções para o futuro, que implementaríamos, e, logo quando possível, avaliariamos sua execução, como sugere Tripp (2005).

Continuávamos querendo **melhorar a participação**, porém implementaríamos novidades que foram alvo de nossa reflexão durante o Encontro. Como medida para melhorar a comunicação, refizemos os canais de contato via internet e um grupo de contatos de telefone com todos os coordenadores, cada GT também teria sua comunicação própria, precisaríamos também construir uma Cartilha sobre nosso SPG para melhorar a comunicação com os novos membros e com a sociedade em geral. Esta última, a Cartilha, havia sido uma proposta de produto final desta dissertação, mas a rapidez dos acontecimentos em nosso ciclo da práxis, fez com que decidíssemos que ela seria feita antes, dentro do projeto do PROAPO, no qual nossos colaboradores já estavam trabalhando, além disso, a Aloísia também tinha essa necessidade para cumprir com sua proposta de entregar um produto diferenciado para o SPG. Mais instâncias de participação resultam em mais **divisão de tarefas** para que fossem eficientes. Todos os Núcleos deveriam indicar representantes para todas as instâncias de participação, isso também facilitaria o fluxo de informações entre o OPAC e os Núcleos e com seus Grupos. O CSMA, além do Encontro de Coordenadores, seria nossa ferramenta para **aprofundar nosso conhecimento sobre Agroecologia**. Todos os Núcleos deveriam convidar **consumidores** para participar das visitas de pares e verificação, estreitando laços para que no

futuro também façam parte do OPAC. Núcleos e Grupos deveriam estimular os debates internos para poderem **apresentar suas demandas nos encontros** coletivos de nossa rede. A Diretoria da OSM seria estimulada a participar ativamente de todas as reuniões, dada a importância que tem como representação da OSM. Os demais itens a melhorar, referentes ao Encontro de Coordenadores, seriam motivo de reflexão ao longo do ano para sua execução prática no Encontro de 2018.

A importância dada neste estudo ao EFC é proporcional à importância dada pelas agricultoras e agricultores da OSM. Trata-se do momento de reflexão mais importante de nossa organização. A primeira prática de certificação observada foram as visitas de pares.

### **5.6.5 Visita de pares 2017**

Letícia e eu, com já falado anteriormente, arrendamos uma terra do avô dela para colocar em prática a Transição Agroecológica. Estamos na Fazenda Nossa Senhora do Belo Ramo, no bairro Belo Ramo em Pedralva. Fazíamos parte da APOMM e com a constituição da RAMA (nossa atual organização), passamos a fazer parte desta. A RAMA tem agricultoras e agricultores em Pedralva, Santa Rita do Sapucaí, Itajubá, Piranguinho, Delfim Moreira e Marmelópolis. A RAMA, como organização associada à OSM, forma um Núcleo do SPG Sul de Minas. Para facilitar os trabalhos, nos dividimos em dois grupos, o Grupo Pedralva, que conta também com as agricultoras e agricultores de Santa Rita do Sapucaí, e o Grupo Itajubá, que engloba as outras cidades citadas. Cada Núcleo, se subdivide em grupos de acordo com suas características. Na RAMA, dividimos os grupos por proximidade geográfica, respeitando os limites mínimos do número de agricultoras e agricultores participantes que constam nas regras do SPG Sul de Minas.

Os Grupos são as menores unidades de organização do SPG Sul de Minas. É nele que deve acontecer a maior parte das decisões. É nele que se desenvolve a sociabilidade entre membros. Os Grupos têm, por obrigação, organizarem as Visitas de Pares. Os membros de um grupo recebem o nome de pares. Dentro do SPG estes pares devem promover uma visita anual que tem como objetivo, além da aproximação dos pares, ser a primeira instância de decisão da certificação, servindo como uma preparação para as visitas de verificação.

Como o próprio nome sugere, trata-se de uma visita entre os pares, ou seja, entre os membros de um grupo. No OPAC Sul de Minas, essa visita é usada como preparação da unidade para receber a visita de verificação. Ela acontece normalmente no primeiro semestre do ano e para acontecer é necessária a participação mínima de 2/3 dos agricultores do grupo. Cabe ao coordenador do grupo o agendamento e coordenação das visitas de pares. Coordenar uma visita significa ler e seguir o roteiro da visita, orientar os participantes sobre a metodologia

que será utilizada, definir um trajeto, preencher o relatório da visita em formulário próprio do OPAC e atualizado (anotações claras) e incentivar a participação, a troca de experiências e a discussão sobre temas de interesse do grupo. É sempre desejável e positivo para a credibilidade do sistema a participação de técnicos e consumidores como colaboradores (HIRATA; ROCHA; NERY, 2018, p. 55).

As visitas são reconhecidas por todos nós, agricultoras e agricultores, como o momento mais importante do processo de certificação e que mais diferencia o SPG de uma certificação por auditoria. Desde as primeiras visitas, em 2012, começamos a perceber a importância delas para nosso crescimento individual como agricultoras e agricultores praticantes da Agroecologia, mas também e principalmente, para o crescimento de nossa organização coletiva, desde o Grupo, passando pelo Núcleo e nossa união em torno da OSM para a promoção da transição para Agroecologia no Sul de Minas.

De todos os procedimentos realizados em um SPG para avaliação da conformidade orgânica, com certeza, as visitas às propriedades (visitas de pares e visita de verificação) são as que mais expressam os princípios do sistema participativo. Isso, porque elas exigem a presença ativa dos membros, conferindo maior transparência ao processo, contribuindo para a geração das relações de confiança, além de se constituir num importante espaço para troca de experiências e construção do conhecimento agroecológico (HIRATA, 2016, p. 132).

As visitas não acontecem apenas porque nós decidimos que aconteçam. Elas também são parte do cumprimento das normas da legislação brasileira para a certificação orgânica (FONSECA, 2009; MEIRELES, 2007). Apesar da obrigação, são feitas com muito gosto. É um importante momento de construção coletiva do conhecimento Agroecológico, onde vamos bem mais fundo do que apenas o cumprimento da norma.

Pouco antes dos preparativos para as visitas, no dia 23 de abril, nós, da RAMA, organizamos uma oficina sobre o Plano de Manejo Orgânico. Todos tinham dificuldade com este registro que é obrigatório no processo de certificação, como exige a legislação (BRASIL, 2009c). Decidimos discutir nossas dificuldades e refletir sobre o PMO em uma ação coletiva. Demos o nome de oficina de PMO e fomos para o Sítio Iraflor, da Iracema Bonomini, em Santa Rita do Sapucaí. Letícia iniciou relatando o Encontro de Coordenadores para repassar ao grupo o que tinha sido solicitado para a RAMA: a lista de insumos utilizados, neste caso Sérgio, Daniel e Wilson, que faziam mais uso de insumos externos, ficariam de repassar a lista e acrescentar no PMO e todos os demais deveriam registrar ao menos a origem do insumo; a lista das sementes que necessitávamos e as que produzíamos, neste caso, a Luciene e o Wilson passaria a sua disponibilidade de sementes, pois estavam trabalhando mais próximo do Vladimir com algumas sementes, os demais deveriam repassar uma listagem sobre suas necessidades; o interesse ou não pela comercialização coletiva via OSM e, para tal,

a lista do que tinha disponível para comercializar, havendo pouco interesse pois ainda estávamos preocupados com as nossas próprias comercializações coletivas na cesta da RAMA e nas feiras; e a possibilidade ou não de a RAMA receber uma etapa do CSMA, que já tinha três etapas marcadas, o qual o grupo priorizava a participação da Luciene e do Wilson, dada a maior experiência do casal; no entanto, achamos melhor não receber o CSMA neste ano.

Seguimos com a solicitação do preenchimento dos documentos de cadastro da RAMA e da OPAC, o que verificaríamos durante as visitas de pares, assim como o Rregimento da RAMA, que ainda carecia de registro, o que ficou a cargo do João Pedro. Estávamos, naquele momento, tendo alguns problemas com a organização da FACI, em Itajubá, e decidimos escrever e enviar uma carta conjunta para a organização da feira e iniciar um processo de desligamento, focando nossa comercialização nas cestas que já aconteciam em Pedralva e Itajubá e passaria a acontecer também em Santa Rita do Sapucaí. Letícia apresentou o projeto da Escola Livre de Agroecologia (ELA), que estávamos iniciando no Belo Ramo. Teríamos a parceria com a UNIFEI para realização de um projeto de extensão e nas atividades contaríamos com a presença de 15 estudantes da instituição e os agricultores da RAMA para promover a troca e a construção do conhecimento em Agroecologia a partir de atividades práticas. Por fim, agendamos as visitas de pares para os dias 7 e 21 de maio no Grupo Pedralva, e 27 e 28 de maio no Grupo Itajubá.

Iniciamos então o preenchimento conjunto do PMO. Cada agricultora/agricultor estava com seu PMO em mãos, líamos em voz alta e tirávamos as dúvidas enquanto preenchíamos. Foi demorado. O PMO é bastante complexo, exige todas as informações sobre a propriedade, os cultivos e os manejos. A maior parte das dúvidas se concentrava justamente naquilo que toda a OSM já tinha dificuldades, o registro de insumos (tempo de compostagem, onde e quando usar, que tipo de esterco podia e que tipo não podia), o registro de sementes e mudas (pela dificuldade de se encontrar orgânicas no mercado), o escopo de produção (num sistema que se baseia na biodiversidade, nem sempre um cultivo vai dar um volume pra comercializar, sendo difícil saber o que colocar no escopo de certificação). Lembramos que um esforço para sanar essas dificuldades também ajudaria a RAMA com sua tarefa de enviar as listas para o OPAC. O tempo todo falamos que o PMO deveria ser um “retrato do que fazemos na terra”, como disse o Wilson, que devia “ajudar e não atrapalhar o agricultor”, como disse a Letícia, que devia “servir pra organizar a produção”, como disse João Pedro. A EMATER estava empenhada na construção de um novo PMO, mais fácil de se preencher, lembramos a todos que poderia acontecer uma oficina em breve, onde a EMATER apresentaria o novo PMO, mas que era importante a gente já discutir os conceitos pra “ficar mais fácil de entender

quando vier um novo”. Orlando e Osmar, de Pedralva, novos no processo, se assustaram um pouco, questionei se estavam sentindo dificuldades e o Orlando me disse que já acompanhava o trabalho da Luciene e do Wilson, mas não sabia direito como fazer sua terra.

Na sequência, estando previamente preenchido o PMO também do Sítio Iraflor, aproveitamos para realizar a visita de pares, uma vez que o grupo estava presente e contaria também com a presença do grupo Itajubá. Dessa forma, aproveitaríamos para fazer um treinamento para as visitas que aconteceriam em breve. O PMO deve ser o retrato daquilo que veríamos e focamos nisso. Enquanto caminhávamos e preenchíamos o formulário, íamos acompanhando o PMO para ver se tudo estava de acordo, ajustando em grupo aquilo que estava em desacordo. A visita de pares tem essa característica de proximidade onde o grupo prepara suas agricultoras e agricultores para receber a visita de verificação. Mais do que punitivo é um momento educativo. Aulas e mais aulas sobre o cultivo diversificado, dadas pela Luciene e Wilson, a experiência prática do café Orlando, Osmar e Luiza, a experiência com café em agrofloresta do João Pedro, a experiência na certificação da Letícia como coordenadora de OPAC e Sérgio e eu, como coordenadores de grupo. Os membros novos do Sítio Santuário, o Fernando, o Joaquim, com muitas perguntas estimulantes, que nos faziam a todo momento refletir sobre nossa prática.

Como “manda” a regra, enquanto coordenador de grupo, eu estaria responsável pelo agendamento e coordenação da visita. A primeira parte do grupo Pedralva seria visitada no dia 7 de maio e a segunda parte no dia 21, tendo já sido realizada a visita no Sítio Iraflor. A visita de pares tem uma característica de aprendizado muito importante, é onde se dá a troca de experiências mais constante entre aqueles que se responsabilizam solidariamente, em grupo, pela certificação de forma participativa. Komori (2012) afirma que as visitas de pares são o momento de consolidação da relação de grupo, o momento de solidariedade entre os pares na construção da Transição Agroecológica.

### **5.6.6 Segunda Reunião itinerante**

No dia 30 de maio tivemos nossa segunda reunião itinerante do ano, em Brasópolis, na sede da Associação dos Banicultores da Luminosa. Luminosa é um característico e belíssimo bairro rural entre as montanhas da cidade de Brasópolis. Foi a primeira reunião após o intenso Encontro de Coordenadores. Ficou combinado que cada Núcleo trouxesse o que foi combinado e apresentado pelos GTs, aqui uma curiosidade, talvez por descuido, a Ata trouxe a sigla CT (Câmara Técnica ou Temática) havendo dúvida sobre este nome ao longo do ano.

O GT de comercialização cobrou os Núcleos sobre levantamento dos produtos para dar continuidade nas discussões, pois muitos deles não haviam cumprido esta tarefa. Existe uma dificuldade muito grande para nós da OSM com esta questão dos cultivos para comercialização, desde as discussões já tratadas aqui sobre o que deveria entrar no certificado ou não, o alongamento desta discussão sobre a comercialização conjunta, das respostas aos consumidores que procuram a OSM. Augusto (EMATER) propôs uma planilha padrão para que todos os núcleos preenchessem, devendo ser enviada até o dia 30/06. Nestes momentos de maior dificuldade é fundamental contar com o apoio de nossos colaboradores. O GT de Sementes, como estava mais adiantado na execução de suas tarefas decidiu trazer mais informações na reunião seguinte, dando andamento aos outros assuntos pendentes. O trabalho de Sementes já tem uma boa consistência na nossa percepção, principalmente pelo apoio dado pelo Vladimir, junto com a ABD e da estruturação mais adiantada da Casa das Sementes Mãe Terra, graças à nossa parceria com o IFSULDEMINAS. Ressaltamos que esta pareceria resultou na primeira etapa do IV CSMA, com o tema Produção de Sementes Crioulas, facilitado pelo Vladimir, aconteceu no setor de Agroecologia do IFSULDEMINAS-Campus Inconfidentes, pouco antes desta reunião. Sobre as contribuições dos Núcleos quanto aos insumos utilizados, algumas organizações haviam cumprido a tarefa, outras ainda não. As organizações mais experientes conseguiram responder com mais prontidão, em contraposição as novas organizações que ainda tinham outras pendências a resolver e ainda não tinham tido tempo de refletir sobre o assunto. Leonel, da EMATER, representante regional para acompanhar as demandas da Agroecologia, apresentou então uma planilha com as informações dos grupos que informaram os insumos utilizados, dando ênfase àqueles que são externos à Unidade de Produção, devendo ter conhecimento da procedência e estar certos de não conter nenhum contaminante para o sistema de produção, seguindo as informações da IN 46, principalmente. Orientou que a legislação exige que o OPAC deva ser sempre informado sobre os insumos utilizados e, com dúvida da procedência, o uso do insumo deveria ser suspenso. A COOPFAM apresentou a lista mais extensa de insumos, isso se deve a muitos fatores, como a maior quantidade de agricultoras e agricultores no processo de certificação, a listagem já organizada para uso em outros processos de certificação, o corpo técnico com que conta a organização, além das características de uma agricultura mais empresarial voltada a atender às demandas do mercado que os obriga a uma substituição do pacote de insumos. A CAMPONESA trazia também a dúvida quanto ao uso da turfa como insumo, pois pelas características de seus agricultores e agricultoras, muitos dos insumos utilizados eram conseguidos através de projetos coletivos. Foi alertado para que a CAMPONESA se atentasse

para a origem dos produtos para que evitassem qualquer engano. Por fim, os Núcleos que estavam devendo as informações deveriam encaminhar para o Leonel até dia 30/06. Como pudemos perceber, as tarefas foram parcialmente cumpridas, gerando intenso debate sobre a necessidade de cumpri-las dentro do prazo estabelecido para não prejudicar o restante do grupo. O GT sobre os novos escopos a serem certificados, não havia indicado tarefas para esta reunião, porém todos os Núcleos deveriam indicar as agricultoras e agricultores interessados nestes novos escopos para compor o GT, partindo do princípio de que “os interessados deveriam se mobilizar”, pois estariam partindo para refletir sobre a sua prática. APOMM e CEABRA tinham a demanda pela certificação animal e deveriam se mobilizar junto a outros Núcleos e os colaboradores para construção de uma proposta de trabalho. Eu me propus a continuar a discussão com as agricultoras e agricultores interessados na certificação do Extrativismo Vegetal, mas ponderei que deveríamos partir da experiência já realizada pela APAN-FÉ e Serras Verdes em outros processos de certificação. Avaliamos, por fim, que os GTs deveriam avançar mais rápido, o que só seria possível com a participação mais efetiva dos Núcleos. Propomos, como solução para este impasse, que cada Núcleo se reunisse para apresentar as demandas dos GTs até o prazo do dia 30 de junho. Era uma forma de refazer nosso planejamento, para efetivarmos a implementação dos GTs e podermos reavaliar mais adiante, seguindo a dinâmica da pesquisa-ação. Reforço a impressão de que a própria dinâmica da OSM possibilita grande velocidade na aplicação desta metodologia, requerendo avanços constantes, não apenas de acordo com o prazo de um estudo de mestrado, mas de acordo com as necessidades práticas da própria organização. Poderemos ver nas demais pautas desta reunião uma reafirmação desta constatação.

A primeira pauta da reunião havia sido sobre os custos de certificação do SPG Sul de Minas. A alteração na ordem da apresentação foi necessária para elucidar o ciclo da pesquisa-ação. Letícia, na função de coordenadora de OPAC, apresentou os custos por associação em um modelo genérico para estabelecer os gastos durante o ano, incluindo todas as reuniões, visitas de verificação e os deslocamentos, sendo também calculados os valores para acompanhamento da visita do MAPA e as atividades de coordenação. João Paulo Silva, como presidente, reafirmou que, conforme já havia sido discutido e acordado, os valores de contribuição deveriam ser iguais para todos, exceção para os não familiares e agroindústria. Os participantes da reunião discutiram como seria a distribuição dos pagamentos de acordo com as necessidades de cada Núcleo e suas especificidades. Ficando acordado que o valor de contribuição por agricultor para o ano 2017 seria de R\$250,00 para agricultor familiar (com a apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP) e R\$400,00 para agricultor não

familiar, o valor seria dividido em 2 parcelas, sendo a primeira (50%) para a data de 10 de julho de 2017 e a segunda (50%) para a data de 10 de janeiro de 2018. Como toda discussão em reunião é uma reflexão sobre nossa prática e também segue um ciclo como o da pesquisa-ação, os coordenadores deveriam levantar a área de todas as unidades certificadas para a próxima reunião do OPAC em 25 de julho de 2017, para tentarmos refletir sobre a possibilidade de um valor de acordo com a área certificada. Percebe-se que tentamos fazer o máximo possível com menor custo em relação a outras formas de certificação. Como relatado por muitas agricultoras e agricultores que se certificaram por auditoria individual ou em grupo em algum momento, esta certificação variava de cerca de R\$ 500,00 a mais de R\$ 3000,00.

Entraríamos também em um novo ciclo de reflexão sobre a contratação do estagiário. Já tínhamos algumas tarefas cumpridas, como o estabelecimento da carga horária de 20 horas semanais, a avaliação após um semestre e os trâmites do Edital junto ao IFSULDEMINAS. Ficou como proposta a reflexão sobre a possibilidade de contratação de 2 e não apenas 1 estagiário, devido a dinâmica do processo de certificação. O Núcleo Raiz do Campo<sup>57</sup> até dia 15/06, ficaria responsável por agilizar o edital. Outra proposta que ganhava corpo era a Oficina de Rotulagem de Produtos Orgânicos, que seria facilitada pela Flora (EMATER-Lavras), ela aconteceria no dia 23/06 na APOMM e seria uma etapa do CSMA. O Ramón, presidente da APOMM, encaminharia um e-mail para a confirmação dos participantes e agendamento com o Luizinho. O João Paulo Silva acrescentou que o Núcleo OAV receberia uma etapa do CSMA sobre PANC, no dia 22 de julho, coincidindo com uma atividade gastronômica da cidade de Lambari sobre o mesmo assunto. Letícia reforçou o convite sobre o Encontro de Mulheres em SPG do Sul de Minas, para o qual os grupos do OPAC Sul de Minas precisariam confirmar presença das mulheres até o dia 31/05, devendo fazer o preenchimento do formulário on-line que estava no e-mail dos coordenadores. Dentro de nossa plataforma de ação para o empoderamento das mulheres agricultoras da OSM, este encontro seria fundamental. Já havíamos iniciado uma discussão sobre a paridade de gênero nas instâncias de direção da OSM, mas esta conversa havia se perdido.

Letícia seguiu com a apresentação da demanda de um grupo de agricultores de Cruzeiro – SP que estaria interessada na certificação orgânica na região. A Yuri (APAN-FÉ) disse que o OPAC estava se consolidando com as questões administrativas e ainda precisaria resolver algumas situações, seria necessário avaliar com cautela a entrada de novos membros/grupos. Felipe (Raiz do Campo e secretário da OSM) disse que está construindo

---

<sup>57</sup> - o antigo grupo Raiz do Campo, agora passou a ser reconhecido como Núcleo de Agroecologia Raiz do Campo (NEA- Raiz do Campo)

uma unidade de processamento em Pinhalzinho – SP e que tinha interesse em participar e certificar pelo SPG Orgânicos Sul de Minas. A Yuri, da APAN-FÉ, colocou a necessidade de avaliar qual a capacidade que tínhamos de atender os agricultores de outros estados, sendo necessário verificar o estatuto quanto a entrada de novos Núcleos de fora do estado, uma vez que éramos a Orgânicos SUL DE MINAS. Lécia se encarregou de encaminhar informações sobre as atividades da OSM para que as agricultoras e agricultores de Cruzeiro pudessem se aproximar e criar uma dinâmica de conhecimento sobre os mecanismos do SPG. Para o caso de Pinhalzinho (Felipe), se fosse participar de um Núcleo que já estava em MG a OSM aceitaria a participação, mas se o posicionamento fosse pela criação de outro núcleo em SP, seria necessária uma nova discussão sobre as possíveis condições.

Luizinho, da COOPFAM, prosseguiu com a discussão sobre um curso de ética e a importância da criação de um conselho de ética, que havia auxiliado bastante a COOPFAM quanto ao processo de conscientização e estavam colhendo muitos benefícios. O Giuliano, da COOPFAM, acrescentou que “fortaleceu a confiança entre os agricultores após a capacitação”. Se a OSM se interessasse, os custos de hospedagem e alimentação seriam de responsabilidade de cada participante, carecendo de resposta até 15 de junho.

Podemos perceber nesta reunião o quanto o processo de certificação ocupa de nosso tempo e impede de fazer aquilo que o Marcílio sempre alerta: “a OSM é mais que o OPAC, a gente não precisa pensar só no certificado, tem muito mais coisa pra fazer. A reunião não era somente do OPAC, mas os assuntos relacionados a ele foram predominantes.

### **5.6.7 Outras atividades**

O 1º Encontro de Mulheres e SPGs em Minas Gerais, aconteceu nos dias 07 e 08 de junho em Inconfidentes. Como tarefa coletiva de empoderamento das mulheres na luta por autonomia, o Encontro foi um sucesso e deu sequência ao trabalho desenvolvimento nacionalmente pelos SPG. As participantes que estiveram em Torres-RS, no ano anterior, puderam se reencontrar e dar continuidade à troca de experiências, entendendo definitivamente que, “sem feminismo, não tem Agroecologia”. O objetivo do Encontro foi discutir e propor ações de promoção da participação das mulheres agricultoras familiares nos SPG, ampliando seu protagonismo na Agroecologia e fortalecendo a rede de SPGs (IFSULDEMINAS, 2017a). Esta parte da dinâmica da organização da OSM foi bem sucedida, cumprindo no prazo as tarefas planejadas. A avaliação do impacto do Encontro foi bastante positiva entre as agricultoras da OSM. Destacamos a importância da aproximação com outros

grupos militantes da Agroecologia da região sudeste, SPG Sul de Minas, Brota Cerrado e Jequitinhonha, representando Minas Gerais, SPG ABIO (Associação de Agricultores Biológicos), representando o Rio de Janeiro e SPG ABD (Associação Biodinâmica) e ANC (Associação Natural de Campinas), representando São Paulo. Também participaram do encontro o Centro de Tecnologia Alternativa da Zona da Mata, a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas da Região Leste e Metropolitana, que discutiam a possibilidade de constituir um SPG, a Organização de Controle Social (OCS) Serra Acima, da cidade de Cunha-SP, e a OCS Peroba, da cidade de Itajubá-MG, este grupo sendo apoiado pelo Núcleo Travessia, da UNIFEI e pela EMATER-MG. Além disso, a Rede Ecovida atuou como facilitadora do encontro (IFSULDEMINAS, 2017a).

No dia 13 de julho, Letícia e eu estivemos representando a OSM no Seminário de Abertura do Fórum de combate ao uso de agrotóxicos - soberania alimentar e Agroecologia na região de Alfenas (UNIFAL, 2017). Em Alfenas se abria a possibilidade de uma feira Agroecológica periódica, o que poderia ser uma boa parceria na comercialização dos alimentos das agricultoras e agricultores da OSM no entorno. Oswaldo da RAES, organizou uma mostra com alimentos de sua organização da COOPFAM, da CAMPONESA. Santos, Xarão e Carvalho (2017) fazem um relato de experiência sobre o Fórum de Combate ao uso de agrotóxicos na região de Alfenas, do ano anterior, sobre a necessidade de se continuar com o projeto de 2016, com a continuação das ações pedagógicas nas escolas e pela realização da FACA (Feira Agroecológica e Cultural de Alfenas):

(..) a construção, em Alfenas-MG, da FACA (Feira Agroecológica e Cultural de Alfenas), uma iniciativa popular, fomentada pelo fórum, que não foi possível de ser desenvolvida em 2016 em virtude de dificuldades de parceria com a prefeitura por causa das eleições municipais naquele período. Porém, com a continuidade do projeto, esta iniciativa já conta com o apoio da UNIFAL, MST, NEAPO, EMATER-MG e prefeitura de Alfenas, para viabilizar sua construção como um espaço de resistência ao uso de agrotóxicos e, sobretudo, um espaço de valorização da vida e promoção da saúde com a participação dos agricultores que produzem alimentos orgânicos e agroecológicos na região (SANTOS; XARÃO; CARVALHO, 2017, p. 110).

A parceria institucional da OSM respaldaria os Núcleos certificados que se encontravam no entorno da cidade de Alfenas. Letícia e eu, mesmo com nosso Núcleo RAMA e estando um pouco distantes, também fortalecíamos nossa relação com o Adriano Santos, uma parceria que já se realizava também na UNIFEI com o Fórum Local da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida.

### 5.6.8 A terceira reunião itinerante

Na reunião itinerante do dia 25 de julho, em Poço Fundo, na sede da COOPFAM, os assuntos do OPAC foram novamente predominantes, apesar de ser uma reunião com foco na diretoria e conselho fiscal. Como não pude participar desta reunião, fica descrito aqui apenas aquilo que foi registrado em Ata.

A agricultora/agricultor que decide pela Agroecologia, na maioria das vezes, fica no “aperto” financeiro, sendo uma das razões da importância dada à certificação nas reuniões da OSM como forma de viabilizar o selo para ter acesso ao mercado e, conseqüentemente, comercializar a produção para obter recurso financeiro. A reunião começou por tratar disso. Lucas, da CAMPONESA, nosso tesoureiro, fez “entrega das fichas, repasse do financeiro e pagamento de certificações”, informando que foram pagos os atrasados de 2016, em relação aos pagamentos de 2017, faltava Serras de Santana e Serras Verdes e tínhamos que entrar em contato com estas associações para “incentivar a participação deles nas reuniões”. Decidiu-se que os pagamentos dos agricultores não seriam feitos de forma individual, o repasse seria feito por Núcleo, uma decisão interessante, pois se vinculam à OSM as organizações e não os agricultores diretamente, lembrando ainda que cada Núcleo se associa e paga uma anuidade para o funcionamento da OSM, independente da certificação. João Paulo Silva disse “que agora que as contas estão em dia fica fácil acertar os valores de deslocamento”, o que melhoraria significativamente o incentivo à participação. Avançamos bastante na questão dos custos deste que nos propusemos à tarefa, cerca de um ano atrás. Todos os que pude questionar avaliaram como positiva a questão dos custos para as agricultoras/agricultores, porém, alguns justificaram que também deveríamos pensar nos gastos da OSM, enquanto organização que precisava ter um caixa. Os mais experientes costumam demonstrar mais esta preocupação. Por outro lado, os custos não deveriam se tornar um empecilho à participação de mais agricultoras e agricultores. A partir das intervenções do João Paulo Silva e da Yuri, passamos a refletir também sobre a possibilidade de custos diferenciados para a certificação de acordo com o tamanho da área, uma demanda que os Núcleos ainda não tinham conseguido atender. Yuri afirmou ser injusto uma agricultora/agricultor, cuja propriedade é pequena, pagar o mesmo valor de uma agricultora/agricultor com área maior, devendo definir também o tamanho da área produtiva. Aloizio (EMATER) lembrou que as informações sobre a área da propriedade e da área produtiva, já estavam no PMO, mas deveria haver maior detalhamento para poder classificar e criar critérios para uma cobrança diferenciada. A COOPFAM tinha uma experiência com a contratação de uma empresa para fazer os

mapeamentos devido a uma demanda da certificação FAIRTRADE, onde eram corados para mapear a reserva APP que “funcionou muito bem para poder organizar e mapear”. O Juliano, da ECOMINAS, propôs a criação de uma tabela, listando os agricultores com fórmulas para calcular o valor de acordo com a área. Dada a complexidade do assunto, João Paulo Silva propôs aprofundar o assunto na reunião seguinte. Percebemos que o assunto que considerávamos já resolvido, voltou a entrar em um novo ciclo de reflexão. Todos os agricultores que questionei sobre este assunto foram enfáticos em declarar apoio a esta medida, pois estaríamos “sendo mais justos”, “valoriza a agricultura familiar”, “entende a dificuldade do mais pobre”.

Na seguinte pauta, tratou-se da contratação do bolsista ou estagiário. O NEA Raiz do Campo, ainda não havia cumprido a meta de lançamento do edital, mas dariam andamento ao processo. Posteriormente, Luizinho falou que o edital para contratação dos estagiários seria, depois de decididos pela contratação de dois, aberto na semana seguinte. Os participantes da reunião fizeram então a proposta de que Letícia, como coordenadora do OPAC, deveria fazer um acompanhamento ao estudante estagiário, recebendo um valor de transporte, alimentação e uma diária, para poder “acompanhar e orientar o processo de aprendizado do estagiário”, podendo ser outra pessoa da OSM, caso ela não aceitasse. Foi avaliado como positivo o processo de contratação de estagiária/estagiário para maioria dos membros. Por mais que esteja vinculado à OSM, a estagiária/estagiário dedicaria mais tempo ao SPG/OPAC do que à OSM como um todo, da mesma maneira como ocorre nas reuniões. De toda forma, isso colaboraria bastante na organização dos trabalhos nos quais nos envolvemos dentro da OSM.

O GT de Rotulagem havia realizado oficina com a Flora, da EMATER, em junho, como etapa do CSMA, cumprindo com o cronograma estipulado, apesar de a participação ter sido considerada insuficiente, uma vez que muitas agricultoras e agricultores que seriam diretamente interessados, não puderam participar da oficina. Ressaltamos, em destaque, o reforço da parceria com a EMATER, desta vez com o escritório regional de Lavras. Dentro de nossa proposta de parceria com a instituição consta o apoio à Agroecologia em todas as regionais do sul de Minas. Ramon lembrou na reunião da necessidade de aprovação dos rótulos por parte das agricultoras e agricultores e a dificuldade que o OPAC estava tendo de retornar o pedido. Na oficina de rotulagem foi elaborado um *checklist* de aprovação que poderia ser utilizado para a construção dos rótulos e servir como referência para a OSM. Leonel acrescentou que a Flora havia se colocado à disposição para colaborar com sugestões e revisão dos rótulos. Surgiu a proposta de participação no GT de rotulagem das pessoas que já conheciam e trabalhavam com rotulagem, como Ramon e Ceres da APOMM, assessoradas

pela Aline e Flora da EMATER, o OPAC se responsabilizaria pelas questões de certificação orgânica. As informações deveriam constar na Cartilha que estava sendo elaborada para o SPG Sul de Minas. Avaliamos como concluída esta etapa, no entanto, implementaríamos definitivamente o GT de rotulagem e posteriormente indicariamos as ações a serem feitas. Este GT também acumularia a função relativa à análise da utilização do selo pelas agricultoras e agricultores certificados, ressaltando a necessidade de se dar uma resposta rápida quanto ao uso do selo sem necessidade de consulta ao MAPA. Esta atividade seria responsabilidade da coordenação de OPAC.

O GT de Insumos continuava em impasse, pois algumas organizações ainda estavam tendo dificuldades em enviar uma lista de insumos para aprovação. Decidiu-se por utilizar outro fluxo, a partir de ideia do Giuliano, da COOPFAM, e fazer uma lista com os produtos já enviados somados às listas que a COOPFAM tinha de seus outros processos de certificação. Foi prorrogado o prazo para que as organizações da OSM mandassem suas contribuições, pois elas seriam as mais interessadas no assunto ao apresentar para o OPAC os insumos que necessitam de aprovação de uso. Avaliamos como bastante deficiente a ação das organizações para o envio da lista de insumos. As agricultoras e agricultores que consultei sobre o assunto demonstraram preocupação com a demora das organizações para o envio da lista, por outro lado, sugeriram que é um trabalho difícil de ser feito, sendo que deveria “ser responsabilidade do MAPA” ou “dos técnicos da EMATER”, que o agricultor já tinha “muita coisa pra preocupar”, que precisava saber “quando plantar, quando colher e ainda o que pode ou não pode usar segundo a lei”.

O GT de Sementes, com trabalho ainda adiantado em relação aos demais, não trouxe novidades nesta nova reunião, sendo avaliado por todos que precisaríamos de mais envolvimento com o tema, não só na Festa das Sementes, esta sim estava sendo conduzida perfeitamente como em todas as edições anteriores, graças ao trabalho da ABD, principalmente com Serras de Santana, Serras Verdes, CAMPONESA e APAN-FÉ. A VII Festa das Sementes Orgânicas e Biodinâmicas do Sul de Minas, consumiu boa parte dos trabalhos dos membros do GT. Aconteceu no dia 22 de julho, fim de semana anterior à reunião, e envolvera principalmente a Serras de Santana que recepcionou o evento.

A reflexão sobre os novos escopos seria acompanhada pelo GT do PMO. Aloizio, da EMATER, havia proposto um modelo de PMO baseado naquilo que já vinha sendo discutido dentro da OSM e para cumprir os requisitos mínimos da legislação. O novo modelo vinha dividido em capítulos e traria mais facilidade para seu preenchimento. Por mais simples que parecesse, teríamos que alterar uma prática que já estávamos acostumados e achamos

conveniente a realização de oficinas sobre o novo modelo de PMO, que também deveria abordar o fluxograma das atividades relativas à aprovação do PMO, bem como o cumprimento de uma exigência da auditoria de criação de instâncias oficiais de aprovação dentro do OPAC. Juliano, da ECOMINAS, se prontificou a ajudar na criação do fluxograma. A Yuri, da APAN-FÉ, falou que para que as oficinas fossem participativas, seria necessário a realização de etapas regionais. Aloizio falou do prazo de aprovação do PMO, sugerindo que os grupos aprovassem e, posteriormente, o Núcleo analisaria e também daria sua aprovação, sendo, então, encaminhado em via digital ou impressa ao OPAC até o dia 15/10/17, para que pudéssemos fazer a aprovação final. Leonel agregou que o Plano de Manejo deveria ser uma “ferramenta diária”, sugeriu atenção com as datas limite e afirmou ainda, que não era interesse do Governo que “permaneça este sistema (de certificação participativa) sendo necessário que nos organizemos”. As oficinas aconteceriam da seguinte forma: Maria da fé (APOMM, APANFE, AOV, RAMA, ABAL, SEABRA), no dia 3 de agosto 2017, na sede da APANFÉ; no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo do Meio (CAMPONESA, RAES, COOPFAM), no dia 18 de agosto; e no IFSULDEMINAS - Campus Pouso Alegre (AAOF, SERRAS VERDES, RAÍZ DO CAMPO, ECOMINAS), no dia 25 de agosto. O coordenador ou responsável deveria ajudar às demais agricultoras e agricultores. Leonel, da EMATER disse que tinha participado de uma certificação animal, e que é importante preencher o Plano de Manejo para poder deixar pronto no final do ano e realmente ter aprovado o novo plano, portanto todos os novos escopos que pretendíamos certificar já deveriam constar no PMO do ano de 2017/2018. O Sr. Braz Cardoso, da COOPFAM, falou que muitos agricultores não entendem coisas básicas do plano, palavras, termos e é necessário o apoio de quem tem mais habilidades, como os colaboradores do SPG ou as agricultoras e agricultores mais experientes. O tema de estimativa de colheita, que constava no PMO, afligia grande parte das agricultoras e agricultores, dada a dificuldade de se fazer uma estimativa, Leonel sugeriu preencher a planilha do Plano de Manejo, fazer a estimativa e depois alterar se fosse preciso, cabendo uma nova avaliação caso houvesse alteração. João Paulo Silva constatou que “aprenderíamos com o tempo, como foram todas as outras atividades do SPG” Este GT, graças ao grande trabalho de apoio da EMATER, foi considerado por todos como sendo um dos que mais tinham avançado, cumprindo com o planejamento dentro do tempo. As oficinas seriam o início de um novo ciclo de reflexão, agora já com um novo modelo de PMO aprovado, e seria avaliado até a reunião final de certificação. Por fim, foi discutida a importância de socializar com os outros SPG as informações sobre as dificuldades e as soluções encontradas por eles sobre o PMO.

Encerrando a reunião, iniciávamos um novo ciclo, a participação no 4º Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) em Belo Horizonte no ano de 2018. Aloísia, que sempre nos chamou a atenção para a necessidade de articulação política, apresentou a proposta, que se iniciaria com a participação no pré ENA que aconteceria em outubro, um espaço mais político onde as agricultoras e agricultores do sul de Minas ainda estavam pouco envolvidos e que pela perda de alguns direitos, deveríamos nos organizar. Rosângela comentou que teve uma primeira reunião da organização para ver como a Orgânicos Sul de Minas pode participar. Em articulação com os NEA da UFLA, mobilizaríamos a participação das agricultoras e agricultores do sul de Minas, devendo cada Núcleo apresentar um representante.

Novamente, pudemos constatar que, no geral, as ações propostas no ciclo anterior, haviam sido parcialmente cumpridas, restando-nos também refletir sobre as razões desta falha. João Paulo Silva encerrou a reunião ressaltando novamente a importância de se promover a participação mais ativa de todas as agricultoras e agricultores do SPG. O curso de Ética, proposto na reunião anterior pela COOPFAM e lembrado posteriormente pela Aloísia e Luizinho, não teve um apelo muito grande entre as agricultoras e agricultores da OSM, apesar do relato positivo da experiência realizada pela COOPFAM. Esta foi uma atividade que, infelizmente, não foi abraçada pela organização, posteriormente avaliamos que perdemos uma grande oportunidade e fomos falhos na comunicação.

#### **5.6.9 A quarta reunião itinerante: conhecendo a reforma agrária e abrindo horizontes na reflexão política**

No mês de agosto, Letícia (RAMA) e dona Ricarda (MST/CAMPONESA), representaram as agricultoras da OSM numa mesa temática sobre Agroecologia e Reforma Agrária durante a II JURA na UNIFEI (NÚCLEO TRAVESSIA, 2017c), neste evento eu participei junto com o grupo Sapucaiaços, demonstrando a importância de unirmos o movimento pela Agroecologia, à academia e à cultura popular. Aproximávamos definitivamente da temática da Reforma Agrária.

Em Campo do Meio, no dia 26 de setembro, aconteceu a quarta reunião itinerante da Diretoria da OSM. Receberam-nos os camaradas da Brigada Quilombo do Campo Grande, membros da CAMPONESA.

Seguindo nosso ciclo de reflexões sobre os diversos assuntos da OSM, começamos pelos repasses financeiros, de responsabilidade de nosso tesoureiro Lucas Muzzi, da

CAMPONESA. Uma burocracia contábil exigia que emitíssemos notas fiscais sobre as contribuições financeiras, o que parecia fácil para as organizações já legalmente formalizadas, mas que se tornaria um empecilho para os Núcleos ainda informais. A solução seria a emissão de recibo em papel timbrado das organizações informais ou o desconto nas parcelas da certificação. Como decidido anteriormente, lembrei que cada Núcleo se responsabilizaria pela organização de seus repasses para OSM, seja a contribuição da organização ou a taxa de certificação de cada agricultora ou agricultor, ao qual Lucas alertou para que se fizesse a identificação do depósito. Os acertos deveriam também ser combinados por e-mail para que todos pudessem ter acesso e para facilitar o trabalho da tesouraria. Este assunto, para maioria das agricultoras e agricultores da OSM, estava praticamente resolvido, restando apenas detalhes da organização. A avaliação sobre os custos também era considerada positiva, uma vez que conseguimos cobrir os custos do processo de certificação, havíamos conseguido estabelecer um fluxograma que estava bem entendido para maioria e os custos estavam dentro da realidade econômica das agricultoras e agricultores da OSM.

A tarefa empreendida pelo Núcleo Raiz do Campo para a contratação de estagiária havia sido cumprida, sendo positivamente avaliada pelas agricultoras e agricultores presentes na reunião. Ana Paula se apresentou como a nova estagiária da OSM, e se ofereceu para trabalhar com toda disposição lembrando que é importante que haja comunicação entre o estágio, o OPAC e a diretoria. Todos ficaram bastante contentes com a efetivação da Ana Paula como estagiária, uma vez que ela já vinha trabalhando junto ao Núcleo Raiz do Campo na assessoria à OSM. Iniciávamos um novo ciclo, agora de acompanhamento do trabalho da Ana Paula.

Sobre a rotulagem e a utilização do selo, o GT responsável já havia iniciado seu trabalho prático. Sua consolidação era o término do ciclo anterior, agora passaríamos a avaliar o trabalho prático do GT. Letícia relatou bastante dificuldade no início e necessitaria de uma colaboração mais firme do GT para que a coordenação de OPAC não fosse sobrecarregada. Algumas organizações ainda não haviam indicado representação para este GT, no entanto, as agricultoras e agricultores diretamente interessados estavam se esforçando para aprender mais sobre o assunto.

Persistia o impasse no GT de Insumos. A reflexão dentro dos Núcleos estava sendo intensa, o que avaliávamos de forma positiva, porém alguns ainda não haviam mandado sua lista. Percebemos que talvez pudesse haver um problema de comunicação ou a organização estava passando por alguma situação difícil, sendo o prazo prorrogado para 17 de outubro. João Paulo Silva leu a IN 46, no tocante à questão dos usados e como deveria ser tratado pelo

OPAC. Os insumos. O GT de Insumos está criando uma “lista positiva”, com os insumos autorizados para uso pelo OPAC e suas formas de utilização, nesta lista constam as contribuições feitas pelos Núcleos. Tínhamos uma tarefa parcialmente cumprida, no entanto, a prática estava sendo bastante positiva para o empoderamento das agricultoras e agricultores da OSM, quanto à legislação e quanto aos conceitos agroecológicos sobre a utilização de insumos, sendo sempre ressaltado a necessidade de construir um agroecossistema com autonomia em relação aos insumos externos (ALTIERI, 1998, 2012; GLIESMAN, 2001).

O GT de Sementes, não trouxe novidades para esta reunião e começava a nos preocupar. Até o mês de julho, o GT havia sido um dos mais ativos, mas após a realização da Festa das Sementes, o grupo parecia desorganizado ou desestimulado. Carecia de atenção, pois seu trabalho é reputado como muito importante.

Sobre o PMO e a possibilidade de certificação de novos escopos, interpretávamos como positiva a evolução da discussão sobre o tal, no entanto, a certificação de novos escopos ainda era uma incógnita. Ficara decidido que os grupos fariam a primeira instância de aprovação do PMO e deveriam preencher um *checklist*. Havendo alterações nos PMO, haveria um formulário de alteração que deveria ser enviado ao OPAC. As Visitas de Verificação já estavam acontecendo e necessitávamos de aprovação dos PMO pelos Grupos, Núcleos, envio para o OPAC e reunião final de certificação. O *checklist*, os Planos de Manejo e os formulários de visita de verificação, caso já tivessem ocorrido as visitas, deveriam estar no IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes até dia 15 de outubro. Ana Rita, da ECOMINAS, informou que aconteceu um problema durante a visita de verificação, quando esqueceram a obrigatoriedade da presença de um colaborador durante as visitas, se responsabilizando por arcar com os custos para a realização de uma nova visita. Ficou também definido a presença de, no mínimo, três agricultores do grupo visitado tanto na visita de pares quanto a de verificação, para esta última também haveria a necessidade do membro externo (coordenador de outro grupo), colaborador e ressaltando a importância de se convidar consumidores. A alteração do regimento interno ficaria como pauta da Assembleia geral, da mesma forma que os mecanismos para garantir a participação, de maneira igualitária, dos participantes e coordenadores em reuniões da diretoria e outras de relevância da OSM e do OPAC. Dos novos escopos, pouco foi discutido, no entanto, já era reforçado entre os Núcleos a necessidade de se preencher a parte do PMO destinada a estes escopos e tentar, na prática, a certificação.

Dentro de nosso ciclo de reflexão-ação, novamente cumprimos parcialmente nossas tarefas, mas avaliamos que o início das visitas de verificação, a intensidade das alterações de

documentos, os novos documentos, tudo isso colaborou para que percebêssemos que “nossas pernas estavam curtas”. Nova reflexão deveria ser iniciada para dar continuidade ao nosso principal momento de reflexão, o encontro de Coordenadores. João Paulo (OAV) ressaltou a importância da participação dos coordenadores na construção e durante o encontro, lembrando que “é necessário uma maior inclusão de todos os agricultores nos processos mais burocráticos”. Lembrei que são 2 membros da Comissão de Verificação e 1 membro da Comissão de Recursos por Núcleo, indicados para a participar do Encontro de Formação de Coordenadores. A maioria concordava que o curso de coordenadores deve ser uma exigência para a formação e a atividade de cada coordenador. Por fim, decidimos que cada Núcleo deveria indicar uma coordenação central, para garantir a comunicação do OPAC com cada Núcleo. Juliano, ECOMINAS, sugeriu a utilização e sistematização dos documentos através de uma pasta no banco de dados virtual se responsabilizou por um momento para a capacitação dos agricultores do entendimento e interpretação das normativas.

Iniciado na reunião anterior, nosso mais novo ciclo sobre a participação no ENA, seguia firme e bem avaliado pelas agricultoras e agricultores. Principalmente após a apresentação da Maíra sobre a Articulação Mineira de Agroecologia (AMA), vinculada à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Para a OSM ingressar nestas organizações, deveríamos nos manifestar oficialmente. Comentei sobre a importância de se fazer presente nessas organizações, o que fortaleceria o movimento agroecológico. Juliano (ECOMINAS) lembrou que eram necessárias informações sobre os encontros, datas, e outras informações sobre o andamento. Rubens (RAES) se dispôs a fazer a ponte entre a OSM e a AMA. Maíra, em nome da AMA, informou que já estava em construção do ENA, primeiramente através dos Encontros Regionais de Agroecologia (ERA) que já encaminhava propostas e iniciava as articulações, tendo como objetivo mobilizar o ENA, que no ano de 2018, seria em Belo Horizonte, portanto seríamos anfitriões do evento. Maira ficou responsável por conferir a disponibilidade de vagas para a OSM e o Rubens, da RAES, seria o nosso interlocutor. Os interessados em participar deveriam confirmar até sexta-feira 29/09/17. Criamos então um GT de articulação política, devendo cada associação indicar um membro para participar do Grupo. Como tarefas, teríamos a coorganização do ERA e a indicação de representantes para o ENA.

Letícia deu prosseguimento aos assuntos fazendo o repasse sobre a Feira Agroecológica e Cultural de Alfenas, FACA, acrescentando que seria um estímulo à comercialização e espaço de mobilização política aberto para OSM. Discutimos ainda a possibilidade de participação no edital ECOFORTE 2017, criando-se um GT para o assunto.

Devido a alguns atritos na confecção do projeto, os participantes presentes decidiram por não abraçar esta causa, deixando livres aqueles que se interessassem.

#### **5.6.10 Visita de Verificação 2017**

Entre as reuniões itinerantes de julho e setembro, se iniciavam as Visitas de Verificação e aconteceram simultaneamente às oficinas sobre o PMO. Encararíamos este desafio no aprendizado teórico das oficinas ao mesmo momento em que verificaríamos na prática durante as visitas. Na prática também teríamos que encarar a verificação da rotulagem de orgânicos, do uso de sementes e mudas orgânicas e não orgânicas e os escopos de produção animal e extrativismo sustentável. Tudo aquilo que tínhamos refletido durante o encontro de coordenadores e nas reuniões itinerantes, aprofundado nos GTs, compartilhado nas Visitas de Pares, encararíamos na prática da certificação participativa durante as Visitas de Verificação.

As Visitas de Verificação de nosso OPAC começaram em julho, na ECOMINAS. Ainda em Julho, Letícia e eu conseguimos a confirmação da participação no VI Congresso Latino Americano de Agroecologia/ X Congresso Brasileiro de Agroecologia, e teríamos que alterar a data das Visitas de Verificação do grupo Pedralva. Alterações nestas datas não são bem vindas dentro do cronograma do OPAC, por envolver muitas pessoas. O cumprimento do cronograma é uma das formas de estimular a participação das pessoas nas visitas. Contamos com a colaboração de todos para a alteração da data.

No início do mês de agosto, tivemos a Oficina sobre o PMO facilitada pelo Aloísio da EMATER, em Maria da Fé, onde fomos recebidos pelos parceiros da APANFÉ. O novo PMO trazia muitos benefícios, mas era novo, e como toda novidade causou certo espanto. Porém, as contribuições do GT do PMO, liderado pelo Aloísio, foram fundamentais para que o PMO utilizado dentro do OPAC sul de Minas, ganhasse uma dimensão bem mais prática. A oficina foi bastante intensa e interessante. Saímos, com dúvidas, lógico, porém acreditávamos muito na nova ferramenta. O aprendizado concreto seria feito na prática e avaliado nas visitas de verificação.

A Visita de Verificação de alguns grupos da AAOF estava marcada para o dia 17 de agosto, mas de comum acordo com a ABAL, Núcleo visitante e colaboradores, foi alterada para o dia 28 de agosto, pois seria simultânea a outros grupos da AAOF, facilitando o deslocamento e reduzindo os custos. Apesar de não serem bem vindas, o leitor pode perceber que as alterações de cronograma não foram raras. Todas possuíam uma justificativa

plenamente aceitável, porém isso poderia enfraquecer a participação das pessoas integrantes do SPG, em especial os consumidores.

Letícia e eu estávamos numa fase de intenso trabalho. Daríamos início ao nosso projeto ELA (Escola Livre de Agroecologia), no bairro Belo Ramo, em Pedralva, que contava com o apoio institucional da UNIFEI através de um projeto de extensão com o parceiro Luis Felipe Silva e o estagiário Leonardo. A primeira atividade do projeto foi dia 28 de agosto, com o tema água e sob a visão da Agroecologia. Três equipes tiveram um intenso dia de aprendizado prático-teórico envolvendo a comunidade do bairro Belo Ramo, agricultoras e agricultores da RAMA e de outras instituições parceiras, estudantes e professores da UNIFEI. O primeiro tema foi água e fizemos um Tanque de Evapotranspiração (TEVAP), mostrando as três fases, cada uma em uma casa da comunidade; realizamos um diagnóstico sobre os recursos hídricos da Fazenda Nossa Senhora do Belo Ramo; e dialogamos sobre técnicas agroflorestais e aplicamos os conceitos em uma recuperação de nascente. No dia seguinte, participamos de uma reunião da OSM, no dia 29 de agosto, sobre o projeto ECOFORTE, que não fez parte deste estudo. Por essa razão, minha banca de qualificação, que estava marcada para o dia 28 de agosto, foi alterada para o dia 06 de setembro. Letícia se preparava para representar a OSM no Congresso Orgânico Mundial, estava lançando um financiamento coletivo com a ajuda do Felipe (Raiz do Campo/AAOF) e Osvaldo (RAES), para colaborar com as despesas da viagem, que só foi totalmente possível graças ao apoio dado pelo próprio congresso com a compra da passagem aérea confirmada no fim de setembro. Outra etapa do projeto ELA, aconteceria no dia 22 de outubro, com o tema abrigo e outra no dia 29 de outubro com o tema alimentação, onde mantivemos o mesmo desenho das atividades com a divisão entre agricultoras, agricultores e estudantes em grupos que se encarregariam de diferentes tarefas.

Aconteciam as Visitas de Verificação do OPAC sul de Minas. O AV no dia 5 de setembro, o grupo Itajubá da RAMA no dia 12 de setembro, APOMM no dia 13 de setembro. No dia 17 setembro Luiz Carlos, coordenador do grupo Cardoso solicitou alteração da data da visita que eu iria participar como membro externo. Seguiu o ritmo dos trabalhos do OPAC sul de Minas.

No ano de 2017 participei de três visitas de verificação. A Visita de Verificação do Núcleo RAMA, do qual faço parte e estive na função de coordenador do grupo Pedralva. A visita como membro externo do OPAC, na COOPFAM, onde eu coordenei as visitas do Grupo Cardoso. E, por fim, coordenando um dos grupos da visita testemunha dos auditores do MAPA, na ABAL. Três diferentes experiências práticas do SPG Sul de Minas da qual participei ora apenas como coordenador e visitado, ora como observador participante.

A visita de verificação é o principal mecanismo de controle social do OPAC Sul de Minas, como observado por Hirata (2016) e confirmado neste trabalho a partir das percepções das observações das agricultoras e agricultores. “A Visita de Verificação é o momento mais importante. É onde a gente vê se realmente é orgânico ou não”, afirmou Benedito da ABAL. Luciene da RAMA confirma que “nas primeiras visitas de verificação foi que a gente aprendeu a certificar”. Marcílio lembra a importância desta visita por “promover, ao contrário da auditoria, uma troca de conhecimento pra melhorar o trabalho dos agricultores”. O objetivo da visita é verificar se o manejo empregado pela agricultora/agricultor em sua unidade de produção está de acordo com as normas legais da produção orgânica. Este é o objetivo que o OPAC assume como sua responsabilidade perante o MAPA, como órgão regulador, e a sociedade, aqueles que necessitam do respaldo legal para fazer a compra de orgânicos, os nossos consumidores.

Durante a Visita de Verificação se afirma a Responsabilidade Solidária em todos os níveis. Na base, a responsabilidade solidária se dá entre os membros do grupo, que se juntam de acordo com as especificidades de cada organização que compõe a OSM e assumem integralmente a responsabilidade entre os pares. Esta relação de grupo é construída também durante a Visita de Pares, que prepara para a visita de verificação. O grupo compartilha uma intensa responsabilidade entre seus membros, pois de acordo com as regras, se uma não conformidade é encontrada durante a visita de verificação para qual o grupo não tenha dado a devida importância na visita de pares, todos são responsabilizados pelo não cumprimento das normas. Frisando, se uma agricultora ou agricultor não cumpre as normas, todos de seu grupo se responsabilizam solidariamente. O segundo nível de responsabilidade solidária se dá no Núcleo. Cada uma das organizações que se associam à OSM e solicitam a certificação pelo OPAC Sul de Minas, passam a integrar o SPG Sul de Minas como um Núcleo, como já explicado anteriormente, mas que fazemos questão de reafirmar. O Núcleo é responsável pela integração de seus Grupos, por criar um documento próprio de regulação interna do processo de certificação, por indicar os coordenadores que irão compor as comissões de avaliação e de recursos, por realizar as visitas de verificação de forma cruzada com outros Núcleos e se relacionar oficialmente com o OPAC Sul de Minas e com a OSM. O terceiro nível de responsabilidade solidária é o próprio OPAC. O OPAC é composto pelas agricultoras e agricultores solicitantes da certificação, que se responsabilizam solidariamente pelo Sistema de Certificação Participativa. É a responsabilidade solidária entre as organizações parceiras que vão construindo sua relação de confiança. O nível seguinte é a formação do SPG. A responsabilidade compartilhada entre agricultoras e agricultores que fornecem os alimentos

orgânicos certificados, colaboradores técnicos com seu respaldo social e consumidores, interessados diretos na garantia da qualidade. Destaco ainda a responsabilidade solidária que também envolve nossa relação com os demais SPG do Brasil, por meio do Fórum Brasileiro de SPG; a responsabilidade solidária entre estes e o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg), incluindo o MAPA e outros meios de certificação, do qual eu, particularmente, ressalto as Organizações de Controle Social pelas semelhanças quantos aos princípios dos SPG. Por fim, após ter sido promovido no Brasil, os sistemas de certificação baseados na confiança e responsabilidade solidária se espalham pelo mundo. Com força maior aqui na América Latina, onde já existe o Fórum Latino Americano de SPG.

“Tem tanta coisa que acho até mais seguro que auditoria”, me disse o Wilson certa vez. “São olhos diferentes pra olhar”, uma fala que não consegui registrar a autora, que foi dita durante a Visita de Verificação na nossa unidade enquanto eu mostrava os documentos, relata bem o que é uma Visita de Verificação. Tem a agricultora e o agricultor que está sendo visitado e que começa sempre por contar a história daquele lugar. Tudo na visita começa com um caso. É quando sabemos se a terra era da família, ou se tinha chegado recentemente, quem mais morava na casa. A gente que é do grupo, geralmente já sabe a história, dada a intensidade do convívio. No entanto, geralmente é novidade para quem vem como representante de outro Núcleo, apesar de sempre se perceberem semelhanças. Nesta descoberta de sermos iguais, ou pelo menos parecidos, ou ainda ter ao menos o mesmo objetivo é que se constrói a confiança. Na prática, ao ver a pessoa, o lugar e o manejo é que a gente passa a confiar. Estabelecida a confiança, nos solidarizamos e nos tornamos corresponsáveis.

Mais do que apontar não conformidades, como acontece também na certificação por auditoria, a Visita de Verificação no SPG busca “assessorar os agricultores para a resolução de não conformidades e aperfeiçoar os sistemas produtivos pelas trocas de experiências” (HIRATA; ROCHA; NERY, 2018). Sendo considerado o maior benefício além do selo. As coordenadoras e coordenadores capacitados no Encontro de Formação, se responsabilizam pela organização das visitas, pela realização delas, pela guarda dos documentos de seu grupo, pela integração com os demais grupos de seu Núcleo para envio ao OPAC, pelo trabalho prático do OPAC como um todo. Vamos ver o seguinte resumo que consta na Cartilha de nosso SPG:

No OPAC Sul de Minas essas visitas são programadas no Encontro de Formação de Coordenadores e ocorrem normalmente no segundo semestre. É necessária a participação de pelo menos 2/3 ou no mínimo 3 dos membros do grupo, o

coordenador da visita (que será um agricultor de outro Núcleo com função de coordenador de grupo) e ainda um colaborador (os colaboradores são constituídos pelos consumidores, técnicos e organizações públicas, privadas ou ONGs). O relatório da visita (formulário próprio do OPAC Sul de Minas - usar modelo atualizado) deve ser preenchido com letra legível devendo abranger todas as evidências objetivas da visita, ressaltando problemas ou pontos de melhoria, quando houver, indicar soluções e prazos, assim como ressaltar os pontos positivos. Ao final da visita, deve ser deliberado sobre a conformidade orgânica daquela unidade de produção (HIRATA; ROCHA; NERY, 2018, p. 56).

Vemos que a visita de verificação é o ponto culminante da certificação participativa, onde ocorre de forma transparentes e participativa a avaliação da conformidade e a decisão sobre a certificação ou não do manejo praticado pelas agricultoras e agricultores em sua unidade de produção. Tudo que se iniciou no Encontro de Formação de Coordenadores, é construído pelas agricultoras e agricultores do SPG Sul de Minas de forma participativa e autônoma ao longo do ano, buscando sempre que sejam protagonistas do processo. Apesar das regras estabelecidas para que possamos nos credenciar como OPAC, buscamos sempre trazer benefícios que se explicitam na busca por não apenas apontar não conformidades, mas indicar melhorias a serem feitas, entendendo que a Agroecologia se constrói a partir de um processo de transição, não do dia para noite; e também na decisão estimulada por muita discussão, de apontar em documento da certificação os pontos positivos, de maior integração com os conceitos da Agroecologia, como forma de estimular as boas práticas das agricultoras e agricultores da OSM.

Quando a gente vai nas visitas, consegue ver cada experiência mais bacana que a outra. A gente aprende muito vendo o que cada agricultor faz de bom. É muita novidade que vai aparecendo. E a gente acaba fazendo na nossa agricultura. Tem muita sabedoria escondida aí que a gente só precisa mostrar pras pessoas. (João Sorriso, Serras Verdes, em conversa durante o Encontro de Coordenadores).

Esta ideia de indicar os pontos positivos, surgiu no Encontro de Formação de Coordenadores de 2017:

A gente fica só preocupado com o que cada um faz de errado, com a não conformidade, e acaba esquecendo o tanto de experiência boa que tem. A gente tem que valorizar essas boas práticas. Minha sugestão é acrescentar um item com os pontos positivos encontrados na visita, principalmente a de verificação quando tem mais gente pra observar. As boas práticas tem que ser ressaltadas, senão vira auditoria. A gente não tá lá só como fiscal, nós somos parceiros também. É obrigação a gente mostrar pra sociedade o que tem de bom sendo feito na Agroecologia do Sul de Minas. (Marcílio, AAOF, durante Encontro de Formação de Coordenadores).

Eu havia lido há pouco tempo sobre a experiência de certificação em Cuba (BRAULIO, 2012), onde se “certificava” o nível de integração Agroecológica das Agricultoras e Agricultores, entendendo a importância da transição para um modelo Agroecológico, mais do que a certificação para o nicho de mercado orgânico. Fiz esta observação durante o Encontro para reforçar a ideia apresentada pelo Marcílio e como forma de abrir um novo horizonte para nosso sistema de certificação, onde poderíamos em nosso SPG, avaliar o quanto cada agricultora e agricultor se apoderavam na prática sobre os conceitos da Agroecologia.

Parti deste princípio durante minhas observações nas Visitas de Verificação, além das responsabilidades que já teria na prática seja como agricultor visitado junto com a Letícia, seja exercendo a função de coordenador do grupo Pedralva, seja pela função de membro externo da Comissão de Avaliação do Grupo Cardoso, da COOPFAM em Poço Fundo. Reservarei-me neste espaço a ressaltar alguns pontos positivos observados durante as visitas de verificação para tentar compreender como nos apoderávamos das práticas e conceitos da Agroecologia, como protagonistas dentro de um SPG.

#### **5.6.10.1 Recebendo a visita**

A primeira visita que participei foi a do grupo Pedralva, no dia 19 de setembro, na condição de coordenador de grupo e agricultor visitado. Letícia e eu tínhamos acabado de participar do Congresso Latino Americano de Agroecologia e CBA em Brasília. Lá apresentei a minha experiência pessoal, como agricultor, no SPG Sul de Minas. Voltei ainda com mais certeza da importância de se encontrar os pontos positivos que poderiam colaborar com a Transição Agroecológica em cada experiência. Dividido o grupo, um membro externo e colaborador foram fazer as visitas nas propriedades da Luciene e do Wilson, no bairro Alecrim, enquanto outro grupo seguiu para visita no bairro Belo Ramo, na experiência da Letícia, Carlinhos, Braz e eu e no bairro Santo Antônio, com a experiência da Luiza, Adriana, Aparecido, Zé Renato e Luiz. Falarei mais especificamente sobre as observações do segundo grupo, do qual participei. Wilson e Luciene, colaboraram imensamente na construção deste trabalho e suas experiências são relatadas a todo momento.

A Fazenda Rancho Santo Antônio, é certificada desde 2000, quando Luiza e Luiz Paulo, filhos do proprietário Paulo Bustamante Carneiro, decidiram ingressar no nascente movimento de agricultura orgânica na região. Certificaram a produção de café e banana pelo IBD. A fazenda tem uma área relativamente grande em comparação com as unidades

certificadas em nosso SPG. Trabalham no sistema de arrendamento, onde os agricultores que assumem o arrendo são responsáveis pelo manejo e colheita, ficando com 70% da produção. Além disso, são dois funcionários remunerados, Aparecido e Luis. Zé Renato, apenas arrenda um talhão de café. Luiza e Adriana são companheiras em outro arrendo, onde os funcionários citados também trabalham. Esta foi a primeira unidade com certificação orgânica que conheci na vida. Era uma rara experiência em Pedralva, que também tinha o Paulo Siqueira certificando sua produção (Paulo hoje é associado da APOMM). Devido a proximidade familiar e geográfica, Letícia e eu somos bastante envolvidos com a experiência da Fazenda Rancho Santo Antônio. A certificação ainda é feita no nome do pai da Luiza, mesmo sendo matéria de reflexão em todas as nossas visitas, sejam as de pares ou as de verificação. No ano de 2017, iniciamos a discussão sobre a possibilidade de que cada arrendo tivesse o seu projeto autônomo de certificação. Luiza insiste bastante neste ponto com os agricultores. Reforçamos que poderiam ter autonomia maior em seu manejo e venda, teriam o benefício do selo em seu nome para acessar mercados destinados à agricultura familiar, além de ter a oportunidade de trocar experiência com outros agricultores. Aparecido, que já tem experiência com a certificação por auditoria, relatou que “nesse método novo ficou melhor sim”, que a cobrança existe, mas “também ajuda nas soluções”. Mas, curiosamente, eles não se interessaram ainda por esta possibilidade. Talvez pela situação cômoda do arrendo, que remunera bem mais que o arrendo 50%, que é mais comum na região, por conseguir algumas boas vendas graças ao selo, por não necessitar viajar para participar de visitas. Todas estas razões foram citadas, não havendo destaques.

O projeto de recuperação ambiental realizado desde 2000 é, sem dúvida, a maior contribuição desta experiência para os que visitam. Cerca de 60% da propriedade está em áreas de preservação permanentes (APP) e reserva legal respeitadas, além de uma barreira em todo entorno, com pelo menos 20m para formação de corredores ecológicos que também têm a função de demarcar as divisas e servir de quebra vento. A área tem uma vegetação exuberante que mantém a fauna nativa, protegendo inclusive espécies ameaçadas de extinção. A visão ambiental é bastante reforçada pela Luiza, que deixa clara sua intenção de manter os serviços ecológicos de seu agroecossistema. Os agricultores que aceitam participar do arrendo entendem e concordam com as questões ambientais. Destaca-se também o tempo em que a unidade está sob manejo orgânico, sendo acompanhada pela certificação por auditoria no princípio e pelo SPG Sul de Minas desde 2012, quando ainda éramos associados à APOMM, estando, portanto, entre as 28 primeiras unidades certificadas em nosso SPG. A banana, por seu sabor principalmente, mas também por seu manejo, é sempre elogiada nas visitas, não

sendo diferente na do ano de 2017. Ressaltou-se na visita, a tentativa de se realizar o manejo orgânico dos animais da propriedade (gado leiteiro, cavalos de trabalho, suínos e galinhas caipiras), mesmo sem buscar a certificação destes. A situação das nascentes de água e sua captação para consumo também merece destaque, assim como o início da construção de TEVAP para tratamento da água negra e o círculo de bananeiras para tratamento da água cinza na casa da Luiza e Adriana.

A visita ressaltou que para avançar na transição agroecológica, além de manter e reforçar estes pontos em destaque, deveria continuar a reflexão sobre a certificação autônoma de todos os envolvidos na produção, dado o ganho que teriam e também por facilitar o entendimento do sistema e seu manejo, hoje considerados “confusos”. A visita também considerou que há pouca integração entre a produção vegetal e animal, que “deveriam aproveitar este potencial”, o manejo do café, principalmente, precisava melhorar e esta integração poderia ser muito benéfica. Por fim, a visita reforçou a necessidade de maior participação dos envolvidos na produção para melhor entendimento sobre o SPG. “Só participando é que vocês vão saber como é e decidir se querem certificar e como”, afirmou Aloisio, nosso colaborador.

Na visita em nossa unidade, Letícia e eu iniciamos nos desculpando com o descaso com o manejo, devido à função de coordenadora de OPAC e as viagens de representação e pela realização de meus estudos de mestrado em acúmulo com a função de coordenador do grupo Pedralva. Os membros externos fizeram questão de nos tranquilizar, pois “estávamos trabalhando para o SPG”. Como membro do SPG, Letícia e eu concordamos, mas reafirmamos que estávamos insatisfeitos enquanto agricultores. A história sobre nosso arrendo já foi contada ao longo do texto, assim como nossas atividades práticas relacionadas ao SPG. Em nossa empreitada são nossos parceiros o Carlinhos e o Braz. Ambos moram com suas famílias dentro da Fazenda Nossa Senhora do Belo Ramo. Carlinhos é funcionário com carteira assinada, além de cultivar no entorno de sua casa. Braz é nosso parceiro com uma pequena criação de galinhas caipiras, onde arcamos com o plantel, insumos e a área, e ele faz o manejo, que realiza nas horas em que não está na cidade de Pedralva, onde é segurança num banco da cidade, tendo carteira assinada.

A Fazenda Nossa Senhora do Belo Ramo, possui 48 hectares, dos quais arrendamos 20. A certificação orgânica é da mesma época da Fazenda Rancho Santo Antônio, também pelo IBD. De 2010 a 2012, a fazenda esteve arrendada para criação de cavalos em sistema convencional. Quando Letícia e eu nos decidimos pelo arrendo, a criação de cavalos se encerrou. Associamos-nos à APOMM e começamos nossa vida juntos na Agroecologia,

entrando também para o primeiro grupo de certificados pelo SPG. Letícia e eu, sempre fizemos questão de que nossa terra fosse um espaço destinado à construção pedagógica da Agroecologia, sendo pedagógica para o SPG a nossa entrada como primeira unidade em fase de conversão. Não recebemos o selo no primeiro ano, cumprindo o período destinado à conversão.

Letícia e eu, além das famílias do Carlinhos e do Braz e outras 7 famílias, ocupamos as antigas casas de colono da fazenda, que outrora foi sede de uma granja para criação de frangos e as casinhas eram dos funcionários da fazenda. Pedralva é uma cidade com muitas famílias sem moradia própria e que, até hoje, não realizou nenhum projeto de moradia popular. Desde os tempos da granja, Paulo, avô da Letícia e proprietário, sempre se preocupou com a moradia dos funcionários; na época, construiu boas casas que são habitáveis até hoje, cerca de 40 anos depois. Estas casas abrigavam as famílias de funcionários da fazenda, num regime parecido com o antigo colonato, no entanto, mediante pagamento de salário. Após os término da atividade da granja, algumas famílias foram para a cidade e outras permaneceram arrendando partes da área para cultivo de banana e café. Algumas casas permaneceram ocupadas e outras ficaram abandonadas. Quando Letícia e eu nos mudamos, 5 casas estavam ocupadas com famílias que trabalhavam em fazendas vizinhas ou em empresas de comercialização de banana que pagavam 10% do salário mínimo como aluguel, 1 casa estava ocupada com uma família de um funcionário remanescente, que já aposentado e sem casa própria, que vivia sem pagamento de nenhuma espécie. Letícia e eu ocupamos uma das casas abandonadas, reformamos e esta passou a ser a nossa casa. Restavam 4 casas desocupadas. Pouco tempo depois, Braz, que anos antes havia sido parceiro na produção orgânica de banana e café, pediu para ocupar uma das casas com sua família, mesmo tendo emprego na cidade, “num aguento morar naquela barulheira”, nos relatou e muitas vezes também nos afirmou que gostava de morar ali porque era onde havia passado boa parte da vida, assim como sua companheira, Marlete, morando além do casal, mais dois filhos pequenos Cauã e Natan, por vezes quatro, quando presentes os dois filhos mais velhos, César e Alessandro. Sua filha mais velha, Érica junto com o companheiro Bruno, ocupava a casa onde antes seus pais moraram, por isso escolheram outra casa, reformaram e se tornaram também nossos vizinhos. Os moradores têm alguma relação de parentesco entre si, como nos bairros estudados por (BRANDÃO, 1983; CÂNDIDO, 1964; QUEIROZ, 1973). Além do já citado caso da família do Braz e Marlete e sua filha Érica e Bruno, este último é irmão do Felipe que ocupam outra casa, ambos são filhos do Antônio Carlos Rocha, que ocupa outra casa com sua esposa, sendo outra ocupada por seu cunhado Aparecido Lemes (Cido), outra

ainda era ocupada por um irmão do Braz, o Marquinhos, que trabalha numa fazenda vizinha. Apenas uma família das que ocupam as casas da Fazenda Nossa Senhora do Belo Ramo, não possui relação de parentesco com as demais. Após nossa chegada, outra casa antes abandonada passou a ser ocupada pela família do Luis Paulo, funcionário da mesma fazenda que o Marquinhos. Sr. Antônio Ramos, antigo funcionário aposentado que permanecia em sua casa, faleceu no ano de 2016, tendo sua família mudado para a cidade. A casa então foi ocupada pela Ana Paula e o Carlinhos, recém-casados, esta última, filha do José Raimundo, que foi nosso primeiro parceiro no início de nossa transição Agroecológica. Ele, que é funcionário da Prefeitura de Pedralva, e sua família são nossos vizinhos de cerca. Era nosso parceiro na horta, de onde recebia de 70 a 80% da produção e nós ajudávamos na comercialização. Com a chegada do Carlinhos e sua destinação para nova função dentro da Prefeitura, impossibilitaram a continuação da parceria. Hoje, Carlinhos e Braz, que continuam nossos parceiros, não pagam em nenhuma espécie pela casa que ocupam, já os demais, por não se envolverem nos trabalhos da fazenda, seguem pagando um aluguel equivalente a 10% do salário.

A parte da Fazenda correspondente aos 28 hectares que não são de nosso arrendo, somam, além de APP e reserva legal, áreas de pastagem que foram utilizadas por gado convencional para corte, sob responsabilidade do pai da Letícia. Este ano, este gado foi comercializado e foram introduzidas novilhas leiteiras que já iniciaram a conversão para o manejo orgânico, mas ainda ficando na área fora do arrendamento que Letícia e eu fazemos.

Foi destacada pela equipe da visita de verificação, além da nossa participação ativa no SPG, a relação com os parceiros e comunidade; a preocupação com a recuperação das nascentes e APP; a preocupação com a captação, armazenamento e distribuição da água preferencialmente para o consumo da comunidade; a diversificação da produção, apesar da diminuição da escala; a responsabilidade com as águas residuais, tendo sido iniciado o tratamento em 3 das 10 casas; e a parceria com a UNIFEI na construção do projeto ELA. O projeto foi bastante apreciado pelos presentes, sendo a iniciativa entendida como um bom exemplo para outras organizações por estimular a parceria entre a comunidade do bairro Belo Ramo e uma instituição de ensino nas proximidades (UNIFEI). Apresentamos também a ideia de começar a dar autonomia para o Braz e o Carlinhos em algumas áreas, para realizar uma transição para no futuro eles participarem como membros fornecedores do OPAC, obtendo o selo em seu nome e de sua família.

Para avançar no manejo de nosso Agroecossistema, a visita propôs que intensificássemos a produção, envolvêssemos mais as famílias do Braz e do Carlinhos,

tivéssemos mais apreço pelos registros de campo, além de avançar no registro dos animais, mesmo aqueles da área que entraria em conversão, além de algumas orientações técnicas e práticas para a área de horta nas proximidades das casas do Carlinhos e do Braz, como melhor manejo da cobertura, realização mais controlada da rotação de culturas, melhorar o sistema de irrigação e separar e diferenciar melhor as áreas do gado leiteiro das demais.

Como recomendado pelo OPAC, quando se faz a divisão de um grupo durante a visita de verificação, ao final do dia reunimos os dois grupos para as impressões gerais e decisão da conformidade. As unidades visitadas pelo outro grupo foram todas no bairro Alecrim, onde o casal Luciene e Wilson e os filhos João Mateus e Breno, são responsáveis por 3 unidades certificadas, a unidade da família, o Sítio Alecrim, sob responsabilidade do Wilson, que também se responsabiliza pela unidade Anexo Dourado e a unidade Alecrim Dourado, sob responsabilidade da Luciene. Os sítios Alecrim Dourado e Anexo Dourado são de propriedade dos companheiros Guto e do Mário. A relação estabelecida entre as duas famílias é comovente. Letícia e eu, que os acompanhamos desde o princípio, somos testemunhas do quanto a relação das duas famílias é benéfica. Além da parceria, Wilson e Luciene recebem um salário para cuidar das propriedades. Os membros da equipe da visita de verificação ficaram bastante impressionados não só com boa relação de ambos, como também pela experiência prática da Luciene, Wilson, Breno e João Mateus nos agroecossistemas que construíram. Como foi relatado por um integrante da equipe “aqui a gente não fiscaliza, só aprende”. Todos os parâmetros que pudemos analisar na transição agroecológica destas unidades terão destaque. São realmente exemplos, e não é sem razão que a Luciene foi a escolhida por nós, da RAMA, como referência para a entrevista deste trabalho e como próxima coordenadora de nosso grupo. O empoderamento desta família quanto aos conceitos da Agroecologia e os princípios de nosso SPG é um capítulo que deveria ser contado à parte em toda esta história.

#### **5.6.10.2 Coordenando uma visita**

Visitamos 5 unidades em Poço Fundo: Luis Carlos Paiva e Rosângela de Souza Paiva, João Gonçalves, Admilson Ferreira e José Maria Ribeiro. Todos do bairro Cardoso, que dá nome ao grupo de certificação vinculado ao Núcleo COOPFAM. Todos trabalham com café, característica marcante na região e consolidada na COOPFAM, que já tem fama internacional com seu café, seus integrantes se orgulham de afirmar que produzem o “melhor café fairtrade do mundo”. A experiência com a certificação fairtrade, como mostrada por Cavino (2012), foi

fundamental para consolidação da COOPFAM, sendo uma importante marca da organização e razão de sua transição para modelos mais sustentáveis de agricultura. “Da certificação fairtrade para a certificação orgânica foi um pulinho”, como me disse o Luis Carlos em uma conversa. Na certificação orgânica, a COOPFAM tem larga experiência, já tendo passado pela certificação individual por auditoria, pela certificação coletiva ainda no sistema de auditoria, por diferentes empresas e chegando, finalmente, à certificação participativa pelo SPG Sul de Minas. Todas as propriedades que visitei tinham mais de 10 anos de experiência com a certificação orgânica. Somando a experiência prática dos agricultores à assessoria dada pelos técnicos contratados da organização, ao mesmo tempo em que facilita a compreensão da certificação, gera certa dependência dos técnicos reconhecida pelos agricultores: “muita gente desistiu da certificação participativa porque tava acostumado com o técnico fazendo a maior parte do trabalho”, afirmou Rosângela, considerando que na certificação participativa “tem que participar, o próprio nome já diz”. A COOPFAM, como já relatado neste texto, tem uma forte característica de agricultura familiar institucionalizada, quase todos possuem a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e acessam crédito, mercados institucionais e o mercado externo graças a esta característica, por vezes até como agricultores familiares empresariais (LAMARCHE, 1993; WANDERLEY, 1996). Portanto, esta desistência do SPG, é explicada pela não equivalência da legislação em alguns países para os quais a organização exporta o café. O café, assim como a banana para ABAL, é o “carro chefe da COOPFAM”, com afirma boa parte de seus membros. Os agricultores se tornaram dependentes do café praticando, na maioria das vezes, a monocultura. O grupo do bairro Cardoso, que visitamos, se diferencia um pouco. Tem características de uma agricultura familiar (com DAP) que se aproxima do campesinato caipira de Brandão (1983), Cândido (1964) e Queiroz (1971) talvez por manter as relações comunitárias de um bairro ainda bastante isolado, ressaltadas no modo de vida com a reciprocidade entre as famílias, plantios e criação de animais nos quintais, destinados ao autoconsumo, manutenção de características culturais ligadas a religiosidade, trocas que sustentam o equilíbrio econômico familiar e relações de parentesco.

Na função de coordenador da visita de verificação, eu devia me atentar para o formulário, à leitura dos questionamentos e preenchimento das respostas, enquanto conduzia a visita pela unidade, chamando a atenção dos visitantes e do visitado para o objetivo da visita, sem, no entanto, atrapalhar a troca de experiências. Não pude, portanto, fazer registros em diário de campo, razão pela qual serão descritas apenas as impressões gerais sobre a visita.

O maior destaque da visita, na minha impressão, foi a boa relação do grupo. Seus agroecossistemas são interessantíssimos, apesar da dependência do café. Mas justamente isso

me sacudiu. A decisão por apresentar no início destes resultados um histórico sobre a ocupação do sul de Minas, se deu durante esta visita. Os poucos detalhes registrados do diário de campo durante o almoço, café e nas idas e vindas de uma unidade a outra demonstram isso, como as falas da Rosângela: “a gente faz aqui o que nossos avós faziam”, “essa coisa de caipira, né, o quintalzinho o fogão a lenha”, “o café é tradição na região e o fumo também”, “o café é o sustento das famílias da COOPFAM no lado financeiro”, “na minha família tem essa tradição de rezar pelos outros, querer o bem dos vizinhos”. João Gonçalves: “a família toda plantou fumo, é a história de Poço Fundo, dos Cardoso”, “fogão a lenha é bom pra cozinhar e ainda dá a cinza pra horta, pra roça”, “os bichinho faz parte da família”, “nóis gostava muito de uma viola nas festa”, “a comida sempre reúne o povo”, “quem planta café, serve café bom pra visita, é ele que sustenta quase todo mundo da COOPFAM”, “vai aí em volta tudo, Alfenas, Machado, imagina isso aqui sem café?”. Admilson Ferreira: “todo mundo na família plantou fumo, é cultural né, aqui muita gente planta”, “Café tá na roça e na mesa de todo mundo aqui na nossa região”. Clemílson e Giuliano, da COOPFAM, durante todos estes anos de convivência, me ajudaram a compreender a importância do café na região, apesar da monocultura e a dependência de insumos externos, tínhamos que mostrar alternativas na prática se quiséssemos construir melhores agroecossistemas, mas o café, por sua importância cultural e econômica, deveria estar presente.

Outras características me chamaram a atenção, como a apropriação das agricultoras e agricultores visitados dos processos de certificação e sua preocupação com os registros; a importância dada à representação feminina, onde destaco a visita a um talhão de produção do café feminino da COOPFAM; o amadurecimento quanto aos conceitos da agroecologia; a discussão sobre as barreiras, demonstrando que o grupo dava continuidade a reflexão apontada pela auditoria do MAPA; o incentivo dado a participação da juventude; a ajuda mútua entre os integrantes do grupo no processo de certificação; a diversificação das culturas; as experimentações de novas técnicas para aperfeiçoar os agroecossistemas; a crescente preocupação com a água para consumo e a destinação de resíduos.

A visita concluiu sobre a certificação de todos os visitados, restando que se replicassem em todas as unidades as boas práticas isoladas que encontramos, como o TEVAP para tratamento de esgoto, criação de animais para produzir insumos e diminuir a dependência externa, diversificar as culturas observando aquelas que deram certo nos vizinhos, a participação de todos nos eventos da OSM para compartilhar experiências, a continuidade da reflexão sobre as barreiras e sua efetivação prática.

A experiência de coordenação de uma visita de verificação é marcante, é quando eu realmente me vi empoderado no SPG e onde pude perceber a autonomia, como agricultor, de poder me responsabilizar solidariamente sobre o manejo agroecológico de minhas parceiras e meus parceiros, enquanto estes se responsabilizariam sobre o meu. Esta reflexão pessoal ganhou reflexos em percepções que pude registrar da Rosângela, da Vânia e da Raquel (COOPFAM), do Marcílio (AAOF), do João Paulo (OAV), Benedito (ABAL). Quando afirmamos que a agricultora ou agricultor podem receber a certificação de sua produção, sentimo-nos respeitados pelo Estado em suas normativas legais, pois temos o mesmo “poder” das empresas de auditoria, entendemos, na prática, que sabemos e podemos certificar, porque também fazemos na prática. Fazer sabendo e saber fazendo. Nós sabemos fazer o cultivo de alimentos de forma agroecológica e, por isso, sabemos o que fazer para certificar se outra pessoa também cultiva de forma agroecológica ou não. As agricultoras e agricultores sabem e fazem a Agroecologia.

As visitas cruzadas de nosso SPG garantem que todos os coordenadores de grupo exerçam a função de coordenação de uma visita de verificação como membro externo. Foram realizadas visitas na Serras Verdes, dia 3 de outubro; APAN-FÉ, 3 e 4 de outubro; AAOF 7 de outubro; COOPFAM, 10 de outubro; APOMM, 19 de outubro; RAES, 27 de outubro; CAMPONESA 27 e 28 de outubro; APOMM e AAOF, 31 de outubro; APOMM 1 de novembro; CEABRA, 10 de novembro; e ABAL, na visita testemunha durante a auditoria do MAPA.

#### **5.6.11 Auditoria MAPA**

A auditoria do MAPA sempre nos causa tensão. Há um medo declarado dos auditores, por mais que na maioria das vezes demonstrem disponibilidade em colaborar. Entre os dias 6 e 10 de novembro, aconteceu a auditoria do MAPA no OPAC sul de Minas do ano de 2017. Todos os dias, os auditores foram acompanhados pelas agricultoras e agricultores que tinham disponibilidade, mas principalmente Núcleo Raiz do Campo, pois a sede de nosso OPAC é no IFSULDEMINAS- Campus Inconfidentes, onde se realizou a auditoria documental e as reuniões. Eu participei como coordenador da Visita Testemunha no grupo Amigos, do Núcleo ABAL, no dia 09. Nestas visitas somos acompanhados pelos auditores enquanto realizamos visitas de verificação de acordo com os regulamentos de nosso OPAC.

Na auditoria documental foram encontradas as seguintes irregularidades, que constam no Anexo D, no texto seguem também as respostas para elas:

**A-** Pediram evidências de resolução das não conformidades apontadas durante a auditoria de 2016, que aconteceriam no Encontro de Coordenadores de acordo com nosso Plano de Correções. Respondemos anexando as atas do curso e confirmando a criação dos GTs que tratariam dos assuntos questionados sobre o PMO, documentos, insumos, origem das sementes e mudas, toda a discussão que tinha sido feita e que ainda estavam em andamento. Reforçando, sobre a questão da rotulagem, a oficina oferecida pela colaboradora Flora da EMATER e sobre o PMO o novo modelo e as oficinas realizadas também em parceria com a EMATER, com o trabalho fundamental do Aloísio.

**B-** Solicitaram a resolução para uma incoerência no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, onde constava na relação de certificados, um produtor de mel que havia solicitado o desligamento do OPAC. Respondemos que este problema já havia sido corrigido e o registro estava atualizado.

**C-** Constataram o registro de 2 agricultores da ABAL no SisOrgWeb, como do município de Luminosa. Correção simples, pois eram do município de Brasópolis, tendo um deles solicitado o desligamento. Ambos foram corrigidos no mesmo dia.

**D-** Três problemas foram encontrados quando auditoria comparou os documentos de um agricultor da AAOF. 1) No PMO/2015 registra-se produção paralela, mas no Formulário de Visita de Verificação de 12/11/2017 informa o contrário. 2) Para a alimentação animal, que tipo de recomendação foi feita para o manejo do milho que constava no formulário e se tinha verificado a variedade do milho. 3) Qual o motivo do não preenchimento de diversos campos do PMO? O primeiro problema já havia sido resolvido, pois na verdade não era 1 unidade de produção e sim 2 no nome do mesmo agricultor, numa se realizava o manejo orgânico e na outra o convencional. O OPAC ainda realizaria a Visita de Verificação de 2017 na unidade, nos comprometemos a esclarecer os fatos. Sobre a alimentação animal explicamos que já havia sido realizada a verificação da variedade do milho e o agricultor havia sido orientado sobre o manejo dos animais. Sobre a presença de campos vazios no preenchimento do PMO, assumimos integralmente a responsabilidade pela falha na verificação, reforçando a construção de um novo modelo de PMO e as oficinas realizadas para sua compreensão.

**E-** A auditoria constatou que um produtor de café, constava na listagem de certificados encaminhados pelo OPAC, mas não havia sido localizado no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Aceitamos a falha e regularizamos na manhã seguinte.

Nas visitas testemunho, não foram encontradas irregularidades, no entanto, foram apontadas algumas não conformidades que são destacadas a seguir, juntamente com os comentários que depois fariam parte de nosso Plano de Correções:

**NC1-** A Falta de atualização dos dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos foi a principal não conformidade destacada pela visita de auditoria. Tal situação, segundo o relatório de auditoria, evidenciava a “deficiência em manter atualizados no CNPO os dados de produtores certificados, o que também foi relatado na auditoria do ano anterior”, apresentando a seguir textualmente onde estávamos em desacordo com a legislação, podendo até perder o credenciamento. Mas como já havíamos destacado no ano anterior, o cadastro deveria ser facilitado para diminuir estes problemas. Tínhamos, sim, uma deficiência no preenchimento, mas em boa razão pela pouca praticidade do sistema. Nosso novo modelo de PMO nos ajudaria bastante na sistematização das informações, as agricultoras e agricultores foram capacitados nas oficinas para tal, a nova organização dos fluxos de informação diminuiriam as dificuldades com a guarda e envio de documentos ao OPAC, a contratação da estagiária aceleraria o preenchimento dos dados no cadastro e continuaríamos com a formação durante o Encontro de Coordenadores.

**NC2** – Outro assunto recorrente em relação ao ano anterior foi a falta de observação do manejo dos animais. No ano anterior, havíamos sido orientados a fazer o registro dos animais caso desejássemos fazer a certificação de produção animal. Ao longo do ano, nas reuniões, decidimos que os interessados nesta certificação deveriam fazer as anotações no PMO e nos registros de produção, no entanto, ainda estávamos com deficiência no entendimento da certificação, havendo discordância se deveríamos ou não certificar sem “ter segurança”. A auditoria de 2017 ressaltou a necessidade de se registrar também os animais de companhia e que não fossem objetos de certificação, cabendo ao nosso OPAC disseminar esta nova orientação entre as agricultoras e agricultores. A auditoria afirmou que deveríamos ter um campo próprio no formulário para estes registros. Decidimos por iniciar de imediato estas providências e acompanhá-las ao longo do ano. Reforçamos que deveríamos continuar com o trabalho do GT para novos escopos, cabendo decidir se permaneceria no GT sobre o PMO.

**NC3** – Durante uma visita testemunha na ABAL, foram encontrados 1 embalagem de adubo foliar, que não foi verificado sua composição pelos presentes e 2 frascos de inseticida, que não foi percebida pelos presentes. A auditoria entendeu que pelo adiantado da hora, estas situações podem ter passado despercebidas, mas salientou a importância de se ter atenção. Estes recipientes se encontravam em um depósito de insumos e ferramentas com pouca luminosidade. Os frascos estavam lacrados, evidenciando que não haviam sido utilizados e eram bastante antigos, dada a data de fabricação. Mas a simples presença deles no local contraria a IN 17/2014, que afirma que insumos convencionais e orgânicos devem ser armazenados separadamente. Marcílio orientou no mesmo dia e reafirmou muitas vezes que

“uma simples placa explicando resolveria muitos destes problemas”. Todos concordavam que deveríamos nos atentar mais a estes detalhes durante as visitas e evitaríamos fazer muitas visitas num mesmo dia para que o cansaço e o tempo não as prejudicassem.

A base para correção destes problemas seria as nossas potencialidades. Os pontos positivos observados pela auditoria foram:

- a) excelente receptividade de todos os membros da organização à equipe de auditoria, desenvolvendo um clima cordial de convivência ao longo dos trabalhos;
- b) motivação e relevância dos trabalhos do OPAC para o conjunto de produtores envolvidos, evidenciado pelo crescimento constatado ano após ano no quantitativo de produtores certificados;
- c) grande envolvimento de entidades públicas e privadas no desenvolvimento do processo, tais como o Instituto Federal Sul de Minas, Prefeituras Municipais, EMATER/MG, Instituto Kairós.
- d) restou demonstrada a grande vitalidade do SPG, com a verificação da participação de vários colaboradores, além dos próprios produtores, que, dentro do OPAC, mostraram conhecer-se e realizar as atividades rotineiras de visitas e verificação de forma assídua.

Em minhas observações de campo, realizadas no acompanhamento da visita testemunha, encontrei os mesmos pontos positivos, mas destaco ainda outros 3: Benedito e sua transição para Agroecologia, o crescimento da ABAL e a diversificação das culturas. Tive a oportunidade de conversar inúmeras vezes ao longo do ano com o Benedito, seja nas reuniões, visitas ou pelo celular. Seu empoderamento quanto aos princípios da Agroecologia salta-nos aos olhos, principalmente quando vemos sua horta. Estive presente como membro externo na primeira visita de verificação em sua propriedade no ano de 2014. De lá pra cá seu agroecossistema se diversificou, se estabilizou, ele utiliza mais técnicas sustentáveis em seu manejo, resultando em maior produção e facilidade no acesso aos mercados. Pude ouvir frases do Benedito como “a certificação só não vale nada, a troca de experiências é que faz a gente melhorar nossa produção”, “tô tentando diminuir as coisas que trago de fora, tentando resolver aqui na minha roça”, “a gente sabe que não precisa de insumo externo, mas primeiro tem que ter um equilíbrio no nosso sistema”, “plantar a gente já sabe desde pequeno, agora também a gente sabe certificar”, “eu tenho que cobrir mais a terra aqui na minha horta, porque o solo bom dá planta boa”, “eu tô aqui produzindo tomate orgânico que todo mundo falava que não dava certo e taí, bonito, viçoso, pra quem quiser ver. Tratando a terra com carinho ela

produz bem”, “a venda melhorou muito depois que aumentei a variedade porque a gente não fica dependente só de uma coisa, se uma não dá nada, a outra dá bastante”. Na ABAL, a grande maioria dos agricultores se especializou na produção de bananas, pois quase todos os membros certificados, arrendam bananais antigos de proprietários que não moram em Brasópolis ou que possuem uma área maior do que dão conta de manejar. Guarda muita semelhança com o caso da Fazenda Rancho Santo Antônio, de Pedralva, sendo um diferencial a organização autônoma dos agricultores com a criação da ABAL. Com a entrada na OSM, adesão ao nosso SPG e a solicitação da avaliação da conformidade ao OPAC, o Núcleo ABAL se desenvolveu rapidamente, sendo hoje uma das mais bem estruturadas organizações de nossa rede. O sucesso se deve principalmente ao envolvimento maior dos agricultores, com participação intensa nas atividades da OSM, mas cabe relatar o excelente apoio dado pelo Augusto, técnico local da EMATER. Augusto é um dos principais colaboradores de nosso SPG, auxiliando nas visitas, reuniões, encontros e GT, em especial o de comercialização. Desenvolve, além disso, importante trabalho na organização do PNAE na cidade de Brasópolis, onde é destacado o incentivo à compra de alimentos orgânicos. A dinâmica do trabalho também possibilitou a criação de feiras livres no município, com presença marcante de alimentos orgânicos certificados, além de aumentar a quantidade de compradores para a banana orgânica. Ressaltamos que o apoio da Prefeitura Municipal neste processo também foi fundamental. Estas ações possibilitaram a todos os agricultores da ABAL saírem da dependência da comercialização da banana e passarem a diversificar suas culturas sempre que possível.

#### **5.6.12 Reunião final do processo de certificação e Assembleia da OSM**

O fim de ano foi de muito trabalho. Nos dias 12 e 13 de dezembro estivemos reunidos em Inconfidentes para finalizar, ao menos era o esperado, o nosso processo de certificação participativa do ano de 2017. Ano intenso da OSM que foi observado de forma participante por mim. Um intenso ciclo de pesquisa que envolve todos os membros da OSM e SPG Sul de Minas.

##### **5.6.12.1 Reunião para conferência dos PMO**

No dia 12 de dezembro a grande tarefa era conferir todos os PMO de nosso SPG. Presença forte de todos os Núcleos. Trabalho compartilhado. Prático, apesar de burocrático.

Deveríamos conferir se estavam de acordo com todas as recomendações dadas pela auditoria, em especial a instância de aprovação dos PMO documentadas e assinadas. Esta era a última instância de aprovação, após ter sido aprovado pelo Grupo e Núcleo, conferido em campo na visita de verificação, organizado pelo coordenador e enviado ao OPAC. Dividimos-nos em grupos compostos por diferentes organizações. Cada grupo receberia os PMO e os registros das visitas de pares e verificação de um determinado Núcleo, cabendo conferir a presença e o correto preenchimento de todos os documentos. Já acrescentaríamos as observações feitas na auditoria realizada no ano de 2017 sobre as anotações no PMO dos animais, seja para produção ou companhia, além de observar com detalhes os PMO para realizar um cadastro mais eficiente no SisOrgWeb.

Eram documentos de cerca de 200 agricultoras e agricultores do sul de Minas. Divididos em sete equipes, cada uma com cerca de 7 integrantes, iniciamos o trabalho. Eram muitos os detalhes a serem revisados. Demoramos a tarde toda. Por fim, exaustos, decidimos por levar à Assembleia do dia seguinte a proposta de um prazo para que os Núcleos reorganizassem a documentação, preenchendo e assinando quando estivesse faltando. Cada Núcleo saiu com uma tabela onde constavam os documentos que estavam em dia e os que estavam faltando.

#### **5.6.12.2 Assembleia da OSM**

No dia seguinte, realizamos nossa Assembleia, iniciada com o assunto das pendências do trabalho do dia anterior, observamos que a maioria das pendências aconteceu por dificuldade dos trabalhos nos Núcleos, que deveriam reavaliar suas instâncias internas de aprovação. Rosângela, da COOPFAM, e Ceres, da APOMM, declararam que os Núcleos deveriam se reunir, melhorar a comunicação com as agricultoras e agricultores, dispondo da ajuda dos mais experientes e dos colaboradores do SPG quando necessário. Jonathas (COOPFAM), Igor (AAOF) e Oswaldo (RAES), lembraram que era necessário um prazo que se ajustasse ao cotidiano das agricultoras e agricultores e que fosse respeitado. Luizinho, do Raiz do Campo e IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes, disse ser “importante que o SPG seja um ambiente inclusivo e que todos possam estar participando”. Marcílio (AAOF) alertou: “como nos vemos? Como associação ou certificadora?”, afirmando que a participação é fundamental dentro do sistema que propusemos a construir. Com as contribuições do Xavier, da APOMM, Letícia, da RAMA, Lucas, da CAMPONESA, Jonathas, da COOPFAM, Ana Rita, da ECOMINAS, ressaltaram algumas dificuldades no PMO, na comunicação entre

os Núcleos e o OPAC, certa irresponsabilidade por parte destes, o extravio de documentos, devendo o SPG dar mais apoio aos núcleos que tiveram mais problemas. Estipulamos o dia 22 de dezembro como prazo para entrega dos documentos pendentes pelos Núcleos, que deveriam enviar pelo menos um representante para uma nova reunião final. Estávamos bastante incomodados com o número de reuniões. Principalmente as agricultoras e agricultores mais novos no SPG, que declararam que o excesso de reunião tornava tudo “muito complicado”, ou “não dá pra fazer esse tanto de reunião num mês só”, “se a gente ficar saindo muito pra reunião não tem mais comida na mesa do povo”, “agricultor tem que ficar na roça”. Os mais experientes afirmavam que “estamos construindo um sistema nosso, por isso temos que participar”, “só pode ficar no SPG quem quer participar”, “não tem sentido sair da auditoria se for pra ficar na roça esperando um auditor chegar”. Precisávamos encontrar um equilíbrio entre o trabalho na roça e as saídas para reuniões, geralmente a quilômetros de distância. Marcílio equilibrou “se estamos trabalhando muito agora, é pra diminuir o trabalho depois”, ou o que disse João Paulo Silva “a gente tá aqui um se apoiando no outro”. Por fim, criamos uma comissão para a reunião final de aprovação dos PMO e do processo de certificação como um todo. Eu estive nesta comissão representando a RAMA, junto com Marcílio (AAOF), Gustavo (OAV), Lucas e Laerte (CAMPONESA), Bené (ECOMINAS), Osvaldo (RAES), Benedito (ABAL), Gil (COOPFAM), Wilson (APAN-FÉ), Ramona (APOMM), Mário (CEABRA), Letícia (OPAC), João Paulo Silva (OSM).

Seguimos com a Assembleia, agora discutindo o Plano de Ação e Correção que deveríamos enviar ao MAPA até 4 de janeiro de 2018, respondendo aos questionamentos da auditoria. Como medida de correção dos cadastros no SIGORGWEB, o que havíamos questionado ao Ministério sobre a dificuldade de preenchimento da plataforma. Seria contratado um “segundo estagiário, em janeiro, de maneira temporária, para auxiliar a Ana Paula no cadastro dos agricultores”, dada a quantidade de tempo que é despendida no preenchimento da plataforma a partir dos dados cadastrados no PMO de cada agricultora e agricultor certificado, ficando responsáveis por auxiliar o estagiário, o Felipe (AAOF), a Letícia (RAMA), a Yuri (APAN-FÉ), o Igor (AAOF), o Luizinho (Raiz do Campo).

Após os informes da tesouraria pelo Lucas, seguimos com a pauta do Encontro de Formação de Coordenadores, sendo definido que novamente os Núcleos indicariam um representante para construção do Encontro. Eu também me dispus a participar deste grupo junto com Davis (AAOF), Ceres (APOMM), João Paulo (OAV), Letícia (OPAC), Amarildo (APAN-FÉ), Leonel (EMATER), Osvaldo (RAES) e Luizinho (Raiz do Campo). O Encontro de Coordenadores foi marcado para a primeira semana de abril de 2018. João Paulo Silva

lembrou a importância da participação dos coordenadores. Argumentei que o ideal era que todos os coordenadores de grupo fossem capacitados, o que foi contra-argumentado pela incerteza dos recursos disponíveis, uma vez que não tínhamos certeza do apoio dado pelo MAPA como nos outros anos. Marcílio reafirmou que o Encontro era de formação de coordenadores, mas antes de tudo era um “encontro de pessoas semelhantes”, que valia a pena participar, lembrando novamente a sua pergunta anterior: “somos certificadores ou associação de produtores?” Tínhamos mais responsabilidades além da certificação, assim como SPG nos trazia benefícios além da certificação. Deveríamos potencializar os benefícios adicionais do SPG e fazer a OSM assumir outras tarefas que não só a certificação. Amarildo ressaltou que “todos os membros do grupo são responsáveis pelo processo de certificação”, me lembrei do importante pilar da “Responsabilidade Solidária”, que muitas vezes nos esquecemos. Nos SPG, todos os envolvidos são corresponsáveis pelas certificações de todos.

Durante a tarde, retomamos a Reunião com os informes da Aloísia sobre a escrita do projeto para o programa ECOFORTE. Demetrius, histórico batalhador pela Agroecologia na região, estava auxiliando, se apresentou e explicou como estava sendo construído. A proposta era de construção de unidades de referência em compostagem, sistemas agroflorestais, sementes crioulas, beneficiamento da banana, processamento mínimo de hortaliças. A discussão que se seguiu foi bastante intensa sobre a forma de construção do processo que não agradava a todas as agricultoras e agricultores presentes, porém o resultado era apoiado por todos. Eu, inclusive, participei ativamente destes debates, que chegaram a causar alguns atritos, mas que ao final se resolveu. O grupo responsável teria o aval de todos, em consenso, poderiam seguir com a proposta sem maiores percalços, não havia consenso apenas quanto ao método utilizado na construção do projeto.

Todos os assuntos voltavam de alguma forma ao “problema” da participação. Os que participavam não se conformavam com a não participação de alguns. João Paulo Silva (OAV), como presidente, fez considerações sobre a importância de se valorizar quem participa e a necessidade de se estimular quem não participa. Ramon (APOMM) afirmou que tínhamos um “compromisso de servir de exemplo para as próximas gerações”, que deveríamos “usar a participação como estímulo ao trabalho familiar”, Rosângela argumentou que às vezes “os mais velhos sentem dificuldades” e que os “jovens poderiam ser estimulados a ajudar nessa parte mais burocrática”.A Yuri (APANFÉ) argumentou que era responsabilidade de todo grupo exigir a participação do coordenador nas atividades, afinal ele era um representante, eu segui afirmando que cada grupo deveria encontrar o seu jeito de todos se fazerem representados e participarem ativamente, a participação não se dava só na

reunião, mas também na entrega dos documentos preenchidos, nos registros de campo, na participação nas atividades do grupo. Isso tornaria a representação do coordenador menos trabalhosa e mais eficiente.

Letícia, como coordenadora do OPAC, reafirmou a necessidade de construirmos fluxogramas didáticos para que todos pudessem entender a dinâmica do SPG. Luizinho argumentou que a Cartilha que estava sendo produzida seria bastante funcional e tentaria resolver este problema. Foi lembrado pela Letícia, Marcílio e João Paulo Silva que as solicitações deveriam partir das agricultoras e agricultores para o coordenador de Grupo, este enviaria para o coordenador de Núcleo, que encaminharia para o OPAC, aos cuidados da Letícia e Ana Paula, por correio, e-mail ou whatsapp, dependendo da importância da comunicação, realizando-se o fluxo inverso para resposta. Para as solicitações aos GTs, o fluxo seria: agricultor, coordenador de Grupo e câmara técnica; ou agricultor, coordenador de Grupo, coordenador de Núcleo e câmara técnica (Insumos, rotulagem, comercialização, sementes e PMO), e o caminho reverso para resposta.

Na sequência, Leonel informou sobre a feira de Poços de Caldas, Letícia argumentou a importância do trabalho do GT de comercialização para ajudar na construção destas feiras, da troca de produtos entre os membros do OPAC, além de se discutir novas formas de comercialização. Todos avaliaram que havíamos avançado pouco no assunto de comercialização. “Foi o GT mais frágil”, “comercialização não foi pra frente”, “pra gastar dinheiro a gente é bom, mas pra ganhar parece que a gente não quer”, argumentaram. Outros contemporizavam por que a maioria já tinha “suas formas de comercialização” ou a dificuldade já apresentada sobre “o que colocar no PMO”, ou saber exatamente “o que vai ter e quando”.

Jonathas informou, na sequência, sobre o interesse do Grupo de Agroecologia de Caldas em fazer parte da, organização mas ainda sem o processo de certificação. Marcílio e eu reforçamos que a OSM era mais que o OPAC, e que seriam bem vindos. Apresentamos, portanto, a última organização a se associar à OSM.

## **GRUPO DE AGROECOLOGIA DE CALDAS**

Com sede na cidade de Caldas-MG, o Grupo de Agroecologia de Caldas (GAC) é uma “iniciativa comunitária”, fundado em março de 2017, sendo um “espaço de organização de consumidores/as e agricultores/as” que busca se articular com outras redes de Agroecologia, “com o fim de promover o consumo ético, responsável e solidário, a agricultura de bases agroecológicas e a proteção da biodiversidade e dos bens ambientais e culturais presentes na

cidade de Caldas”. Iniciaram suas ações a partir de feiras mensais agroecológicas, sendo a primeira delas realizada entre os dias 14 e 15 de abril de 2017. Cultivam principalmente hortaliças, feijões e mandioca, além de prepararem pães integrais, bolos de fruta sem leite e salgados integrais assados para comercialização na feira. A Feira, que contempla uma “radiofeira” e uma banca com livros, revistas e sementes tem possibilitado a construção do conhecimento agroecológico junto aos consumidores. Realizaram neste primeiro ano de vida o 1º Encontro da Agricultura Familiar de Caldas, em novembro de 2017, reunindo cerca de “60 pessoas, entre agricultores, técnicos e consumidores”. Suas ações são apoiadas pela Aliança em Prol da APA da Pedra Branca e pelo Recântico (ponto de comercialização de Agroecologia e economia solidária que garante a estrutura para realização da feira mensal).

Por fim, Igor informou sobre o financiamento coletivo da Casa de Madeira do setor de Agroecologia do IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes. Além das contribuições que cada agricultora/agricultor desse livremente,; a OSM, por meio dos Núcleos, iria ofertar de uma cesta de produtos para ser rifada. Seguimos então com o relato da Letícia sobre sua viagem à Índia, onde representou o SPG Sul de Minas no Congresso Orgânico Mundial, promovido pela IFOAM. Letícia apresentou um histórico sobre a OSM e a construção de nosso OPAC, mostrando a agricultoras e agricultores do mundo inteiro a nossa experiência de certificação participativa. Uma conquista muito grande para todos nós. Reforçando o potencial de empoderamento da atividade do SPG, Letícia foi escolhida como uma das “antenas”, uma representação da INOFO (uma rede internacional de agricultores orgânicos), para a América Latina. Seria a primeira representação internacional de um membro da OSM.

#### **5.6.12.3 Reunião para decisão final sobre a certificação do OPAC Sul de Minas**

No dia 22 de dezembro nos reunimos no IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes, agora sim, pela última vez no ano. Era uma reunião de OPAC, com a única finalidade de fechar a lista dos certificados para o ano de 2018, após os Núcleos terem resolvido suas pendências documentais. A comissão formada na reunião anterior iniciou a análise partindo das listas de pendências gerada na reunião anterior, quando deveriam ser incluídos os documentos enviados pelos Núcleos. Para organização do OPAC, cada Núcleo possui uma pasta que reúne os documentos de todas as agricultoras e agricultores solicitantes da certificação, além de guardar o histórico dos últimos anos de certificação, mesmo se tivessem saído do processo. Estabelecemos que guardaríamos neste arquivo cinco anos de certificação, sendo posteriormente enviados a um “arquivo morto”. Dividimos-nos em grupos novamente

para a análise e inclusão dos documentos necessários, gerando uma lista de unidades aprovadas, sendo esta a instância que tem a final de aprovação.

Foram certificados para o ano de 2018: AAOF - Marcílio José Barbosa, Davis Antonio, Regina Scherer, João Batista da Silva, Antônio Claret Rodrigues, Henrique Junqueira, Gilberto Lopes de Carvalho, Diego Fonseca Negrão, Geraldo Ferreira, Fabrício Pedro Ramos, Carlos Roberto do Couto, Hélio Remo Guerrero, Lucca Cunha Cerri, Setor de Agroecologia (IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes), Antonio Aulicino Neto, Unidade de Processamento – Café Pequi, Samuel Benedito; ABAL - Paulo Teodoro Arruda, Euclides Galvão Filho, Reginaldo Leopodino de Oliveira, André Luís Pereira, Benedito Valdair Pereira, Sebastião Antunes de Faria, José Vicente de Melo, Éderson Magalhães Ferreira, Geraldo Magela Dias Lisboa, Pompílio Pereira da Rosa, Benedito Francisco de Melo (duas propriedades), Benedito Antunes Pereira, Adilson Aparecido da Silva, Donizeti de Lima e Silva, Edon de Azevedo Silva; APANFÉ - Antônio Claret de Campos, Dirceu Custódio Braga, Joaquim Campos de Almeida, José Amarildo Luz, José Batista Campos (duas propriedades), José Carlos Borges, Sergio Lambiase Filho, Unidade Processamento – Agroindústria Apanfé; Wilson Gonzaga dos Santos, Yurico Tatamiya; APOMM - Pedro Roberto Belmonte, Beatriz Lefevre, Moacyr Fontana Júnior, Paulo Rogério Dias Siqueira, Chawki Zaher Filho, Gabriel Matthias Espírito Santo Guhr, Edna Ribeiro, Monica Zajler, Julio Cesar Calvo Rodriguez, José Nicácio Itagyba de Oliveira, Cezar Milieme, Antonio Santolíquido, Ramona Fernandes Vieira (duas propriedades), Rogério Fernando Legnari Vecchi, Carlos Eduardo Xavier Vieira, Instituto Origem, Ramon Senra Coelho; CAMPONESA - Antônio Reis Sampaio/Benedita Reis Sampaio, Agroindústria Santo Dias, Coletivo da Cana/ Adegumes Lino de Aguiar, Coletivo Raízes da Terra, Débora Vieira de Jesus, Geraldo Ernani Dias, Gilvan Gonçalves Barbosa, Graciene Fausto dos Santos/Alisson dos Santos Aguiar/Poliana dos Santos Aguiar, Hélia Maria Ila Silva/ Rosevaldo José da Silva/ Marília Gabriela Silva, Israel Celso Mari/ Veronita de Macedo Mari, Ivone Gonçalves da Paixão, Izael Antônio, Jairo Nunes da Silva/Sandra Rodrigues do Vale, João Martins Pereira, José Ferreira Barbosa Filho, Lucas Muzzi Machado Diniz/ Rosângela Maria de Jesus Muzzi, Maria Aparecida Menali Oliveira/ Laerte Luiz Oliveira/ Gilson Francisco Fernandes, Marilda Madalena Martins/ Bruno Angelo Nepomuceno, Obede Vieira de Jesus, Otelino Dias de Barros/ Hildete Fernandes dos Santos, Renato Moreira de Souza, Ricarda Maria Gonçalves da Costa, Sebastião Lúcio Pereira, Tuíra Tule Outono Ribeiro Péret Moraes, Valdinei Ribeiro da Cruz/ Jacira de Souza; CEABRA - Aparecido Leandro de Faria, Mário Roberto Mendonça, Lucas Ribeiro Alves, Braz Cardoso de Faria, Maria Bernadete Noronha Machado/Benedito

Antunes Pereira, Dimas Dias Cintra/Antônio Benedito Santos, Maria Aparecida de Oliveira; COOPFAM - Abrão Pereira da Silva, Ademir Antônio, Admilson Ferreira, Alex Corsini Luz, Amauri de Paiva Gonçalves/Marcos de Paiva Gonçalves, Antônio Carlos Crochichi, Claudia Aparecida Silva Daniel, Claudimar de Paula, Dayany de Assis dos Santos Ferreira, Denilzete Antônio, Flaviana Aparecida de Souza Pereira, Giuliano Carlos Ferreira, Hélio Antônio Teixeira, Hildebrando Rosa, João Gonçalves, José Maria Ribeiro, José Mauro de Oliveira, Josilene Marcia da Silva de Ávila, Jonatha Carlos Galdino, Julio César dos Santos, Lucas Maciel Pereira, Luís Carlos de Paiva, Manoela de Oliveira Vieira, Marcelo de Paiva Gonçalves, Márcio de Paiva Gonçalves, Marcos de Paiva Gonçalves, Marcionilo Antônio, Maria Raquel Contin, Maria Regina Mendes Nogueira, Mateus Henrique Nogueira, Paulo Oliveira Venâncio, Rosângela Souza de Paiva, Silvana Regina Pereira, Sônia Rafaela de Souza Daniel, Unidade de Processamento – Torrefação Coopfam, Vânia Lúcia Pereira da Silva, Vicente Paulo Silva, Waldir Rodrigues, Weber Marcos Dias; ECOMINAS - Roberto Ribeiro Coutinho, Claudinei Ribeiro, Ana Rita de Oliveira Ávila Nossack/Violeta Matinez Zepeda, Benedito Donizetti Costa, Benedito Teixeira; OAV - Abel Teodoro Melo, José Nivaldo da Fonseca, João Pereira Filho, João Paulo Silva, Frederico Gonçalves Martins; RAES - Osvaldo de Jesus Júnior, Jesus Ignácio de Lima, Rubens Scatolino, Rosana Schiavon, Consuelo Muller de Lima; RAMA - João Pedro Cilli David, Sérgio Negreiros Costa, Luciene Aparecida Santos Mota, José Wilson da Silva (duas propriedades), Daniel Umada, João Paulo Braga/Letícia Osório Bustamante, Paulo Bustamante Carneiro; SERRAS VERDES - Carlos Roberto da Silva, Benedito Maria Alvarenga, Sidnei Aparecido Moreira, Benedito Aparecido Barbosa, João Pedro dos Santos, Lervolino de Amores Silva, João Batista Marcolino, Joaquim Romeu Alvarenga, João Batista Ribeiro/Evaldirene C.M. Rosa.

Encerramos, assim, este caso de um ano de certificação participativa protagonizada pelas agricultoras e agricultores OPAC sul de Minas. Reforçamos que o capital social presente nas Associações que compõe a OSM, favorecem realmente a construção da rede e a prática do SPG Sul de Minas, como elucidado por Hirata (2016), que também afirma a consolidação da rede e do SPG como resultado do envolvimento das instituições parceiras, como pudemos demonstrar também aqui neste estudo. A execução das reuniões itinerantes planejadas, foi avaliada como bastante eficiente na promoção da “cultura de participação”, principalmente pela possibilidade de se conhecer a realidade prática da organização que recebe a reunião, fortalecendo, sem dúvida, a relação de confiança entre nós, agricultoras e agricultores da OSM. Casualmente, o número maior de atividades realizadas pela OSM no ano de 2017, possibilitou maiores chances de participação e de reflexão coletiva sobre a

importância desta participação, passando esta questão a ser assunto generalizado, principalmente entre os participantes do OPAC. O apoio das instituições parceiras foi consolidado, mas carece de ampliação, com integração de outros colaboradores ao SPG, em especial das Instituições de Ensino Superior da região e consumidores, resguardando, sempre, o protagonismo das agricultoras e agricultores. Aprimoramos os procedimentos e metodologias utilizadas na avaliação da conformidade destacados por Hirata (2016), em especial o Encontro de Formação de Coordenadores, nosso principal espaço de reflexão sobre a prática do SPG e as visitas, amparadas por reformulação dos documentos, PMO e unificação do Regimento Interno e Manual de Procedimentos, que são o espaço da prática da certificação que valoriza a “a construção do conhecimento agroecológico por meio da troca de experiência e valorização dos saberes” (HIRATA, 2016). Consideramos também, como reforço às percepções de Hirata, o crescimento do número de feiras com produtos agroecológicos na região, que antes só contava com a Feira de Pouso Alegre (onde participam ECOMINAS e COOPFAM), a Feira da APOMM em São Lourenço e a Feira da Orgânicos da Mantiqueira em Gonçalves (que conta com alimentos cultivados por agricultores da RAMA, Serras Verdes, Serras de Santana e ABAL), e agora, com a consolidação da OSM, contabiliza Itajubá (APAN-FÉ e OCS da Peroba e Piranguçu), Brasópolis (ABAL e CEABRA), Alfenas (CAMPONESA, COOPFAM, RAES) , Poços de Caldas (COOPFAM e Grupo de Agroecologia de Caldas), Três Pontas (RAES, CAMPONESA E COOPFAM) e Caldas (Grupo de Agroecologia de Caldas); o “trabalho com as sementes crioulas”, onde nos tornamos definitivamente protagonistas com o recebimento das chaves de nossa Casa das Sementes Mãe Terra e a construção de seu Regimento de funcionamento, a consolidação da Festa das Sementes Orgânicas e Biodinâmicas do Sul de Minas, a certificação da produção de sementes; a “influência no discurso e ações das instituições parceiras”, com a conquista da indicação do Leonel como gerente regional de Agroecologia da EMATER, além do apoio cada vez maior dado pelos técnicos locais em cada cidade onde a OSM se constrói; a efetivação como Núcleo de Estudos em Agroecologia Raiz do Campo, na nossa parceria com o IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes e o estreitamento de relações com a UFLA, UNIFAL, UNIFEI e IFSULDEMINAS – Campus Machado. Fazemos uma ressalva a partir das constatações de Hirata (2016), sobre o Circuito Sul Mineiro de Agroecologia (CSMA), onde foi percebida uma deficiência na participação das agricultoras e agricultores na condução dos CSMA, tirando a característica do aprendizado “de agricultor para agricultor”, que deveria ser alvo de reflexão mais aprofundada em um ciclo seguinte de nossa práxis.

Ressaltamos, por fim, o entendimento de que o trabalho da certificação participativa obedece ciclos de reflexão e ação constantemente atualizados. Pudemos perceber a cada reunião o encerramento de um ciclo e o início de outro, evidenciado pelas discussões dos GT que foram criados. A organização não poderia ficar a mercê de meu estudo e seu ritmo de pesquisa-ação, pelo contrário, a organização evidenciou a necessidade de se entender os diferentes ciclos pelos quais passávamos. Essa dinâmica de trabalho da OSM é relatada por Hirata, Rocha e Nery (2018) ao final da Cartilha quando relata que as afirmações da cartilha “podem ser alteradas a qualquer momento, por isso é sempre bom o diálogo e participação nos espaços de discussão e acompanhar as decisões tomadas”.

### 5.6.13 “A gente ainda briga com a lei”

Uma constatação inevitável feita pela maioria das agricultoras e agricultores é que “a gente ainda briga com a lei”. Como nos diz Donizete da COOPFAM:

“é preciso haver entrosamento, pois tem agricultores que muitas vezes não entendem as palavras, o palavreado fica distante e vai pra casa sem entender. 90% não questiona e leva as dúvidas. Mas esses agricultores devem ser respeitados porque estão lutando para colocar comida na mesa de muita gente. O governo tenta impor suas leis para o agricultor. As escolas rurais foram fechadas, um crime (Intervenção durante o II Encontro de Formação de Coordenadores).

Esta foi avaliada como a principal dificuldade entre as agricultoras e agricultores do OPAC sul de Minas. Achamos “complicado certificar”; “uma injustiça ter que certificar enquanto quem usa veneno não precisa fazer nada”; “o Governo apoia mais o agronegócio que a gente”, lembrando que o modelo dominante do agronegócio se expressa de várias formas: “grupos de agronegócio, grandes varejistas, mecanismos estatais, mas também leis, modelos científicos, tecnologias etc.” (PLOEG, 2009). A construção das leis ainda é pouco participativa, as exigências para aceitação das leis entre os diferentes países pouco levam em conta as diferenças regionais, o despreparo dos órgãos reguladores, a dificuldade de acesso à comunicação em massa com consumidores, a dependência econômica da exportação de commodities primárias como condicionante legal (ALVES, 2012; BOZA MARTÍNEZ, 2013; CAMARGO, 2014; FONSECA, 2009; LEITE, 2013, MEIRELES, 2007).

Durante o Encontro de Coordenadores de 2018, pude ouvir na saída da visita ao setor de Agroecologia do IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes que, “além disso tudo aqui de documento do SPG, ainda tem aquelas leis todas pra gente decorar”.

Agricultor que se presa não gosta de mexer com papel, infelizmente a realidade é essa, não é da nossa cultura, você quer tá lá na roça mexendo, ali livre, leve e solto. Quando a gente vai montar um projeto, por exemplo, a gente sabe o que dizer, mas não sabe as vezes montar as palavras. (Marcílio, agricultor da AAOF, em entrevista).

Podemos perceber que a gente fazia, na prática. Sabia fazendo. No entanto tínhamos dificuldade com “os papéis”, os documentos, o PMO, os registros de campo. Tínhamos dificuldade para sistematizar esta prática. Rosângela nos diz:

As dificuldades da certificação são mais técnicas mesmo. Pro iniciante é mais difícil. A gente não tem um procedimento que chega pronto, a gente participa da construção de todo o procedimento. Não tem como eu fugir de construir, porque ninguém vai fazer pra mim, nós vamos fazer junto. (Rosângela, agricultora da COOPFAM, em entrevista).

Observamos, nesta frase, que a dificuldade se dá mais pelo desconhecimento, pela falta da prática de certificação. Esta prática nos exige participação, pois o SPG é construído por nós; a OSM, somos nós. O Sr. Donizete, da COOPFAM comentou, numa reunião em 2015 que os “regulamentos são importantes, mas não podemos esquecer que todas as normas devem atender primeiro à família”. João Sorriso diz: “o PMO é difícil, mas a gente tem que fazer e que um caderno de anotações já ajuda bastante na hora de preencher”. A gente se adapta à norma. Esta é a verdade. A gente “dá um jeito” de fazer, pra certificar.

É importante ressaltar que os auditores do MAPA, em especial a Lygia Bortolini e o Marcelo Laurindo, sempre se esforçaram para colaborar conosco no entendimento da lei, inclusive sendo também críticos a algumas delas. Os colaboradores do SPG Sul de Minas, da EMATER e do IFSULDEMINAS, principalmente, também colaboraram muito em nossa adaptação à lei.

Eu acredito que com bons parceiros, a EMATER-MG, o IFSULDEMINAS, outras associações, cooperativas, não somente no sul de Minas, mas em todo Brasil, tem um potencial grande, porém nós temos que aprender ser mais unidos, ser mais dinâmicos e acreditar nisso, porque tudo que a gente acredita é possível. (Rosângela, agricultora da COOPFAM, em entrevista).

Falávamos na entrevista da possibilidade dos SPG se fortalecerem no Brasil como um todo e da importância do apoio das Instituições de Ensino e da EMATER. Rosângela lembra: “mas a gente tem que ter ainda mais apoio, de mais instituição, governo, consumidor”. Marcílio disse que nós ainda “dependíamos muito dos parceiros”, segundo ele nós também “devíamos nos esforçar pra entender a legislação pro nosso próprio bem”. “A gente tem que saber da lei pros outros num passar a perna na gente” anotei esta intervenção durante o Encontro de Coordenadores de 2017, mas não pude anotar quem.

Grande parte das agricultoras e agricultores consultados considera que as leis não eram feitas para apoiar a Agroecologia, tomando a maior parte do tempo em nossos momentos de reflexão e que, por isso, “restringia a prática Agroecológica”. O intenso trabalho de pesquisa e ação dentro dos GTs no Encontro de Coordenadores e nas reuniões, evidenciaram estas afirmações. Fica difícil se empoderar sobre algo que, na verdade, dificulta a prática. Se tivéssemos autonomia também para colaborar com a construção das leis, talvez elas não fossem um problema tão grande.

### **5.7 Agroecologia pra nós**

Ao contar a história deste ano do SPG, buscamos compreender nosso empoderamento e autonomia quanto aos princípios do sistema durante a nossa prática. Uma interconexão de diferentes ciclos de prática-reflexão-prática. E como compreender a nossa relação com a Agroecologia? Temos “empoderamento” sobre seus conceitos? Conseguimos ter autonomia enquanto agricultoras e agricultores, para sermos protagonistas da Transição Agroecológica?

O resgate histórico feito anteriormente tem como um dos objetivos entender a afirmação de que as origens da Agroecologia são tão antigas quanto as origens da agricultura (ALTIERI, 2012; EMBRAPA, 2006; GLIESSMAN, 2013). Tínhamos a noção de que nossa transição para modos sustentáveis de agricultura (ALTIERI, 2002; CAPORAL, 2009), envolveria um importante resgate do saber local sobre a agricultura (ALTIERI, 2009; BORSATTO; CARMO, 2012; GÓMEZ; RÍOS-OSORIO; ESCHENHAGEN, 2015; RAVANELLO, 2015), construído pelo campesinato que aqui se formou e resistiu (BRANDÃO, 1983; CÂNDIDO, 1964; MARTINS, 1981; TRES, 2006; WANDERLEY, 1996), assentado nos mais sensíveis equilíbrios entre os diferentes fatores que interferem na agricultura de nossa gente (BRANDÃO, 1964; PLOEG, 2009).

Sabemos a prática da Agroecologia. Somos agricultoras e agricultores praticantes da Agroecologia. O que apresentamos aqui é uma tentativa de teorizar sobre esta prática ou buscar respaldo teórico para nosso saber prático, pois o que fazemos na prática é sabido pela experiência. É o “saber de experiência feito” de Ramos (2008). Intencionamos integrar o saber tradicional e o saber científico para construir novos saberes que sustentarão nossa transição para a Agroecologia (ALTIERI, 2004; BRANDÃO, 1999; CAPORAL 2001a; CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2009; CARVAJAL, 2011; LACEY, 2015; LEFF, 2002; ROCHA; ECKERT, 2008).

Este saber ancestral sofreu uma ruptura com a chegada da “revolução verde” (ALTIERI, 2012), que foi responsável por uma mudança técnica nos modos de se fazer agricultura da gente sul mineira (AGUIAR, 1992). Essa gente se desuniu ao deixar de lado as antigas formas de socialização (BRANDÃO, 1983; CÂNDIDO, 1964) e se integrar definitivamente à agricultura para o mercado (FREDERICQ; CORANDINI, 2015; LEFF, 2009; MALUF, 2004; PEIXOTO, 2004; PLOEG, 2003, 2009; ROSSET, 1998; STEDILE, 2015). Sofrendo diretamente com as piores consequências do modelo insustentável dos pacotes da “revolução verde” (ABREU, 2014; CARNEIRO, 2012; CARSON, 1962).

### **5.7.1 Todo mundo tem uma referência**

Meu avô foi minha primeira referência em Agroecologia, ao me contar sobre o passado na roça, as coisas que plantava, o jeito que plantava, manejava e colhia. Mesmo sem ainda saber que um dia eu voltaria pra roça, eu prestava atenção em tudo, cada detalhe. Eu sabia que entendendo aquilo, eu saberia como era a Toca d'água, a Pedra Vermelha, os lugares de caça, de pesca, de água boa. Cada bicho e cada árvore que ele sabia que tinha por lá. Os mutirões, as festas com as catiras que até hoje, aos 96, numa cadeira de rodas, ele ainda bate o pezinho, bate palma e dança na memória daqueles tempos. Das folias. A viola que eu ouvia na infância aos domingos, afinando a do vizinho, a sua, tocando, cantando, contando. Do palhaço que cutucava a turma pra entrar na folia, de quanto se comia, se trocava, se dava, se celebrava, se comemorava. O ciclo dos dias, da lua, das estações, dos anos bons e os ruins. Tudo foi ficando na memória. Desde aquele tempo eu ia percebendo como tudo estava interligado. Que a reza, a festa, a colheita, o plantio, o descanso... tudo tinha significado e tudo tinha função. Era um modo de vida. Uma cultura. Cultura que compartilhamos com outros, de perto, ou de um tanto mais longe.

No Encontro de Coordenadores de 2017, pela dinâmica de atividades da OSM, pelo desenrolar do mestrado e os prazos, decidi por restringir as entrevistas a algumas referências. Como isso seria feito sem prejudicar o caráter de trabalho acadêmico, sem que eu escolhesse alguém para entrevistar e de alguma forma o resultado pudesse ser prejudicado?

A solução. Ouvi durante as apresentações, um novo membro dizendo que tinha começado na Agroecologia por causa da referência que ele tinha em um agricultor de seu grupo. Isso me chamou atenção, falei com alguns durante o café, perguntando se tinham alguma referência em Agroecologia, todos tinham, alguns muitas. Decidido. Faria um questionamento individual a, pelo menos, metade dos presentes, na atividade seguinte, quando estivessem

divididos em Núcleos, assim eu poderia identificar, em cada Núcleo, se havia, e qual era a agricultora ou o agricultor referência em Agroecologia para aquele grupo. Questionei outros, diferentes destes primeiros, se este procedimento seria interessante, ao que a grande maioria concordou, afirmando que provavelmente seriam os mesmos que eles diriam.

Se a pergunta fosse sobre uma referência em agricultura, a resposta seria diferente, surgiriam muito mais referências, o que dificultaria o trabalho naquele momento. Esta pergunta foi feita em outro momento e com outro objetivo.

Iniciado o procedimento, percebi que quase todos, ao serem questionados, se tinham uma referência em Agroecologia, respondiam: Claro! Pensei comigo, “Vai dar certo!”, e creio que tenha dado. Questionei todos os Núcleos. Resultando na seguinte figura:

Figura 5.7 - As referências em Agroecologia para as agricultoras e agricultores do SPG Sul de Minas:

<b>Núcleo</b>	<b>Referência em Agroecologia</b>
AAOF	Marcílio e seu Sérvulo
ABAL	Marcílio da AAOF
APANFÉ	Amarildo
APOMM	Paulo, Moacir e Edna
CAMPONESA	Renato, Lucas, MST, meu pai
CEABRA	Primeira reunião do núcleo, não soube responder
COOPFAM	Rosângela, seu Donizete, Ana Primavesi, Luizinho, “meu pai”.
OAV	João Paulo
RAES	Ana Primavesi, Ernest Gostch
RAMA	Luciene e Wilson
SERRAS VERDES	João Sorriso

Era ainda necessário fazer uma seleção entre estes escolhidos, para que não houvesse problemas com os prazos do mestrado. João Sorriso e Amarildo, foram unanimidades em seus Núcleos, por isso desde o princípio, achei conveniente entrevistá-los. São, além disso, também grandes referências para mim ao longo destes anos de SPG. Pra ter o equilíbrio, decidi, sustentado pelas últimas decisões da OSM sobre a paridade de gênero, por entrevistar as duas agricultoras citadas, Luciene, da RAMA e Rosângela, apesar de outros terem sido citados em seu Núcleo, pois trata-se também de uma mulher que já foi presidente da OSM, sendo uma referência para toda a rede. Por uma infelicidade do destino, tanto João Sorriso, quanto Amarildo, tiveram sérios problemas de saúde no período definido para as entrevistas, o que é

uma grande perda para este trabalho, mas que não deixará de acontecer terminado o prazo para defesa. Partimos então para entrevistar o Marcílio, por ter sido citado dentro de seu Núcleo e por membros de outro Núcleo, sendo também uma grande referência pra todos nós e, por fim, João Paulo, indicado por seu Núcleo e atual presidente da OSM.

Decididos os entrevistados. Havíamos decidido por fazer uma entrevista não estruturada, pra ter a característica do bate papo, da troca de saberes, dos causos. A história oral é referência (CARVALHO, 2007) importante para nós, caipiras sul mineiros, aprendemos ouvindo o outro. Socializamos-nos com base em muita conversa. A prática do SPG também nos leva a isso, dialogarmos, conversarmos abertamente, por mais que se tenha um questionário e um roteiro para as visitas. O que importa, e todos valorizam, são as conversas que acontecem. Lógico, eu, esse nada isento autor, não conseguiria não questionar de forma direcionada para conseguir as respostas que o estudo necessitava, mas busquei fazê-lo de forma a não atrapalhar a história oral que cada um contava (CARVALHO, 2007). Não quis interromper as falas, por mais que isso torne penoso o trabalho de transcrição e análise. Algumas falas já foram citadas anteriormente, mas compõe a base da construção do texto neste momento.

Iniciava sempre a conversa contando como eles haviam sido escolhidos para entrevista e que eles eram tratados como referência para nós da OSM, quando o assunto é Agroecologia, e questionei sobre suas referências.

Luciene, disse que suas referências eram mais de casa: “ih.. a gente faz baseado naquelas lembranças de nossos avós! As coisas que meu pai ensinou e aí a gente foi aprendendo também com os amigos da OSM”. . A gente percebe como não foge do quadro geral, a família, as pessoas da organização. Marcílio disse que sua referência era seu Sérvulo, justamente o outro agricultor citado pelos membros do grupo e pai de meu grande amigo Álvaro Guerreiro, que já foi tesoureiro da OSM, coordenador do OPAC e agora é colega neste programa de mestrado. O próprio Álvaro já me disse em outras oportunidades que seu pai e o Marcílio eram grandes referências para ele. João Paulo reafirma: “As coisas que eu sei hoje eu aprendi com as pessoas do campo, as vivências, as pessoas que fui conhecendo ao longo do tempo, esses sim são meus reais professores”, evidenciando o caráter prático do aprendizado em Agroecologia. Rosângela arremata:

Prática e teoria caminham muito junto. Não precisa ter o mais importante. Eu me identifico mais com a prática, mas gosto da teoria. Gosto muito de ler, de livro. Num gosto muito de baixar as coisas e ler. Gosto tanto de livro que às vezes pegos uns 10 ao mesmo tempo e que num sei pra onde eu vou. Mas eu tenho que terminar todos, porque depois eu tenho que contar pros outros como terminou. (Rosângela, agricultora da COOPFAM, em entrevista).

Foi desse jeito desde muito tempo. As referências são muitas, cada um tem a sua, mas a gente percebe como é importante essa sabedoria que vai passando pelas gentes, com as gentes ao longo do tempo. De geração pra geração. Mas também, nas relações. Com aqueles que estão próximos da gente e que são gente como nós. A metodologia de agricultor para agricultor, feita pelo circuito sul mineiro de Agroecologia e baseada no MACAC (BRAULIO, 2012) pode ter grande importância para o desenvolvimento deste movimento pela Agroecologia na região.

### **5.7.2 A sabedoria que vai de geração em geração**

Nós vimos um bando de caipiras apaulistados, uns vira-latas apaulistados. Se perdeu muito do tradicional. A proximidade com grandes centros urbanos, um certo desenvolvimento nesse meio urbano que atraiu muita gente, então as pessoas deixaram de lado práticas e essas práticas foram se perdendo ao longo do tempo, já tinham enfraquecido nas gerações pra trás. Os eventos rurais como reizado, catira já desapareceram de nossa região. Mesmo a festa de bairro, hoje é uma versão moderna das festas antigas, o pessoal perdeu um tanto das características. (Marcílio, agricultor da AAOF, em entrevista).

É triste a constatação do Marcílio. Acho que todos nós percebemos isso. Mas, sim, somos meio paulistas. Isso não é ruim, como Marcílio fala, é circunstância da nossa formação, como nos falam Brandão (1983), Cândido (1971), Ribeiro (1995) e Vilela (2011). O paulista ao qual o Marcílio se refere, não é o caipira que se formou na Paulistânia, mas o paulista urbano, que ele tem contato na feira que a AAOF participa em Campinas. Para o pessoal de Ouro Fino, que está bem na divisa entre Minas Gerais e São Paulo, isso é ainda mais evidente. São Paulo é o lugar do urbano, da cidade. Esse tradicional que se perde, é a cultura caipira, mineira e paulista, a mesma que se formou na região da Paulistânia. A mesma que Brandão (1971), também decretava como em vias de desaparecer pelo avanço do modo de ser urbano e a cada vez mais influência das cidades no campo pela maior quantidade de comunicação entre os dois mundos. O caipira, acostumado a ser tachado de forma preconceituosa, reforça este estereótipo sobre si mesmo através daquilo que chega até pela televisão, como chegou antigamente com os filmes do Mazaroppi, o caipira ria porque se via ali e se via como pouco, como uma títica na sociedade. Mas se reconhecia. Sabia que era ele e sua gente ali representados, como já tinha acontecido antes ainda com Monteiro Lobato e mais antes ainda com os sertanistas. Era o outro contando a história do caipira. Mas, ao contrário, quando caipira conta suas histórias para seus pares, vemos uma situação diferente.

Essa prática agroecológica, no meu ponto de vista, na minha vida faz eu ver as pessoas de onde eu vim, meu pai, minha mãe, meus parentes com outros olhos. Antigamente eu via com os olhos da sociedade capitalista urbana e opressora, então eu via meu pai e falava: meu pai num é professor, meu pai num é advogado, meu pai não é médico, meu pai é lavrador. Você vê na televisão “eu tenho diploma tal”, “eu tenho mestrado tal” “tenho doutorado tal” e meu pai era um lavrador. Então a sociedade já nos colocava numa posição de menosprezado. Através da Agroecologia, ultimamente eu tenho falado isso pra muitas pessoas, minha mãe, meu pai, meus tios, meus primos que fala caipira, que fala “é memo” que é “pá nós” que num sei o que... eles são minhas referências de vida, porque são pessoas simples, que de certa forma são influenciadas pelo sistema, dessa tristeza que o sistema causa pela diferença social, mas que ainda tem a semente da pureza, desse contentamento de vida que é o que a gente busca. (João Paulo, agricultor da OAV, em entrevista).

A gente passa a enxergar novamente as pessoas de onde a gente veio, a família mais próxima ou os mais distantes, os vizinhos de bairro. É pra mim também, claro, que passamos a valorizar mais os nossos pares desde a criação da OSM. Também já tive esse preconceito que o da roça é pior, desvalorizado. É avesso do que propõe a Agroecologia. Na prática de nossa organização aprendemos a valorizar o saber ancestral.

Meu pai fala muito do meu avô que plantava batata, que eu lembro e fiz isso e deu uma produção boa de batata. É plantar a batata com a cinza do fogão de lenha e isso veio do meu pai, que veio do meu avô e tô também ensinando meus filhos. (Luciene Santos, agricultora RAMA, em entrevista).

A referência no pai, que apareceu também nos questionamentos feitos para os membros do Núcleo, é muito forte também para as agricultoras e os agricultores entrevistados. Herança dos modos de se ensinar da cultura caipira tradicional, em especial a transmissão oral dos conhecimentos (CARVALHO, 2007; VILELA, 2011).

Eu ainda faço o que meus avós faziam. Na cozinha da minha casa eu tenho meu altar, sou benzedeira, acredito muito nisso, sou filha de folião de reis, sou muito devota de Santos reis, então acho que os meus princípios, eu escolhi ser agricultora, não é atoa. Mas eu não escolhi. Eu nasci agricultora, então eu tenho a agricultura na veia, eu me identifico com esse povo, eu sou esse povo. Eu tenho muito amor por isso. Quando eu ouço que tem pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, eu digo, gente do céu, mas nessa terra tão rica, onde nasce fruta, nasce mamão que você nem precisa plantar. Um solo que você cuida dele e nasce alimento sem plantar, nasce serralha, nasce ora-pro-nóbis, nasce alimento, ninguém passa fome na lavoura. Você pode ir pra roça só com uma garrafa d'água, que você não vai passar fome, você pode se alimentar de tudo o que tá ali. (Rosângela, agricultora da COOPFAM, em entrevista).

Este relato da Rosângela apresenta o que estamos buscando demonstrar até aqui, a cultura caipira vai muito além da produção de um alimento orgânico, para as agricultoras e agricultores do SPG, envolve todo o universo cultural construído ao longo dos séculos nesta

região, interessante relatar o estudo de Aguiar (1992), feito no mesmo bairro da agricultora Rosângela sobre este saber camponês que ela fala na entrevista e os saberes novos trazidos pela mudança técnica, que muitas vezes se choca frontalmente com a cultura tradicional. O relato guarda bastante semelhança com a cultura caipira descrita por Brandão (1983), Cândido (1971), Ribeiro (1995) e Vilela (2011). As manifestações culturais são semelhantes, como me informou também o João Paulo, quando me disse que sua família também se envolvia com as folias lá pras bandas de Jesuânia, cidade que tem ainda forte esta expressão cultural. Lembro que meu avô também sempre nos falava das danças pra São Gonçalo que ele assistia nas festas em Pedralva ou as congadas que ele me dizia: “bate forte dentro da gente!”, ou a catira, que até hoje ele acompanha nas palmas, mesmo na cadeira de rodas. A importância da família e dos pares, outros caipiras, na transmissão da sabedoria caipira ao longo das gerações, um aprendizado extremamente assentado na prática, na práxis, do fazer e teorizar sobre a prática a todo o momento, reforçando-nos o acerto na escolha da metodologia da pesquisa e seu ciclo de prática teoria. Nossa vida caipira é uma eterna pesquisa, aqui nesta proposta de estudo, apresentamos a possibilidade de utilizar esta metodologia também dentro do ensino formal, quando da presença dos agricultores seja no Ensino Fundamental, em especial na educação do campo, mas também nos Ensino Médio e Técnico, que também pode ser no campo (porque não?), as Escolas Família Agrícola (EFA's), ou na metodologia da alternância e também nas graduações e pós-graduações, nas raras vezes em que temos a oportunidade, como neste mestrado profissional. Esta metodologia talvez seja a mais indicada para a participação efetiva do caipira na construção do conhecimento de nosso agroecossistema do sul de Minas. Falaremos disso mais adiante, mas antes a Rosângela nos reforça: “ Como eu num sou técnica, eu sou prática, o que a prática (do SPG) nos oferece, eu gosto.”

As pessoas se formavam e se informavam entre elas. Você ia lá numa festinha, louvar um santo, festinha de igreja, hoje essas festinhas tão acabando. O povo tem achado melhor ir num show de música sertaneja, sair pra cidade, que fazer as festinhas na roça com seus amigos. Esse tá sendo um problema bem sério, eu acho, não só no bairro que eu moro, mas na região geral. Tamo deixando de viver essa cultura pra viver uma cultura por influência manipuladora. Porque quanto mais a pessoa é sozinha, mais fácil é de manipular. (João Paulo, agricultor da OAV, em entrevista).

João Paulo demonstra o medo de que a cultura caipira seja destruída pela cultura urbanizada, medo que acompanha grande parte de nosso grupo de caipiras:

Os causo da roça por exemplo, você não vê mais os jovens conversando, nem com os pais, os mais velhos então. E os causo que eles tem? E as histórias que eles

sabem? Vai ficar. Como ia ficar todo esses exemplos que a gente vê aqui se num tivesse esse grupo. (João Paulo, agricultor da OAV, em entrevista).

A agricultura caipira é parte daquela agricultura familiar descrita primeiro por Chayanov, nos anos 20, posteriormente resgatado por Lamarche (1993), Ploeg (2009), Wanderley (1996), em torno da família, como base, é que se desenvolveu a agricultura caipira (BRANDÃO, 1983; CÂNDIDO, 1971). Mas como nos lembra a Luciene:

A agricultura familiar pra mim é o resgate dessa agricultura que era feita pela minha família, meus avós, meus pais. Era o jeito que eles trabalhavam antes. E agente tenta fazer isso agora. Naquela época não era agricultura familiar, não existia esse nome, mas era família envolvida. Depois veio vindo as gerações sempre trabalhando dentro da família e agora tá perdendo um pouco. Eu tô podendo fazer isso de novo, eu, meu marido, meus filhos, tudo. Isso pra mim é ser agricultura familiar. A gente envolver os filhos pra não perder aquilo dos meus antepassados. Isso é agricultura familiar pra mim. (Luciene, RAMA, em entrevista).

Para além da unidade familiar, a socialização dos conhecimentos e a construção do modo de vida caipira e conseqüentemente da Agroecologia que a gente conhece, o se relacionar com o Agroecossistema caipira, nossa agriCULTURA, se dava nos parentescos próximos que, na maioria das vezes, se encontravam circunscritos nos bairros, onde o principal espaço de socialização do conhecimento prático da agricultura era o mutirão, a ajuda mútua entre vizinhos próximos. Da prática do mutirão como espaço de sociabilidade, Luciene falou:

No tempo do meu pai tinha muito mutirão que eu lembro de criança. Principalmente quando plantava arroz lá na Barra Grande num sítio de um senhor que era capitão da polícia de São Paulo. Meu pai trabalhou muitos anos nesse sítio da nascida do sol até as 4 da tarde. Depois até o fim da tarde meu pai ia trabalhando e fazendo um pedacinho e terra que ele plantava feijão, plantava milho e plantava arroz. Eu e meus irmão cuidava depois da aula desse pedaço junto com meu pai. Daí quando dava o tempo de colher o arroz, chegava tudo de uma vez, e aí meu pai chamava um mutirão e aí a gente ia junto pra ajudar. Tinha meu tio, meu irmão mais velho, meu irmão de criação que meu pai criou, minha mãe, minha tia preparava a comida e todo mundo colhia. Uma vez colhemos 300 latas de arroz. Todos lugar tinha mutirão, porque era uma troca, uma ajudava o outro. Principalmente dentro da família e os que moravam mais perto. Lá nesse lugar onde eu nasci, a Barra Grande, tinha mutirão pra roçar pasto, quebrar milho, pra fazer terra pra plantar feijão, pra colher arroz. Isso não existe mais, acabou. Nem planta mais essas coisas aí. (Luciene, agricultora da RAMA, em entrevista).

Sobre a perda desta prática e a necessidade de resgatá-la, Marcílio afirma:

A gente vive uma geração que perdeu um pouco dos hábitos, mutirão mesmo, quase nunca acontece então a gente tem que promover um certo resgate, reviver estes exemplos de nossos ancestrais, pra voltar a fazer uma agricultura como era antes. Não dispensar a modernidade, nada disso, mas regatar aquela agricultura que a gente fazia. (Marcílio, agricultor da AAOF, em entrevista).

### 5.7.3 A ruptura com o modelo convencional e a transição para a Agroecologia

João Sorriso relatou durante o Encontro de Coordenadores de 2017 que “desde que decidiu trabalhar pela Agroecologia” já havia resgatado 5 agricultores que estavam “mergulhados no agrotóxico”. Completou dizendo que ele também tinha saído do “mundo do veneno” e já “são 17 anos de luta pela Agroecologia”. Marcílio relatou: “Decidi mudar pra Agroecologia porque a gente sente o chamado, né? Você sente o incômodo de tá fazendo alguma coisa que você sabe que tá errado”.

A principal causa da união entre as diversas organizações do sul de Minas em torno da OSM foi a Agroecologia. Por mais que a maioria das organizações tenham se formado antes e em algumas existam também agricultores convencionais. A OSM é motivada pela Agroecologia. Os grupos pertencentes aos Núcleos que possuem também agricultoras e agricultores que promovem a agricultura convencional, se relacionam com a OSM pela Agroecologia. Construimos a identidade da OSM assentados nos princípios da Agroecologia e buscando uma transformação de nossas relações sociais (BAUER; MESQUITA, 2008).

Grande parte destas agricultoras e agricultores, agora praticantes da Agroecologia, um dia já foi da Agricultura convencional. Cavino (2012, p. 17), estudando o grupo da COOPFAM, afirma:

As motivações para a conversão do manejo convencional para o de base agroecológica podem variar desde a ocorrência de doenças na família dos agricultores, provocadas por agrotóxicos, até considerações filosóficas ou religiosas, seja pela diminuição dos custos de produção ou pelo valor de mercado associado a esses produtos.

As histórias da conversão entre os agricultores da OSM são as mais diversas, mas não fogem deste quadro apresentado pela autora. Algumas serão explicitadas nas entrevistas, outras são parte da minha experiência no convívio com meus pares.

O rompimento com o pacote da “revolução verde” é, na maioria das vezes, a principal causa de decisão pela Agroecologia. “No processo de transição agroecológica sabe-se que o rompimento do uso de agroquímicos ocorre de maneira gradual ao longo do tempo (FEIDEN, 2002 apud LOPES et al., 2012)”. Luciene, da RAMA, por exemplo trabalhou com convencional uns 20 anos, com a família do pai:

Época muito triste, horrível... desconforto, a saúde muito ruim, meu pai hoje com 62 anos foi diagnosticado agora de pouco um resíduo no fígado e por causa de agrotóxico, mas ainda não tem certeza se é um câncer ou não, mas o médico disse que por resíduo de agrotóxico. (Luciene, agricultora da RAMA, em entrevista).

Depois, já casada com o Wilson, com quem está até hoje:

Quando o Wilson teve uma falta de ar que o médico disse que era por causa do agrotóxico, porque toda semana que ele mexia ele ficava com falta de ar e passava muito mal. Daí nasceu nosso filho, que hoje tem 12 anos, eu queria ir trabalhar com ele na roça. Eu queria levar ele porque não tinha condições de deixar com ninguém. Eu queria levar ele, mas sabendo que ia ser um lugar seguro pra ele e aí começou. Começou nossa história com Agroecologia, que na verdade eu lembrava de meu pai que na época de nossos avós não era assim. (Luciene, agricultora da RAMA, em entrevista).

Marcílio também passou por experiência parecida e afirma:

Eu trabalhei por uns 4 anos numa agricultura convencional, né, mais intensiva. E eu digo assim: O primeiro ano foi de implantação, o segundo foi de conhecimento, o terceiro foi de arrependimento e o quarto de abandono. (Marcílio, agricultor da AAOF, em entrevista).

Cavino (2012) chega à conclusão em seu estudo de que a conversão produtiva do sistema convencional para o de base ecológica foi positiva para os agricultores da COOPFAM, pois possibilitou alcançar melhorias ambientais e permitir o convívio dos agricultores com a natureza numa relação de “respeito e ajuda mútua”, diferente da noção de natureza como um perigo ou coisa a ser controlada. Rosângela citou que além do “perigo do veneno”, também decidiu pela Agroecologia por influência do “jeito de plantar” dos pais, mas que ficava muito preocupada com a tradição de plantio de fumo em Poço Fundo, pois segundo ela havia “abraçado o pacote de veneno” e como a COOPFAM era uma organização que também tem agricultoras e agricultores convencionais, esta era uma das “maiores lutas dos orgânicos da COOPFAM”. O fato de muitas vezes ter que se chegar a situações extremas para se tomar a decisão pela conversão, nos demonstra que a maioria das agricultoras e agricultores possui pouca autonomia para se declarar em transição para Agroecologia. A dependência generalizada é resultado de anos de extensão rural calcada na venda dos pacotes tecnológicos. A decisão em si, geralmente é tomada de forma autônoma. Vemos na OSM casos onde autonomia se dá devido à não dependência financeira da agricultura até casos de não ter condições de comprar o pacote tecnológico. Na maioria dos casos, no entanto, a decisão se dá pela questão da saúde da família.

Reafirmamos com este estudo a importância do conceito de transição Agroecológica teorizado por autores como Gliesman (2001), com seus níveis de transição (mudança nas práticas e no manejo, substituição de insumos; redesenho), além de Caporal, Costabeber e Paulus (2009), Costabeber e Moyano (2000), Moreira (2003), Siliprandi (2002), um processo,

um movimento em direção a, um caminho, uma construção. Ressaltamos que nós, as agricultoras e agricultores da OSM, estamos construindo a transição para a Agroecologia. Amparo-me nas conclusões de Altieri (2012) sobre os princípios da Agroecologia para afirmar que estamos buscando desenvolver nosso agroecossistema, promovendo a biodiversidade, numa relação complexa e sinérgica, com o objetivo de alcançar a sustentabilidade econômica e ecológica em harmonia com o ecossistema natural ao nosso redor, com valorização de nossa participação, como agricultoras e agricultores que construíram um conhecimento tradicional capaz de estar neste mundo em equilíbrio com o ambiente.

Altieri (2012), afirma que a transição possui uma fase de substituição de insumos (diminuição, seguida da substituição de insumos externos) e, posterior redesenho gradual do conjunto da unidade de produção estimulando o equilíbrio natural.

Num processo de transição de um modelo insustentável de agricultura para uma diversidade de formas sustentáveis, o enfoque que primeiro vem a tona após a questão da saúde, é o ambiental (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2009). A perversidade ambiental do modelo sustentado pelos agroquímicos e sementes modificadas (ALTIERI, 2012; GLIESSMAN, 2001), verdadeiros exterminadores de vida (CARSON, 1962) foi tamanha, que este foi o primeiro fator sentido pela sociedade como um todo, antes mesmo da preocupação com a saúde da trabalhadora e do trabalhador da agricultura. Isso se reflete nos relatos de nossas agricultoras e agricultores.

#### **5.7.4 Os pilares da Agroecologia na visão das agricultoras e agricultores da OSM**

Altieri (2012) e Gliessman (2001) e, em especial Caporal, Costabeber e Paulus (2009), tratam dos pilares ou dimensões da Agroecologia, sendo os pilares: ambiental, social, econômico, cultural, ético e político. Observemos estes pilares a partir das intervenções das agricultoras e agricultores da OSM.

Sobre a Agroecologia, Luciene falou:

é você estar em harmonia com a natureza, cuidando dela, do bem estar seu e da terra e de todo ser que nela habita. Inclusive acho a maior riqueza. É tudo de bom que a gente pode ter, é a alegria maior que a gente busca. (Luciene, agricultora da Rama, em entrevista).

O aspecto ambiental também é ressaltado por Marcílio, que afirmou em entrevista que a “Agroecologia é um meio termo, um consenso, o fiel da balança entre a produção de

alimento e a conservação ambiental”. Marcílio cita que Agroecologia tem seus pilares “ambiental, da produção, a questão social, a política”, João Paulo lembra que a Agroecologia “também tem que ser parte da academia, tem que fazer ciência sobre a Agroecologia”, a Luciene e a Rosângela, também citaram a importância da Agroecologia como movimento: “Agroecologia é esse movimento que a gente tá aqui hoje fazendo”. “Todo agricultor se preocupa com a produção de alimentos, mas a preocupação ambiental é característica marcante entre os praticantes da Agroecologia. A Agroecologia seria uma forma de se produzir imitando a natureza, para a maioria das agricultoras e agricultores da OSM. O aspecto ambiental da Agroecologia é teorizado profundamente por Gliessman (2001), o saber ambiental da Agroecologia é a razão do estudo de Leff (2002), que aprofunda o entendimento da racionalidade ambiental do campesinato que se reapropria dos recursos naturais (LEFF, 2006) e, finalmente entendendo a importância do conceito de território e cultura para promoção da Agroecologia (LEFF, 2009). Talvez a própria construção da palavra Agroecologia, nos remeta imediatamente às questões ambiental, como relatado por boa parte das agricultoras e agricultores que consultei.

A insatisfação da sociedade com a degradação socioeconômica resultante da expansão da “revolução verde”, dada a hegemonia da ideologia dominante, não se faz sentir tão profundamente em relação às questões ambientais, ainda mais tendo em vista as recentes descobertas acerca das mudanças climáticas, que aprofundaram o debate ambiental (ALTIERI, 2012). No entanto, se faz presente, como podemos observar na profunda reflexão a seguir:

Agroecologia é um termo que meio que envolve tudo, né? Se a gente foi entender hoje que sem água o ser humano num vive, se ele num tem água ele num tem alimento, se ele num tem floresta ele num tem água, se ele num tem bicho ele num tem floresta, se não tem inseto não tem outros bichos e se não trabalhar também não tem nada disso. Existe uma complexidade pra achar um ponto comum, entre manter as áreas de preservação e manter a produção de alimento, mas alimento voltado pras pessoas, o ser humano, pra produzir commodities e número, não vejo razão de tanta destruição. Eu vejo que Agroecologia tem que buscar um melhor uso das áreas que já tão exploradas, melhor aproveitamento pra evitar o avanço pra novas áreas, não tem motivo mais pra avançar em cima de mata, de APP, beira de córrego.. a pessoa quer usar tudo a propriedade, porque isso, porque não tem equilíbrio o sistema de produção dela, então cada vez ela tá ganhando menos, então cada vez tem que plantar mais. Isso é triste pro agricultor. Que tá cada vez mais dependente de insumos externos, que já não funcionam por diversos fatores, questões climáticas, que nós mesmos estamos criando, não consegue um aproveitamento daqueles insumos, igual o transgênico que não é resistente a nada, só é resistente ao veneno. A Agroecologia vem na contramão disso tudo. Ela busca sementes crioulas, adaptadas, que pode ser que não dê recordes de produtividade, mas mesmo em condição adversa ela ainda vai produzir, afastando o fantasma da fome, da miséria. (Marcílio, agricultor da AAOF, em entrevista).

Percebemos neste relato, a singeleza da transição entre o pensamento agroecológico assentado na questão ambiental para um pensamento mais sistêmico, que leva em conta as questões socioeconômicas (SILIPRANDI, 2002) e começa a abordar o lado político da Agroecologia. Marcílio reforça a visão ambiental, desta vez se respaldando no aprendizado com a família, tão importante para construção do saber agroecológico entre as agricultoras e agricultores da OSM.

A gente vem de uma família tradicional, que sempre teve roça, mas que nunca roçou a beira do rio, que nunca roçou a nascente. Não eram pessoas cultas, instruídas pra fazer isso, mas simplesmente porque não podia fazer isso, não era legal roçar a beira do rio e com o tempo a gente vai vendo isso. Nos últimos anos, que teve seca severa aqui na região de Ouro Fino, na nossa propriedade, que a gente recebeu de herança e foi comprando mais algumas terrinhas, as águas diminuíram, mas não secaram igual outras. (Marcílio, AAOF, em entrevista).

Marcílio, como observamos, entende que esta sua prática agroecológica já apresenta resultados em vista às mudanças climáticas, como comprovado também por Altieri (2012) e Braulio (2012).

Agroecologia é o que a gente tá vivendo, o que a gente tá tentando fazer, que é bem mais que uma certificação, que é bem mais que só ter o alimento orgânico. Construir de forma coletiva e igual, um sistema que traga benefício social, ambiental, financeiro de forma justa e tudo saudável. Pra mim agroecologia é como se fosse uma religião uma forma da gente se ligar de novo e essa ligação trazer mudança na nossa vida e na vida das pessoas em nossa volta. Mostrar pra sociedade, através dos nossos exemplos, que tem um caminho diferente. Tem um veículo diferente, mas que anda. É poderoso demais e transformador tanto nas vias sociais, culturais e políticas. Todos os pilares da Agroecologia, de respeito à biodiversidade, ser ecologicamente correto, de ter uma justiça social, de ser solidário. Acho que é o que a gente tá tentando construir. Agroecologia é um caminho, um caminho de contentamento e de virtude. (João Paulo, OAV em entrevista).

João Paulo destaca, por fim, o caráter de movimento político de transformação social e econômica, que está a caminho, em fase de transição.

quando a gente fala de Agroecologia a gente tá falando do movimento, né? Movimento não só produtivo. Movimento social. Movimento ecológico. Movimento de justiça. Movimento político, né? (concordei) Eu acho que só tem como contribuir se a pessoa tiver contato com ela. Uma pessoa que ignora, que não tem acesso, ela não vai conseguir aproveitar os benefícios que a agroecologia traz. Mas acho que a partir do momento que tem esse acesso e acho que uma das coisas que a OSM fez foi distribuir esse acesso, distribuir essas informações, eu acho que os jovens passam a ter outra leitura da roça. (João Paulo, agricultor da OAV em entrevista).

Quando questionei aos entrevistados onde acontecia o aprendizado sobre a Agroecologia, houve unanimidade sobre a importância do aprendizado na prática.

### 5.7.5 A sabedoria prática

Cavino (2012) constata que “para os agricultores, tecnologia é uma coisa de “fora”, ela é diferente da experiência e do conhecimento local, situa-se em outra esfera, que não respeita a vida nem a natureza. Ramos (2008) resalta as diferenças entre o “saber de experiência feito” e saber científico num estudo realizado com agricultores da COOPFAM sobre o processo de apropriação do saber, que pra este estudo é o que gera a autonomia dos agricultores na compreensão prática da Agroecologia e do mecanismo de certificação participativa. Gonçalves (2003), ao estudar o mesmo grupo de agricultores, enfoca a importância do saber local para a construção de mercados para produtos agroecológicos

A sabedoria prática do campesinato é fundamental para a construção da Agroecologia. Marcílio afirma que:

Falar de agricultura mesmo, é difícil de ensinar numa sala de aula, um lugar fechado de parede. É uma vivência, a gente vê agricultor aí que tem um calendário na cabeça dele, ele não precisa consultar nada, ele sabe o que plantar, em que época que tem que plantar. E ele aprendeu isso fazendo. (Marcílio, agricultor da AAOF em entrevista).

Ninguém conhece melhor um território do que quem mora nele. Na prática desenvolvemos nosso conhecimento sobre o território sul mineiro e construímos nossa agricultura a partir deste conhecimento que passa através das gerações.

Já vi agricultor dando depoimento que fazia rotação de cultura quando plantava um que produzia por cima, na outra vez plantava um que produzia por baixo da terra, mais simples que isso, mais objetivo que isso não tem. E ninguém precisou ensinar na escola, aprendeu na vida. (Marcílio, agricultor da AAOF em entrevista).

Este agricultor aprendeu fazendo. Experimentando. Aprendeu com a família, com os vizinhos. Luciene nos disse que seu pai “não tinha lavoura própria, sempre trabalhando pra terceiros, trabalhava de camarada e mexia muito com tomate e feijão, ele aprendeu na roça e depois ensinou a gente”. João Paulo também salientou que as experiências práticas também colaboravam com o aprendizado das crianças da Escola Agroecológica Sítio Esperança.

### 5.7.6 A prática do SPG colabora com a construção do conhecimento Agroecológico?

Este questionamento feito aos entrevistados buscava compreender se o SPG, de alguma forma, pudesse ter promovido o empoderamento dos agricultores sobre a certificação e mais profundamente sobre a Agroecologia.

Nossa associação surgiu quase 20 anos atrás numa época que não tinha assistência técnica, não tinha pra onde correr, onde buscar informação. A gente se reunia nas propriedades e entre nós a gente já fazia uma coisa muito parecida com o sistema participativo, mas não pela certificação, mais visando a organização, buscando um caminho. Então a gente já tinha esse hábito de se visitar. Eu não vejo a auditoria como um sistema ruim, mas que é um pouco vazio, você simplesmente segue regras que alguém estipula e paga por isso. (Marcílio, agricultor da AAOF em entrevista).

Marcílio faz esta afirmação sustentado pela própria experiência: “Fui certificado por auditoria por pouco mais de 10 anos. Foi também um período de aprendizagem porque a gente certificava coletivo”. Como já destacado anteriormente, boa parte das agricultoras e agricultores da OSM, além da experiência prática com a agricultura aprendida em casa, no bairro, também haviam tido a experiência da certificação por auditoria. Mesmo na certificação coletiva, a auditoria se notabiliza pela exclusiva preocupação com o cumprimento das regras, trazendo como benefício apenas o selo de orgânico. Essa diferenciação entre o “orgânico”, aquele que assim é reconhecido com o selo após cumprir as normas legais, e a Agroecologia como “algo maior”, que vai além do selo, pode ser observada na seguinte constatação:

O conhecimento (sobre agroecologia), aumentou com o SPG. Na COOPFAM, a gente trabalhava de uma forma fechada, porque era um grupo fechado. Apesar da COOPFAM ser muito grande e abranger mais de 20 cidades, mas ainda assim é um grupo fechado. Quando a gente entrou pra OSM, pra rede a gente abraçou e abriu mais horizontes. Porque aí a gente conversa com um pessoal que produz diversidade, a gente visita e participa junto com pessoas que falam de Agroecologia, que num fala só do orgânico que a COOPFAM tem um lema muito de orgânico, então é um processo que vai além, né? Biodinâmico, pra mim especialmente, muitas técnicas eu desconhecia, eu vim ter contato através das visitas de verificação, visita de pares, das formações. (Rosângela, agricultora da COOPFAM, em entrevista).

A própria legislação diferencia, apesar de colocar o termo Agroecológico, como uma das formas de se fazer a agricultura orgânica. No SPG sul de Minas, buscamos tornar mais clara esta diferença, resultando num empoderamento dos agricultores quanto a estes conceitos. Luciene afirmou: “o SPG abriu meu olho pra ter uma visão mais ampla das coisas, talvez a gente precisava mais ver uma realidade que a gente não via”. Luciene nos fala que o SPG possibilitou esta nova visão da realidade na prática “quando a gente vai visitando e conhecendo o que o outro faz e vendo que não estamos sozinhos”. Ver que não estamos sozinhos é o primeiro passo para construirmos um movimento de transição para a Agroecologia que aqui propomos. Marcílio afirma que o SPG:

Promove a socialização, diminui o isolamento do produtor. Ele não tá mais sozinho, tem um grupo. Você não avalia a conformidade só do produtor sozinho, mas o trabalho do grupo. É um punhado de gente. Quando tem um grupo a gente nunca tá sozinho. (Marcílio, agricultor da AAOF em entrevista).

Na prática do SPG nós não aprendemos apenas a certificar de acordo com a lei, somos estimulados o tempo todo a construir um movimento coletivo para a transição Agroecológica. A gente aprende, sim, a certificar, mas aprendemos também a aprimorar nosso agroecossistema.

Tô aprendendo muito com o SPG, muito conhecimento através desses encontros, tudo que eu tenho dessa sabedoria pra poder certificar e ser certificado, foi através do SPG. E aí veio uma melhoria na minha horta, nas minhas plantas, com essa troca de saber que tem dentro do SPG. A gente vai visitar alguém, aprende uma coisa nova e aplica na nossa terra. (Luciene. Agricultora da RAMA em entrevista).

A participação no SPG, estimulado após o estudo de Hirata (2016), foi considerada por todos os entrevistados como condição para o sucesso do SPG e o aprendizado sobre a Agroecologia. Luciene falou: “depois que a gente começou a participar mais a gente ficou com mais sabedoria sobre as coisas do SPG”. Rosângela decretou: “mas tem que participar, senão vira auditoria”. Marcílio relata: “você vê que os que mais participam são os que primeiro dominam a certificação”. João Paulo arremata: “participando. Só participando ativamente, todo mundo, é que a gente vai crescer na Agroecologia”.

Perguntados se as ações que tomamos para estimular a participação foram eficientes, todos foram unânimes em compreender que as visitas itinerantes e o fortalecimento do Encontro de Formação foram fundamentais para, ao menos, estimular a participação. Estávamos criando formas diferenciadas de participação para envolver o maior número possível de agricultoras e agricultores. Marcílio lembrou, no entanto, que o CSMA foi “deixado um pouco de lado”, sendo um erro de nossa parte. Rosângela também enxerga o CSMA como um importante espaço de construção do saber agroecológico para o qual deveríamos dar mais atenção. João Paulo, além de argumentar sobre a importância do CSMA, afirmou que as organizações “precisavam ser mais responsáveis e participar mais das reuniões”, afirmando que a gente “só aprende se participar”. Marcílio afirma que é importante participar pra “aprender e colaborar, porque todo mundo sabe fazer bem alguma coisa”.

O Sistema Participativo moldou até um pouco do meu caráter, da minha pessoa. Aprendi a respeitar mais os outros. Porque às vezes uma pessoa muito humilde faz um trabalho muito bom, quietinho, sem alarde, sem bagunça, você chega e aquela pessoa tranquilamente te mostra um mundo novo, uma nova maneira de fazer as coisas. Isso pra mim é troca de conhecimento e a gente precisa reconhecer isso, ter a humildade de procurar entender o trabalho dos outros por mais diferente que seja do nosso, antes de fazer crítica. (Marcílio, agricultor da AAOF, em entrevista).

João Paulo argumenta o legado dos SPG que estamos construindo como forma de resistência das práticas e saberes da Agroecologia:

Esse SPG acontecendo, a gente tá valorizando, testando o saber de todo mundo, validando, compreendendo, praticando e permanecendo. É uma coisa que estamos fazendo pras próximas gerações, que se não fosse acabaria. É um conhecimento que o modelo dos pacotes ia fazer desaparecer (João Paulo, agricultor da OAV em entrevista).

### 5.7.7 Resistência e permanência

Nosso resumo histórico nos mostrou como aguentamos e re-existimos ao longo do tempo. Porque não iríamos resistir mais? Porque não re-existiremos? A OSM, com a constituição do SPG, nos abriu um caminho para ressignificar nossa existência no mundo e resistirmos, com nossa agriCULTURA. Martins (1981) e Wanderley (1996) reforçam o caráter de resistência das formas de campesinato, assim como Tres (2006) retrata a resistência como práxis dos movimentos ambientalista e ecológico. Se não tivesse resistido no sul de Minas a nossa cultura caipira com apoio dos movimentos ambientalistas, teríamos sido arrastados para o modelo “revolução verde”. Este modelo promove, como apregoado por Ploeg (2008, 2016), uma descampezinização, a descaracterização das formas de campesinato existentes. Marx e a corrente teórica leninista acreditavam no fim do campesinato:

[o] camponês que produz com seus próprios meios de produção será gradualmente transformado em um pequeno capitalista que também explora o trabalho de outros ou sofrerá a perda de seus meios de produção [...] e será transformado em um trabalhador assalariado. Essa é a tendência da sociedade onde predomina o modo capitalista de produção (MARX, 1951 citado por PLOEG, 2016, p. 91).

Chayanov, desde a década de 1920, seguia uma linha teórica na qual acreditava que as formas peculiares de ajustamento do campesinato possibilitavam sua permanência no tempo. Como permaneceram os caipiras da região sul mineira ajustados, em equilíbrio com o ambiente de nosso território (BRANDÃO, 1981; CÂNDIDO, 1964). O movimento agroecológico nos conduz ao que Ploeg chama de recampezinização, o retorno ao estilo de vida camponês pelo resgate dos saberes e práticas ancestrais:

Acho que mudou totalmente minha maneira de ser e ao mesmo tempo tá trazendo pra mim uma realidade que eu vivi na minha infância, como sobre o mutirão, sobre tá junto, porque nessa época de mutirão, não era só o trabalho, era uma troca de experiência. Hoje, isso que gente faz de tá reunido no SPG, quando tem um encontro de Agroecologia, isso tá trazendo o resgate do que eu vivi na minha infância. O SPG tá trazendo uma parte da minha infância. (Luciene, agricultora da RAMA em entrevista).

O resgate destes saberes e práticas do campesinato caipira é fundamental para a construção de um movimento de transição para Agroecologia (ALTIERI, 1998, 2012; CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2009; COSTABEBER; MOYANO, 2000; FEIDEN et al., 2002; GLIESSMAN, 2001; ROSSET, 1998). Trataremos a partir de agora de refletir sobre como fortalecer este movimento.

### **5.7.8 Se não for “nóis” vai ser quem? Empoderamento/autonomia da agricultora e do agricultor**

Para acontecer a Transição Agroecológica, será necessário o protagonismo daqueles que agora ainda são a resistência da cultura caipira em sua forma mais singela. Nóis, as/os caipiras. Nós o campesinato, as agricultoras e agricultores do sul de Minas. Não os que aqui falam, organizados na OSM, mas todos, sem exceção, os que persistem, resistem e existem na Agricultura Caipira em suas comunidades, seus bairros.

Hoje eu moro no bairro do Serrote, com a escola, mas eu sou de outro bairro, sou do bairro Jardim. Eu sinto uma tristeza muito grande no ar. Principalmente por essa falta de valorização. Agora a gente tem um grupo lá mais jovem, a igreja tinha um papel fundamental antes e ainda tem, quando tem líderes de cabeça aberta que querem movimentar. Agora a gente tá montando esse grupo, nada religioso justamente pra isso. Um grupo de amigos, de pais, pessoal da escola pra gente formar uns grupos de estudo, tomá umas pinga junto, fazer uma caminhada junto, essa semana aí a gente já vai fazer uma travessia na serra, porque é muito fácil falar que não acontece nada, aqui num tem cultura, aqui o pessoal num conversa, e você faz o que? O que você faz pra mudar? Nada muda se você não muda. E tá começando. (João Paulo, agricultor OAV em entrevista).

Reforçamos a necessidade de se valorizar o fazer sabendo e o saber fazendo das agricultoras e agricultores. Um estar no mundo que não é isolado dos outros (CÂNDIDO, 1964), a agricultora e agricultor desenvolveu seu conhecimento prático sobre seu mundo na sua ação transformadora (FREIRE, 1977), de forma autônoma (FREIRE, 1996) e não autárquica (CÂNDIDO, 1964). Trata-se de um conhecimento construído culturalmente.

Este saber aprendido na prática, foi o motivo da reflexão principal deste texto e base para construção de um movimento mais amplo de transformação do modo de se cultivar alimento, de se fazer a agriCULTURA em nossa região. Um movimento de transição para a Agroecologia, onde a OSM e sua ferramenta de certificação, o SPG, podem ser protagonistas.

“Se não fosse essa valorização da Agroecologia, geral, do simples pro complexo que a gente vai tendo ao longo do tempo, a gente não ia ter essa visão de que a gente mora num lugar privilegiado, a gente tem tudo isso de graça. Essa vivência, essa cultura, tem que partir de nós. Antigamente era mais no mecanismo religioso e hoje

eu acho que ela tem a Agroecologia, esse mecanismo que é natural, é mais fácil de abranger os jovens e as outras pessoas que estão em volta, porque é um espaço pra todos. Agroecologia é eclética. (João Paulo, agricultor OAV em entrevista).

O espaço da religião na construção do modo de vida caipira é destacado por Brandão (1983), Cândido (1964) e Queiroz (1971). Este espaço, hoje bastante alterado pelas novas relações sociais, pode ser ocupado pela Agroecologia. Primeiro, precisamos entender que a Agroecologia não pretende substituir a religião como forma de construção das relações sociais, mas que este aspecto é respeitado e aproveitado pelo movimento da Agroecologia. As próprias Comunidades Eclesiais de Base (CEB), da Igreja Católica, tiveram um papel decisivo na construção dos movimentos sociais pela terra (BOFF, 2003) e dos movimentos pela Agroecologia (PETERSEN; MUSSOI; DAL SOGLIO, 2013)

A Agroecologia se desenvolve como movimento contra-hegemônico em relação ao Agronegócio. O SPG, por mais que seja um mecanismo legalizado pelo Estado para acesso ao mercado, traz entre seus benefícios a possibilidade de se construir novos mercados que respeitem as características do campesinato e os princípios da Agroecologia.

A abordagem chayanoviana nos deu um entendimento interessante acerca dos equilíbrios sobre os quais se mantém o campesinato ao longo do tempo. Estes equilíbrios geram empoderamento e autonomia frente, principalmente, ao mercado, a grande mão invisível de Adam Smith a controlar nossas vidas no capitalismo. Este equilíbrio ajuda o campesinato a recuar do mercado sempre quando e onde for necessário, quando procura rotas diferentes daquelas determinadas pela economia. Este controle ativo, permite ao campesinato transformar a agricultura numa “constelação produtiva”, que oferece mais empregos e possibilita autonomia e espaço para autogestão, que não aconteceria sob o domínio estrito dos mercados (PLOEG, 2016).

Autonomia é eu não estar sozinha, eu não ser sozinha. É eu construir coletivo, pessoas que falem a minha língua, que possa contar comigo e que eu possa contar com eles. Eu ter a autoconfiança que eu posso contar com o SPG e todo o sistema ter a confiança de que pode contar comigo. (Rosângela, agricultora da COOPFAM em entrevista).

Como Freire (1996), Rosângela percebe sua autonomia no seu ser-estar em relação ao mundo, que não é sozinha, é com os outros e pretendendo transformar a realidade. Marcílio faz a seguinte reflexão:

Cada um gera a própria autonomia a partir do momento que assume a responsabilidade, não o SPG que gera, mas a pessoa gera a sua autonomia a partir do momento em que assume a responsabilidade dentro do SPG. O SPG também tem autonomia pra ser uma organização, mas as pessoas que fazem parte também tem autonomia em relação ao SPG. (Marcílio, agricultor da AAOF em entrevista).

Esta percepção nos remete ao conceito de empoderamento trazido por Pase (2007). Neste estudo o autor faz uma reflexão dos conceitos apresentados por Bordieu (1980) onde o empoderamento se dá no nível individual, mas também no organizacional e, daí, para o comunitário. O empoderamento individual propiciado pelo SPG é resultante de um capital social já existente (HIRATA, 2016), sendo este constituído do conjunto de recursos que já haviam ou que eram potenciais e formavam uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento (PASE, 2007). Abordamos os conceitos de autonomia e empoderamento lado a lado neste estudo, dando principal ênfase ao primeiro, com a autonomia desvelada por Freire (1996), a partir das críticas de Horochovski e Meirelles (2007). Os dois conceitos aparecem na seguinte reposta:

(...) o objetivo geral é esse. Ter autonomia e poder de decidir pra onde a gente quer ir. Acho que o que tá acontecendo aqui é um empoderamento com as informações, através das trocas de experiências, até através das discussões sobre regras e leis, pra gente ter essa autonomia com embasamento. Uma coisa é você decidir vou pra cá, ou vou pra lá, mas sem respaldo nenhum, outra coisa é você se embasar e falar: “a gente vai seguir então”. A gente tá construindo uma base, empoderada, pra gente ser autônomo. (João Paulo, agricultor da OAV em entrevista).

João Paulo, reforçando o que foi apresentado por Hirata (2016), nos lembra que:

Eu não digo que a gente é autônomo ainda, a gente tá começando a andar agora, por muito tempo a gente teve a acessoria do IF, do Luisinho, da Aloísia, da Emater-MG. Só que agora eu vejo a gente formando um corpo. O organismo começando a trabalhar. Eu acho que eles são uma belíssima influência, uma coisa abençoada o pessoal da EMATER-MG e do IF ter abraçado e acolhido o SPG, e tá acolhendo ainda, mas e se eles não existirem? E a gente? (João Paulo, agricultor da OAV em entrevista).

“Se não for nós, vai ser quem?”, perguntou Rosângela, algo parecido com a afirmação do Marcílio “Se a gente quer fazer não pode ficar parado, pra ter autonomia a gente tem que participar. Tem que ser todos nós”.

Agora a gente tá vivendo um momento de justamente buscar essa autonomia, que só vamos conquistar quando a gente fizer a distribuição das informações, pra dinamizar, pra mostrar pra todo mundo como é o funcionamento, todo mundo tem que entender como funciona. A gente não é autônomo ainda, mas estamos buscando essa autonomia embasados numa construção coletiva. Cada vez os pontos de vista são mais elaborados, as pessoas estão compreendendo, tão vindo mais perguntas. Tá engatilhado. Todos agricultores tem de certa forma autonomia, mas se acabar hoje por exemplo, os apoios, a gente consegue caminhar? Tá chegando no ponto da gente conseguir. Quando o funcionamento for claro pra gente, for claro pros agricultores, coordenadores, pra todo mundo, aí é autonomia geral. (João Paulo, agricultor OAV em entrevista).

Autonomia, portanto, é uma busca constante. “Até porquê, quem tá chegando agora na certificação também vai ter que buscar sua autonomia. Só vai conseguir se participar, se for ativo.” Lembrou Marcílio. Rosângela faz a reflexão “a gente tem que ir construindo essa autonomia, não é de uma hora pra outra”, e continua “se a gente aqui, depois disso tudo que construiu, ainda acha que precisa de mais autonomia, imagina quem chegou agora e não conhece o sistema”. Luciene afirma que alguns tem “mais autonomia que outros e a gente precisa ficar tudo igual”. Para promover esta igualdade, todos os entrevistados enxergaram a necessidade de incentivarmos a participação das mulheres e jovens, pois segundo Rosângela “as mulheres ainda são poucas e se não participar não conquista um empoderamento, uma autonomia” e os jovens, para o Marcílio, “estão meio perdidos” ou “precisamos resgatar o jovem pra valorizar o que a gente faz e dar continuidade” como afirma João Paulo.

Quando questionei sobre exemplos de autonomia, Rosângela e Luciene se reconheceram mutuamente e citaram o Marcílio, que, por sua vez, citou o nome de muitas agricultoras e agricultores da OSM, reforçando a necessidade dos membros da OSM assumirem cargos de extrema responsabilidade como a coordenação de OPAC:

Tivemos o Álvaro, um jovem agricultor, e a Letícia, uma mulher, jovem, dinâmica. A gente tem que estimular isso cada vez mais. Juventude, mulheres, todos trabalham na terra. Todo mundo tem que participar de forma ativa pra gente se empoderar junto. (Marcílio, agricultor AAOF, durante encontro de coordenadores)

Luciene, que nosso grupo queria indicar como próxima coordenadora, lembrou que pra exercer estas funções a gente precisaria estimular a autonomia:

Você já foi coordenador de grupo, se você fala que eu vou dar conta eu confio em você. Eu mesmo num sei se ainda sou capaz, mas quando a gente vê pessoal assumindo a responsabilidade a gente ganha coragem. Olha aí Rosângela e o João Paulo que foram presidentes da “orgânicos”. A gente tem mesmo que incentivar cada vez mais pessoas para exercer estas funções. A Letícia que até o pessoal técnico fala do trabalho dela no OPAC. Eu também acho que a Letícia foi uma ótima coordenadora do OPAC. Ela sempre fez questão de incentivar todo mundo a participar, principalmente nós mulheres. (Luciene, agricultora da RAMA em entrevista).

E continua falando sobre as expectativas com a nova função:

Tô surpresa com tudo desse negócio de ser coordenadora de grupo, pra mim tá sendo muito novo, muito assustada, um pouco, mas acho que eu vou fazer o possível pra ser uma boa coordenadora. O que tiver no meu alcance eu tô disposta a aprender, e acho que vou aprender no dia a dia. Vou fazer e vou aprender, em cada conversa. Ninguém nasce sabendo é através das conversas nesses encontros que a gente descobre esse conhecimento. (Luciene, agricultora da RAMA em entrevista).

Sobre a função de presidente João Paulo falou:

(...) eu não me sinto presidente. Acho que é o mais significativo. Fico super feliz de ter essa representação. A gente num fez campanha, chapa, mas foi um ajuste entre as associações pra que a gente formasse um corpo. Falando assim de gente da Agroecologia, eu me sinto muito orgulhoso e feliz de poder representar todas essas pessoas que já fazem parte de mim, da minha família, que eu vou levar pra vida inteira. Acho que a gente tem uma linha de associativismo que vai além de uma diretoria formal. Como a gente tem uma administração horizontal onde todos tem voz e é agora nesse segundo ano que eu tô tendo este amadurecimento de assessorar mais na divisão do tempo (nos encontros), fazer mais essa dinâmica pra que todos possam falar. (João Paulo, agricultor da OAV em entrevista).

João Paulo e Luciene evidenciam o aprendizado prático também para o exercício das funções de direção e coordenação. Aprendemos fazendo e enquanto fazemos aprendemos mais ainda.

(...)num primeiro momento foi um susto, mas depois percebi que pra mim foi uma oportunidade pra eu fazer uma faculdade que eu sempre quis fazer e num fiz. Poque eu aprendi muito! Todos tinham a ilusão que eu ia ajudar e de verdade eu saí ajudada. (Rosângela, agricultora da COOPFAM em entrevista).

A ajuda mútua tão característica do campesinato caipira (BRANDÃO, 1964), está presente para fazer funcionar nossa organização. Mesmo com funções representativas de coordenação ou diretoria, o sistema só funciona se todos participarem, em especial os grupos que nossa sociedade relegou a um segundo plano.

### **5.7.9 Mulheres à frente**

Fizemos questão de entrevistar duas mulheres e dois homens. A paridade de gênero vem sendo discutida desde 2016 dentro da OSM, sendo implementada como forma de estimular a maior participação das mulheres, ainda deficiente na percepção das agricultoras e agricultores da OSM. Rosângela, além de ter sido coordenadora do grupo Cardoso da COOPFAM, foi também a segunda presidenta de nossa organização, substituindo a Letícia, posteriormente, na coordenação de OPAC. Luciene assumiu a função de coordenadora do grupo Pedralva, da RAMA.

O ecofeminismo poderia ser encarado como uma escola especial de ecologia social, uma vez que também ele aborda a dinâmica básica de dominação social dentro do contexto do patriarcado. Entretanto, sua análise cultural das muitas facetas do patriarcado e das ligações entre feminismo e ecologia vai muito além do arcabouço da ecologia social. As ecofeministas veem a dominação patriarcal de mulheres por homens como o protótipo de todas as formas de dominação e exploração: hierárquica, militarista, capitalista e industrialista. Eles mostram que a exploração da

natureza, em particular, tem marchado de mãos dadas com a das mulheres, que têm sido identificadas com a natureza através dos séculos. Essa antiga associação entre mulher e natureza liga a história das mulheres com a história do meio ambiente, e é a fonte de um parentesco natural entre feminismo e ecologia. Conseqüentemente, os ecofeministas veem o conhecimento vivencial feminino como uma das fontes principais de uma visão ecológica da realidade (CAPRA, 1992).

As mulheres da OSM nos possibilitam, fazendo um paralelo, uma visão agroecológica de nossa realidade, tão duramente percebida por elas. Na agricultura, o papel secundário da mulher é reflexo do patriarcado em nossa sociedade como um todo e tem reflexos no sul de Minas (BAMBIRRA, 2016; MAGRINI, 2010; OLIVEIRA et al., 2015). Esta experiência com as discussões sobre gênero é recorrente no movimento agroecológico desde a Marcha das Margaridas e, posteriormente, com o coletivo de mulheres da ANA. Reafirmamos, para dar eco à causa tão justa que “sem feminismo não há Agroecologia”.

As mulheres sabem e praticam a Agroecologia.

Não acho que é mais difícil pra mulher trabalhar na roça, eu já acostumei muito, desde muito cedo. Eu não quis mais estudar, com 11 anos terminei a quarta série, meu pai falou: “Você não quer estudar, então você vai pra roça, igual o seu irmão, você vai trabalhar na enxada, vai plantar feijão”. Meu pai nunca teve essa desigualdade de você é mulher, você vai ficar em casa. Meus irmãos e irmãs foram pra roça igual. Depois os irmãos que quiseram foram estudar. Mas no fim das contas, dos 7 irmãos só eu me tornei agricultora, nenhum dos outros tá na roça, o único que trabalha com agricultura, trabalha com trator prestando serviço, o resto tudo trabalha na cidade, moram em Pouso Alegre e trabalham em firma, as irmãs, os irmãos. Só eu fiquei na roça e tô dando continuidade a esse trabalho de meu pai, que ele fala que tudo que ele tem, que ele conquistou, foi por causa da lavoura. O alimento, feijão milho, sempre foi uma coisa muito sagrada. (Luciene, agricultora da RAMA em entrevista).

Perguntada se sentiu algum tipo de dificuldade no exercício da presidência, Rosângela afirmou que não, pois “a gente tinha uma diretoria muito boa, muita amizade, pessoal me acolheu muito bem, fui abraçada por todos”.

Os homens sempre me trataram muito bem, mas não fica longe da maioria cultural do nosso país. É muito difícil o homem reconhecer e dizer que a mulher faz um trabalho bom. Mas a gente não precisa esperar isso deles, porque eu acho muito natural eles ainda não admitirem, mas eu não perco a esperança deles um momento admitir. (Rosângela, agricultora da COOPFAM em entrevista).

Rosângela faz parte do projeto Mulheres Organizadas Buscando Independência (MOBI), um grupo de mulheres da COOPFAM, que incentivada pelo SPG sul de Minas, certifica rosas e o Café Feminino:

A certificação participativa, o OPAC sul de minas, na COOPFAM, a porta de entrada foi o MOBI, porque o primeiro grupo certificado, foi o grupo de rosas, flores orgânicas. A OSM e o MOBI, conversam muito bem, essa participação, a troca de

experiências. As mulheres são mais criativas nessas dinâmicas, aceitam mais essa coisa de trocar ideia, de visitar, conseguem fazer isso mais que os homens. (Rosângela, agricultora da COOPFAM em entrevista).

O MOBI, segundo Rosângela, foi construção das mulheres que queriam ter “mais voz” dentro da COOPFAM, tendo alcançado seus objetivos dentro da organização a partir do apoio institucional do IFSULDEMINAS, em especial da Aloísia:

O MOBI é uma dinâmica bem interessante, porque as mulheres são empoderadas, conseguimos fortalecer o grupo, conseguiu várias parcerias, principalmente a Aloísia aqui no IF, a gente entende que ela somou muito com a gente, também a diretoria atual da COOPFAM que é muito dinâmica, tem abertura pra diálogo. Mas as mulheres ainda estão numa zona de conforto, ainda muitas são acomodadas, muito levadas a comprar a ideia de que: ah, num dá pra mim, eu vou cuidar da casa, cuidar dos filhos, ainda encontra muito essa ideia, mas o grupo em si, tá muito fortalecido. Muito projeto encaminhado. É bastante produtivo. (Rosângela, agricultora da COOPFAM em entrevista).

Recomendamos que a OSM busque a valorização e o reconhecimento do trabalho das mulheres, efetivando a paridade entre homens e mulheres na composição de sua estrutura administrativa. Rosângela e Luciene afirmaram na entrevista que o SPG contribui para o empoderamento das mulheres, mas que deveríamos ser mais “firmes nesta questão”, “que os homens deveriam também lutar pelas mulheres”. No I Encontro de Mulheres do SPG Sul de Minas, realizado neste ano, elas identificaram inúmeras dificuldades de ocupar os espaços e dentre as quais está o cuidado com os filhos como citado pela Rosângela em sua experiência. Assim, orientamos que o OPAC proporcione espaços recreativos (cirandas infantis) durante as reuniões e as formações para que as crianças possam acompanhar seus pais e as mulheres possam participar integralmente de todas as atividades. Deixando claro aqui que, cuidar dos filhos não é papel só da mulher, deveria ser também do homem, mas muitas vezes é esta característica de nossa sociedade machista que impossibilita a participação mais efetiva das mulheres. Além disso, a decisão já estabelecida em reunião sobre a paridade de gênero na composição dos cargos de direção da OSM deve ser implementada o mais rápido possível, assim como na indicação para função de coordenadores de grupo, devendo cada organização passar a pautar o assunto da participação da mulher em suas instâncias próprias.

O Encontro de Mulheres e SPG realizado em Torres-RS (CENTRO ECOLÓGICO, 2017), com representação das mulheres da OSM, abriu a possibilidade de realização de um Encontro de Mulheres e SPG do sudeste (IFSULDEMINAS, 2017a), onde as agricultoras da OSM foram anfitriãs. Este espaço, além de discutir a questão da paridade que orientou a tomada de decisão dentro da OSM, também mobilizou outros grupos, mostrando a

necessidade de ampliar o movimento de mulheres concomitantemente com a ampliação do movimento agroecológico. Destacamos a participação das mulheres da OCS Peroba, de Itajubá (NÚCLEO TRAVESSIA, 2017a), e também todo trabalho do Núcleo Travessia com estas mulheres (NÚCLEO TRAVESSIA 2017a, 2017b, 2017d). Isso poderá proporcionar a participação deste grupo também na construção de um movimento mais amplo pela Agroecologia na região sul de Minas e que seja capaz de dar voz às mulheres. Rosângela não tem medo de afirmar que os “SPG contribuem pra esse empoderamento das mulheres”. O tema do Encontro de Mulheres foi “Construindo processos, garantindo a participação e protagonismo”, ou seja, não era só garantir participação, mas também incentivar o protagonismo das mulheres na transição para a Agroecologia.

Lembramos aqui também, as experiências dos coletivos de mulheres assentadas da Reforma Agrária da CAMPONESA, como o coletiva Margarida Alves. O MST é grande estimulador dos debates sobre gênero e suas práticas de incentivo à participação da mulher são uma grande referência para nossa organização.

#### **5.7.10 Os jovens vão ficar?**

Outra grande preocupação da OSM que reflete a realidade vivida em todo mundo é a pouca participação da juventude na agricultura.

Na minha família, só eu e meu irmão ficamos na roça e infelizmente penso que vai ser a última geração, o processo se encerra na gente. Como legado dessa história toda o que a gente vai deixar e espero que ninguém vai mexer, são 20ha de mata, o resto pode ser que vire em outras coisas, mas na mata eu espero e acho que ninguém vai mexer. Daqui uns 100 anos vão passar lá e vão saber que ali teve um projeto de agricultura orgânica, ninguém vai lembrar nem o nome mais, mas a mata vai tá lá, dando a contribuição dela com ar, com água, com biodiversidade. A mata é poderosa, é autosustentável, ela recicla solo, enfim, é uma escola de agroecologia, é o modelo do que tinha que ser nossas propriedades. A gente tem que copiar o mato, só que a gente não consegue às vezes, ter tempo suficiente pra refazer um solo, a gente é muito pequeno, perto de uma árvore de toneladas, derrubando folhas. (Marcílio, agricultor da AAOF, em entrevista).

Acompanhei, com bastante tristeza, este relato do Marcílio, pois percebia que o mesmo acontecia na maior parte das famílias. De todos as filhas e filhos de minha avó e avô maternos, apenas minha mãe seguiu de alguma maneira ligada ao rural pelo trabalho de educadora do campo e por ter se casado com um agricultor, assim como tia Marisa, “dona de casa mulher de agricultor”, como ela diz. Dos 9 netos apenas eu demonstrei interesse pela continuidade do trabalho na agricultura.

Da família do Wilson, um continua na agricultura mais de vez em quando. Tem uma quitanda que vende mais coisas dos outros. Tem outro irmão que também é tratorista. Só o Wilson continuou levando a vida na roça. A terra que é herança da mãe os irmãos não quis e venderam a terra o pedaço deles tudo pro Wilson, ninguém quis ficar na terra. (Luciene, agricultora da RAMA em entrevista).

Os dilemas enfrentados pela juventude em relação à permanência ou não no campo (FERRARI, 2004; CASTRO et al., 2009b) alteram a configuração social do espaço agrário no decorrer das gerações e evidenciam processos de exclusão da juventude principalmente no meio rural (CASTRO, 2009). É o fenômeno de migração tornando incerta a sucessão das famílias rurais (WORTMAN, 1990). Stropasolas (2015) afirma que a sucessão rural passa por uma crise que impactará negativamente as formas familiares de produção. Castro et al. (2013) e Oliveira (2012), trazem esta discussão para a realidade sul mineira, apontando a proximidade com os grandes centros urbanos como determinantes do ritmo de migração ocorrido durante todo o processo de ocupação do território sul mineiro. A realidade de nossa organização pouco se diferencia da realidade geral dos movimentos sociais do campo (CASTRO et al., 2009a; GHON, 2008).

A própria juventude deve se organizar, autonomamente, para decidir os rumos de sua vida. A desconstrução do processo de migração rural depende da organização política da juventude, hoje vivendo um processo de exclusão social seja no campo ou na cidade (CASTRO, 2009; CASTRO et al., 2009a, 2009b). Devemos enfrentar o desafio de construir este ator político jovem (CASTRO, 2009; CASTRO et al., 2009b). Talvez o principal desafio para enfrentar da sucessão na agricultura familiar, seja reconhecer a necessidade de se criar novos espaços de atuação profissional no ambiente no rural (ABRAMOVAY, 2001), entender o que se conceitua como novas ruralidades, novas formas do rural (CARNEIRO, 1998; WANDERLEY, 2000).

Mas a roça mudou muito de uns tempos pra cá com as tecnologias, a gente tem que aproveitar isso. Mas é uma resistência, o mundo quer que a gente vá pra cidade, mas e se você quer ficar na roça? E se a vida que você decidiu pra você é na agricultura? Acho que a Agroecologia possibilita essa nova saída (...) Agroecologia é uma das soluções (...) se não for agroecologia não tem muito por que o cara ficar na roça. Você pensa nós jovens produzir, ganhar dinheiro, tudo bem, vai casar, arrumar filho, você num vai viver uma vida, vai ser vivido pelo que é imposto pra você. (João Paulo, agricultor da OAV em entrevista).

A ação política é muito importante para que possamos manter nossos jovens no campo. O amadurecimento político da COOPFAM comprova:

No município de Poço fundo, até que tem uma porcentagem alta (de jovens que vão ficar na roça). Lá é um município equilibrado, já fez reforma agrária, porque nós

temos agricultura familiar e a família participa de todo processo. Porém eu ainda acho que as instituições de ensino, principalmente, elas deveria ser mais focada em dizer da importância do estudo, mas não é falar: “você, sem estudo, você não é nada”. A agricultura, ela prova pra gente, que ela é sustentável, principalmente a agricultura familiar, orgânica e Agroecológica, ela é sustentável, por isso dá pro jovem ficar na roça. Mas as instituições de ensino tem que participar. Os jovens tem direito a uma educação que o faça conseguir levar sua vida na roça. (Rosângela, agricultora da COOPFAM em entrevista).

#### A Educação também é reafirmada por João Paulo:

A base da continuidade é a educação. Lá no Sítio Esperança, o benefício que tem pras crianças e pra gente de ter uma escola é justamente valorizar nossa cultura e mostrar que no campo dá pra ser feliz, dá pra cultivar, dá pra se sustentar, dá pra ganhar dinheiro, às vezes até mais que trabalhando na cidade. Mostrar tudo que a roça tem pra uma criança de 5, 6 até 11 anos, o negócio é o seguinte, a escola não é pra formar agricultores, não é pra formar pessoas que vão trabalhar com a terra, em si, mas se a pessoa tá lá numa cobertura em Tóquio, tomando o melhor champagne do mundo, mas vamos imaginar que ele tenha passado uma vivência de uma escola rural, se ele sabe como é produzido o alimento, de onde vem o leite, de onde vem o pão, de onde vem a mandioca, a cenoura, ele vai ter outra concepção de mundo. Se ela não ficar na roça, vai valorizar quem fica. (João Paulo, agricultor da OAV em entrevista)

As experiências como a da CAMPONESA e COOPFAM, de formação política e de educação para Agroecologia, como o Sítio Esperança, a ELA e o CSMA, são vistas como bons exemplos a serem reproduzidos dentro da OSM para estimular a participação dos jovens. A educação é muito valorizada pelas agricultoras e agricultores (WOORTMAN; WOORTMAN, 1997). O estímulo também é dado para o envolvimento nas discussões políticas e na organização da OSM, como os casos do Álvaro e Letícia, jovens que primeiro exerceram a função de coordenação do OPAC, ou o Rubens (da RAES), responsável pela articulação política com a AMA e ANA na construção do ERA e ENA. A decisão pela contratação de uma estagiária teve como principal argumento o incentivo à formação da juventude que trabalharia com a Agroecologia no futuro. A relação próxima com o NEA Raiz do Campo também tem esta intenção, cabendo agora nos aproximarmos dos outros NEA da região.

#### Luciene nos conta:

Eu queria que meus filhos continuassem trabalhando na roça. O mais velho, Breno, agora saiu pra estudar e aprender mais da Agroecologia<sup>58</sup>. O Matheus, mais novo já gosta, assim, da Agroecologia, de mexer com as sementes e acho que parece que vai nesse caminho, porque ele tem muito amor pelas plantas. Parece então que eles vão dar continuidade nesse trabalho nosso. (Luciene, agricultora da RAMA em entrevista).

<sup>58</sup> - Breno se tornou estudante de Gestão Ambiental do IFSULDEMINAS – campus Inconfidentes e passou a integrar o NEA Raiz do Campo.

E reafirma a importância do SPG sul de Minas e da Agroecologia: “Talvez o conhecimento que a gente tá buscando agora junto com o SPG, meus filhos vão ter mais conhecimento ainda a partir da Agroecologia, eles vai ter isso ainda mais forte, eu tenho certeza”. As agricultoras e agricultores se preocupam muito, no geral, pela continuidade, pela passagem do conhecimento, da terra, do modo de vida, para a geração seguinte, ressaltando que a Agroecologia é nosso modo de vida, como em Balem e Silveira (2002).

Outro enfoque importante, que deve ser levado em consideração, é a questão do neoruralismo (GIULIANI, 1990), estudado em nossa região por Aun (2013) que, num fluxo contrário ao ritmo das migrações brasileiras ao longo do tempo (VEIGA, 2005), saem das cidades e voltam ao campo, sendo muito recorrente dentro do movimento agroecológico em todo o Brasil. Na OSM temos a presença dos chamados neorurais em muitas organizações, num processo que Ploeg (2008) chama de recampezinização, alguns seguindo um estilo de vida muito mais próximo do campesinato caipira retratado por Brandão (1964), trazem também um pouco da “cultura da cidade”.

A fácil integração entre o urbano e o rural, sempre me chamou a atenção e, mais ainda quando passei a reconhecer que era uma realidade comum a meus pares. O “ideal urbano” (CARNEIRO, 1998) parece ser uma realidade no sul de Minas e mesmo as cidades sul mineiras, em sua maioria, não são tão urbanas (VEIGA, 2002). O fluxo migratório entre o rural e a sede “urbana” dos municípios é constante. A grande maioria das agricultoras e agricultores do município frequentam a cidade para ter acesso aos serviços públicos de educação, saúde, para fazer compras. Rosângela nos conta:

Eu gosto da cidade. Eu já fiz academia, faço badminton, gosto de whatsapp. Eu uso a tecnologia a meu favor, uso a cidade a meu favor. Essas tecnologias, principalmente a internet, mudaram a vida na roça pra melhor pra quem sabe usar, e piorou muito pra quem num sabe, mas isso na cidade também. Hoje você se preocupa com quem tá viajando, você passa uma mensagem, antigamente uma pessoa saía de viagem, ia chegar daqui uns 4 ou 5 dias, daí você ficava sabendo a hora que tava chegando Mas essa informação, em excesso, nos estressa, temos que saber lidar com isso. (Rosângela, agricultora da COOPFAM em entrevista).

O mundo rural de hoje é muito diferente do que era antigamente. É um processo de formação e construção de novas ruralidades no sul de Minas (CODONHO, 2013), devemos estar cientes. Existe um espaço rural totalmente novo no Brasil, com a chegada de novas tecnologias e novas formas de inter-relação campo/cidade, é o novo rural brasileiro (SILVA; DEL GROSSI; CAMPANHOLA, 2005), que gera novas oportunidades para a juventude (ABRAMOVAY, 2005) buscando evitar o êxodo, o envelhecimento e a masculinização da população rural brasileira (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999) e até o desaparecimento

definitivo do mundo rural com a atual conformação dominante do modelo do Agronegócio (PEIXOTO, 2004).

Tá vindo um povo lá de longe vindo visitar aqui, tá aparecendo na televisão e tem pessoas de outros países falando sobre o que eu tô fazendo. É uma forma de estimular esses jovens a ficar na terra, pelo menos conhecer um pouco mais sobre todo esse ecossistema que a gente desenvolve. Porque até então a gente não tinha nada, a gente tinha o que: produzir, ganhar dinheiro e comprar coisas na cidade. Não, agora a gente tá falando de outros aspectos. A gente tá falando de ponto de vista, de meio ambiente, da pessoa ser um guardião de semente, de ter um papel social na roça, então a gente tá abrindo um leque pra juventude, principalmente quando esse trabalho envolve universidade, escolas, mostrando a vivência de pessoas sérias que são os agricultores, acho que a gente tá estimulando os jovens. Só que a propaganda ainda é forte do outro lado. A gente tem que procurar meios de tá informando mais, pra abrir a cabeça, ter mais contatos pra fazer uma mudança a longo prazo. (João Paulo, agricultor da OAV em entrevista).

A pluriatividade no meio rural (SCHNEIDER, 2006) ou multifuncionalidade (BONNAL; MALUF, 2007) dentro dos princípios da Agroecologia é a forma mais eficiente de manter os jovens no campo e um importante caminho para o desenvolvimento sustentável (VEIGA, 2001), além de ter o potencial de valorizar o trabalho da mulher. Entendemos, portanto, o rural como um espaço singular, um lugar com um modo próprio de vida, que recebe as influências do urbano, acentuadas na sociedade moderna, mas que mantém características peculiares (WANDERLEY; FAVARETO, 2013).

(...) Mas a informação chegou no meio rural também, não há isolamento, pelo menos na minha região, a gente não vive mais isolado. É internet, telefone, televisão, acesso à escola que faz uma ponte entre o meio rural e a cidade. (Marcílio, agricultor da AAOF em entrevista).

Recomendamos que as famílias estimulem a participação de mulheres e jovens, para que seja realmente representativa a composição das instâncias de decisão da OSM. O diálogo sobre a representação da mulher e da juventude deverá ser iniciado em cada Grupo, fazendo-se o possível para efetivar a participação como coordenadores de grupo. Propomos que as organizações, respeitando suas particularidades, iniciem o diálogo sobre a representatividade em sua estrutura organizacional. Colocamos-nos como meta efetivar a paridade para o próximo Encontro de Formação de Coordenadores. Desta forma, teremos um OPAC verdadeiramente representativo com a participação da juventude e das mulheres, dando a possibilidade de ampliar este debate com a sociedade através da prática do SPG. É nossa obrigação o fortalecimento da autonomia organizacional do Encontro Regional e Nacional de Mulheres e SPG, dando apoio e visibilidade a estas ações. Propomos também um espaço para

juventude rural durante o Encontro de Formação de Coordenadores da OSM, onde possam organizar suas demandas de forma autônoma. A juventude deve ser estimulada a ser protagonista na luta cultural, pois, no futuro, ela defenderá nossa agricultura. As próprias atividades do SPG podem contribuir para a pluriatividade das unidades certificadas, onde deve ser cada vez mais estimulado o trabalho das mulheres e da juventude.

### **5.8 “Nós” é muito maior**

A cidade também é nós. Campo e cidade devem encampar, juntos, a luta pela transição Agroecológica. A diminuição das distâncias, proveniente das inovações tecnológicas dos meios de comunicação, deve ser usada de forma a diminuir a distância real entre campo e cidade. Entre quem cultiva e quem se alimenta. O SPG com sua característica de envolvimento participativo entre as agricultoras e agricultores membros do OPAC e nossos colaboradores (consumidores e técnicos), deve ser entendido pelo movimento agroecológico como uma ferramenta para esta aproximação. Uma construção coletiva da transição para Agroecologia. É preciso aproximar mais pessoas. “Fazer com que as pessoas se aproximem é divino”, afirmou João Paulo, da OAV.

Este trabalho também se propõe a ser um convite à sociedade sul mineira para fazer parte do SPG sul de Minas. Estamos juntos na construção de um novo mundo:

Respeito, trabalho, humildade e união. E que a gente acredite nisso. Quando a gente faz esses pilares é possível construir pessoas melhores e ter resultados. Não é pra agricultura, é pra todas as áreas. Nós também dependemos de outras áreas, que eles também nos respeitem como agricultores que somos. O que queremos é a construção de um mundo melhor e é possível e eu acredito nisso. (Rosângela, agricultora da COOPFAM em entrevista).

Pela própria experiência, sabemos que a maioria da população, principalmente nas cidades, ainda desconhece o que é a Agroecologia. O SPG é um espaço para que todos os atores sociais possam construir sua compreensão sobre a Agroecologia, de forma autônoma, participativa, com base na confiança e na responsabilidade solidária. João Paulo nos fala desta troca cultural campo-cidade, rural-urbano, na construção da Agroecologia:

A gente busca preencher um vazio colocando coisas na nossa volta, sendo que a gente tem um coração cheio de coisa. A Agroecologia faz a gente se reconectar e ser contente. A melhor coisa que tem na vida é você ser contente. Isso estimula a questão cultural, que é que dá raízes. Eu começo a contar as prosa lá da roça, começo a contar os causos, começo a escutar os causos antigos e aí eu converso com uma pessoa que é da cidade grande, eles falam: “mas num é possível que você já viveu isso, cara?”, “mas ele falou isso mesmo?” eles nem acredita. (João Paulo, agricultor da OAV em entrevista).

E explica, ressaltando a questão da consciência, do saber coletivo sobre a Agroecologia:

Porque eles vivem um pacotão, eles vivem num quadrado, mora num quadrado, anda num quadrado, trabalho num quadrado, como vai ser a mente deles? A Agroecologia faz a gente expandir. É espiral de luz, espiral de conhecimento... emanção de luz. A agroecologia tem um papel fundamental que é dignificar o homem do campo, principalmente nós mais jovens que fazemos parte deste movimento, da certificação ou não, a partir do momento que a gente tem essa consciência, num tem como fugir dela. Ou você faz ou não faz. É consciência, uma coisa que todo mundo vai alcançar uma hora, até na cidade. (João Paulo, agricultor da OAV em entrevista).

A relação com a cidade não é só de mercado, uma relação de compra e venda, onde a agricultora e o agricultor vendem seu produto para um consumidor na cidade. O SPG deve promover uma relação muito maior, cultural. A Agroecologia deve ser a nossa AgriCULTURA. São mulheres e homens cultivando o alimento pra que mulheres e homens possam se alimentar. Trabalham juntos neste desafio, o autoconsumo (BRANDÃO, 1964; CHAYANOV, 1922; MENASCHE; CHARÃO; ZANETTI, 2008), cada um sob sua perspectiva), as trocas entre vizinhos tão importantes na agricultura caipira (BRANDÃO, 1964; QUEIROZ, 1973), a venda direta do excedente em feiras livres e cestas em domicílio, formando os chamados circuitos curtos de comercialização (MALUF, 2004; PLOEG, 1998), ou circuitos de economia solidária em escala como a experiência da rede Ecovida no sul do país (TERRAZAN; VALARINI, 2009).

Se o mercado é o determinante da conversão, estamos diante de um treinamento, ou seja, mudança condicionada através de um estímulo. O estímulo pode mudar ou acabar e, dessa forma, o mesmo acontece com o comportamento do agricultor. Se uma base tecnológica é o determinante da conversão, estamos diante de um processo de educação, isto é, mudança condicionada através de uma reflexão. Nesse caso, a decisão do agricultor deverá ser mais profunda e duradoura (FEIDEN et al., 2002, p. 200).

### **5.8.1 O papel da cultura**

Não falamos aqui somente da cultura do campo, que afinal tem “nova cara” (NAVARRO, 2014). Tem cara de campo, mas com feições de cidade. Nossas cidades também têm feições de campo, seja por seu tamanho, seja porque o Brasil cumpre sua sina de integração a mercado mundial como produtor de matérias-primas (FERNANDES, 1973; PRADO JÚNIOR, 1979). No sul de Minas mais ainda, cumprindo o destino de passagem entre as maiores metrópoles urbanas do país, um espaço rural no meio do que tem de mais urbano no Brasil. Lugar onde se desenvolveu a cultura caipira (BRANDÃO, 1981;

CÂNDIDO, 1964; QUEIROZ, 1973; RIBEIRO, 1995; VILELA, 2011) mesmo historicamente relegada à marginalidade (BRANDÃO, 1964; MARTINS, 1981) Os praticantes da cultura caipira não são só os agricultores, nunca foram. Já foi o Jesuíta, o europeu mestiço, os artistas, desde os contadores de história, de causo, cantadores, menstreís, até pintores, escritores, músicos, atores de hoje em dia (VILELA, 2011).

A cultura se forma no jeito da gente viver no território. O território também tem a cara da gente que vive nele. Construimos no sul de Minas um pouco da paisagem cultural (CORRÊA; ROSENDAHL, 1998) caipira. Ação do homem com a natureza. Pois ele não age apenas, também sofre a ação do ambiente e se adapta a ele. Nesta construção de um jeito de viver em um território nasce a cultura. Da adaptação histórica de nossa gente ao ambiente natural do território sul mineiro, nasceu a cultura caipira sul mineira.

Todos os atores desta construção cultural são corresponsáveis pela luta em favor da Transição Agroecológica. A Agroecologia é construída da cultura de cada local, tem características próprias em cada território (ALTIERI, 2012). Este estudo esteve longe de fazer qualquer interpretação da cultura (GEERTZ, 1978) caipira. Buscamos evidências sobre nossa herança cultural caipira visando construir um caminho para resgate cultural que é fundamental para apoiar nossa transição para Agroecologia.

João Paulo apresenta esta percepção de que somos culturalmente o nosso território através da sua experiência:

Essa semana a gente teve uma vivência na escola, a gente tava falando dos elementos, eu mesmo só tive essa compreensão quando eu tinha meus 20 anos, que a gente é feito dos elementos. Que a gente é formado da terra!! Água tudo bem né, água tem no sangue, ms cara, o resto eu o quê? Terra! E daí um menino contou pra mãe dele: “mãe, a gente é formado de terra”. A gente tendo essa compreensão, a gente vai pensar duas vezes antes de poluir, degradar. Ou se acontecer alguma coisa, você vai procurar um jeito de diminuir esse impacto. Esse conceito não é discutido numa sociedade preocupada em treinar crianças pra trabalhar em indústria, treinar fechadinho no horário, janela, porta, hora de almoço, hora de café. Eu tava quase morrendo sem ter essa compreensão. Eu imagino a pessoa que tá alienada, que paga suas contas, tem família e tal e passa essa vida, num sei se vai ter outra vida, pode até ser que exista, eu sei é que eu tenho essa. Imagina passar essa vida sem ter essa compreensão. (João Paulo, agricultor da OAV em entrevista).

Uma casinha simples, afastada, mas nem tanto de um certo agrupamento, geralmente perto daqueles que são mais parecidos com a gente, seja pelo parentesco, seja pela proximidade da vida do bairro. É mais ou menos esse lugarzinho que a gente quer. Mas não só a casa e o bairro, mas o quintal, a roça, o mato, o rio. A essência da agricultura caipira está na sua casa, na sua família, como a mais característica forma de campesinato em todo o mundo (CHAYANOV, 1924; LAMARCHE, 1993; PLOEG, 2009), porém o equilíbrio

necessário à sobrevivência do caipira (CHAYANOV, 1924; PLOEG, 2009) também dependia de suas sensíveis formas de socialização (BRANDÃO, 1983; CÂNDIDO, 1964; QUEIROZ, 1973). Por isso reputamos como importantíssimo o resgate das relações culturais dos bairros rurais. Assim como o entendimento de novas formas de cultura formadas a partir da diminuição das distâncias rural e urbana, cito algumas experiências do sul de Minas para elucidar, como: as expressões mais tradicionais de nossa cultura caipira estão dispersas por todo sul de Minas apesar do avanço da cultura de massas, nas mais diversas cidades as congados, folias, catiras, as duplas sertanejas. O estudo de Vilela (2011), um retrato de uma experiência cultural relacionada à música caipira deste artista itajubense, um dos maiores violeiros deste país, fala um pouco destas expressões e sua relação com o modo de vida caipira. O estudo de Macedo (2011) conterrâneo da cidade de Pedralva, traça um importante entendimento sobre o rock-rural como uma expressão cultural dessa misselânea rural-urbano, representada aqui no sul de Minas pelo violeiro Zé Helder, membro da RAMA que, além de trabalho próprio como violeiro, professor de viola caipira, ainda realiza trabalhos em conjunto com o Matuto Moderno, um grupo que também se caracteriza pela sonoridade do rock rural e executa clássicos da cultura popular junto a outro violeiro, o Ricardo Vignini, com o duo Moda de Rock, onde a sonoridade da viola caipira se mistura à atitude urbana do rock. Ricardo, apesar de paulista, foi também importante por resgatar um dos maiores representantes da música caipira do Brasil, Índio Cachoeira, da dupla Cacique e Pajé, mineiro de Alfenas, típico descendente de índios e brancos que tanto colaboraram com a construção da cultura caipira. Este artista hoje está sendo estudado pelo Matheus Siqueira, no DETECS-UNIFEI. Em Caldas, o movimento da cultura popular está bastante fortalecido com a presença da Nádya Campos, João Bá. Tem também em Borda da Mata o Poli Brandani. Têm os parceiros do Projeto Consonância, Diego DGO e Diego Dais, misturando hip-hop com a música caipira tradicional. Por fim, este trabalho será continuado dentro do grupo Sapucaiaços, do qual faço parte, com a construção de uma peça a partir dos princípios da Agroecologia e assentada na cultura. Paula, integrante do grupo, fará seus estudos de pós-graduação em continuidade com as reflexões levantadas neste estudo.

### **5.8.2 O desenho do Agroecossistema caipira**

Criamos o agroecossistema caipira como nossa paisagem cultural, homem e natureza se moldando.

A casa é simples, o quintal uma beleza e as roças vicejam entre os matos que fazem correr água limpa. De dentro pra fora. O que o modo de viver caipira faz de melhor é deixar sair, deixar fluir naturalmente, assim como deixa chegar, deixa entrar naturalmente. Um sistema em equilíbrio local, que se equilibra com o bairro, que se reequilibra nas organizações e que se quer tornar equilíbrio universal.

Chayanov (1966 citado por PLOEG, 2016) ressalta que a busca pela renda familiar é o principal motivador do trabalho camponês, porque o local de produção é também o local onde a família camponesa busca emancipação que é o estímulo decisivo para os aumentos contínuos de produção. Essa relação de local de trabalho como local de vida é também explorada por Wanderley (2000).

Partimos então da casa, que tem que estar bem localizada e geralmente é, nas unidades certificadas pelo SPG sul de Minas. Tudo começa pelo terreiro, pelo quintal da casa. Local de vida da família. As plantas que são remédio, as que são tempero, as que são comida, as criações. O terreiro é um local de destaque na socialização caipira. Nele se cultiva para o autoconsumo, na maior parte das vezes. É neste espaço onde estão concentradas as maiores relações com o modo tradicional da vida caipira, espaço de troca e encontros, da socialização entre os próximos. O terreiro é o princípio da prática vivida da Agroecologia. Daí vai pra roça e pro mato as extensões da unidade familiar, que vai deixando de ser somente familiar para também englobar a vizinhança, o bairro, no processo de construção coletiva da paisagem caipira, do agroecossistema caipira.

Na arte de se fazer a agricultura camponesa, o caipira sul mineiro se combina com a natureza, cultivam juntos a diversidade de vida (CASADO; MOLINA; GUZMAN, 2000; TOLEDO, 2002). Construimos um equilíbrio suficiente para se viver na terra e da terra, sem destruir a natureza, mas pelo contrário, reproduzindo, enriquecendo, aprimorando e diversificando este espaço natural. “Usar e transformar a natureza também implica pessoas capazes de lidar com a diversidade, incerteza e caprichos” (PLOEG, 2016). É fundamental para a transição agroecológica, princípio básico, a construção de agroecossistemas biodiversos. Santana (2008) e Simão (2005), afirmam que a diversificação da agricultura sul mineira pode ser uma forma de garantir o desenvolvimento regional. Ao conhecer a realidade das agricultoras e agricultores da OSM, percebemos a atenção dada a esta diversificação, apesar da presença massiva de monoculturas de café e banana, em especial na COOPFAM e ABAL, respectivamente. Apresentamos, ao final deste estudo, uma lista de espécies baseada nos estudos sobre a flora original da região feitos por Saint-Hilaire (1938), somadas as contribuições de Brandão (1981), Cândido (1964) e Queiroz (1973) sobre a cultura tradicional

caipira, as informações contidas nos Almanach Sulmineiro de 1874 e 1884 sobre as primeiras espécies cultivadas na região, além das observações de campo (Apêndice B). O objetivo é se tornar uma ferramenta de consulta sobre as possibilidades de se incrementar a biodiversidade de nossa região com cultivos que já são tradicionais do Agroecossistema Caipira.

### 5.8.3 O papel da academia

Não precisa querer invadir, a vida do caipira sempre foi invadida e ele é ressabiado com isso. Tem que deixar a gente chegar pra conversar, porque temos muita necessidade pelo estudo, mas sempre trouxeram coisas pra gente, agora dá pra esperar a gente levar até vocês.

Fonseca (1985), indica que a extensão rural no Brasil é um projeto educativo do capital, ou seja, busca a inclusão dos beneficiários das políticas de ATER nos mercados convencionais dominados pelos “impérios alimentares” (PLOEG, 1998). A ciência técnica atua como parte da ideologia dominante (HABERMAS, 1994), que relega o senso comum a um espaço secundário (ALVES, 1981). Poucos extensionistas e acadêmicos têm a preocupação freiriana de se fazer comunicação e não, simplesmente extensão.

Como representantes do campesinato, advogamos a construção de uma ciência a serviço do campesinato (PETERSEN; SOGLIO; CORPORAL, 2009), que entenda o campesinato como protagonista da transição Agroecológica (ALTIERI, 2012; CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2009). Propomos, além, uma comunicação às avessas. Do campesinato para academia. Ploeg (2016) ressalta o potencial papel das comunidades camponesas em processos de transição, “a comunidade camponesa incorpora uma efetiva capacidade de desenvolvimento e transformação” (MARIÁTEGUI, 1928 citado por PLEG, 2016). Assim como foi na Rússia, pós-revolucionária, quando se afirmava que a “unidade camponesa” deveria “ser a base para construção de uma nova agricultura” (CHAYANOV, 1988 citado por PLOEG (2016) e segue afirmando que a arte da agricultura é indissociável da reprodução da heterogeneidade, que provoca debates e pode induzir mudanças locais e até transições de maior escopo (PLOEG, 2016).

Educação em todos os níveis para a Agroecologia, este é o desafio que lançamos para a academia.

A escola fornece o que? Material humano, forma pessoas. A partir do momento que a gente tem estudantes envolvidos no processo a gente garante a formação de pessoas com uma visão para a Agroecologia e isso é muito importante. Quando você visita o campus de uma escola, você tem que entender que tudo é uma sala de aula e frutificam dando certo ou dando errado, porque a pesquisa, o teste, o ensaio,

uma hora vai chegar pro agricultor. A nossa aproximação com a academia é importante nesse ponto. (Marcílio, agricultor da AAOF, em entrevista).

Arroyo e Fernandes (1999) pautam a luta pela educação básica no campo levada à frente pelos movimentos sociais. As políticas educacionais do Estado brasileiro priorizaram o fechamento das escolas do campo enviando os estudantes, jovens representantes da cultura caipira, para estudar na cidade, longe de sua realidade. Netto (2011) afirma que uma transição para a Agroecologia só será possível quando o tema for pauta da Educação do Campo e seguimos as reflexões de D'Ambrósio (1999) sobre as características de um educação em uma sociedade em transição. Devemos, para isso, desenvolver materiais educativos adaptados à realidade camponesa e que façam a comunicação em Agroecologia (MOREIRA; FÁVERO, 2011).

Mas esta educação para transição agroecológica deve seguir nos ensinamentos Médio e Técnico profissionalizante e nas Universidades.

É o suporte técnico em si, se não houver o envolvimento da instituição de ensino, se os técnicos que lá se formam não tiverem conhecimento da realidade local, ela tá formando pra uma realidade que não existe, pro mundo idealizado por alguém num livro numa sociedade que muda num minuto. (Marcílio, agricultor da AAOF, em entrevista).

Marcílio alerta para a necessidade de se conectar o saber científico à realidade objetiva (ALVES, 1981). Devemos saber que este entendimento se dá na comunicação dialógica entre a agricultora/agricultor e a/o extensionista.

No meu ponto de vista, eu acho que as universidades tão fazendo, mas devia fazer mais, é tá orientando mais os extensionistas, igual os técnicos da EMATER, pra quando a gente vai em busca deles pra um socorro, a gente tem que correr num lugar que vai dar resposta pra gente, mas muitos não tão preparados ainda pra um olhar voltado pra produção orgânica, a Agroecologia. Tem muito, mas ainda tá faltando. Tem que capacitar mais os técnicos da EMATER pra atender a gente. (Luciene, agricultora da RAMA em entrevista).

Desafiamos também as Instituições de Ensino Superior a criarem NEA em todas as Universidades do sul de Minas, que busquem a criação de disciplinas sobre Agroecologia e, quem sabe, até a formação superior e pós-graduação. João Paulo nos apresenta sua reflexão:

Eu tenho uma vontade imensa de começar a me embasar num curso de Agroecologia, por exemplo. A gente precisa formar agroecólogos, ao invés de agrônomos. Ah eu quero trabalhar com terra: então você pode fazer agronomia ou você pode fazer agroecologia, ou técnico em Agroecologia. Isso seria o mais importante, dessa contribuição gigantesca que todas estas instituições poderiam dar. Os núcleos de agroecologia, às vezes são movimentos de um professor, que às vezes é voluntário, caso como é o Luizinho a Leda, em Machado, outras que eu ainda não

conheço, são pessoas que vão pelo coração e só nessa brincadeira conseguem reunir vários estudantes. A gente tinha que criar linhas sérias, instituídas, embaçadas que fossem incluídas nos cursos, nas graduações, como uma disciplina comum, porque são estes estudantes que serão extensionistas. Uma coisa é você não saber e fazer, eu tô receitando veneno porque tem que receitar veneno, outras coisas é saber os malefícios do veneno, saber que tem outra opção e mesmo assim receitar. A pessoa vai poder escolher então. Eu fiz curso técnico de agropecuária, eu fiquei tão puto que falei: vou fazer filosofia agora, porque esse negócio não vai me dar nada. No final do curso saí com a compreensão: eu aprendi como não se deve fazer as coisas! Eu saí da roça querendo saber mais sobre a terra, eu já tinha vivido da terra, eu fazia meu canteirinho de cenoura quando eu tinha 7 anos, eu falei: quero estudar, quero aprender, quero conhecer mais aí quando eu fiz o curso técnico, vixe, acho que terminei por causa dos amigos, que a gente era uma família, mas eu saí com isso: eu sei como eu não devo fazer as coisas. (João Paulo, agricultor da OAV em entrevista).

#### 5.8.4 Entendendo que quem pratica também pesquisa

Consideramos fundamental que apliquemos na realidade sul mineira uma metodologia de aprendizado sobre a Agroecologia que envolva diretamente o agricultor, como na experiência do MACAC de Cuba (BRAULIO, 2011). Um importante espaço para isto é o CSMA, para o qual propomos um resgate apoiado pela academia, mas mantendo o protagonismo das agricultoras e agricultores. A academia precisa compreender que quem pratica também pesquisa, também faz reflexão sobre a sua prática. É a figura do agricultor-pesquisador. Temos a experiência de realizar este tipo de pesquisa, como exemplo do trabalho desenvolvido pelo Vladimir, junto à ABD em apoio às agricultoras e agricultores do sul de Minas (MOREIRA, 2016). Os trabalhos feitos aqui no sul de Minas devem sempre servir como referência a outros pesquisadores da academia interessados em colaborar com o desenvolvimento da Agroecologia no sul de Minas, cita algumas referências que pude ter acesso durante este trabalho e que foram de extrema valia: Bambirra (2016), Barata (2016), Bronzatto (2013), Camargo (2010), Castro (2016), Corsini (2017), Fernandes (2017), Ferreira (2016), Gomes et al. (2016), Hirata (2013, 2016), Magrini (2009, 2010), Martins (2011), Oliveira (2015), Silva (2016), Souza (2012) e Torres, Sansonas e Fontes (2011).

João Paulo relata sobre sua experiência com a educação para Agroecologia na Escola Agroecológica Sítio Esperança:

Rapaz, num sei te explicar, mas assim, lá no Sítio Esperança eu encaro mais como oportunidade. É oportunidade. Eu tenho a chance, ou sorte, num sei cumé que isso aconteceu comigo, de tá num lugar onde eu possa passar essas coisas pras crianças e aprender junto com elas. (João Paulo, agricultor da OAV em entrevista).

Podemos perceber o entendimento de que a educação para Agroecologia deve partir do princípio do diálogo, do aprender ensinando e ensinar aprendendo, saber fazendo e fazer

sabendo, guardando estreita relação com a pedagogia freiriana. E arremata com a necessidade de se fazer dialogar o saber científico, acadêmico, com o saber popular, tradicional, o senso comum que se pretende estabelecer como conhecimento científico, válido ou validado (ALVES, 1981; SANTOS, 1987).

Agora imagina se a gente conseguir juntar esse conhecimento popular, junto com pesquisas, entendendo as normas técnicas, se a gente tiver isso quando sair da universidade e ir pra sociedade, daí ela cumpriu sua função. (João Paulo, agricultor OAV em entrevista).

A agricultora e agricultor, em especial aqueles ligados às diferentes formas de campesinato e, mais ainda os praticantes da Agroecologia, são naturalmente experimentadores e inovadores (MELLO; OLIVEIRA, 2010), reforçado aqui pela percepção de Chayanov (1924 citado por PLOEG, 2016, p. 80):

A individualidade do produtor direto, sua energia criativa, as particularidades da sua propriedade e a qualidade de suas terras, significa que a propriedade individual sempre divergirá do tipo médio. A curiosidade e a busca por soluções inovadoras caracterizam todos os agricultores. Consequentemente todas as unidades estão em condição cinética, estão permanentemente em mudança por causa de experiências, pesquisas e experimentos criativos e amplamente disseminados.

Esta curiosidade é também destacada como fundamental para o processo aprendizagem autônoma defendido por Freire (1996). Aprendizado que gera inovação e possibilidade de comunicação com os pares. O aspecto científico da Agroecologia (ALTIERI, 2012) é uma responsabilidade da academia, entendendo que vai além dela (BALLEM; SILVEIRA, 2002).

### **5.8.5 Vocês também formam uma rede e “pode chegar que o café tá quentinho”.**

Sem que percebêssemos a gente foi se aproximando da academia. De começo era só uma, depois, duas e três e quatro... foi chegando! Quando a gente percebeu em torno da gente já tinha uma monte de escola, instituto, universidade.

Sim, vocês também formam uma rede de instituições, assim como somos nós na OSM. Somos muito parecidos, sim, podem acreditar. Não precisa tratar a gente como aquele antigo antropólogo. Entenda que vocês também são nós.

O Instituto Federal do Sul de Minas e a Emater-MG foram nossos primeiros parceiros. Foram eles os primeiros a se tornarem nós. Talvez por isso, em nossa última mudança de Regimento Interno tenham aparecido pela primeira vez como parte do SPG sul de Minas. Agora o SPG sul de Minas não sé apenas composto pelas agricultoras e agricultores

associados. Agora duas instituições também fazem parte, estão documentadas! E como reforçado durante o último Curso de Coordenadores, “agora não tem como eles fugirem”. É tudo nosso, é tudo nós!

Nossa proposta é que a academia também pense a articulação de uma rede. As experiências da Rede de Núcleos de Agroecologia (REGA), ligada à ANA e às instituições de ensino, podem ser usadas para embasar a criação de uma rede local em favor da transição para a Agroecologia, iniciando este movimento pelos próprios NEA já existentes, com estímulo à criação nas universidades que ainda não possuem.

Na cultura caipira, sempre foi fundamental ter café em casa pra receber as visitas. Conosco não vai ser diferente. O café que cultivamos com todo amor, colhemos, secamos, processamos e agora tá servido na mesa.

“Pode chegar que o café tá quentinho”!

Ouvi essa frase tantas vezes que num dá pra contar. Anda um pouquinho na roça ou mesmo nas cidades menores pra você ver. Certeza que você vai ouvir.

“Pode chegar que o café tá quentinho”!

Se você num chegar, vai ficar sentindo esse cheirinho no ar. Vai morrer de vontade.

“Entra pra dentro, pode chegar que o café tá quentinho”!

Nós, os caipiras, o campesinato, os agricultores da OSM, estamos chamando:

“Pode chegar que o café tá quentinho”!

Com isso a gente tá recebendo quem a gente gosta, quem é igual a gente e quer fazer a vida como a gente quer.

Universidade Federal de Lavras, Universidade Federal de Itajubá, Universidade Federal de Alfenas, Universidade Estadual de Minas Gerais, outros campi do Instituto Federal do Sul de Minas... todos estão convidados pra este café.

Mas é café solidário. Na OSM temos a tradição de sempre fazer um café solidário, onde cada um leva uma prenda, um quitute.

O que pretendemos construir a partir deste café é uma nova socialização caipira que envolva a academia, as instituições de ATER, consumidores, para que colaborem neste trabalho de transição para a Agroecologia iniciado por nós, agricultoras e agricultores da OSM. Várias redes, criando uma rede maior, um movimento pela transição agroecológica no sul de Minas.

### 5.8.6 Uma programação de pesquisa

Apresentamos então algumas recomendações ou propostas de pesquisa que poderiam ser feitas em parceria entre a OSM e as instituições de ensino da região. Dentro da característica de diversidade que existe na Agricultura Caipira e que nos fazem constatar que se trata de um legítimo modo de se viver a agricultura em pleno acordo com o conceito de um Agroecossistema. Tomando para nós a tarefa de construir a Agroecologia numa base multidisciplinar, apresentamos alguns bons conselhos de caipira, sabedor prático do agroecossistema sul mineiro para que a academia possa colaborar na teorização.

Tem pra todos os gostos, que nem quitute em festa de roça. Espaço pra todo mundo colaborar, trabalhar junto na construção do conhecimento sobre a Agroecologia na região. Estas propostas serão detalhadas no Apêndice A e foram construídas a partir das contribuições dadas pelas agricultoras e agricultores da OSM quando questionados sobre “o que a academia deveria pesquisar para contribuir com nosso movimento?”.

Citaremos aqui os pontos mais destacados pelas agricultoras e agricultores que responderam ao questionamento. As contribuições mais recorrentes nas entrevistas serão apresentadas a seguir.

Luciene, afirmou que a academia deveria “pesquisar também alguns tipo de insumo pra gente ter uma melhoria em algumas lavouras, seria o ideal”, ela fala em nome de toda a RAMA. Esta preocupação com os insumos também foi apresentada pelo João Paulo, afirmando que era um problema recorrente da OAV.

Insumos para orgânicos. Liberação do OPAC para liberação do Insumo. Biofertilizantes, composto, sementes e mudas. João Paulo ressalta que a COOPFAM é um exemplo de cooperativismo. João Paulo cita a sustentabilidade ambiental do sistema e nutricional da planta. João Paulo afirma que a maior necessidade é insumo de fertilizantes. (João Paulo, agricultor da OAV em entrevista).

Marcílio disse que era um “problema antigo para nós”, sendo alvo de reflexão do GT de insumos e o GT de sementes durante todo ano de 2017, e que também havia sido apresentado pela AAOF, quando das discussões sobre o envio do projeto para o edital ECOFORTE. A COOPFAM, que esteve à frente das discussões sobre o ECOFORTE, também considera esta a principal demanda, assim como a CAMPONESA, RAES e ECOMINAS, esta última reforça a necessidade de construção de materiais didáticos sobre o uso de insumos na Agroecologia. Insumos são as sementes (em especial crioulas e adaptadas à região, como sugestão do Marcílio), as mudas, os fertilizantes, caldas, tudo aquilo que a agricultora e o agricultor necessitam para cultivar os alimentos.

O grande gargalo definitivamente é o dos insumos, pelas exigências do ministério. Insumos certificados em todo processo pra nos tornarmos independentes do mercado, dominado pelas grandes indústrias. Precisamos encontrar formas de solucionar este problema e academia pode e deve colaborar. (Oswaldo, agricultor da RAES em intervenção durante o Encontro de Coordenadores).

Rubens, em manifestação durante a construção do projeto ECOFORTE, afirmou que não poderíamos resolver o problema dos insumos,, causando a dependência de insumos externos na propriedade, o que iria na contramão dos preceitos da Agroecologia (ALTIERI, 2012; GLIESSMAN, 2001), que deveríamos sim nos mobilizar para a construção de agroecossistemas com autonomia em relação aos insumos, que daria às agricultoras e agricultores autonomia em relação ao mercado convencional.

Além da questão dos insumos, outro assunto tema de reflexão dos GTs teve destaque entre as propostas para pesquisa, a questão do Plano de Manejo Orgânico. O apoio dado pela EMATER foi fundamental para a construção do novo modelo de PMO e a capacitação para seu uso, mas deveria ser, segundo relatos de membros da RAMA, RAES, APOMM, Serras Verdes, ECOMINAS E APAN-FÉ, motivo de uma reflexão mais aprofundada em um estudo acadêmico. “Deveriam fazer uma pesquisa com grupos de agricultores pra ajudar a gente no PMO, construir um PMO mais fácil, capacitar os agricultores”, afirmou João Sorriso na capacitação sobre o PMO.

PMO dá trabalho. Dá trabalho pra montar, dá trabalho pra aprender, dá trabalho pra preencher e pra colocar em prática então. O pessoal das universidades tinha que ajudar mais a gente nisso aí. Porque a lei exige, a gente tem que cumprir. Mas a gente tem que aprender. (Intervenção não identificada durante o Encontro de Coordenadores).

João Paulo, OAV, falou que só o trabalho de reflexão feito pelo GT de insumos não bastava, era uma “coisa que precisava ser pesquisada sempre, pra sempre melhorar. Alguns colaboradores também demonstraram interesse de que o PMO fosse mais estudado pra se tornar mais eficiente. Luciene, sobre o assunto, afirma que “certas coisas não dá pra gente fazer sozinho, os técnicos podem ajudar, que às vezes eles têm uma condição que a gente não tem pra fazer isso”.

A certificação dos escopos de certificação da produção animal e extrativismo sustentável, também deveria ter a colaboração da academia para que pudéssemos implementá-la no SPG sul de Minas. ABAL, RAMA, APOMM, AAOF, CAMPONESA e OAV advogaram por esta causa. “Se a gente tivesse um colaborador que entendesse da produção animal a gente podia até tentar certificar, mas precisamos estudar bastante o assunto”, afirmou Benedito, da ABAL. Este assunto também foi recorrente ao longo do ano, tendo sido

discutido nas reuniões e no GT sobre o PMO. Mas estes assuntos merecem um aprofundamento pela academia separadamente.

Nas entrevistas, ainda foi citada a necessidade de aprofundar no conhecimento da história do sul de Minas, em especial do movimento agroecológico, o que este estudo buscou fazer uma parte e requer um aprofundamento.

(...) da história, né, de porque começou, de qualquer forma isso vai valorizar as pessoas que já fazem. Vai fazer ser discutido em salas de aula, com professores falando da Agroecologia, onde começou, quem são as pessoas da Agroecologia aqui da região. Precisamos conhecer essa história da agricultura que nossos pais, avós, faziam. (João Paulo, agricultor da OAV em entrevista).

Rosângela reafirmou a necessidade de se formar pessoas que trabalhem com a Agroecologia

Recursos humanos, trabalhar as pessoas. Já temos muita tecnologia, já temos muita informação, a gente tá precisando de pessoas. O início é na família, mas quando os filhos vão pra universidade, eles precisam ter essa continuidade de trabalhar a ética, de trabalhar a relação das pessoas, de conseguir fazer coletivo, de conseguir ouvir mais, de não colocar o eu a frente de todos. (Rosângela, agricultora da COOPFAM em entrevista).

Rúbens e Oswaldo, da RAES reforçaram a necessidade de cursos de capacitação para Agroecologia que valorize os pequenos agricultores principalmente. Que poderiam unir-se o conhecimento científico da academia e o conhecimento prático das agricultoras e agricultores, para construir um caminho seguro para transição Agroecológica.

Foi destacada também a necessidade de se estudar a formação social das agricultoras e agricultores “coisa de sociologia mesmo” (intervenção não registrada durante conversa no Encontro de Coordenadores), que tivessem como alvo os grupos, o bairro, as unidades de socialização mais próximas da realidade da agricultora e agricultor, deveríamos fazer reflexões sociológicas com base nas premissas da Agroecologia (GUIVANT; MIELGO, 1999). “Se a gente entender a característica de cada grupo formado por quem tá perto um do outro, a gente entende a OSM como um todo. Porque a OSM tem as características somadas de cada grupo de agricultores”, refletiu Marcílio. Em muitas conversas na construção deste trabalho caímos na discussão sobre a importância das relações com o bairro, uma unidade territorial e de socialização que se demonstrou básica para a construção da Agroecologia no sul de Minas. “Na verdade tudo que a gente pensa em estudar tinha que ter como base o grupo mais próximo, pra entender como se constroem as relações de confiança”, concluiu João Paulo.

## **6 CONCLUSÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MOVIMENTO DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA**

Participar para se empoderar, para ter autonomia. Esta foi a constatação do estudo de Hirata (2016), ponto de partida deste trabalho onde nos propusemos a fazer um exercício de reflexão sobre a nossa prática na transição Agroecológica e, mais especificamente, de nosso SPG. Como nos diz o grande parceiro Álvaro Guerrero “o Sistema (Participativo de Garantia) não é difícil, mas tem que aprimorar cada vez mais, vale muito a pena participar desta construção”.

Acreditamos que este trabalho cumpriu seu objetivo geral de compreender e estimular o processo de busca por empoderamento/autonomia das/os agricultoras e agricultores da OSM sobre o SPG e sobre os princípios da Agroecologia, que possibilitam a geração de credibilidade do SPG. Ainda estamos longe de sermos protagonistas no processo, mas apresentamos as razões para que haja este protagonismo e as perspectivas para sua efetivação.

Foi intencional a construção de uma pesquisa multidisciplinar, pela característica do programa de mestrado e pelo respeito aos princípios da Agroecologia. Por isso, aqui foram tratados diversos assuntos, sem esgotar qualquer reflexão acerca deles. A ideia, com isso, é estimular a reflexão mais aprofundada dos assuntos aqui tratados em outras pesquisas acadêmicas, sempre levando em conta o necessário protagonismo das agricultoras e agricultores. Aqui todos nós refletimos juntos sobre a nossa prática, sendo este estudo o resultado do trabalho de muitas mãos.

A necessidade de nos conhecermos e nos reconhecermos, como agricultoras e agricultores que constroem coletivamente a agriCULTURA do sul de Minas, foi o início de nossa reflexão. Apresentamos um embasamento teórico sobre a ocupação do território do sul de Minas Gerais, ressaltando o papel das pessoas, da gente que construiu a paisagem cultural sul mineira e a interferência do Estado neste processo após a invasão/colonização europeia. Um resumo de séculos de história para ajudar a conhecer nossa ancestralidade camponesa, caipira, que são a base para o desenho dos agroecossistemas construídos pelas agricultoras e agricultores da OSM. Apresentamos o conceito de que o sul de Minas se constituiu como lugar de passagem de gente e mercadorias durante os primeiros séculos da invasão, persistindo esta característica ao longo do tempo pelo processo sucessivo de migração e permanecendo até os dias atuais.

A seguir nos identificamos com a cultura que foi se construindo, daqueles que foram ficando no território e ocupando para plantar. A agriCULTURA caipira se constituindo como

a característica marcante do território sul mineiro e da qual a Agroecologia praticada por nós é herdeira. A fixação em contraposição ao caráter itinerante inicial, fez surgir o campesinato de nossa região, baseado na família e nas relações de vizinhança, sustentados por um equilíbrio dinâmico e sutil com o ambiente. Concomitantemente ao avanço do controle do estado com o estabelecimento das fronteiras políticas num mundo que não tinha fronteiras entre as gentes. Tudo consolidado a partir do princípio do século XX, formando a divisão política atual do território sul mineiro.

Continuamos analisando a formação social, a formação das gentes que ocupam nosso território. Enfatizamos a característica da cultura caipira já conceitualizada em estudos sociológicos consagrados. Falamos das gentes que estavam aqui antes da invasão e daquela que se formou com a chegada do europeu e do africano, misturando-se com a gente nativa, indígena. É essa gente miscigenada que foi ficando e ocupando o território, construindo a paisagem cultural e o modo de vida caipira. Gentes que ficaram por este caminho, esta passagem, esta travessia, que se estabeleceram, ficaram de vez. Estes são os ancestrais das agricultoras e agricultores da OSM.

Ressaltamos a história do café e seus diferentes ciclos de prosperidade e decadência. O café foi o produto de integração da economia sul mineira ao mercado mundial. O café é nossa matéria-prima pra exportação, que coloca a agricultura sul mineira como dependente do mercado capitalista mundial que se estabelecia, o veículo de integração à agricultura capitalista. O café é nossa maior contradição, sendo, ao mesmo tempo, o grande inimigo, pelo predomínio do modelo agroexportador, e o maior amigo para nosso modelo de transição para Agroecologia por ser parte importante da paisagem sul mineira do agroecossistema caipira

Analisamos esta integração e o surgimento do modelo do Agronegócio, baseado nas premissas da “revolução verde” e seus pacotes. O avanço do agronegócio colocou a agricultura caipira numa posição marginal e de resistência. Ao mesmo tempo em que avançava ferozmente este modelo, os movimentos sociais do campo e pela Agricultura Alternativa foram nascendo, se expandindo e se solidificando até chegar ao conceito do que hoje entendemos como Agroecologia. Um movimento contra-hegemônico.

Para compreender as relações existentes entre as agricultoras e agricultores que se organizam na luta pela Agroecologia, seguimos apresentando um histórico deste movimento, com detalhamento para a nossa região. Falamos da formação das diferentes organizações que compõe a OSM e seguimos explicando como se deu a construção de nossa central de organizações de produtores orgânicos. Apresentamos como é a relação entre as organizações dentro da OSM e como esta última se relaciona com a sociedade, sejam os consumidores, os

colaboradores do SPG ou as instituições públicas. Constatando que estas relações se baseiam na confiança e na responsabilidade solidária, que são princípio dos Sistemas Participativos de Garantia. Apresentamos cada organização individualmente enquanto demonstrávamos as relações entre elas. Os nós que formam a nossa rede, que apesar das peculiaridades, possuem as mesmas raízes históricas. Raízes estas que possibilitaram que nos enxergássemos como uma gente só, que ao construir laços, se fortaleceram como rede.

A OSM teve como tarefa primeira de organização, a construção de um SPG para resolver o problema da certificação orgânica que era comum a todos. É o ponto inicial de nossa união, razão pela qual nos dedicamos a compreender a prática SPG sul de Minas. Uma decisão de refletir sobre a nossa prática num eterno movimento de ação que requer uma reflexão para alterar a maneira de agir novamente. Escolhendo para isto a metodologia de pesquisa-ação, que propomos a partir deste trabalho como ferramenta para que outras agricultoras e agricultores possam refletir sobre sua prática. Evidenciamos o acerto da escolha desta metodologia, pois entendemos que esta já era uma prática recorrente da OSM, principalmente na atividade prática do SPG. A observação participante foi fundamental para o acompanhamento das atividades do ano de 2017, que tomam boa parte deste estudo. Isso mostra ao leitor o quanto a prática do SPG é trabalhosa. Focamos-nos em momentos decisivos do processo de certificação, que conseguiram mostrar como nos portamos diante desta prática, podendo realizar importantes reflexões que muito contribuirão para o fortalecimento do SPG. Destacamos também os momentos de formação, com foco especial no Encontro de Formação de Coordenadores de Grupo, o mais importante espaço de reflexão para a prática de nosso SPG. Constatamos que a ampliação deste encontro pode viabilizar a construção de um movimento em torno da transição Agroecológica, se envolvermos maior número de atores.

Entendemos que o empoderamento/autonomia das agricultoras e agricultores sobre os princípios da Agroecologia e sobre o funcionamento do SPG é proporcionado pela própria prática de certificação. Levamos a cabo a indicação de Hirata (2016) sobre a necessidade de se ampliar as possibilidades de participação que seria responsável por estimular o protagonismo das agricultoras e agricultores de forma autônoma dentro do SPG. As soluções apresentadas foram consideradas eficientes, no geral, em especial a realização de reuniões itinerantes. Os pontos considerados relevantes pelo estudo de Hirata como os procedimentos e a metodologia utilizada para a avaliação da conformidade foram aprimorados pelo SPG durante o ano de 2017 e puderam contribuir ainda mais para a construção do conhecimento agroecológico por meio da troca de experiência e valorização dos saberes. Foi ampliado

também o número de feiras com produtos Agroecológicos na região. O trabalho com as sementes também teve destaque após a conquista de nossa Casa das Sementes Mãe Terra. A influência no discurso das instituições parceiras também foi beneficiada com as ações tomadas na prática do SPG sul de Minas no ano de 2017. Aprofundamos nossa relação com o IFSULDEMINAS Campus Inconfidentes, destacando a contratação de uma estudante para estágio em apoio às nossas atividades, a parceria cada vez mais forte com o NEA Raiz do Campo. Conquistamos também, através da parceria com a EMATER, a indicação de um gerente regional para assessorar os escritórios locais na comunicação sobre a Agroecologia. Como ressalva apontada em nosso estudo para a importante ferramenta do Circuito Sul Mineiro de Agroecologia (CSMA), que deixou a desejar no ano de 2017 e que deve ser retomada com urgência, aprofundando na reflexão da metodologia “de agricultora/agricultor para agricultora/agricultor”.

Apresentamos, por fim, a reflexão sobre como as agricultoras e agricultores da OSM compreendem a Agroecologia e a certificação participativa, relacionando aos conceitos de empoderamento e autonomia. Consideramos que o SPG é uma importante ferramenta para conhecer os princípios da Agroecologia e que o empoderamento se dá na própria prática, a partir da referência que vem da confiança em outras agricultoras e agricultores que promovem a troca de experiências. Esta troca de experiências se inicia ainda na família e na vizinhança, com o aprendizado prático da agriCULTURA, a sabedoria que se transmite através das gerações. Evidenciamos que a ruptura com o modelo convencional é, na maioria das vezes o primeiro passo rumo à transição para a Agroecologia. As agricultoras e agricultores entrevistados neste trabalho demonstraram profunda compreensão sobre os conceitos básicos da Agroecologia, reputando esta sabedoria à própria prática na certificação e ao conhecimento historicamente construído em resistência ao modelo convencional e que permanece graças à troca de saberes entre as agricultoras e agricultores. Por isso perguntamos Se não for “nóis” vai ser quem? Nós devemos nos empoderar dos conceitos para termos autonomia e sermos protagonistas da transição Agroecológica. Cabendo a tarefa de estimular o protagonismo das mulheres e jovens, grupos historicamente excluídos.

Propomos, por fim, que para construirmos um movimento de transição para a Agroecologia, é necessário o entendimento de que a palavra “Nós” é muito maior que só a OSM. Devemos construir um movimento em parceria para além dos movimentos sociais do campo, de forma à atender ao caráter multidisciplinar da Agroecologia. Devemos envolver os movimentos da cultura caipira tradicional e outros movimentos culturais que se baseiem nas premissas da Agroecologia. Os movimentos culturais ligados à cultura caipira nos ajudarão a

melhor desenhar o Agroecossistema Caipira, que é a paisagem cultural da Agroecologia do sul de Minas. A academia tem papel fundamental ao sair de sua posição de superioridade em relação ao conhecimento das agricultoras e agricultores, entendendo que também somos capazes de pesquisar de forma colaborativa e desenvolver o conhecimento sobre a Agroecologia. A academia também deve fortalecer-se como movimento, unindo-se a partir dos NEA em uma rede de promoção da Agroecologia para a qual apresentamos uma colaboração na forma de uma proposta de pesquisa. Para construir um movimento de Transição Agroecológica, nós começamos por nos organizar. Primeiro na família, depois no bairro, nas organizações mais próximas, depois em organizações maiores, de por fim chegamos a OSM. Estávamos então, agricultoras e agricultores, organizados para buscar a transformação de nossa realidade.

Vamos começar com o Marcílio:

Acho que pra mobilizar um movimento de Agroecologia a gente precisa começar fazendo um bom trabalho em cada roça pra contagiar pessoas, contagiar o meio rural, contagiar a sociedade, fazer com que a sociedade entenda que quem cultiva alimento, produz ar, produz água, produz um estilo de vida que leva saúde para casa das pessoas. (Marcílio, agricultor da AAOF em entrevista).

Luciene acrescenta:

Acho que a gente tem um trabalho forte no SPG e que fortalece muito a gente. Esse pessoal todo que colabora com o sistema, na verdade tinha é que ter mais gente. A minha roça mesmo tá aberta pra quem quiser ir. Acho que todo mundo que vier contribuir com o SPG vai ajudar a melhorar um pouco a vida de quem tá na roça. Vai ajudar a saber que nós também somos importantes. A gente tem que ser exemplo no SPG. (Luciene, agricultora da RAMA em entrevista).

Dona Ricarda, da CAMPOONESA, importante referência para todos nós disse durante o Encontro de Coordenadores que há uma:

discrepância na comunicação com as pessoas da roça. O esvaziamento nas escolas do campo fez com que se perdesse valores. Nós com muita luta estamos conseguindo um centro de formação no assentamento para crianças e adultos. Ensinar é preparar o homem para ser sujeito. A emoção toma conta da gente aqui porque a gente se sente parte. (Ricarda, agricultora da CAMPONESA em intervenção durante o Encontro de Coordenadores).

Benedito da ABAL, durante a visita de verificação em sua unidade nos disse que a “agricultura é nosso jeito de viver”. Rosângela, da COOPFAM, complementa este raciocínio: “Agricultura que a gente faz é nossa vida. Nossa cultura né? A roça é nossa vida. Eu sou muito apegada à cultura da roça”. Luciene também falou sobre isso: “Minha cultura é essa da roça, né? De ser agricultora, de viver a vida da agricultura”. Marcílio complementa: “pra

gente fortalecer a Agroecologia a gente tem que fazer um bom resgate cultural no sul de Minas, as folias, reizado, os mutirões”.

Uma percepção interessante que pude ouvir numa roda de conversa durante o café no Encontro de Coordenadores:

A gente tinha que ter mais parceria com os movimentos ambientalistas, não acha? Parece que a gente por ser da Agroecologia já é tudo ambientalista, mas a maioria dos movimentos ambientalistas não é de agricultor, entende? A gente fica aí falando de fazer mais parceria pra fortalecer o SPG, acho que o pessoal que se preocupa com meio ambiente ia ser muito parceiro.

João Paulo nos conta um caso:

Eu falo com as crianças lá: você tem 10 pés de mandioca ou um cacho de banana. Daí acabou tudo, bombardearam tudo, supermercado fechou tudo. Aí chega um cara com uma mochila cheia de dinheiro e fala pra você: eu te dou esse dinheiro em troca desse cacho de banana. Você vai querer o dinheiro? Você vai comer o dinheiro? Não, você vai comer a banana. A gente tem que se preparar antes desse caos acontecer. A gente pode viver com essa dignidade, com esse saborzinho de: Eu tô fazendo bem pra mim, bem pra minha família, bem pra todo mundo que tá perto de mim. (João Paulo, agricultor da OAV em entrevista).

A sabedoria prática de cada agricultora e agricultor em cada roça é o grande mobilizador para um movimento de transição para Agroecologia, onde nós devemos ser os protagonistas, pelo exemplo. O SPG pode ser uma importante ferramenta para a construção deste movimento no sul de Minas ao nos conectar com os consumidores e técnicos, todos potenciais colaboradores de nosso sistema de garantia e, principalmente, colaboradores na construção do conhecimento para a transição agroecológica. O conhecimento, a educação, a comunicação para Agroecologia é a base para a solidificação do movimento para esta prática, a academia é parceira inestimável para esta empreitada. Os movimentos culturais também devem ser nossos parceiros para resgatarmos definitivamente a nossa agriCULTURA caipira, que é o nosso Agroecossistema. Ter uma relativa autonomia em relação ao mercado, em especial ao mercado convencional da agricultura, que tanto impede o avanço da Agroecologia. Essas são as bases para a construção deste movimento.

Os parceiros primeiros estão conosco, são parte de nós.

Vocês da academia, estudantes, professores, técnico administrativos, também queremos com parceiros.

Aqueles mais ligados à cultura também precisam vir, assim como nossos camaradas do movimento ambientalista.

Este estudo encerra com um convite para que você também participe, pois juntos os movimentos de agricultoras e agricultores, movimento cultural, academia, ambientalistas,

formaremos um grande movimento na busca pela Transição Agroecológica. Neste movimento, as agricultoras e agricultores devem ser protagonistas e o SPG sul de Minas pode ser um importante espaço para construção deste movimento.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. et al. **Agricultura familiar e sucessão profissional**: novos desafios. Brasília: NEAD/MDA, 2001. 122 p.
- ABRAMOVAY, R. Juventude rural: ampliando as oportunidades. In: \_\_\_\_\_. **Raízes da terra**: parcerias para a construção de capital social no campo. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, 2005. Disponível em: <<http://www.creditofundiario.org.br/materiais/revista/artigos/artigo05.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2015.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992. 275 p.
- ABRAMOVAY, R. **Transformações na vida camponesa**: o sudoeste paranaense. 1981. 306 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.
- ABREU, L. S.; LAMINE, C.; BELLON, S. Trajetórias da Agroecologia no Brasil: entre Movimentos Sociais, Redes Científicas e Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Brasília, v. 4, n. 2, p 1611-1614, nov. 2009.
- ABREU, P. H. B. **O agricultor familiar e o uso (in)seguro de agrotóxicos no município de Lavras, MG**. Campinas: UNICAMP, 2014. 205 p.
- AGRA, N. G.; SANTOS, R. F. dos. Agricultura brasileira: situação atual e perspectivas de desenvolvimento. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA, 39., 2001, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2001. 1 CD-ROM.
- AGUIAR, A. R. C. **Saber camponês e mudança técnica**: um estudo de caso junto a pequenos produtores do bairro do Cardoso, Poço Fundo, MG. 1992. 130 p. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 1992.
- AGUIAR, C. C.; FERREIRA NETO, J. A. Análise da articulação entre Capital Social e Associativismo: uma abordagem coletivista. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, MG, v. 25, n. 1, p. 159-185, 2014.
- ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRG, 1998.
- ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Expressão popular, 2012. 400 p.
- ALTIERI, M. Linking ecologists and traditional farmers in the search for sustainable agriculture. **Frontiers in Ecology and the Environment**, Washington, v. 2, n. 1, p. 35-42, 2004.

ALVES, A. C. O.; SANTOS, A. L. S.; AZEVEDO, R. M. M. C. Agricultura orgânica no Brasil: sua trajetória para a certificação compulsória. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 19-27, 2012. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/view/10085>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

ALVES FILHO, F. O. **Estratégia de sobrevivência de agricultores familiares no Sul de Minas**: o caso dos produtores de Pinhalzinho no município de Poço Fundo/MG. 2008. 68 p. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção na Agropecuária) – Universidade José do Rosário Vellano, Alfenas, 2008.

ALVES, R. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Brasilienses, 1981.

ARAÚJO, C. et al. **Estudo de caso**. Disponível em: <[http://grupo4te.com.sapo.pt/estudo\\_caso.pdf](http://grupo4te.com.sapo.pt/estudo_caso.pdf)>. Acesso em: 7 jun. 2015.

ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M. **Por uma educação básica no campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.

ASSIS, R. L. Agroecologia: visão histórica e perspectivas no Brasil. In: AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. de (Ed.). **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. 517 p.

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO ASSENTAMENTO SANTO DIAS (AAFASD). **Reforma agrária e permacultura**. Disponível em: <<http://www.unigaia-brasil.org/pdfs/permacultura/Reforma%20Agraria%20e%20Permacultura.pdf>>. Acesso em: 7 fev. 2016.

AUN, N. J. **Agricultura orgânica e atores neorrurais na Serra da Mantiqueira**: o grupo Orgânicos da Mantiqueira, Gonçalves, MG. São Carlos: UFSCar, 2013. 116 f.

BALDISSERA, A. Pesquisa-ação: uma metodologia do conhecer e do agir coletivo. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 7, n. 2, p. 5-25, ago. 2001

BALEM, T. A.; SILVEIRA, P. R. Agroecologia: além de uma ciência, um modo de vida e uma política pública. In: SIMPÓSIO LATINO- AMERICANO SOBRE INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO EM SISTEMAS AGROPECUÁRIOS, 5., e ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 5., 2002, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: EPAGRI, 2002. 1 CD-ROM.

BAMBIRRA, N. V. **Significado da posse da terra entre mulheres assentadas de reforma agrária**: questões de gênero, classe, raça/etnia. Lavras: UFLA, 2016. 126 p.: il.

BAQUERO, M.; BAQUERO, R. Capital social e empoderamento no desenvolvimento social: um estudo com jovens. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 13, n. 1, p. 47-64, jan./jun. 2007.

BARATA, S. A. W. **Construção de uma experiência compartilhada de controle biológico conservativo em cultivo biodinâmico de sementes de hortaliças em assentamento da reforma agrária**. Lavras: UFLA, 2016. 150 p.

BAUER, M. A. R.; MESQUITA, Z. Organizações sociais e agroecologia: construção de identidades e transformações sociais. **Revista ERA**, Lisboa, v. 48, n. 3, p. 23-34, jul./set. 2008.

BEDUSCHI FILHO, L. C.; CAMARGO, C. R. Agroecologia e seus sistemas de garantia: construindo confiança e participação entre os agricultores. **Cadernos de Agroecologia**, Recife, v. 8, n. 2, 2013.

BENSADON, L. S. **Tecendo projetos políticos: a trajetória da Articulação Nacional de Agroecologia**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

BOFF, L. **Civilização planetária: desafios à sociedade e ao cristianismo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. 132 p.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano: compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1999. 200 p.

BONNAL, P.; MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL, 1., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007. 1 CD-ROM.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

BORGES, M. **A percepção do agricultor familiar sobre o solo e a agroecologia**. 2000. 245 p. Dissertação (Mestrado EM Engenharia Agrícola) - Universidade de Campinas, Campinas, 2000.

BORSATTO, R.; CARMO, M. Agroecologia e sua epistemologia. **Interciência**, Caracas, v. 37, n. 9, p. 711-716, 2012.

BOZA MARTÍNEZ, S. Participatory guarantee systems in promoting local markets for organic products. **Polis**, Santiago, v. 12, n. 34, p. 15-29, 2013.

BRANDÃO, C. R. **O caipira de São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRANDÃO, C. R. **O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRANDÃO, C. R. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Graal, 1981. 181p.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Legislação sobre agricultura familiar [recurso eletrônico]: dispositivos constitucionais, leis e decretos relacionados a agricultura familiar**. Brasília, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007.** Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm)>. Acesso em: 23 jan. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 6.913, de 23 de julho de 2009.** Acresce dispositivos ao Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins. 2009a. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/decreto-no-06-913-de-23-de-julho-de-2009.pdf/view>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.048, de 23 de julho de 2009.** Dá nova redação ao art. 115 do Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, que regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica. 2009b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7048.htm)>. Acesso em: 23 jan. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012.** Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2012/decreto-7794-20-agosto-2012-774041-norma-pe.html>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990.** Dispõe sobre as reservas extrativistas e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-98897-30-janeiro-1990-330978-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 7, de 17 de maio de 1999.** Dispõe sobre normas para a produção de produtos orgânicos vegetais e animais. Disponível em: <[http://ibd.com.br/Media/arquivo\\_digital/c40fe6c4-51f3-414a-9936-49ea814fd64c.pdf](http://ibd.com.br/Media/arquivo_digital/c40fe6c4-51f3-414a-9936-49ea814fd64c.pdf)>. Acesso em: 23 jan. 2018.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 16, de 11 de junho de 2004.** Estabelece os procedimentos a serem adotados, até que se conclua os trabalhos de regulamentação da Lei nº 10.831. Disponível em: <<http://planetaorganico.com.br/site/index.php/instrucao-normativa-no-16-de-11-de-junho-de-2004/>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 19, de 28 de maio de 2009.** Estabelece os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. 2009c. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-no-19-de-28-de-maio-de-2009-mecanismos-de-controle-e-formas-de-organizacao.pdf/view>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964.** Estatuto da Terra. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm)>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 5.889, de 8 de Junho de 1973.** Lei do trabalho rural. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5889.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5889.htm)>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989.** Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7802.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7802.htm)>. Acesso em: 23 jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política agrícola. 1991a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8171.htm)>. Acesso em: 23 jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. 1991b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8212cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8212cons.htm)>. Acesso em: 23 jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. 1991c. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm)>. Acesso em: 23 jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003.** Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.831.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm)>. Acesso em: 23 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadastro Nacional dos Produtores Orgânicos.** 2015. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Legislação orgânicos.** 2018. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao-organicos>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica.** Brasília, 2008. 56 p.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Produtos orgânicos: o olho do consumidor.** Brasília, 2009d. 34 p.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Produtos orgânicos: sistemas participativos de garantia.** Brasília, 2008. 44 p.

BRASIL. **Portaria nº 158, de 8 de julho de 2004.** Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=8198>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

BRAULIO, M. S. et al. **Revolução agroecológica: o movimento de camponês a camponês na ANAP em Cuba.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 152 p.

BRONZATTO, L. A. **A luta por autonomia no Assentamento Santo Dias: uma abordagem à luz da nova condição camponesa.** 2013. 144 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2013.

CALDEIRA, T. P. R. **A presença do autor e a pós modernidade em antropologia.** Novos Estudos, São Paulo, v. 2, n. 21, julho de 1988.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil:** panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 28 p.

CAMARGO, A. **História das ligas camponesas.** Disponível em: <<http://ligascamponesas.blogspot.com.br/p/historia-das-ligas.html>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

CAMARGO, C. P.; PESSOA, M. C. P. Y.; SILVA, A. S. **Qualidade e certificação de produtos agropecuários.** Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. Disponível em: <[http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/folde\\_rTextoDiscussao/arquivos-pdf/texto14.pdf](http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/folde_rTextoDiscussao/arquivos-pdf/texto14.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2017.

CAMARGO, C. R. **Agroecologia e sistemas de avaliação da conformidade:** é possível certificar sem auditoria? 2014. Disponível em: <[https://uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor\\_2014/Trabalhos%20Completo/8\\_Agroecologia%20e%20modelos%20diferenciados%20de%20desenvolvimento%20rural/8B\\_Agroecologia%20e%20modelos%20diferenciados%20de%20desenvolvimento%20rural/8\\_Clara%20Camargo.pdf](https://uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2014/Trabalhos%20Completo/8_Agroecologia%20e%20modelos%20diferenciados%20de%20desenvolvimento%20rural/8B_Agroecologia%20e%20modelos%20diferenciados%20de%20desenvolvimento%20rural/8_Clara%20Camargo.pdf)>. Acesso em: 22 jan. 2018.

CAMARGO, C. R. **Sistemas participativos de garantia na agricultura orgânica brasileira:** ação coletiva e construção de redes de conhecimento agroecológico. 2015. 175 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CAMARGO, R. A. L. **Agricultura familiar e ruralidade em Ouro Fino – MG.** Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

CAMPOS, A. et al. A agroecologia como ciência mediadora entre a formação do agrônomo e a agricultura sustentável. **Interciencia**, Caracas, v. 40, n. 3, p. 172-178, 2015.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito:** estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1964.

CANUTO, J. C. **Agricultura ecológica en Brasil:** perspectivas socioecológicas. 1998. Tese (Doutorado) - Escuela Superior de Ingenieros Agrónomos y Montes, Universidad de Córdoba, Córdoba, 1998.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável:** perspectivas para uma nova Extensão Rural. Porto Alegre: Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2001a.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia:** uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília: [s. n.], 2001b. 30 p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, abr./jun. 2002.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, A. **Agroecologia:** uma ciência do campo da complexidade. Brasília: Dos Autores, 2009. 111 p.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1992. 447 p.

CARNEIRO, F. F. et al. Agrotóxicos, segurança alimentar e nutricional e saúde. In: **Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012. 88 p. Parte 1.

CARNEIRO, M. J. **O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998a. 15 p.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 53-75, out. 1998b.

CARSON, R. **Silent spring**. Boston: Houghton Mifflin, 1962.

CARTA FORO LATINOAMERICANO DE SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTÍA. **Carta de princípios del foro Latino-Americano de sistemas participativos de garantía**. Antônio Prado, RS, 2009. Disponível em: <<http://www.ifoam.bio/sites/default/files/page/files/cartadeprincipiosdofrumlatinospgsespaol.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

CARVAJAL, J. M. La agroecología: un marco de referencia para entender sus procesos en la investigación y la praxis.(Report). **Luna Azul**, Manizales, n. 32, p. 128, 2011.

CARVALHO, C. D. A história oral: uma metodologia de pesquisa em Agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Brasília, v. 2, n. 2, out. 2007.

CASADO, G. G.; MOLINA, M. G.; GUZMÁN, E. S. (Coord.). **Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Ediciones Mundi, 2000.

CASTILLO, R. M. Fundamentos culturales, sociales y economicos de la agroecologia. **Revista de Ciencias Sociales**, San Jose, n. 103/104, p. 93, 2004.

CASTRO, A. et al. **Juventude rural, agricultura familiar e políticas de acesso à terra no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013. 56 p.

CASTRO, E. G. et al. A juventude rural dos movimentos sociais no Brasil: um perfil. In: XXVII CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 27., 2009, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: [s. n], 2009a. 1 CD- ROM.

CASTRO, E. G. et al. Os jovens estão indo embora? juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2009b. 239 p.

CASTRO, E. G. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v. 7, n. 1, p. 179-208, 2009.

CASTRO, F. A. T. **Juventude rural e as contribuições do projeto transformar de capacitação de jovens rurais no Sul de Minas (2006-2013)**. Lavras: UFLA, 2016. 133 p.

CAVINO, V. C. O. **A experiência de comércio justo de agricultores familiares da cooperativa COOPFAM de Poço Fundo (MG):** identificando os obstáculos e as potencialidades da transição para a agricultura de base ecológica. 2012. 102 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2012.

CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES ORGÂNICOS DO SUL DE MINAS. Disponível em: <<http://www.organicossuldeminas.org.br/index.php/quem-somos>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

CENTRO ECOLÓGICO. **Mulheres se organizam para ampliar participação nos SPGs.** Disponível em: <[http://www.centroecologico.org.br/noticias\\_detalhes.php?id\\_noticia=948](http://www.centroecologico.org.br/noticias_detalhes.php?id_noticia=948)>. Acesso em: 18 jan. 2017.

CODONHO, C. G. **“Ser orgânico”:** agricultura ecológica e novas ruralidades no sul de Minas Gerais. 2013. 291 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2013.

COELHO, F. M. G. **A arte das orientações técnicas no campo:** concepções e métodos. 2. ed. Viçosa, MG: Suprema, 2014. 188 p.

COMISSÃO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA DE MINAS GERAIS. **VII Festa das Sementes Orgânicas e Biodinâmicas do Sul de Minas.** 2017. Disponível em: <<http://cporg-mg.blogspot.com.br/2017/06/vii-festa-das-sementes-organicas-e.html>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

COMISSÃO MUNDIAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO). **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988. 9 p.

CORSINI, I. **A casa de sementes mãe terra:** desafios e potencialidades. 2017. 59 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Agrônoma) – Instituto Federal do Sul de Minas, Inconfidentes, 2017.

COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. Transição agroecológica e ação social coletiva. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 4, p. 50-60, out./dez. 2000.

COSTA, S. A. Diário de campo como dialética subjetiva. In: WHITAKER, D. C. A (Org.). **Sociologia rural:** questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letra à Margem, 2002. p. 151-159.

D' AMBROSIO, U. **Educação para uma sociedade em transição.** Campinas: Papirus, 1999. 168 p.

D' ARAÚJO, M. C. **Capital social.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. 68 p.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. (Org.). **Agricultura familiar brasileira:** desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. 470 p.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro a agricultura familiar no Brasil: 1965-1985.** São Paulo: Ícone, 1985. 240 p.

EISENBERG, P. L. A mentalidade dos fazendeiros no Congresso agrícola de 1878 In: LAPA, J. R. A. **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília, 2006. 70 p.

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL. **II Encontro Nacional de Agroecologia**. 2016. Disponível em: <<https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/ii-encontro-nacional-de-agroecologia/>>. Acesso em: 12 de Ago. De 2017.

FEIDEN, A. et al. Processo de conversão de sistemas de produção convencionais para sistemas de produção orgânicos. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 179-204, 2002.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FERNANDES, L. G. et al. Uma experiência em transição agroecológica nos assentamentos de reforma agrária do sul de Minas Gerais. **Cadernos de Agroecologia**, Recife, v. 12, n. 1, jul. 2017. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/22304>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

FERRARI, D. L. F. et al. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 237-271, 2004.

FERRAZ, J. M. G. As dimensões da sustentabilidade e seus indicadores In: MARQUES, J. F.; SKORUPA, L. A.; FERRAZ, J. M. G. **Indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas**. Jaguariúna: EMBRAPA, 2003. p. 17-35.

FERREIRA, M. **Construção de valores em uma escola agroecológica no sul de Minas Gerais: desafios do desenvolvimento sustentável**. Lavras: UFLA, 2016. 176 p.

FERREREZI, E. Capital social: conceitos e contribuições às políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 54, n. 4, p. 7-22, out./dez. 2003.

FONSECA, M. F. A. C. **Agricultura orgânica: regulamentos técnicos para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil**. Niterói: PESAGRO-RIO, 2009. 119 p.

FONSECA, M. T. L. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985. 192 p.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. 418 p.

FRANCIS, C. et al. Agroecology: the ecology of food systems. **Journal of Sustainable Agriculture**, Binghamton, v. 22, n. 3, p. 99-118, 2003.

FRANCO, F. P. **Efeito alelopático de plantas espontâneas sobre a germinação de sementes e desenvolvimento inicial de plântulas de feijão**. 2015. 29 p. Monografia (Graduação em Agronomia) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Inconfidentes, 2015.

- FREDERICQ, A.; CORANDINI, O. Agricultura, cooperativas e multinacionais. In: \_\_\_\_\_. **Subsídios para debater a questão agrária brasileira**. Guararema: ENFF, 2015. p. 93-110. (Coletânea de textos, 2).
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 52 p.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 13-41.
- GERHARDTE, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIULIANI, G. M. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos tempos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, p. 59-67, 1990.
- GLIESSMAN, S. R. Agroecology: growing the roots of resistance. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, Santa Cruz, v. 37, n. 1, p. 19-31, Jan. 2013. Disponível em: <GotoISI://WOS:000324654700003>. Acesso em: 23 jan. 2018.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. 653 p.
- GHON, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, maio/ago. 2004.
- GHON, M. G. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.
- GOMES, D. S. et al. Principais variedades de sementes crioulas de feijão catalogadas na região Sul de Minas Gerais. **Cadernos de Agroecologia**, Recife, v. 10, n. 3, maio 2016. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/19701>>. Acesso em: 12 dez. 2017.
- GOMES, J. C. C. Bases epistemológicas da agroecologia. In: AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. (Ed.). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. 517 p.
- GÓMEZ, L. F.; RÍOS-OSORIO, L.; ESCHENHAGEN, M. L. Las bases epistemológicas de la agroecología. **Agrociência**, Montevideo, v. 49, n. 6, p. 679-688, 2015.
- GONÇALVES, A. **Agroecologia, saber local e mercado: um estudo sobre a agricultura familiar de Poço Fundo-MG**. 2003. 183 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2003.

GORENDER, J. A forma plantagem de organização da produção escravista In: \_\_\_\_\_. **Subsídios para debater a questão agrária brasileira**. Guararema: ENFF, 2015. p. 5-22. (Coletânea de textos, 2).

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. C. S. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: INCRA/FAO, 2000. (Projeto de cooperação técnica),

GUANZIROLI, C. E. **Reforma agrária e globalização da economia: o caso do Brasil**. Brasília: INCRA, 1999. 26 p.

GUERRERO, A. R. **Caracterização física do solo em estágio inicial de cultivo orgânico**. 2014. 46 p. Monografia (Graduação em Gestão Ambiental) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Inconfidentes, 2014.

GUERRERO, A. R.; HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. Participação da Orgânicos Sul de Minas na Feira Bio Brazil Fair 2014. **Cadernos de Agroecologia**, Recife, v. 9, n. 3, 2014.

GUIVANT, J. S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 3, p. 411-446, 1997.

GUIVANT, J. S.; MIELGO, A. A. Reflexiones sociológicas sobre la agroecologia. **Revista de Sociologia**, Lima, p. 167-172, 1999.

HABERMAS, J. **Ciencia y técnica como ideología**. Madrid: Tecnos, 1994. 181p.

HIRATA, A. R. **A constituição do sistema participativo de garantia Sul de Minas e sua contribuição para a Agroecologia na região**. Lavras: UFLA, 2016. 196 p.

HIRATA, A. R. et al. A experiência da Central das Associações de Produtores Orgânicos Sul de Minas na constituição do sistema participativo de garantia. **Cadernos de Agroecologia**, Recife, v. 10, n. 3, 2016.

HIRATA, A. R. et al. Constituição da central de associações de produtores orgânicos do sul de minas. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE AGROECOLOGIA “REDES PARA A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO BRASIL E AMÉRICA LATINA”, 3., 2013, Botucatu. **Resumos...** Botucatu: UNESP, 2013. 1 CD-ROM.

HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D.; NERY, J. A. **O Sistema participativo de garantia do Sul de Minas**. Pouso Alegre: Ifsuldeminas, 2018. 80 p.

HOROCHOVSKI, R. R.; MEIRELLES, G. Problematizando o conceito de empoderamento. SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007. 1 CD-ROM.

HOWARD, A. **An agricultural testament**. Londres: Rodales, 1943. 253 p.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS. **Aprovado pelo CNPq, projeto elaborado por pesquisadores do IFSULDEMINAS beneficiará cerca de 150 produtores da região**. 2015a. Disponível em: <<https://www.ifs.ifsuldeminas.edu.br/index.php/noticias/1614-sementes-crioulas>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS. **Campus Inconfidentes sediará reunião latino-americana de "sementes livres"**. 2014a. Disponível em: <<https://www.ifs.ifsuldeminas.edu.br/index.php/noticias/1190-encontro-sementes-livres>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS. **Campus Inconfidentes promoverá o 1º Encontro de Mulheres e SPGs em Minas Gerais, nos dias 07 e 08 de junho**. 2017a. Disponível em: <<https://www.ifs.ifsuldeminas.edu.br/index.php/noticias/2677-encontro-de-mulheres-e-spgs>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS. Câmpus Machado. **Pedagogia da alternância**. 2013a. Disponível em: <[http://www.mch.ifsuldeminas.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=970:pedagogia-da-alternancia&catid=100:noticias-2013&Itemid=30](http://www.mch.ifsuldeminas.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=970:pedagogia-da-alternancia&catid=100:noticias-2013&Itemid=30)>. Acesso em: 9 fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS. **Casa comunitária de sementes Mãe Terra**. 2017b. Disponível em: <<https://www.ifs.ifsuldeminas.edu.br/index.php/noticias/2597-casa-comunitaria-de-sementes>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS. **Constituída a primeira central de associações de agricultores orgânicos no Sul de Minas**. 2012. Disponível em: <<http://www.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pt/noticias/1534-organicos-sul-de-minas>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS. **Encontro de agroecologia**. 2013b. Disponível em: <<http://www.mch.ifsuldeminas.edu.br/noticias/100-noticias-2013/1283-encontro-de-agroecologia>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS. **Orientados por servidores do IFsulDEMINAS, agricultores da região debatem produção orgânica e associativismo**. 2015b. Disponível em: <<https://ifs.ifsuldeminas.edu.br/index.php/noticias/1616-producao-organica>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS. **Primeiro OPAC de Minas Gerais realiza entrega de Certificados de produtos orgânicos aos Agricultores do Sul de Minas**. 2013c. Disponível em: <<https://www.ifs.ifsuldeminas.edu.br/index.php/noticias/1068-organicos-certificados>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS. **II Encontro de agroecologia**. 2014b. Disponível em: <<https://www.mch.ifsuldeminas.edu.br/planejamento/1922-ii-encontro-de-agroecologia>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS. **Trabalho desenvolvido por aluno do Câmpus Inconfidentes é destaque no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário**. 2014c. Disponível em: <<https://www.ifs.ifsuldeminas.edu.br/index.php/noticias/1298-no-site-do-ministerio>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ORGANIC AGRICULTURE MOVEMENTS. **Global comparative study on interactions between social processes and participatory guarantee systems:** a best practice study for learning and development with cases studies from Africa, Asia, Europe and Latin America. Bonn, 2014. 90 p.

KOMORI, O. M. et al. Visita de pares: muito mais que controle social, o fortalecimento de relações solidárias. **Cadernos de Agroecologia**, Recife, v. 7, n. 2, 2012.

LABIGALINI, I. et al. Circuito de Agroecologia do Sul de Minas como mecanismo de integração entre os grupos de agricultores da região. In: JORNADA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 6., 2014. e SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO DO IFSULDEMINAS, 3., 2014, Pouso Alegre. **Anais...** Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2014. 1 CD-ROM.

LACEY, H. A agroecologia: Uma ilustração da fecundidade da pesquisa multiestratégica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 83, p. 175-181, 2015.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar:** comparação internacional. Campinas: UNICAMP, 1993. 336 p. Tradução de: L'agriculture familiale.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, jan./mar. 2002.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura:** a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009. 439 p.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental:** a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 555 p.

LEITE, R. M. **Dez anos de regulamentação da agricultura orgânica, experiência de sistema participativo de garantia, avanços, desafios e oportunidades da agroecologia e produção orgânica no Brasil.** 2013. Disponível em: <[http://planetaorganico.com.br/site/wp-content/uploads/2013/06/Dez\\_anos\\_de\\_Regulamentacao\\_da\\_Agricultura\\_Organica.pdf](http://planetaorganico.com.br/site/wp-content/uploads/2013/06/Dez_anos_de_Regulamentacao_da_Agricultura_Organica.pdf)>. Acesso em: 22 ago. 2017.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. **Movimentos do sul de Minas realizam 1º Curso de Realidade Brasileira.** 2013. Disponível em: <<https://levantedajuventudemg.wordpress.com/2013/10/04/1curso-de-realidade-brasileira-crbsul-de-minas-em-machado/>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

LIMA, G. C. D. O sujeito da reforma agrária e a constituição de mediadores. In: \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento social e mediadores políticos.** Porto Alegre. Editora UFRGS, 2008. p. 129-153.

LOPES, P. R. et al. Produção de café agroecológico no sul de Minas Gerais: sistemas alternativos à produção intensiva em agroquímicos. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 25-38, 2012.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen:** marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2009. 272 p.

- LÖWY, M. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005. 94 p.
- LUCAS, S. K.; VALE A. R. Assentamento Primeiro do Sul: passado de luta, presente de resistência e futuro de incertezas. **Geografia Ensino e Pesquisa**. Vol. 18. n. 1. jan./abr. 2014.
- MACÊDO, T. H. Sá, Rodrix e Guarabyra: Os parceiros da canção bonita (1965-1980). 2011. 196p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2011.
- MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **Dialética da agroecologia**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360 p.
- MAGRINI, P. R. **Cruzando fronteiras invisíveis**: desvendando relações de gênero em um assentamento rural organizado pelo MST no Sul de Minas Gerais. 2010. 113 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2010.
- MAGRINI, P. R. et al. Tecendo enfrentamentos e solidariedade em um assentamento do MST no Sul de Minas Gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: CBS, 2009. 1 CD-ROM.
- MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e agric. Familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p 299-322, abr. 2004
- MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 11, n. 12, p. 57-67, jan./jun. 2008.
- MARTINS, D. V. V. **Questão agrária no sul de Minas**: olhar comparativo entre dois Assentamentos. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981. 186 p.
- MARTINS, T. J. **Quilombo do Campo Grande: História de Minas que se devolve ao povo**. Santa Clara: Contagem. 2008. 700p.
- MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. 176 p.
- MEDAETS, J. P.; FONSECA, M. F. A. C. **Produção orgânica**: regulamentação nacional e internacional. Brasília: NEAD-estudos, 2005.
- MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MEIRELLES, L. **Produto orgânico ou produto ecológico?** Dom Pedro de Alcântara: Centro Ecológico. 2000. 9 p. Disponível em: <[www.centroecologico.org.br/artigo\\_detalle.pid\\_artigo=20](http://www.centroecologico.org.br/artigo_detalle.pid_artigo=20)>. Acesso em: 20 ago. 2017.
- MEIRELLES, L. Sistemas participativos de garantia: origem, definição e princípios. **Revista de Agricultura Ecológica de AGRECOL**, Cochabamba, n. 7, p. 1-5, 7 abr. 2007.

MELÃO, I. B. **Desenvolvimento rural sustentável a partir da agroecologia e da agricultura orgânica**. Curitiba: Ipardes, 2010. 27 p.

MELO, A. P. G. **Agricultura familiar e economia solidária**: as experiências em gestão de bens comuns e inserções nos mercados por organizações rurais do estado de Minas Gerais. 2005. 127 p. Tese (Mestrado em Gestão Social, Desenvolvimento e Ambiente) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2005.

MELLO, E. M.; OLIVEIRA, L. G. Inovação tecnológica na agricultura orgânica: estudo de caso da certificação do processamento pós-colheita. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 48, n. 3, p. 567-586, 2010.

MENASCHE, R. M.; CHARÃO, F.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21, p. 145s-158s, ago. 2008.

MENDONÇA, K. F. C. et. al. Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 445-463, jul./dez. 2013.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2007.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOLINA, M. g. Agroecologia e historia agraria: una hibridación necesaria. **Estudios Rurales**, Bogotá, v. 1, n. 1, p. 1-29, 2011.

MOREIRA, G. D. L. B.; FÁVERO, C. Materiais educativos para a comunicação com a agricultura camponesa na perspectiva da agroecologia. **Educação em Revista**, Marília, v. 12, n. 2, p. 75-90 jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/educacaoemrevista/article/viewFile/2488/2025>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

MOREIRA, R. M. **Transição agroecológica**: conceitos, bases sociais e a localidade de Botucatu/SP – Brasil. 2003. 151 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

MOREIRA, V. R. R. **Desafios da produção de sementes de hortaliças em associações de agricultores orgânicos e biodinâmicos no sul de Minas Gerais**. 2017. 121 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável e Extensão)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2017.

NAVARRO, Z. A nova cara do campo brasileiro. **Revista XXI Ciência para a Vida**, Brasília, v. 8, set./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/nova-cara-do-sindicalismo-brasileiro>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

NETTO, P. J. **A Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão popular. 2011a. 64 p.

NETTO, T. A. et al. Uma perspectiva de transformação social: educação do campo aliada a agroecologia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 7., 2011, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: [s. n.], 2011b. 1 CD- ROM.

NEVES, D. P. **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

NÚCLEO TRAVESSIA. **Mulheres da Comunidade da Peroba participam do Intercâmbio de Saberes no Assentamento Nova Conquista, em Campo do Meio/MG**. 2017a. Disponível em: <<http://nucleotravessia.unifei.edu.br/2017/10/27/mulheres-da-comunidade-da-peroba-participam-do-intercambio-de-saberes-no-assentamento-nova-conquista-em-campo-do-meiomg/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

NÚCLEO TRAVESSIA. **Mulheres do bairro Peroba participam de encontro sobre Sistemas Participativos de Garantias (SPG's) em Inconfidentes**. 2017b. Disponível em: <<http://nucleotravessia.unifei.edu.br/2017/06/10/mulheres-do-bairro-peroba-participam-de-encontro-sobre-spgs-em-inconfidentes/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

NÚCLEO TRAVESSIA. **Núcleo Travessia e Rede Belo Ramo realizam a I Travessia nas Serras da Mantiqueira**. 2016a. Disponível em: <<https://nucleotravessia.unifei.edu.br/2016/12/07/nucleo-travessia-e-rede-belo-ramo-realizam-a-i-travessia-nas-serras-da-mantiqueira/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

NÚCLEO TRAVESSIA. **Núcleo Travessia participa da I Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA) na UNIFEI**. 2016b. Disponível em: <<https://nucleotravessia.unifei.edu.br/2016/10/01/nucleo-travessia-jura/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

NÚCLEO TRAVESSIA. **Núcleo Travessia promove II Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária na Universidade Federal de Itajubá**. 2017c. Disponível em: <<http://nucleotravessia.unifei.edu.br/2017/05/04/nucleo-travessia-promove-ii-jornada-universitaria-em-defesa-da-reforma-agraria-na-universidade-federal-de-itajuba/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

NÚCLEO TRAVESSIA. **Núcleo Travessia teve projeto classificado em 1º lugar**. 2016c. Disponível em: <<http://nucleotravessia.unifei.edu.br/2016/10/04/nucleo-travessia-teve-projeto-classificado-em-1o-lugar/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

NÚCLEO TRAVESSIA. **Projeto sobre emancipação social das mulheres rurais será desenvolvido no bairro Peroba**. 2017d. Disponível em: <<http://nucleotravessia.unifei.edu.br/2017/07/04/projeto-sobre-emancipacao-social-das-mulheres-rurais-sera-desenvolvido-no-bairro-peroba/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

NÚCLEO TRAVESSIA. **Sobre, 2016**. 2016d. Disponível em: <<http://nucleotravessia.unifei.edu.br/sobre/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

OLIVEIRA, M. B. Certificação participativa e agroecologia: processos de organização e resistência camponesa na Mata Paraibana. **Agrária (São Paulo. Online)**, São Paulo, n. 16, p. 35-62, 2015.

OLIVEIRA, M. L. S. et al. Mulheres, relações de gênero e divisão sexual do trabalho em Minas Gerais: negras, assentadas de reforma agrária e da economia solidária em Lavras, Guapé e Prados. **Revista Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 18, n. 1, p. 17-42, 2015.

OLIVEIRA, W. M. O preparo do processo sucessório nas propriedades rurais do sul e sudoeste de Minas Gerais. **Cadernos da Universidade do Café Brasil**, São Paulo, v. 6, p. 37-51, 2012.

OPAC SUL DE MINAS. **Manual de procedimentos do organismo participativo de avaliação da conformidade OPAC Sul de Minas**. Pouso Alegre: Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas. 2018. (Regimento interno).

PASE, H. L. Capital social e empoderamento. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007. 1 CD-ROM.

PEIXOTO, P. O desaparecimento do mundo rural. VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de ciências sociais: A questão social do novo milênio, set. 2004.

PERKINS, D. D. Speaking truth to power: empowerment ideology as intervention and policy. **American Journal of Community Psychology**, Champaign, v. 23, n. 5, p. 765-94. Oct. 1995.

PETERSEN, P.; MUSSOI, E. M.; DAL SOGLIO, F. Institutionalization of the agroecological approach in Brazil: advances and challenges. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, Santa Cruz, v. 37, n. 1, p. 103-114, Jan. 2013. Disponível em: <GotoISI>://WOS:000324654700009>. Acesso em: 22 jan. 2018.

PETERSEN, P.; SOGLIO, F. K.; CAPORAL, F. R. **A construção de uma Ciência a serviço do campesinato**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PLOEG, J. D. Van Der. **Camponeses e arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

PLOEG, J. D. Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

PLOEG, J. D. Van Der. O modo de produção camponês revisitado. In: \_\_\_\_\_. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 13-54.

PLOEG, J. D. Van der. **The new peasantries struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization**. Londres: Springer, 2008.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. Brasília: Brasiliense, 1979.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

QUEIROZ, M. I. P. **Bairros rurais Paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

- RAMOS, R. V. **Saber de experiências feito e conhecimento científico no processo de produção do saber apropriado**: a experiência da Associação de Pequenos Produtores de Poço Fundo/MG. 2008. 209 p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2008.
- RAVANELLO, F. Epistemologia da agroecologia: dialética versus positivismo. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 34, p. 117-134, 2015.
- REIS, B. P. W. Capital social e confiança: questões de teoria e método. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 21, p. 35-49, nov. 2003
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. **Revista Iluminuras**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, 2008.
- ROCHA, L. C. D.; HIRATA, A. R.; PEDINI, S. O incentivo a projetos de extensão e pesquisa em Agroecologia no IFSULDEMINAS a partir de demandas de produtores do sul de Minas Gerais. In: ENCONTRO DE AGROECOLOGIA: REDES PARA A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NA AMÉRICA LATINA, 1., Botucatu. **Resumos...** Botucatu: Unesp, 2013. 1 CD-ROM.
- ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Actionaid Brasil, 2002. 116 p. Disponível em: <<http://187.45.205.122/Portals/0/Docs/empoderamento.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2015.
- ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume, 1998. 272 p.
- ROSSET, P. M. **A crise da agricultura convencional, a substituição de insumos e o enfoque agroecológico**. Califórnia: Institute for food and Development Policy, 1998. 15 p.
- SAINT-HILAIRE, A. **São Paulo nos tempos coloniaes**. São Paulo: Monteiro Lobato, 1922.
- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 95 p.
- SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Geraes**. São Paulo: Nacional, 1938.
- SAMINÊZ, T. C. O. et al. **Legislação e os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica no Brasil**. Brasília: Embrapa, 2008. 8 p. (Circular Técnica, n. 66).
- SANTANA, A. C. **Diversificação da agricultura familiar no sul de Minas Gerais**: uma análise da percepção de professores e pesquisadores. 2008. 118 p. (Mestrado em Gestão Social, Desenvolvimento e Ambiente) – Universidade Federal de Lavras, Lavras 2008.

SANTIAGO, A. L. et al. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 26, p. 143-160, 2012.

SANTOS, A.; XARÃO, F.; CARVALHO, A. A. Fórum de combate ao uso de agrotóxicos na região de Alfenas: relato de experiência de um projeto de extensão universitária. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, Fronteira do Sul, v. 8, n. 2, p. 103-111, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/%20RBEU/article/view/4994/pdf>>.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Porto: Afrontamento, 1995. 199 p.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. 637 p.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1987.

SANTOS, L. C. R.; MAYER, P. H. A experiência da REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA no sul do Brasil. Resumos de: Palestras do V Congresso Brasileiro de Agroecologia, Guarapari, ES. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 1800-1804, out. 2007.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. 29 p.

SEN, G. **Empowerment as an Approach to Poverty**. New York: Human Development Report Off, 1997. p. 175-194.

SERVA, M.; JAIME JÚNIOR, P. Observação participante e pesquisa em administração, uma postura antropológica. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 64-9, maio/jun. 1995.

SILIPRANDI, E. Desafios para a extensão rural: o "social" na transição agroecológica. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 38-48, 2002.

SILVA, G. R. **Himenópteros parasitóides em áreas de cafeiro em transição agroecológica no sul de Minas Gerais e a construção conjunta do conhecimento**. Lavras: UFLA, 2016. 62 p.

SILVA, J. G.; DEL GROSSI, M.; CAMPANHOLA, C. Novo rural brasileiro: uma atualização. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: SOBER, 2005. 1 CD- ROM.

SIMÃO, A.A. **Diversificação como alternativa para o desenvolvimento da agropecuária sul mineira**. 2005. 149 p. (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2005.

- SOUZA, A. C. Juventude e educação do campo no município de Alfenas, MG. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2012. 1 CD-ROM.
- STEDILE, J. P. Capitalismo financeiro e globalizado. In: \_\_\_\_\_. **Subsídios para debater a questão agrária brasileira**. Guararema: ENFF, 2015. p. 111-126. (Coletânea de textos, 2).
- STROPASOLAS, V. L. **A crise da sucessão geracional e suas implicações na reprodução social da agricultura familiar**. Disponível em: <[http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT5/GT5\\_StropasolasV.pdf](http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT5/GT5_StropasolasV.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2015.
- TAVEIRA, M. H. et al. Experiência da unidade educativa de produção agroecológica do IFSULDEMINAS - Câmpus Inconfidentes.. **Cadernos de Agroecologia**, Recife, v. 10, n. 3, maio 2015. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/18395>>. Acesso em: 12 dez. 2017.
- TERRAZZAN, P.; VALARINI, P.J. Situação do mercado de produtos orgânicos e as formas de comercialização no Brasil. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 39, n. 11, p. 29-41, 2009.
- THIOLLENT, M. Anotações críticas sobre difusão de tecnologia e ideologia da modernização. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 43-51, jan./abr. 1984.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985.
- THIOLLENT, M. Problemas da metodologia de pesquisa-ação. In: MELO, J. M. **Teoria e pesquisa em comunicação: panorama latino-americano**. São Paulo: Cortez-Intercom, 1983.
- TOLEDO, V. M. Agroecología, sustentabilidad y reforma agraria: la superioridad de la pequeña producción familiar. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 27-36, abr./jun. 2002.
- TORRES, D. M.; SANSONAS, H. P.; FONTES, M. A. L. A Troca de experiências entre estudantes e camponeses através do estudo da vegetação do assentamento “Santo Dias”, Guapé, MG. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 629-631, 2009.
- TRES, L. A Resistência como práxis dos movimentos ambientalistas e ecológicos. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p. 67-76, jan./jun. 2006.
- TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. **Fórum de combate ao uso de agrotóxicos debate soberania alimentar e agroecologia**. 2017. Disponível em:<<http://www.unifal-mg.edu.br/comunicacao/seminarioabertura-forum-combate-ao-uso-de-agrotoxicos>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. **Projeto de extensão fortalece organizações e movimentos sociais na região**. 2015. Disponível em: <<http://www.unifal-mg.edu.br/comunicacao/projetoextensaofortaleceorganizacoesemovimentossociaisregiao>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

VEIGA, B. S. **Almanach sul-mineiro**. Campanha: Typographia do Monitor Sul-mineiro, 1874. v. 1.

VEIGA, B. S. **Almanach sul-mineiro**. Campanha: Typographia do Monitor Sul-mineiro, 1884. v. 2.

VEIGA, J. C. **A contribuição do organismo participativo de avaliação da conformidade do sul de Minas para os agricultores certificados**. 2015. 44 p. Monografia (Graduação em Agronomia) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais Inconfidentes, 2015.

VEIGA, J. C. et al. A experiência de integração e formação da Central das Associações de Agricultores es Orgânicos do Sul de Minas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 9., 2015. **Anais...** Belém: [s. n], 2015. 1 CD-ROM.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Editores Associados, 2002. 304 p.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. 226 p.

VEIGA, J. E. O Brasil rural ainda não encontrou o seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 101-119, 2001.

VEIGA, J. E. Relação rural/urbano no desenvolvimento regional. **Cadernos do CEAM**, Brasília, v. 17, p. 9-22, fev. 2005.

VILELA, I. **Cantando a própria história**. 2011. 351 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-145, out. 2000.

WANDERLEY, M. N. B.; FAVARETO, A. **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2013. 476 p.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 1996. p. 1-16.

WELCH, C. A. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. **Lutas & Resistências**, Londrina, v. 1, p. 60-75, set. 2006.

WOORTMAN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília. Brasília: UnB, 1997. 192 p.

WOORTMAN, K. Migração, família e Campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 35-53, jan./jun. 1990.

XAVIER, J. B. **Estado da arte em Agroecologia e suas relações com experiências no sul de Minas Gerais**. 2014. 232 p. Dissertação (Mestrado em Fitotecnia) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2014.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Pesquisa compartilhada Sul de Minas. (Continua)

<b>Apoio das Instituições de Ensino Superior às Organizações de Agricultoras e Agricultores do sul de Minas</b>	
<p>Dividimos, de acordo com a localização geográfica, as organizações de agricultoras e agricultores do sul de Minas ligadas à Agroecologia, as Instituições de Ensino Superior e a EMATER:</p>	
<p>UFLA: RAES, CAMPONESA, OAV e APOMM</p>	
<p>UNIFAL: COOPFAM, CAMPONESA, GAC, ECOMINAS e OAV</p>	
<p>UNIFEI: APOMM, APAN-FÉ, RAMA, OCS Peroba, OCS Piranguçu, ABAL, CEABRA</p>	
<p>IFSULDEMINAS: Por estar espalhado por todo o sul de Minas, pode apoiar todas as organizações, levamos em conta também o pioneirismo desta instituição na relação com as instituições para certificação participativa.</p>	
<p>EMATER: Importantíssima parceira na transição para a Agroecologia. Deve dar formação aos extensionistas locais para que possam fazer uma boa comunicação sobre a Agroecologia. Deve ser parceira em todas as pesquisas pela possibilidade de atenção pelos técnicos locais.</p>	
<b>Demanda das Agricultoras e Agricultores</b>	<b>A pesquisa compartilhada</b>
<b>Os aprofundamentos desta reflexão</b>	
<b>Insumos Orgânicos</b>	
Sementes	<p>O IFSULDEMINAS sedia a Casa de Sementes Mãe Terra, uma conquista das agricultoras e agricultores da OSM. Deve ser a nossa referência para os estudos sobre a produção de sementes, pois desta forma garantiremos o protagonismo das agricultoras e agricultores. O trabalho de melhoramento participativo iniciado em nossa região pela ABD, com o apoio de nosso grande parceiro Vladimir, deve ser ampliado. Este apoio é urgente por causa da exigência da utilização de sementes e mudas orgânicas pela IN 46. A UFLA, já é parceira deste processo, cabendo envolver também a UNIFEI e UNIFAL, aproveitando as características de cada uma dessas instituições.</p>

**APÊNDICE A – Pesquisa compartilhada Sul de Minas. (Continua)**

<b>Apoio das Instituições de Ensino Superior às Organizações de Agricultoras e Agricultores do sul de Minas</b>	
Mudas	Seguindo a mesma lógica das sementes, a urgência se dá pelas exigências da IN 46. É um grande gargalo dentro da OSM, onde poucas agricultoras e agricultores produzem mudas, restando procurar o mercado convencional. Pode ser um ótimo ponto de partida para a produção de mudas de espécies cujas sementes já são produzidas pelas agricultoras e agricultores da OSM, centrando mais uma vez esta discussão na Casa de Sementes Mãe Terra. Pela tradição e capacidade técnica, a UFLA e o IFSULDEMINAS devem se envolver diretamente com a questão, devendo ser apoiadas pela UNIFEI e UNIFAL no levantamento em suas respectivas regiões, sobre as espécies a serem pesquisadas.
Fertilizantes	As discussões em torno da IN 46, também tornam urgentes estudos sobre a produção de fertilizantes orgânicos. Esta pesquisa deve envolver todas as instituições da região. A certificação da produção animal também influencia diretamente na oferta de fertilizantes naturais na região.
<b>Manejo sustentável</b>	
Pinhão	Certificação do Extrativismo Sustentável, elaboração de uma referência de seu manejo sustentável na Serra da Mantiqueira, processamento e pós-colheita. O IFSULDEMINAS e a UNIFEI, por sua proximidade com a região da Serra da Mantiqueira, local de distribuição da espécie, devem tomar a iniciativa desta pesquisa amparada pela capacidade técnica da UFLA.
Marolo	Continuar o estudo que já foi iniciado pela UFLA, estudar sua adaptação em consórcios e SAF biodiversos. Por ser uma planta de cerrado, a UNIFAL, por sua localização geográfica, também deveria se envolver nesta pesquisa.
Palmito	Estudo sobre seu manejo sustentável, estudo sobre sua adaptação em consórcios e SAF biodiversos, estudo sobre o uso do fruto e processamento pós-colheita. Como é uma planta de dispersão por toda a região sul de Minas, todas as instituições de pesquisa podem auxiliar nesta demanda.
Guatambú	Manejo sustentável, adaptação em consórcios e SAF biodiversos. Pela experiência adquirida pela UFLA nos estudos.
Maracujá	Manejo sustentável das espécies nativas, além de estudar a sua adaptação em rotações, consórcios e SAF.
Candeia	Ampliação do trabalho já iniciado pela UFLA, devendo se envolver as outras instituições de pesquisa da região.

**APÊNDICE A – Pesquisa compartilhada Sul de Minas. (Continua)**

<b>Apoio das Instituições de Ensino Superior às Organizações de Agricultoras e Agricultores do sul de Minas</b>	
<b>Produção Animal</b>	
Certificação	IFSULDEMINAS, por ser parceiro junto com a EMATER, desde o princípio, deve continuar centralizando as pesquisas sobre a certificação de orgânicos, assim como a UNIFEI por sua proximidade com a OCS Peroba. A UFLA, pela capacidade técnica, deveria se envolver mais com a questão. A UNIFAL também deve colaborar com os processos participativos de certificação que estão acontecendo na região.
Gado	A UFLA, sem dúvida, deve ser o espaço para desenvolvimento de pesquisas sobre a produção orgânica de bovinos, por sua capacidade técnica. Pela característica do sul de Minas, a produção de leite deve ser o foco principal. O IFSULDEMINAS também é uma instituição de larga experiência com a produção de gado leiteiro, havendo inclusive um laticínio no Campus Inconfidentes, dessa forma deve se tornar o espaço de pesquisa sobre a transição para a Agroecologia. A UNIFAL e a UNIFEI devem se aproximar destas pesquisas, a primeira pela sua capacidade técnica e a força da pesquisa com alimentos, a segunda não pode deixar de se envolver por estar numa região que culturalmente sempre se destacou na produção leiteira.
Aves	Quase toda casa na roça tem galinhas seja para o consumo ou até para comercializar em pequena escala. A demanda pela certificação de aves dentro da OSM é mais recente que a de gado, no entanto, é uma urgência a ser enfrentada. A disponibilidade de alimentação orgânica e a falta de medicamentos permitidos pela legislação são os maiores gargalos.
Suíños	Caso semelhante ao dos animais citados anteriormente, no entanto, a demanda é menor que nos outros casos.
<b>Plano de Manejo Orgânico</b>	Desenvolvimento coletivo de um PMO que esteja dentro da realidade das agricultoras e agricultores da OSM e das OCS da região. A divisão dos trabalhos entre as diferentes instituições pode dar conta de solucionar o problema do acompanhamento da construção e execução do PMO das agricultoras e agricultores, entendendo-se as diferenças que se dão entre as organizações.
<b>Construção de Indicadores para certificação participativa</b>	Construir coletivamente indicadores que auxiliem o processo de certificação participativa da OSM e das OCS da região. Um campo de pesquisa importante e que deve ser aprofundado por diferentes áreas do conhecimento, cabendo lembrar a importância da participação direta das agricultoras e agricultores para construção destes indicadores.

**APÊNDICE A – Pesquisa compartilhada Sul de Minas. (Continua)**

<b>Apoio das Instituições de Ensino Superior às Organizações de Agricultoras e Agricultores do sul de Minas</b>	
<b>Circuito sul mineiro de Agroecologia</b>	Sistematização das experiências agroecológicas do sul de Minas devem ser feitas por todas as instituições de acordo com a proximidade geográfica. O CSMA deve ser ampliado com a participação das agricultoras e agricultores das OCS da região e de estudantes das instituições parceiras, estas, como contrapartida, também deveriam colaborar com a promoção deste evento tão importante para construção do conhecimento agroecológico do sul de Minas.
<b>Encontro de Agroecologia do território do sul de Minas</b>	Refletir coletivamente a possibilidade de criação de um Encontro de Agroecologia que envolva todo o território do sul de Minas. Também seria como uma ampliação do Encontro de Coordenadores da OSM, no entanto, com uma visão mais ampliada. Seria um espaço de construção de um movimento regional na transição para a Agroecologia, sem deixar de ser um espaço de formação para as agricultoras e agricultores da OSM. A participação de diferentes instituições parceiras e diferentes organizações de agricultoras e agricultores nos indica a possibilidade de construção de um evento anual e itinerante.
<b>As demandas apresentadas pelas próprias Agricultoras e Agricultores</b>	
<b>Agroecossistema Caipira</b>	As demandas sobre culturas específicas por ordem de importância, mantendo as falas originais das intervenções de agricultoras e agricultores.
Café	Estudos sobre a adaptabilidade de variedades à produção orgânica, em especial seu comportamento em consórcios e em SAF. Estudo de mercado sobre o café orgânico. Cafés especiais em cultivo orgânico. Controle biológico.
Banana	Apoio para indicação geográfica da banana do alto/médio Sapucaí. Estudo de sua adaptação em consórcios e SAF. Sistematização das experiências positivas das agricultoras e agricultores do sul de Minas. Estudo sobre o processamento orgânico. Apoio nas compras institucionais.
Hortaliças	Ajuda na obtenção de sementes e mudas orgânicas. Estudo sobre fertilizantes orgânicos. Sistematização das experiências positivas das agricultoras e agricultores do sul de Minas. Caldas naturais. Estudo sobre a rotação de culturas e o plantio de hortaliças em SAF.
Milho	Estudar variedades adaptadas. Estudar a contaminação por transgênicos. Processamento pós-colheita. Melhoramento participativo de sementes. Adaptação em rotações, consórcios e SAF.
Feijão	Melhoramento participativo de sementes. Formas de conservação de sementes. Adaptação em rotações, consórcios e SAF.

**APÊNDICE A – Pesquisa compartilhada Sul de Minas. (Continua)**

<b>Apoio das Instituições de Ensino Superior às Organizações de Agricultoras e Agricultores do sul de Minas</b>	
Frutas de clima temperado	Saber as espécies adaptadas na nossa região. Utilização em SAF, principalmente na região da Serra da Mantiqueira. Estudo sobre fertilizantes orgânicos. Ajudar a encontrar mudas de qualidade orgânica.
Uva	Estudar seu cultivo orgânico, a necessidade de rotação, a utilização de consórcios e sua adaptação em SAF.
Arroz	Resgate de variedades tradicionais; estudo para seu uso em consórcios e SAF, sua importância para a soberania alimentar.
Mandioca	Processamento pós-colheita. Adaptação em rotação, consórcios e SAF. Utilização na alimentação de animais. Sistematização das experiências positivas das agricultoras e agricultores do sul de Minas. Uso como adubação verde.
Frutas nativas	Processamento pós-colheita. Estudo de mercado. Adaptação em consórcios e SAF. Extrativismo Sustentável.
Adubos Verdes	Estudo do manejo em consórcios e SAF. Produção de sementes. Adubos verdes adaptados na região. Sistematização das experiências positivas das agricultoras e agricultores do sul de Minas.
PANC	Estudo sobre as PANC do sul de Minas. Estudo de mercado. Processamento pós-colheita. Identificação de espécies úteis. Extrativismo sustentável.
Abelhas nativas	Potencial de uso, manejo extrativista sustentável, manejo produtivo, importância na polinização de espécies nativas ou naturalizadas, conservação de espécies. Manejo no entorno de Unidades de Conservação.
Plantas medicinais	Produção de sementes e mudas. Estudo com as plantas mais usadas no sul de Minas.
<b>Outras Possibilidades</b>	Demandas diversas apresentadas pelas agricultoras e agricultores da OSM.
História	A gente tinha que começar conhecendo a história da gente. Conhecer a história da Agroecologia na região. Resgatar o saber antigo, saber como nossos ancestrais cultivavam a terra.
Cultura	Tinha que ter um resgate da nossa cultura. Nossa cultura é a Agroecologia que praticamos hoje. Resgate das manifestações culturais mais tradicionais do sul de Minas. Tem que conhecer mais a cultura da gente da roça que é diferente da cidade.

## APÊNDICE A – Pesquisa compartilhada Sul de Minas. (Conclusão)

Apoio das Instituições de Ensino Superior às Organizações de Agricultoras e Agricultores do sul de Minas	
Sociologia	Entender posição da OSM na sociedade sul mineira. Conhecer como formou a gente do jeito que a gente é hoje. Estudar os diferentes tipos de agricultoras e agricultores orgânicos do sul de Minas, entender o que aproxima e o que separa a gente.
Lei de Orgânicos	Todo mundo tinha que estudar a lei de orgânicos, não só a/o agricultora ou agricultor.
Formar gente pra Agroecologia	Tarefa para nós da OSM, para todas as instituições de ensino, para EMATER na formação de seus extensionistas. O SPG sul de Minas pode ser uma ferramenta para comunicação em Agroecologia, em especial no Encontro de Formação, no CSMA e nas visitas.
Núcleos de Agroecologia	A UFLA foi a pioneira na criação dos NEA, seguido pelo IFSULDEMINAS. Os NEA apoiam muito o trabalho da gente e dessa forma podemos ajudar na formação de pessoas para a Agroecologia. Todas as instituições deveriam ter NEA, dada a matriz multidisciplinar da Agroecologia. Os NEA da UFLA e IFSULDEMINAS devem apoiar a criação na UNIFAL e UNIFEI. Deve se iniciar o diálogo pela criação de uma rede de NEA do território sulmineiro.
Disciplina de Agroecologia	O currículo das ciências agrárias deveria ser mais voltado à Agroecologia. A criação de disciplinas de Agroecologia pode ser o primeiro passo, podendo iniciar como disciplina optativa dada a característica multidisciplinar da Agroecologia.
Pós-graduação em Agroecologia	A UFLA tem toda capacidade de oferecer cursos de pós-graduação em Agroecologia, com apoio das demais instituições da região. A rede de NEA do sul de Minas pode ser ferramenta para esta construção.
Orientação para extensionistas da EMATER	A Universidade tinha que colaborar com a formação dos extensionistas em Agroecologia. A EMATER deve ajudar na extensão em Agroecologia, tem muito técnico que não sabe apoiar a Agroecologia.

## **APÊNDICE B – Espécies do agroecossistema caipira.**

A principal razão para a construção de agrossistemas baseados na policultura é garantir os serviços ecológicos das paisagens biodiversas de nossa região. A agriCULTURA caipira, gerou verdadeiros nichos de biodiversidade que garantiram a construção histórica de um agroecossistema. Mantinha-se o equilíbrio entre o espaço natural e o espaço cultural. Este equilíbrio se dava também pela soberania alimentar das populações caipiras. O que não tinha no terreiro, no quintal, tinha na roça ou no mato. Era a garantia de uma alimentação diversificada e, por isso, equilibrada. A/o caipira mantinha também este equilíbrio graças ao sistema de trocas entre parentes e vizinhança, na sociabilidade dos bairros rurais mais isolados. Com a integração gradativa aos mercados, esta diversidade também proporcionava uma independência relativa, pois as/os caipiras não se sujeitavam às quedas de produção das monoculturas ou ao controle de preços do mercado e sua mão invisível. A diversidade de cultivos também proporciona a multifuncionalidade capaz de manter toda a família envolvida com a agricultura.

A diversidade de cultivos se inicia próximo à casa, nos quintais e terreiros. A casa ocupa, geralmente, uma posição central das unidades, mas podem estar próximas às estradas vicinais principais. De qualquer forma, o agroecossistema se desenha partindo-se do centro para fora, ou da entrada para os fundos da unidade. Os temperos, as plantas medicinais, as hortas, se concentram próximas ao local de morada. Plantas adaptadas às clareiras, num ambiente naturalmente florestal. A casa, construída numa clareira, se mantinha assim pela escolha de espécies de pequeno porte nos locais mais próximos. O porte das árvores só aumenta nos pomares, um pouco mais distantes da casa ou em posição estratégica de acordo com a posição do sol e direção dos ventos, sendo utilizadas principalmente árvores de médio porte e que garantiam algum alimento.

Nas roças se planta a base da alimentação do caipira sul mineiro, geralmente em policultivos e com a presença de algumas árvores de grande porte fornecedoras de alimento ou de uso múltiplo. Na roça se cultivava principalmente plantas adaptadas a certo nível de sombreamento proporcionado pelas árvores de maior porte. Também são mantidas árvores que favorecem a cultura principal das roças, mesmo que não tenham utilidade imediata na alimentação, medicina popular ou na fabricação de ferramentas.

Nos matos, mais distantes da casa, uma explosão de biodiversidade. Por herança da cultura indígena, a/o caipira aprendeu a fazer uso de muitas plantas da mata. Estas plantas, florestais, são exigentes quanto à sombra. O mato também garantia a caça, muito importante

para as primeiras populações. Hoje sabemos também da importância da conservação destes espaços com a maior preocupação social sobre a questão ambiental. O mato se concentra nas bordas do terreno, quando a casa está no centro, ou no fundo, quando a casa se encontra da entrada em relação às vias de acesso.

No trabalho da agricultura, primeiro pensamos no alimento. Vemos que a mandioca, o milho, o feijão e o arroz foram a base da alimentação dos primeiros caipiras segundo muitos autores (Saint-Hillaire, 1922; Saint-Hillaire, 1938; Cândido, 1864; Brandão, 1981; Brandão, 1983; Ribeiro, 1995).

Nesta lista de espécies que compõem o desenho do agroecossistema caipira, utilizamos primordialmente a experiência das agricultoras e agricultores da OSM. Posteriormente, foram acrescentadas as observações feitas por mim no campo, durante as visitas do SPG sul de Minas, mas começamos por aquilo que nos informa a literatura.

Durante a construção deste trabalho me deparei com as descrições de Saint-Hillaire (1922); Saint-Hillaire (1938); Cândido (1864); Brandão (1981); Brandão (1983); Ribeiro (1995) sobre o uso das plantas e animais pelas populações caipiras em diferentes épocas. Percebi semelhança com a minha experiência pessoal e cultural na realidade do território do sul de Minas, que pude perceber com mais intensidade após a entrada para o SPG sul de Minas. A leitura do Almanach sul Mineiro publicado nos anos de 1874 e 1884, possibilitou ter uma noção mais próxima sobre a agricultura comercializada no período de expansão da lavoura cafeeira aqui na região. Nós, as agricultoras e agricultores do SPG sul de Minas, damos muita importância para a diversificação das culturas e, para isso, apresentamos esta ferramenta para contribuir com o desenho dos agroecossistemas caipiras, sob a perspectiva da Agroecologia.

Devemos partir, portanto, do entendimento dos modos de vida que historicamente se mantiveram em relação harmônica com os ecossistemas locais, as populações tradicionais, para compreender como é o desenho de nosso Agroecossistema (Altieri, 1998; Gliessman, 2001). Apresentamos, então, algumas espécies que compõem este agroecossistema tradicional. Posteriormente, apresentaremos algumas recomendações para diversificar ainda mais os agroecossistemas a partir das contribuições de Kinupp (2014) sobre as Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) mais utilizadas em nossa região, além de algumas árvores citadas como úteis por Lorenzi (2000), em seu “Árvores Brasileiras”, juntando as experiências que pude observar em campo durante a execução deste trabalho.

### **O agrossistema caipira itinerante tradicional**

Em Cândido (1964) li sobre o “*Regimento*”, sobre a manutenção das tropas, ordenando que toda pessoa que fosse ao sertão para descobrimentos deveria levar milho, feijão e mandioca e plantá-las, e mais adiante obrigando a semear roças de milho, feijão e abóbora, o que evidencia a forte influência indígena nesta dieta mínima dos primeiros caipiras. Esta é a base da roça caipira: o triângulo milho, feijão e mandioca, acrescido da abóbora. Cândido (1964) também cita Antonil e sua descrição do caminho das Minas, a região que corresponde ao sul de Minas, que constata a presença de roças de *milho, abóbora e feijão e quando muito algumas batatas*, plantadas pelos bandeirantes, o que não se diferenciou tanto ao longo dos séculos seguintes. Acrescentamos então batata e a batata-doce, além da proteína da carne de caça e pesca, com algumas frutas que eram colhidas nos matos como: jabuticabas, maracujás, araticuns, goiabas, jaracatiás, pitangas, bananas, juá-manso e gravatá, além dos palmitos, o pinhão, urucum, pimentas e as raízes nativas cará e mangarito. Tudo do conhecimento ancestral indígena. A herança indígena foi fundamental para os primeiros caipiras, também de vida itinerante baseada nas roças, em equilíbrio ecológico com o ambiente. As espécies que serão apresentadas neste princípio não podem faltar na construção do agroecossistema caipira do sul de Minas.

Apresentamos então estas espécies:

**Feijão** (*Phaseolus vulgaris* L.) - existe controvérsias a respeito de sua origem ser a porção central da América do Sul ou a porção norte e América Central. A sua utilização por populações nativas contribui para sua dispersão e esta incerteza quanto à sua origem. É base da alimentação mais tradicional dos brasileiros ao lado do arroz. Importante para as populações indígenas e camponesas como fonte de proteína. Tradicionalmente utilizado como adubação verde, para deixar a “terra gorda”.

**Milho** (*Zea mays* L.) - origem provável é o norte da América do Sul e América Central, sendo dispersas por populações indígenas até a América do Norte e regiões mais ao sul da América Latina. É o alimento mais consumido em todo o mundo e, por isso, tem sua imagem fortemente ligada ao agronegócio, em especial em países de matriz econômica agroexportadora como o Brasil, no entanto, sempre esteve presente na formação da agriCULTURA das populações indígenas da América Latina e do campesinato que surgiu posteriormente à invasão europeia.

**Mandioca** (*Manihot esculenta* Crantz.) - Originária da América do Sul, razão pela qual conhecemos mais de 3000 variedades desta espécie que foi a base da alimentação de nossas populações indígenas e, posteriormente, do campesinato que ia se formando. Sua

versatilidade é impressionante, tanto pela adaptação em diferentes desenhos na agricultura, como pelas diferentes formas de uso.

Eram plantadas na maioria das vezes em consórcio e semeadas à lança após abertura de uma clareira na mata, fogo e roçado. Na sequência em rotação ou ainda em consórcio diversificava-se com:

**Abóbora** (*Cucurbita spp.*), **batata** (*Solanum tuberosum* L.) e **batata-doce** (*Ipomoea batatas* L.)- A primeira se trata de um gênero com muitas espécies trazidas pelas populações indígenas de regiões mais ao norte do Brasil e disseminadas por todo território. A segunda e a terceira têm seu centro de diversidade na Região Andina na vertente para a Bacia Amazônica e também foram trazidas pelas populações indígenas. Provavelmente eram deixadas pelos caminhos depois de plantadas as roças de feijão, milho e mandioca.

Este desenho básico ainda é recomendado para aqueles que desejam iniciar a transição para a Agroecologia. Os desenhos mais tradicionais das roças caipiras são o primeiro passo para a transição agroecológica em nosso território. Começamos com estas 6 espécies, que contribuem para garantir a soberania alimentar das famílias além de serem bem aceitas para comercialização, podendo garantir a sustentabilidade econômica. Podem, a princípio, estar em monocultura, sendo recomendado um sistema de rotação e ainda mais interessantes no plantio consorciado, encaixando-se perfeitamente num Sistema Agroflorestal (SAF) biodiverso, tanto na Serra da Mantiqueira como no planalto sul mineiro, tanto nas formações florestais, como nos cerrados.

Apresentamos a seguir, ordenadas quanto a importância econômica nos dias de hoje, as frutas indígenas que primeiro fizeram parte da dieta caipira e que permanecem como parte de nossa alimentação:

**Maracujás** (*Passiflora spp.*) - Estavam e permanecem espalhados em diferentes espécies por todos os ambientes do sul de Minas. A princípio não eram manejados, eram frutos para extrativismo, devendo ser estudado seu manejo sustentável. Permaneceu nos pomares e quintais domésticos, para consumo *in natura* ou para fazer sucos e doces. Para quem está em início de transição, pode ser cultivado organicamente em monocultivo, mas por suas características, seria mais interessante consorciá-lo nas entrelinhas de fruteiras, de cafezais, em hortas, cercas vivas e para compor SAF biodiversos.

**Goiabeira** (*Psidium guajava* L.) - Há muitas dúvidas quanto à sua origem exata, mas pode-se afirmar ser uma planta da América tropical. Uma das frutas mais comuns nos quintais e terreiros agroecológicos do sul de Minas. Comum também em pastagens pela sua dispersão pelo gado e espécies nativas. Além de seu reconhecido uso alimentício com potencial

econômico, sua madeira também tem ótima reputação na cultura caipira, sendo muito utilizada na fabricação de cangas, cangalhas e cabos de ferramentas. Deve se estudar a possibilidade de se fazer seu extrativismo sustentável e, em caso de plantio de espécies melhoradas, é recomendada para quitais e pomares domésticos, podendo ser plantada próximo às casas. Nas plantações de *Citrus spp.*, recomenda-se o plantio das goiabeiras em consórcio. Também são muito úteis no sombreamento de pastagens e cafezais, devendo ser parte da composição de SAF biodiversos.

**Jabuticabeira** (*Plinia cauliflora* (Mart.) Kausel) – Árvore com grande diversidade de variedades. A princípio estava espalhada pelas matas. De herança da cultura indígena se tornou um dos frutos preferidos do caipira sul mineiro, presente sempre próximo às casas, após se fixarem. Com a invasão portuguesa e consolidação do modelo de plantagem nos cafezais sul mineiros, a espécie passou a compor a paisagem das grandes fazendas. Encontrase nos quintais, terreiros e pomares de quase todos os casarões de fazenda. Pela sua difícil comercialização *in natura*, é geralmente comercializada após processamento (doces, geleias e licores). Hoje deve fazer parte do desenho básico do Agroecossistema Caipira, mantendo-se a tradição dos pomares e quintais domésticos no início da transição ou entrando na composição de SAF biodiversos.

**Araucária ou pinheiro** (*Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze) – As populações Puris da Serra da Mantiqueira utilizavam seus frutos, os pinhões, para alimentação, este hábito foi herdado pelas populações caipiras e seu uso é ainda hoje muito comum. É parte importante da agricultura caipira da Serra da Mantiqueira. Com a invasão portuguesa, sua madeira foi intensamente explorada, principalmente para a fabricação de forros, cabos de vassoura e, posteriormente, palitos de fósforo. Importante culturalmente na confecção de violas caipiras. É fundamental para a sobrevivência de diversas espécies da fauna nativa. Seu plantio é estimulado para diferentes usos na região da Serra da Mantiqueira. Muito útil no sombreamento dos cafés especiais da região da Mantiqueira. Existe uma demanda sobre o estudo do manejo sustentável desta importantíssima espécie de nossa paisagem cultural, que deve compor os SAF biodiversos na região da serra.

**Juçara ou palmito-juçara** (*Euterpe edulis* Mart.) - Lembro novamente que o primeiro nome do local onde moro, foi Palmital. O uso do palmito desta planta é herança da cultura indígena. Até hoje é a espécie de palmito mais consumida por aqui. Recentemente seus frutos também estão sendo utilizados, como o açaí que é do mesmo gênero (*Euterpe oleraceae*). Reputada como de boa madeira, útil para recuperação de áreas degradadas, não podendo faltar em nosso agroecossistema pela grande importância para a fauna nativa.

Extraída ilegalmente em diversos locais da região onde é mais abundante, principalmente nas encostas mais úmidas da Serra da Mantiqueira. Deve ser estudado urgentemente o seu manejo para o extrativismo sustentável, além de ser fortalecida a opção pelo fruto, em substituição ao açaí. Dadas as suas exigências, recomendamos seu plantio em bananais e SAF biodiversos.

**Araticum-do-mato** (*Rollinia silvática* (A. St. Hill.) Mart.) - Além do fruto delicioso e muito apreciado pela população caipira tradicional, também é culturalmente fornecedora da embira para fabricação de cordas rústicas. Ocorre em quase todas as formações florestais sul mineiras, em especial nas áreas mais baixas (inferior a 1100m). Recomendada para a recuperação de áreas degradadas, principalmente por atrair diversas espécies da fauna nativa. Ainda se encontra nas matas nativas sendo necessários estudos para seu extrativismo sustentável. O plantio de espécies melhoradas é recomendado para quintais, pomares, entrelinhas de culturas e para composição de SAF biodiversos.

**Pitangueira** (*Eugenia uniflora* L.) - Espécie bastante comum na região sul de Minas. Culturalmente muito importante ao dar nome para muitos bairros de nossa região. Os frutos, comestíveis *in natura*, são muito apreciados pelas crianças, podendo também ser processado de diversas formas. Muito utilizada na fabricação dos arados de boi. Grande potencial para recuperação de APP degradadas próximas aos cursos d'água, sendo também muito importante para conservação de espécies nativas da fauna. Ainda figura em alguns quintais e incentivamos seu cultivo também em pomares e SAF biodiversos.

**Urucum ou coloral** (*Bixa orellana* L.) - Apesar de sua origem amazônica, foi dispersa pelas populações indígenas por quase todo país. O caipira herdou o gosto pela planta da cultura indígena. Muito tradicional na culinária do sul de Minas e sempre presente próximo às casas, sendo recomendado seu plantio para os iniciantes na transição agroecológica. Pode ser usada de diversas formas na diversificação dos agroecossistemas, principalmente na composição de SAF biodiversos.

**Pimentas** (*Capsicum spp.* L.) - Muitas plantas do gênero são nativas e adaptadas a diferentes ambientes. Sempre esteve próximo às casas, espontâneas e posteriormente cultivadas. Para iniciantes na transição agroecológica, recomenda-se que as deixem nascer livres, fazendo o devido manejo, seja em hortas, quintais, pomares, em meio às plantações ou na composição de SAF biodiversos.

Outras plantas citadas como bastantes presentes na vida dos primeiros caipiras, no entanto, hoje são pouco utilizadas e comercializadas, sendo consideradas Plantas Alimentícias Não Convencionais ou PANC (Kinupp, 2014), como:

**Jaracatiá** (*Jaracatia spinosa* (Aubl.) A. DC.) - Planta de muita utilidade na alimentação, tanto os frutos quanto a farinha de seu tronco e que pode vir a ser explorada comercialmente. Muito utilizada historicamente pelas populações caipiras. Hoje bastante rara nos agroecossistemas sul mineiros. Ainda presente nas matas mais úmidas nas vertentes da Serra da Mantiqueira. Deve ser estimulado seu uso no sombreamento de culturas, na composição de SAF biodiversos e na recuperação de áreas degradadas, principalmente próximo aos cursos d'água.

**Juá-manso ou fisális** (*Physallis spp.*) - Recentemente, as espécies nativas deste gênero foram culturalmente resgatadas, por terem se tornado atrativas à alta gastronomia, mas ainda são consideradas não convencionais (Kinupp, 2014). São espontâneas em pastagens e áreas de cultivo, na maior parte das vezes a pleno sol, tolerando certo grau de sombreamento. Indicamos manter esta espécie quando surgidas espontaneamente. Requer pouco manejo, mas se tomados alguns cuidados pode dar boas produções. Deve estar presente em todas as fases da transição, desde os sistemas mais simples até SAF biodiversos.

**Cará** (*Dioscorea spp.* L.) - Os carás comestíveis são raízes de plantas do gênero *Dioscorea*, muito apreciadas pelos indígenas. O costume herdado pela população caipira fez com que os carás passassem a fazer parte também da dieta dos primeiros sul mineiros. Com o tempo, seu uso diminuiu e hoje são considerados PANC. Como herbáceas trepadeiras, não podem faltar na composição de SAF biodiversos. O costume de plantá-los nas cercas das hortas domésticas também merece ser resgatado.

**Mangarito** (*Xanthosoma riedelianum* (Schott) Schott) – Planta que já era cultivada pelos indígenas e foi transmitida à cultura caipira. Por muito tempo foi cultivada comercialmente, tendo grande potencial, no entanto, foi deixada de lado com o passar do tempo e hoje é considerada uma PANC. Sugerimos seu cultivo em diversas situações desde hortas, quintais e pomares (nas entrelinhas deste último), também nas entrelinhas de culturas permanentes. Não pode faltar na composição de SAF biodiversos.

Apresentamos até agora um agroecossistema básico composto de 19 espécies de plantas. Um ambiente bastante biodiverso em se comparando com a monotonia das monoculturas. Todas as espécies apresentadas são nativas ou naturalizadas há muito tempo pelas populações indígenas e mantidas como parte da cultura popular caipira. Temos, então, o esboço do Agroecossistema Caipira mais tradicional.

## **O Agrossistema caipira dos sítios, dos bairros e com o aparecimento das primeiras cidades**

Deixando a vida itinerante e fixando-se em casas e sítios, as populações caipiras mantiveram as espécies básicas e enriqueceram com aquelas herdadas da cultura camponesa europeia. O modo de vida das populações caipiras teve injetado em sua cultura alguns aspectos vindos do campesinato europeu. As festas da religiosidade cristã, sincretizada com a mitologia indígena. A chegada das gentes escravizadas na África diversificaram ainda mais este caldo cultural, formando definitivamente a cultura caipira adaptada ao ecossistema sul mineiro. O Almanach Sulmineiro, traz importantes informações sobre esta agriCULTURA que se desenvolvia, diversificando ainda mais nosso agrossistema.

Nas roças, novas culturas apareceram:

**Trigo** (*Triticum spp*) – Originária do oriente médio, esta planta foi naturalizada em toda Europa e daí se dispersou por todo o mundo após as invasões. O europeu não poderia ficar sem o pão feito de trigo. Os quitutes tradicionais da cultura caipira, como os bolos, também ganharam o trigo como ingrediente após a chegada do português. Pouco adaptada às regiões mais quentes e bastante exigente por solos férteis, teve grande sucesso enquanto a agricultura era itinerante, com a intensificação e a chegada dos pacotes tecnológicos e a degradação dos solos, seus rendimentos caíram muito, perdendo espaço na agricultura sul mineira, mas dada sua importância cultural e para soberania alimentar, sugerimos estudos para resgatar esta cultura. Exige cuidados com solo e, por isso, não recomendamos seu plantio em monocultura, a não ser que seja feita a devida rotação. Precisamos de mais estudos sobre a possibilidade de seu uso em consórcios e na fase inicial de SAF.

**Arroz** (*Oryza sativa* L.) - Originário da porção sudoeste da Ásia, trazido para o Brasil durante a invasão portuguesa. No princípio o caipira também usava das espécies *bravas*, nativas, mas acabou por ter muito gosto pela exótica, que se tornou comum em nossas várzeas. Hoje é base da alimentação do brasileiro ao lado do feijão e da mandioca, apesar de seu cultivo ter diminuído muito no sul de Minas. A planta passou a integrar a rotação da roça e a compor consórcios com as espécies já cultivadas. Deve se resgatar a cultura do arroz para garantir a soberania alimentar da população sul mineira, pois é um dos itens mais importantes de nossa culinária caipira. Estudos resgatando cultivares tradicionais podem ser o ponto de partida para isto. Incentivamos seu plantio solteiro para aqueles que estão iniciando na transição agroecológica, mas ressaltamos que pode entrar muito bem em manejos de rotação de culturas (após feijão, mandioca ou preparando o terreno para um plantio de outono). Vai muito bem a consórcios com feijão e mandioca, podendo também compor SAF biodiversos no início da sucessão.

**Cana ou cana-de-açúcar** (*Saccharum officinarum* L.) - Com a cana chegou a ideia da monocultura para exportação, sob o modelo das plantagens escravistas, responsável pelo primeiro ciclo de dependência econômica da nascente sociedade brasileira após a invasão portuguesa e a escassez do pau-brasil, mas que não vingou no sul de Minas. Por aqui, permaneceram os pequenos engenhos artesanais que produziam garapa e rapadura (e a cachaça por consequência). A cachaça sul mineira tem boa tradição e potencial econômico. A cana tem valor comercial *in natura*, restrito, por vezes na venda do caldo de cana em feiras, no entanto é muito útil nos agroecossistemas como grande fornecedora de biomassa, cobertura do solo, servir bem em rotações e na implantação de SAF biodiversos. Para quem cria animais também é um planta de grande importância para diversificar a alimentação destes.

**Bananas** (*Musa spp.*) - Os índios já conheciam as bananas da terra, também cultivadas pelas primeiras populações caipiras, mas foi após a invasão portuguesa que as espécies originárias do sudeste asiático ganharam maior destaque em nossas roças. Ao final do século XIX já eram bastante comuns por aqui. A banana é, hoje, uma das espécies mais cultivadas na região sul de Minas Gerais, com maior destaque para as regiões do alto e médio rio Sapucaí, onde inclusive se busca a certificação de sua origem. É uma espécie excelente para quem deseja iniciar a transição agroecológica, pela sua facilidade de cultivo sem o uso do pacote “verde”, pela adaptação à nossa região e, principalmente, pelas múltiplas funções da planta. Muito comum vê-la consorciada com cafezais, plantadas como cerca viva de hortas ou mesmo solteira, o ideal para quem está começando a caminhada rumo à Agroecologia. Sugerimos, sem medo, sua larga utilização. É grande fornecedora de biomassa, pode ser usada na alimentação de animais, tem uso tradicional como vermífugo para aves e gado, entra perfeitamente em qualquer tipo de SAF.

Os modos de preparo e os temperos receberam maior influência da culinária portuguesa (com exceção das pimentas nativas), assim como as hortaliças que se adaptaram mais rapidamente em nossa região e foram cultivadas pelas populações caipiras. Estas plantas eram cultivadas próximo à casa, para uso imediato em hortas e quintais, algumas vezes enriquecendo pomares. Destacamos:

**Couve** (*Brassica oleraceae* L.) - A espécie que mais ganhou o gosto do caipira sul mineiro, tendo se tornado uma marca cultural importante em nossa culinária. Recomendamos seu plantio em hortas, quintais e pomares domésticos, sendo interessante também no início da implantação de SAF.

**Chicória** (*Cichorium intybus* L.) - De origem europeia e no Oriente Médio, foi adaptada logo após a invasão europeia nas Américas. No sul de Minas em especial, tem

grande aceitação. Também possui uso medicinal, além do alimentício. Estimulamos seu plantio em hortas, quintais, pomares, roças e na composição de SAF biodiversos.

**Serralha** (*Sonchus oleraceus* L.) - Foi trazida pelos portugueses após a invasão e é naturalizada de tal forma, que hoje cresce espontânea por todo território brasileiro, sendo por vezes, considerada daninha. Seu uso ainda é muito comum na região apesar de ser considerada uma PANC por Kinup (2014). Também tem uso na medicina tradicional. Como planta espontânea e que requer pouco manejo, incentivamos seu uso em qualquer tipo de sistema, seja em hortas, quintais, pomares, roças e na composição de SAF biodiversos. Adapta-se melhor às regiões mais frias do sul de Minas onde pode ser cultivada durante todo o ano.

As primeiras criações de animais surgiram após a fixação das populações no território. Antes os animais eram apenas utilizados para o transporte e, mais raramente para tração animal. Deu-se também a substituição da caça e pesca pela criação de animais para suprir as necessidades de proteína.

**Mula/burro** (*Equus caballus x Equus asinus*) – Chegou junto com a égua/cavalo e o asno, sendo um híbrido destas duas espécies. Teve grande importância para o desenvolvimento da região sul mineira, sendo fundamental no transporte de cargas. As tropas de mulas foram a ferramenta para integração da região ao mercado. Saíam do sul de Minas cruzando as serras da divisa com Rio de Janeiro e São Paulo levando produtos fabricados por aqui e trazendo coisas de lá. Os cavalos não foram deixados de lado e destacamos o surgimento da raça Mangalarga Marchador na região de Aiuruoca, Caxambú e Cruzília, raça genuinamente sul mineira.

**Galinhas** (*Gallus gallus domesticus* L.) - Por serem mais leves e fáceis de transportar, chegaram junto com os primeiros europeus. A criação se dava perto das casas, soltas, no máximo construindo-se locais para dormitório e postura de ovos (galinheiros). Este sistema de criação ficou conhecido como caipira. As galinhas caipiras são herança de nossa cultura. A criação de animais na forma caipira propiciou uma integração interessante destes animais exóticos com o ambiente natural, agora já antropizado. As criações ainda hoje, permanecem perto das casas, e muitas vezes criadas soltas, sendo importantes na transição agroecológica por diversificar a alimentação garantindo a soberania do fornecimento de proteína para as populações caipiras, por diversificar as culturas e atividades de uma propriedade gerando renda, por fornecer insumo (esterco) para outras culturas, por consumir restos culturais e ainda podendo ser usada no prepara da terra ou no controle biológico das populações de insetos.

**Bovinos** (*Bos taurus* L.) - Vieram junto com as primeiras tropas transportando cargas após a invasão europeia, razão pela qual os animais de origem naquele continente tenham chegado primeiro apesar de os de origem asiática terem se adaptado mais facilmente em nosso clima. A mistura das duas espécies gerou um gado genuinamente sul mineiro, o Girolando, originário de cruzamentos feitos na região de Carmo de Minas. Além de seu uso no transporte, passou a ser usado também no preparo da terra com o arado de boi e posteriormente, com a fixação e aumento da população, para o fornecimento de leite. O leite propiciou aos sul mineiros a comercialização do queijo, que se tornou tão tradicional e um dos primeiros itens de exportação para as cidades que nasciam. Incentivamos a criação destes animais na forma caipira, dando prioridade aos cruzamentos adaptados em nossa região. Aconselhamos também o sombreamento destas pastagens com cultivos diversos, para diminuir o impacto desta espécie exótica nos ambientes naturais. Fornece também insumo para ser utilizado nas outras culturas, diminuindo a dependência de insumos externos.

**Porcos** (*Sus domesticus* Erxleben.) - Não se sabe sua origem certa, podendo ser o Mediterrâneo ou o sul da Ásia. Na região sul de Minas, se tornou a carne de preferência. O toucinho produzido aqui já era comercializado no século XIX, tendo grande destaque para a economia local. As criações, no sistema caipira, também são à solta e próximo às casas, algumas vezes em chiqueiros fechados, mas com acesso à área externa para pastagem, algumas vezes em chiqueiros sobre a água integrando com a criação de peixes. A “fuçada” do porco na roça é reputada como excelente para o preparo do plantio de milho, feijão, abóbora e mandioca. Completam muito bem os ciclos ecológicos sendo recomendados para quaisquer experiências de transição agroecológica. Fornecem ótimo insumo assim como as galinhas e os bovinos.

**Abelhas** (*Apis mellifera* L.) - Os indígenas conheciam as abelhas nativas e o caipira aprendeu como o mel da jataí (*Tetragonisca angustula* L.) e da mandassaia (*Melipona spp.*) é gostoso, mas geralmente tinha acesso a ele através do extrativismo. Após a invasão, os portugueses trouxeram a abelha europeia, que logo se tornou a principal fornecedora de mel para as populações caipiras, tendo inclusive ganhado mercado. Dentro dos Agroecossistemas é fundamental a presença de abelhas. Recomendamos a sua criação principalmente para as agricultoras e agricultores interessados na produção de sementes. Deve ser parte da composição de SAF biodiversos. Estimulamos mais estudos sobre as espécies nativas, não só para conservação destas, mas também para diversificação da renda, polinização de espécies nativas, sendo especialmente recomendada para consórcio em cafezais.

**Bicho-da-seda** (*Bombix mori* L.) - Citada como comum no século XIX, hoje sua criação é muito rara no sul de Minas. Interessante para diversificação das atividades agrícolas. Foram importantes no início da colonização para produção de tecidos, assim como o algodão. Ambas perderam bastante espaço e mercado com o surgimento dos tecidos sintéticos. Pensando na sustentabilidade dos Agroecossistemas pode ser resgatada esta prática.

Como pudemos perceber, com o aparecimento das cidades, a cultura caipira foi se integrando ao mercado, mas sem perder suas características que foram se perpetuando com o passar do tempo através do conhecimento transmitido de geração em geração. Tínhamos consolidada uma agriCULTURA caipira. Apresentamos até agora 26 espécies de plantas e as 6 principais criações de animais do Agrossistema Caipira após a fixação das populações no território sul de Minas. As seis espécies animais aqui apresentadas são exóticas. Percebemos forte influência da cultura europeia na escolha dos animais que forneceriam proteínas, sendo deixadas de lado as espécies nativas, que passaram a ser consideradas apenas caça. Se, culturalmente, nos dispuséssemos a criar espécies nativas de animais, provavelmente este quadro seria diferente nos dias atuais. Hoje, a burocrática legislação ambiental torna muito difícil a pecuária com espécies nativas, o que na verdade colabora com a destruição dos ambientes naturais para introdução de espécies exóticas. Perdemos com isso grande potencial para criação de algumas espécies bastante apreciadas pelas populações caipiras. O Almanach Sulmineiro traz apontamentos sobre a caça (bastante coincidente com o apresentado por Cândido, 1964; Brandão, 1981; Ribeiro, 1995). São citados: jacús, nhambús, urús, codornizes, perdizes, bugios, macacos, pacas, catetos, cutias, antas, lobos, veados, capivaras, onças, tatus, gambás, macucos, emas, seriemas, papagaios, araras e arapongas os preferidos, muitos hoje em vias de extinção. A criação destes animais poderia colaborar significativamente com a conservação deles. Como muitos destes nomes populares representam mais de uma espécie, teríamos cerca de 35 espécies de animais como parte do agroecossistema caipira tradicional, sem contar as também negligenciadas abelhas nativas, com pelo menos mais 5 espécies com potencial para produção de mel, além de sua importância para polinização de espécies nativas. A pesca permanecia restrita a espécies nativas e não havia registros de criação de peixes para o mercado, sendo 10 as espécies mais apreciadas: lambari, mandi, bagre, piaba, piauí, dourado, tabarana, pintado, cascudo e traíra. Totalizamos um universo de, pelo menos, cerca de 50 espécies de animais mais profundamente ligados à cultura caipira.

### **Agrossistema caipira se integrando aos mercados**

A integração aos mercados interfere diretamente no equilíbrio promovido pelas populações caipiras tradicionais com o ambiente de entorno. O latifúndio e a monocultura ganharam força. O modelo da plantagem escravista se desenvolvia em nossa região baseado principalmente no café, mas com a presença de algumas outras culturas.

**Café** (*Coffea arabica* L.) - Origem centro norte da África, na região da Etiópia, ganhou o “arabica” no nome científico por ter sido primeiramente comercializado pelos árabes. Com a invasão europeia foi escolhido para fazer as vezes da monocultura exportadora em nossa região. Tamanha foi a penetração e desenvolvimento desta planta que hoje não podemos falar da cultura caipira sul mineira sem nele. Ele está aí, é parte de nossa cultura. Aconselhamos que se quebre definitivamente com o modelo de pacotes da revolução verde para que o café se torne uma cultura sustentável. Nos moldes como acontece hoje, a cultura do café traz grandes problemas ambientais e sociais. O café é inviável como monocultura para agricultoras e agricultores com pouca terra. Mas a fama da qualidade do café sul mineiro não pode ser descartada. As agricultoras e agricultores precisam, sim, ter autonomia em toda a cadeia produtiva do café para que ele deixe de ser apenas uma commodity de exportação. A possibilidade de geração de renda para as famílias agricultoras do sul de Minas pelo café é enorme. Como parte da nossa paisagem cultural, não pode faltar em nossos agroecossistemas. Permite o consórcio com várias espécies aqui citadas e tem grande potencial para composição de SAF biodiversos.

**Fumo** (*Nicotiana tabacum* L.) Origem América tropical, provavelmente norte da Argentina. Estabeleceu-se após a invasão portuguesa como a principal cultura comercializada no sul de Minas, perdendo espaço com o passar do tempo. Ainda hoje o fumo é muito forte na região de Poço Fundo. Muitas cidades sul mineiras surgiram e se desenvolveram primeiramente a partir da cultura do fumo. Os pacotes da “revolução verde” fizeram da cultura do fumo uma das mais intensivas no uso de agroquímicos, trazendo consequências ruins do ponto de vista socioambiental. Apesar dos malefícios à saúde, não podemos esquecer a importância do cigarro com fumo enrolado na palha do milho para a cultura caipira. Era usado como estimulante nas árduas tarefas da roça, mas se tornou um grande problema de saúde pública. Recomendamos seu plantio para geração de rendas em consórcio com cafezais, nas entrelinhas, ou seu plantio em hortas, quintais e pomares para ser usado como repelente de insetos.

**Algodão** (*Gossypium spp.*) - As/os primeiras caipiras fabricavam suas roupas com tecido fiado de algodão. Foi uma das primeiras plantas comercializadas pelas agricultoras e

agricultores da região sul de Minas. Seu uso também era reforçado nas relações de vizinhança e parentesco, onde sempre tinha alguém responsável pela atividade de fiar e costurar, daí sua grande importância cultural. Primeiro se utilizam as espécies nativas e depois acrescentadas das espécies europeias e asiáticas. Muito importante na rotação de culturas, por isso incentivamos seu uso. As diferentes espécies se adaptam a diferentes ambientes sendo interessantes para consórcios e na composição de SAF biodiversos.

**Uva (*Vitis spp.*)** - foi introduzida no Brasil após a invasão portuguesa, sendo a espécie *Vitis vinifera* a primeira a ser cultivada em nossa região para a produção de vinho em localidades como a região de Caldas, Poços de Caldas e Andradas, Mutuca, Santa Rita do Sapucaí, Varginha, três Pontas, Córrego do Ouro, Machado, Campestre, Monte Santo, Muzambinho, Caxambú, Virgínia, Itajubá, Campo Místico, São José de Toledo, Alagoa e Pouso Alto, além das já citadas anteriormente. Ainda hoje é bastante comum na região de Poços de Caldas, Caldas e Andradas. Incentivamos o cultivo desta espécie nas regiões onde ela já está adaptada, sugerimos que sejam realizados estudos para conhecer melhor as possibilidades de rotação e consórcio com outras espécies.

**Mamona (*Ricinus communis* L.)** - Trazida após a invasão pelo europeu como fornecedora do óleo de rícino. Por muito tempo importante para alimentar as lamparinas caipiras, além do uso medicinal. Planta que se naturalizou facilmente em nosso ecossistema pela sua fácil dispersão. Grande potencial para ser usada em agroecossistemas complexos. Para iniciantes na transição agroecológica, sugerimos que deixem as plantas nascerem livremente fazendo o seu devido manejo de acordo com cada situação. Ocupa rapidamente áreas degradadas, sendo recomendada para recuperação. Pudemos perceber seu uso como adubação verde, repelente de insetos e para o controle de formigas cortadeiras. Deve estar nas hortas, quintais, pomares, nas entrelinhas de culturas permanentes e na instalação de SAF biodiversos.

**Inhame (*Colocasia esculenta* (L.) Schott)** – Trazida pelos escravos africanos, a espécie se adaptou rapidamente ao ambiente natural e passou a fazer parte da mistura cultural caipira. Logo passou a ser apreciado por toda população do território sul mineiro tendo ainda hoje grande apelo comercial. De fácil cultivo em sistemas sem o uso de agroquímico é recomendado para os iniciantes na transição agroecológica mesmo quando em monocultura. A variedade *antiquorum*, o chamado inhame do brejo, é comestível após ser selado (deixado no sol para eliminar o excesso de Oxalato de Cálcio), mas tem grande importância na cultura caipira para alimentação de porcos e marcar o local de nascentes, sendo visto espontâneo nestes locais e próximo a chiqueiros. Indica-se para plantio nas entrelinhas de outras culturas tradicionais, além de serem muito recomendados para a composição de SAF biodiversos.

**Centeio** (*Secale cereale* L.) - De uso tradicional na Europa, onde é nativa, foi trazido após a invasão e cultivada nas roças. Usado principalmente para a fabricação de pães e na alimentação de animais, principalmente o gado vindo da Europa. Teve grande importância no início da colonização sul mineira tendo sido gradativamente deixado de lado. Pode ser interessante na rotação de culturas e em plantios consorciados de porte baixo, devido às suas exigências por luz.

**Macieira** (*Malus domestica* Borkh.), **Pereira** (*Pyrus* L.), **Ameixeira** (*Prunus domestica* L.), **Pessegueiro** (*Prunus persica* L.), **Nêspera ou ameixa-amarela** (*Eriobotrya japonica* (Thunb.) Lindl.) : plantas de origem asiática e naturalizada há muito tempo na Europa, trazida pelos portugueses após a invasão para compor quintais e pomares nas grandes fazendas. O campesinato pobre europeu, que veio trabalhar nos cafezais como colono, também utilizou destas espécies no entorno de suas casas. Apenas a última se adaptou ao nosso sistema natural se tornando por vezes espontânea, as demais tiveram sucesso apenas nos locais mais frios da Serra da Mantiqueira onde ainda hoje são uma oportunidade para geração de renda. Sugerimos seu plantio nos locais com aptidão devendo-se entender melhor o aproveitamento em consórcios e em SAF biodiversos.

**Jacatupé** (*Pachyrhizus tuberosus* (L.) Urb) – De origem amazônica, seu uso na alimentação era de conhecimento ancestral das populações indígenas sul mineiras. Citada como importante para a alimentação das populações caipiras no sul de Minas ao final do século XIX. Perdeu gradativamente espaço com o avanço da “revolução verde”. Seu hábito trepador e o fato de consumirmos suas raízes, dá grande potencial para esta planta em SAF biodiversos. Interessante também para fixação de nitrogênio e produção de biomassa em bananais.

**Araruta** (*Maranta arundinacea* L.) - O sequilho feito com seu polvilho é um dos mais tradicionais na culinária sul mineira. Ainda hoje cultivada por agricultoras e agricultores da OSM sem, no entanto, dar retorno econômico. Citada como muito utilizada já pelos índios, adotadas tradicionalmente pelas populações caipiras para a fabricação dos tradicionais quitutes de festa. Indicamos seu cultivo para agricultores em qualquer nível de transição agroecológica, mesmo os iniciantes, dada a facilidade de seu cultivo. Como planta nativa, adapta-se perfeitamente em toda a região. Pode ser usada em rotação, consórcio e SAF biodiversos. Cabe reforçar a necessidade de um resgate cultural do uso desta espécie.

**Cambucá ou cambuazeiro** (*Plinia edulis* (Vell.) Sobral) – Da herança indígena veio o uso de sua madeira para fabricação de lanças, sendo útil também para fabricação de cabos de ferramentas e arado de boi. O fruto é comestível, sendo apreciado também pelo gado e

espécies nativas das mais diversas, razão pela qual esteve presente na alimentação das primeiras populações caipiras. Com o tempo seu uso diminuiu, mas ainda permanece em quintais, pomares e sombreando cultivos. Incentivamos seu uso em todos os níveis da transição, sendo importante o resgate cultural de seu uso, além de se estudar melhor espécies ainda nativas e as já melhoradas pela agricultura caipira, estudar formas de processamento pra melhor aproveitamento.

Muitas das espécies aqui citadas foram mantidas culturalmente no ambiente natural, em meio às roças ou próximo às casas. Até agora nos reservamos a falar das espécies citadas em publicações científicas ou informativas, apresentamos a seguir uma lista complementar com espécies citadas nas entrevistas com as agricultoras e agricultores da OSM e pelas observações feitas no campo durante as visitas do SPG. Incluímos para o sul de Minas, várias espécies nativas que já são utilizadas há muito tempo:

**Abacaxi** (*Ananas* Mill.) - Aqui no sul de Minas provavelmente encontravam-se apenas *A. ananassoides* (Baker) L. B. Sm. e *A. bracteatus* (Lindl.) Schult. & Schult.f. cultivadas em quintais próximos às casas, hortas e pomares ou encontradas na natureza e foco do extrativismo. Com a invasão, os portugueses trouxeram também outras espécies do gênero e passaram a cultivá-las com mais intensidade perto das casas. Recomendamos seu plantio, pela sua grande aceitação comercial, mesmo em monocultura para os iniciantes na transição agroecológica. Sua entrada em rotações e consórcios devem levar em conta as exigências de seu manejo. Muito promissor o seu cultivo nas entrelinhas de cafezais. Sugerimos também que sejam incluídos nas fases iniciais da implantação de SAF biodiversos.

**Marolo** (*Annona coriacea* Mart.) - Ocorre na região de transição para o cerrado nos baixos rio Sapucaí e Verde e médio Rio Grande. Existem plantios comerciais próximo à represa de Furnas. Também requer estudos para o manejo sustentável de seu extrativismo, já feito por algumas agricultoras e agricultores do sul de Minas. Tem grande potencial para comercialização *in natura* ou através de processamento. Deve compor SAF biodiversos na região do cerrado sul mineiro, sendo inclusive recomendado para sombreamento de pastagens e cafezais.

**Cambuci** (*Campomanesia phaea* (O. Berg) Landrum) – Árvore bastante comum na região próxima à represa de Furnas, principalmente nas matas semidecíduais das APP em transição para o cerrado. Seu fruto é delicioso *in natura*, mas o maior potencial esta na comercialização após processado como suco. Pode ser incluído nos sistemas em qualquer fase da transição, não podendo faltar na composição de SAF biodiversos. Bom também pra se plantar próximo às casas nos quintais e pomares. Pode ser observado também em cafezais,

compondo a biodiversidade no sombreamento, em beiras de estrada e perto de currais.

**Guabiroba** (*Campomanesia santocharpa* O. Berg.) - Seu fruto é muito apreciado pelas populações caipiras, desde muito tempo. Planta bastante comum nas regiões mais úmidas da Serra da Mantiqueira, sendo também mantida em quintais e pomares. É deixada nos pastos para dar sombra e alimento para o gado, sendo também utilizada na alimentação de porcos. Importância cultural inegável pelo uso de sua madeira na fabricação de instrumentos musicais, como a viola caipira. Muito comum nas beiras das estradas e mantida em alguns quintais e pomares. Também tem potencial para compor SAF biodiversos de porte mais baixo.

**Sete-capotes** (*Campomanesia guazumifolia* (Cambess.) O. Berg) – Árvore mais frequente na Serra da Mantiqueira, principalmente nas bordas de mata, deixadas em pastagens ou cultivada em pomares e quintais. Fruto comestível e delicioso, com grande potencial para comercialização, em especial após processados. Muito procurado pela fauna nativa, sendo importante na recuperação de áreas degradadas na região da serra. Pode compor também SAF biodiversos.

**Araçá** (*Psidium cattleianum* Sabine) – Apesar de bastante frequente nos quintais, terreiros e pomares, é pouco comercializada nos dias de hoje. Apreciada pela fauna nativa, pelo gado e por porcos. Madeira também de ótima reputação graças à sua resistência e dureza. Indicada para sombreamento de pastagens e cafezais e na composição de SAF biodiversos.

**Jerivá** (*Syagrus romanzoffiana* (Cham.) Glassman.) Palmeira de ampla distribuição geográfica e bastante comum no sul de Minas. Seus frutos são muito utilizados na alimentação sendo também um grande atrativo para espécies da fauna. É comum encontrarmos espécimes isolados em pastagens ou em meio a cafezais. Seu uso também é recorrente no paisagismo próximo aos quintais e terreiros das casas. Pode contribuir em todos os níveis da transição agroecológica, sendo de grande potencial para SAF biodiversos.

**Jurubeba** (*Solanum paniculatum* L.) - Muito tradicional na cultura caipira na forma de conserva em salmoura sozinha ou junto com pimentas e, ainda, para “curtir” a cachaça. Possui também uso medicinal. A intensa utilização desta planta pelas populações caipiras faz com que seja comum em áreas de ocupação humana, próximo às casas ou nas beiras de estrada. Seu porte arbustivo e tolerância a sombreamentos diferentes dão grande potencial para composição de SAF biodiversos, sendo também comuns em cafezais, bananais, pomares, quintais e hortas.

Algumas espécies nativas foram mantidas nas hortas, quintais e pomares domésticas, na maioria das vezes fruto de extrativismo sustentável. Ainda hoje estas hortaliças são muito

utilizadas e por vezes até comercializadas, sendo inclusive frequentes em hortas urbanas, porém Kinup (2014), as considera PANC.

**Taioba** (*Xanthosoma taioba* E.G. Gonç.) - durante muito tempo houve controvérsia quanto à sua origem, sendo hoje considerada nativa do estado de Minas Gerais, seu centro de distribuição sendo a região sul de Minas. Espécie muito importante culturalmente na alimentação caipira, acompanhando o angu ou pura, sempre refogada. Suas raízes também são comestíveis. Surge espontaneamente em muitos locais, especialmente na Serra da Mantiqueira. Tem potencial de mercado ainda hoje nas feiras. Não pode faltar no agroecossistema caipira, deve estar presente em todas as fases da transição agroecológica.

**Carurus** (*Amaranthus spp.*) - Muitas espécies do gênero nativas da América do Sul têm as folhas e as sementes comestíveis. No sul de Minas as mais consumidas pela população caipira são *Amaranthus deflexus* L. e *Amaranthus spinosus* L. seja refogada, com angu, com ovo ou misturada à carne de porco. Tem potencial de mercado ainda hoje nas feiras. Não pode faltar no agroecossistema caipira, deve estar presente em todas as fases da transição agroecológica, sendo também utilizada na alimentação das criações.

**'Capiçoba** (*Erechtites hieraciifolius* (L.) Raf. Ex DC.) - É nativa em todo território brasileiro e considerada daninha. Tem por isso grande potencial no agroecossistema caipira quando devidamente manejada. Seus usos são parecidos com os da taioba, bertalhas e caruru. Tem potencial de mercado ainda hoje nas feiras. Não pode faltar no agroecossistema caipira, deve estar presente em todas as fases da transição agroecológica.

**Ora-pro-nobis** (*Pereskia aculeata* Miller) - As folhas, cozidas ou em saladas, são usadas na alimentação de pessoas desnutridas e anêmicas. Citada também como fornecedora de proteína na ração de galinhas. Espécie nativa que se adapta a diferentes formas de manejo, sendo muito interessante pra composição de SAF biodiversos. Muito utilizada como cerca viva, sendo recomendado por nós o seu uso para tal. Não pode faltar no agroecossistema caipira, deve estar presente em todas as fases da transição agroecológica.

**Major-gomes ou Maria-gorda** (*Talinum paniculatum*(Jacq.) Gaertn.) - Nativa da América, cresce em todo território brasileiro nas mais diferentes formações florestais e independentemente da disponibilidade de luz. Muito indicada para composição de SAF biodiversos, também podendo compor plantios consorciados, rotações ou mesmo no plantio solteiro.

Outras foram trazidas após a invasão portuguesa e se confundem na nomenclatura popular com outras espécies nativas também utilizadas:

**Bertalhas** (*Anredera spp.* ou *Basella alba* L.) - As espécies do gênero *Anredera* são nativas, *Basella alba* foi trazida pelo invasor europeu, mas justamente a segunda se tornou mais presente na alimentação caipira, razão pela qual se naturalizou em diversos ambientes e hoje é espontânea em alguns locais. Tem potencial de mercado ainda hoje nas feiras. Não pode faltar no agroecossistema caipira, deve estar presente em todas as fases da transição agroecológica.

**Radites e Almeirão** (*Hypochaeris* e *Lactuca*) – *Hypochaeris chilensis* (Kunt.) Britton é nativa e *Hypochaeris radicata* L. é exótica. Ambas são chamadas de radite ou almeirão, mas o primeiro nome é mais frequente. A primeira é mais frequente na região da Serra da Mantiqueira, a segunda se espalhou por toda região por ter se naturalizado facilmente e tornado espontânea. Por vezes são consideradas plantas daninhas. *Lactuca canadensis* L., é exótica se naturalizou e hoje é espontânea em muitos locais, inclusive nas ruas e terrenos baldios de minha cidade natal. É a de maior potencial de mercado ainda hoje nas feiras e mesmo nos mercados convencionais. Não pode faltar no agroecossistema caipira, deve estar presente em todas as fases da transição agroecológica. Adapta-se mais facilmente às regiões mais frias do sul de Minas onde pode ser cultivada durante o ano todo.

Ainda existem aquelas espécies exóticas que se tornaram populares na agricultura sul mineira:

**Peixinho** (*Stachys byzantina* K. Koch) – Nativa do Oriente Médio, esta planta passou a fazer parte do cotidiano do caipira sul mineiro após a invasão portuguesa. Utilizada como ornamental, porém seu principal uso se dá como planta alimentícia. É bastante tradicional a utilização de suas folhas empanadas (ovo-farinha-fritura), por ficar muito parecida com o lambari frito, também é chamada de lambari da horta. É bastante comum nas hortas e quintais, próximo às casas. Suas exigências quanto à luminosidade implicam na sua utilização em SAF biodiversos, apenas nas fases iniciais. Nas hortas pode compor consórcios, desde que não se exagere no sombreamento.

**Capuchinha** (*Tropaeolum majus* L.) - Provavelmente nativa da região Andina, porém naturalizada em todo o território sul mineiro e muito reputada pelos agricultores da OSM. Tornou-se espontânea em algumas regiões da serra da Mantiqueira, onde se adapta mais facilmente por preferir temperaturas mais amenas. No planalto sul mineiro não aparece durante o verão. Muito apreciada para se plantar perto das casas, por ser também muito ornamental.

**Azedinha** (*Rumex acetosa* L.) - Nativa da Europa e norte da Ásia, trazida pelos portugueses após a invasão. É bastante comum nas hortas em quintais, especialmente na

região da Serra da Mantiqueira, onde é cultivada para comercialização, principalmente em feiras e cestas em domicílios. Pode ser cultivada em meia sombra, mas apresenta melhores resultados a pleno sol, razão pela qual indicamos seu plantio em hortas e quintais domésticos, em pomares com menor sombreamento ou para a fase inicial de SAF biodiversos.

**Beldroega** (*Portulaca oleraceae* L.) - Há dúvida quanto à sua origem dada sua ampla distribuição por toda a América tropical, no entanto, parece ser de origem europeia. Apesar de tolerar geadas, se adapta melhor às regiões mais quentes do planalto sul mineiro. Por sua versatilidade, pode ser usada nos mais diferentes desenhos do agrossistema.

**Dente-de-leão** (*Taraxacum officinalis* Wiggers) – Nativa da Europa, foi trazida pelos portugueses após a invasão se tornando espontânea em todo território brasileiro. O uso mais conhecido é o medicinal, no entanto, é considerada também uma PANC (Kinupp, 2014). Não pode faltar nas diferentes fases da transição agroecológica.

Destacamos algumas frutas exóticas que facilmente se adaptaram ao ambiente sul mineiro e se tornaram parte de nossa paisagem cultural:

**Laranja, limoeiro, limeira, pocanzeira, mexeriqueira** (*Citrus spp.*) - Destes, o limão-cravo ou limão-rosa, é o mais importante para a agricultura caipira. Tornou-se espontâneo em todo sul de Minas e não falta nos quintais e pomares das casas. Permanece nas beiras de curral, beiras de estrada, no meio das culturas, sombreando pastagens. Sem dúvida o de maior potencial para construção do agroecossistema caipira. Seu fácil manejo o torna indicado mesmo para os iniciantes na transição agroecológica. Enorme potencial para composição de SAF biodiversos. As demais espécies, muitas só tiveram sucesso utilizando o limão-cravo como porta enxerto. São indicadas, contudo, para compor os agrossistemas em qualquer fase, requerendo um manejo mais cuidadoso. Têm potencial de mercado ainda hoje nas feiras e nos mercados convencionais. Não pode faltar no agroecossistema caipira, deve estar presente em todas as fases da transição agroecológica.

**Mamoeiro** (*Carica papaya* L.) - nativa da América Central, rapidamente se adaptou e tornou-se espontânea por aqui. As variedades espontâneas são chamadas de caipiras, tamanha a ligação com a cultura regional. O mamão-caipira ainda é bastante presente nas hortas, quintais e pomares, mesmo nas cidades. Pode ser visto entre cafezais, um consórcio de grande potencial. Têm potencial de mercado ainda hoje nas feiras e nos mercados convencionais. Não pode faltar no agroecossistema caipira, deve estar presente em todas as fases da transição agroecológica.

**Mangueira** (*Mangifera indica* L.) - Compõe a paisagem das grandes fazendas, inclusive nos casarões antigos das cidades. Nativa do sudeste asiático, se adaptou

perfeitamente ao clima de nossa região, principalmente nas regiões mais quente e úmidas. Indicada para arborização de pastagens e a composição de SAF biodiversos. Têm potencial de mercado ainda hoje nas feiras e nos mercados convencionais. Não pode faltar no agroecossistema caipira, deve estar presente em todas as fases da transição agroecológica.

**Abacateiro** (*Persea americana* Mill.) - Planta exótica com diversas variedades que se adaptaram em nossa região. Possui múltiplos usos. Parte constante da nossa paisagem, seja próxima aos casarões de fazenda, casas de colono, beiras de estrada, sombreando pastagens e cafezais. Têm potencial de mercado ainda hoje nas feiras e nos mercados convencionais. Não pode faltar no agroecossistema caipira, deve estar presente em todas as fases da transição agroecológica.

**Marmeleiro** (*Cydonia oblonga* Mill.) - No sul de Minas temos a cidade de Marmelópolis, que ganhou seu nome devido à cultura do Marmelo, que também foi forte em outros locais da Serra da Mantiqueira. O sucesso se deu principalmente pela agroindústria do doce, a marmelada. A marmelada entrou na tradição caipira trazida pelo camponês europeu, principalmente o português. Ainda hoje persiste mesmo nos quintais e pomares na região da Serra da Mantiqueira, restando poucos cultivos comerciais. Incentivamos seu uso principalmente para as agricultoras e agricultores da Serra. Pode compor também plantios consorciados, desde que haja luz suficiente. Têm potencial de mercado ainda hoje nas feiras e nos mercados convencionais, principalmente se estimulada a produção caseira de doces.

Listamos agora as espécies de uso medicinal, tanto nativas quanto naturalizadas após a invasão portuguesa nas hortas e quintais de casa mais comum na região sul de Minas:

**Quina** (*Coutarea hexandra* (Jacq.) K. Schumm.) - Encontrada em diversas formações do sul de Minas, sendo recomendada para composição de SAF biodiversos e recuperação de áreas degradadas, principalmente nas APP.

**Barbatimão** (*Stryphnodendron adstringens* (Martius) Coville) – seu uso medicinal é muito tradicional, não sendo recomendada para pastagens, pois suas vagens são tóxicas para o gado, no entanto, é muito interessante para sombreamento de cafezais e na composição de SAF biodiversos. Pode ser utilizada com sucesso na recuperação de APP degradadas.

**Arnica** (*Arnica spp.*) e **Arnica-do-cerrado** (*Lychnophora ericoides* Mart.) - A primeira de origem europeia e trazida após a invasão. A segunda é nativa das regiões de cerrado no sul de Minas. Ambas são utilizadas na medicina tradicional. Recomendamos a preferência pela espécie nativa em quaisquer desenhos dos agroecossistemas de cerrado.

**Caroba** (*Jacaranda micrantha* Cham.) - A medicina tradicional usa da infusão de suas folhas. É uma planta bastante ornamental assim como todas de seu gênero ocorrentes no

sul de Minas, razão pela qual ainda fazem parte da paisagem. Todas são bastante indicadas para recuperação de áreas degradadas. *Jacaranda cuspidifolia* Mart., conhecida como jacarandá-de-minas é a mais comum das espécies do gênero na região e bastante utilizada nas divisas e no sombreamento de pastagens, no entanto, não possui propriedades medicinais reconhecidas.

**Ipecacunha** (*Psychotria ipecacuanha* (Brot.) Stokes) – Erva cultivada em quintais e hortas domésticas e usada como antidiarréico, amebicida, expectorante e anti-inflamatório. Hoje é mais rara, mas era comum próximo às casas caipiras. Adapta-se perfeitamente a quaisquer desenhos do agroecossistema caipira no sul de Minas.

**Carapiá** (*Dorstenia brasiliensis* Lam.) - Nativa em todo o sul de Minas, além de seu uso na medicina popular, também é usada misturada ao fumo e fumada nos cigarros de palha para amenizar o cheiro forte. Planta herbácea que vai muito bem às hortas, quintais e pomares.

**Bardana** (*Arctium lappa* L.) - Trazido da Europa após a invasão portuguesa para uso medicinal. Naturalizada em nosso ambiente se disseminou pelas áreas antropizadas e mesmo ambientes em regeneração. Pelo seu potencial alimentício é indicada para compor o agroecossistema caipira em qualquer fase.

**Beladona** (*Atropa belladonna* L.) - Trazida pelos portugueses após a invasão. Planta de origem mediterrânea muito utilizada na medicina tradicional. Mantida perto das casas em hortas e quintais, mas bastante rara nos dias de hoje. Estimulamos seu plantio tradicional próximo às casas.

**Caapeba** (*Piper umbelatum* L.) - Nativa em toda a região sul de Minas tolerando diferentes situações ambientais, mas preferindo áreas levemente sombreadas. Além do uso na medicina tradicional, também é citada como alimentícia. Deve ser deixada nascer sem medo em todas as situações, pois seu manejo é bastante fácil.

**Camomila** (*Matricaria chamomilla* L.) - Vinda de regiões temperadas da Europa e Ásia, tornou-se bastante cultivada nas hortas e quintais domésticos na região sul de Minas. Estimulamos seu plantio tradicional próximo às casas.

**Carqueja** (*Matricaria chamomilla* (Less.) DC) – Planta nativa extremamente rústica nascendo em vários tipos de solo, inclusive os de baixa fertilidade natural. Prefere pleno sol, razão pela qual indicamos para o plantio próximo às casas em quintais e hortas. Na rotação, consórcio ou na composição de SAF biodiversos, devemos nos atentar para a luminosidade, sendo recomendada em estágios iniciais ou junto a plantas de porte baixo.

**Cinamomo ou Santa Bárbara** (*Melia azedarach* L.) - Originária da Índia, foi trazida pelos portugueses após a invasão para uso medicinal. Utilizada também como repelente de insetos indesejáveis na agricultura e para a formulação de caldas em substituição ao Neem. De uso bastante comum como ornamental no sul de Minas. Bastante indicada para arborização de pastagens e a composição de SAF biodiversos. Por suas propriedades no controle de insetos também é indicada para agricultoras e agricultores que cultivam hortaliças.

**Copaíba** (*Copaifera langsdorffii* Desf.) - Sua madeira sempre teve muitos usos na região sul mineira. Tem potencial também para geração de renda através da extração de seu óleo. De tradição na medicina popular. Ótima para arborização de pastagens e culturas perenes, principalmente café. Sendo muito útil na recuperação de áreas degradadas.

**Sapé ou capim-rabo-de-burro** (*Andropogon bicornis* L.) - Utilizada como desobstruente nas afecções hepáticas, calagogo, hemoliente, diurética (Rondon Neto & Vasconcelos Gama 2002). É nativa da África, mas se naturalizou na paisagem sul mineira após a invasão portuguesa. Utilizada como planta indicadora de solos ácidos, é, por vezes, inconveniente em pastagens, no entanto, feito o devido manejo, deve ser mantida na diversificação destas. Na composição de SAF biodiversos e na entrelinha de culturas permanentes, devemos ter os mesmos cuidados, mas a espécie pode ser muito útil para produção de biomassa em solos ácidos, sendo recomendada também para recuperação de APP degradadas, principalmente nas encostas, desde que não seja realizada em monocultura. É utilizada também na bioconstrução para cobertura e é muito comum seu uso para fabricação de vassouras artesanais utilizadas nos fogões à lenha.

**Taiuveira ou taiuva** (*Maclura tinctoria* (L.) Don ex Steud) – Planta muito comum na nossa região e utilizada historicamente pelas populações caipiras na tinturaria. Os criadores de gado deixam a árvore nos pastos pela sua ótima sombra e pela reputação no controle de carrapatos. Muito utilizada também para moirões de cerca, graças a sua durabilidade natural. Também reputada como medicinal. Citada também como excelente árvore para se manter no meio dos cafezais por beneficiar este cultivo.

**Trapoeraba** (*Commelina benghalensis* L., *Commelina Diffusa* Burm.f., *Commelina erecta* L., *Tinantia erecta* e *Tripogandra diuretica* (Mart.) Handlos L.) - Plantas de diferentes gêneros da família Commelinaceae, são chamadas popularmente de trapoeraba. De origem europeia, foram trazidas para o Brasil após a invasão portuguesa, onde rapidamente se naturalizaram e se tornaram espontâneas. Também citada como alimentícia, mas seu uso mais tradicional se dá na medicina popular. Requer manejo para que não se torne invasora em outras culturas, no entanto é recomendada em diversos agrossistemas.

**Velame** (*Macrosiphonia velame* (A.St.-Hil.) Müll.Arg.) - Comum na transição para o cerrado no planalto sul mineiro. Prefere solos rasos, pedregosos e com baixa fertilidade natural, sendo muito comum em locais que sofreram queimadas recentes, razão pela qual é indicada para recuperação de áreas degradadas, em especial onde se encontram as características acima citadas. Pode compor consórcios e rotações, no entanto, deve se atentar para suas exigências de luminosidade.

**Hortelã** (*Mentha spp.* L.) - As espécies do gênero *Mentha* são nativas da Europa e Ásia, tendo sido trazidas para o Brasil após a invasão portuguesa para uso medicinal. Por aqui ficou mais conhecida popularmente como hortelã. Quase não falta ao redor das casas caipiras. Seu uso para chás é bastante tradicional. Adapta-se melhor quando expostas a maior luminosidade, razão pela qual recomendamos seu plantio em quintais, hortas e pomares domésticos, onde também tem reputação de repelente, em plantios consorciados ou SAF biodiversos, deve-se ter atenção para incidência de luz.

**Capim-cidreira ou capim-limão** (*Cymbopogon citratus* (DC.) Stapf) – Originária da Ásia tropical, foi trazida para o Brasil após a invasão portuguesa para uso na medicina popular. Reputada também como repelente de insetos, sendo plantada próximo às casas ou nos locais de criação de animais, sendo também útil para cama de animais e ninhos de aves. Bastante eficiente no controle de piolhos de galinha. Exigente quanto à luminosidade sendo recomendada nos consórcios em entrelinhas de plantas de pequeno porte ou nos estágios iniciais de SAF biodiversos.

**Babosa** (*Aloe vera* (L.) Burman) – Sua origem é incerta, sendo mais comum a citação de sua origem para o norte da África e Península Arábica, sendo naturalizada em diversas regiões do mundo. Trazida para o Brasil pelos portugueses após a invasão. Uso muito comum na medicina popular, sendo também cultivada para outros usos. Reputada para o controle de piolhos e carrapatos. Planta que cresce a pleno sol, obtendo melhor desenvolvimento no planalto sul mineiro, que nas serras. Indicamos seu plantio próximo às casas em hortas, quintais e pomares, quando em consórcio, deve compor a entrelinha de espécies de porte baixo. Para SAF biodiversos, pode entrar no início da sucessão.

**Guaco** (*Mikania glomerata* Spreng.) - Seu centro de distribuição é a região subtropical da América do Sul, sendo naturalizada também no sul de Minas, onde ocorre principalmente na região da Serra da Mantiqueira. Seu uso mais comum é na medicina popular. Muito presente na composição de cercas vivas nas casas caipiras, razão pela qual recomendamos para este uso. Pode ser interessante também na composição de SAF biodiversos, em especial por seu hábito trepador e sua preferência pelas bordas de mata.

**Boldo** (*Peumus boldus* Molina.) - Nativa da parte sul dos Andes. Seu uso pelas populações indígenas da América Latina reforça a tese de que esta planta deva ter chegado ao Brasil antes da invasão portuguesa, no entanto, seu uso medicinal caiu no gosto do invasor europeu, que a levou para todo o mundo. Recomendada para plantio em quintais e hortas domésticas, além de poder compor rotações, consórcios e SAF biodiversos.

**Gengibre** (*Zingiber officinale* Roscoe) – Originária da Ásia, esta planta muito utilizada na Europa foi trazida para o Brasil após a invasão portuguesa para uso medicinal, porém tem grande apreço pelas populações caipiras como condimento, inclusive sendo ingrediente indispensável do “quentão” das festas juninas. Bastante cultivada em hortas e quintais domésticos. Sua preferência por locais semi-sombreados torna a espécie interessante para o plantio nas entrelinhas de culturas arbóreas e para composição de SAF biodiversos.

Apresentamos até agora cerca de 100 espécies de planta, uma vez que descrevemos alguns gêneros que possuem mais de uma espécie utilizada, além de 50 espécies de animais que, mais intimamente, fazem parte da cultura caipira em nosso território.

Totalizamos 250 espécies de planta, aproximadamente, ao acrescentarmos outras 150 espécies que as agricultoras e agricultores da OSM costumam cultivar tanto para consumo, como para o mercado e que está disponível no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, por serem espécies mais conhecidas, não serão detalhadas neste documento: Açaí, Acelga, Acerola, Agrião, Aipo, Alcachofra, Alecrim, Alface, Alfavaca, Alho, Alho poró, Amendoim, Amora, Arruda, Aspargo, Aster, Aveia, Azaléia, Azeitona, Babaçu, Bálsamo, Baru, Batata-salsa ou Batata-baroa, Batata yacon, Baunilha, Berinjela, Beterraba, Brócolis, Broto-de-bambú, Bucha, Cabaça, Cabu, Cacau, Caju, Calêndula, Camélia, Camu-camu, Colza, Capim- braquiária, Capim-colonião, Capim-napier ou capim-elefante, Capim-santo, Caqui, Cará-do-ar, Carambola, Carvalho, Castanha-portuguesa, Catalônia, Cebola, Cebolinha, Cenoura, Cevada, Citronela, Chia, Chuchu, Cominho, Cosméia, Coentro, Confrei, Couve-flor, Crotalária, Cupuaçu, Dália, Endro, Ervilha, Ervilha torta, Espinafre, Espinheira-santa, Estévia, Estragão, Fava, Feijão-, zuki, Feijão-de-porco, Figo, Framboesa, Gergelim, Girassol, Grão-de-bico, Graviola, Groselha, Guandú, Guaraná, Habu, Jaca, Jambo, Jiló, Kiwi, Lab-lab, Lavanda, Lentilha, Lichia, Linhaça, Losna, Louro, Lúpulo, Macadamia, Malva, Manjeriçã, Manjerona, Margarida, Margaridão, Maxixe, Melaleuca, Melancia, Melão, Melão-de-são-caetano, Mil-folhas, Mirtilo, Morango, Moringa, Mostarda, Mucuna, Nabo, Nirá, Nós-pecã, Orégano, Pau-doce, Pepino, Petúnia, Pimentão, Pitaia, Quiabo , Rabanete, Rami, Repolho, Romã, Rosa, Rúcula, Sabugueiro, Salsão, Salsinha, Sálvia, Segurelha, Seriguela, Soja, Sorgo, Tâmara, Tanchagem, Taro, Tarumã, Tomate,

Tomate cereja, Tomate-de-árvore, Tomilho, Tremoço, Tulipa, Urtiga, Valeriana, Vinagreira, Visia e o cogumelo Shitake.

Boa parte das espécies aqui apresentadas constavam no Almanach Sulmineiro, a publicação da segunda edição deste documento aconteceu em 1884, dez anos após a primeira. Já se percebia neste tempo a derrubada das matas para ampliação da área cultivada, para o qual o autor alerta o risco de se extinguir as boas madeiras, porém destaca a iniciativa rara de alguns proprietários plantarem árvores de madeiras nobres para se dispor no futuro, bem como o plantio de espécies de outros usos, como a tinturaria e a medicina natural, destacamos então as madeiras mais utilizadas até então:

**Ipês** (*Tabebuia spp.*) - O primeiro uso tradicional dos ipês foi de sua excelente madeira para as mais diversas funções, principalmente obras externas. Está mais presente nas áreas mais abertas, sendo menos presente nas matas mais úmidas das serras e beiras de rio. Seu uso ornamental fez com que permanecesse culturalmente na paisagem não só da região sul de Minas como de todo Brasil. Mantida no sombreamento de diversas culturas e pastagens. Muito útil nos cafezais por derrubar as folhas no período de maior escassez de água.

**Jacarandás** (*Dalbergia spp.*, *Machaerium spp.*) - Além da tradicional reputação de sua madeira, é comum encontrá-los nas pastagens, promovendo sombra pra gado e pela sua fama de “melhorar o pasto”, pelas mesmas razões, é indicada para sombreamento de cafezais. São interessantes para recuperação de áreas degradadas de encostas e em solos de baixa fertilidade natural.

**Canelas** (*Ocotea spp.*, *Nectandra spp.*) - Além de excelentes madeiras, todas são recomendadas para recuperação de áreas degradadas, principalmente nas APP. Algumas permanecem no sombreamento de pastagens e, mais raramente, de cafezais, sendo também deixadas nas divisas.

**Ingás** (*Inga spp.*) - Além do uso da sua madeira é uma das árvores mais eficientes na fixação de nitrogênio, sendo muito presente em cafezais, podendo ser utilizada com muito sucesso em SAF e na recuperação de áreas degradadas, em especial nas APP próximo a cursos d'água e nascentes. Seus frutos são consumidos tradicionalmente entre as/os caipiras, permanecendo em alguns pomares e quintais. São muito procurados pela fauna nativa.

**Peroba** (*Aspidosperma polyneuron* Mull. Arg.) - Uma das plantas cuja madeira foi mais explorada em nossa região. Antes bastante comum, hoje é raramente encontrada. Os casarões do ciclo do café foram construídos em boa parte com sua madeira. Indicamos a utilização desta espécie na recuperação de áreas degradadas, em especial APP, para contribuir com sua conservação.

**Cedro** (*Cedrela fissilis* Vell.) - A madeira tem ótima reputação por ser ao mesmo tempo durável e fácil de trabalhar. Os frutos secos também são utilizados no artesanato. Sua boa sombra garante sua presença constante em pastagens. Também é apreciada sua manutenção no sombreamento dos cafezais.

**Massaranduba** (*Persea pyrifolia* Ness e Mart. Ex Ness) – Sua madeira tem importância ao longo de toda história da colonização na região, principalmente para construção civil e fabricação de móveis. Muito utilizada também na arborização de pastagens por ser fornecedora de excelente sombra.

**Sassafráz** (*Ocotea odorifera* (Vell.) Rohwer) – Muito comum na região da Serra da Mantiqueira, sendo a árvore mais frequente em algumas localidades. Sua madeira possui múltiplos usos, mas se tornou tradicional na fabricação de tonéis. Produz o óleo essencial “safrol”, muito utilizado pela indústria e com uso tradicional para “curtir” a cachaça.

**Aroeira-branca ou aroeira-brava** (*Lithraea molleoides* (Vell) Engl.); **aroeira-salsa ou aroeira-mole** (*Schinus molle* L.) e **aroeira-mansa, aroeira vermelha ou pimenteira** (*Schinus terebinthifolius* Raddi,) - Plantas ecologicamente parecidas. A primeira possui distribuição mais ampla por todo território sul mineiro, sendo bastante comum nos vales dos rios Sapucaí e Verde. A segunda foi mais presente no passado, sendo rara nos dias de hoje e restrita às regiões mais altas da Serra da Mantiqueira, associada às florestas de araucária e campos de altitude. A terceira também ocorre na região das serras, sendo mais frequente à medida que nos aproximamos da parte alta da Serra da Mantiqueira. Ambas provocam reações alérgicas, sendo a da primeira mais intensa, razão pela qual não é comum vê-las compondo plantios biodiversos, no entanto, apresentam características interessantes na composição de SAF. A terceira produz a pimenta-rosa, de uso tradicional na culinária. As madeiras de todas elas são interessantes para moirões.

**Bálsamo** (*Mycrocarpus frondosus* Allemão) – Nativa de todo o centro sul do Brasil foi bastante utilizada como madeira para construção, artigos de cozinha, mas também é reputada como medicinal e ganhou grande importância na cultura caipira para curtir cachaça, ressaltamos também o uso tradicional para fabricação de carroças e carros de boi. Podemos constatar maior ocorrência próximo à serra da Mantiqueira, porém estende sua distribuição para o planalto sul mineiro onde é mais rara. Pelo porte baixo, pode se adaptar a diferentes conformações de SAF, indicamos também pra arborização de pastagens e sombreamento de cafezais.

**Candeias** (*Eremanthus erythropappus* (DC.) Macleish e a *Eremanthus incanus* (Less.) Less - são entre as candeias, as de maior importância econômica e de maior ocorrência em Minas Gerais, a primeira prefere solos pobres, rasos, pedregosos, sendo mais comum nos

campos de altitude, das serras mais baixas na transição para o cerrado. É uma espécie de múltiplos usos, porém sua madeira é mais utilizada como moirão de cerca, pela sua durabilidade, e para a produção de óleo essencial, cujo principal componente, o alfabisabolol, possui propriedades antiflogísticas, antibacterianas, antimicóticas, dermatológicas e espasmódicas. A segunda predomina nas serras mais baixas dos cerrados no médio rio Grande e baixo rio Verde, sendo mais útil na produção de moirão. Ambas são pioneiras, sendo recomendadas para recuperação de áreas degradadas e muito bem-vinda nos SAF biodiversos.

**Pau-pereira ou pereira** (*Platycamus regnellii* Benth.) muito utilizada para arborização de pastagens e cafezais. Historicamente utilizada pela reputação de sua madeira. Permanece nos pastos para dar sombra, garantir o fornecimento de nitrogênio e pela fama de repelente de carrapatos. Permanece também nos cafezais onde contribui com a produtividade deste cultivo. Pode ser usada sem medo em diferentes fases de SAF biodiversos.

**Sobrasil ou sobragi** (*Colubrina glandulosa* Perkins.) - Comum nas florestas semidecíduas apesar de sua exploração para uso da madeira. Madeira de lei, ótima para construção civil, obras externas, batentes de porteiros, moirões, dormentes, estacas e pontes, outrora muito utilizada para construção dos barcos que utilizavam os rios Sapucaí, Verde e Grande. Também apropriada para recuperação de áreas degradadas e na composição de SAF biodiversos.

**Sucupira** (*Pterodon emarginatus* Vogel) – Bastante comum nas áreas mais secas do planalto sul mineiro. Historicamente utilizada pelas características de sua madeira na construção dos barcos que cruzavam o rio Sapucaí, Verde e Grande e posteriormente nos dormentes das estradas de ferro. Posteriormente ganhou maior importância na fabricação de carrocerias e carroças. Não pode faltar na recomposição de áreas degradadas em APP, tem grande apelo na arborização de pastagens e pode compor com sucesso SAF biodiversos.

**Tiriba** (*Callisthene major* Mart.) - Muito comum na transição para o cerrado no planalto sul mineiro, possui fama na construção das casas e ranchos, bem como para tinturaria, carvão e lenha. A casca tem reputação medicinal. Esta árvore de múltiplos usos, de porte médio, pode se comportar bem em SAF biodiversos em diferentes estágios. Por derrubar parte das folhas durante o inverno, pode ter sucesso no sombreamento de cafezais. Sua fama é muito grande na arborização de pastagens, segundo informação, o gado adora ficar sob sua sombra. Pode ser usado com sucesso no enriquecimento de áreas de recuperação ambiental, especialmente em terrenos bem drenados de encostas.

**Cedro-do-brejo** (*Cedrela odorata* L.) - Considerada uma das melhores madeiras nativas para fabricação de móveis. Mais comum nas matas úmidas próximo à serra da

Mantiqueira, no planalto sul mineiro se restringe às APP próximo aos cursos d'água, razão pela qual é bastante recomendada na recuperação ambiental destas. Muito utilizada na arborização de pastagens, também pode ter sucesso no sombreamento de cafezais dado o período em que derruba suas folhas. Deve compor SAF biodiversos em suas diferentes fases.

**Canjerana ou canjarana** (*Cabrlea canjerana* (Vell.) Mart.) - Madeira de muito sucesso na região sul de Minas. Seu uso como moirão em áreas muito úmidas é bastante tradicional. Também muito indicada para recuperação de áreas de APP degradadas. Pode ser vista sombreando cafezais, recomendamos seu uso para tal, assim como para arborização de pastagens e na composição de SAF biodiversos.

Essa é a matéria-prima das casas, dos currais, dos ranchos, das taperas, das fazendas, das ferramentas, dos meios de transporte e até hoje muito usadas, como nos mostra Lorenzi (2000). Isso evidencia que muito do que pensamos hoje na maneira de se praticar a Agroecologia, já era praticada naquele momento, como a utilização de espécies nativas e a diversificação de culturas, indo no caminho inverso (espécies comerciais em monoculturas), o latifúndio. Com o acréscimo destas espécies madeireiras chegamos à aproximadamente 290 espécies de plantas.

### **Construindo o Agroecossistema Caipira**

Nosso desafio está lançado, a construção de um Agroecossistema baseado na cultura caipira de nosso território sul mineiro. Nossa região é extremamente biodiversa, com predominância de formações florestais, por isso seguimos com as indicações de espécies arbóreas nativas para que nossa agricultura se torne cada vez mais biodiversa. As espécies apresentadas a seguir são com base nas informações apresentadas por Lorenzi (2000):

**Abiu** – (*Pouteria torta* (Mart.) Radlk.) - Encontrada em poucos pomares e quintais no sul de Minas, mas com grande potencial além dos frutos, pela boa madeira e na recuperação de áreas degradadas (Lorenzi, 2000).

**Casca-d'anta** (*Drimys winteri* J. R. Forst e G. Forst.) - Comum na região da Serra da Mantiqueira, ainda é bastante utilizada por suas propriedades medicinais e aromáticas.

**Tarumã** (*Vitex montevidensis* Cham.) - Ocorre naturalmente nos sub-bosques de pinhais na Serra da Mantiqueira, podendo ser utilizada na alimentação e com potencial para uso da madeira e em reflorestamentos por atrair diversas espécies da fauna.

**Lixeira** (*Aloysia virgata* (Ruiz e Pav.) Juss.) - Uma das espécies mais comuns nas formações secundárias em início de regeneração na região sul de Minas, além do uso tradicional de suas folhas como lixa de madeira, é excelente na formação de pastos apícolas pelo fato de suas flores serem milíferas. Tolerante a podas, tornando-a útil para SAF.

**Tamanqueiro, pau-de-tamanco** (*Aegiphila sellowiana* Cham.) - É uma das primeiras árvores a surgir em áreas de recuperação. Planta pioneira, de crescimento muito rápido, tolerante à poda e com flores milíferas, atraindo especialmente espécies nativas de abelha, como a mandassaia.

**Grandiuva, crindiuva ou pau-de-pólvora** (*Trema micrantha* (L.) Blume.) - Teve grande importância após a invasão portuguesa, sendo utilizada na fabricação de pólvora. Brandão (1964) e Ribeiro (1995) citam a importância desta árvore na formação do Brasil caipira. Além disso, é muito útil para recuperação de áreas degradadas.

**Benjoeiro, árvore-de-bálsamo ou pindaubuna** (*Stirax pohli* A. DC.) - Muito comum nas capoeiras em formação na região sul de Minas. Bastante presente em cafezais, mesmo não havendo informações sobre seu benefício para lavoura. Além da possibilidade de sua utilização na recuperação de áreas degradadas, suas flores são aromáticas e milíferas, seus frutos atraem muitas aves e pode ser extraído incenso-da-américa, através do corte de seu lenho.

**Salgueiro-chorão ou salgueiro-do-rio** (*Salix humboltiana* Willd.) - Planta muito utilizada na recuperação de áreas de preservação permanente próximas à água, como podemos perceber nas andanças pelo sul de Minas. Bastante comum na região dos contrafortes da Serra da Mantiqueira.

**Mamica-de-porca ou mamica-de-cadela** (*Zanthoxylum rhoifolium* Lam.) - Bastante comum nas bordas de capoeira da região sul de Minas, em especial nas regiões inclinadas da Serra da Mantiqueira e nas áreas mais bem drenadas (solos arenosos) do planalto sul mineiro. Muito utilizada para fabricar cabos de ferramentas, além de ser importante na recuperação de áreas degradadas e possuir flores milíferas.

**Canela-de-cutia ou guaxupita** (*Esenbeckia grandiflora* Mart.) - O caipira descobriu seu uso pela herança indígena. Era muito utilizada na fabricação de flechas, que por sua flexibilidade, foi adaptada pelo caipira na construção de carroças e carros de boi, principalmente para confecção de aros de rodas. Utilizada também na recuperação de áreas degradadas.

**Jenipapo** (*Genipa americana* L.) - Ainda comum nas várzeas próximas à represa de Furnas. Além de seu tradicional uso alimentício *in natura* ou na forma de sucos, vinhos e licores, pode ser usada como corante (herança da cultura indígena), na alimentação de bovinos, na recuperação de APP próximas aos cursos d'água (principalmente nos brejos) e na fabricação de cabos para ferramentas.

**Carvalho-brasileiro ou carvalho-do-campo** (*Roupala brasiliensis* Klotzsch.) - Desde a invasão portuguesa, foi muito utilizada pelos europeus por ser comparada ao carvalho

que existe por lá. Madeira muito utilizada na fabricação de móveis e objetos de enfeite, muito útil também para a construção civil. Ainda bastante frequente no planalto sul mineiro.

**Pinheiro-bravo** (*Podocarpus lambertii* Klotzsch ex Eichler.) Não pode faltar no agroecossistema caipira na região da Serra da Mantiqueira, sendo parte importante de nossa paisagem cultural. Planta característica da Floresta Ombrófila Mista, os pinhais ou matas de pinheiro (*Araucaria angustifolia*).

**Guariroba ou gueroba** (*Syagrus oleraceae* (Mart.) Becc.) - Além das características parecidas com a do Jerivá, sua madeira é muito utilizada para moirões, ripas e calhas para água. Seus frutos também são apreciados pelo gado e pelos porcos, sendo também comestível a sua castanha. Folhas são usadas na fabricação de vassouras e suas flores são milíferas.

**Bacuri** (*Scheelea phalerata* (Mart. Ex Spreng) Burret.) - Comum nas áreas brejosas do planalto sul mineiro. Seus frutos dão uma fécula comestível, assim como sua amêndoa e seu palmito. Deixado em pastos como valorização da “terra boa”.

**Macaúba** (*Acrocomia aculeata* (Jacq.) Lodd. Ex Mart.) - Palmeira com múltiplos usos e indicativo de terra fértil. Miolo do tronco dá farinha comestível, folhas podem ser usadas como forragem para ruminantes e para extração de fibra (imbira), fruto comestível ou utilizado para extração de óleo, assim como sua amêndoa.

**Primavera** (*Bougainvillae glabra* Choisy.) - Além de seu uso ornamental, pode ser utilizada na recuperação de áreas degradadas. Para o agroecossistema caipira é interessante por seu uso no controle de nematoides do solo e como repelente de insetos após prepara de calda com suas folhas.

**Cambuí** (*Myrcia selloi* (Spreng.) N. Silveira.) - De importância cultural para o caipira sul mineiro pela utilização de sua madeira como moirão e cabo de ferramentas. Ocorre nos sub-bosques dos pinhais da Serra da Mantiqueira, sendo bastante comum nos vales do rio Sapucaí e Verde. Dá nome a uma cidade e alguns bairros da sua região. Seus frutos também são comestíveis e possui grande importância na ecologia de espécies nativas, principalmente aves. Importante na recuperação de áreas degradadas em APP próximo aos cursos d'água.

**Pêssego-do-mato ou ivaí** (*Hexachlamys edulis* (O. Berg) Kausel e D. Legrand) – Uma das espécies mais frequentes nas matas do vale do rio Grande, no planalto sul mineiro onde o cerrado passa a ser dominante. Frutos com grande potencial para comercialização tanto *in natura*, como processados. Grande potencial para recuperação de áreas degradadas em solos arenosos e pouco férteis.

**Uvaia, uvalha ou orvalha** (*Eugenia pyriformis* Cambess.) - Planta comum nas bordas de mata na região da Serra da Mantiqueira. Fruto comestível, principalmente na forma de

suco, sendo este seu maior potencial para comercialização. O apreço das populações caipiras pelo suco faz com que esta espécie ainda seja comum nos pomares e quintais.

**Cerejeira-do-rio-grande, cereja-do-mato ou pitanga-preta** (*Eugenia involucrata* DC.) - Muito apreciada para composição de pomares, principalmente na região da Serra da Mantiqueira, onde é mais frequente nas formações naturais. De boa reputação para fabricação de cabos de ferramenta, principalmente machados. Os frutos também podem ser processados de diversas formas, sendo assim o seu maior potencial para comercialização.

**Grumixama, ibaporoiti ou pitanga-preta-lisa** (*Eugenia brasiliensis* Lam.) - Bastante rara nas formações naturais do sul de Minas, mas presente em pomares e quintais, graças aos frutos que são bastante apreciados apesar da baixa durabilidade pós-colheita. O processamento pode garantir seu potencial de comercialização. Importante na manutenção da avifauna, sendo recomendada para recuperação de áreas degradadas, em especial nas regiões mais úmidas do planalto sul mineiro.

**Araçá-roxo** (*Psidium rufum* DC.) - Bastante comum na floresta semidecidual, principalmente nas regiões de serra. Madeira ótima para cabos de ferramenta. Casca com bastante tanino, antigamente se usava muito para curtir couros na região da Serra da Mantiqueira. Ótima para arborização de pastagens, permanecendo muitas vezes à beira das cercas. Não pode faltar na recuperação de APP degradadas e cabe perfeitamente em qualquer estágio de SAF biodiversos.

**Capororocas** (*Rapanea ferruginea* (Ruiz e Pav.) Mez. Ou *Rapanea gardneriana* Mez.) - Duas plantas do mesmo gênero e muito semelhantes. Comum nas capoeiras e bordas de mata. Além do uso da madeira para cabos de ferramentas, tem grande potencial na recuperação de áreas degradadas em terrenos pedregosos ou APP dos cursos d'água, sendo muito recomendada para recuperação de nascentes.

**Manacá-da-serra** (*Tibouchina mutabilis* Cogn.); **Quaresmeira** (*Tibouchina granulosa* (Desr.) Cogn.) e **Quaresmeira-da-serra** (*Tibouchina candolleana* (DC.) Cogn.) - Muito comuns na região da Serra da Mantiqueira, tanto nas formações naturais, como nos agroecossistemas. Muito apreciadas pelas populações caipiras por sua beleza, sendo comum seu uso ornamental nas roças. Apreciada também no sombreamento de cafezais, contribuindo para o sucesso da cultura. Não pode faltar na recuperação de áreas degradadas e pode ser bem sucedida em SAF biodiversos.

**Mulungu, eritrina, tiriceiro ou corticeira-da-serra** (*Erythrina mulungu* Mart ex Benth ou *Erythrina falcata* Benth) – Duas plantas muito utilizadas como ornamental nos sítios, a primeira até mesmo nas proximidades das casas, por seu pequeno porte e sombra

mais rala. Além de boas fixadoras de nitrogênio, trazem uma característica que as tornam interessantes no sombreamento de cafezais, pois derrubam suas folhas no mesmo período da frutificação desta cultura, sendo benéfica para maturação mais igual, além da biomassa devolvida ao solo no período de maior seca, mantendo a umidade.

**Cumbaru ou cumaru** (*Dipteryx alata* Vogel) – Planta bastante comum no planalto sul mineiro, especialmente nas proximidades da represa de Furnas. Esta planta possui frutos que são apreciados pela fauna nativa, sendo muito aromática. O gado também aprecia bastante, razão pela qual ainda é mantida em pastagens. Sua amêndoa é comestível, tendo grande potencial para comercialização.

**Araribá** (*Centrolobium tomentosum* Guilhemmin ex Benth) – bastante comum nas encostas das serras sulmineiras, é deixada para sombreamento e fixação de nitrogênio em cafezais e pastagens. Sua madeira também é muito boa para moirões em áreas encharcadas e na construção de embarcações.

**Pau-jacaré ou jacaré** (*Piptadenia gonoacantha* (Mart) J.F. Macbr.); **Bracatinga** (*Mimosa scabrella* Benth.); **angico-branco** (*Anadenanthera colubrina* (Vell.) Brenan); **Pau-fava, aleluia ou fedegoso** (*Senna macranthera* (DC. Ex Collad.) Irwin e Barneby) e **pau-cigarra ou canafístula** (*Senna multijuga* (Rich.) H. S. Irwin e Barneby) - São plantas bastante conhecidas na região. Pioneiras, de rápido crescimento, fixadoras de nitrogênio, ótimas para sombreamento de pastagens, cafezais e dentro de SAF. São as madeiras preferidas para lenha dos fogões. Têm também alto valor pela floração melífera. Todas muito utilizadas na recuperação de áreas degradadas em APP, principalmente na beira dos cursos d'água e na recuperação de nascentes.

**Angico-vermelho** (*Anadenanthera macrocarpa* (Bent.) Brenan) – O tanino de sua casca tem importância cultural para curtir o couro. Além disso, sua madeira tem múltiplos usos na região sul de Minas. Permanece nas pastagens, beiras de estrada, e até próximo às casas. Excelente para sombreamento de lavouras e pastagens, sendo grande fixadora de nitrogênio.

**Guapuruvu** (*Schizolobium parahyba* (Vell.) S.F. Blake) – Muito comum nas áreas entre a serra e o planto antigamente, hoje bastante rara nos ambientes naturais. No entanto, por ser uma das espécies de mais rápido crescimento na flora brasileira, vem sendo muito utilizada na recuperação de áreas degradadas. Derruba suas folhas durante a maturação dos frutos do café, sendo muito interessante para o sombreamento, fixação de nitrogênio e formação de cobertura morta com a derrubada das folhas, tendo enorme utilidade para formação de SAF biodiversos.

**Jatobás** (*Hymenaea courbaril* (Hayne) Y.T. Lee e Langenh e *Hymenaea stignocarpa* Mart ex Hayne) – Ambas possuem a polpa dos frutos comestíveis na forma de farinha, sendo também muito procurados pela fauna nativa. Além disso, são ótimas para sombreamento de pastagens e cafezais, principalmente na região de transição para o cerrado. A madeira também possui múltiplos usos.

**Sibipiruna** (*Caesalpinia peltophoroides* Benth.) - Muito comum na arborização das cidades sul mineiras, também permanece na ornamentação, nas divisas e beiras de estrada na área rural. Pode ser utilizada no sombreamento de pastagens, culturas e na recuperação de áreas degradadas.

**Pata-de-vaca** (*Bauhinia forficata* Link.) - Comum na arborização das cidades sul mineiras e muito comum nas beiras de mata e capoeiras da região, permanecendo ainda nas divisas e beiras de estradas. Sua lenha também tem boa reputação. Possui usos pela medicina tradicional. Além disso, tem grande potencial para composição de SAF biodiversos e no sombreamento de cafezais.

**Sapucaia** (*Lecythis pisonis* Cambess.) - Antigamente muito comum, em especial nas margens do rio Sapucaí, que herdou seu nome desta árvore. Além da importância cultural, fornece ótima madeira com múltiplos usos e suas castanhas são alimentícias. O fruto tem importância na vida cultural do caipira por ser utilizada como adorno ou recipiente.

**Jequitibá** (*Cariniana estrelensis* (Ruddi.) Kuntze) e **jequitibá-rosa** (*Cariniana legalis* (Mart.) Kuntze) – A primeira é mais comum nas beiras de rio na região do planalto sul mineiro e a segunda nos contrafortes da Serra da Mantiqueira. Sua madeira sempre foi muito utilizada, quase levando ambas as espécies à extinção. Possui uma importância cultural e ambiental muito grande, sendo de grande apreço pelas populações caipiras, que sempre a mantiveram em pastagens e entradas de fazenda. Estão entre as maiores árvores da nossa flora.

**Branquilha** (*Sebastiania commersoniana* (Baill.) L.B. Sm. E Downs) – Muito comum nas beiras de nossos cursos d'água, é muito indicada para recuperação de APP, principalmente na recuperação de nascentes.

**Pau-de-leite ou leiteiro** (*Sapium glandulatum* (Vell.) Pax) – Planta bastante comum nas APP à beira dos cursos d'água, principalmente na Serra da Mantiqueira, sendo por isso bastante recomendada para recuperação destas APP quando degradadas. Planta bastante atrativa para aves.

**Tobocuva ou cração-de-bugre** (*Pera glabrata* (Schott) Baill) – Planta muito interessante para uso em SAF, boa regeneração natural, rápido crescimento e tolerância a podas constantes. Seus frutos são muito procurados pelas aves. Pode ser muito útil para

recuperação de áreas degradadas em solos arenosos e pedregosos, em especial nas encostas.

**Mamoninha-do-mato** (*Mabea fistulifera* Mart.) - Planta comum na transição da vegetação estacional semidecidual para o cerrado. Tolerante a luz direta, pode ser usada na arborização de pastagens e recuperação de áreas degradadas nos cerrados de solos menos férteis.

**Sangra-d'água ou Urucurana** (*Croton urucurana* Baill.) e **tapi-mirim ou tapiá** (*Alchornea iricurana* Casar.)- As plantas mais comuns na beira dos cursos d'água na nossa região, principalmente a primeira. Muito indicadas para recuperação de nascentes e APP de cursos d'água, especialmente em áreas de várzea e brejosas.

**Capixingui ou tapixingui** (*Croton floribundus* Spreng.) - Muito comum nas encostas de serra sul mineiras. Presente na arborização de cafezais, pastagens e beiras de estrada, sendo recomendada para estas funções, assim como para recuperação de APP em encostas.

**Tapi ou tapi-vermelho** (*Alchornea triplinervia* (Spreng.) Müll. Arg.) - Planta bastante comum nas beiras de nossos cursos d'água, principalmente quando em recuperação, nas capoeiras. Deve ser utilizada na recuperação de áreas degradadas em diferentes situações.

**Sapopema, ouriço ou carrapicho-de-árvore** (*Sloanea monosperma* Vell.) - Muito comum na arborização de pastagens e, algumas vezes, de cafezais, sendo recomendadas para tal. Sua ocorrência é maior nos contrafortes da Serra da Mantiqueira. Sua madeira também é utilizada para fabricação de cabos de ferramentas.

**Camboatã-da-serra** (*Connarus regnelli* G. Schellenb.) - Não pode faltar na recuperação das APP na Serra da Mantiqueira. Árvore de grande importância para a avifauna. Pode ser utilizada na arborização de pastagens na região da serra.

**Vassourão-preto ou vassourão-de-folha-larga** (*Vernonia discolor* (Spreng.) Less.) e **vassourão-branco** (*Piptocarpha angustifolia*)- Muito comuns no sub-bosque das araucárias na Serra da Mantiqueira. Ambas produzem lenha muito recomendada para os fogões na região da serra. Espécies pioneiras e de rápido crescimento, muito recomendadas para a recuperação das APP na serra. Têm grande potencial para introdução em SAF biodiversos, por produzir boa biomassa e tolerar constantes podas. O vassourão-branco ainda pode ser visto sombreando pastagens e cafezais em nossa região.

**Cambará** (*Gochnatia polimorpha* (Less.) Cabrera) – Bastante comum nos cerrados do planalto sul mineiro. Planta de terra pobre. Madeira muito dura e resistente sendo recomendada para moirões. Importante também na recuperação de APP em solos pouco férteis e bem drenados.

**Capitão-do-campo** (*Terminalia argentea* Mart. E Succ.); **amarelinho ou pau-amarelo** (*Terminalia brasiliensis* (Cambess.) Eichler) e **capitãozinho ou lança-amarela** (*Terminalia triflora* Griseb.) - A primeira é mais presente nas matas mais densas dos cerrados, os cerradões, próximo à represa de Furnas, a segunda aparece mais nos sopés das serras das serras baixas na transição da floresta semidecidual para o cerrado, na região central do sul de Minas, a terceira aparece mais nas proximidades da Serra da Mantiqueira, mas ambas se misturam por nossas matas. As duas primeiras possuem boa madeira que é usada na construção de currais, a segunda é indicada pra lenha. Ambas são excelentes para recuperação de áreas degradadas em solos pouco férteis, encostas e topos de morro.

**Embaúba, imbaúba, embauva ou imbauva** (*Cecropia pachystachya* Trécul.) ou **embaúba-prateada ou embaúba branca** (*Cecropia hololeuca* Miq.) - Ambas essenciais na recuperação de áreas degradadas. A primeira é mais comum, pioneira e ocorre em diversas formações florestais, a segunda aparece principalmente nas matas mais úmidas nas encostas das serras. Possuem grande potencial para o sombreamento de cafezais e, principalmente, na composição de SAF biodiversos. São bastante frequentes e se dão muito bem nos bananais da região do alto-médio sapucaí. Importante para conservação da fauna nativa.

**Pequi** (*Caryocar brasiliensis* Camb.) - Planta com grande potencial de comercialização. Recomendada para região de cerrado próximo à represa de Furnas. Importante também para conservação da fauna nativa. Bom potencial para sombreamento de pastagens e composição de SAF biodiversos.

**Almecegueira-de-cheiro ou almecegueira-vermelha** (*Protium heptaphyllum* (Aubl.) Marchand) – Dada a sua dispersão por todo território brasileiro é recomendada para recuperação de áreas degradadas em toda a região sul de Minas, principalmente próximo aos cursos d'água, onde é bastante presente naturalmente.

**Juruté** (*Cordia sellowiana* Cham.) e **louro-da-serra** (*Cordia trichotoma* (Vell.) Arráb ex steud.) - A madeira do louro-da-serra é de uso tradicional na fabricação de tonéis para bebidas. Ambas, são bastante dispersas em toda região sul de Minas, principalmente na transição para o cerrado. Excelentes para sombreamento de pastagens, apesar de facilmente dispersarem-se sem o devido manejo, o que a torna de grande potencial para recuperação de áreas degradadas em terrenos abertos de solos de baixa fertilidade.

**Paineira-rosa** (*Chorisia speciosa* A. ST.-Hil.) - Planta muito comum em todo sul de Minas sendo uma das preferidas na ornamentação dos sítios. Também permanece sombreando pastagens e outras culturas. Muito usada para fornecer lenha, uma vez que é bastante presente próximo às casas. Sua paina foi usada historicamente pelas populações caipiras para o

enchimento de travesseiros e colchões. Indicada para diversas funções, desde a composição de SAF biodiversos até a recuperação de APP degradadas.

**Morototó ou mandioqueiro** (*Didymopanax morototonii* (Aubl.) Decne e Planch.) - Planta de larga ocorrência em várias formações florestais do sul de Minas. Muito útil na arborização de pastagens onde ainda pode ser encontrada. Não pode faltar na recuperação de áreas degradadas de qualquer tipo.

**Erva-mate ou mate** (*Illex paraguariensis* A. St. Hil.) - Outrora bastante comum no sub-bosque das araucárias nas porções mais baixas da Serra da Mantiqueira, em especial nas encostas. Tem potencial para cultivo em nossos agroecossistemas, com vistas não só a obter renda econômica, mas também contribuir para conservação desta espécie, hoje, rara em nossa região. Pode compor com sucesso SAF biodiversos, em especial aqueles que também contêm a presença da araucária.

**Jasmin-grado ou casca d'anta** (*Rauvolfia sellowii* Müll. Arg.) - Árvore de grande potencial no sombreamento de culturas e pastagens, com especial atenção para cafezais e composição de SAF biodiversos. Este potencial é ainda maior pela facilidade da derrubada de seus ramos, que pode acontecer de forma natural, diminuindo a necessidade de manejo de poda. Pode ser mais utilizada nas regiões de altitude.

**Leiteira** (*Peschiera fuchsiaefolia* (A. DC.) Miers) – Muito útil na recuperação de áreas degradadas pela sua intensa regeneração natural por sementes ou brotação de raízes e por se adaptar a diferentes ambientes. Atrai muitas espécies de aves. Não é recomendada para arborização de pastagens, por se tornar infestante.

**Guatambús** (*Aspidosperma spp.*) - O que seria do caipira sul mineiro sem o gutambú para fazer o cabo da ferramenta. Sem dúvida, a planta mais utilizada tradicionalmente para cabos de enxada e enxadão. A planta se encontra geralmente nos matos nas beiras das roças, sendo originada de extrativismo, para qual estimulamos o estudo de seu manejo sustentável, não apenas para garantia de uma renda extra, como também para preservação da espécie.

**Pindaíba-vermelha ou embira-pindaíba** (*Xylopia sericea* A. St. Hil.) **Pindaíba d'água** (*Xylopia emarginata* Mart.) - Ambas são culturalmente utilizadas pelas populações caipiras na confecção de cordas. As sementes da primeira são condimentares. Os frutos das duas espécies atraem diversas aves. Muito úteis para recuperação de áreas degradadas, a primeira em topos de morro e sombreamento de pastagens muito inclinadas e segunda na recuperação de APP de cursos d'água.

**Pindaibuna ou pindaíba-corticeira** (*Duguetia lanceolata* A. St. Hil.) - Presente nas áreas de maior altitude nas florestas semidecíduais do sul de Minas, esta planta possui frutos

comestíveis e muito apreciados por diversas espécies da fauna nativa. Madeira boa para se fazer moirão. Pode ser usada na recuperação de áreas degradadas, em especial APP onde os solos não acumulam umidade excessiva. Interessante para o sombreamento de pastagens e na composição de SAF biodiversos.

**Araticum-cagão** (*Annona cacans* Warm.) - É mais presente nas regiões de serra do sul de Minas, geralmente acima dos 1000m de altitude. Seus frutos são comestíveis e muito apreciados pelas populações caipiras e a fauna nativa, no entanto, são laxantes fortíssimos quando consumidos em grande quantidade, razão pela qual tem utilidade na medicina tradicional. Interessante para sombreamento de pastagens e outras culturas, em especial o café, pois derruba suas folhas no período de maturação dos frutos do cafeeiro. Deve entrar na composição de SAF biodiversos.

**Jobo ou fruto-de-pombo** (*Tapirira obtusa* (Benth.) J.D. Mitch.) e **jobo ou tapiriri** (*Tapirira guianensis* Aubl.) - Árvores com maior frequência na região do planalto sul mineiro na transição para o cerrado, geralmente na beira dos cursos d'água, razão pela qual indicamos as espécies para recuperação destas APP quando degradadas. A segunda também é encontrada nas serras, mas também preferindo as beiras dos cursos d'água. Muito interessantes para a arborização de pastagens e na composição de SAF biodiversos.

Chegamos a cerca 380 espécies de plantas que podem compor nosso Agroecossistema Caipira, que se somadas às flores utilizadas na ornamentação e muitas espécies úteis como as PANC (Kinupp, 2011), poderemos contar sem medo cerca de 450 espécies de plantas presentes no agroecossistema caipira do sul de Minas.

A/O Caipira também tem forte ligação com pelo menos duas espécies de rãs utilizadas na alimentação, a Rã-pimenta (*Leptodactylus labyrinthicus* (Spix, 1824)) e rã-manteiga (*Leptodactylus latrans* (Steffen, 1815)), além de reconhecer e se relacionar culturalmente com pelo menos outras 10 espécies de anfíbios. Os répteis também fazem parte do cotidiano na alimentação (lagartos e cobras, sendo o teiú a espécie preferida) ou no trabalho na roça, seja pelo medo (espécies peçonhentas) ou pela utilidade (controle biológico), sendo reconhecidas pelo menos 15 espécies. Sobre os peixes, além das espécies citadas anteriormente, a cultura caipira desenvolveu a piscicultura, preferindo as espécies exóticas tilápia e carpa; e as nativas tambaqui, pacu. O cavalo também passou a ser querido por nossa cultura, havendo muito orgulho do desenvolvimento da raça Mangalarga Marchador pelos sul mineiros. Afirmamos seguramente a importância de pelo menos 100 espécies de animais para a cultura caipira no território sul mineiro.

Construímos culturalmente um verdadeiro agroecossistema caipira biodiverso!

**ANEXOS****ANEXO A**

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA  
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC  
Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade - Depros  
Coordenação de Agroecologia – Coagre

Ofício nº 105/2013 COAGRE/DEPROS/SDC/MAPA

Brasília, 20 de dezembro de 2013

A Sua Senhoria a Senhora  
Rosângela de Souza Paiva  
Presidente  
Central de Associações de Produtores Orgânicos Sul de Minas  
Fazenda do IF Sul de Minas - Prédio da INCETEC sala 01  
Bairro Escritório velho  
37.676-000 – Inconfidentes/MG

**Assunto:** Informa credenciamento da **Central de Associações de Produtores Orgânicos Sul de Minas** e encaminha Declaração e relatório

Senhora Presidente,

1. É com satisfação que a Coordenação de Agroecologia informa à **Central de Associações de Produtores Orgânicos Sul de Minas** sobre a concessão de seu credenciamento como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica, sob nº **019 – UF MG BR**, junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
2. Encaminhamos, em anexo, a Declaração de Credenciamento do OPAC e cópia do Relatório de Auditoria de Credenciamento.
3. No corpo do relatório constam algumas providências a serem tomadas pelo OPAC a fim de finalizar a adequação documental às normas de produção orgânica. Algumas alterações irão requerer reuniões ampliadas, como a assembléia geral da entidade; portanto, tais assuntos deverão ser tratados e resolvidos antes da próxima auditoria de manutenção, a ser realizada em até 6 (seis) meses a contar do credenciamento.
4. Os documentos, ajustados conforme a determinação constante no relatório, deverão ser enviados para a COAGRE, ao endereço constante no rodapé deste documento, ou protocolizados na SFA para juntada ao processo original. Quaisquer dúvidas poderão ser dirimidas por contato telefônico (61) 3218-2453 ou pelo e-mail [dgqo@agricultura.gov.br](mailto:dgqo@agricultura.gov.br).
5. Informamos que as artes eletrônicas do selo do Sistema Brasileiro Avaliação da Conformidade Orgânica – SisOrg serão enviadas por meio eletrônico, a fim de que o OPAC as disponibilize aos produtores certificados pela entidade. Para tanto, solicitamos o envio de correspondência eletrônica à DGQO ([dgqo@agricultura.gov.br](mailto:dgqo@agricultura.gov.br)) informando variados e-mails de contato de membros e representantes do OPAC, a fim de que a comunicação seja fácil e rápida entre as partes.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA  
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC  
Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade - Depros  
Coordenação de Agroecologia – Coagre

6. Na certeza de que esta parceria será frutífera e contribuirá para o avanço da produção orgânica brasileira, bem como para o aumento da credibilidade dos Sistemas Participativos de Garantia, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Maria Cristina F. S. de Bustamante'.

Maria Cristina F. S. de Bustamante  
Chefe da Divisão de Garantia da Qualidade Orgânica  
DGQO/COAGRE/DEPROS/SDC/MAPA

De acordo,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Rogério Pereira Dias'.

Rogério Pereira Dias  
Coordenador de Agroecologia  
COAGRE/DEPROS/SDC/MAPA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO  
DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE  
COORDENAÇÃO DE AGROECOLOGIA

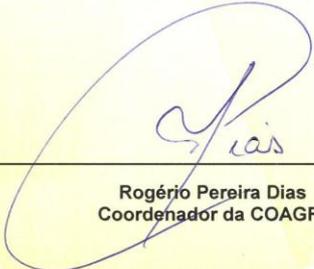
## Declaração de Credenciamento

Nº 019

UF MG

BR

Declaro, para os devidos fins, que a **CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES ORGÂNICOS DO SUL DE MINAS – ORGÂNICOS SUL DE MINAS**, CNPJ **17.461.193/0001-80**, sediada na Fazenda do Instituto Federal do Sul de Minas – Bairro Escritório Velho – Inconfidentes – Minas Gerais, encontra-se credenciada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sob nº **019 UF MG**, como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica - Sistema Participativo de Garantia, nos seguintes escopos: **produção primária vegetal, produção primária animal, processamento de produtos de origem vegetal, processamento de produtos de origem animal, processamento de insumos agrícolas, processamento de produtos têxteis e extrativismo sustentável orgânico** estando autorizado a utilizar o Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, conforme disposto na Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003 e regulamentada pelo Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, atendidos os dispositivos legais vigentes.



---

Rogério Pereira Dias  
Coordenador da COAGRE

20/12/2013



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO  
DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE  
COORDENAÇÃO DE AGROECOLOGIA

<b>RELATÓRIO DE AUDITORIA EM ORGANISMO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE ORGÂNICA ORGANISMO PARTICIPATIVO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE</b>		
<b>RAZÃO SOCIAL</b>	<b>PERÍODO DA AVALIAÇÃO</b>	<b>PROCESSO Nº</b>
Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas	09/12/2013 a 13/12/2013	21028.003121/2013-06
<b>ENDEREÇO:</b>		
Fazenda do Instituto Federal do Sul de Minas / Prédio da INCETEC – Sala 01 Bairro Escritório Velho — CEP 37.576-000 – Inconfidentes / MG		
<b>TIPO DE AVALIAÇÃO</b>		
<input checked="" type="checkbox"/> Inicial	<input type="checkbox"/> Manutenção	<input type="checkbox"/> Extensão
<b>ESCOPOS:</b>		
Produção Primária Vegetal	Processamento de Produtos de Origem Vegetal	
Produção Primária Animal	Processamento de Produtos de Origem Animal	
Processamento de Produtos Têxteis	Processamento de Insumos Agrícolas	
Extrativismo Sustentável Orgânico		
<b>OBJETIVO:</b>		
Realização de auditoria de credenciamento de Organismo de Avaliação de Conformidade da Qualidade Orgânica, na modalidade Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade.		
<b>DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS:</b>		
Lei nº 10.831/2003; Decreto nº 6.323/2007; Instrução Normativa nº 19/2008 (Mecanismos da Garantia e Informação da Qualidade Orgânica); Instrução Normativa nº 46/2011 (Produção Animal e Vegetal); Instrução Normativa nº 18/2009 alterada pela I.N. nº 24/2011 (Processamento, Armazenamento e Transporte de Produtos Orgânicos); Instrução Normativa nº 37/2011 (Produção de Cogumelos Comestíveis); Instrução Normativa nº 38 (Produção de Sementes e Mudanças); Instrução Normativa nº 23/2011 (Têxteis Derivados do Algodão); Instrução Normativa Conjunta nº 17/2009 (Extrativismo Orgânico Sustentável) e Manual de Procedimentos / Fiscalização da Produção Orgânica / MAPA 2012.		
<b>EQUIPE DE AUDITORES:</b>		
Marcelo Silvestre Laurino DPDAG/SFA-SP e Lygia de Oliveira Figueiredo Bortolini DPDAG/SFA-MG.		
<b>ANTECEDENTES / CONSIDERAÇÕES INICIAIS:</b>		
A equipe de auditores foi designada pela Divisão de Garantia da Qualidade Orgânica da Coordenação de Agroecologia – DGQO/COAGRE/DEPROS/SDC/MAPA através do Ofício n.º 83/2013 dirigido a Sra. Rosângela de Souza Paiva, presidente da entidade, comunicando a data da auditoria. O processo 21028.003121/2013-06, formalizado no dia 03/04/2013, foi encaminhado para análise prévia da COAGRE, e remetido à DPDAG/SFA-MG no dia 07/08/2013, tendo sido feita a verificação documental pela Fiscal Federal Agropecuária Lygia de Oliveira Figueiredo Bortolini. Em 06/09/2013 foi encaminhada comunicação daquela DPDAG à entidade, solicitando a complementação da documentação, através do envio da lista completa dos produtores, e recomendando ajustes no Regimento Interno e no Manual de Procedimentos. Os ajustes foram encaminhados em 19/11/2013, contendo novas versões daqueles documentos, novas versões de formulários de uso corrente dos fornecedores e colaboradores, além de uma lista completa dos fornecedores avaliados pelo OPAC.		



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO  
DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE  
COORDENAÇÃO DE AGROECOLOGIA

<p><b>METODOLOGIA DE TRABALHO:</b></p> <p>Concluída a avaliação documental, procedeu-se a visita “in loco” na sede do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade – OPAC e em unidades de produção controladas, selecionadas após análise documental e entrevistas com os responsáveis pelo OPAC. Os trabalhos foram iniciados no dia 09/12/2013 e se estenderam até o dia 13/12/2013 e compreenderam:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Apresentação da equipe de auditoria, com explanação dos objetivos, cronograma e metodologia de trabalho e comentários sobre aspectos relevantes da avaliação documental (09/12);</li> <li>2. Explanação dos antecedentes da constituição da Central de Associações Orgânicas Sul de Minas e relatos de experiências de alguns produtores (09/12);</li> <li>3. Apresentação dos produtores organizados em 4 grupos – Pedralva, Carmo de Minas, Soledade e Itamonte, totalizando 22 produtores do núcleo – APOMM / Associação Permacultural Montanhas da Mantiqueira, seu histórico e características de cada unidade de produção (10/12).</li> <li>4. Definição das unidades de produção a serem visitadas em auditorias-testemunha, programação de viagem e comunicação aos respectivos grupos (10/12).</li> <li>5. Análise documental das unidades de produção a serem visitadas (10/12);</li> <li>6. Análise documental das atas de reunião dos grupos envolvidos (10/12);</li> <li>7. Auditorias-testemunha nas unidades de produção selecionadas (11/12 e 12/12);</li> <li>8. Análise das informações coletadas e elaboração de relatórios de visita (13/12);</li> <li>9. Reunião de encerramento com representantes do OPAC e comunicação dos pontos fracos, pontos fortes e oportunidades de melhoria do sistema (13/12).</li> <li>10. Elaboração de relatório final de auditoria de conformidade (17 a 18/12).</li> </ol>
<p><b>PROCEDIMENTOS E REGISTROS VERIFICADOS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Foram verificados: procedimentos de adesão de produtores no grupo, atas de reuniões dos grupos, mecanismos de aceitação, contratos firmados entre os produtores e o OPAC, registro das visitas de verificação e de pares realizadas e os planos de manejo das unidades de produção.</li> </ul>
<p><b>PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO VERIFICADOS NA AVALIAÇÃO ATUAL:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Associação Sítio Esperança / Sítio Esperança em Lambari/MG;</li> <li>• João Pereira Filho / Sítio Floresta em Lambari/MG;</li> <li>• Sábias Comidas Comércio e Indústria Ltda. / Itamonte/MG;</li> <li>• Pedro Roberto Delmonte / Sítio Kouit no Bairro Campo Redondo / Itamonte/MG;</li> </ul>
<p><b>IRREGULARIDADES / NÃO CONFORMIDADES VERIFICADAS NA AUDITORIA DOCUMENTAL:</b></p> <p>Não houve. As não conformidades documentais foram solucionadas anteriormente à auditoria de credenciamento, através do encaminhamento de novas versões do Regimento Interno e Manual de Procedimentos, que foram objeto de nova análise documental pela DPDAG/MG.</p>
<p><b>PONTOS FRACOS VERIFICADOS NA AUDITORIA DOCUMENTAL:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• No Regimento Interno, não há clareza da destinação dos membros escolhidos para a participação do OPAC para composição da Comissão de Avaliação do OPAC e do Conselho de Recursos.</li> <li>• Não foi estabelecido um quórum mínimo para as reuniões do OPAC, independente da Assembleia geral da Central de Associações;</li> <li>• Na comunicação ao MAPA das unidades de produção acompanhadas, existe a menção de produtos não pertencentes aos escopos certificados.</li> </ul>



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO  
DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE  
COORDENAÇÃO DE AGROECOLOGIA

**PONTOS FRACOS VERIFICADOS NA AUDITORIA DOCUMENTAL (continuação):**

- O OPAC adotou o Caderno do Plano de Manejo Orgânico publicado pelo MAPA como modelo para os Planos de Manejo Orgânico de seus fornecedores. Embora atenda às disposições legais vigentes, o detalhamento insuficiente da forma de registro das atividades pode prejudicar o acompanhamento das unidades de produção pelos pares e comissões de avaliação.
- Não há um registro de antecedentes das unidades de produção, que ateste o início do manejo orgânico das unidades de produção, uma vez que o caderno proposto pelo MAPA não prevê esta informação. Como se trata de um único núcleo, com dinâmicas sociais anteriores à fundação do OPAC, o nível de conhecimento e interação entre os membros dispensa a necessidade de tal investigação. Contudo, será importante o registro do início dos períodos de conversão para avaliar a inclusão de novos produtores e núcleos.
- O modelo adotado pelo OPAC de relatório de visitas de pares e de visitas de verificação foi inspirado na experiência de outros Sistemas Participativos de Garantia, especialmente do OPAC da Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região – ANC. O modelo de visita de pares reflete as diretrizes e preocupações daquela entidade e não a realidade do presente grupo.
- O modelo de relatório da Comissão de Avaliação (visita de verificação) não prevê a anotação das evidências objetivas que subsidiam as decisões do grupo avaliador. É necessário ressaltar a importância destas anotações para que se possa compor uma imagem adequada da unidade de produção e do trabalho de verificação dos membros do núcleo ou da Comissão de Avaliação.
- Não foi verificada a existência de estudos prévios de impacto sócio-ambiental na atividade de extrativismo de pinhão, embora esteja relacionado como item de produção em pelo menos duas unidades de produção do OPAC.
- Não há um detalhamento adequado no controle das emissões das Declarações de Transação Comercial pelo OPAC. Não está definida a instância de responsabilidade do acompanhamento das emissões e controle da produção comercializada.

**IRREGULARIDADES / NÃO CONFORMIDADES VERIFICADAS NA AUDITORIA-TESTEMUNHA:**

- Não foram evidenciadas não conformidades nas auditorias-testemunha.

**PONTOS FRACOS VERIFICADAS NA AUDITORIA-TESTEMUNHA:**

- Embora o OPAC se encarregue da disponibilidade dos textos dos regulamentos vigentes, foi observado certo desconhecimento, por parte de alguns fornecedores, de detalhes dos regulamentos, notadamente dos insumos permitidos para a produção vegetal e detalhes operacionais da Instrução Normativa n.º 18/2008. Muitas práticas e insumos deixaram de ser utilizadas por desconhecimento de sua possibilidade de uso, embora constem nas tabelas positivas dos regulamentos vigentes. O conhecimento do regulamento é desuniforme entre os membros do grupo, embora haja muita segurança por parte do coordenador da OPAC e seus colaboradores.
- O roteiro de visita às unidades de produção iniciou com o preenchimento do relatório de visita baseado, até aquele momento, na análise do Plano de Manejo Orgânico, entrevista com o produtor visitado e avaliação da documentação – cadernos de campo, registros de comercialização, notas fiscais de compra de insumos e outros instrumentos de controle documental. As evidências objetivas existentes na unidade de produção devem ser levadas em conta e anotadas no relatório, documentados os elementos que subsidiaram a tomada de decisões.
- Não foi realizada a avaliação do tratamento dos animais de companhia ou da produção animal de subsistência nas propriedades visitadas. Não há um entendimento geral da necessidade de considerá-las como Produção Paralela e da avaliação de seu impacto na produção certificada.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO  
DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE  
COORDENAÇÃO DE AGROECOLOGIA

**PONTOS POSITIVOS RELEVANTES VERIFICADOS NA AUDITORIA:**

- Foi verificada a uniformidade de procedimentos adotada nos dois núcleos visitados, o que vem refletir o trabalho de capacitação e organização do OPAC.
- Foi evidenciada a participação ativa dos membros de ambos os núcleos nas auditorias-testemunha, sendo muito positivas para todas as partes as interações decorrentes daqueles contatos, bem como a qualidade dos relacionamentos interpessoais e a consistência das dinâmicas estabelecidas entre os membros do núcleo (APOMM).
- Forma de abordagem cortês e detalhada dos coordenadores dos grupos, facilitando o questionamento sobre as atividades e aceitação da proposição de medidas corretivas e oportunidades de melhoria.
- Fortalecimento das parcerias seja pela aproximação de associações e cooperativas de produtores, seja pela aproximação das instituições de ensino e extensão, ressaltando a integração e possibilidade de aprendizado mútuo com estudantes bolsistas (filhos de agricultores da região);

**ANEXOS:**

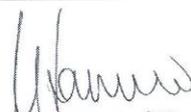
- Lista de Presença da Auditoria do Escritório do OPAC;
- Lista de Presença e Relatório de Auditoria Testemunha: Associação Sítio Esperança / Sítio Esperança em Lambari/MG;
- Lista de Presença e Relatório de Auditoria Testemunha: João Pereira Filho / Sítio Floresta em Lambari/MG;
- Lista de Presença e Relatório de Auditoria Testemunha: Sábias Comidas Comércio e Indústria Ltda. em Itamonte/MG;
- Lista de Presença e Relatório de Auditoria Testemunha: Pedro Roberto Delmonte / Sítio Kouit no Campo Redondo em Itamonte/MG;

**RECOMENDAÇÕES:**

- Conceituação de **grupos e núcleos** no Regimento Interno, sugerindo a realização de consulta a outros SPGs credenciados, especialmente a Rede Ecovida, tendo em vista o acúmulo de discussões daquela entidade, objetivando a uniformização da terminologia usada em todo o país.
- Desenvolvimento de modelo próprio de Plano de Manejo Orgânico com detalhamento suficiente de atividades, que permita melhor embasamento documental das atividades desenvolvidas nas unidades de produção.
- Realização de oficinas de discussão dos regulamentos, como atividades a serem desenvolvidas pelo OPAC, especialmente a partir do início de 2014, tendo em vista as alterações nas Instruções Normativas n.º 50/2009, n.º 46/2011 e na IN n.º 54/2008 atualmente em curso.
- Desenvolvimento de modelos próprios de relatórios de visitas de pares, definindo as diretrizes a serem seguidas pelos fornecedores, em seu processo de melhoria contínua.
- Desenvolvimento de novos modelos de relatório de visita da Comissão de Avaliação, tendo em vista a necessidade de aqueles relatórios refletirem a realidade da unidade de produção, constando as evidências objetivas que subsidiaram as decisões do grupo ou comissão.
- Não emissão de Declarações de Transação Comercial até que sejam claramente definidas as responsabilidades de acompanhamento das emissões e do controle da produção.
- Realização de estudos prévios de impacto sócio-ambiental da coleta extrativa do pinhão, como condição básica para certificação da atividade nas unidades de produção, subsidiando tecnicamente os Projetos Extrativistas Sustentáveis Orgânicos.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO  
DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE  
COORDENAÇÃO DE AGROECOLOGIA

<b>RECOMENDAÇÕES (continuação):</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Há necessidade de melhor esclarecimento sobre os critérios de composição da Comissão de Avaliação do OPAC e do Conselho de Recursos a partir dos membros eleitos pelos núcleos e grupos.</li> <li>• Há necessidade de estabelecer um quórum mínimo para as reuniões do OPAC, independente da Assembleia geral da Central de Associações.</li> <li>• Organizar planilha das unidades de produção certificadas, a ser encaminhada ao MAPA, contendo somente os produtos relativos aos escopos certificados.</li> </ul>	
<b>DETERMINAÇÕES:</b>	
Não há.	
<b>CONCLUSÃO</b>	
Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade apto para credenciamento como Organismo de Avaliação da Conformidade, por atender ao disposto na legislação vigente.	
<b>NOME DOS AVALIADORES</b>	<b>DATA</b>
Marcelo Silvestre Laurino Lygia de Oliveira Figueiredo Bortolini	 18/12/2013

Marcelo S. Laurino  
 Fiscal Federal Agropecuário  
 Eng. Agrônomo Crea 82.664  
 Cert. Fisc. 2943 Siape 0017082

## ANEXO B



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO  
DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE  
COORDENAÇÃO DE AGROECOLOGIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA EM ORGANISMO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE ORGÂNICA OPAC			
RAZÃO SOCIAL	PERÍODO DA AVALIAÇÃO	PROCESSO Nº	
Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas	14 a 18/12/2015	21028.003121/2013-16	
<b>ENDEREÇO:</b>			
Fazenda do Instituto Federal do Sul de Minas / Prédio da INCETEC – Sala 01 Bairro Escritório Velho — CEP 37.576-000 – Inconfidentes / MG			
<b>TIPO DE AVALIAÇÃO</b>			
<input type="checkbox"/> Inicial	<input checked="" type="checkbox"/> Manutenção	<input type="checkbox"/> Extensão	<input type="checkbox"/> Extraordinária
<b>OBJETIVO:</b>			
Fazer auditoria no OPAC Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas (Orgânicos Sul de Minas) visando a manutenção do credenciamento no MAPA, em cumprimento à Lei nº 10.831/2003, regulamentada pelo Decreto nº 6323/2007 e suas normativas.			
<input type="checkbox"/> Produção primária vegetal	<input type="checkbox"/> Processamento de produtos de origem vegetal	<input type="checkbox"/> Processamento de têxteis (algodão)	
<input type="checkbox"/> Produção primária animal	<input type="checkbox"/> Processamento de produtos de origem animal		
<input type="checkbox"/> Extrativismo sustentável orgânico	<input type="checkbox"/> Processamento de insumos agrícolas (sementes/mudas)		
<b>DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA:</b>			
Lei nº 10.831/2003; Decreto nº 6.323/2007; Instrução Normativa nº 19/2008 (Mecanismos da Garantia e Informação da Qualidade Orgânica); Instrução Normativa nº 46/2011 alterada pela I.N. nº 17/2014 (Produção Animal e Vegetal); Instrução Normativa nº 18/2009 alterada pela I.N. nº 24/2011 (Processamento, Armazenamento e Transporte de Produtos Orgânicos); Instrução Normativa nº 37/2011 (Produção de Cogumelos Comestíveis); Instrução Normativa nº 38 (Produção de Sementes e Mudanças); Instrução Normativa nº 23/2011 (Têxteis Derivados do Algodão); Instrução Normativa Conjunta nº 17/2009 (Extrativismo Orgânico Sustentável); Instrução Normativa nº 18/2014 (Selo SisOrg) e Manual de Procedimentos / Fiscalização da Produção Orgânica / MAPA 2012.			
<b>EQUIPE DE AUDITORES:</b>			
Nestor Amâncio Alves Júnior (UTRA-Campinas/SFA-SP); Roberto Guimarães Habib Mattar (DPDAG/SFA-RJ) – auditor líder; Zenaide Maria da Silveira (UTRA-Uberlândia/DPDAG/SFA-MG)			
<b>EQUIPE DO ORGANISMO:</b>			
Aloísia Rodrigues Hirata – Pró-Reitora de Extensão – IFSULDEMINAS colaboradora da do OPAC Orgânicos Sul de Minas Luiz Carlos Dias Rocha – Professor – IFSULDEMINAS Secretário e colaborador da do OPAC Orgânicos Sul de Minas			



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO  
DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE  
COORDENAÇÃO DE AGROECOLOGIA

Rosângela de Souza Paiva – Produtora e Presidente do OPAC Orgânicos Sul de Minas  
Marcilio José Barbosa – Produtor – AAOF Ass. Agroecológica de Ouro Fino  
Fernanda P. Franco – Engª Agrônoma, Bolsista IFSULDEMINAS  
Ana Paula Carvalho- Estudante de Gestão Ambiental, Bolsista IFSULDEMINAS  
Álvaro Ricardo Guimarães- Coordenador OPAC Orgânicos Sul de Minas  
Rafael Mota de Carvalho – Bolsista IFSULDEMINAS

**ANTECEDENTES / CONSIDERAÇÕES INICIAIS:**

A auditoria realizada em 2014 detectou as seguintes irregularidades na auditoria documental:

- a. O modelo de Certificado adotado faz referência aos produtos como escopos. O OPAC já iniciou a correção, e está em processo de emissão de Certificados com os dados corretos, conforme legislação.
- b. Em um dos projetos avaliados, havia um formulário de visita de pares com campo incompleto relativo à conformidade e registros (Edna Ribeiro).

Nas auditorias testemunhas realizadas em 2014 não foram evidenciadas não conformidades.

Em dezembro 2015 constavam 123 produtores no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

**METODOLOGIA DE TRABALHO:**

Procedeu-se a visita *in loco* na sede do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade – OPAC e em unidades de produção controladas, selecionadas de acordo com o cronograma de visitas de verificação do OPAC. Os trabalhos foram iniciados no dia 14/12/2015 e se estenderam até o dia 18/12/2015 e compreenderam:

1. Apresentação da equipe de auditoria, com explanação dos objetivos, cronograma e metodologia de trabalho e comentários sobre aspectos relevantes da avaliação documental;
2. Explanação sobre a Central de Associações Orgânicos Sul de Minas feita pelos bolsistas do Instituto Federal do Sul de Minas, Fernanda Franco, Ana Paula Carvalho e Rafael Mota, que acompanharam a auditoria documental e forneceram os subsídios para a análise documental de escritório do OPAC.
3. Análise dos formulários documentos da OPAC: Manual de Procedimentos do SPG da OPAC Sul de Minas, Regimento Interno, Normas de Produção (Declaração de atendimento à legislação), Formulário 1- solicitação de adesão, Formulário 2-manifestação de interesse de adesão ao grupo/associação, formulário 3-Solic. Avaliação da conformidade, formul.4-visitas de pares, form.4.1-Roteiro para visitas de pares, Form.5-Roteiro-passo a passo da visita de verificação da conformidade , form.5.1-Visita de verificação, form.6- Adesão de membro colaborador, form.7 Contrato de adesão ao OPAC do fornecedor.
4. Análise documental das unidades de produção a serem visitadas;
5. Análise documental das atas de reunião dos grupos envolvidos;
6. Auditorias-testemunha nas unidades de produção selecionadas;
7. Reunião de encerramento ao final das auditorias-testemunha, para proporcionar a participação de maior número de representantes do OPAC , com comunicação dos pontos fortes e oportunidades de melhoria do sistema;
8. Reunião de encerramento dos trabalhos da auditoria com a participação de representantes de todos os grupos do OPAC, de diversos municípios, para socialização das informações e oportunidades de melhoria detectadas na auditoria documental e nas testemunhas à campo.(23 representantes de grupos)



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO  
DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE  
COORDENAÇÃO DE AGROECOLOGIA

9. Elaboração de relatório final de auditoria de conformidade.
<b>PROCEDIMENTOS E REGISTROS VERIFICADOS (lista e observações):</b>
Foram verificados: procedimentos de adesão de produtores no OPAC e no grupo, mecanismos de aceitação, contratos firmados entre os produtores e o OPAC, registro das visitas de verificação e de pares realizadas, atas de reuniões dos grupos e os planos de manejo das unidades de produção.
<b>PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO VERIFICADOS NA AVALIAÇÃO ATUAL:</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Josilene Márcia da Silva de Ávila – Córrego do Bom Jesus/MG??</li> <li>2. Rosângela de Souza Paiva/Luiz Carlos de Paiva – Sítio Cardoso – Poço Fundo/MG</li> <li>3. Marcílio José Barbosa – Sítio Santo Antônio do Jambeiro – Ouro Fino/ MG</li> <li>4. Ramon Senra Coelho – Aldeia dos Gnomos – São Thomé das Letras/MG</li> <li>5. Antônio Claret Rodrigues – Sítio Limoeiro – Borda da Mata/MG</li> <li>6. Paulo Rogério Diat Siqueira – APOMM, Pedralva / MG</li> </ol>
<b>NÃO-CONFORMIDADES (IRREGULARIDADES E INFRAÇÕES) VERIFICADAS NA AUDITORIA DOCUMENTAL:</b>
Não foram encontradas irregularidades na auditoria documental, somente algumas oportunidades de melhoria, descritas a seguir
<b>PONTOS FRACOS VERIFICADOS NA AUDITORIA DOCUMENTAL:</b>
<p>a) Formulário 5.1:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não tem título indicativo de finalidade. Sugestão: inserir um título, tal como Visita de Verificação, já que se refere à elas.</li> <li>• Campos “Não conformidades encontradas” sem preenchimento. Recomendação: preencher todos os campos dos formulários sempre que possível. Quando não for possível, inutilizar o campo com um traço ou citar “não encontradas NC”</li> <li>• Sugere-se acrescentar neste formulário um item positivo para a visita de verificação, tal como “Pontos de destaque na Unidade de Produção”.</li> <li>• Ajustar a data de permissão para uso de sementes não orgânicas para 20/12/2016, no item 3 – <i>Produção Vegetal – letra e) As sementes e mudas utilizadas são exclusivamente de origem orgânica.</i></li> </ul> <p>b) Plano de Manejo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Orientar os produtores a melhorarem os croquis de suas unidades de produção, destacando as divisas com a vizinhança e possíveis riscos de contaminação por deriva, escoamento superficial, lavouras com transgenia, etc. Nos croquis também deverão ser destacados outros pontos essenciais, como a localização da fonte de água, córregos, rios, criações intensivas de animais, etc.</li> <li>• Informar no Plano de Manejo a existência de produção paralela, áreas em conversão para o sistema orgânico dentro da unidade de produção orgânica.</li> <li>• Todo novo insumo ou técnica que o produtor venha a utilizar na sua unidade de produção precisa constar no Plano de Manejo e ser autorizado pelo OPAC para o uso. Assim, as informações sobre tais insumos podem ser feitas em folhas separadas e serem anexadas ao Plano.</li> </ul> <p>c) Recomenda-se que o OPAC providencie planilha para controlar as correções de não conformidades,</p>



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO  
DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE  
COORDENAÇÃO DE AGROECOLOGIA

onde haja um prazo determinado para a correção e a conferência do cumprimento, juntamente com a data de emissão e vencimento do Certificado de Conformidade Orgânica, data das visitas de verificação e de pares.

d) Nos documentos de Wilson Grunheidt Borges, fazer o croqui da propriedade no PMO, registrar o histórico da área, melhorar a redação e a clareza na explicação dos critérios de separação e controle da produção paralela de apicultura, especificando as medidas para segregação da produção e beneficiamento

**UNIDADES DE PRODUÇÃO VERIFICADAS NAS AUDITORIAS TESTEMUNHA:**

- 1) Rosângela de Souza Paiva/Luiz Carlos de Paiva – Sítio Cardoso – Poço Fundo/MG
- 2) Marçílio José Barbosa – Sítio Santo Antônio do Jambeiro – Ouro Fino MG
- 3) Antônio Claret Rodrigues – Sítio Limoeiro – Borda da Mata/MG

**NÃO CONFORMIDADES (IRREGULARIDADES E INFRAÇÕES) VERIFICADAS NAS AUDITORIAS TESTEMUNHA:**

Somente recomendações e oportunidades de melhoria

**DETERMINAÇÕES:**

Não há.

**PONTOS FORTES DO OAC**

1. Boa organização dos arquivos na sede do OPAC e acompanhamento das atividades burocráticas e de campo por bolsistas do Instituto Federal do Sul de Minas, o que reforça o caráter de desenvolvimento social pelas oportunidades oferecidas à jovens estudantes e à produtores rurais.
2. Para cada visita de verificação há eleição ou escolha de um "Coordenador de Visita", alternadamente, dando assim oportunidade a todos no grupo de exercer esta função.
3. Na visita de verificação os grupos fazem as visitas cruzadas, isto é, um grupo visita o outro, possibilitando maior troca de informações e conhecimentos mútuos, além de garantir, buscando maior isenção.
4. Forma de abordagem cortês e detalhada por parte dos coordenadores de grupo, o que facilita as participações dos envolvidos e trocas de informações.
5. Os participantes das visitas de verificação acompanhadas pela equipe do MAPA demonstraram maturidade e coerência na tomada de decisão sobre a qualidade orgânica.
6. Os participantes do OPAC se mostraram muito envolvidos com os objetivos comuns buscados pelo grupo, sendo que alguns produtores compareceram à auditoria documental na sede do OPAC para acompanhar os trabalhos.
7. Destaque da visita de pares do OPAC no Sítio Cardoso, grupo COOPFAM- O grupo decidiu pela manutenção de uma faixa de 10 metros a partir da cerca do vizinho, onde os produtos colhidos não podem ter certificação orgânica, pois a barreira vegetal ainda não está formada. A discussão para a tomada de decisão foi bem conduzida pelo coordenador da visita e teve a participação de todo o grupo

**RECOMENDAÇÕES:**



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO  
DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE  
COORDENAÇÃO DE AGROECOLOGIA

Realizar troca de experiência , capacitação e esclarecimentos a respeito das barreiras vegetais em divisas e talhões entre áreas orgânicas e não orgânicas.

**CONCLUSÃO**

O Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade atende aos critérios exigidos pela legislação brasileira de produção orgânica, sendo considerado apto à manutenção do seu credenciamento como Organismo de Avaliação da Conformidade.

AUDITOR LÍDER	DATA
Roberto Guimarães Habib Mattar	14/9/2016

**ANEXOS:**

1. Lista de Presença da Auditoria do Escritório do OPAC;
2. Lista de Presença e Relatório de Auditoria Testemunha: Rosângela de Souza Paiva e Luiz Carlos Paiva/Sítio Cardoso/Poço Fundo/MG; Antônio Claret Rodrigues/Sítio Limoeiro/Borda da Mata/MG; Marçílio José Barbosa/ Sítio Santo Antônio do Jambeiro – Ouro Fino/ MG

## ANEXO C



1  
2 **ATA DE REUNIÃO DOS MEMBROS DOS MEMBROS DO ORGANISMO PARTICIPATIVO DE AVALIAÇÃO DA**  
3 **CONFORMIDADE ORGÂNICA DO SUL DE MINAS GERAIS JUNTAMENTE COM AUDITORES DO MAPA DURANTE A**  
4 **VISITA DE AUDITORIA TESTEMUNHA DE RENOVAÇÃO DE CREDENCIAMENTO 2016**  
5 Aos vinte e três do mês de setembro de dois mil e dezesseis, às nove horas e quarenta  
6 e cinco minutos, reuniram-se no auditório da fazenda do IFSULDEMINAS – campus  
7 Inconfidentes para discutirem sobre a seguinte pauta: *Apresentação e discussão do*  
8 *relatório prévio da visita de auditoria testemunha*. Estiveram presentes Renato Moreira  
9 de Souza (AAFASD), Lucas Muzzi Machado Diniz (Camponesa), Rosângela Maria de Jesus  
10 (AAFASD), Adriana Chagas Barreto (MAPA/SFA-PI), Maria Cristina F.S. de Bustamante  
11 (MAPA/SFA-SP), Renato Duarte da Conceição (MAPA/SFA-SP), João Batista da Silva  
12 (AAOF), Álvaro Ricardo Guerrero (AAOF), Osório José dos Santos (Coopfam), Maria  
13 Raquel Contin (Coopfam), Antônio Carlos Crochichi (Coopfam), Simone Aparecida Dias  
14 (AAOF), Wilson Grunheidt Borges (AAOF), João Paulo Braga (APOMM), Letícia Osório  
15 Bustamante (APOMM), José Aloísio Nery (EMATER-MG), Luiz Carlos Dias Rocha  
16 (IFSULDEMINAS), Aloísia Rodrigues Hirata (IFSULDEMINAS) e Igor Corsini  
17 (AAOF/IFSULDEMINAS). Adriana (MAPA) comentou sobre as observações que a equipe  
18 de auditoria testemunha. **1.** a apresentação do relatório destacando as inconsistências  
19 com a documentação do OPAC Sul de Minas e salientou que existem diferenças  
20 marcantes entre o conteúdo do caderno do plano de manejo, o certificado e o que está  
21 lançado no cadastro nacional (SigOrgWeb). O Renato Conceição e a Maria Cristina  
22 complementaram dizendo que para o cadastro e no certificado deve ser colocado  
23 apenas a relação dos produtos que serão comercializados naquele ano. Comentaram  
24 que a inclusão de todos os itens gera uma expectativa por parte da sociedade quanto a  
25 disponibilidade de produtos orgânicos disponíveis para a comercialização. Comentaram  
26 sobre a necessidade de inclusão de uma lista de sementes produzidas nos cadernos de  
27 planos de manejo orgânico, de forma a caracterizar a origem das sementes plantadas  
28 se são orgânicas ou sementes não tratadas e informar. **2.** O OPAC não analise e  
29 autoriza as alterações no Plano de Manejo das Unidades antes que os agricultores  
30 adotem as mudanças. Evidências: campo 3.1 do formulário da visita de verificação  
31 indaga se houve modificações no Plano de Manejo Orgânico e no sistema de produção,  
32 evidenciando a possibilidade de alterações sem avaliação e alteração do OPAC antes da  
33 sua aplicação. **3.** O OPAC não analisa a documentação oficial necessária para a  
34 produção, processamento e comercialização dos produtos e não avalia profundamente  
35 os riscos dos planos de manejo orgânico e manuais de boas práticas de fabricação e  
36 rastreabilidade dos produtos. As recomendações e exigências de outros órgãos  
37 precisam ser analisadas e as providências necessárias. Comentaram especificamente o

38 caso do Wilson G. Borges e do Sr. Osório. 4. A Emissão do Certificado não está sendo  
39 realizada em conformidade com a legislação e foram encontradas inconsistências em  
40 relação as datas de emissão dos certificados e sua validade, que de acordo com a IN  
41 19/2009 é de um ano. O OPAC deve rever a Emissão dos Certificados de Conformidade  
42 Orgânica (CCO) com relação a validade, produtos certificados e escopos autorizados. 5.  
43 O OPAC não verifica a rotulagem dos produtos que certifica. Os rótulos do café da  
44 Coopfam (letra preta em fundo preto e tamanho do selo muito pequeno na embalagem  
45 de 250g) e do Mel do Wilson Borges que traz a informação "Certificação Participativa" e  
46 não "Sistema Participativo", não estando, portanto de forma correta. Os apontamentos  
47 realizados têm prazo de até trinta (30) dias para serem atendidos por meio da  
48 elaboração e envio de um Plano de Correções que deve ser enviado por e-mail da  
49 equipe de auditoria. Antes de encerrar, os auditores comentaram ainda sobre as  
50 barreiras e reforçaram a necessidade de se implantar barreiras efetivas e para os casos  
51 de faixas de cultivos usados como barreira tem prazo para finalizar e deve durar no  
52 máximo cinco anos a partir da data do início da conversão. Maria Cristina salientou  
53 ainda que ser orgânico não é simplesmente produzir um produto, mas uma mudança de  
54 vida. Em relação a decisão da conformidade, na metodologia adotada pelo OPAC é  
55 necessário que haja uma reunião final (no dia da visita) para que o grupo, na presença  
56 do produtor, faça a decisão da conformidade. Para o formulário da visita de verificação,  
57 é preciso ter mais rigor no preenchimento e nas assinaturas dos presentes, bem como  
58 deixar claro qual a função/representação de cada participante. Deverá ser alterado no  
59 final do formulário de forma a constar uma Ata que registre a decisão do Grupo quanto  
60 a situação do Agricultor. Os auditores salientaram ainda sobre a importância destes  
61 registros e que o Brasil foi o primeiro país a estabelecer esta acreditação atualmente já  
62 com equivalência para Chile e em fase de estudo pelo governo do Japão. Salientou  
63 também que a legislação brasileira é a única que apresenta de forma textual as  
64 obrigações ambientais e trabalhistas. Para finalizar, comentou-se sobre a possibilidade  
65 do certificado constar o nome de todos os membros da família que estão inseridos na  
66 atividade da unidade certificada. Os Agricultores, Agricultoras e colaboradores  
67 presentes manifestaram o agradecimento aos auditores do MAPA pelos apontamentos  
68 realizados e pela oportunidade de crescimento do OPAC Sul de Minas. Nada mais  
69 havendo a tratar, às doze horas e quarenta minutos, eu Luiz Carlos Dias Rocha,  
70 secretário, lavrei a presente Ata que será enviada por e-mail para ciência e apreciação  
71 sugestões dos presentes. Inconfidentes, MG, 23 de setembro de 2016.  
72

## REUNIÃO OPAC SUL DE MINAS

23/09/2016

Auditório do campus Inconfidentes - MG

- lista de presença -

NOME	NUCLEO/INSTITUIÇÃO
1. Luiz Carlos Dias Rocha	IF SUL DE MINAS
2. Aláxia Rodrigues Henriques	IF SUL DE MINAS
3. Simone Aparecida Reis	A.A.O.F.
4. Letícia Osório Bustamonte	ADOMM
5. João Paulo Braga	ADOMM
6. Wilson Granhido Borges	A.A.O.F.
7. Manoel Rogério Coutinho	Coopfam/Andradas
8. Ozario José da Santa	COOPFAM/Andradas
9. Antônio Carlos Crochêdi	Coopfam/Andradas
10. Renato Moreira de Souza	AAFASD/Coopaf
11. Lucas Maggi Machado de Lima	Componosa I
12. Rosângela Maria de Jesus	Componosa
13. Alvaro Ricardo Gusmano	PROF
14. José Alcides Alay	Emenda 46
15. João Batista das Neves	AAOOF
16. Renato Duarte da Conceição	MAPA - SFA/SP
17. Adriana Chagas Barreto	MAPA/SFA - PI
18. Maria Cristina F.S. de Bustamante	MAPA/SFA - SP
19. Igor Corradi	AAOF/Inconfidentes - MG

## ANEXO D



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SECRETARIA DA MOBILIDADE SOCIAL, DO PRODUTOR RURAL E DO COOPERATIVISMO  
DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE  
COORDENAÇÃO DE AGROECOLOGIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA EM ORGANISMO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE ORGÂNICA OPAC			
<b>RAZÃO SOCIAL</b>		<b>PERÍODO DA AVALIAÇÃO</b>	<b>PROCESSO Nº</b>
CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES ORGÂNICOS DO SUL DE MINAS		6 a 10 de novembro de 2017	019 - MGBR
<b>ENDEREÇO:</b>			
Fazenda do IFSULDEMINAS - Campus de Inconfidentes, s/nº, Bairro Escritório Velho - 37576-000 - Inconfidentes/MG			
<b>TIPO DE AVALIAÇÃO</b>			
<input type="checkbox"/> Inicial	<input checked="" type="checkbox"/> Manutenção	<input type="checkbox"/> Extensão	<input type="checkbox"/> Extraordinária
<b>OBJETIVO:</b>			
Realização de auditoria para embasar decisão de manutenção de credenciamento do OPAC			
<b>ESCOPOS E ATIVIDADES:</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> Produção primária	<input checked="" type="checkbox"/> Processamento de produtos alimentícios	<input checked="" type="checkbox"/> Produtos não alimentícios	<input checked="" type="checkbox"/> Extrativismo sustentável orgânico
PPV, PPA	POV, POA	Processamento de insumos	EXT
		Processamento de produtos têxteis	
<b>DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA:</b>			
Lei nº 10.831/03; Decreto nº 6.323/07 e as seguintes Instruções Normativas: IN nº 19/2009, INC nº 18/2009, IN nº 17/2009, IN nº 24/2011, IN nº 23/2011, IN nº 38/2011, IN nº 46/2011-modificada pela IN nº 17/2014, IN nº 18/2014.			
<b>EQUIPE DE AUDITORES:</b>			
AFFA Francisco Alexandre Powell Van de Castele (auditor líder), AFFA Fábio Lopes da Cruz e Engº Agrº Nestor Amâncio Alves Junior.			
<b>EQUIPE DO ORGANISMO:</b>			
Felipe Ferreira Staboli, Luiz Carlos Dias Rocha, Aloisia R. Hirata, Igor Corsini, Ana Paula C. Batista.			
<b>ANTECEDENTES / CONSIDERAÇÕES INICIAIS:</b>			
O OPAC Sul de Minas - Departamento de Certificação da Central dos Orgânicos do Sul de Minas se constituiu como associação sem fins lucrativos em 27 de novembro de 2012, com personalidade jurídica autônoma e prazo de duração ilimitado, inscrita no CNPJ nº 17.461.193/0001-80. Após ser credenciado, no ano de 2013, o OPAC passou por diversas auditorias anuais para manutenção de seu credenciamento.			
<b>METODOLOGIA DE TRABALHO:</b>			



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SECRETARIA DA MOBILIDADE SOCIAL, DO PRODUTOR RURAL E DO COOPERATIVISMO  
DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE  
COORDENAÇÃO DE AGROECOLOGIA

Foi realizada auditoria de escritório, complementada por testemunhas de Visitas de Verificação.
<b>PROCEDIMENTOS E REGISTROS VERIFICADOS:</b>
Foram analisados documentos no escritório do OPAC, tais como os documentos constitutivos do OAC, Regimento Interno, Manual de Procedimentos do Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica da Central dos Orgânicos do Sul de Minas, roteiro de Visita de Pares e o formulário de Visita de Pares, roteiro para Visita de Verificação e Formulário 5-1.
<b>PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO VERIFICADOS NA AVALIAÇÃO ATUAL:</b>
NÚCLEO APANFÉ: 1) José Batista Campos – a) Sítio fazenda Boa Vista e b) Sítio Mariense – Cristina/MG; 2) Dirceu Custódio Braga-Sítio São Sebastião – Maria da Fé/MG; 3) Joaquim Campos de Almeida-Sítio São Luiz – Cristina/MG. NÚCLEO ABAL: Grupo Amigos - 1) Benedito Valdair Pereira-Sítio Valentins -Brazópolis/ MG; 2) Paulo Teodoro Arruda-Sítio Valentins – Brazópolis/MG; 3) Reginaldo Leopoldino de Oliveira-Sítio Vista Alegre – Brazópolis/MG; 3) Sebastião Antunes de Faria-Sítio Valentins –Brazópolis/MG. NÚCLEO APOMM: 1) Edna Ribeiro-Sítio Flores – Carmo de Minas/MG; 2) Cezar Milleme-Fazenda da Serra– São Lourenço/MG. NÚCLEO AAOF: Grupo 4 - 1) Gilberto Lopes de Carvalho-Sítio Serra-Pirangulho/MG; Lucca Cunha Cerri-Sítio Serrinha-Luminárias/MG.
<b>IRREGULARIDADES VERIFICADAS NA AUDITORIA DOCUMENTAL:</b>
A-Solicitação de auditoria: Por meio do Ofício nº 006/OSM/2016, que apresentou o Plano de Correção de Não Conformidades relativas à auditoria de manutenção do ano de 2016, houve NC cuja correção previa seu tratamento no Curso de Coordenadores, previsto para acontecer em março de 2017. Favor apresentar evidências da realização deste curso, com o respectivo conteúdo, participantes, resultado para a correção das NC apontadas, além de outras informações consideradas pertinentes. Resposta do Organismo: <i>"Conforme a solicitação nº2, segue em anexo as atas. Foi criado os grupos de trabalhos para tratar as NCs e ainda estão em andamento. Alguns pontos poderão ser ponderados e avaliados na reunião de aprovação dos planos de manejo em Dezembro/2017. Segue em anexo também o plano de ação para a pendência da questão de rotulagem. Curso oferecido pela colaboradora Flora da Emater (Fotos e Formulários)."</i>
B-Solicitação de auditoria: Foi informado que o produtor Wilson B. Borges solicitou o final de sua certificação, uma vez que passaria a haver plantio de cultura convencional a menos de 3 km dos apiários e não haveria possibilidade de relocação das colméias. Em consulta ao Cadastro Nacional dos Produtores Orgânicos, consta o nome deste produtor na atualização de 31 de outubro de 2017. Favor esclarecer a situação. Resposta do Organismo: <i>"De acordo com a possibilidade de ainda ter mel do último lote certificado do produtor Wilson G. Borges em centros de comercialização, o cadastro do produtor ainda estava ativo no SigOrgWeb. Porém o mesmo solicitou o afastamento do OPAC na data de 10/08/2017 e está em entresafra de produção. Foi feita a consulta com a AAOF - Associação Agroecológica de Ouro Fino, a qual o produtor é associado, e o produtor já não tem mais nenhum lote de mel para venda. A avaliação de risco quanto ao motivo de desligamento: "Plantio vizinho com possibilidade de contaminação" foi feita pelo próprio produtor. Hoje será suspenso o certificado e atualizado o SigOrgWeb."</i>



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SECRETARIA DA MOBILIDADE SOCIAL, DO PRODUTOR RURAL E DO COOPERATIVISMO  
DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE  
COORDENAÇÃO DE AGROECOLOGIA

C-Solicitação de auditoria:

Os produtores André Luiz Pereira e Mauro Rodrigues de Sá possuem certificados válidos emitidos em janeiro de 2017, com validade até janeiro de 2018, conforme listagem disponibilizada. No entanto, em pesquisa no CNPO, não estão relacionados como produtores do município de Brazópolis. Localizamos o produtor André Luiz Pereira como cadastrado no Município de Luminosa e não foi localizado o produtor Mauro Rodrigues de Sá no CNPO. Favor esclarecer.

Resposta do Organismo: *"O cadastro do produtor André Luiz Pereira foi atualizado, na data de hoje, para o município de Brazópolis no SigOrgWeb. No cadastro anterior (Luminosa), referia-se ao distrito do município de Brazópolis, onde está localizada a unidade de produção. O produtor Mauro Rodrigues de Sá não está cadastrado no SigOrgWeb e não foi dada continuidade no processo de certificação. Por isso o arquivo está na pasta eletrônica da Abal, mas não concluiu-se a emissão do certificado"*.

D-Solicitação de auditoria:

No Grupo AAOF-UP Sítio Serrinha de Lucca Cunha Cerri, ocorrem as seguintes situações: 1) No PMO/2015 registra-se produção paralela, mas no Formulário de Visita de Verificação de 12/11/2017 informa o contrário. 2) Para a alimentação animal, que tipo de recomendação foi feita para o manejo do milho (pergunta 1 do Formulário 5-1)? Foi verificado o tipo/variedade do milho cultivado no sistema orgânico? 3) Qual o motivo do não preenchimento de diversos campos do PMO? Favor esclarecer.

Resposta do Organismo: *"R. Em 2015, a visita compreendeu uma área referente a duas propriedades. Destas uma delas destinava-se a criação animal e a outra tinha como objetivo a produção vegetal. Neste contexto, diagnosticou-se o risco presente pelo uso de milho convencional na alimentação animal, especialmente diante da possibilidade de cultivo de milho variedade na propriedade. Neste contexto, houve o entendimento de que havia produção paralela na unidade. Para o ano de 2016, o agricultor manifestou que a área era composta por duas propriedades, sendo uma com manejo convencional e outra destinada ao manejo orgânico. Nesta situação, a condição de produção paralela deixou de existir, já que as propriedades, apesar de próximas, são separadas por uma mata ciliar, um córrego e uma cerca de arame e apenas uma apresenta manejo orgânico. O OPAC ainda realizará a Visita de Verificação de 2017 na unidade, mas diante dos questionamentos, compreende a necessidade de maior clareza nos fatos. Atualmente, a atividade de produção animal que antes existia em uma das propriedades foi encerrada e o agricultor informou que está se preparando para iniciar uma produção de leite bovino no sistema orgânico."*

*2 - a) Diagnosticado uso de milho em grão para a alimentação animal durante a Visita de Verificação em 2015, foi realizada uma discussão sobre o assunto. Em seguida, o agricultor foi orientado sobre os riscos de contaminação ocasionado pelo manejo dos grãos convencionais em área certificada e foi orientado a adotar medidas que evitasse a contaminação (aquisição de milho triturado, ou ração pranta etc). b) apesar de ser em pequena quantidade, na área certificada, havia cultivo de milho orgânico."*

*3 - É difícil explicar os campos em branco no PMO. O OPAC Sul de Minas tem ciência da sua responsabilidade, principalmente no acompanhamento do preenchimento dos documentos exigidos nos processos de avaliação da conformidade. Em 2017, buscando uma adequação a realidade dos agricultores e ao padrão de informação necessário para o lançamento de dados no SIGORGWEB, o OPAC Sul de Minas adotou novo modelo de Plano de Manejo Orgânico e em parceria com a Emater-MG está trabalhando nas orientações para o seu preenchimento de forma mais coerente e concisa. Acredita-se que desta forma, o PMO possa representar um espelho da propriedade e reduzir as inconsistências apresentadas."*

E- Solicitação de auditoria:

O produtor CAFÉ PEQUI IND & COM LTDA, CNPJ: 09.522.399/0001-45, consta na listagem de



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SECRETARIA DA MOBILIDADE SOCIAL, DO PRODUTOR RURAL E DO COOPERATIVISMO  
DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE  
COORDENAÇÃO DE AGROECOLOGIA

certificados ativos encaminhados pelo OAC, mas não foi localizado no CNPO.

Favor esclarecer.

Resposta do Organismo: *"Por motivos de falha operacional dos cadastros no SigOrgWeb a unidade de produção café pequi não está incluída no cadastro. Faremos a atualização cadastral até amanhã 08/11/17."*

**UNIDADES DE PRODUÇÃO VERIFICADAS NAS AUDITÓRIAS TESTEMUNHA:**

As auditorias testemunha foram realizadas por ocasião das Visitas de Verificação no Núcleo ABAL - Associação de Bananicultores de Luminosa, situado no Distrito com este nome no Município de Brazópolis. Na parte da manhã, após reunião na sede da Associação, três grupos partiram para realizar Visitas de Verificação nas unidades de produção dos **Grupos Amigos** (Ederson Magalhães Ferreira, Edon Silva, Benedito Valdair, André Luís Pereira, Reginaldo de Oliveira e Sebastião Faria), **Cachoeira** (Pompílio Pereira Rosa) e **União** (Adilson Aparecido da Silva, Benedito Francisco de Melo, Donizete Silva e José Vicente de Melo). A equipe de auditoria do Mapa se dividiu para acompanhar diferentes grupos de Unidades de Produção a verificar na parte da manhã, com retorno à sede da Associação para o almoço. Na parte da tarde, os trabalhos continuaram nas UP que ainda faltavam ser verificadas. O grupo programou uma reunião na sede da Associação para o final dos trabalhos, objetivo realizado parcialmente, uma vez que a turma em Visita de Verificação no Grupo Cachoeira teve atraso ao retornar, tendo sido a reunião realizada sem a presença deste grupo.

**IRREGULARIDADES VERIFICADAS NAS AUDITÓRIAS TESTEMUNHA:**

Nada a constar.

**NÃO-CONFORMIDADES VERIFICADAS:**

NC1- Falta de atualização dos dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. **Evidência:** em resposta a solicitações de auditoria acima incluídas, temos as seguintes manifestações do organismo:

1- *"Por motivos de falha operacional dos cadastros no SigOrgWeb a unidade de produção café pequi não está incluída no cadastro. Faremos a atualização cadastral até amanhã 08/11/17."*;

2- *"De acordo com a possibilidade de ainda ter mel do último lote certificado do produtor Wilson G. Borges em centros de comercialização, o cadastro do produtor ainda estava ativo no SigOrgWeb. Porém o mesmo solicitou o afastamento do OPAC na data de 10/08/2017 e está em entressafra de produção. Foi feito a consulta com a AAOF - Associação Agroecológica de Ouro Fino, a qual o produtor é associado, e o produtor já não tem mais nenhum lote de mel para venda. A avaliação de risco quanto ao motivo de desligamento: "Plantio vizinho com possibilidade de contaminação" foi feita pelo próprio produtor. Hoje será suspenso o certificado e atualizado o SigOrgWeb."*

Tal situação evidencia deficiência em manter atualizados no CNPO os dados de produtores certificados, o que também foi relatado na auditoria do ano anterior, estando em descordo com o Art. 27 § 2º do Decreto nº 6.323/2007: " § 2º Os organismos de avaliação da conformidade orgânica credenciados são responsáveis por atualizar as informações referentes aos produtores a eles vinculados no cadastro nacional de produtores orgânicos" e com os Art. 15 e 16 do Anexo I da Instrução Normativa nº 19/2009: "Art. 15. Após o seu credenciamento, os OACs passam a ser responsáveis por lançar e manter atualizados os dados referentes a todas as unidades de produção sob seu controle no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.

*Parágrafo único. As atualizações deverão ocorrer num prazo máximo de 30 (trinta) dias da aprovação pela OAC de novos produtores ou de alterações em unidades de produção já controladas.*

*Art. 16. No caso de cancelamento do Certificado de Conformidade Orgânica de produtor, o OAC deverá*



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SECRETARIA DA MOBILIDADE SOCIAL, DO PRODUTOR RURAL E DO COOPERATIVISMO  
DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE  
COORDENAÇÃO DE AGROECOLOGIA

*excluí-lo do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos no prazo máximo de 7 (sete) dias."*

NC2 - O organismo não observa o manejo de animais que não sejam objeto de certificação. **Evidência:** falta de campo próprio para preenchimento no PMO e falta de observações referentes ao assunto nos Planos de Manejo Orgânico, nos formulários de Visita de Pares e de Verificação, em desacordo com o Art. 8º § 2º, VII da Instrução Normativa nº 46/2011, modificada pela Instrução Normativa nº 17/2014: *DO PLANO DE MANEJO ORGÂNICO (...) Art. 8º Todos os produtores orgânicos devem elaborar Plano de Manejo Orgânico, aprovado pelo DAC ou OCS ao qual esteja vinculado, no qual constem, de forma detalhada, insumos e práticas adotados em sua(s) unidade(s) de produção.(NR) (...) § 2º O Plano de Manejo Orgânico, suas alterações e atualizações, quando efetuadas, deverão contemplar:(NR) (...) VII - manejo dos animais de serviço, subsistência, companhia, ornamentais e outros, de seus produtos, subprodutos ou dejetos sem fins de comercialização como orgânicos, e insumos usados nesses animais;(NR)*

NC3 - Não observação da presença de insumos para produção convencional em depósito de insumos para produção orgânica. **Evidência:** ao final da Visita de Verificação na unidade de produção de Pompílio Pereira Rosa, foi realizada a verificação dos insumos utilizados, como o composto que este produz. Em seguida, foi verificado um depósito de insumos e ferramentas, onde havia uma embalagem de adubo foliar e, atrás desta, dois frascos com Ethion 500 (inseticida proibido para uso na produção orgânica). Possivelmente pelo adiantado da hora, os verificadores não checaram os teores de nutrientes do adubo foliar (NPK) e não questionaram seu uso. Consequentemente, não verificaram a presença do inseticida na prateleira. Ainda que estivessem lacrados os frascos, não indicando terem sido utilizados na produção, a presença destes insumos neste local contraria o Art. 17, § 3º da Instrução Normativa nº 46/2011, modificada pela Instrução Normativa 17/2014: " § 3º Os insumos utilizados em cada uma das áreas, sob manejo orgânico e não-orgânico, devem ser armazenados separadamente, perfeitamente identificados, e os não permitidos para uso na agricultura orgânica não poderão ser armazenados na área de produção orgânica".

**PONTOS POSITIVOS VERIFICADOS NA AUDITORIA:**

- 1 - Excelente receptividade de todos os membros da organização à equipe de auditoria, desenvolvendo um clima cordial de convivência ao longo dos trabalhos;
- 2 - Motivação e relevância dos trabalhos do OPAC para o conjunto de produtores envolvidos, evidenciado pelo crescimento constatado ano após ano no quantitativo de produtores certificados;
- 3 - Grande envolvimento de entidades públicas e privadas no desenvolvimento do processo, tais como o Instituto Federal Sul de Minas, Prefeituras Municipais, EMATER/MG, Instituto Kairós.
- 4 - Restou demonstrada a grande vitalidade do SPG, com a verificação da participação de vários colaboradores, além dos próprios produtores, que, dentro do OPAC, mostraram conhecer-se e realizar as atividades rotineiras de visitas e verificação de forma assídua.

**ANEXOS:**

Listas de presença de Auditoria de Escritório e Testemunhas; relatório fotográfico da auditoria testemunha.

**RECOMENDAÇÕES:**

1. Verificar possível equívoco no item 11.4, do Regimento do OPAC Sul de Minas/2015, conforme destacado a seguir: "No caso do Conselho de Recursos **não** ratificar a decisão da Comissão de Avaliação, o produtor deverá cumprir as medidas corretivas e penalidades determinadas por esse Conselho". Como sugestão de redação para esse item, apresenta-se: Caso o Conselho de Recursos ratificar a decisão da Comissão de Avaliação, o produtor deverá cumprir as medidas corretivas e



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SECRETARIA DA MOBILIDADE SOCIAL, DO PRODUTOR RURAL E DO COOPERATIVISMO  
DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE  
COORDENAÇÃO DE AGROECOLOGIA

penalidades determinadas por esse Conselho.

2. Organizar os arquivos eletrônicos e físicos do OPAC para permitir a recuperação imediata de informações, tais como as listagens de produtores efetivamente certificados, com certificação pendente, suspensos e excluídos do CNPO.
3. Aperfeiçoar o Preenchimento dos Planos de Manejo Orgânico, com informações relevantes e sem inconsistências.
4. Aprimorar o registro de informações por ocasião das Visitas de Pares de Verificação, abordando com detalhamento as culturas existentes, as práticas de manejo adotadas e orientações dadas.
5. Incrementar a participação ativa de todos os membros das Comissões de Visita de Pares e Visitas de Verificação, evitando a dispersão de parte destes grupos nos eventos

**DETERMINAÇÕES:**

- 1 - Verificar a consistência dos dados dos arquivos do organismo e a atualização destes dados no CNPO, inserindo os dados referentes aos produtores certificados de forma completa e correta;
- 2 - Aprimorar o Plano de Manejo Orgânico em uso, adequando-o à normatização vigente;
- 3 - Comprovar a tomada de providências para que os produtores certificados observem o Art. 17, § 3º da Instrução Normativa nº 46/2011, modificada pela Instrução Normativa nº 17/2014.
- 4 - Encaminhar, até 30 dias após o recebimento deste Relatório, Plano de Correção para as Não Conformidades observadas ou contestação para observações, para análise da equipe de auditoria.

**CONCLUSÃO**

Somos de parecer que o organismo tem condições de manter o credenciamento junto ao Mapa, a critério da COAGRE/DEPROS/SMC/Mapa, a partir da apreciação das medidas corretivas que venham ser encaminhadas, conforme determinação (4) acima.

AUDITOR LÍDER	DATA
	27nov2017